Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Os recursos energéticos estratégicos como factores do poder
(A reorientação do domínio dos recursos petrolíferos após o embargo de 1973)

Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em
Ciências Sociais na especialidade de Estudos Estratégicos

José Júlio Caleia Rodrigues

Orientador: Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara
Professor catedrático
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Constituição do Júri:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Professor catedrático
Universidade de Aveiro

Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara
Professor catedrático
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes
Professor associado com agregação
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa
Professora associada com agregação
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Heitor Alberto Coelho Barros Romana
Professor associado
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Marco António do Nascimento Monteiro de Oliveira
Professor associado convidado
Universidade Lusófona

2013
LISBOA

Nota preambular

Quando me foi proposta, em finais da década de 1960, a coordenação de um projecto a realizar em Angola, ainda estava muito longe de imaginar a extensão do problema com que nos estávamos a começar a debater.

Tratou-se de um projecto de alimentação de energia eléctrica de origem hídrica a instalações mineiras de elevado consumo energético, para substituição da gerada através de motores alimentados a gasóleo, idênticos aos geralmente utilizados por navios de grande porte. O projecto foi apresentado com carácter de urgência. A previsão para entrada em serviço apontava para finais do ano de 1973. Como de facto veio a acontecer. Mais tarde entendi a urgência requerida. O início do projecto ocorreu passado pouco tempo à tentativa de embargo petrolífero à Rodésia imposta pelo Governo britânico, em retaliação à declaração unilateral de independência de Novembro de 1965. Já se começava a desenhar a probabilidade de insegurança de abastecimento de petróleo ao mercado. Recordemo-nos que a OPEP foi fundada em Setembro de 1960 e a primeira tentativa de embargo foi lançada em Junho de 1967, para influenciar o desfecho da Guerra dos Seis Dias, ainda sem evidente sucesso.

Passado pouco tempo à entrada em serviço do projecto sucedeu o embargo de 1973. Desta vez com grande repercussão e desastrosas consequências à escala mundial. A existência daquele projecto manifestou-se de grande utilidade perante a recusa do concessionário à exploração de petróleo em Cabinda em aumentar a sua quota de entrega ao Estado português. Mais tarde tive acesso à informação de que a reacção do Governo português à resposta do concessionário estava condenada ao fracasso *ab initio* dado que a legitimidade da sua soberania sobre os recursos naturais em exploração em Cabinda tinha sido posta em causa pela evocação do Art. 73 da Carta das Nações Unidas de 1945, ampla e superiormente discutido pelo Prof. Doutor Adriano Moreira. Esta questão teria sido tornada ainda mais premente com a aprovação da Resolução da Assembleia-Geral da ONU em que os Estados signatários declararam, em 1960, a concessão da independência aos povos e países coloniais, seguida, em 1962, com aquela em

que declararam o direito dos povos e das nações à soberania permanente sobre os seus recursos e riquezas naturais.

Estaríamos, à data daquela ocorrência, a viver os últimos tempos de um primeiro momento em que o domínio do sector petrolífero que se encontrava em mãos de um cartel de empresas petrolíferas e o início de um outro momento, em que o domínio se iria consolidar num ainda mais poderoso cartel formado por Estados detentores dos recursos, neste caso sob legitimidade sustentada pelo novel direito internacional público.

Aquele embargo já permitiu entender que não se tratava de um puro e simples cartel motivado para o controle de preços e de mercado. O poder advindo do domínio dos recursos petrolíferos estava a ser utilizado para atingir objectivos políticos, como poderemos ver analisado em capítulo próprio.

A esta primeira experiência neste domínio sucedeu-se uma outra durante o período em que me encontrei a presidir a uma empresa de serviços do sector energético na Venezuela. Aqui tive oportunidade de acompanhar os acontecimentos relacionados com a crise de 1979, radicada na deposição do Shah Pahlavi, no Irão, parcialmente provocada pelos acontecimentos ocorridos na indústria petroleira iraniana e notar as consequências que incidiram no sector petrolífero e, de uma forma geral, em toda a economia venezuelana. Nesta data já eram evidentes as importantes capacidades das jazidas petrolíferas venezuelanas em petróleos leves, mas ainda se encontrava em estado muito embrionário a exploração dos betuminosos do Orinoco que tive possibilidade de percorrer quando me desloquei em visita aos estaleiros de construção do complexo hidroeléctrico do Guri no Rio Orinoco. Estas reservas de betuminosos passaram a ser consideradas de grande importância. De tal modo que, actualmente já consideradas "desconvencionalizadas", colocaram a Venezuela como detentora das maiores reservas comprovadas à escala mundial, logo a seguir à Arábia Saudita.

Após ter tomado contacto com uma das mais poderosas alternativas ao petróleo convencional, como era esta dos petróleos pesados da Venezuela, tive idêntica possibilidade quando estive colocado em missão de serviço do Estado português na África do Sul. Os sul-africanos que tinham conseguido ultrapassar os bloqueios impostos durante o início da década de 1960, graças à boa vontade manifestada pelo Shah Pahlavi que continuou a abastecer de petróleo o Estado sul-africano, tomaram, nesse conturbado período, a decisão de se prepararem para um eventual futuro novo embargo e lançaram em acção o desenvolvimento de um evoluído

sistema de sintetização de carvão para obtenção de combustíveis líquidos que podemos encontrar tratado como *case study* no meu livro *Geopolítica do Petróleo*, editado no ano 2000. Qualquer visitante da SASOL ficaria impressionado, tal como eu próprio, com a complexidade e alta tecnologia exigida por este sistema que, apesar de ter sido inicialmente utilizado pelo governo nacional-socialista do Terceiro Reich durante a Guerra europeia, foi ali, na África do Sul, que se encontrou a ser utilizado em dimensões industriais. Devo salientar que estes sistemas de sintetização de produtos petrolíferos estão a constituir uma real alternativa aos convencionais, quer se trate dos betumes venezuelanos, dos xistos betuminosos dos Estados Unidos da América ou das areias betuminosas canadianas.

Por último deparei-me, enquanto colocado em missão em Israel, com uma outra muito importante questão directamente ligada aos recursos petrolíferos. Tratou-se, aqui, da difícil demarcação e delimitação das fronteiras marítimas entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina em Gaza, que tive oportunidade de tratar em artigo de análise cuja cópia se pode encontrar no Anexo III, a enquadrar-se numa situação ainda não clarificada em sede de Direito Internacional Público. A juntar a tantas outras em que se encontram em causa recursos petrolíferos como os localizados no Oceano Árctico, ou no Mar Cáspio, ou no Mar do Sul da China, ou mesmo no Mediterrâneo oriental.

Senti que as minhas preocupações estavam a ser compartilhadas quando fui convidado pela Associação de Ex-deputados da Assembleia da República (AEDAR) para apresentar em conferência *A dependência energética e o direito à energia* que veio a realizar-se no novo auditório da Assembleia da República em Maio de 2007.

Pretendi continuar a estudar e a investigar esta estratégica matéria e este interessante tema, perguntando-me, frequentemente, em que mãos acabaria por ficar o seu domínio, garante do poder que aquele lhes proporciona.

Recebi o inestimável e irrecusável impulso do meu particular Amigo e Prof. Doutor João Pereira Neto para desenvolver o tema e apresentar tese, imediatamente acompanhado pelo favor da superior orientação do Prof. Doutor António de Sousa Lara. Devo salientar o incondicional apoio prestado pelo entretanto falecido Prof. Doutor Ernâni Lopes e pelo Mestre Poças Esteves.

Índice

Nota preambular I

0 – Introdução 1

0.1- Justificação do tema 1
0.2- Objecto da tese 3
0.3 – Conceitos operacionais 5
0.4 – Notas metodológicas 8

Parte I - Atributos nacionais e legitimidade 13

I.0 – Introdução à Parte I 15
I.1 – Segurança nacional e legitimidade 18
I.1.1 - A segurança nacional e a guerra económica. 20
I.1.2 - Do conceito de interesse nacional e de interesses vitais 30
I.2 – Recursos naturais e recursos estratégicos 48
I.2.1 - Do extensão do conceito de recursos naturais e de produtos estratégicos 49
I.2.2 – O petróleo como recurso estratégico 59
I.3 – Poder e soberania 61
I.3.1 - O poder como instrumento de satisfação dos interesses nacionais 62
I.3.2 – Oligopólio, cartel e domínio 69
I.3.3 - Factores estratégicos e soberania nacional 77
I.4 – O petróleo como factor do poder 84
I.4,1 – A importância do petróleo como factor relevante para o poder nacional 85
I.4.2 – O petróleo como factor de influência no equilíbrio de poder 93
I.4.3 – De como a ONU proporcionou o suporte jurídico para a transferência do poder 99
I.5 – Síntese conclusiva da Parte I 106

Parte II - Os recursos petrolíferos na agenda política 111

Primeiro momento: O sector petrolífero é dominado por cartel de empresas concessionárias

II.0 – Introdução à Parte II 113

II.1 – O predomínio do petróleo como produto energético 116

II.1.1.- A redobrada importância da energia no tecido económico 119

II.1.2 – O petróleo impõe-se como a mais importante origem energética 127

II.2 – Luta pelo domínio das regiões petrolíferas 130

II.2.1 - Primeiras tentativas de domínio global do mercado petrolífero. 131

II.2.2 – Disputa pelo domínio do petróleo do Médio Oriente 133

II.2.3 – Os Estados Unidos da América entram na corrida ao petróleo do Médio Oriente 142

II.2.4 – A contestação do domínio britânico do petróleo iraniano 144

II.3 - As crises políticas concorrem para a reestruturação do sector 149

II.3.1–A crise de 1917 proporciona o domínio do mercado ao Grupo *Standard Oil* 152

II.3.2 - Os transportes marítimos sofrem nova crise em 1938 156

II.3.3 - O bloqueio ao Japão de Julho de 1941 alastra Guerra 160

II.3.4 - A crise do Suez e a tentativa de imposição de embargo petrolífero 163

II.4 – O poder assumido pelo cartel dominador do mercado petrolífero 170

II.4.1 – As *trust companies* criam condições para monopolização do mercado 171

II.4.2 – Do desenvolvimento das *trust companies* até à formação do cartel 174

II.4.3 - O cartel "*seven sisters*" toma o domínio do sector petrolífero 181

II.5 – Síntese conclusiva da Parte II 188

Parte III - Alteração do domínio dos recursos petrolíferos 189

Segundo momento: Os Estados dominam os seus próprios recursos e formam cartel

III.0 – Introdução à Parte III 191

III.1 – A continuidade do domínio dos recursos petrolíferos foi posta em causa 198

III.1.1 – O domínio da produção petrolífera torna-se factor de poder 200

III.1.2 – *Status quo ante.* 210

III.1.3 – A excessiva dependência do petróleo do Médio Oriente 218

III.2 – Os recursos petrolíferos tornam-se arma diplomática 224
III.2.1 - Primeiro embargo de sucesso e consequente choque petrolífero. 225
III.2.2 – Lançamento da "arma-petróleo" 232
III.2.3 - Primeira deflagração da "arma-petróleo" 237
III.3 – A OPEP toma o domínio dos recursos petrolíferos 240
III.3.1 – A OPEP consolida a liderança do mercado 242
III.3.2 – As devastadoras consequências dos choques petrolíferos 250
III.3.3 – As *petro-finanças* apoiam objectivos políticos 259
III.3.4 – A "arma-petróleo" virou-se contra o atacante 263
III.4 – Síntese conclusiva Parte III 266

Parte IV

Visão prospectiva e cenários: Será possível a ocorrência de um terceiro momento em que o domínio do mercado volte a mudar de configuração? 269

IV.0 – Introdução à Parte IV 271
IV.1 - Ameaças à continuidade de abastecimento de petróleo bruto 274
IV.1.1 - Do aparente esgotamento das reservas petrolíferas 278
IV.1.2 – Risco de nova crise 280
IV.1.3 - Os *chokepoints* como factor de insegurança energética 282
IV.1.4 – Risco de disrupção de abastecimento 285
IV.1.5 - Insuficiência de capacidade de refinação 288
IV.2 – Da exigência da procura 292
IV.2.1 – Previsão da evolução do consumo por regiões 294
IV.2.2 – Previsão da evolução do consumo por sector de actividade económica 300
IV.3 – Da evolução da produção e das novas tecnologias requeridas para a satisfazer 301
IV.3.1–Novas explorações de petróleo convencional em projectos de continuidade 306
IV.3.2 - Novas explorações de petróleo convencional em *offshore* dependentes de condições tecnológicas adequadas 311
IV.3.3 - Novas explorações de petróleo "desconvencionalizado" em *onshore* dependentes de novas tecnologias 329
IV.4 – Síntese conclusiva da Parte IV 340

Conclusões finais 345

Bibliografia 351

Parte I 353

Partes II e III 366

Parte IV 377

Anexos[1]

Anexo I

- Datas de referência 3
- Empresas petrolíferas editoras de estudos e análises 23
- Entidades internacionais editoras de estudos e análises 27
- Resoluções da ONU 31

Anexo II – Estudos elaborados e apresentados pelo autor

- A questão energética como factor do interesse nacional. Obtenção de informação vital ao desenvolvimento de sector estratégico 4
- Os recursos naturais estratégicos como factor de poder. A fundação da OPEP abriu caminho à utilização do petróleo como arma diplomática 26
- Pretensão da alteração do equilíbrio de poder pelo uso da arma-petróleo. A estratégia desenvolvida pelos produtores de petróleo do Médio Oriente. 51
- As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos. 74
- A Questão do Árctico. A posição dos Estados Unidos no estabelecimento do traçado de fronteiras no Oceano Glacial Árctico. 149
- A questão energética europeia. A dependência energética da União Europeia 186
- Energia – Petróleo. Oportunidades de investimento 221
- Conceito estratégico nacional. A água e a energia como factores estratégicos críticos 247

[1] Em qualquer remissão para "Anexo" consultar a respectiva inserção no CD.

Anexo III - Conferências, artigos de opinião e entrevistas do autor

Conferências

- "Petróleo: Qual Crise?". ISLA Lisboa. 29 de Novembro de 2006 2
- "Petróleo: Qual Crise?". InvestQuest. 28 de Março de 2006 38
- "Energia, Petróleo: Oportunidades de investimento - Desafios para a Europa e Portugal". Coface - II Conferência Risco País. 9 de Novembro de 2006 50
- "A dependência energética e o direito à energia". Assembleia da República – Auditorium. Lisboa, 18 de Maio de 2007. 73
- "Mega-investimentos exigidos pelo sector petrolífero". *Institute for International Research.* Hotel Altis Park. Lisboa, 8 de Maio de 2008. 94
- "A dependência energética dos Estados Unidos. Prospectivas de médio e longo prazo". IPRIS. Museu da Electricidade. Lisboa, 10 de Novembro de 2008 114
- "Contexto geopolítico e dependência energética". Jornal Águas&Ambiente. TagusPark. Expo Energia 2008 – 3ª Expoconferência Nacional da Energia. Oeiras, 25 de Novembro de 2008. 139
- "O direito à energia e a dependência energética". Sociedade de Geografia de Lisboa. 26 de Fevereiro de 2009. 157
- "A inesperada reorientação da política energética dos Estados Unidos da América. Causas e consequências". ISCSP. 20 de Maio de 2010. 184
- "Geopolítica do petróleo do Árctico. A corrida aos recursos petrolíferos do Árctico: EUA vs Rússia". ISCSP. 3 de Maio de 2011. 216

Artigos de opinião

- Água e petróleo. Conflito no Médio Oriente 241
- Afeganistão. Rotas para o petrtóleo da Ásia Central 249
- Partilha dos recursos petrolíferos na Palestina 254
- Petróleo e gás natural: Bipolarização concertada 259
- Combustíveis estratégicos. A retirada israelita da Faixa de Gaza: A quem pertencerá o gás natural? 264
- Combustíveis estratégicos. O contributo do petróleo para a globalização da instabilidade 267
- Combustíveis estratégicos. Petróleo: A excessiva dependência da União Europeia 269

Entrevistas à comunicação social escrita

- Ver Anexo III

Anexo IV – Análises elaboradas e apresentadas pelo autor

- Petróleo e energias alternativas 2
- O sector energético e o petróleo 41
- Energia. Donde vem … para onde vai. 65
- A reorientação da política energética dos Estados Unidos da América. 301
- Petróleo: Mais longe, Mais fundo, Mais caro 324
- Energia! A quanto obrigas! 329
- Novas opções de redução da dependência dos EUA 334
- China a caminho de se tornar no maior consumidor mundial de energia 356

Lista de ilustrações

Gráficos

1: Petróleo bruto convencional – Evolução das reservas comprovadas (anos 1969 a 2009) 52
2: China - Produção e consumo de petróleo (anos 1986 a 2006) 87
3: Petróleo bruto convencional – Evolução dos preços (anos 1861 a 2007) 88
4: Estados Unidos da América – Evolução do consumo, produção e importação anuais (anos 1859 a 2006) 89
5: Evolução da produção mundial de carvão (anos 1949 a 2010) 117
6: Energia primária - Evolução do consumo nos EUA, por origem (anos 1635 a 1945) 120
7: Evolução da população mundial e da energia consumida (anos 0 a 2010) 121
8: Energia consumida *per capita* (ano 2005) 123
9: Consumo mundial de energia – Realizado e previsível (anos 1990 a 2035) 124
10: Energia consumida nos Estados Unidos, China e Índia - Realizado e previsível (anos 1990 a 2035) 124
11: Consumo mundial de energia, por combustível - Realizado e previsível (anos 1990 a 2035) 125
12: Consumo mundial de petróleo, por sectores de actividade económica - Realizado e previsível (anos 2008 a 2035) 126
13: Azerbaijão – Produção petrolífera 153
14: Petróleo bruto convencional – Produção por países (ano 1937) 155
15: Petróleo bruto convencional - Estados Unidos da América - Produção, consumo e importação (anos 1949 a 2006) 169
16: Petróleo bruto convencional - Evolução dos preços *vs* consumos (anos 1871 a 2006) 184
17: Energia primária - Evolução da produção, por origens (anos 1970 a 2006) 196
18: Evolução da produção mundial e da OPEP (anos 1965 a 2007) 198
19: Evolução do petróleo consumido e importado total mundial (anos 1965 a 2010) 206
20: Evolução da capacidade de refinação e consumo (anos 1970 a 2008) 207
21: Petróleo bruto convencional - Evolução das reservas comprovadas (anos 1980 a 2007) 208
22: Petróleo bruto convencional - Evolução dos preços *spot* (anos 1972-2004) 235

23: Petróleo bruto convencional - Quota da OPEP e do Golfo Pérsico na produção mundial (anos 1960-2002) 243
24: OPEP - Evolução da produção (anos 1960-2004) 244
25: Petróleo bruto convencional - Evolução da produção por regiões (anos 1986 a 2011) 247
26: Petróleo bruto convencional - Evolução dos maiores consumidores/importadores (anos 1980 a 2008) 257
27: Petróleo bruto convencional - Evolução da produção mundial (anos 1965 a 2010) 284
28: Consumo mundial de petróleo, por regiões - Realizado e previsível (1990-2035) 294
29: Energia primária consumida (anos 1965 a 2010) - Países selecionados 295
30: Quota de consumo energético USA/China - Realizado e previsível (1990 a 2035) 295
31: China - Evolução do PIB (1952 a 2005) 296
32: Evolução comparada do aumento do PIB (anos 1960 a 2009) - Estados Unidos, China e Índia 297
33: China - Evolução do consumo e da produção de petróleo (anos 1980-2008) 298
34: Evolução da produção de petróleo convencional em países não-OPEP - Realizado e previsto (2008 e 2035) 308
35: Produção de petróleo não-convencional por origem - Realizado e previsível (2008 a 2035) 329

Quadros

1: Petróleo bruto convencional – Localização das maiores reservas mundiais comprovadas (ref. a 1.Jan. 2007) 53
2: "*Seven sisters*" - Quotas do mercado mundial (%) 185
3: Petróleo bruto convencional - Maiores reservas mundiais (Fim ano 2011) 192
4: Maiores petrolíferas (ano 2010) 216
5: OPEP - Reservas comprovadas e produção (ano 2011) 245
6: Balanço petrolífero original 301
7: Novas explorações a exigir desenvolvimento tecnológico 304
8: Petróleo disponível *in situ* 305
9: Petróleo bruto – Reservas mundiais comprovadas, por origens (Fim do ano 2011) 307

Figuras

1: Titusville, Pennsylvania, Campo petrolífero. 1860s 119

2: Transporte de barris de petróleo em Pond Freshet, Oil City, 1864 120

3: Baku, Azerbaijão. Campo petrolífero. 1829 150

4: *Burma Road* 160

5: OPEP - Países constituintes da Organização 242

6: Petróleo bruto convencional - Evolução das reservas comprovadas por regiões 248

7:Densidade de trânsito de petróleo de circulação por *chokepoints* designados 282

8: Estreito de Ormuz e oleodutos circundantes 283

9: Acidente na plataforma *offshore* P-36 da Petrobras – 15 de Março de 2001 286

10: Explosão na plataforma *Deepwater Horizon* em serviço no Golfo do México 286

11: Um século de evolução tecnológica 302

12: Petróleo bruto convencional - Recuperação terciária (*Enhanced oil recovery* – EOR) 303

13: Localização dos campos petrolíferos brasileiros *offshore* 311

14: Esquema da exploração do pré-sal brasileiro 312

15: Esquema de extracção horizontal 314

16: Novas áreas de concessão para exploração na plataforma continental nos EUA 315

17: Projecto *Jack Field 2* – Extracção em águas profundas no Golfo do México 317

18: Localização da exploração *Jack Field 2* – Golfo do México - *Paleogene reservoir* 318

19:Unidade operacional da plataforma *Perdido* 319

20: Transporte da unidade operacional da plataforma *Perdido* 319

21: Chegada da unidade operacional à plataforma *Perdido* 320

22: Plataforma *Perdido* completa e dimensão comparada 320

23: Esquema operacional da plataforma *Perdido* 321

24: Plataforma *Oceanic Petroleum 981* em construção 322

25: Proposta de partilha do Árctico 323

26: Reclamação de território árctico 324

27: Acidente na plataforma *Deepwater Horizon* em exploração no Golfo do México 326

28: Localização da plataforma *Deepwater Horizon* à data do acidente 327

29: Localização do Campo Roncador 328

30: Acidente na plataforma P-36 estacionada no Campo Roncador (Bacia de Campos) 328

31: Xistos betuminosos em extracção a céu aberto 331
32: Localização da *Green River Formation* 332
33: Esquema-tipo de fracturação hidráulica 334
34: Localização da *Faja Petrolifera del Orinoco* 335
35: Localização das reservas canadianas de areias betuminosas 337
36: Sintetização das areias betuminosas de Athabasca 338
37: Corte geológico Este-Oeste da região das areias betuminosas de Athabasca 339

0 - Introdução

0.1 – Justificação do tema

Com o despontar da era industrial a energia passou a constituir a seiva do sistema económico e o poder económico, ele próprio, constituiria a fundação do poder militar. A Grã-Bretanha foi a primeira grande potência industrial e, no decurso do séc. XIX, tomou a liderança do poder político e militar mundial. Tem-lhe sido atribuído esse poder ao facto de ser uma ilha virtualmente feita de carvão e porque o carvão energizou-lhe a revolução industrial. Como a idade do carvão abriu caminho à idade do petróleo, à Grã-Bretanha, primeira superpotência carbonífera mundial, sucederam-se-lhe os Estados Unidos da América como primeira superpotência petrolífera mundial. Após uma primeira exploração petrolífera em Titusville, Pensilvânia, em 1859, e alguns naturais incidentes de percurso que teremos oportunidade de salientar em capítulo próprio, os Estados Unidos assumiram a posição de maiores exportadores de petróleo à escala mundial, pela mão da petrolífera *Standard Oil* do Grupo Rockefeller, a que se juntariam mais algumas poderosas petrolíferas para atingirem um completo domínio do mercado, pelo menos até à sua tomada pelos Estados detentores de importantes recursos petrolíferos.

O petróleo energizou os veículos automóveis e tornou possível a aviação, dinamizou a navegação marítima e permitiu a utilização em grande escala de camiões e tanques de combate nas guerras do séc. XX, de tal modo que o seu acesso a abastecimento seguro e continuado tornou-se uma necessidade militar. Recordemos que, em plena Primeira Grande

Guerra Mundial, Clemenceau[1] declarou, em apelo ao Presidente Wilson por fornecimento americano de petróleo, que "*Oil is as necessary as blood*"[2]. De facto, quando a produção europeia caiu dramaticamente, logo no início da Guerra, e as forças germânicas se encontraram desprovidas de suficiente combustível que mantivesse operacional a sua máquina de guerra, os aliados puderam contar com os abundantes abastecimentos da Rússia e dos Estados Unidos, levando Lord Curzon a salientar após fim das hostilidades que "*the Allies floated to victory on a wave of oil.*"[3] Idêntico problema vivido durante a Segunda Grande Guerra Mundial. A situação repetia-se. Quando o General Patton[4] estava a atravessar a França com as suas tropas, havia especialistas texanos que seguiam à frente dos seus blindados a instalar tubagens que permitissem o seu permanente abastecimento de combustível. Constatou-se nesse difícil período da história europeia que a principal vantagem estratégica das potências aliadas residia no facto de controlarem 80 por cento do petróleo mundial.[5]

Começava a dar-se conta que o petróleo, no decurso da sua crescente utilização, estava a passar a representar não apenas uma matéria-prima estratégica mas também poderosa arma diplomática e, de forma igualmente crescente, um importante factor de poder.

---

[1] Georges Benjamin Clemenceau (1841-1929) foi Primeiro-Ministro de França uma primeira vez de 25 de Outubro de 1906 até 24 de Julho de 1909 e depois, uma segunda vez, de 16 de Novembro de 1917 até 20 de Janeiro de 1920.

[2] "World Speeds Up Mad Race For Control Of Oil Vital To Its Great War Machines". *The Lancaster Gazette.* 20 de Janeiro de 1936.

[3] Cf. Ken Gewertz. "When oil became black gold". 2005.

[4] George Smith Patton (1885-1945) foi o General do 3º Exército dos Estados Unidos da América durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

[5] Richard Nixon. *The Real War.* 1980. p. 73.

0.2 – Objecto da tese

Reveste-se de grande dificuldade abordar isoladamente cada factor caracterizador do petróleo, tal é a forma e a grandeza de como e quanto se encontram interpenetrados.

Na presente tese iremo-nos referir a todos eles. Matéria-prima estratégica que permitiu a um grupo de empresas constituir-se em cartel e, no limite das suas capacidades, beneficiar uns contendores a desfavor de outros e influenciar o desfecho da II Grande Guerra Mundial. Arma diplomática quando, através do recurso ao controle do abastecimento aos países dependentes de abastecimento externo, pretendeu alterar as suas orientações políticas internacionais. Factor de poder, numa vertente do poder funcional, ao providenciar meios que permitem aos seus detentores actuar na esfera política internacional. Por último surgiu como produto financeiro ao intervir no mercado de futuros e permitir com os seus petrodólares influenciar a política internacional.

Encontramo-nos, então, perante situações em que, em diferentes momentos, actores com forte suporte financeiro assimilaram factores que lhes permitiram assumir o controlo que garantiu o domínio de uma matéria-prima considerada indispensável ao desenvolvimento económico dos países, ao bem-estar das suas populações e à sua própria segurança.

Num primeiro momento foram aproveitadas as instabilidades políticas que afastaram o maior concorrente presente no sector e o mercado ficou entregue aos mais bem apetrechados que, ao tomar a liderança, formaram um cartel de empresas e dominaram o sector e o mercado até ao surgimento de um outro e ainda mais poderoso cartel constituído, agora sim, por Estados que limitavam a exploração a empresas a que adjudicavam concessões bem definidas e consideradas limitadas no tempo e no espaço. Poderia um cartel de empresas concessionárias dominar o sector produtivo petrolífero e manter esse domínio à escala mundial? Tratava-se apenas de empresas concessionárias de explorações cuja posse deveria estar nos Estados em que se encontravam localizadas. Muito embora estes Estados ainda não dispusessem dos meios que lhes legitimassem essa posse. Ocorreu, então, um segundo momento em que o poder lhes foi proporcionado pelos movimentos internacionais de autodeterminação e de soberania sobre os recursos naturais a coberto dos bons auspícios da ONU. Logo que se encontraram criadas as condições para uma manifestação do poder adquirido foi desencadeada através de um embargo aos fornecimentos aos países que apoiaram a causa

israelita. Esta acção marcou o ponto de viragem entre o primeiro e o segundo momento, como pretendemos demonstrar na Parte II e na Parte III.

Tendo em consideração que qualquer cartel contém em si próprio a tendência para a autoextinção, somos conduzidos a admitir a ocorrência de um novo momento. As circunstâncias em que poderia acontecer ou nas quais se apoiasse pareceram-nos encaminhadas para uma rápida reorientação.

A exaustão de grande parte dos recursos que têm sido explorados desde há mais de um século localizados *onshore* a relativamente baixas profundidades e da qualidade dita convencional, mais propriamente petróleos leves, fluidos e de baixo teor de enxofre, exigiu a descoberta de novas origens e de novas qualidades. Perante esta conjuntura, as entidades do sector petrolífero, empresas ou agências estatais orientaram-se para várias diferentes vias. Com uma característica comum: elevadíssimos recursos financeiros e novas tecnologias. Dizemos novas tecnologias porque se trata de várias e muito diferentes entre si. Se se tratar de petróleo convencional jazente em bolsas localizadas em águas hiperprofundas, da ordem dos 10.000 metros, serão exigidas plataformas de extração de tecnologia adequada. Se se tratar de xistos ou de areias betuminosas a tecnologia a utilizar também será de conhecimento muito restrito. Neste último caso terá que ser tida em consideração a defesa do ambiente, quer quanto às taxas de contaminação das águas subterrâneas quer em emanação de gases tóxicos e ao elevado consumo de água potável.

Logo, parece estarem criadas as condições necessárias e suficientes para que as empresas ou entidades detentoras dos recursos financeiros, do conhecimento tecnológico e com capacidade industrial para a sua implementação possam vir a chamar a si o domínio da produção e constituir uma segunda vaga de empresas cartelizadas que poderão sobrepor-se às empresas concessionárias e aos Estados soberanos dos recursos. Estas reflexões poderão constituir pistas que deixaremos para futuros estudos e análises, nomeadamente que tipo de poder adquirirão e de que forma o irão utilizar.

0.3 – Conceitos operacionais

A presente tese pretende salientar quanto o domínio de um factor de poder económico poderá influenciar o poder legítimo ou legitimado dos Estados na arena internacional.

Para tanto, deveremos relembrar os conceitos subjacentes ao poder, ao domínio e à legitimidade. Partiremos da asserção que o poder consiste na oportunidade que permitirá impor a vontade a outrem, mesmo contra a sua resistência, desde e quando exista uma real oportunidade e que por domínio poderemos entender a oportunidade de ordenar que uma específica matéria seja obedecida por um determinado grupo de entidades.

Tem sido salientado que o conceito de poder é sociologicamente amorfo. Qualquer qualidade concebível ou qualquer combinação de circunstâncias concebíveis poderão colocar uma entidade numa situação em que possa exigir obediência à sua vontade. Para ser mais preciso quanto ao conceito sociológico de domínio podermos encará-lo como a probabilidade de que a ordem seja obedecida. Logo, o domínio apenas dependerá da existência de uma entidade que tenha imposto a sua ordem a outrem com sucesso.[6]

Dado que domínio constitui uma forma especial do poder, tal como qualquer das suas outras formas, os que o exercem não o aplicam exclusivamente na prossecução de objectivos puramente económicos, como por exemplo, um abastecimento pleno de bens económicos. Contudo, o controle destes bens, que corresponderá a poder económico, é o mais frequentemente pretendido, consequentemente, um dos seus mais importantes instrumentos.[7]

Poderemos encontrar dois tipos de domínio, completamente opostos: domínio através de uma constelação de interesses, como seja por posição monopolística, ou através de autoridade, como seja o poder de mandar e o dever de obedecer. Logo, o seu mais puro tipo será o domínio monopolístico do mercado e o que nos interessará para o nosso estudo.

Porém, ao exigir legitimidade à sua actuação deveremos ter em consideração a sua forma mais comum como a apoiada na aceitação das disposições jurídicas, formalmente correctas, nomeadamente as emanadas de instituições internacionais. Caberão nesta ordem de regras habitualmente aceites, as Resoluções da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de que nos ocuparemos em capítulo próprio, referentes à soberania permanente sobre

---

[6] Max Weber. *Basic Concepts in Sociology*. p. 117.
[7] Idem. *Economy and Society*. p. 941.

recursos naturais, entre outras de idêntico cariz. A este respeito, a distinção entre uma ordem derivada de uma aceitação voluntária e uma outra imposta é apenas relativa.[8]

Parece relevante salientar alguns elementos ou atributos essenciais do poder a que nos referiremos frequentemente no decurso da presente tese, como sejam os recursos naturais, a capacidade industrial, financeira e o suporte científico e tecnológico que, em adequadas proporções, permitirão aos seus detentores exercer influência em tempo e em local a seu livre arbítrio

O objecto que apresentamos na presente tese insere-se numa questão geopolítica muito vasta e abarcante a exigir análises pruridisciplinares com recurso a diferentes fontes e origens de informação. Será, todavia, uma questão geopolítica porque nos encontramos numa situação em que os Estados que impuseram embargos ao abastecimento de recursos energéticos a outros Estados ligaram a sua acção a factores geográficos visíveis, como o dos recursos naturais e o da energia.

Se bem que os conceitos em que radica tenham sido tratados com grande acuidade por académicos de várias tendências já o mesmo não se verifica nas justificações que suportam as respostas à questão levantada. Neste caso tivemos que recorrer a informação pesquizada tanto em investigação histórica temática como em estudos e análises elaborados e publicados por empresas do sector energético e por entidades públicas nacionais e internacionais.

Na Parte II ocupamo-nos de um primeiro momento que terá ocorrido com a utilização do petróleo considerado matéria-prima promotora de desenvolvimento económico, durante o qual um pequeno grupo de empresas em conjunção oligárquica, de início financeiras e de seguida industriais, organizaram-se em cartel e atribuíram-se um poder, muito para além do económico ou comercial, através do controle de um produto energético nascente.

Partindo da premissa que um cartel tem tendência a auto-degradar-se, impõe-se questionar até quando poderá subsistir e em que circunstâncias poderá perder o domínio.

Na Parte III pretendemos demonstrar que surgiu um segundo momento em que o domínio passou para um outro cartel, que substituiu o anterior, desta feita constituído por Estados detentores de importantes reservas petrolíferas localizadas nos seus territórios, suportado pela legitimidade ancorada em determinações de organismos públicos internacionais e pelo apelo

[8] Ibidem, p. 37.

ao controle dessa matéria-prima estratégica que lhes atribuiu um poder funcional capaz de lhes permitir desafiar grandes potências em acção articulada com os interesses vitais de Estados dependentes.

Por fim, impõe-se analisar a capacidade disponível nos Estados para que se atrevam a tomar tais atitudes e com que legitimidade acederam a essa capacidade. Na presente situação tratou-se de salientar as Resoluções da ONU que lhes atribuíram o indispensável suporte.

Devemos ressalvar que alguns capítulos, ou partes de capítulos, já constituíram objecto de tratamento em sede de estudo, artigo ou conferência, apresentados pelo candidato e adaptados ou devidamente alterados, muitos dos quais substancialmente, pelo que a versão actual é a que o compromete. Quando for caso disso, será indicado, em nota de rodapé, em que matéria se baseia e quando e onde foram publicados ou proferidos. Poderão ser consultados, em formato integral, em cópia inserida em anexo à presente tese.

0.4 – Notas metodológicas

Tendo em consideração a extensão do tema escolhido e da tese que pretendemos demonstrar tomámos o cuidado de reter uma limitação epistemológica em tempo e em espaço, ao pretender examinar a consistência e o período de duração do poder adquirido através do domínio de recursos naturais, nomeadamente do petróleo.

Iremos investigar como se tem desenvolvido esse domínio e, de seguida, prospectivar cenários possíveis, numa oportunidade em que se registe uma eventual redução dos recursos comprovados, possíveis de extrair e, neste caso, a nascente possibilidade de nova mudança de foco de poder no desenvolvimento do sector produtivo petrolífero.

Pretendemos dar um contributo à análise da profundidade das repercussões que, ao atingir o domínio de um recurso considerado estratégico, alterou significativamente o equilíbrio de poder à escala mundial.

Tendo em atenção que a acção dos Estados soberanos dos seus recursos petrolíferos implica uma ligação com um factor geográfico visível, como são os recursos naturais e a energia, em que a política se relaciona com a geografia, a tese trata uma situação geopolítica cuja estrutura teórica recairá insistentemente nos estudos de geopolítica que enformam esta matéria.

Do ponto de vista metodológico trata-se de considerar o poder funcional proporcionado pelo domínio de um produto estratégico. Pretendemos demonstrar que, num primeiro momento foram as empresas petrolíferas que dispunham de suficientes recursos financeiros e capacidade técnica adequada que tomaram esse poder. Os Estados em que os recursos estavam localizados dispunham do poder funcional mas ainda não contavam com a indispensável legitimidade que lhe foi conferida em tempo próprio pelas instituições internacionais e, aí sim, puderam atingir a capacidade que o poder lhes conferia e utilizá-lo para fins políticos e abrir espaço para a instauração de um segundo momento na história do sector petrolífero mundial.

Recorreremos frequentemente aos elementos historiográficos das épocas em causa e a análises elaboradas pelas empresas petrolíferas predominantes durante os períodos em estudo e por agências internacionais que publicam dados e prospectivas de forma sistemática sobre a evolução dos recursos consumidos e dos ainda disponíveis, como até a referentes a novas

descobertas do foro geológico e do desenvolvimento tecnológico que poderá vir a permitir resolver uma eventual carência de produto.

Enquanto para conceitos como poder ou legitimidade podemos dispor de todo um arco de cientistas políticos desde Weber, Morgenthau a Aron, Moreira a Lara, até às modernas concepções de Nye, no que respeita a informação acerca de manifestações do domínio do petróleo em épocas de grande tensão internacional dirigidas à consecução de objectivos políticos, a informação não surge tão abundante. Confiámos nos escritos dos ex-Primeiro-Ministros Edgar-Faure e Winston Churchill que trataram os factos acontecidos em período em que as empresas petrolíferas dominaram os recursos petrolíferos, seguidos da análise de documentos que apreciam a evolução da entrega da soberania sobre os recursos naturais aos povos que acederam à autodeterminação a partir da década de 1960 e proporcionaram esse domínio aos Estados em que os recursos se encontravam disponíveis para exploração possível de realizar com os recursos tecnológicos existentes à época.

Teremos que salvaguardar algumas dúvidas que recaem na natureza subjectiva da avaliação dos dados e dos factores de risco que afectaram e continuam a afectar o sector petrolífero. Quer se trate da disponibilidade dos recursos quer da capacidade da sua exploração. Logo, se bem que seja tarefa difícil a interpretação dos dados e factos históricos da indústria petrolífera, ainda se torna mais complexo e laborioso estabelecer prospectivas dos projectos a implementar nas novas explorações a exigir tecnologias ainda não totalmente disponibilizadas como pretendemos tratar em capítulo próprio.

O petróleo enquanto matéria-prima estratégica, produto financeiro ou mesmo arma diplomática constitui considerável factor de poder que poderá ser usado pelos Estados proprietários das suas jazidas e mais tarde pelos concessionários a quem forem adjudicadas as explorações, que poderão administrar as descobertas a seu livre arbítrio.

Como matéria-prima estratégica terá que ser procurada obter por todos os meios disponíveis pelos Estados que têm o dever de satisfazer as necessidades dos seus povos. Como factor de poder entrega nas mãos dos seus detentores elementos de pressão que poderão ser orientados da forma e no tempo que entenderem. Como arma diplomática poderá ser usada para atingir objetivos políticos. Por último, como produto financeiro, poderá ser lançada no mercado mundial num tempo que possa beneficiar os seus detentores.

Enquanto elemento transversal a todas estas formas poderemos salientar a oportunidade segundo a qual os factores possam ser lançados.

Portanto se se pudesse dispor de uma base de dados dos campos petrolíferos devidamente individualizados poderia ser relativamente simples decifrar a produção potencial de cada bacia petrolífera, tendo em consideração o fluxo extensivo de cada dado verificado periodicamente pelas empresas exploradoras ou pelas agências especializadas dos países adjudicantes.

Porém, correntemente, quando as empresas concessionárias ou os países adjudicantes que, após terem tido acesso aos dados relativos às reservas comprovadas e à sua probabilidade iniciam a sua extracção, determinam as reservas produtíveis do campo petrolífero e começam a investir no seu desenvolvimento.[9] Nesta fase já dispõem, pelo menos sob um critério teórico, de um conhecimento que lhes permite avançar com o projecto. Os erros poderão surgir no decurso da actividade produtiva, porém, uma vez definida planificação da exploração os erros técnicos referentes às reservas produtíveis serão raras. Poderemos inferir destas considerações que o sector petrolífero não dispõe de metodologia precisa que permita ajustar as prospectivas das reservas à produção sob a reserva de todos os factores de risco e não haverá outra via de determinação da dimensão desses factores de risco senão através da experimentação e do ajuizamento subjectivos.

Também deveremos ter em consideração os dois grandes tipos de petróleos brutos e as suas diversas origens. Observaremos separadamente os ditos petróleos convencionais dos não-convencionais ou, como tem vindo a ser preferido denominar, petróleos "desconvencionalizados", porque passaram a ser considerados nas estatísticas das entidades que tratam os dados relativos às reservas comprovadas à escala mundial. Ambos são compostos hidrocarbonetos com idênticas características químicas mas de muito diferentes características físicas, no seu estado natural, em termos de viscosidade, densidade e em componentes indesejáveis como sejam os sulfurosos reactivos ou o seu teor de acidez. Pareceu importante tratá-los separadamente já que a sua exploração, dependente de tecnologias muito específicas, atribui o seu domínio às entidades que dispõem das concessões

[9] As reservas comprovadas são as quantidades de petróleo bruto que os engenheiros e os geólogos demonstraram existir, com razoável certeza, e que podem vir a ser extraídas de campos petrolíferos bem determinados, desde e quando disponham de adequadas condições técnicas e operacionais e se revelem economicamente extraíveis sob especificada relação custo-benefício. Reflectem a fracção de petróleo que pode ser extraída da bolsa. Society of Petroleum Engineers "Mapping" Subcommittee Final Report – December 2005. *Comparison of Selected Reserves and Resource Classifications and Associated Definitions.*

de exploração, dos recursos financeiros e da tecnologia adequada, quer se trate de empresas petrolíferas, industriais quer dos próprios Estados, através das suas empresas especializadas. Haverá, igualmente, que ter em conta tanto a sua formação como as localizações em que podem ser explorados.[10]

Assim sendo, haverá que seguir as diferentes fases a que o produto é submetido até chegar ao consumidor final. Se bem que os recursos tecnológicos de determinação das reservas jazentes em determinada bolsa tenham evoluído e permitam a análise das quantidades e das qualidades existentes na bolsa com alguma margem de certeza, ainda não se encontram suficientemente disseminados e facilmente acessíveis. Numa primeira fase será encomendada por adequada agência do Estado detentor das jazidas a uma ou mais empresas especializadas nessa matéria que, após laboriosas e complexas tarefas entrega o seu relatório quanto aos recursos existentes, em quantidade e em qualidade, bem como a sua localização e exequibilidade de extracção.[11] Após conclusão da primeira determinação da capacidade das bolsas petrolíferas em causa, o relatório ou relatórios recebidos poderão ficar retidos até que surja uma oportunidade apropriada ao seu lançamento ou à negociação da adjudicação para exploração industrial. Esta oportunidade poderá conter em si mesma uma origem financeira, devida ao seu potencial de entrega ao mercado, ou uma faceta de arma diplomática correlacionada com o poder a que o Estado detentor dos recursos poderá entender assumir com a declaração das descobertas.[12] Ao anunciar a descoberta de novos e mais recursos ou a exaustão de bolsas petrolíferas em exploração assumirá um potencial de manobra financeira e política que lhe permitirá, se os recursos forem considerados suficientemente importantes, utilizá-los para os fins que entender mais pertinentes.

Saliente-se a diferença, grande parte das vezes muito consideráveis, entre as diversas fontes que apresentam as reservas e as produções, mais duvidosas as primeiras que as segundas, até mesmo no que se refere a reservas ditas comprovadas. Será óbvio aceitar que assentam em dados recebidos das empresas de sondagens mas apenas poderão reforçar as dúvidas de princípio que, não considerando os riscos ponderados, mostram-nos que não poderá ser tratada como uma ciência exacta.

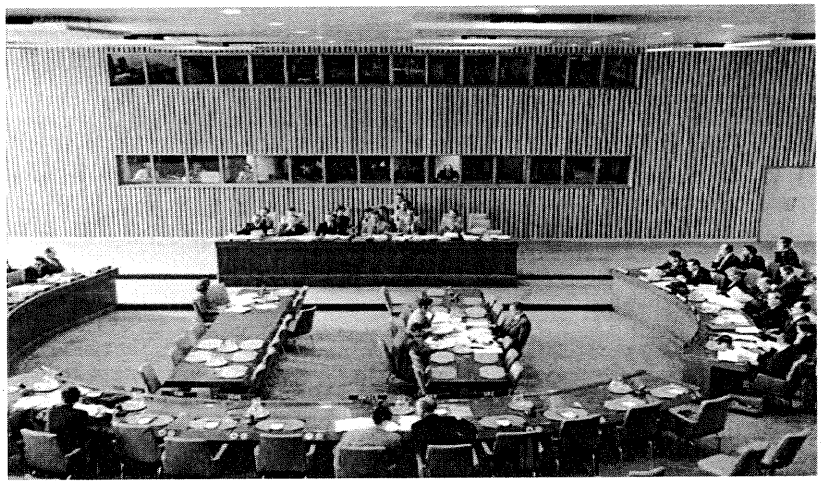
---

[10] José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 10.
[11] Ibidem, p. 12.
[12] Idem. *A Geopolítica do Petróleo. Anatomia dos Conflitos. Diplomacias, Seguranças, Soberanias.* p. 121.

Tendo em consideração as citadas ressalvas tentaremos adoptar e manter um critério coerente em face dos dados disponibilizados pelos diferentes actores internacionais envolvidos nestas matérias.

Parte I

Atributos nacionais e legitimidade



I.0 – Introdução à Parte I

Quando pretendemos relacionar a acção dos actores internacionais com factores geográficos, nomeadamente quanto ao uso do poder efectivo sobre a utilização e o controle de produtos energéticos, encontramos conceitos radicados no interesse e na segurança nacionais.

As relações de poder e de interdependência entre factores geopolíticos e soberania nacional chamam a nossa atenção para a hegemonia de liderança que, perante uma ameaça de cariz económico, pretende obter vantagens de uma eventual superioridade ou, pelo menos, manter os seus interesses vitais salvaguardados. Os transportes, as comunicações, a investigação fundamental e aplicada, a segurança externa, a estabilidade interna, a moeda, a dependência tecnológica e energética, tudo estará submetido ao processo acelerado da interdependência e da internacionalização.[13]

Devemos salientar que a interdependência económica afecta grupos diferentes de diferentes maneiras. Ao exercer controlo sobre factores estratégicos estão a pôr em causa o equilíbrio do poder, sobretudo se se tratar de produtos essenciais à manutenção do tecido económico e ao bem-estar de grupos dependentes de fontes energéticas externas, em luta pela obtenção dos que escasseiam no seu território.

Numa abordagem desta natureza partimos da definição *weberiana* do relacionamento social denominado "luta" como o propósito de uma parte obrigar a aceitar a sua vontade contra a resistência de uma ou de outras partes. Se a intenção de tal luta não envolver violência física o processo consistirá em "luta pacífica", logo denominado "concorrência" se for conduzida numa tentativa formalmente pacífica tendente a obter o controlo sobre oportunidades e vantagens que também sejam pretendidas por outros, situação com que iremos lidar no decurso da nossa tese.[14]

As políticas e os compromissos assumidos constituem os fins ou as linhas mestras para atingir os interesses nacionais e os objectivos traçados. Em sentido lato, os meios serão os elementos do poder nacional, incluindo os activos disponíveis para os aliados, como seja, para enumerar os que parecem mais óbvios: o poder político sobre as intenções e acções a ocorrer doméstica

[13] Adriano Moreira. *Ciência Política.* 1979. p. 345.
[14] Max Weber. *Basic Concepts in Sociology.* 1925. Trad. 1993. P. 85.

ou externamente; as vantagens e fragilidades geográficas; a economia, especialmente o que se refere a recursos naturais, capacidade industrial e financeira; a população, incluindo a sua quantidade, localização, temperamento, moral e educação, o suporte científico e tecnológico; os efectivos militares no activo e na reserva; e um factor integrante insubstituível: a liderança. Se todos estes atributos se encontrarem presentes nas suas adequadas proporções, permitirão aos seus detentores exercer influência em tempo e em local a seu livre arbítrio.

Para interligar os exigíveis atributos poderemos notar que os interesses e os objectivos estabelecem os requerimentos estratégicos, enquanto as políticas provêm as regras para os satisfazer e os activos disponíveis provêm os meios. No seu conjunto, estes elementos formam a estrutura na qual assentam as estratégias. Após ponderada consideração, poderão ajudar os estrategas a atingir fins realistas contando para tanto com meios qualificados e quantificados, minimizando os riscos que se lhes forem oferecendo no decurso do processo.

Apesar dos riscos decorrentes das suas eventuais acções, poderá ser o poder militar o primeiro dos meios de garantia dos propósitos económicos. Se o poder político, económico e psicológico puder satisfazer os objectivos, os requerimentos de ordem militar poderão ser normalmente reduzidos. Porém, como cada Estado actua, porque cada um deles dispõe de soberania, possui interesses nacionais e pretende fazê-los valer, se o tempo se revelar como factor crítico, o poder bélico poderá fornecer a única resposta. Nesta situação, deveremos reflectir acerca do conceito de igualdade soberana que se poderá encontrar prejudicado pelo princípio da força.[15]

Pretendemos analisar os atributos nacionais na sua qualidade de garantes da soberania nacional, numa perspectiva de relacionamento dos interesses nacionais e vitais com o poder nacional e ao constante apelo para a sua defesa, fortalecimento do poder potencial e da sua transformação em poder efectivo. Nesta ordem de ideias surge a segurança nacional como objectivo nacional permanente de representação dos interesses vitais e condicionador existencial.

Fieis a este objectivo, poderemos admitir que o primeiro momento da implantação do petróleo como produto estratégico desde que o Grupo Rockefeller tomou o domínio do mercado até à aplicação de força por via dos embargos dos países produtores abastecedores do mercado, terá

[15] Políbio F. A. Valente de Almeida. *Do poder do pequeno Estado. Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências.* p. 20.

reflectido a defesa dos interesses nacionais vitais norte-americanos, como iremos apresentar em capítulo próprio. O segundo momento, em que o domínio dos recursos petrolíferos passou das empresas concessionárias para os Estados onde os recursos estavam localizados, faz-nos aceitar que se tratou da vontade de um reforço da soberania nacional dos países detentores das matérias petrolíferas e da legitimidade da sua adopção. Os factores de poder funcional passaram a ficar colocados ao serviço da política externa durante este período e o petróleo foi superiormente usado como arma diplomática para obtenção de objectivos políticos, como pretendemos demonstrar na presente tese.

De seguida apresentaremos algumas hipóteses alternativas que nos parecem poder concorrer para a minimização da exagerada dependência do petróleo como matéria-prima energética estratégica por parte de inúmeros Estados, nomeadamente de algumas grandes potências, e uma prospectivação da evolução do domínio do sector petrolífero com uma eventual mudança de poder para as mãos de Estados ou entidades detentoras de conhecimentos tecnológicos que lhes permitam aceder a novas jazidas e a novas qualidades de recursos petrolíferos e desse modo alterar profundamente o equilíbrio de poder a seu favor através do aumento do seu poder funcional ou intrínseco e conduzir ao aparecimento de um terceiro momento no domínio do sector e da captação do inerente poder.

I.1 – Segurança nacional e legitimidade

O conceito de segurança nacional não assenta em simples e precisa formulação. Relaciona-se com uma grande variedade de riscos relacionados com muitas probabilidades das quais existem muito poucos conhecimentos e sujeito a contingências de cuja natureza apenas se pode ter ligeira percepção.

Porém, o sistema de soberania dos Estados poderá comportar muitas consequências para a atitude a assumir quando se discutem matérias como o sistema mundial, poder e influência, controle de armamento ou dissuasão e numerosos problemas relativos à economia global e ao ambiente. Dado que soberania subentende Estados que coexistem num ambiente formalmente anárquico não existe autoridade legal ou legitimada que se encontre empossada para o controle ou vigilância directa das atitudes por eles tomadas.[16] Uma das principais consequências de tal sistema de Estados soberanos é que cada Estado pode, afinal, velar pela sua própria segurança, protecção e sobrevivência. Assim como os indivíduos nascem iguais em direitos mas não usufruem essa igualdade, também os Estados se vêm confrontados entre uma abstracção jurídica e um mundo real em que lutam pela sobrevivência.[17] Se não existe uma autoridade legal ou legitimada que imponha ordem e puna os que quebrem as regras, então não se encontram disponíveis recursos legais ou formais a que se possa recorrer se os Estados aliados ou amigos falharem na sua assistência ao Estado ameaçado.[18]

Esta ajuda mútua disponível, presente no sistema internacional, supõe que cada Estado deva tomar as medidas que lhe pareçam necessárias à sua própria defesa, o que tem por consequência que, quando um Estado necessita de ajuda, encontra-se perante um dilema de segurança: o ambiente seguro dos vários Estados pode ser mutuamente exclusivo.[19]

Teremos, porém, dois elementos chave nos processos que enformam a redefinição de segurança: a natureza dos acontecimentos envolvidos e os meios pelos quais a segurança é conseguida.

---

[16] Poder-se-á separar o conceito de autoridade do de controlo. "Os Estados poderão tentar exercer influência em vez de autoridade porque autoridade será algo que só pode emergir em relacionamento legitimado que não existe entre Estados". Chris Brown. *Understanding International Relations.* 1997. p. 85.

[17] Políbio F. A. Valente de Almeida. Op. cit. p. 9.

[18] Ver no Anexo II "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos. A determinação de fronteiras marítimas no Oceano Árctico, no Mar Cáspio e no Mar da China na agenda política das grandes potências."

[19] Kenneth N. Waltz. *Man, the State and War. A Theoretical Analysis.* 1954. p. 37.

As implicações na segurança, apontadas por estes dois elementos, são pouco mais do que indicativas da amplitude da agenda da segurança. De forma muito clara, a ameaça na área dos fornecimentos de petróleo ao Ocidente provocada pelo embargo, associado ao aumento dos preços impostos pela OPEP nos anos 70, elevou a segurança dos fornecimentos de petróleo ao topo das preocupações nacionais. Contrariamente aos mais tradicionais aspectos militares de segurança dirigidos às ameaças que vêm do exterior, muitos dos correntes acontecimentos que tocam na segurança nacional, enfatizam o aumento das ligações entre o domínio doméstico e o internacional. Para tanto, basta ver como as expectativas económicas são cada vez mais realçadas por parte das populações e como, frequentemente, não podendo ser encontradas nos próprios recursos do Estado, ao ser exigidas aos Governos e não encontrando suficiente satisfação, podem criar instabilidade interna e consequente aumento da insegurança.

I.1.1 - A segurança nacional e a guerra económica

Apesar do esforço desenvolvido em conceptualizar "segurança" numa via coerente e sistemática, ainda não foi apresentada nenhuma definição que possa ser aceite pela generalidade dos estudiosos destas matérias.[20]

Poderemos aceitar que a segurança, num ambiente de unidades politicamente autónomas, pode basear-se nas fraquezas dos rivais, por desarmamento total ou parcial, ou na sua própria força. Quando se decide que a segurança é um objectivo prioritário da política do Estado, os propósitos deverão ser estabelecidos tendo em atenção a nova relação de forças ou modificar os anteriores em concordância com os novos potenciais inimigos que, em razão da sua inferioridade, não sejam tentados ao desencadeamento de acções agressivas. Há, portanto, segundo parece, uma certa simbiose entre a política dos Estados e a geografia dos espaços ocupados por esses mesmos Estados.[21]

A relação entre estes dois termos, segurança e força, acarreta vários problemas. A um nível inferior, podemos observar, numa primeira análise, que a maximização dos recursos não conduz, necessariamente, a uma maximização da segurança. Aron enfatizou que na Europa, tradicionalmente, nenhum Estado pode aumentar a sua população, a sua riqueza ou as suas forças armadas sem excitar o medo e a inveja de outros Estados, além da provocação da formação de uma coligação hostil.[22]

Se a segurança for, por evidência ou necessidade, o objectivo preferencial, deverá ser possível determinar teoricamente uma atitude racional. Seria necessário, em cada circunstância, determinar a força óptima e actuar em consequência. A maior dificuldade surge logo que ocorre um aumento de questões como a relação entre estes dois objectivos: força e segurança.

Poder-se-à admitir que, quer sejam individuos quer comunidades, desejam sobreviver. Porém, os indivíduos não subordinam todos as suas vontades a este único desejo de viver. Poder-se-ão encontrar objectivos para os quais os individuais aceitem um risco de morte. Esta asserção pode ser igualmente válida para as unidades colectivas. Estas não procuram ficar mais fortes apenas com o objectivo de desencorajar agressões e viver em paz; também procuram ser mais fortes com o objectivo de ser temidas, respeitadas ou admiradas. Por outro lado, procuram ser

---

[20] Barry Buzan. *People, States dnd Fear. An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.* 1991. p. 15-16.
[21] João Pereira Neto. *Geopolítica Tropical.* 1965. pp. 5 a 9.
[22] Raymond Aron. *Peace and War. A Theory of International Relations.* 1973. p. 72.

poderosas, isto é, capazes de impor a sua vontade aos seus próximos e rivais, com o objectivo de influenciar o destino da humanidade, o futuro da civilização. Os dois objectivos encontram-se ligados: quanto mais forte for, menos risco corre de ser atacado, mas também encontra força e capacidade para se impor aos outros com a satisfação de não precisar de outras justificações. A segurança poderá ser um objectivo final: existir sem medo é uma situação merecedora de desejo. Mas o poder também pode constituir um objectivo final.[23]

O dilema de segurança sustenta que tanto a fortaleza como a fraqueza da segurança nacional podem ser provocativas para outros Estados. Se uma nação é demasiado forte, essa característica pode ser provocativa, porque grandes meios de auto-protecção também ameaçam outros.[24] Por outro lado, se o Estado é demasiado fraco fica sujeito a grandes ameaças se um agressor crê que o *status quo* do seu poder é fraco na medida da sua capacidade de defesa.[25] Logo, directa ou indirectamente, ambas, fortaleza e fraqueza, podem alterar o equilíbrio da segurança em relações internacionais.

O dilema é, de acordo com Waltz, o fóco da assunção do realismo defensivo, porque como o mundo não tem um governo comum, a sobrevivência é o maior motivo dos Estados. Quando estes se encontram receosos das intenções de outros Estados, tentam maximizar a sua própria segurança, com resultado de queda numa situação de dilema de segurança. [26]

Foi na sequência do embargo imposto pela OPEP nos anos 1970, que começaram a surgir considerações de ordem económica na formulação da segurança e a disrupção das ligações comerciais e dos fluxos de recursos a ser considerados em termos de ameaças à segurança.[27]

A questão fulcral do conceito de segurança económica numa economia de mercado, em condições normais de protagonismo, pode centrar-se em: risco, rivalidade agressiva e instabilidade. Com o colapso das economias centralizadas planificadas que se apresentaram, a dada altura, como alternativa às economias de mercado, o próprio mercado ficou como modelo confiável da prática económica. Recorde-se, que a segurança nacional é, de certo modo, parte do suporte físico do Estado.[28] Se não se pode resolver uma situação normal, e não

---

[23] Ibidem. p. 73.
[24] Robert Jervis. *Perception and Misperception in International Politics.* 1976. p. 63.
[25] Ibidem. p. 58.
[26] Op. cit. p. 39.
[27] Cf. E. Matthews. *Global Data Bases on Distribution, Characteristics and Methane Emission of Natural Wetlands: Documentation of Archived Data Tape.* 1989.
[28] Barry Buzan. Op. cit. p. 125.

se sabe exactamente que medidas podem ajudar ou dificultar, então será difícil prever que espécie de agentes lhe pode ameaçar a segurança

Mesmo que as modernas técnicas científicas tenham trazido à humanidade uma nova consciencialização de valores a partilhar e de dificuldades comuns, a situação não é garantia de interesse comum ou de vontade em subordinar o egoísmo ao bem-comum. Pelo contrário, parece que até podem intensificar o conflito gerado pela escassez dos recursos mundiais.[29]

A maximização dos esforços para atingir objectivos económicos e de bem-estar implicam o afastamento da questão dos recursos, da segurança nacional. Num mundo de escassos recursos, sempre que os benefícios impliquem custos, as sociedades, muito raramente ou nunca, optam por armas em vez de pão fresco, pelo menos a longo prazo.[30]

Será, portanto, mais importante saber se, sim ou não, existe realmente uma humanidade unificada. Infelizmente, parece que não. O moderno "mundo unificado" parece ter sido uma invenção temporal do Ocidente, que imaginou impor os seus valores e o seu modo de vida num recalcitrante conjunto de diferentes culturas. A unidade foi abalada económica e ideologicamente pela Revolução bolchevique e pela imposição, sobretudo a seguir à Segunda Grande Guerra Mundial, da forma radicalmente diferente da sua organização económica e política. A recente reanimação do Islão e a oposição de outras culturas não-Ocidentais aos valores Ocidentais podem indiciar um ainda maior cisma.

No que concerne à área económica, as ameaças de natureza económica caem maioritariamente dentro das fronteiras da normal conduta e não podem, fácil ou claramente, ser ligadas à lógica da segurança nacional. Porém, quando as consequências de ameaças dessa natureza passam do estrito sector económico para as esferas políticas ou militares, surgem, imediata e mais claramente, três circunstâncias a nível da segurança nacional: a ligação entre as aptidões económicas e militares, a ligação entre a economia e o conjunto do poder do Estado no sistema internacional e as ameaças de natureza económica à estabilidade interna, em que neste caso, as ligações envolvidas encontram-se entre aptidão económica, por um lado, e aptidão militar, poder e estabilidade sociopolítica, por outro.[31]

---

[29] Raymond Aron define "recursos", como sendo: *...the sum of material means collectivities can use to assure their subsistence. Peace and War.* p. 243.
[30] Robert Gilpin. *War and Change in World Politics.* 1981. p. 19.
[31] Max Weber definiu o Estado como "uma entidade que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física" in "Politik als Beruf". *Gesammelte Politische Schriften.* Munique. l921.

Tem sido geralmente aceite que economia e política encontram-se separadas e muito desligadas; que a liberdade individual constitui um problema político e o bem-estar material é problema económico e que qualquer espécie de arranjos políticos pode ser associada a qualquer espécie de arranjos económicos.[32]

Vários cientistas políticos defendem, como Mathews, que o conceito de segurança necessita de ser repensado ao afirmar que:

> Os desenvolvimentos globais sugerem actualmente a necessidade que a segurança nacional inclua os recursos e os acontecimentos relativos ao ambiente e à demografia".[33]

No mesmo sentido foi orientado o editorial do *San Francisco Chronicle*:

> De facto, as maiores ameaças à actual segurança são provavelmente encontradas em tão diferentes origens como salas de aulas superlotadas, instalações hospitalares subdotadas, campos petrolíferos reduzidos, rios desviados ou buracos na camada do ozono. [34]

As vias através das quais a rede de ameaças é influenciada pela alteração introduzida na economia global são correntemente vistas mais claramente que em debates relativos à competitividade e à segurança económica. Assumiu-se, então, que a competitividade será uma política industrial consistente com a liberalização do sistema económico global. Contudo, a estratégia de interdependência económica, tomada como consequência do desenvolvimento de tal política, do aumento de disponibilidade de tecnologias solicitadas pelos mercados comerciais e do incessante aumento de velocidade dos ciclos de produtos, debilitam a capacidade dos Estados em conseguir controlar essas novas tecnologias que são consideradas críticas para o fortalecimento da economia e para o poder militar.[35] Pelo simples facto de que

---

[32] Milton Friedman. "The Relation between Economic Freedom and Political Freedem" in *Capitalism and Freedom*. 1962. p. 7.
[33] Jessica Tuchman Mathews. "Redefining Security". *Foreign Affairs*. 1989. p. 162.
[34] Publicado em 28 de Dezembro de 1991. p. A18.
[35] Beverly Crawford. *The New Security Dilemma Under International Economic Interdependence*. 1994. pp. 25 a 55,

outros poderão obtê-las, também devem procurar restringir-lhes o seu acesso.[36] Ambas as contingências poderão acarretar ameaças.

De acordo com Crawford, os responsáveis dos Estados poderão responder de várias maneiras, de entre as quais a aparentemente mais eficiente seria tentar restringir a transferência de tecnologia para potenciais inimigos ou o comércio com parceiros de potenciais inimigos, limitando desta última forma, as quotas de mercado das empresas que produzam as mais inovadoras tecnologias. Poderiam entrar, igualmente, em projectos de co-produção ou encorajar alianças estratégicas entre empresas, se bem que, esta abordagem, possa vir a desacelerar o desenvolvimento económico. Tal opção colocaria o controle em mãos de actores que dominassem o mercado em vez de o colocar em forças militares. Neste caso, potencialmente inconfiável, o Estado aparece como um perdedor líquido quanto ao que se refere a segurança.[37] Esta reflexão será particularmente pertinente se tivermos em atenção as prospectivas adiantadas na última parte da presente tese que adianta o desenvolvimento tecnológico como garante da obtenção de novos e mais importantes recursos petrolíferos.

Porém, a ligação entre aptidão económica e militar é muito específica e claramente compreendida. A aptidão militar do Estado reside, não só na entrega de materiais estratégicos chave, como combustíveis e recursos energéticos, mas também, na propriedade de uma base industrial capaz de suportar as suas forças armadas.

A respeito do domínio das matérias-primas, Hans Morgenthau, destacou, em obra publicada logo a seguir ao fim da Segunda Grande Guerra Mundial, que:

> A absoluta importância do controlo de matérias-primas para o poder nacional aumentou de proporção com a modernização do armamento e, desde logo, certas matérias-primas ganharam nova importância em relação a outras. [38]

A Carta do Atlântico também é explícita no referente a esta matéria ao pretender "dar a conhecer certos princípios sobre os quais baseiam as suas esperanças num futuro melhor para o mundo" e onde os signatários afirmam esforçar-se:

---

[36] Teremos oportunidade de poder analisar com maior detalhe esta matéria na Parte IV da presente tese, ao registar acontecimentos de grande relevância na procura de obtenção de técnicas que permitissem atingir bacias petrolíferas jazentes a grandes profundidades.
[37] Beverly Crawford. Op. cit. p. 25 a 55.
[38] Hans J. Morgenthau. *Politics Among Nations.* 1948. p. 132.

> ... levando em consideração as obrigações já por eles assumidas, por abrir igualmente a todos os Estados, grandes ou pequenos, vencedores ou vencidos, o acesso às matérias-primas do mundo e às transacções comerciais que não são necessárias à sua prosperidade económica. [39]

Tem sido assinalado que a Carta do Atlântico foi considerada uma verdadeira codificação dos princípios mais adiantados do direito internacional na época da sua elaboração. Tendo em atenção que, tanto a Alemanha como o Japão, colocaram como uma das reivindicações das suas políticas (que as tinha conduzido ao conflito) o livre acesso às matérias-primas que os aliados lhes negaram, os signatários da Carta resguardaram-se ao registar que esse direito seria reconhecido "aos vencedores e aos vencidos". Esse direito de livre acesso às matérias-primas compreendia-se, de certo modo, num mundo colonial, que só seria reorientado a partir da Resolução da ONU "Soberania permanente sobre os recursos naturais" [40] e da "Carta dos direitos e deveres económicos dos Estados". [41] Estes textos versam sobre o que tem sido denominado de "soberania económica".[42] A este respeito, Celso Albuquerque esclarece que:

> A noção de soberania é jurídica e portanto formal, isto é, considera-se como "estado soberano" aquele que se encontra directa e imediatamente subordinado à ordem jurídica internacional. Entretanto, isto não corresponde a uma real autonomia ou independência por parte do Estado no sentido de possuir liberdade para a condução da sua política interna e externa. A "soberania económica" é o caminho para se tornar a "soberania" uma realidade e não apenas um conceito formal. [43]

Saliente-se que, quando os materiais estratégicos têm que ser obtidos fora do Estado, as ameaças à segurança dos fornecimentos podem ser classificadas como factores que envolvem a segurança nacional. Assim sendo, a segurança nacional pode ser definida como "a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação".[44]

---

[39] Estabelecida entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, e o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill. "Ponto 4. As barreiras alfandegárias devem ser reduzidas". Declaração editada em 14 de Agosto de 1941.

[40] Resolução 1803 (XVII) da Assembleia Geral da ONU, 14 de Dezembro de 1962. Ver Anexo I

[41] Resolução 3281 (XXIX). Adoptada pela Assembleia Geral da ONU. 15th reunião plenária. 12 de Dezembro de 1974. Ver Anexo I.

[42] Max Weber com a sua tipologia das legitimidades apresentou o domínio legitimado em bases racionais, assente na aceitação da legalidade das regras emanadas. Entendemos que, no presente caso, seriam as inscritas em Resoluções da ONU. *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology.* 1922. p. 215.

[43] "Autodeterminação" in *Estratégia. Legado político do Ocidente. O Homem e o Estado.* 1995. p. 276.

[44] António Silva Ribeiro. *Teoria Geral da Estratégia. O essencial ao processo estratégico.* p. 49.

Ameaças deste teor, penetram muito rapidamente na aptidão militar e podem, praticamente, ser encaradas à luz das ameaças de natureza militar.[45] Tais vulnerabilidades dão razão ao aparecimento de receios de extorsão, quando Estados usam as suas vantagens económicas para conseguir cedências de ordem política. As políticas petrolíferas dos anos 70 fizeram aparecer receios deste tipo de ameaça, de peso muito considerável, já que tais receios caem, geralmente, fora dos numerosos mecanismos normais de concorrência de fornecimentos, existentes no mercado global.

Salvo raríssimas excepções, a diversidade do sistema tende a oferecer fornecedores e mercados alternativos, que permitem ultrapassar quaisquer tentativas de uso de alavancas económicas para alcançar propósitos políticos específicos. Mesmo o bem colocado e organizado cartel do petróleo acabou por ser desfeiteado nesta via.[46] Nunca a existência do risco de tais vulnerabilidades seria suficiente, só por si, para promover a criação de uma segurança nacional de base lógica que evitasse dependências assimétricas ou excessivas, oferecendo oportunidades políticas para o uso de pressões económicas.

As ameaças de natureza económica assemelham-se a atentados ao Estado, no sentido em que conscientes acções externas por parte de outros resultam em perdas materiais, tensões em várias instituições do Estado e, até mesmo, em danos substanciais à saúde e longevidade das populações. Porém, a equivalência a um ataque militar não pode ser directamente estabelecida porque, enquanto um ataque militar cruza uma clara fronteira entre paz e procedimento agressivo, um ataque económico não se apresenta com essas características. O procedimento agressivo é normal na área económica e o risco de perdas faz parte do preço que tem que ser pago para ter acesso à oportunidade de ganhos. Partindo desta premissa, as ameaças de natureza económica são autoimpostas na medida em que seja tomada a opção de participar num modelo de produção e trocas, no qual tais riscos são endémicos, pelo que, deste modo, não há escapatória, pelo simples facto de que a maioria dos países apenas dispõe de uma hipótese mínima de escolha em participar ou não nesse modelo.

Contudo, os acontecimentos que ocorreram radicados na negação ao abastecimento continuado e garantido de petróleo bruto, foram de tal modo importantes que foi requerida a participação dos *policy makers* para interpretar as preocupações postas à segurança do Estado. Por outras palavras, as forças contemporâneas conduziram à demonstração de que a dimensão

[45] William J. Perry, *An Age of Hope.* 1996. p. 65.
[46] Ver subcapítulo "III.3.4 – A "arma-petróleo" virou-se contra o atacante".

militar de segurança fica, em muitos casos, submersa noutra, de factores não-militares que põe em causa a sobrevivência das comunidades políticas. Neste contexto é indispensável uma chamada de atenção para esta nova situação que se tem apresentado de forma muito diferente das que habitualmente envolvem o conceito estabelecido de que a "segurança militar" pode ser relacionada de forma relativamente menos significante com a preocupação de "segurança nacional", esta própria, muito diminuída. Deste modo, os *policy makers* confrontaram-se com um muito complexo envolvimento na área da segurança, no qual a dimensão militar apareceu entalada num conjunto de outros novos factores. Evidentemente, dada a diversidade de protagonistas que se movimentam no sistema internacional, é ingénuo generalizar, até porque, cada um deles dispõe de circunstâncias específicas que produzem distintas agendas de segurança. Porém, mesmo onde a dimensão militar se mantém de forma significativa (como em muitos dos Estados do Médio Oriente, por exemplo), não podemos ignorar os outros elementos não-militares que também entram na equação da segurança.[47]

Na esfera não militar, os problemas que se relacionam com a gestão dos recursos naturais e não só com estes, mas também com a poluição ambiental, só podem ser tratados em base colectiva. Isto não quer dizer que as iniciativas colectivas não vão surgindo e que acções individuais encetadas por parte dos Governos sejam irrelevantes para a gestão da agenda contemporânea, o que quer mais propriamente dizer, é que o modelo de interacção entre os protagonistas que influenciam e os que são influenciados por essa agenda é mais relevante do que em períodos passados.

A interdependência das economias acelerou-se. A economia tornou-se global com o retorno em força da geografia que se tornou parceira natural da economia. Desenvolveu-se um vastíssimo movimento de regionalização segundo a lógica da proximidade geográfica, da complementaridade e da interdependência económica. Logo, como assinala Lorot:

> Pode-se observar, após o início dos anos 1990, uma evolução singular: a economia torna-se num substituto da política e da ideologia como elemento de coesão nacional face ao estrangeiro; as questões económicas colocam-se no primeiro plano.[48]

Este sentimento reforçou-se com a aparição de uma multiplicidade de atitudes discricionárias, implementadas pelos Estados, que o enquadra habitualmente sob o vocábulo de "guerra

---

[47] Brian Hocking e Michael Smith. *World Politics. An Introduction to International Relations.* 1990 . p. 137.
[48] Pascal Lorot. *Histoire de la Géopolitique.* 1997. p. 89.

económica". O conceito merece ser tornado mais preciso porque comporta uma dimensão naturalmente geopolítica. Claro que nem todos os conflitos são económicos, mas na génese de grande parte deles existe muitas vezes uma móbil económico que, nalguns casos não passa de simples necessidade de sobrevivência e noutros a preocupação de dispor de hipóteses de resolução das dificuldades.

Quando se atinge uma situação deste tipo surge, frequentemente, a vontade consciente ou inconsciente de se apropriar de um território, de um mercado ou de um factor de produção que permita aumentar o poder ou a riqueza da colectividade em causa.

Será neste espírito que se inscreve a expressão "guerra económica" que comporta, por si própria, uma multiplicidade de situações. Portanto, fala-se de guerra económica quando se assiste a práticas sistemáticas por parte de um ou de vários países, susceptíveis de causar um significativo prejuízo à economia de outro país, desde e quando as práticas assim qualificadas contenham efeitos negativos, quer sejam imediatos, a longo prazo ou mesmo potenciais, sobre os parâmetros fundamentais a partir dos quais se aprecie, em última análise, o bom funcionamento das economias atacadas. [49]

As práticas relevantes da guerra económica abarcam um vasto leque de sectores da área económica. No caso de um embargo poderão consistir na recusa de venda ao país agredido de produtos que lhe são indispensáveis, como energia, matérias-primas industriais, produtos alimentares, materiais de certos níveis tecnológicos.[50] Podem revestir o aspecto de um "cartel ofensivo" destinado a aumentar, artificialmente, os preços dos seus produtos. [51]

Qualquer que seja a forma de que se revista a utilização de tais instrumentos, além de fragilizar a situação económica dos países agredidos também altera simultaneamente a capacidade de formular uma política de poder e a sua estabilidade e coesão internas.

---

[49] Ibidem. p. 90.

[50] Como definição de "embargo" poder-se-á admitir que se trata de uma proibição completa ou parcial de comércio ou de abastecimento a um determinado país. Reveste a forma de fortes medidas diplomáticas impostas por um país a outro e retirar-lhe o resultado de um factor de interesse nacional. *in* Charles R. Beitz. *Political Theory and International Relations.* 1979. pp. 46-47.

[51] Caso paradigmático terá sido a formação da OPAEP, em 9 de Janeiro de 1968, e o embargo árabe ao fornecimento de petróleo bruto aos Estados Unidos da América, em 20 de Outubro de 1973, de seguida alargado a Portugal e à Holanda, como iremos tratar, mais detalhadamente em próximos capítulos da presente tese.

I.1.2 – Do conceito de interesse nacional e de interesses vitais

Definir "interesse nacional" não se afigura tarefa fácil, tanto mais complexa se nos atendermos a matérias relacionadas com a economia ou com a ecologia que afectam directamente determinados grupos e tocam muito de perto a vida do cidadão comum.

Podemos começar por recordar a declaração de Lord Palmerston, quando se referia aos interesses ingleses postos em causa na Europa oitocentista:

> Nós não temos aliados eternos nem inimigos perpétuos. Os nossos interesses são eternos e perpétuos e esses interesses são o nosso dever a prosseguir.[52]

Pouco mais de trinta anos depois desta declaração surgiu uma outra discussão no seio da Casa dos Lordes, desta vez protagonizada por Disraeli, tendo sido registada a seguinte intervenção:

> Quando falamos de "interesse britânico" referimo-nos a interesses materiais britânicos, interesses do tipo dos que são origem de riqueza ou de segurança para o fortalecimento do país. [53]

Conhecem-se inúmeras situações e casos, disponíveis na história recente, que nos apresentam diferentes visões de interpretação de interesse nacional. Contraditórias e igualmente defensáveis pelos seus protagonistas.

As recentes perturbações à escala mundial, e as múltiplas revoluções tecnológicas ocorridas ao longo dos últimos decénios alteraram profundamente o poder dos actores internacionais. A atitude dos Estados e a sua capacidade de evoluir no espaço geopolítico encontram-se constrangidos pelas forças estruturantes da economia que se lhe impõem.[54]

Até que grau poderão depender as diferentes políticas externas dos regimes em que estão inseridas, continuará a constituir matéria sujeita a aceso debate. No parecer de Aron esta não é uma questão de teoria mas de facto. Apesar das acções externas dos Estados não serem menos

---

[52] Cit. David Stuart Brown in *Palmerston and the Politics of Foreign Policy. 1846-1855.* 2002. p. 82.
A afirmação terá sido proferida por Henry John Temple, 3º Visconde Lord Palmerston (1784.1865), numa sessão do Parlamento inglês, em 1848, quando desempenhava, pela segunda vez, as funções de Primeiro-Ministro no Governo de S. M. a Rainha Vitória.

[53] Cf. Martin Wight. "Theory of national interest" in *International Theory. The Three Traditions.* 1994.
Benjamin Disraeli, Primeiro-Ministro do Reino Unido ao tempo de S. M. Rainha Vitória (20 de Fevereiro de 1874 a 21 de Abril de 1880), num debate entre Granville e Beaconsfield ocorrido na Casa dos Lordes em 17 de Janeiro de 1878.

[54] Pascal Lorot. Op. cit. p. 87.

influenciadas por ideologias que as organizações das sociedades, dependem do período em que decorrem e das circunstâncias em que acontecem.[55]

Tendo em consideração que poderia ser considerado como o domínio do poder, Hans Morgenthau deu ao conceito de interesse nacional um cariz eminentemente específico. A dificuldade desta formulação residiria no facto de que apenas faria retroceder a tarefa da análise um passo atrás. Agora, teremos, continua o Professor, que:

> Determinar o que quer significar "poder", em que consiste e como poderia ser medido, será tarefa que se encontrava muito longe de ser fácil e ainda se tornou cada vez mais complexa.[56]

Os realistas afirmam que os Estados dispõem de uma muito pequena liberdade de opção na definição do seu interesse nacional devido às imposições do sistema internacional. Devem, contudo, definir o seu conceito de interesse nacional em termos de equilíbrio de poder ou não sobreviverão.[57] Assim sendo, a posição do Estado no sistema internacional implica como os seus interesses nacionais são definidos e determina as suas políticas externas.

A visão dos liberais difere muito substancialmente da dos realistas nesta matéria. Argumentam que os interesses nacionais são definidos por muito mais do que a posição do Estado no sistema internacional e que o liberalismo conta muito mais para as preferências do Estado e de como os seus interesses são formados.

Para os neoliberais, a definição de interesse nacional depende, em grande medida, do tipo de sociedade vigente no país. Os postulados realistas são mais adequados ao Médio Oriente e os liberais à Europa Ocidental. Logo, conhecer o contexto em que o país está integrado ajuda a seleccionar a teoria a adoptar.[58]

Numa perspectiva neoliberal, na eventualidade da existência de grupos de interesse económicos suficientemente fortes que consigam bloquear as políticas emanadas por um Governo, o executivo torna-se incapaz de implementar essas políticas. Em tal situação, a sua participação não poderá mais ser considerada. Os seguidores desta corrente das relações

---

[55] Op. cit, p. 280.
[56] *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace.* 1948. pp. 170-174.
[57] "Equilíbrio de poder" poderá corresponder à ideia que, apesar da força ser a característica definidora do sistema internacional, alguns padrões de força poderão induzir um grau de estabilidade. in Chris Brown. *Understanding International Relations.* 1997. p. 101.
[58] Kenneth Waltz. *War and Change in World Politics.* 1981. p. 46.

internacionais entendem que, qualquer que seja a forma de governo, os Estados actuam no seu interesse nacional.[59] Não obstante, deve-se salientar que qualquer alteração de coligação política doméstica pode necessitar de redefinição do interesse nacional.[60]

Cada Estado escolhe as suas próprias políticas. Contudo, escolher requer que se considerem os fins do Estado em relação à sua situação.

Neste sentido, devemos lembrar Kenneth Waltz quando afirma que:

> A acção apropriada do Estado é calculada de acordo com a situação na qual este se encontra.[61]

Para este académico, os Estados, especialmente os grandes, são como grandes corporações. Estão, ao mesmo tempo, limitados pelas suas situações e capacitados para agir. Têm que reagir às acções de outros tendo em mente que podem ser alteradas pela reacção. As grandes potências, como as grandes corporações, terão que ter sempre em consideração as reacções dos outros. Como num mercado oligopolizado, o resultado é indeterminado. Tanto a situação como os actores exercem influência, mas nenhum controla. Ao comparar nações e corporações, a noção evasiva do interesse nacional clarifica-se. Nesta matéria Hans Morgenthau é mais afirmativo:

> Por assunção, os actores económicos procuram maximizar os resultados esperados e os Estados lutam por assegurar a sua sobrevivência. [62]

Persistem muitos factores que reflectem o conflito de interesses nacionais dos Estados, particularmente os que concorrem para a segurança nacional, como os acontecimentos da chamada alta política, pelos quais os governos são chamados a actuações belicistas se tudo o mais falhar.[63]

Logo, afirmar que um país actua de acordo com o seu interesse nacional significa que, tendo examinado os seus requisitos de segurança, tenta alcançá-los. A noção de que os movimentos diplomáticos e militares devem ser cuidadosamente planeados para que a sobrevivência do Estado não corra perigo, está inclusa no conceito de interesse nacional.

---

[59] Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, Jr,. *Power and Interdependence*, 2001. p. 207.
[60] Kenneth Waltz. Op. cit. p. 13.
[61] Idem. *Teoria das Relações Internacionais.* 1979. p. 186.
[62] Op. cit, p. 186.
[63] Brian Hocking e Michael Smith. Op. cit. p. 6.

Não podemos deixar de recordar que Kenneth Waltz contribuiu decisivamente para a instauração da corrente neo-realista das relações internacionais através de três imagens ou níveis de análise: a política internacional é prioritariamente guiada pelas acções de indivíduos ou resultado de forças psicológicas; a política internacional é guiada pelos regimes estatais domésticos e realça o papel de factores sistémicos; o efeito da anarquia internacional sobre o comportamento dos Estados deve ser observado numa perspectiva em que não há um corpo soberano que governe os Estados-Nação. [64]

Neste sentido Aron postulou que a pluralidade de objectivos concretos e de objectivos finais impede qualquer definição de "interesse nacional", mesmo quando esta última não envolve, ela própria, a ambiguidade que liga o interesse colectivo à ciência económica, dado que as colectividades são compostas de indivíduos e de grupos, cada um deles procurando atingir os seus próprios objectivos, maximizar os seus recursos, a sua quota do produto nacional ou a sua posição na hierarquia social (do poder). Estes indivíduos ou estes grupos não são concordantes uns com os outros no que se refere aos seus interesses, expressos no seu comportamento ou na sua atitude e, em conjunto, não constituem o interesse nacional. Mesmo no âmbito da matéria económica, o interesse geral não é deduzido dos interesses privados ou colectivos. A taxa de crescimento, a repartição de recursos entre consumo e investimento, a proporção alocada às forças armadas ou a acções externas são determinadas por decisões que a prudência inspira mas que a ciência não consegue determinar.[65]

Na proposta de Couto e Silva, teremos que:

> Os objectivos nacionais permanentes não são mais que a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência como grupo, isto é, asseguradas as condições básicas de autodeterminação, integração crescente e prosperidade, dentro do quadro espacial, seja imposto pela tradição histórica, seja requerido por condições julgadas essenciais àquela mesma sobrevivência. [66]

---

[64] *Man, the State and War. A Theoretical Analysis.* 1954. pp. 42, 80 e 159.
[65] Raymond Aron. Op. cit. p. 92.
[66] "Formulação de um conceito estratégico nacional" in *Geopolítica do Brasil.* 1957. p. 251.

A definição de Brian Hocking incide nos mesmos objectivos a que não se refere como permanentes, se bem que se considerem implícitos na sua defesa a "preservação da soberania e segurança numa base de sobrevivência e prosperidade nacionais." [67]

Tendo em conta a sua intrínseca ambiguidade, o conceito de interesse nacional revela-se da maior importância em qualquer tentativa de o descrever, explicar, predizer ou prescrever no mais alargado âmbito internacional, dado que a justificação primária da acção de um Estado será o interesse nacional. Trata-se de saber quem deve decidir as prioridades de acção do Estado, quando e como devem ser implementadas, quem define quais são os seus inimigos e designa os seus amigos, e que papel deve o Governo desempenhar perante situações internas complexas que ponham em causa objectivos e valores nacionais.

Por outro lado, como os realistas reforçam o papel desempenhado pelo interesse nacional na determinação da conduta do Estado, qualquer Governo, actuando democraticamente ou não, perseguirá esses interesses, nos quais os teorizadores vêem um mundo anárquico de "um contra todos". De uma forma geral, os seguidores da escola realista olham para os Estados como "actores unitários", entidades que comportam um conjunto de valores, preferências e objectivos que falam a uma só voz: o interesse nacional. Poder-se-á acrescentar que tais objectivos são determinados pelo poder do Estado, sobretudo onde está colocada a sua hierarquia global de poder. Os liberais alertam para a possibilidade das teorias realistas se poderem tornar meras tautologias, declarações que se tornem meras definições, logo, impossíveis de refutar. [68]

A corrente realista assume que o seu conceito-chave de interesse nacional, definido como poder, apesar de ser uma categoria objectiva universalmente válida, não garante que o conceito seja conservado de uma vez por todas. A ideia de interesse deriva, portanto, da essência da política e não é influenciado por circunstâncias decorrentes de tempo ou de espaço.[69]

Robert Gilpin adianta, sobre esta matéria, que os Estados podem aprender a ser mais doutos na definição dos seus interesses e a ser mais cooperativos nos seus comportamentos.[70] Por seu turno, Couloumbis, defende que o interesse nacional deve ser visto como uma síntese de

---

[67] Op. cit. p. 173.
[68] Bruce M. Russett e Harvey Starr. *World Politics: The Menu for Choice.* 1981. p. 169.
[69] Hans J. Morgenthau. Op. cit. "Six Principles of Political Realism". p. 10.
[70] Op. cit. p. 227.

abordagens objectivas e subjectivas. As decisões tomadas pelo executivo são geralmente designadas para promover o interesse nacional na justa medida em que este é entendido e definido pelos decididores que, no final, justificam as decisões tomadas como estando subordinadas ao interesse nacional.[71]

Ao pretender determinar inteligente e realisticamente como e quais interesses nacionais deverão ser perseguidos em face de determinada situação política, surgem diferentes variáveis relacionadas com a qualidade, com a personalidade e com os ideais dos decididores, os tipos de filosofias das estruturas e dos procedimentos governamentais, os usos e costumes e os estilos culturais das sociedades, a localização geopolítica e as capacidades dos vários países e, finalmente, os tipos de desafios e de pressões que cada país enfrenta dos seus vizinhos, grandes potências e organizações internacionais.[72]

A ideia residual inerente ao conceito de interesse nacional será a sobrevivência, dado que, segundo Hans Morgenthau, o requerimento mínimo de um Estado-nação é a protecção da sua identidade física, política e cultural contra a sua usurpação por outros Estados-nação.[73] Transpondo o conceito para objectivos mais específicos teremos que: a preservação da identidade física encontra-se ligada à manutenção da sua integridade territorial, a preservação da identidade política encontra-se ligada à preservação dos regimes político-económico existentes e a preservação da identidade cultural encontra-se ligada às normas étnicas, religiosas, linguísticas e históricas. A partir destas assunções gerais, os líderes do país podem gerar políticas cooperativas ou conflituosas, como armamentos competitivos, equilíbrio de poder, ajuda externa, alianças, subversão e atitudes belicistas económicas e psicológicas. Em última análise, competirá ao Governo, através das suas Agências especializadas, a definição e a implementação das políticas de interesse nacional.[74]

Devemos ressalvar que, de acordo com Collins, os interesses nacionais são abstracções altamente generalizadas que reflectem as vontades e as necessidades básicas de cada Estado, por vezes muito difíceis de identificar. Por certo, o único interesse vital de segurança nacional será a sobrevivência do Estado, considerando um grau aceitável de independência, integridade

---

[71] Theodoren A. Couloumbis e James H. Wolfe. *Introduction to International Relations. Power and Justice.* 1978. p. 98.
[72] Ibidem, p. 99.
[73] *Dilemmas of Politics.* 1958, p. 65.
[74] Ibidem, p. 74.

territorial, modos de vida tradicionais, instituições fundamentais, valores e honra intactos. Nada mais interessará se o país for exterminado da sua condição de entidade soberana. [75]

Os critérios de definição de interesse nacional, com cabimento no de dependência externa, aplicados a países que se encontram exageradamente dependentes de "protectores" externos podem conduzi-los a necessidades, directrizes ou ditames emanados por estes que interfiram, de forma demasiado significativa, na via considerada de interesse nacional.

Torna-se evidente que as decisões tomadas em matérias de interesse nacional não são formulações puramente científicas ou matemáticas que resultem de vantagens óptimas para o Estado-nação. Pelo contrário, as decisões tomadas em matérias de interesse nacional parecem ser produto de vontades divergentes, ambições, motivações, necessidades ou procura de resolução de situações conflituosas.

Note-se que os regimes políticos em curso num dado período que presidam às organizações de um certo tipo de sociedade, apresentam inevitavelmente características comuns. Poderão diferir na forma de designação dos que manejam a autoridade soberana, pela maneira como tomam as suas decisões ou até mesmo pelas relações que estabelecem entre os indivíduos, a opinião pública e os grupos sociais, por um lado, e, por outro lado, os que governam. Os mesmos políticos não atingem o poder em todos os regimes, não actuam de forma idêntica sob as mesmas condições ou sob as mesmas pressões. Apesar de poder ser refutado por factos históricos, poder-se-á afirmar que os mesmos políticos em circunstâncias diferentes ou diferentes políticos nas mesmas circunstâncias tomarão decisões equivalentes que implicam que a política externa seja rigorosamente determinada por causas impessoais ou que a conduta das unidades políticas seja controlada pelo interesse nacional capaz de uma definição racional e que vicissitudes causadas por oposições internas e mudanças de regimes não modifiquem a sua definição.[76]

Como Samuel Beer postulou:

---

[75] John W. Collins. *Grand Strategy. Principles and Practices.* 1973. p. 1.
[76] Raymond Aron. Op.cit. p. 280.

> Não há uma única via de apresentação do problema em questão. Homens práticos, poetas, historiadores, filósofos, todos eles têm a sua particular via de apresentação e, se possível, de resolução. [77]

Repare-se que, em assuntos internos, o Estado opera como a última fonte de autoridade legitimada, enquanto em assuntos internacionais o contexto político é composto por muitos Estados, todos eles clamando por igualdade soberana e pelo direito ou obrigação de defesa dos seus próprios interesses. Cada Estado, grande ou pequeno, exibe a sua certidão de soberania e quer ser tratado de igual para igual.[78] A autoridade encontra-se descentralizada entre Estados e não existe nenhum mecanismo confiável através do qual possam persuadir ou compelir a cumprir com os desejos de uma única autoridade. As consequências deste estado de coisas para o clima geral do mundo político são muito profundas, a partir da ideia de um "mundo de Estados" em que todos tentam promover o seu interesse nacional e a sua própria segurança nacional, comportando em si própria a possibilidade de uma guerra de todos contra todos. [79]

Saliente-se que autoridade legitimada não deve ser confundida com simples poder. A legitimidade confere poder mas não é poder. A autoridade legitimada e o poder estão relacionados mas não são o mesmo. O poder pode ajudar a estabelecer legitimidade. [80]

Para Adriano Moreira "existe uma relação de eficácia entre o poder e a legitimidade, não obstante esta ser uma relação de poder com certo sistema de valores." Para acrescentar, de seguida, uma definição mais esclarecedora do conceito em que se "supõe admitida a distinção entre a legalidade, relação do poder com a lei, e a legitimidade, parecendo que esta tem como critério mais geral e permanente o da vinculação do poder aos fins que o grupo político, como sociedade global, considera valioso." [81]

Contudo, para Sousa Lara, a legitimidade do poder será "a relação da conformidade entre a origem e a conduta do poder e o disposto em regras morais ou religiosas determinantes para grupos sociais definidos." [82] Ressalva, porém, que reconhece ainda uma distinção clássica que se regista e que se distingue entre a legitimidade de origem, de título ou inicial e a

---

[77] *The City of Reason.* 1949. p. 114.
[78] Políbio F. A. Valente de Almeida. Op. cit. p. 9.
[79] Brian Hocking e Michael Smith. Op. cit. p. 181.
[80] Sohail Hashmi. *State Sovereignty. Change and Persistence in International Relations.* 1997. p. 17.
[81] "Os fins do Estado" in *Estudos Políticos e Sociais.* 1968. p. 5.
[82] *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão.* 2011. p. 258.

legitimidade de função, de eficácia ou de exercício, esta última referindo a relação de conformidade entre o poder em causa e o fim ou fins a que se destina. [83]

Porém e de acordo com a análise de Wight, o poder nacional e o interesse nacional encontram-se em estreita correlação. Duas faces da mesma moeda: um preocupa-se com a capacidade e o outro com o direito.[84]

Por sua vez, Clinton argumenta que a confusão acerca da asserção de interesse nacional e do seu uso como justificação para acções do Estado provêm da falta da sua clareza conceptual.[85] Identifica, portanto, duas asserções do conceito: por um lado considera interesse nacional como bem-comum da sociedade nacional e, por outro, como o discreto objecto de valor sobre o qual os Estados negoceiam no seio da política mundial. Continua a defender que as políticas que forem sensíveis a ambas as asserções podem prover o melhor guia para a conduta ética do Estado.

Qualquer que seja uma política externa séria deve começar pela necessidade de sobrevivência. E qualquer sobrevivência tem as suas necessidades práticas. Uma nação não deve delegar, voluntariamente, o controlo do seu futuro. Para uma grande potência, pôr a sua segurança à mercê de outrem, é a abdicação da sua política externa.[86]

Poderemos adiantar a definição de estatuto de grande potência atribuída a Silva Ribeiro como:

> O resultado da combinação de auto convencimento e declaração do próprio e do reconhecimento e do respeito dos outros e implicará dispor de capacidade económica e militar, além de capacidade política e social, para cabal desempenho de um papel relevante nos assuntos internacionais.[87]

Poder-se-á afirmar que um Estado só terá uma existência segura quando for capaz de conceber e de executar uma política externa autónoma com capacidade para determinar e defender, em seu benefício, uma forma de equilíbrio entre os diferentes Estados que, em cada

---

[83] Ibidem, p. 258.
[84] Martin Wight. "Theory of national interest" in *International Theory. The Three Traditions*. 1994.
[85] David W. Clinton. "The national interest: Normative Foundations" 1986. p. 495-519.
[86] Henry Kissinger. "Continuity and change in American foreign policy". 1998. pp. 184-192.
[87] Apontamentos 2011.

momento e por diferentes razões, se digladiam. A confluência das diversas interpretações de equilíbrio e as contingências da sua manutenção constituem a situação internacional. [88]

Beard foi mais redutor ao postular que:

> A primeira lei dos Estados, bem como dos homens, é a autoconservação – um termo que não pode ser reduzido a uma mera posse de uma ronda existencial estacionária. [89]

Para Adriano Moreira os objectivos ou interesses nacionais dependem do modelo político vigente no Estado, pelo que afirma que:

> Os clássicos fins do Estado, conservação, justiça e bem-estar, todos compreendidos no bem comum, são categorias abstractas que só ganham sentido em face de cada modelo político concreto, situado no tempo e no espaço. [90]

Porém, Sondermann é bem mais crítico em relação a estas matérias, ao avançar com uma drástica observação:

> O conceito de interesse nacional é demasiado vasto, demasiado geral, demasiado vago e demasiado inclusivo para poder ser elaborado.

Para seguir:

> Quando fórmulas políticas, tais como "interesse nacional", ganham popularidade, necessitam ser escrutinadas com um cuidado muito especial. Podem não querer dizer a mesma coisa para povos diferentes. Nem necessitam de dizer sempre a mesma coisa... Porém, o que é verdadeiro em relação ao poder, também é verdadeiro para outras formulações de conteúdo e de conceito do interesse nacional. Termos como sobrevivência, autoconservação, independência, soberania – que geralmente dizem constituir a base de proposta das políticas externas dos Estados – serão encontradas após exigente inspecção, de forma a ocultar uma imensa quantidade de ambiguidades.[91]

---

[88] Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força.* 1987. p. 11.
[89] Charles A. Beard. "The idea of national interest". *The Idea of National Interests. An Analytical Study in American Foreign Policy.* New York. Macmillan. 1934. p. 338.
[90] Op. cit. p. 7.
[91] Cf. Fred A. Sondermann. "The Concept of the National Interest" in *The Theory and Practice of International Relations.* 1991.

Numa tentativa de categorização básica de interesses, apresentada por ordem decrescente da sua dimensão, Northedge prescreve cinco principais: a *autoconservação*, considerada numa base de manutenção da integridade física do país e da unidade do seu povo, para a qual, a ideologia deve estar subordinada ao princípio *salus populi suprema lex*; a *independência* integrando a relativa liberdade de interferência em assuntos internos por parte de outras potências e um ponto de vista independente em assuntos externos; a *intervenção na comunidade internacional*, com atributos garantidos de influência, autoridade e estatuto adequado; *posicionamento no sistema internacional* com direitos e privilégios exercidos para além das fronteiras da nação e compromissos e obrigações assumidos, tendo em consideração os interesses dos outros países na ordem internacional e a *consideração das expectativas e pedidos do povo*, em relação à exigência de mais altos padrões de vida, os quais, em última análise, seriam sacrificados, se necessário, aos mais altos interesses nacionais, nomeadamente em tempo de guerra.[92]

O princípio *salus populi suprema lex* já tinha sido muito anteriormente defendido por Locke quando afirmou que é certamente tão justo e fundamental como uma regra que, quem a siga sinceramente, não pode errar perigosamente.[93]

Tendo em consideração as preocupações nacionais, os interesses funcionais das nações são escalonados por Charles Marshall que, apesar de os considerar indefinidamente enunciáveis, os integra em seis ordens de prioridade: evitar guerras, evitar inflação, dispor de uma economia civil próspera, encontrar patamares comuns nos quais se assente com outras nações que sejam chamadas à responsabilidade, conservar o acesso a vias marítimas estratégicas e a matérias-primas vitais e proteger adequada e seguramente os cidadãos que se encontrem fora do território.[94]

No que se refere ao grau de preocupação, Plischke defende que os interesses nacionais se podem considerar: *cruciais*, os considerados absolutos e os que afectem a existência da nação; *importantes*, se forem consequentes mas não necessariamente cruciais e *subordinados*, se, apesar de desejáveis, não são, claramente, nem absolutos nem críticos.[95]

---

[92] Cf. F. S. Northedge. *Foreign Policies of the Powers*. 1974.
[93] John Locke. *Second Treatise of Government.* (1689) 1982. p. 97.
[94] Cf. *The Limits of Foreign Policy.*1954.
[95] Cf. Elmer Plischke. *Foreign Relations. Analysis of Its Anatomy.* 1988.

Sob esta interpretação alargada que reconhece os interesses nacionais distinguidos entre interesses primários e secundários, podemos deduzir que reflectem diferentes graus de significado e tanto podem ser situacionais como processuais e até substantivos, tanto contemporâneos como históricos, como de futura aplicabilidade, tanto permanentes como variáveis, tanto externos como externos, tanto global como regional, tanto de curto como de longo prazo, tanto maleáveis como inflexíveis, tanto tangenciais como pivotantes, tanto negociáveis como indispensáveis. Visto desta maneira, na prática se não em teoria, por vezes, interesses específicos podem ser concorrenciais ou conflituais, pelo que as opções devem ser tomadas sob prioridades estabelecidas, baseadas em imperativos e vontades nacionais, tendo em consideração a sua praticabilidade.

Dada a panóplia de interesses citada e o seu diferente impacto no processo das relações externas, os analistas políticos apresentam como claramente necessário, ponderá-los e estruturá-los de forma racional.

A literatura elaborada acerca desta matéria encontra-se repleta de hipóteses e de abordagens.

Hans Morgenthau reconheceu uma clara distinção entre eles, classificando-os em interesses primários e interesses menores.[96]

Kaplan defendeu que existem interesses nacionais e necessidades nacionais, reconhecendo que se deve considerar uma diferença entre o interesse nacional e outros interesses.[97]

O sistema também é analisado por Nuechterlein que defende uma matriz de interesse nacional que, segundo o seu critério, seria mais útil e sofisticada. Considera dois conjuntos de factores essenciais, comportando cada um deles quatro componentes, e designa-os por "interesses básicos a garantir" e por "intensidade dos interesses".

Os interesses básicos funcionais a garantir incluem, segundo a sua visão: a *defesa da pátria*, numa perspectiva de protecção da população, do território e instituições nacionais ou do interesse de defesa nacional contra agressores externos; o *bem-estar económico* que abarca a promoção do comércio externo e do investimento, e inclui a protecção dos interesses privados em países estrangeiros ou o interesse económico nacional; uma *ordem mundial favorável* que permita o estabelecimento e manutenção de um ambiente internacional pacífico no qual as

[96] *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace.* 1948. pp. 451-461.
[97] Morton A. Kaplan. *Systems and Processes in International Politics.* 1957. p. 151.

disputas possam ser resolvidas pacificamente e de uma defesa mútua, de segurança colectiva ou do interesse de segurança internacional, a operar de forma a deter agressões; e, por último, a promoção dos valores ou ideologia pela promulgação e apoio de ideais que, presumivelmente, sejam considerados universalmente bons e merecedores de emulação por outras nações. [98]

Quanto à intensidade dos interesses, admite poderem variar no tempo e na oportunidade, pelo que, considera prioritariamente: a *sobrevivência*, quando a verdadeira existência da nação se encontre em perigo; interesses *vitais*, que constituam prováveis danos sérios para a segurança ou ao bem-estar da nação e que impliquem severas medidas, incluindo probabilidade de acções militares, a serem rapidamente tomadas; interesses *maiores*, quando possam ocorrer danos potenciais para a nação se não forem tomadas acções que contenham desenvolvimentos desfavoráveis e interesses *periféricos ou menores* que, mesmo pequenos, se qualquer dano puder resultar se não for desencadeada acção adequada.[99]

Esta gradação considera a dimensão "tempo", com os interesses de sobrevivência a pedirem imediata atenção, os interesses vitais a necessitar de planeamento urgente, os interesses maiores a requerer estudos sérios e os interesses periféricos a sugerir vigilância atenta. Ao propor estas quádruplas categorizações, salienta os interesses considerados subsidiários para a sobrevivência mas que contêm sérios danos potenciais a requerer atenção urgente mas não necessariamente resposta imediata. Assim, os interesses relacionados com a sobrevivência denotam uma iminente e credível ameaça de destruição massiva à pátria e que os interesses vitais são os que podem ser cruciais para a nação, mais potenciais que iminentes e tão importantes para o bem-estar da nação que permitam à sua liderança poder recusar compromissos que considere toleráveis.

Para Adriano Moreira não parece que a questão da densidade ideológica do Estado – a questão de saber qual a dimensão ideológica aceitável ou excelente para a eficácia do poder - possa ter uma resposta uniforme, válida para todos os tempos e modelos políticos. [100]

Contudo, para Gray, a gradação é mais nebulosa:

---

[98] Donald E. Nuechterlein. *National Interests and Presidential Leadership: The Setting of Priorities.* 1978. pp. 4 a 12.
[99] Ibidem.
[100] Op. cit. p. 6.

> Há muitas armadilhas no caminho de uma identificação permanente de interesses nacionais, quando à decisão de quais são vitais e quais não são. A precedência lógica entre os vários interesses que os estadistas poderão afirmar é muitas vezes confundida pela pressão dos acontecimentos. Um país com interesses e compromissos globais encontra-se sempre vulnerável ao encargo a que está comprometido. De facto, em sentido estrito, estará sobre-comprometido. [101]

Podemos encontrar uma diferente visão em Walter Lippmann que associa a sobrevivência e outros interesses críticos a interesses vitais mas difere na conceptualização. Segundo este cientista político, quando se fala em interesses vitais da nação pretende-se referir aos interesses que o seu povo aceitou defender até com risco das suas próprias vidas, para os quais está preparado para morrer em defesa de tais interesses que transcendem as suas próprias vidas.[102] Esta interpretação é apoiada por Holski que a descreve como um núcleo de interesses pelos quais grande parte das populações está disposta a aceitar os derradeiros sacrifícios.[103]

Interpretação alternativa é apresentada por Hartmann que entende interesses vitais como aqueles pelos quais uma nação está disposta a entrar em guerra e associa-os ao núcleo irredutível de interesses nacionais para os quais um Estado está normalmente disposto a lutar imediatamente por eles. Para que acontecesse semelhante situação bastaria que se sentisse desesperada e desclassificada em termos de poder nacional.[104] Também Van Dyke corroborou esta asserção ao declarar que uma nação está disposta a entrar em guerra se necessário.[105]

Porém, Nuechterlein defende uma interpretação mais flexível e utilitária ao estipular que os interesses vitais são, de entre os interesses nacionais, os indispensáveis e intrinsecamente inegociáveis e que serão preservados a qualquer custo, incluindo o recurso à força se necessário.[106]

Poderemos, no entanto, encontrar em Plischke, alguns pontos de unanimidade relativamente ao enunciado de interesses vitais, como sejam a preservação da independência, a identidade nacional e a integridade territorial, muitas vezes expressa como manutenção da soberania nacional. Igualmente também ligados à libertação de subversão estrangeira ou de invasão

---

[101] Colin S. Gray. "Of National Interests" in *The Geopolitics of Super Power.* 1988. p. 66.
[102] *U. S. Foreign Policy: Shield of the Republic.* 1943. p. 86.
[103] K. J. Holsti. *International Politics: A Framework for Analysis.* 1967. p. 132.
[104] Frederick H. Hartmann. *The Relations of Nations.*1957. pp. 5 e 73.
[105] Vernon Van Dyke. *International Politics.* 1957. p. 200.
[106] Op. cit. pp. 4 a 12.

militar, à salvaguarda da ordem política, económica e social nacionais contra interferência interna ou externa, a preservação do bem-estar nacional e a conservação da honra e prestígio nacionais.[107] Se esta panóplia de interesses nacionais fosse delineada em políticas internacionais práticas, verificar-se-ia que variava de país para país e com o decorrer dos tempos, pelo que poderia incluir, neste caso, a protecção de certos direitos legais, como autodeterminação, inviolabilidade diplomática, expatriação e liberdade de trânsito internacional. Podendo, igualmente, considerar desempenhos particulares internacionais da nação, como seja o envolvimento em decisões à escala internacional, as relações diplomáticas e negociação de tratados ou as relações comerciais necessárias à manutenção da existência económica da nação.[108]

Esta grelha de interesses ainda poderia comportar uma relação de práticas internacionais estabelecidas, ao poder incluir, entre outros interesses, a garantia de segurança pessoal e respectivo tratamento a prestar aos líderes políticos aquando de visita a países estrangeiros, a nomeação de embaixadores e de outros diplomatas, o lançamento de testes espaciais, a preservação do território nacional quando sirva de base a operações militares por terceiras potências sem o seu prévio consentimento.

A tentativa de elaboração de uma listagem completa seria demasiado exaustiva se se pretendesse ter em conta todos os interesses nacionais a defender ou a preservar. Até mesmo a dificuldade de estabelecer uma linha divisória entre as categorias de interesses nacionais vitais e menores, apesar da sua óbvia definição apresentada em qualquer dicionário, geralmente sobressairia a sobrevivência ou outro interesse da mesma ordem de grandeza. Esta abordagem parece inadequada, dado que, ao tratar-se de matérias relacionadas com a prática de relações externas, o julgamento estará sujeito a interpretações quer humanas quer políticas. Cada nação decidirá por ela própria as matérias que considerará vitais pelo que não poderão ser encontrados interesses que se possam prescrever objectiva ou automaticamente que permitam o estabelecimento de tal divisão.

Grande parte dos investigadores a operar nestas matérias não tem reduzido os recursos aos exclusivamente extrínsecos como meios de influência. Outros dão muito mais atenção a formas de poder baseadas em recursos intelectuais como: conhecimento, informação,

[107] Op. cit. p. 57.
[108] Ibidem.

habilitação, que poderão atribuir novas formas de poder funcional ou intrínseco.[109] Nesta visão poderemos aceitar o que nos propõe Costa e Silva ao indicar como componentes de factores positivos s intrínsecos, pela sua natureza, valor actual e em futuro próximo.[110] Contudo, Valeri Ledyaev afirma que o desempenho dos recursos intrínsecos e extrínsecos numa relação de poder será, em sentido definido, o mesmo: ambos actuam como meios através dos quais um actor poderá influenciar outro. Deste modo, a habilitação, o conhecimento e a solidariedade poderão ser equiparados a outros recursos de poder que poderão ou não, ser utilizados nas mesmas circunstâncias. Sublinhe-se, porém, que os recursos intrínsecos só constituem um poder potencial, não sendo, necessariamente eles próprios poder. Poderemos salientar que existirão situações em que o poder de indivíduos ou grupos sobre outros indivíduos ou grupos esteja apenas baseado nos seus recursos extrínsecos, como seja força física, conhecimentos em áreas muito particulares ou puras técnicas de manufacturação. [111]

Como defende Adriano Moreira, o critério mínimo de soberania é a simples personalidade internacional, e o "poder", em que a soberania se traduz, deixou de ser correspondente aos tradicionais índices de força, para se traduzir num poder funcional. [112]

Resulta desta ordem de reflexão que existe uma extensa diversidade entre interesses mínimos vitais - considerados como núcleo irredutível - e um potencial espectro máximo de preocupações consideradas como vitais. Outra dificuldade deriva da necessidade de reorientação periódica e de re-hierarquização dos interesses nacionais de acordo com as novas realidades emergentes num mundo em constantes e rápidas mudanças, considerando, nomeadamente que o interesse nacional poderá ser confirmado ou promovido em consequência de perdas ou ganhos de poder.

De acordo com os conceitos desenvolvidos por Hans Morgenthau, a dificuldade residiria na definição de "poder", em que consiste e como pode ser medido ou ponderado, tarefa que não se afigura fácil de satisfazer e que se torna cada dia mais complexa. Ao procurar ultrapassar o problema, argumentou que o poder será a via pela qual o interesse nacional poderá ser

---

[109] Mais tarde Joseph S. Nye definiu esta forma de poder, que denominou de *soft power*, como sinónimo de qualquer forma de poder que não a força militar. *The Future of Power.* p. 81.
[110] Op. cit. p. 254.
[111] *Power: a conceptual analysis.* 1997. p. 136.
[112] *Ciência Política.* Op. cit. p. 352. Joseph S. Nye, intitulou-o de *soft power* e argumentou que esta forma de poder surgiu como alternativa ao poder político primário. *The Future of Power.* p. 80.

medido, apesar da construção do poder constituir um dos principais objectivos da política externa. [113]

Neste sentido concorrem também Nye e Keohane ao defenderem que o poder será apenas um sub-objectivo do interesse nacional e um seu objectivo instrumental, mais que um valor fundamental em si próprio.[114]

Mais recentemente a conservação do ambiente passou a ocupar um lugar muito especial na primeira linha dos interesses nacionais. O ecologismo apresentou, na década de 1970, uma nova abertura de esperança para um tipo diferente de ordem mundial, a partir de duas questões que poderiam prover a base para uma nova ordem mundial: a crescente importância dos actores transnacionais e não-territoriais e a igualmente crescente interdependência sob condições de escassez. Falk argumentou que poderia ocorrer uma gradual evolução de situações básicas, valores populistas que poderiam transcender o Estado-Nação. O anticolonialismo, o antirracismo, maior equidade e equilíbrio ecológico poderiam conduzir, não só a um fortalecimento das maiorias na Organização das Nações Unidas, mas também à criação de novos regimes por manobra da escassez dos recursos mundiais. O resultado final seria o de conseguir obter mais e melhores normas de paz internacionais, justiça e equilíbrio ecológico, além de uma nova configuração da ordem mundial.[115] Nye contrapôs que Falk terá sobrestimado a eventual escassez de recursos e quanto as novas tecnologias poderão compensar essa escassez. [116]

Quanto ao que se refere à paz, parece argumentável que pode ser simultaneamente entendida como uma aspiração, um ideal, um interesse nacional e um objectivo fundamental. Porém, quando for reduzida a efeitos práticos por intermédio de políticas e acções necessita de ser convertida aos seus objectivos específicos que implementam esses sub-objectivos como seja o equilíbrio de poder ou o desequilíbrio a seu próprio favor, o emprego de técnicas diplomáticas para conseguir a cooperação de outros países, a direcção e a resolução de crises, o desarmamento de nações, a aplicação de leis de direito e a proscrição da guerra. [117]

Acerca desta matéria Dougherty reflecte que, a nível abstracto, o relacionamento entre geografia e poder reside na habilidade de, em qualquer oportunidade, um qualquer Estado

---

[113] Op. cit. p. 5.
[114] Joseph Nye e Robert Keohane.t *Power and Independence*. 2001. p. 30.
[115] Cf. Richard A. Falk, *A Global Approach to National Policy*. 1975.
[116] Joseph Nye. *Understanding International Conflicts. Na Introduction to Theory and History*. 2000. p. 209.
[117] Elmer Plischke. "Vital interests" in *Foreign Relations. Analysis of Its Anatomy*. 1988. p. 97.

utilizar o poder para influenciar ou controlar um território desejado, identificado como de importância estratégica. Afirma, de seguida, que no mundo geopolinómico ou geoeconómico, o relacionamento entre geografia e poder está fundado na habilidade de utilizar bens, serviços e informação de forma mais eficiente e rápida de um ponto para outro. [118]

Neste sentido, assumem especial notoriedade as preocupações acerca das questões ambientais que tenderam a aumentar a importância de tais factores como determinantes, ou pelo menos, condicionadores das atitudes políticas. Não apenas nos limites da conduta humana, mas também a disponibilizar oportunidades. A desigual distribuição de recursos, bem como diferenças geográficas e climáticas, moldam o poder potencial dos Estados. A dimensão do país pode influenciar a disponibilidade de recursos naturais próprios e o clima pode afectar a mobilização dos recursos humanos necessários à sua exploração. Note-se que a variação destes factores pode ter implicações de crucial importância na estrutura do sistema político e de influenciar a sua capacidade de sobrevivência sob tensão. Sublinhe-se que os recursos não têm uma duração ilimitada e sempre definida do mesmo modo. Ou se esgotam ou mudam de valor.[119]

Seria de esperar que surgisse uma voz dissonante em relação a estas matérias e Stiglitz apressou-se a chamar a atenção para alguns potenciais inconvenientes de investimentos mal implementados ao afirmar que;

> O investimento directo estrangeiro só se consegue à custa da destruição dos processos democráticos. Isto é particularmente verdade para os investimentos no sector mineiro e petrolífero e na extracção doutros recursos naturais, onde os estrangeiros beneficiam de um incentivo real para obterem concessões a baixos preços. [120]

Contudo, partindo da afirmação de Fontoura de que "o poder é o instrumento da satisfação dos interesses nacionais" iremos ter oportunidade de tratar, mais adiante, as matérias relativas ao interesse nacional e à sua prossecução suportada pelos instrumentos disponibilizados pelo poder nacional e de salientar adequadamente a sua estreita correlação e interdependência. [121]

---

[118] James E. Dougherty. "The Role of Environment in International Relations" in *Contending Theories of International Relations. A Comprehensive Survey*. 1981. p. 144.
[119] Políbio F. A. Valente de Almeida. Op. cit. p. 225.
[120] Joseph E. Stiglitz. *Globalization and its Discontents*. 2002. Trad. p. 113
[121] Luís Fontoura. *O poder na relação externa do Estado. A equação de Cline*. 2006. p. 4.

I.2 – Recursos naturais e recursos estratégicos

Quando pretendemos tratar de matérias relacionadas ou dependentes de "recursos naturais" ou de "produtos estratégicos" estamos a abordar conceitos que não se afiguram óbvios. Podemos aceitar que um "recurso" é algo de útil e valioso nas próprias condições em que se encontra. Quando são encontrados em estado de matéria-prima ou não modificados podem ser considerados um activo para a produção de algo valioso ou que pode entrar directamente em processos de consumo e numa qualquer cadeia de valor adquirido.[122] Desta forma poderíamos contornar a dificuldade da sua definição, mas gostaríamos e pretendemos ir mais além.

Numa primeira aproximação teremos que entender que elementos que se encontravam desconhecidos ou para os quais ainda não havia sido encontrada utilidade, como não tinham valor atribuído não eram considerados recursos. Do mesmo modo que produtos disponíveis em grandes quantidades relativamente à procura e de atribuído pequeno valor também não serão considerados recursos.

Impõe-se estabelecer uma distinção entre recursos naturais considerados como factores de produção e recursos naturais considerados como bens que podem ser comercializados internacionalmente. Na asserção que versa o nosso estudo, os minerais, o petróleo bruto e várias outras matérias podem ser extraídos e introduzidos no mercado. Contudo, outros recursos podem constituir uma base económica de vários sectores da economia e apenas entrar no mercado de forma indirecta.

De uma forma geral, a sustentabilidade de um qualquer recurso assenta na capacidade de monitorizar a evolução dos depósitos e de tomar adequadas acções correctivas em situações de degradação ou de declínio significativos. As alterações tecnológicas podem aumentar significativamente a captação dos recursos ao contribuir para a exploração de novas descobertas e para aproveitamento de algumas outras que estavam a ser exploradas e passaram a ser consideradas exaustas, como teremos oportunidade de tratar na Parte IV da presente tese.

[122] Alan Randall. *Resource Economics.* 1987. p. 12.

I.2.1 – Da extensão do conceito recursos naturais e de produtos estratégicos

Persiste uma enorme dificuldade em definir com exactidão "recursos naturais", especialmente no contexto de mercadoria internacionalmente transacionável. Como praticamente todas as mercadorias incorporam recursos naturais ou requerem-nos para a sua produção, no limite poderiam ser classificadas como recursos naturais. No outro extremo do conceito poderiam ser aceites apenas os recursos que se encontrassem no seu estado natural. Contudo, a maioria dos recursos requerem algum processamento, por menor que seja, antes de serem transaccionados ou consumidos. Assim sendo, dependendo da forma como for observado, a linha de demarcação entre recursos naturais e outras mercadorias será sempre estabelecida arbitrariamente.

Parece ter cabimento a classificação de recursos proposta por Stephen Jones quanto ao seu grau de disponibilidade:

> Os recursos de poder, tal qual imediatamente disponíveis e que permitem transmitir imediato poder potencial, como serão os de minas activas; os disponíveis apenas após activação; os disponíveis apenas após conversão; os disponíveis apenas após desenvolvimento, como será o caso dos petrolíferos que se sabe existirem mas esperam operações de extracção e os recursos hipotéticos que se presume existirem, como serão as reservas de petróleo ainda não comprovadas.[123]

Logo, "recurso" será um conceito dinâmico cuja possibilidade de alteração de informação, de tecnologia e de relativa escassez pode tornar valioso o que anteriormente seria considerado de valor desprezável. Por outro lado, coisas que sejam produzidas sob orientação humana em processos que combinem recursos, capital, tecnologia e trabalho não serão chamados de "recursos", apesar de estarem integrados nos activos utilizados na sua produção. De entre os exemplos possíveis de chamar a esta doutrina, poderemos salientar que o minério de cobre é considerado um recurso e o fio de cobre utilizado nas nossas redes eléctricas ou telefónicas não o será.

Têm sido definidos mais aceitável e correntemente como "conjuntos de matérias que existem em ambiente natural, ao mesmo tempo escassos e economicamente úteis para produção ou

[123] Stephen B. Jones. "The Power Inventory and National Strategy". *World Politics. Vol. 6.* 1954. pp. 421-452.

consumo, quer no seu estado primário quer após um acréscimo mínimo de processamento".[124] De salientar que desta definição decorre a qualificação de "economicamente úteis". Poderemos inferir que o petróleo bruto ou o gás natural serão substâncias naturais que se encontram em grande parte da crusta terrestre mas de limitado valor directo ou intrínseco para consumo ou produção. Para serem considerados recursos naturais as matérias devem também ser escassas, em sentido económico. De outra forma poderiam ser consumidos sempre e quando se pretendesse, sem qualquer espécie de custo agregado.

Uma definição útil poderia não só identificar a natureza dos recursos naturais mas também distinguir o que são e o que não são recursos naturais. À luz dos critérios apontados, será claro que os produtos manufacturados não poderão ser considerados recursos, tendo em consideração que são submetidos a mais do que uma quantidade mínima de processamento.

Ao definir "recurso" já introduzimos o conceito de "escassez", pelo que o que não é escasso não é recurso. A escassez quererá muito simplesmente dizer que a quantidade disponível é relativamente limitada à quantidade requerida. Portanto, qualquer recurso que apresente um valor positivo deve ser escasso: se a sua disponibilidade for relativamente ilimitada em relação à procura, então será gratuita, será livre.

Já não será tão simples distinguir o que é mais escasso ou menos escasso. A ideia será que um indicador de relativa escassez deverá resumir as dificuldades requeridas para conseguir obter um determinado bem.

Ao querer quantificar o nível de escassez também se deverá enunciar não só a quantidade de recursos disponível, mas também as suas características qualitativas, o tempo de obtenção e a dimensão espacial da sua localização. A quantidade é mensurável normalmente em termos de massa ou de volume, enquanto a qualidade é muitas vezes mensurável em termos de composição química, se bem que também possam entrar em linha de conta aspectos intangíveis como serão as propriedades estáticas evidenciadas.

A distinção entre os conceitos de quantidade e de qualidade parece relativamente simples, dado que a quantidade é geralmente unidimensional (massa ou volume), enquanto a qualidade é um multiatributo e poderá referir-se a várias dimensões ou conjunto de dimensões (químicas, estrutura física ou atributos estéticos) que poderão afectar significativamente o

[124] World Trade Organization, WTO. *World Trade Report 2010. Trade in natural resources.* p. 46.

valor dos recursos em causa. Saliente-se que a qualidade dos recursos poderá ser percebida de forma diferente de acordo com a utilização para a qual forem requeridos.

Sob estes conceitos, os recursos naturais compartilham entre si um conjunto de características que incluem: exauribilidade, desigual repartição geográfica, externalidades de consequências negativas noutras áreas, domínio em economias nacionais e volatilidade de preços.

A característica que tem persistido como a mais importante de todas será a exauribilidade dos recursos naturais e a distinção normalmente exigível entre os renováveis e os ditos não-renováveis com base nas consequências que a utilização tem relativamente à quantidade de recurso natural disponível.[125]

Um recurso renovável será o que aumenta persistentemente em quantidade ou que se renova num curto espaço de tempo economicamente relevante. Porém, se a taxa de extracção tomar em conta as limitações da sua capacidade reprodutiva, então poderá comportar acções que atingirão um horizonte de tempo ilimitado. Dado que alguns recursos podem ser renováveis em princípio mas não na prática, deverá ter-se em consideração que o período de tempo de recuperação deve ser economicamente relevante. Note-se que serão necessários milhões de anos para converter árvores mortas em carvão ou petróleo, mas apenas alguns anos para que certas qualidades atinjam a sua maturidade e se tornem em florestas consideradas recursos naturais.[126]

Os recursos não-renováveis têm sido definidos como todos aqueles que não aumentam em quantidade ou que se não renovam a si próprios ao longo do tempo. De outra forma poderão ser encarados: existem em quantidades finitas. Pelo que, sempre que sejam consumidos, a sua quantidade disponível fica reduzida para futura utilização. Encontram-se nesta classificação os combustíveis fósseis bióticos e os filões de minerais.[127] O termo "exaurível" é muitas vezes usado como sinónimo de não-renovável, mas um recurso renovável também pode ser extinto se for sobre-explorado.

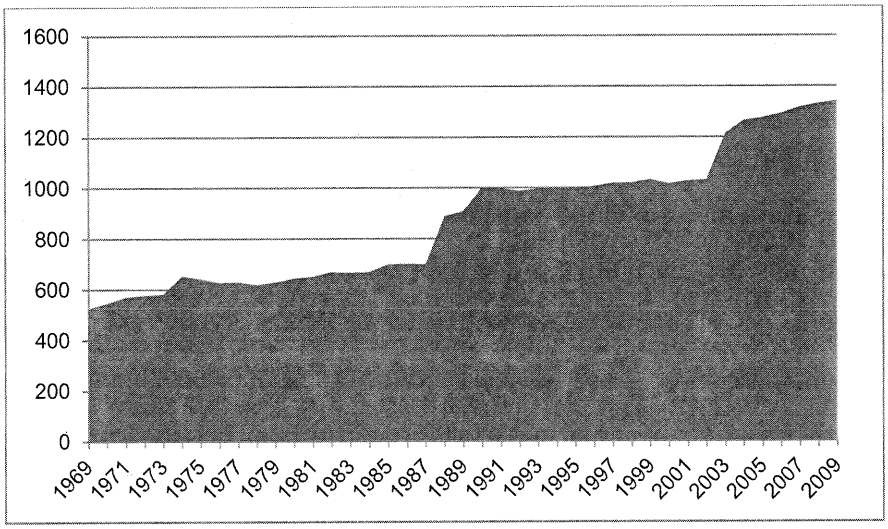
Uma outra classificação relevante, embora não tão divulgada em documentos do Direito Internacional, é a que distingue "recursos naturais nacionais", "recursos naturais

---

[125] Gareth Jones e Graham Hollier. *Resources, society and environment management.* 1997. pp. 22 a 29.
[126] Neste asserção apenas estão a ser considerados petróleos de origem biótica. Para outras origens de formação de petróleo ver Anexo IV – Análises – "Energia. Donde vem … Para onde vai".
[127] Ver nota anterior.

internacionais" e "recursos naturais partilhados".[128] Tem na sua raiz um critério relativo à titularidade jurídico-internacional dos recursos naturais. Os primeiros serão os que estão totalmente localizados no âmbito do território de um Estado. Os segundos serão os que estão totalmente localizados num espaço fora da jurisdição do Estado. Finalmente, os terceiros serão os que se encontram divididos entre o território de dois ou mais Estados e aqueles que estão localizados em parte no território de um ou de mais do que um Estado e um espaço fora da jurisdição dos Estados.[129]

Gráfico 1: Petróleo bruto convencional
Evolução das reservas comprovadas (anos 1969 a 2009)
(Valores em mil milhões de barris)



Fonte: EIA, *Energy Information Administration.* World Proved Crude Oil Reserves.

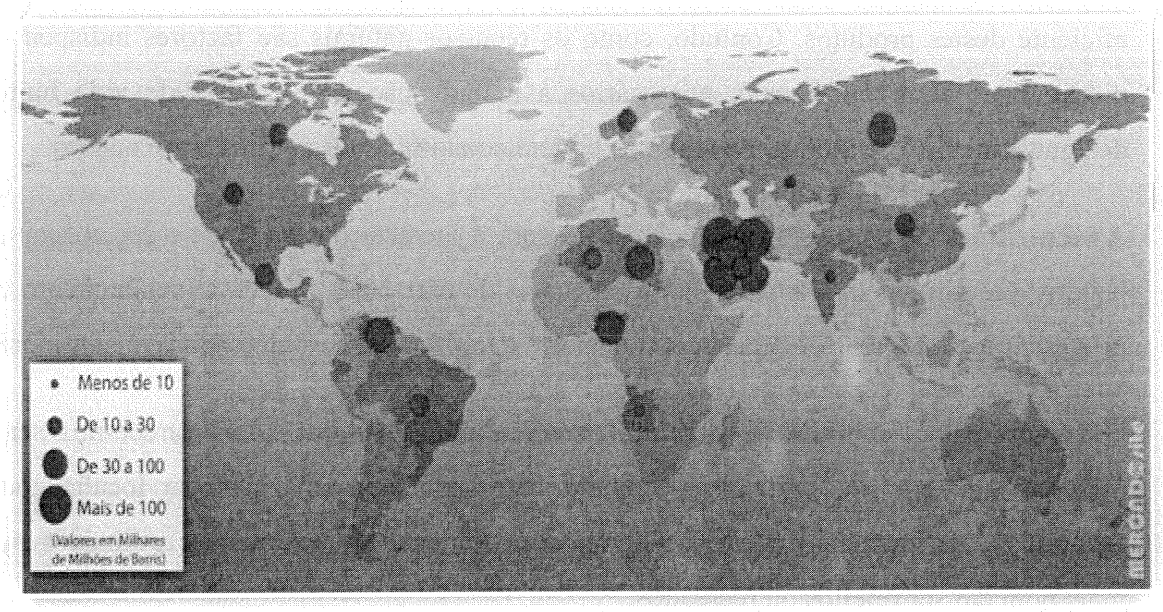
Parece relevante salientar que, de acordo com os dados publicados pela agência norte-americana EIA, as reservas mundiais comprovadas e declaradas de petróleo atingiram cerca de 700 mil milhões de barris de petróleo bruto em 1974, logo após o embargo infligido pela OPEP, valor que se manteve até cerca de 1987, ano em que se começou a registar um súbito anúncio de novas descobertas até chegar a atingir o valor de 1.002 mil milhões de barris em 1990. O valor manteve-se estável, com as novas descobertas a suprir as extracções destinadas a consumo ou a reservas estratégicas, até ao ano 2003.[130] Neste ano registou-se nova

[128] Hartwick e Olewiller. *The Economics of Natural Resource Use*, 1998. pp. 48-49.
[129] Ver estudos elaborados pelo autor sobre esta matéria no Anexo III: "Partilha dos recursos petrolíferos a Palestina" e no Anexo IV: "As fronteiras marítimas e o acesso aos produtos petrolíferos - Mar Cáspio. Interesses em presença na partilha dos recursos do Mar Cáspio"; "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos. As riquezas naturais do Árctico e as reclamações territoriais" e "Energia. Donde vem ... para onde vai."
[130] Ver o Gráfico 1.

significativa subida da declaração da descoberta de novas reservas que, ao aumentarem mais de 20 por cento, atingiram um valor de 1.213 mil milhões de barris em 2009.[131]

Estes ganhos registados nas reservas de petróleo devem-se, sobretudo, a novas descobertas baseadas no avanço tecnológico conseguido na prospecção e determinação das melhores localizações e na capacidade de extracção em *offshore* em grandes profundidades. Anteriormenye não contavam com a integração das reservas comprovadas em petróleos "desconvencionalizados" como xistos ou areis petrolíferas.

Quadro 1: Petróleo bruto convencional
Localização das maiores reservas mundiais comprovadas (ref. a 1.Jan.2007)



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.2010.. p. 36.*
Origem dos dados: EIA. *Energy Information Administration.* International Energy Outlook 2008. Table 4. p. 32.

Os ganhos tecnológicos também poderão influenciar a taxa de esgotamento de um recurso, pelo aumento ou decréscimo da sua taxa de utilização.[132] Os desenvolvimentos tecnológicos

[131] O inusitado aumento registado no primeiro decénio de 2010 parece dever-se à realização de investimentos sem paralelo em períodos anteriores que teve início em 2003 e atingiu o máximo de 1,3 triliões de dólares em 2003. Por outro lado, passaram a ser incluídos nas estatísticas de reservas provadas mundiais os anteriormente considerados petróleos não-convencionais: xistos betuminosos dos Estados Unidos, areias betuminosas do Canadá, extrapesados da Venezuela e pré-sal do Brasil. Leonardo Maugeri. *Oil: The Next Revolution.* 2012. p. 2.

[132] A recuperação de bolsas consideradas em vias de extinção compreende o recurso a sofisticadas técnicas que alteram as propriedades originais do petróleo. A sua implementação pode começar logo após o fim do segundo estádio ou em qualquer outra fase do processo extractivo. O seu objectivo é não só restaurar a pressão de formação, mas também aumentar o deslocamento do petróleo ou do fluxo do fluido na bolsa petrolífera. Este processo é denominado "recuperação terciária", "*enhanced oil recovery* (EOR)" ou ainda "*improved oil recovery*". José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* 2010. p. 59.

poderão alterar a taxa de utilização de um recurso mas não poderão alterar a sua exaustibilidade.

Devemos salientar que muitos recursos naturais estão concentrados num pequeno número de países enquanto outros dispõem de uma muito limitada quantidade de fornecimentos.

Assim, constatamos que cerca de 90 por cento das reservas comprovadas de petróleo estão localizadas em apenas dez países, dos mais de duzentos produtores referenciados no mercado mundial.[133] O comércio internacional tem conseguido aliviar esta espécie de disparidades, ao permitir o trânsito dos recursos em falta desde regiões com excesso de disponibilidade para regiões com excesso de procura, o que também poderá servir de promoção de um uso mais eficiente destes produtos. Contudo, como os recursos naturais são factores indispensáveis à produção e, simultaneamente, necessários à manutenção dos padrões de vida humana, a desigualdade de distribuição de recursos poderá constituir causa atritos entre nações.

As dimensões de espaço ou de localização será a localização em que se encontrem as suas jazidas que influenciam sobremaneira os custos de extracção e o seu relacionamento com os processos tecnológicos de obtenção, transporte e localização dos mercados consumidores.

Devemos, então, sublinhar que certos recursos, o melhor dos quais parece-nos ser o dos minerais em depósito em bolsas subterrâneas, existem em jazidas em localizações bem definidas. Para todas as intenções e propósitos poderão ser extraídos e utilizados mas não mais poderão ser refeitos ou recreados.

Se nos referirmos ao petróleo bruto veremos que a quantidade e variedade de petróleos que são comercializados no mercado internacional aumentaram imenso nos últimos anos, não só motivadas pela necessidade de dar resposta à vontade de diversificação de origens de abastecimento, mas também pelo aumento da procura mundial que encorajou a produção em localizações menos bem conhecidas.

A sua quantidade pode ser actualmente mensurável em termos de massa e de volume com a utilização das técnicas de análises sísmicas tri ou poli-dimensionais que captam informação da mesma área em tempos diferentes de forma a permitir comparar o estado inicial das bolsas petrolíferas e com as alterações ocorridas em termos de formação dos hidrocarbonetos que se

[133] Ver Quadro 1.

vão produzindo ao longo do tempo. As alterações poderão se observadas em localização e saturação fluida, pressão e temperatura.

A sua qualidade também pode ser mensurável em termos de composição química que depende essencialmente da proporção predominante de séries moleculares hidrocarbónicas que lhe impõem as suas propriedades físicas e químicas. Podem, portanto, ser classificados quanto à viscosidade, teor de enxofre e acidez.[134]

Visto pela óptica das disponibilidades, os conceitos de reservas comprovadas de hidrocarbonetos, prováveis e possíveis ou recursos prospectivados e até mesmo os limites de incerteza de recursos recuperáveis e irrecuperáveis sugerem a complexidade da ideia de "reservas".[135]

A natureza das reservas é dinâmica e reflecte os valores de mercado, tecnologías disponíveis para a sua prospecção e extracção e esforços aplicados na sua exploração, pelo que, o que conta para reservas será apenas uma parte dos recursos potenciais totais. Algumas agências do sector petrolífero preferem utilizar o termo "reservas potenciais" em vez do termo "recursos" por concordância com as definições correntemente utilizadas.[136]

A um aumento da procura tem correspondido um aumento das quantidades extraídas, logo a consequente redução das reservas comprovadas declaradas. Mas também poderá estimular a descoberta de novas reservas anteriormente consideradas recursos subeconómicos que, por essa circunstância conjuntural, se tornaram de extracção rentável. Logo, a exploração poderá ser encorajada ou desencorajada pelos valores praticados em dado momento nos mercados mundiais.

Os desenvolvimentos tecnológicos aplicados à extracção e ao processamento podem tornar recursos subeconómicos em valores de mercado. Qualquer melhoria introduzida nos meios tecnológicos da exploração poderão aumentar a taxa a que os recursos se encontram identificados e a alterar profundamente os factores de poder estabelecidos.[137]

Devemos ter igualmente em consideração que a exaustão de recursos naturais, tal como escassez ou reservas potenciais é um conceito económico. Dado que, por definição, um

---

[134] José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* 2010. p. 12-17.
[135] World Petroleum Council. *Petroleum Resources Management System.* 2009.
[136] Ibidem.
[137] Ver Parte IV.

recurso não pode ser construido ou creado, a sua continuada extracção subtrai-o à sua primitiva existência. Portanto, a exaustão poderá ser definida como um estado no qual a taxa de extracção tende para zero. Por definição encontrar-se-á esgotado quando já não existir mais matéria na jazida. Porém, na prática corrente de extracção industrial, quando os custos de extracção e preparação de mais uma unidade a entregar ao mercado é de tal monta que já não se encontra incentivo técnicamente disponível para a continuação da sua laboração, o recurso é considerado industrialmente exausto.

Tal como as reservas, a exaustão também é um conceito dinâmico. Qualquer inovação técnica que possibilite uma redução de custos ou de aumento do seu valor de mercado poderá voltar a encorajar uma retoma de exploração do recurso anteriormente colocado fora de produção.[138]

A este propósito Spykman afirmou, em obra publicada em tempo da Segunda Grande Guerra Mundial, que a política externa dos Estados estava dirigida, de superior maneira, a objectivos classificados sob diferentes formas, como sejam a geográfica, demográfica, racial, étnica, económica, social e ideológica em natureza e incluiu rubricas de entre as quais salienta: a aquisição de bases navais, a limitação da imigração, a assimilação das minorias, a procura por acesso a matérias-primas, mercados e oportunidades de investimento, a protecção da ordem social contra forças externas disruptivas, o encorajamento das relações culturais e a restrição do comércio de drogas perigosas.[139] Fiel à corrente clássica de pensamento realista definiu materiais essenciais – e neles incluiu os energéticos – como essenciais para a defesa, mas para os quais não se antecipavam dificuldades de abastecimento, apesar de requererem constante vigilância dado que no futuro poderiam vir a necessitar de reclassificação como estratégicos ou críticos.[140]

Estas afirmações mostram não só as precauções formais mas também a apreciação da mudança essencialmente dinâmica do carácter das dificuldades de abastecimento de alguns materiais e produtos considerados essenciais ou estratégicos para os Estados.

Ao abordar a importância dos recursos naturais, Hans Morgenthau afirmou que um dos factores estáveis que exerce particular influência no poder de uma nação em relação a outras é o dos recursos naturais. E referiu que, desde a Primeira Grande Guerra Mundial, o petróleo,

---

[138] Ibidem.
[139] Nicholas J. Spykman, *America's Strategy in World Politics. The United States and the Balance of Power.* (1942) 1970. p. 17.
[140] Ibidem. p. 293.

como fonte de energia, tornou-se cada vez mais importante para a indústria e para a guerra. Países que possuem depósitos consideráveis de petróleo adquiriram influência em assuntos internacionais, em muitos casos principalmente atribuída, se não exclusivamente, à sua posse.[141]

A este propósito poderemos recordar como o *Army and Navy Munitions Board* dos Estados Unidos da América considerava as matérias-primas, naquele conturbado período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, em termos de materiais estratégicos, críticos e essenciais, e definia-as como:

> *Materiais estratégicos*: Os essenciais à defesa nacional para o abastecimento dos quais, em tempo de guerra, a sua dependência deve ser colocada, em todo ou em parte, em origens fora dos limites continentais dos Estados Unidos e para os quais serão necessárias estritas medidas de controlo, de conservação e de distribuição. (17 materiais listados)
>
> *Materiais críticos*: Os essenciais à defesa nacional, mesmo de difícil encontro em tempo de guerra, porém menos sérios que os estratégicos porque podem ser produzidos domesticamente, obtidos em adequadas quantidades ou apresentar um menor grau de essencialidade e para os quais será necessário algum grau de controlo de conservação e de distribuição. (20 materiais listados)
>
> *Materiais essenciais, nem estratégicos nem críticos*: Nesta classificação estão incluídos os essenciais para a defesa, para os quais não se antecipam problemas de encontro em tempo de guerra, mas cujo *status* requeira constante vigilância devido a que futuros desenvolvimentos os possam necessitar de reclassificar como estratégicos ou críticos. (35 materiais listados) [142]

Esta última classificação não denuncia uma particular preocupação mas destaca o carácter essencialmente dinâmico e em constante mudança quanto às eventuais dificuldades de obtenção dos recursos estratégicos requeridos.

Como nota que devemos sobremaneira salientar é encontrar explícito no citado *Memorandum* a seda e a lã como *materiais estratégicos*, enquanto o petróleo alinha com o urânio na lista

---

[141] Op. cit. p. 130 e 133.
[142] *Memorandum* publicado em 7 de Janeiro de 1939. in Nicholas John Spykman. Op. cit. p. 13.

dos *materiais essenciais.* Esta constatação reforça o carácter acima apontado aos materiais: essencialmente dinâmico e em constante mudança.

I.2.2 – O petróleo como recurso estratégico

Devemos começar por ter em consideração que o carvão, após ter alavancado a revolução industrial que proporcionou um desenvolvimento económico sem precedentes, quer à Europa quer aos Estados Unidos da América, durante grande parte do séc. XIX, deu lugar ao petróleo nos primórdios do séc. XX. Pode-se pretender fixar mais exactamente o momento, localizando-o na data em que o Lord Bearsted conseguiu convencer Winston Churchill que, se mudasse o combustível dos navios da Royal Navy de carvão para petróleo, poderia dar-lhe mais poder e reforçá-la substancialmente.[143] Esta decisão do Almirantado britânico mostrou-se extremamente eficaz durante a Primeira Grande Guerra Mundial quando a Royal Navy pretendeu ultrapassar a operacionalidade da armada germânica. Os Estados Unidos da América seguiram-se-lhes no reconhecimento do potencial do petróleo sobre o carvão, não só para propósitos militares mas também para económicos, já que sem um abundante abastecimento de petróleo, como o disponível no início do séc. XX, nunca o modelo Ford T poderia ter constituído uma opção atingível pela classe média americana.

A fartura terminou com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial quando a atenção dos analistas políticos se virou para o reconhecimento da eventualidade de escassez das reservas de petróleo nacional disponível. Contudo, malgrado as suas preocupações, o petróleo substituiu irreversivelmente o carvão e a dependência do mundo industrializado do petróleo aumentou em tal medida que, a chegar ao ano de 1967, a disrupção de abastecimento de petróleo imposta pela Arábia Saudita, pelo Iraque, pelo Kuwait e pela Líbia durante três meses causou profundo prejuízo às economias dos Estados Unidos da América e do Reino Unido.[144]

O conceito de "arma-petróleo" tinha surgido, pela primeira vez, em 1935, quando a Liga das Nações considerou, sem sucesso, a aplicação de sanções económicas multilaterais contra a Itália. Apenas seis anos mais tarde, em 1941, os Estados Unidos da América conseguiram impor, desta vez com sucesso, um embargo ao Japão em consequência da sua incursão em território chinês.[145] Esta acção punitiva só dava ao Japão dezoito meses para derrotar os

[143] Coronel Walter Horace Samuel, 2º Visconde Bearsted (1882–1948) foi presidente da *Shell Transport and Trading Company* a partir de 1921, fundada pelo seu pai e pelo seu tio em 1897.

[144] Terceira Guerra israelo-árabe (Guerra dos Seis Dias) e primeiro embargo ao fornecimento de petróleo decidido pelos países árabes exportadores aos Estados Unidos, ao Reino Unido e à então República Federal da Alemanha, excluindo desse embargo a França que, entretanto, tinha condenado a acção israelita.

[145] Constitui registo da primeira vez que o petróleo foi usado como instrumento de coação, numa época em que os Estados Unidos da América detinham o monopólio de abastecimento de petróleo ao Japão.

Estados Unidos da América antes da completa exaustão das suas reservas, o que, a acontecer, corresponderia ao extremo colapso da sua economia. Este episódio ocorrido entre o Japão e os Estados Unidos da América serviu para provar que o petróleo poderia ser usado como elemento de coação quando o fornecedor pudesse restringir o acesso à maior parte do total fornecido ao mercado-alvo.[146]

A capacidade dos Estados Unidos em restringir os planos militares japoneses pela imposição deste novo tipo de sanções unilaterais poderiam ter influenciado Adolf Hitler a declarar que não poderia atacar a Rússia sem acesso ao abastecimento de petróleo romeno.[147]

A utilização seguinte do petróleo como elemento de coação contra a Europa ocidental e os Estados Unidos da América foi demonstrada durante o embargo árabe ao petróleo de 1973, quando a Arábia saudita, o Egipto, a Síria e os xeques do Golfo Pérsico pretenderam fazer cessar o apoio americano a Israel pela imposição de um embargo aos seus fornecimentos de petróleo.

Se bem que o embargo tenha sido aplicado e provocado enormes danos aos Estados visados não poderá ser considerado completamente coroado de êxito. Foi levantado menos de seis meses após a sua imposição sem ter atingido o seu objectivo último, devido a múltiplos desentendimentos entre os intervenientes, mostrando claramente quão difícil se apresenta a utilização do petróleo como arma diplomática ou elemento de coação.[148] Esta dedução corresponderá particularmente à verdade se considerarmos os défices estratégicos das prospectivas dos utilizadores baseados na falta de acordo entre os Estados produtores e na facilidade com que consigam contornar as sanções que unilateralmente impõem.[149]

---

[146] Nesta oportunidade os Estados Unidos da América restringiram ao Japão cerca de oitenta por cento do valor do consumo total japonês.
[147] Declarado na Finlândia em Junho de 1942. *Finnish Broarcasting Company.*
[148] Cf. O sub-capítulo "I.3.2 – Oligopólio, cartel e domínio".
[149] Ibidem.

I.3 – Poder e soberania

Apesar de ser inviável estabelecer uma catalogação compreensiva dos objectivos a perseguir por todos os Estados, os fundamentais e gerais concentram-se na independência e na identidade nacionais, referidas à liberdade e à auto-preservação, na manutenção da segurança nacional e na integridade territorial, na promoção do bem-estar dos seus cidadãos, no desenvolvimento da honra e prestígio nacionais e na preservação da paz, da ordem e da tranquilidade. Alguns analistas acrescentam-lhe o desenvolvimento do poder nacional em termos de habilidade para influenciar, persuadir ou coagir e da capacidade para atingir os seus objectivos.[150]

Sublinhe-se que a aptidão dos actores internacionais para o exercício do poder ou para influenciar novos acontecimentos ou transacções depende dos recursos e de outros activos que possam trazer à liça. Tem vindo a ser aceite, sem contestação, que de entre todos os actores internacionais serão os Estados soberanos, se não os únicos pelo menos os mais importantes, que se mantêm no centro da acção. Esses activos podem ser utilizados pelos governantes para a protecção ou a promoção dos interesses nacionais dos seus países. Alguns dos activos são tangíveis, sujeitos a medida e quantificação, como os recursos naturais, o território, a população, a produção industrial, os armamentos ou os recursos económicos e financeiros. Outros serão intangíveis, como a qualidade de liderança, a coesão da nação, as tradições, qualidades e hábitos sociais do seu povo, a determinação e efectividade da sua força de luta e o efeito das suas convicções ideológicas.[151]

De entre os activos tangíveis mencionados iremos dedicar a presente tese às matérias relacionadas com os recursos naturais, nomeadamente o petróleo - produto estratégico e origem energética - na sua qualidade de arma diplomática e de instrumento de poder dos Estados em cujo território se encontre jazente e de disponível exploração.

---

[150] Elmer Plischke. *Foreign Relations. Analysis of Its Anatomy.* 1988. p. 106.
[151] D. G. Kousoulas. *Power and Influence. An Introduction to International Relations.* 1985. p. 50.

I.3,1 - O poder como instrumento de satisfação dos interesses nacionais

Teremos presente que imediatamente a seguir ao fim da designada Segunda Grande Guerra Mundial o poder estava definido como a "capacidade irresistível de obrigar os outros, praticando, sempre que necessário, o acto da subida aos extremos de que falava a doutrina."[152] Nesta data, o poder tinha uma definição existencial testada na guerra que se poderia traduzir por um conjunto de meios, particularmente militares, capazes de fazer dobrar a vontade do adversário, de o destruir. Porém, as superpotências também descobriram que a violência sistémica da organização mundial poderia entrar em disfunção pelo uso de poderes funcionais que ficariam nas mãos das pequenas potências do Terceiro Mundo, designadamente, posição geográfica, infraestruturas de apoio e, sobretudo, certos minerais raros e a disponibilidade potencial da arma-petróleo.[153] Pareceu suficientemente provado que não é a força, no sentido clássico, que está na base do êxito das políticas energéticas adoptadas mas sim a "função" desempenhada pelos fornecedores de petróleo no mundo interdependente a que os factos nos conduziram. Existe um poder funcional capaz de desafiar e até de vencer as potências, desde que articule a acção com os interesses vitais dos contendores. Teremos, então, a definição de poder funcional, apresentada por Adriano Moreira, como:

> A capacidade de submeter as grandes potências, usando a função mundial, desempenhada pelos países interessados, a uma razoabilidade que a prática da ética não tem conseguido.[154]

De uma maneira geral, os detentores dos recursos petrolíferos podem assumir e praticar actos de soberania que anteriormente à sua tomada do domínio do mercado seriam considerados insolências intoleráveis aos Ocidentais. A estrutura mundial colocou-os numa situação funcional que é o equivalente ao poder material que no passado graduava a importância das potências.[155]

---

[152] Adriano Moreira. *Estudos da conjuntura internacional.* 1999. p. 56.
[153] Ibidem, p. 27.
[154] Ibidem, p. 59.
[155] Adriano Moreira. *Ciência Política.* Op. cit. 1979. p. 352.

Posto que estamos a analisar acções a decorrer no plano internacional, teremos que ter em atenção que se trata de poder nacional, que ultrapassa o poder político, este circunscrito a *intra muros*.[156]

Não podemos deixar de citar Vattel quando postulou que:

> É pelo poder que uma Nação pode repelir os agressores, assegurar os direitos e tornar-se respeitável em toda a parte. Tudo o incita a nada negligenciar para se pôr nessa feliz situação. O poder de um Estado comporta três factores: a quantidade de habitantes, as suas virtudes militares e as suas riquezas.[157]

Ainda poderemos recuar muito mais no tempo e citar Ibn Khaldûn que entendia que:

> Ele (o sultão) deve exercer o poder político e submeter à sua vontade os seus súbditos de toda a maneira desejável.[158]

Não faz qualquer sentido afirmar que um Estado tem poder, se os instrumentos colocados à sua disposição não lhe derem a capacidade de influenciar o comportamento de outro Estado, ou dos detentores de interesses opostos.[159]

Valente de Almeida afirmava que:

> Não custa aceitar que a componente económica é uma das mais importantes geratrizes conjunturais do poder do Estado.[160]

Podemos encontrar a distinção de três elementos fundamentais do poder proposta por Raymond Aron: o primeiro de todos seria o espaço ocupado pela unidade política, o segundo seriam as matérias disponíveis e as técnicas segundo as quais podem ser convertidas em meios estratégicos e, por fim, a capacidade colectiva para a acção. Estes três elementos contam para o resultado da acção, pelo que, o poder da colectividade dependerá da sua capacidade em usar os materiais disponíveis e os recursos humanos que os manobrem. O meio, os recursos e a acção colectiva, seriam, qualquer que fosse a época ou as formas de

---

[156] Jaime Vicens Vives. *La Política Internacional como Política de Poder.* 1979. Cit. Luis Fontoura. "O poder na relação externa do Estado. A equação de Cline". 2006.

[157] Emmerich de Vattel. "Troisième objet d'un bon Gouvernement, se fortifier contre les ataques du déhors." in *Le Droit des Gens ou Principes de la Loi Naturelle, appliqués à la conduite & aux affaires des Nations & des Souverains.* Livre I. Chap. XIV. Para. 178: "De la Puissance d' une Nation". 1758. p. 171.

[158] *Al-Muqaddima*. 1377. Trad. Unesco, 1968. p. 481.

[159] Adriano Moreira. *Ciência Política.* Op. cit. p. 110

[160] Op. cit. p. 217.

concorrência entre unidades políticas, os determinantes do poder.[161] Para concluir que o poder do Estado é função da sua independência do mundo exterior, dos seus próprios recursos e do seu grau de mobilização.[162] Partindo destas premissas, poderemos inferir que nos boicotes impostos pelo cartel do petróleo teria sido encontrada uma demasiado grande dependência dos visados e um crescente abuso de poder da posição dominante.

Porém, a tarefa de descobrir todos os determinantes do poder é apresentada como difícil ou até impossível de atingir, tão variáveis serão as suas abordagens. Não poderemos quantificá-los de forma que se possa chegar a uma determinação exacta da fortaleza de uma nação, mas pelo seu desempenho poderemos descobrir algumas características que determinadas nações tenham em comum e chegar a concluir quais as características que podem ser expectáveis de permitir o aumento do poder nacional. Contudo, o poder nacional será a resultante de uma série de factores, combinados ou ligados de certa forma.[163]

Os factores de poder não são sempre os mesmos, de século para século, e a medida do poder é, em essência, aproximada.[164] Silva Ribeiro afirma que o poder ou capacidade de uma colectividade em impor a sua vontade a outrem não deve ser confundido com a sua capacidade militar. A um aumento de força militar, nem sempre corresponde uma maior segurança nacional.[165]

A lista estabelecida e qualificada como simples por Abramo Organski inclui a população da nação; o ambiente físico em que vive, considerando a geografia e os recursos; as suas formas de organização social (económicas e políticas a incluir a perícia diplomática) e ainda algo do seu estado mental como a moral nacional.[166]

O poder é quase unanimemente considerado o objecto central da política e a generalidade dos autores vê nesse conceito a base de justificação da própria autonomia da Ciência Política, a qual, segundo esse entendimento, consistiria precisamente no estudo do poder e de noções próximas tão preponderantes como influência, estado, governo ou domínio.

---

[161] Op. cit. p. 54.
[162] Ibidem, p. 255.
[163] Políbio F. A. Valente de Almeida. Op. cit. p. 15.
[164] Ibidem, p. 53.
[165] Op. cit. p. 52.
[166] *World Politics*. 1960. p. 116.

Sousa Lara afirma que poderá se definido como "O conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento."[167] O "poder" em si, como acaba de ser definido, não é susceptível de uma valoração, ou seja, não pode ser qualificado na sua essência como tal, de bom ou de mau e em última instância é-nos forçoso olhá-lo apenas como imprescindível.[168]

Parece todavia certo que o "poder" é o objecto central da ciência política e deve ser examinado sob um critério tridimensional: a sua sede, a sua forma ou imagem e a sua ideologia. Em todos os aspectos, é sempre um factor que se toma para o estudo, ainda quando se trata de recolher componentes que o normativismo encara com diferentes critérios. Na opinião de Adriano Moreira, como se quantifica e como se analisa em componentes, são tudo pontos de controvérsia metodológica. Mas fica sempre o denominador comum de o entender como a "capacidade de obrigar os outros a adoptar certo comportamento".[169]

Se o reconhecimento da centralidade do conceito é geral, já muito mais raro poderá surgir o acordo quanto ao seu conteúdo e extensão.

A sua definição revela-se extremamente difícil e as razões desta dificuldade parecem residir não só na polissemia do conceito mas também, e sobretudo, na substância do objecto a definir.

De forma breve e menos abrangente, Bertrand Russel defende que o poder, juntamente com a glória, continua a ser a mais alta aspiração e a maior recompensa do género humano.[170]

Contudo, para Galbraith, o poder é procurado não só em virtude do serviço que presta aos interesses e valores pessoais ou às ideias sociais, mas também por si próprio, pelas recompensas emocionais e materiais inerentes à sua posse e ao seu exercício.[171]

Será oportuno recordar Meira Mattos quando afirma que:

> O exercício do poder nacional impõe, permanentemente, decisões adequadas e acções eficazes que, no âmbito imenso de um sistema governamental, somente podem ser alcançadas pela estrutura equilibrada de órgãos, o fluxo de informações, eficiência

---

[167] *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão.* p. 256.
[168] Ibidem, p. 257,
[169] Op. cit. p. 72.
[170] *Power: a New Social Analisys.* 1938. p. 11.
[171] Trad. "Anatomia do Poder". 1983. p. 26.

> administrativa dos organismos, enfim a combinação de uma boa organização sistémica a um óptimo processo decisório. [172]

Max Weber satisfez-se com uma definição próxima da compreensão quotidiana: poder é a "possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas". E, mais adiante, que "é a capacidade de uma ou mais pessoas realizarem a sua própria vontade num acto colectivo contra a vontade de outros que participam no mesmo acto".[173]

Por seu turno, Joseph Nye comenta mais recentemente que:

> O poder é como o tempo; todos dependem e falam dele, mas poucos o compreendem. Também é como o amor, mais fácil de experimentar do que definir ou medir, mas não menos real por isso.[174]

A contenção de John Mearsheimer, fiel à corrente de realismo ofensivo, é que "A principal motivação da vontade subjacente à atitude de uma grande potência é a sobrevivência". Além de que num ambiente internacional essencialmente anárquico: "A vontade de sobreviver encoraja os Estados a actuar agressivamente". [175]

As nações podem ambicionar atingir uma grande variedade de objectivos que poderiam ser resumidos a um único propósito: poder nacional.[176] De acordo com os defensores desta escola, o poder será o objectivo imediato de qualquer nação que se envolva em política, apesar de poder ser o último a conseguir atingir. O poder será, seguramente, um dos mais importantes objectivos que uma nação persegue, apesar de não ser o único e nem sempre o principal.

Devemos considerar o argumento de Abramo Organski de que os objectivos nacionais podem ser divididos em quatro categorias: poder, riqueza, bem-estar cultural e paz. Atingir objectivos de uma espécie não exclui os outros. Portanto, as nações perseguirão objectivos de todas as categorias de uma vez por todas. Poderá ser necessário atingir um objectivo para chegar a um outro, e a mesma acção pode concorrer para diferentes fins. A riqueza poderá trazer poder e o poder poderá trazer paz e a paz poderá necessariamente preservar a herança cultural da

---

[172] *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. 1977. p. 50.
[173] Op. cit. p. 942
[174] Cap. "The Changing Nature of Power" in *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. 2004. p. 1.
[175] *The Tragedy of Great Powers Politics*. 2001.
[176] Hans Morgenthau e Kenneth Thompson. "The Essence of National Power. What is National Power?" in *Politics Among Nations*. 1985. p. 31.

nação.[177] Porém, acrescenta que todos estes factores encontram-se relacionadas uns com os outros e as maiores alterações a ocorrer em cada um deles serão acompanhadas por alterações em todos os outros. Não se poderá afirmar que o determinismo económico ou a dimensão populacional sejam a chave do poder nacional ou que seja a organização política que determine se uma nação é ou não poderosa. Cada um dos factores exerce influência no poder nacional e a interrelação entre os diferentes factores é complexa. Parece uma rude simplificação afirmar que qualquer um dos factores determine, por si próprio, o poder de uma nação.[178] Contudo, não se deve cair na posição oposta de assumir que, pelo facto de cada um dos atributos desempenhar o seu específico papel, todos são de idêntica importância, só que alguns são claramente mais importantes que outros.

Esta abordagem é bem clara em Luís Fontoura quando define "poder nacional" como sendo:

> O somatório de atributos que capacita um Estado para atingir os seus objectivos externos sempre que eles se opõem aos objectivos e vontade de outro actor internacional.[179]

Também se poderá estabelecer uma distinção importante entre os objectivos competitivos e os absolutos. Alguns poderão ser desejáveis por si próprios, diferentemente dos pretendidos por outras nações. Organski apresenta como exemplos de objectivos absolutos, um elevado nível de vida ou a preservação da cultura nacional. Uma nação com objectivos competitivos nunca suspende a sua perseguição, mesmo que os atinja momentaneamente. Os sucessos serão sempre precários e as suas hipóteses sempre residirão, de alguma forma, em mãos de terceiras nações.[180]

Teremos entendido que o poder será uma noção multifacetada e complexa, mas Chris Brown apresentou uma outra caracterização de poder assente em três dimensões intimamente interligadas. Na sua visão o poder é um atributo, ou seja, algo que o povo ou grupo de Estados possui ou ao qual terá acesso e o tem em mãos para o espalhar no mundo. Também constitui um relacionamento, considerado como a capacidade que o povo ou grupo de Estados dispõe para exercer influência sobre outros e conseguir a sua via na estrutura mundial. A estas duas dimensões de poder, que não serão separáveis uma da outra, juntar-se-á uma terceira que

---

[177] Op. cit. p. 63.
[178] Ibidem. p. 196.
[179] *O poder na relação externa do Estado. A equação de Cline*. 2006. p. 5.
[180] Op. cit. p. 63.

poderá ser encarada como a propriedade de uma estrutura, na medida em que o poder só poderá ser exercido por um actor ou agente. Estas dimensões identificam, geralmente, uma quantidade de diferentes qualidades de atributos que um Estado deve possuir e incluirão a dimensão e a qualidade das suas forças armadas; os seus recursos básicos, medidos em termos de matérias-primas; a sua posição e extensão geográfica; a sua produção e infraestrutura básica; a dimensão e qualificação da sua população; a eficiência das suas instituições governamentais e a qualidade da sua liderança. Alguns destes factores são imutáveis, como os relativos à sua geografia; outros poderão ir sendo lentamente alterados, como os relativos à dimensão populacional ou ao desenvolvimento económico; por fim, outros poderão alterar-se muito rapidamente, como seja a dimensão das suas forças armadas, o que permitirá estabelecer uma distinção entre poder actual e poder potencial ou latente. [181]

[181] Op. cit. p. 88.

I.3.2 – Oligopólio, cartel e domínio

O universo económico das novas teorias contém um pequeno conjunto de actores económicos importantes e caracteriza-se por concorrência imperfeita ou oligopolística.[182] Num mercado oligopólico, o poder e a estratégia afectam fortemente a produção económica; consequentemente, muitos mercados internacionais funcionam diferentemente das predições dos economistas neoclássicos convencionais. Num mundo de concorrência oligopolística, os mais poderosos actores podem usar, e frequentemente usam, o seu poder no mercado para alterar e manipular os termos das trocas. De facto, muitas empresas poderosas são muitas vezes mais *price-setters* do que *price-takers.* Num mercado deste tipo existem muitas possíveis produções económicas racionais e o poder, a estratégia e a fraude são importantes determinantes de cada produção económica, pelo que, tem sido considerado que os oligopólios alteram profundamente a natureza e o funcionamento dos mercados.[183]

Os economistas estão obviamente cientes da natureza e da importância da concorrência oligopolística baseada em economias de escala. O próprio Alfred Marshall reconhecia os oligopólios mas rejeitava a sua importância, talvez pelas suas implicações que aumentavam as receitas (razão da sua existência) e poderiam torná-los teoricamente possíveis para apenas uma ou poucas mais empresas que dominariam a economia.[184] Decorrido mais algum tempo, o tema dos oligopólios passou a ser tomado mais seriamente e a investigação no campo da organização industrial de mercados oligopolistas foi alargada à compreensão das vias em que os mercados oligopolistas operam.

Cumpre assinalar que um dos mais controversos desenvolvimentos actuais está centralizado na política estratégica de comércio, cujo argumento desta teoria é o de que na elevadíssima interdependência registada na economia mundial composta de empresas oligopolistas e de Estados concorrentes, é possível, pelo menos teoricamente, avançar com políticas que desviem proveitos de empresas estrangeiras para nacionais. Ressalta a crescente importância do comércio internacional e do investimento estrangeiro oriundo de empresas oligopolistas que podem tomar vantagem do aumento de receitas, do aprender-fazendo e da implementação de barreiras à entrada de empresas rivais.[185]

---

[182] Robert Gilpin. *Global political Economy. Understanding the International Economic Order.* 2001. p. 132.
[183] Ibidem. p. 133.
[184] *Principles of Economics.* 1890. New York. 1997. p. 293.
[185] Robert Gilpin. *The Political Economy of International Relations.* 1987. p. 176.

Note-se que as regulamentações que possam governar o mercado poderão afectar significativamente as estratégias disponíveis para os participantes, além de que, as regras ou regimes podem ser ou serão mesmo de determinante importância em matéria de produção das actividades económicas. Apesar dos liberais argumentarem que essas regras e regimes podem resultar de processos cooperativos, os mais poderosos actores impõem frequentemente regras e regimes a outros actores menores a operar no mercado. Desde que as regras e as instituições que governam as actividades económicas permitam reflectir os interesses dos actores poderosos, as produções a entregar ao mercado ficarão profundamente afectadas por factores políticos, institucionais e outros de cariz não-económico.

Esta matéria tem-se mantido numa posição fulcral no estudo da economia política internacional e levou a OCDE a produzir um muito elaborado e completo documento em que teve oportunidade de definir oligopólios como mercados onde os concorrentes maximizam os seus proveitos com a implementação de estratégias que prestam estreita atenção à forma como os rivais poderão reagir às suas acções. Nestas condições as empresas até podem diferenciar os seus produtos que poderão beneficiar alguns consumidores mas a que preço. Acrescenta no seu documento de estudo desta sensível matéria que a interdependência entre concorrentes aliados também pode encorajar coordenação anti-competitiva.[186]

Perante esta ocorrência sentida em vários mercados internacionais, têm sido emitidas leis de concorrência que proíbem o estabelecimento de conluios para aumentar preços, restringir produções ou repartir mercados. Contudo, as leis não conseguem proibir os paralelismos conscientes. As empresas organizadas em oligopólio, se bem que não assumam um acordo explícito, podem imitar os preços dos seus rivais e outras atitudes concorrenciais num processo que prejudique os consumidores. As agências de concorrência preferem, geralmente, lidar com este risco através de prevenção estrutural, nomeadamente controle cruzado, do que por regulação detalhada, se bem que algumas também utilizem atitudes restritivas com o objectivo de reduzir a probabilidade de paralelismo consciente.

Devemos ter em atenção que uma simples fusão de empresas (*merger*) pode permitir diminuir a concorrência ao habilitá-las a vendas em determinado mercado mais apropriadamente, com mais sucesso ou mais completamente, de tal forma organizada em interacção coordenada que

[186] OECD, Policy Roundtables. *Oligopoly.* 1999.

pode chegar a provocar prejuízos aos consumidores. Esta atitude inclui um conluio tácito ou expresso que pode ser ou não considerado legal.[187]

Mutuamente conscientes que as suas acções provocarão uma reacção nos seus rivais, os oligopólios têm todo o interesse em substituir uma concorrência viva por uma cooperação anti-concorrencial. Tal atitude, comumente designada por "interacção coordenada", é prejudicial ao bem-estar e particularmente clara no caso de conluio.

Saliente-se que oligopólios susceptíveis de praticar cooperação poderiam ter custos diferentes e ser confrontados com condições igualmente diferentes em face da procura. Mesmo que as diferenças não possam constituir um verdadeiro problema ao opor-se a uma coordenação anti-concorrencial no quadro de uma rivalidade que não actue no preço, podem colocar às empresas dificuldades para se entenderem ao nível do estabelecimento de preços mutuamente vantajosos, bem como às diferenças de preços entre os diferentes bens propostos. Mesmo quando as empresas conseguem resolver estas questões, o sucesso da cooperação em relação aos preços não se encontra assegurado. Uma vez que o preço foi aumentado de forma importante acima do custo marginal, cada empresa que compõe o oligopólio terá interesse em baixar unilateralmente os seus preços, sobretudo se estiver convencida que isso passará desapercebido e que não sofrerá represálias por parte dos outros membros. Uma cooperação duradoura exige, muitas vezes, que o oligopólio disponha de todas as possibilidades de detectar este tipo de comportamento e dê a entender aos "batoteiros" que serão severamente punidos e que tal comportamento anti-concorrencial não poderá ocorrer.[188]

Logo, o principal recurso comportamental face a uma tal interacção coordenada residirá na interdição de conluios consubstanciada em leis importantes, o que até poderia acarretar, em certos países, a penas de prisão. Para minimizar as sanções, os que se entregam a conluios evitam, geralmente, entregar provas directas de contactos anti-concorrenciais. Deste modo, será difícil detectar e provar o conluio, o que poderá explicar porque as autoridades encarregues da concorrência ficam, muitas vezes, obrigadas a apoiar-se em provas indirectas. Porém, as provas de paralelismo dos comportamentos não são, nem devem ser, consideradas como provas suficientes de conluio.

---

[187] Ibidem. O documento da OCDE define "conluio" (*collusion*) como "actividades desenvolvidas por empresas, de restrição de concorrência, com o objectivo de atingir vantagens colectivas, tendo em consideração que tais actividades estão baseadas num acordo expresso estabelecido entre essas empresas."

[188] *Abuse of dominance and monopolisation.* OCDE-GD (96)131. Paris. 1996.

Considerando as dificuldades inerentes ao estabelecimento de provas de conluio e das dificuldades de recurso contra as formas atenuadas de interacção coordenada, a maioria das leis sobre a concorrência completam as medidas comportamentais com medidas estruturais, sendo que a mais importante poderá residir no procedimento do exame das fusões. Este exame será entreposto a fim de bloquear ou de submeter à condição, as operações de fusão de forma a reforçar a atenção aos interesses dos consumidores. Algumas fusões comportam este risco de aumentar a capacidade unilateral da sociedade adquirente de agir de forma anti-concorrencial.

Outras ameaçam a concorrência porque criam estruturas de mercado que favorecem o conluio ou outras formas de interacção coordenada que poderiam não ser ilegais em si, em face da regulamentação de um país que interditasse os entendimentos horizontais ou o abuso de posição dominante.

Para determinar se uma empresa exerce uma posição dominante será indispensável circunscrever-se a um mercado muito particular. Com efeito, a empresa não ocupa uma posição dominante, não exerce um monopólio ou não exerce um poder senão porque está num determinado mercado. Salvo em casos muito especiais de discriminação pelo preço praticado, um mercado tem duas dimensões: a dimensão geográfica e a estrutura por produtos, e a sua cobertura geográfica que se pode limitar a alguns quilómetros ou a cobrir o conjunto mundial. A definição do mercado num caso de abuso de posição dominante é ligeiramente diferente da retida num caso de fusão porque a empresa dominante já pode fixar os preços a um nível de maximização dos proveitos do monopólio. Alguns analistas propõem-se examinar as propriedades físicas de eventuais substitutos, as diferenças observáveis nas utilizações finais ou as preferências dos consumidores, bem como os custos da transferência para outros produtos e das barreiras institucionais. Outros analistas pensam que será preciso interrogar-se se uma empresa podendo exercer uma posição dominante agiria diferentemente se um dos seus potenciais concorrentes fosse eliminado. Em caso afirmativo, operam no mesmo mercado pertinente; em caso negativo não operam no mesmo mercado. Entretanto, outros recomendam utilizar o preço de concorrência mais do que o preço de mercado em vigor como referência para a definição do mercado, apesar de ser difícil de implementar e não dá uma resposta cabal. O mercado será pertinente se os preços relativos forem sensivelmente diferentes. No caso da discriminação pelo preço, cada série de clientes que deva aceder a preços distintos constituirá um mercado distinto.

Devemos, no entanto, relembrar a definição proposta para "domínio" e para o conceito de "domínio". Uma possível será as "circunstâncias nas quais as estratégias em que uma única empresa as poderão usar" ou "provoque efeitos adversos na prosperidade do mercado". Esta definição antecipa a maximização dos objectivos de prosperidade sem clarificar o peso relativo das eficiências estáticas e dinâmicas. Uma alternativa à definição de posição dominante é-nos oferecida pelo *European Court of Justice*:

> A position of economic strength enjoyed by an undertaking which enables it to prevent effective competition being maintained on the relevant market by affording it the power to behave to an appreciable extent independently of its competitors, customers and ultimately of its consumers.[189]

Saliente-se que as leis da concorrência de grande parte de países da OCDE contêm um conceito de exploração do poder do mercado por uma única empresa ou utilização e meios impróprios para atingir ou reter poder de mercado. Estes conceitos são variavelmente denominados, entre alguns outros, como "abuso de posição dominante", "monopolização" ou "mau uso de poder do mercado".

Porém, empresas em situação de oligopólio poderão formar um cartel para aumentar o seu poder de mercado, onde os seus membros poderão trabalhar em conjunto com o objectivo de determinar o nível de produto a entregar ao mercado que cada membro produzirá e/ou o preço que cada membro praticará.[190] Encontra-se forte tendência nas estruturas oligopolístas para a formação de cartéis devido à pequena quantidade de empresas envolvidas na estrutura e a sua reconhecida interdependência.[191]

A formação será mais consistente se se tratar de um oligopólio simétrico constituído por empresas com uma grande e idêntica quota de mercado, recursos comparáveis e uma comparável facilidade de acesso ao fornecimento ou vendas em mercados com tendência para incompetitividade, desde que qualquer acção competitiva possa ser igualmente percebida por todas as empresas, facilmente detectável devido à transparência da conduta competitiva e duramente promissora porque todas as empresas disporão de um idêntico potencial retaliatório.

---

[189] European Commission. DG Competition. DG Competition discussion paper on the application of Article 82 of the Treaty to exclusionary abuses. Brussels, December 2005.
[190] Op. cit. *Abuse of dominance and monopolization.*
[191] Robert Gilpin. *War and Change in World Politics.*1981. p. 92.

O mercado oligárquico, tal como o sistema internacional, caracteriza-se pelo estabelecimento de decisões interdependentes e ser constituído por uma pequena quantidade de empresas concorrentes onde exista uma atitude que considere que qualquer actor tenha um efeito apreciável em qualquer um ou em todos os seus rivais.

Ao trabalhar em conjunto, os membros do cartel ficam habilitados a proceder como um monopolista. Se cada empresa, num oligopólio, vende um produto indiferenciado como seria o caso do petróleo bruto, a curva de procura que cada empresa enfrenta será horizontal ao preço do mercado. Se, porém, as empresas produtoras do petróleo formam um cartel como a OPEP para determinar a sua entrega ao mercado e respectivo preço, enfrentarão conjuntamente um fortíssimo desvio negativo na curva de procura do mercado, exactamente como um monopolista. De facto, a maximização de proveitos decidida pelo cartel será a mesma que a de um monopolista. Os membros do cartel escolhem a sua produção combinada ao nível em que os seus proveitos marginais combinados igualam os seus custos marginais combinados. O preço do cartel será determinado pela curva de procura do mercado ao nível da entrega ao mercado escolhida pelo cartel. Note-se que um cartel, como um monopólio, escolherá produzir menos entrega ao mercado e implementará um preço mais alto do que possa ser encontrado num mercado perfeitamente competitivo.

Sob uma outra vertente de análise, Schumpeter chamava a atenção para o facto das empresas oligopolistas tenderem para ser altamente inovadoras no seu esforço de alcançar vantagem sobre os seus concorrentes.[192]

As condições que poderão dar corpo a um oligopólio também são encaminhadoras para a formação de um cartel. Os cartéis tendem a crescer em mercados onde haja poucas empresas e em que cada uma delas detenha uma significativa quota de mercado.

Tem sido definido "cartel" como uma organização de fornecedores de uma mercadoria (*commodity*) localizada em diferentes países (ou num grupo de Governos) que acordam restringir a entrega e a exportação dessa mercadoria com o objectivo de maximizar ou aumentar os proveitos da organização.[193] Apesar da figura de cartel doméstico ter sido ilegalizada nos Estados Unidos da América e restringida na Europa, o poder de um cartel

[192] *History of Economic Analysis.* 1954. p. 892.
[193] Dominick Salvatori. *International Economics.* New Jersey: Prentice-Hall. 1995. p. 264.

internacional não parece fácil de ser contido pelo simples facto de não cair sob a jurisdição de nenhuma específica nação.

Terá sido a constituição em cartel que proporcionou os argumentos que permitiram à OPEP a tomada do poder sobre o mercado do petróleo bruto, de tal monta que permitiu à Organização utilizá-lo como arma diplomática, impor um embargo e provocar um consequente choque petrolífero alargado à escala mundial.[194] Ao restringir a produção e as exportações do petróleo bruto das suas explorações petrolíferas, permitiu-lhe igualmente impor a quadruplicação do preço do produto entre 1973 e 1974. Outro exemplo, este menos frequentemente citado mas nem por isso menos importante, será a prática seguida pela IATA[195], considerada cartel das maiores linhas aéreas internacionais, que reúne anualmente para estabelecer tarifas e políticas aéreas internacionais.[196]

Um cartel internacional terá mais sucesso se for constituído por poucos fornecedores internacionais de uma mercadoria essencial para a qual não se encontrem facilmente alternativas de substituição.[197] Quando é constituído por muitos fornecedores será mais difícil organizá-los em efectivo cartel. Também, se estiverem disponíveis substitutos para a mercadoria em apreço, a tentativa de restringir a produção e as exportações com o intuito de aumentar os preços e os proveitos apenas poderá encaminhar os compradores para alternativas de substitutos. Esta ocorrência poderá explicar o falhanço ou a incapacidade encontrada por qualquer outro cartel internacional em implementar tais práticas noutros sectores, como os dos minerais (estanho, cobre, etc.) ou dos agrícolas (açúcar, bananas, café, cacau, borracha, etc.).

Uma vez estabelecido, o cartel encontra dificuldade em manter-se como tal. O problema reside no facto dos seus membros sentirem a tentação de incumprir o seu acordo de limitação da produção e praticar vendas não restringidas e a preços ligeiramente abaixo dos acordados no cartel Ao entregar mais produto ao mercado do que o que ficou estabelecido no acordo, o membro do cartel pode aumentar a sua quota de receitas. Por isso, existe normalmente um incentivo que desencoraje tal maliciosa acção. Será óbvio que, se todos os membros entrarem em incumprimento, o cartel poderá cessar de receber receitas do monopólio e não serão mais encontrados incentivos para a sua permanência no cartel. Situações deste tipo têm surgido ao

[194] Ver subcapítulo III.2 – Os recursos petrolíferos tornam-se arma diplomática.
[195] International Air Transport Association.
[196] "Agents Protest Increases In IATA Fees". New York: BusinessTravelNews. 11.Nov.2011.
[197] A OPEP preencheu muito bem este requisito durante a década de 1970, como apresentado na Parte III.

longo da existência do cartel da OPEP, bem como em muitos outros, o que poderá explicar a existência de tão poucos acordos de cartel.

Esta situação tornou-se penosamente evidente durante a década de 1980 quando os altos preços do petróleo bruto estimularam fortemente a exploração e a produção por não-membros da OPEP, aproveitadas por produtores do Reino Unido e da Noruega no Mar do Norte ou pelo México no Golfo. Este resultante aumento de abastecimento, ao mesmo tempo da implementação de medidas de conservação que reduziram a procura de produtos petrolíferos, conduziu a uma drástica redução dos preços nas décadas de 1980 e 1990, comparados aos praticados na de 1970.

Também se pode inferir que, como considerado em teoria económica, um cartel é inerentemente instável e colapsa ou falha frequentemente. Porém, se encontra sucesso, pode tornar-se num cartel centralizado, claramente monopólio, e atingir a maximização dos seus proveitos.

I.3.3 - Factores estratégicos e soberania nacional

A ligação entre soberania e poder em sede do sistema de Estados alarga-se muito para além de uma mera teoria. A questão de quem exerce a soberania em determinado território retoma vital significado em política internacional. Logo, o alcance da jurisdição da soberania do Estado poderá incidir quase directamente no seu poder económico e militar.[198] Contudo, os Estados poderão ter dificuldade em dominar o poder económico quer porque os actores do mercado sejam difíceis de controlar quer porque as próprias condições do mercado estão em constante mutação.[199] Deve-se ressalvar que será errado tecer generalizações acerca do domínio do poder económico sobre o militar, sendo igualmente importante considerar o vasto leque de instrumentos de política económica disponíveis.[200]

A população do território, a sua localização estratégica, os seus recursos naturais - seja petróleo, madeira, minerais ou potencial para energia hidroeléctrica - agravaram as hipóteses de muitas ameaças à soberania territorial. Mesmo em plena era marcada por poucos conflitos militares, a extensão da jurisdição territorial do Estado pode tornar-se fonte de tensões persistentes.

O poder tem sido frequentemente definido, de forma simples, em termos de recursos que podem produzir receitas. Assim sendo, um país será poderoso se dispuser de uma relativamente grande população, território, recursos naturais, força económica, força militar e estabilidade social. A virtude desta asserção poderá residir no facto de poder fazer aparecer poder de forma concreta, mensurável e previsível. Porém, quando se define poder como sinónimo de recursos que podem produzir receitas, poderão chocar-se muitas vezes com o paradoxo de que os mais bafejados com esse poder nem sempre obterem as receitas que pretendiam. Dispor dos recursos do poder não constitui garantia de que se obtenha sempre os ingressos que se pretendem.[201] Devemos ter em conta que, através dos tempos, os recursos tecnológicos têm vindo a alterar as fontes de poder.[202]

---

[198] Michael Ross Fowler e Julie Marie Bunck. *Law, Power, and Sovereign State. The Evolution and Application of the Concept of Sovereignty.* 1995. p. 24.

[199] O poder é um conceito relativo. O aumento do poder da capacidade de um Estado obriga ao inevitável decrescimento da capacidade de outros. O Estado apenas actua na estrutura da atitude não-política se com isso puder aumentar a sua capacidade relativa. Logo, a política económica não é um fim em si mas sim um instrumento para aumentar o poder de um Estado. Stephen D. Krasner. *International Regimes.* 1983. p. 356.

[200] Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power.* 2011. p. 80.

[201] Ibidem. p. 8.

[202] Conceito desenvolvido e apresentado na Parte IV.

Contudo, a soberania pode ser considerada no plano meramente formal como "O poder que não tem igual na ordem interna dos Estados nem superior na ordem externa".[203]

Se já não é o único, como durante longo tempo foi sustentado, o Estado soberano é o principal sujeito, o sujeito por excelência do Direito Internacional, e o único que possui na sua totalidade os direitos e deveres reconhecidos por esse Direito. A plenitude da capacidade jurídica internacional cabe assim ao Estado soberano e não a qualquer Estado. Os Estados não soberanos como será o caso dos Estados federados ou dos Estados membros de uma União ou de uma Confederação, mesmo quando têm personalidade jurídica de Direito Internacional, gozam de uma capacidade internacional limitada. [204]

Têm vindo a ser considerados pela doutrina como elementos constitutivos do conceito de Estado soberano: um povo, um território e um poder político soberano. E composto por três áreas: o espaço terrestre, o marítimo e o aéreo. Resulta, portanto, do exercício do direito de autodeterminação de um povo que, no território que é seu, e no exercício de auto-organização ou da competência das competências, institui o seu próprio poder político soberano.

Antes do advento das duas características da governabilidade moderna – territorialidade e exclusividade de regime – as relações entre Estados não poderiam existir. Um determinado domínio, com fronteiras geográficas relativamente estabelecidas é um pré-requesito do Estado. [205]

Porém, de entre os direitos e prerrogativas do Estado distinguem-se dois aspectos de competência do Estado: a competência interna e a competência internacional.

No domínio da competência internacional, com que iremos lidar na presente tese, os direitos mais significativos que classicamente o Direito Internacional reconhece ao Estados soberano são: o direito de legação (*ius legationis*), o direito de celebrar tratados internacionais (*ius tractuum*), o direito de reclamação internacional e o direito de fazer a guerra (*ius belli*), a que se veio juntar, mais modernamente, o direito à igualdade soberana. [206]

Hocking também identifica duas linhas principais nas relações internacionais contemporâneas: o princípio de *soberania interna* que afecta proeminência ao legislador

---

[203] António de Sousa Lara. Op. cit. p. 263.
[204] André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros. *Manual de Direito Internacional Público.* 4ª ed. 2001. p. 327.
[205] Christopher W. Morris. *Um Ensaio Sobre o Estado Moderno.* 2005. p. 321.
[206] André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros. Op. cit. p. 330 a 333.

contra as reclamações dos outros centros de poder dentro do Estado e o princípio associado à *soberania externa* que se entende independente de centros de poder localizados fora do Estado.[207]

A soberania interna pertence à governabilidade do domínio e a soberania externa lida com a independência em relação a outros Estados.

Dado que a nossa tese pretende responder a uma questão persistente entre potências internacionais, será desta segunda linha que nos iremos ocupar neste subcapítulo dedicado a estas matérias.

Poderemos afirmar que desde tempos imemoriais a soberania dos Estados foi considerada um problema de importância crucial para os que conduzem relações internacionais. Enquanto originalmente o termo se referia à supremacia absoluta do monarca reinante, com o tempo passou a denotar a independência de Estados, a sua supremacia interna e a sua liberdade de interferências nos seus assuntos externos. [208]

Porém, quando pensamos "soberania" parece inevitável referir Vattel que postulou que:

> Qualquer Nação que se governe a si própria, sob qualquer forma que seja, sem dependência do estrangeiro, é um Estado soberano. Os seus direitos são naturalmente os mesmos que os de qualquer outro Estado.[209]

Para acrescentar de seguida que:

> Dado que uma Nação é obrigada a conservar-se, tem o direito a tudo o que seja necessário à sua conservação".[210]

A este propósito André Gonçalves Pereira defende que da personalidade internacional do Estado soberano derivam a sua unidade e a sua permanência no plano internacional. Logo, qualquer que seja a sua organização política interna, a actuação internacional do Governo vale, salvo reserva expressa, para todo o seu território: é a unidade. E, para além das mudanças internas do seu Governo, o Estado permanece o mesmo no plano internacional, os seus direitos e deveres não se alteram e o novo Governo está vinculado pelos compromissos

---

[207] Brian Hocking, *World Politics: An Introduction to International Relations.* 1990. p. 40.
[208] Michael Ross Fowler e Julie Marie Bunck. Op. cit. p. 11.
[209] Emmerich de Vattel.. Op. cit. Chap. I "Des Nations, ou Etats souverains". 1758. p. 18.
[210] Ibidem. p. 26.

contraídos pelos seus antecessores assim como pode exercer os direitos por eles adquiridos: é a permanência. [211]

Devemos ter em atenção a afirmação de Thomas Hobbes de que a soberania é a mais alta, final e suprema autoridade de poder político e legal dentro do domínio territorialmente definido de governo directo e insiste que a soberania é absoluta, considerada como irrestrita e ilimitada. Acrescenta que é inalienável - pelo que não pode ser delegada ou representada – e indivisível – pelo que é única e não pode ser dividida. Afirma peremptoriamente que "Poder ilimitado é soberania absoluta. E a soberania em toda a Commonwealth é a representante absoluta de todos os assuntos." [212]

Apesar de se ter oposto frontalmente a Hobbes, John Locke, também defende que a soberania é inalienável, pelo que "O legislador não pode transferir o Poder de Fazer Leis para outras mãos".[213] Para acrescentar a definição de poder político como sendo "O núcleo no qual se encontra o propósito de que o verdadeiro fim do governo é regular e preservar a propriedade dos homens contra as ameaças externas e internas".[214]

Por outro lado teremos Stuart Mill que pugna por um Governo representativo quando afirma que "O poder absoluto em mãos de uma eminência individual poderá tornar inseguro um desempenho virtuoso e inteligente de todos os deveres da governação. As boas leis devem ser estabelecidas e reforçadas, as más leis devem ser reformadas. Os melhores homens devem ser colocados em todas as situações de confiança".[215]

A soberania e a igualdade entre Estados representam, portanto, a doutrina constitucional básica da lei das nações que governa a comunidade consistindo prioritariamente de Estados que dispõem de uma personalidade uniformemente legal. Logo, se a lei internacional existe, as dinâmicas da soberania do Estado podem ser expressas em termos de lei e, como os Estados são iguais e dispõem de personalidade legal, a soberania será, duma forma superior, uma relação com os outros Estados (e para organizações de Estados) definida por lei.

Foi sob esta orientação que foi estabelecida a Carta das Nações Unidas que consignou o princípio da igualdade soberana de todos os seus membros. No seu Artigo 2º poderemos ver

---

[211] Op. cit. p. 329.
[212] *Leviathan.* 1651. p. 118.
[213] *Two Treatises of Government.* 1689. p. 162.
[214] *Second Treatise of Government.* 1689. p. xxi.
[215] *Considerations on Representative Government.* 1861. p. 55.

que "A Organização (das Nações Unidas) é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros." Nada daquilo que se contém nos seus preceitos autoriza a ingerência de um estado ou da própria Organização das Nações Unidas nos assuntos internos de outro Estado. Para ser ainda mais objectiva no seu Artigo 78º:

> O regime de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado membros das Nações Unidas, cujas relações mútuas deverão basear-se no respeito pelo princípio da igualdade soberana. [216]

Pouco mais tarde surge a *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples* que comporta, logo no preâmbulo, uma firme tomada de posição referente à soberania de todos os povos no que respeita à sua autodeterminação:

> Convencidos que todos os povos têm o inalienável direito a completa liberdade, ao exercício da sua soberania e à integridade do seu território nacional.[217]

A Declaração reforça a afirmação do direito de soberania no seu Parágrafo 4:

> Qualquer acção armada ou medidas repressivas de qualquer espécie dirigidas contra povos dependentes deve cessar de forma a permitir-lhes exercer pacífica e livremente o seu direito de completa independência e a integridade do seu território nacional deve ser respeitada.

A soberania comporta, tal como consignado na Carta, dois elementos essenciais e inalienáveis: a liberdade do Estado e a igualdade entre Estados.

Os principais corolários da soberania e da igualdade dos Estados serão a jurisdição sobre o território e sobre a população que aí vive permanentemente, o dever de não intervenção na área de jurisdição exclusiva dos outros Estados e a dependência da obrigação emanada da lei comum e dos tratados consentidos pelo devedor. Em consequência, a jurisdição dos tribunais

---

[216] A Carta da Nações Unidas foi assinada em São Francisco a 26 de Junho de 1945, concluindo a Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional. Entrou em vigor a 24 de Outubro de 1945. Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em sessão especial da Assembleia Geral realizada a 14 de Dezembro de 1955, no âmbito de um acordo entre os EUA e a então União Soviética (resolução 995 (X) da Assembleia Geral). A declaração de aceitação por Portugal das obrigações constantes da Carta foi depositada junto do Secretário-Geral a 21 de Fevereiro de 1956 (registo n.º 3155), tendo sido publicada na United Nations Treaty Series, vol. 229, página 3, de 1958. O texto da Carta das Nações Unidas foi publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de Maio de 1991. Ver Anexo I.

[217] A proposta fez parte de um projecto de declaração de iniciativa de Nikita Khrouchtchev, enquanto Secretário Geral do PCUS, apresentado em 23 de Setembro de 1960 e, após discussão, constituiu a Resolução 1514 da Assembleia Geral das Nações Unidas, adoptada em 14 de Dezembro de 1960. Ver Anexo I.

internacionais depende do consentimento das partes, a filiação em organizações internacionais não é obrigatória, os poderes dos órgãos dessas organizações determinam a sua própria competência, tomam decisões por maioria de votos e a entrada em vigor das decisões depende do consentimento dos Estados membros.[218]

Saliente-se que à semelhança do poder social das sociedades primárias, o poder político dos Estados é eminentemente funcional e, como conjunto de meios destinados a coagir os outros a dado comportamento, é em si próprio polivalente. Logo, o mesmo poder pode servir de forma eficaz ideologias diferentes e até antagónicas. Estas, por se basearem em escalas de valores indemonstráveis e, portanto, sujeitas a juízos críticos de apreciação, é que vão, por sua vez, dar uma orientação discutível ao poder, fluido e maleável.[219]

A forma pela qual a lei expressa o conteúdo de soberania varia. Logo, o conjunto das leis poderia ser expresso em termos de coexistência de soberanias. O problema poderia ser abordado através do conceito do domínio reservado da jurisdição doméstica. Poder-se-ia prover ainda outra perspectiva da noção de soberania como poder discricionário em áreas delimitadas pela lei. Tais Estados só podem conferir nacionalidade em propósitos de leis municipais, delimitar áreas territoriais e decidir da necessidade de acções de autodefesa. Em qualquer caso, o exercício de poder está condicionado à lei.

A soberania também pode ser usada para descrever a competência legal que os Estados detêm, em geral, para tratar uma determinada função da sua competência, em particular, ou para prover uma razão para um aspecto particular da sua competência. Estas jurisdições, incluindo a competência legislativa sobre o território nacional, podem ser referidas em termos de "soberania" ou "direitos soberanos".[220] Esta "soberania" caracteriza poderes e privilégios que se acolhem sob matéria de direito comum independentemente do consentimento específico de outro Estado.

Como vimos, um dos corolários da independência e da igualdade dos Estados é o dever de se refrear de intervenções nos assuntos dos outros, quer internos quer externos. O dever de não-intervenção é um princípio básico que desenha muitas regras particulares na competência legal e na responsabilidade dos Estados. As matérias enquadradas na competência dos Estados sob lei internacional geral são consideradas estar dentro do domínio reservado, jurisdição

---

[218] Ian Brownlie.. *Principles of Public International Law.* (1966). 1992. p. 287.
[219] António de Sousa Lara. Op. cit. p. 257.
[220] Ian Brownlie.. Op. cit. p. 288.

doméstica, dos Estados. Quando, por legislação, um Estado delimita uma zona territorial, o modo de exercício do poder do Estado torna-se, claramente, um problema desse Estado. Mas quando se trata de forçar o limite *vis-a-vis* outros Estados passa a ser colocado no plano internacional.

Do mesmo modo, a concessão e o levantamento da nacionalidade pode conduzir a colisão de interesses entre Estados se dois Estados entram em disputa sobre direitos de um deles ao exercer protecção diplomática. Pode-se concluir que o critério depende da distinção entre competência interna e responsabilidade internacional para as consequências do exercício de *ultra vires* da competência declarada pela legislação existente. Em contexto particular, o direito internacional coloca restrições à competência territorial dos Estados em consequência de obrigações decorrentes de tratados assumidos, por exemplo, proibindo legislação que discrimine contra certos grupos populacionais, ou como consequência de privilégios territoriais, criados ou por hábitos gerais ou locais, ou por via de um tratado, outros Estados podem ser permitidos de exercer funções governamentais e actos de soberania dentro do domínio territorial. Esta situação reveste-se de particular importância quando se trata de demarcação de fronteiras para exploração de recursos petrolíferos, como tem vindo a ser observado em situações decorrentes no Oceano Árctico, no Mar Cáspio ou no Mar do Sul da China.[221]

[221] Ver Anexo II: "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos."

I.4 – O petróleo como factor do poder

Os relacionamentos de natureza funcional entre tecnologia e poder económico por um lado, e poder político e militar por outro, foi perturbado – até podemos dizer parcialmente desfeito – pela utilização do petróleo como arma política. Medido em termos de recursos naturais, não é mais do que areia e óleo.[222] Porém, foi o petróleo que, aparentemente de um dia para o outro, transformou aqueles minúsculos pontos do mapa, denominados Estados, em importantes e poderosos actores da política mundial. Por outras palavras, um Estado que não encontra uma via para o poder, que é deficiente em todos os elementos que tradicionalmente têm constituído o poder nacional, torna-se subitamente num poderoso actor na política mundial, porque dispõe de um importante activo valorizável: petróleo. Isto foi, de facto, um acontecimento de importância crucial à escala política mundial.

Logo, um Estado sem poder em todos os outros atributos, não sendo uma força maior em termos de poder tradicional, pode exercer enorme e, em certas condições, mesmo decisivo poder sobre nações que dispõem de todos os componentes do poder à sua disposição, excepto de um único: jazidas de petróleo.

Poderemos recordar que os chamados pequenos Estados têm sempre algum ponto débil ou alguma circunstância desfavorável. Porém, a par disso, é importante salientar que também podem encontrar períodos de grande força e poder pelo domínio de uma técnica ou pela posse de algum recurso considerado muito valioso em determinada conjuntura.[223]

---

[222] Tem sido equacionado poder económico com riqueza em recursos naturais, mas o seu relacionamento é deveras complexo. Encontram-se países ricos sem dotação de recursos naturais significativa e outros muito bem dotados que não conseguiram converter esses recursos em riqueza e poder nacional. Citam-se países produtores e grandes exportadores de petróleo que continuam débeis. Nalguns casos a disponibilidade de petróleo desequilibra as economias nacionais e desencoraja grandes empreendimentos e investimentos em capital humano, o que poderá constituir inibição em desenvolvimento do poder nacional. Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power.* Op. cit. p. 62.

[223] Políbio F. A. Valente de Almeida. Op. cit. p. 11.

I.4.1 – A importância do petróleo como factor relevante para o poder nacional

Tendo em consideração a importância do petróleo na sua qualidade de matéria-prima considerada infraestrutura crítica,[224] não podemos deixar de referir que, ao reduzir a sua produção e ao impor embargo à sua venda aos apoiantes da causa israelita na Guerra dos Seis Dias,[225] os Estados árabes associados numa organização sectorial, a OPEP, tornaram-se capazes de introduzir esse factor político na primeira linha de preocupações da agenda da política externa dos Estados Unidos da América e, de uma forma geral, de todas as grandes potências industriais dependentes da importação de petróleo bruto para satisfação das suas necessidades energéticas.[226]

O controlo das matérias-primas que foram ganhando importância sobre outras, nomeadamente as que aumentaram na proporção da mecanização dos meios bélicos, é de absoluta importância para o poder nacional, afirmou Hans Morgenthau.[227] Caso paradigmático é o do desenvolvimento do poder da OPEP baseado na posição assumida pela Arábia Saudita que, após a cedência de posição que tinha sido desempenhada pelos Estados Unidos da América, tomou a liderança incontestada do mercado mundial do petróleo bruto, e, em tempo considerado útil, usou a arma-petróleo com fins políticos contra Estados que estavam a apoiar a causa israelita durante a Guerra do Yom Kippur.[228]

Parece que se encontravam reunidas todas as condições para uma actuação da OPEP de grande envergadura. Primeiro porque permitiria uma alteração do equilíbrio de poder a seu favor. Depois porque seria possível impor um boicote de um produto estratégico a Estados dependentes do produto cuja produção dominava. Por fim, a oportunidade parecia adequada.

Será forçoso considerar a definição de Spykman de materiais essenciais – e neles incluiu o petróleo – como essenciais para a defesa, mas para os quais não se antecipavam dificuldades de abastecimento, apesar de requererem constante vigilância dado que no futuro poderiam vir

---

[224] *Cf.* EU COM (2006) 786 final, de 12.12.2006. "*...constitute those designated critical infrastructures which are of the highest importance for the Community and which if disrupted or destroyed would affect two or more MS, or a single Member State if the critical infrastructure is located in another Member State. This includes transboundary effects resulting from interdependencies between interconnected infrastructures across various sectors.*".

[225] Primeiro embargo ao fornecimento de petróleo imposta pelos países árabes aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à República Federal da Alemanha, apoiantes da acção israelita na Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de Junho de 1967). *Foreign Relations of the United States*. 1964-1968, Vol. XXXIV, *Energy, Diplomacy, and Global Issues*. Department of State. United States Government Printing Office. Washington. 1999

[226] Joseph Nye. Op. cit. p. 193.

[227] Ibidem, p. 132.

[228] Quarta Guerra israelo-árabe, 6 a 24 de Outubro de 1973.

a necessitar de reclassificação como estratégicos ou críticos.[229] Estas afirmações mostram não só as precauções formais mas também a apreciação da mudança essencialmente dinâmica do carácter das dificuldades de abastecimento de alguns materiais e produtos considerados essenciais ou estratégicos para os Estados.

Enquanto até finais da Segunda Grande Guerra Mundial se definia o petróleo como material essencial, pouco tempo depois começou a ser considerado estratégico. Bastou para tanto a decisão de um embargo por causas políticas, como o que ocorreu em 1967.[230]

O desenvolvimento deste conceito surge de forma evidente quando analisamos a obra de Ratzel, que afirmava:

> A independência económica, capaz de assegurar largamente a autonomia política, requer uma composição de diversas partes, capaz de prover, com as suas produções, às necessidades do conjunto.[231]

Para continuar a desenvolver o conceito:

> É neste sentido que convém reflectir as reticências da China em alargar as suas relações comerciais para lá do mínimo estrito; estas reticências apoiam-se na autossuficiência que lhe confere a sua posição geográfica e a sua potência demográfica. O comércio chinês pode restringir-se, em larga medida, ao comércio interno e continuará sempre muito mais centrado no território nacional que nos países onde os inconvenientes de situação e o fraco efectivo de população incidem em trocas de produtos excedentários. Nenhum país na terra é como a China, na medida de satisfazer sozinha a totalidade das necessidades da sua população, sem nunca recorrer a produtos estrangeiros. A causa do isolamento, do desenvolvimento separado do povo e do império chinês situa-se nesta independência.[232]

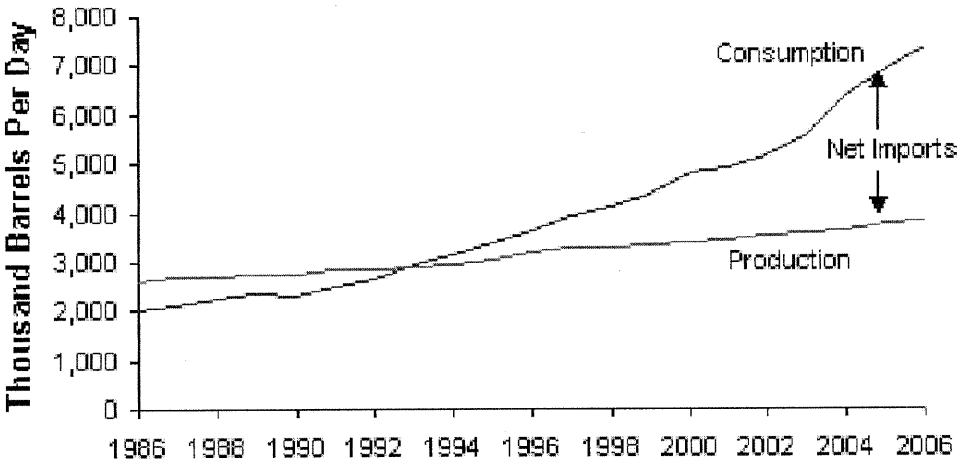
Ainda não tinha ainda ocorrido o extraordinário aumento do consumo energético que também chegou rapidamente à China, tornando-a, a partir do início da década de 1990, dependente das

---

[229] Op. cit. p. 293.
[230] Iniciado em 6 de Junho de 1967, no dia seguinte ao início da Guerra dos Seis Dias. Decidido por uma junta árabe contra os países que estavam a ajudar militarmente a causa israelita.
[231] *Géographie Politique.* 1897, Trad. 1985. p. 162.
[232] Ibidem. p. 162.

importações de petróleo e de gás natural para satisfação das suas necessidades exigidas pelo desenvolvimento económico pretendido e mais elevado bem-estar da sua população.[233]

Gráfico 2: China - Produção e consumo de petróleo (anos 1986 a 2006)



Fonte: EIA. *International Petroleum.* 2007

O petróleo não é apenas importante por si próprio mas também por constituir um factor que envolve aspectos, tanto de realismo como de interdependência complexa.[234]

O regime internacional do petróleo mudou, radicalmente, no decurso dos últimos cinquenta anos, dado que, cerca do ano 1960, estava submetido a um cartel de empresas petrolíferas com ligações muito próximas aos governos dos países mais consumidores. Era então transaccionado a cerca de dois dólares por barril,[235] num sector dominado por sete grandes empresas petrolíferas transnacionais – as "*seven sisters*" – maioritariamente sucessoras da americana Standard Oil, que determinavam as quantidades de petróleo que deveria ser produzido mundialmente e onde deveria ser produzido.[236]

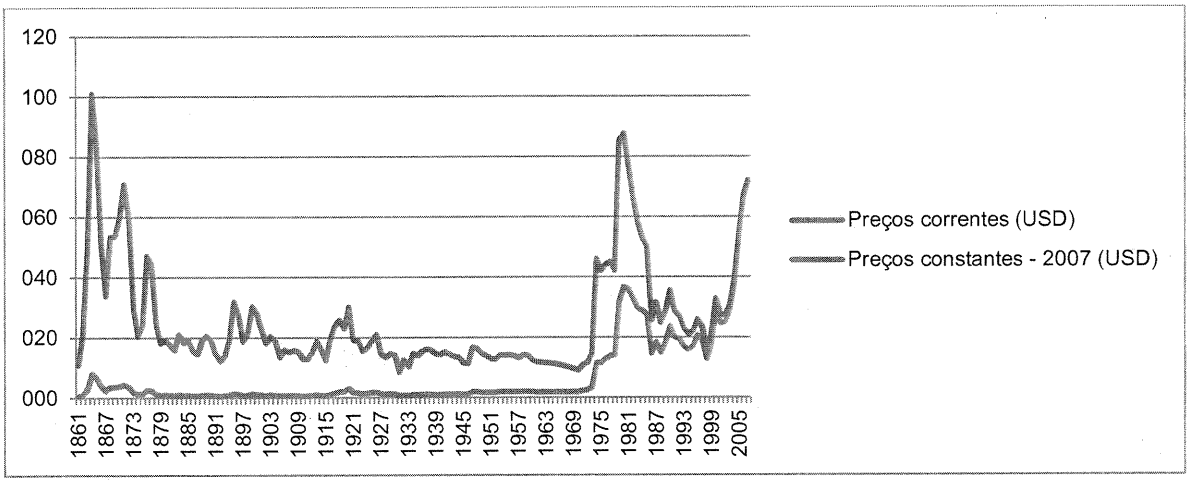
O manejo do preço do petróleo foi facilitado pela enorme inflexibilidade da procura. Como não se encontravam, facilmente, substitutos prontamente disponíveis e seria muito difícil actuar na redução do consumo, qualquer aumento nos preços não influiria, grandemente, na

---

[233] Ver Gráfico 2.
[234] Joseph Nye, Op. cit. p.189.
[235] Ver Gráfico 3.
[236] As "*seven sisters*": cinco americanas (Standard Oil of New Jersey, agora conhecida por Exxon; Standard Oil of California, depois Chevron; Gulf, depois parte da Chevron; Mobil e Texaco), uma britânica (British Petroleum) e uma anglo-holandesa (Royal Dutch-Shell). A Standard Oil Company of California adquiriu, em 1933, os direitos de exploração de petróleo bruto na Arábia Saudita, *in* Daniel Yergin. *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power.*

procura a curto prazo.[237] Logo, se as empresas conseguissem manter um preço mais alto, não iriam perder quantidades de vendas e os resultantes maiores rendimentos.

Gráfico 3: Petróleo bruto convencional
Evolução dos preços (anos 1861 a 2007)



Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy*

A justificação mais frequente para a alteração do regime foi a formação da OPEP, em 1960, em que se agruparam os maiores países produtores. Porém, apenas em 1967 conseguiram avançar com uma verdadeira demonstração de poder, manifestada através da imposição de um embargo muito bem imaginado, sem terem, contudo, conseguido atingir os objectivos que se propuseram alcançar. Não estavam ainda criadas todas as condições necessárias e suficientes para os alcançar. Só mais tarde, em 1973, o iriam conseguir.[238]

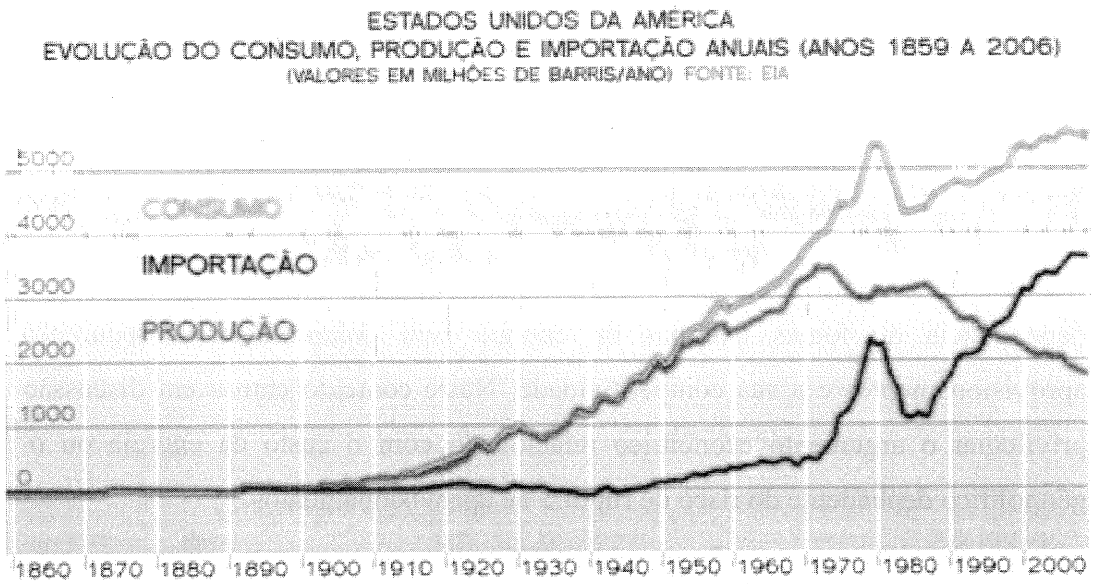
Uma segunda explicação da alteração do regime poderá residir na forma modificada do realismo apenas focalizado na repartição do poder dentro do próprio sector petrolífero, em vez do conjunto da estrutura do poder, militar ou outro. Naquela primeira oportunidade a tentativa foi facilmente gorada porque os Estados Unidos da América ainda estavam a produzir petróleo marginalmente suficiente para as suas necessidades próprias.[239] A quantidade produzida ainda podia garantir, nesse período de pressão inicial sobre o mercado mundial, as suas necessidades energéticas internas.

---

[237] Ver Gráfico 16.
[238] Ver subcapítulo III.2.1 - Primeiro embargo de sucesso e consequente choque petrolífero.
[239] Ver Gráfico 4.

Uma terceira explicação poderá estar radicada no facto do regime petrolífero após 1973 estar menos ligado ao realismo, sem considerar as alterações entretanto ocorridas no desempenho das instituições internacionais, especialmente entre as empresas multinacionais e a OPEP. As "*seven sisters*" foram perdendo poder ao longo deste período, em grande parte forçado pela Resolução da Organização das Nações Unidas.[240]

Gráfico 4:



Fonte: EIA, Energy Information Administration. *Energy Outlook 2007*

Os Estados atingidos pelo embargo tiveram que responder pela garantia de segurança e prosperidade numa base de interesse nacional que se afigurou, simultaneamente, conjuntural e permanente.[241] Tiveram, então, que se defender e gizar alternativas.

Podemos dizer que nos encontramos perante uma situação geopolítica, dado que o Governo saudita, ao liderar o movimento de boicote nessa oportunidade, ligou a sua acção de governo a factores geográficos visíveis, como o dos recursos naturais e o da energia.[242] Recorde-se que a geopolítica tem em consideração todos os aspectos das situações de força e mostra como elas são disputadas pelos protagonistas em presença. A política do Estado será o produto de três

[240] Op. cit.. Resolução 1803 (XVII) da Organização das Nações Unidas "Soberania Permanente sobre Recursos Naturais", adoptada pela Assembleia Geral em 14 de Dezembro de 1962. Ver Anexo I.
[241] Bruce Russett defendeu que "*Any government, whether democratically controlled or not, will pursue such interests in what power-politics theorists see as the anarchic world of "each against all".* in *World Politics: The Menu for Choice*, p.169.
[242] Fernando Solano Costa. "Significacion Actual de la Geopolitica" in *Geopolitica y Geostratégia*, 1965. p. 462.

factores conservadores incontornáveis: a realidade geográfica, a realidade identitária e a geoeconomia dos recursos.[243]

No que se refere à União Europeia devemos recordar que os Estados-membros não lançaram as bases de uma política comum da energia quando do estabelecimento do Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia. As tentativas ulteriores de inserção de um capítulo relativo à energia, por ocasião das negociações dos tratados de Maastricht e de Amesterdão, também não receberam satisfatório acolhimento. Saliente-se que a energia foi, finalmente, mencionada no preâmbulo do Tratado de Amesterdão.

Logo, a União Europeia ao dispor de uma muito pequena margem de manobra no que respeita às condições de oferta de energia poderá vir a ser ainda mais dependente de origens externas.

Impôs-se, portanto, saber se a União Europeia poderia aceitar um agravamento da sua dependência de fontes externas de energia sem comprometer a segurança dos seus aprovisionamentos e a sua competitividade. Neste contexto entrou em discussão se deveria privilegiar o argumento económico relacionado com o custo da energia ou o argumento geopolítico dependente do risco de ruptura de aprovisionamentos.

Manteve-se preocupante a acentuada redução da produção da União Europeia a partir de recursos próprios, só compensada pelos continuados aumentos substanciais de produto importado a partir de meados da década de 90, altura em que começou a redução continuada da produção britânica do Mar do Norte. As descobertas e os investimentos realizados pela Grã-Bretanha no Mar do Norte tinham-lhe permitido um grande desafogo e uma notável recuperação financeira a partir de meados da década de 70. Porém, a produção foi decaindo, até que, em 2007, voltou ao regime de importação para suprimento das suas necessidades internas, com tendência para irreversível agravamento anual. Os dados disponíveis, referentes ao ano 2007, apresentam uma dependência da União Europeia dos produtos importados de mercados terceiros, da ordem dos 53 por cento, com a parte de leão a incidir no petróleo importado (82,6 %), logo seguido do gás natural (60,3 %).

Teremos que admitir que a União Europeia começou tarde a sua reacção à pressão conjuntural internacional exercida sobre os consumidores energéticos dependentes de fontes externas. Seria, porém, a partir da edição do Livro Verde que o sector energético viria a começar a ser

[243] Aymeric Chauprade. *Introduction à l' analyse géopolitique.* "Les facteurs permanents de la géopolitique". 1999. p. 55.

tratado com a atenção que seria de exigir.[244] Ainda não como uma "política", mas já como um "domínio". Começou a ser aflorada na União Europeia a questão da preocupação sentida pela excessiva dependência energética de origens externas e da necessidade do estabelecimento de uma política energética para a Europa.

Corroborando as conclusões contidas no Livro Verde, Loyola de Palacio[245] teve oportunidade de denunciar que a grande dependência externa da União Europeia para os seus aprovisionamentos de hidrocarbonetos constituía um considerável risco para as economias europeias, ao afirmar que:

> A energia e os transportes representam serviços que são essenciais ao funcionamento e crescimentro da nossa economia.[246]

O Relatório (REEES), elaborado em associação com a Comissão Europeia, analisou de que modo a estratégia tinha funcionado na prática e o que haveria a fazer para melhorar a sua execução e enquadra as novas ameaças: ciberterrorismo e segurança energética. A análise mereceu ser subscrita pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros.[247] No Relatório, no capítulo "Segurança energética" pode ler-se:

> Nos últimos cinco anos (2003 a 2008), a dependência energética tem-se tornado cada vez mais motivo de preocupação. O declínio da produção europeia implica que, até 2030, quase 75 % do petróleo e do gás que consumimos terá que ser importado. Essas importações serão provenientes de um reduzido número de países cuja estabilidade, em numerosos casos, se encontra ameaçada. Estamos pois perante, uma série de desafios ao nível da segurança que exigem que todos os Estados-Membros assumam responsabilidade e sejam solidários.[248]

---

[244] Livro Verde. *Para uma estratégia europeia de segurança do aprovisionamento energético.* /*COM/2000/0769 final*/. Apresentado pela Comissão. Publicado pela Comissão das Comunidades Europeias em 26.Junho.2002.

[245] Na sua qualidade de Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pelas relações com o Parlamento Europeu, Transportes e Energia,

[246] *European Energy and Transport - Trends to 2030.* EU, Directorate-General for Energy and Transport. January 2003. *Foreword*, p. 4.

[247] Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – REEES, "*Garantir a segurança num mundo em mudança*", apresentado em 11 de Dezembro de 2008. S407/08.

[248] Ibidem, p. 5.

A segurança energética voltou a surgir, inscrita na Resolução do Parlamento Europeu EES+PCSD.[249] Esta Resolução que tem em conta os relatórios e documentos anteriormente elaborados sobre esta matéria destaca as principais ameaças e desafios com que a UE se vê confrontada, incluindo a segurança energética.

A Resolução incide principalmente em matérias relacionadas com a política da União no plano da gestão de crises e prevenção de conflitos, mas também reconhece que:

> A segurança energética é crucial para o funcionamento dos Estados-Membros da UE, incentivando-os, por isso, a cooperarem estreitamente no que diz respeito a este elemento da política de segurança; [250]

Dado que a União Europeia não é um Estado, nem mesmo uma Federação de Estados, só poderá assentar em denominadores comuns ou em posições comuns perante temas bem determinados como este de tal forma relevante para o poder nacional.

Pretendemos salientar que a atitude seguida pelos detentores de um recurso considerado estratégico que, ao usá-lo com a intenção do aumento do poder e, ao assumir o abuso de posição dominante, trouxe para a arena das relações internacionais, interessante e pertinente matéria de estudo.[251]

---

[249] Estratégia Europeia de Segurança (EES) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Resolução do Parlamento Europeu, sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança e a Política Comum de Segurança e Defesa. (2009/2198(INI)): *Estratégia Europeia de Segurança: Uma abordagem global.* 10.Março.2010. Publicado no JOUE de 22.12.2010 (C 349 E/63).

[250] Ibidem, parágrafo 9, p. C 349 E/65.

[251] Materiais estratégicos são os essenciais à defesa nacional para abastecimento dos quais, em tempo de guerra, a sua dependência pode ser colocada, em todo ou em parte, em origens externas. *in* Nicholas John Spykman. Op. cit. p. 13,

I.4.2 – O petróleo como factor de influência no equilíbrio de poder

Devemos começar por recordar Spykman, quando afirmou que a política externa dos Estados é dirigida, sobremaneira, a objectivos classificados sob diferentes formas, como sejam a geográfica, demográfica, racial, étnica, económica, social e ideológica em natureza e incluiu rubricas de entre as quais salienta: a aquisição de bases navais, a limitação da imigração, a assimilação das minorias, a procura por acesso a matérias-primas, mercados e oportunidades de investimento, a protecção da ordem social contra forças externas disruptivas, o encorajamento das relações culturais e a restrição do comércio de drogas perigosas.[252] Definiu, nessa oportunidade, materiais essenciais – e neles incluiu os energéticos – como essenciais para a defesa, mas para os quais não se antecipavam dificuldades de abastecimento, apesar de requererem constante vigilância dado que no futuro poderiam vir a necessitar de reclassificação como estratégicos ou críticos.[253]

Nesta ordem de reflexões não podemos deixar de referir Lionel Robbins que afirmou que o poder nacional repousa em factores económicos e envolve a inclusão de matérias-primas. Logo, se estes forem essenciais para a prossecução da guerra ou para o funcionamento geral do sistema económico, se se encontrarem localizados em territórios inacessíveis em tempo de guerra, o poder nacional encontrar-se-á substancialmente limitado. [254]

Estas afirmações mostram não só as precauções formais mas também a apreciação da mudança essencialmente dinâmica do carácter das dificuldades de abastecimento de alguns materiais e produtos considerados essenciais ou estratégicos para os Estados. Enquanto no pós-II Guerra Mundial se definiam os produtos energéticos como essenciais, pouco tempo depois começaram a ser considerados estratégicos.

Por seu turno Hans Morgenthau distinguiu dois grupos de elementos de poder: os considerados relativamente estáveis e os que estão sujeitos a constante mutação. Na sua visão, o factor mais estável do qual o poder da nação depende é obviamente a geografia, seguindo-se-lhe outros relativamente estáveis que também exercem uma importante influência no poder da nação em relação a outras nações: em primeira linha os alimentos, de seguida as matérias-primas e os recursos naturais.[255] Devemos considerar a importância que se atribuiu ao

---

[252] Op. cit. p. 17.
[253] Ibidem. p. 293.
[254] *The Economic Causes of War.* 1968. p. 61.
[255] Devemos admitir o termo "recursos naturais" amplamente utilizado nos Tratados e Resoluções internacionais.

controle das matérias-primas para o poder nacional, que foi aumentando na proporção da mecanização da guerra, onde algumas foram ganhando importância sobre outras. Razão pela qual a Grã-Bretanha, autossuficiente em aço e carvão, se guindou a grande potência mundial no século XXI. [256] Ao abordar a importância dos recursos naturais, defendeu que:

> Um dos factores estáveis que exerce particular influência no poder de uma nação em relação a outras é o dos recursos naturais".

Keohane e Nye são peremptórios ao referirem que, após 1973, a origem da instabilidade esteve radicada na incongruência entre poder em política do petróleo e poder considerado em política mundial. E acrescentam que:

> Seria de esperar que os Estados Unidos e outros países industrializados poderiam tentar reduzir a incongruência a seu favor através da ajuda mútua, do encorajamento de novas origens de fornecimento, inclusivamente por ameaças de força militar.[257]

Para destacar, de seguida, que os produtos energéticos não são apenas importantes por si próprios mas também por constituírem um factor que envolve aspectos, tanto de realismo como de interdependência complexa.[258]

Nota-se, não raras vezes, que as vias pelas quais o poder de uma nação é influenciado resulta não só dos recursos naturais que se encontram em seu poder, mas também se deve admitir que a nação não necessita que todos os recursos de que precisa se encontrem dentro das suas fronteiras, dado que os pode tomar ou adquiri-los a outras nações. Logo, a posse física dentro do seu território nacional não pode ser considerada como um dos grandes determinantes de poder. A realidade destes factos pode ser confirmada pela situação em que se encontram grandes nações, como a Alemanha ou a França, que têm falta de petróleo, ou o Japão e a Itália, seriamente carentes em grande quantidade deste e de outros recursos. [259]

Porém, também se deve ter em consideração que *"Um recurso é o produto de uma relação, Logo, não há recursos naturais, não há senão matérias naturais."* in Edwin Becht. *World resources management.* 1973. p. 24-25. Também se deve atender a que *"Sem intervenção exterior uma matéria continua tal como ela é. Um recurso, pelo contrário, tanto como "produto" pode evoluir constantemente, dado que a quantidade de propriedades relativamente às classes de utilidades pode aumentar."* in Claude Raffestin. *Pour une Géographie du Pouvoir.* 1980. p. 205.

[256] *Politics among Nations*, 1985. p. 132.

[257] Op.cit. p.37.

[258] Ibidem. p.189.

[259] Abramo Organski. Op. cit. p. 201.

O petróleo passou a assumir a mais importante origem de energia, quer para a indústria, quer para a defesa, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando grande parte dos veículos e armamento passaram a ser movidos a derivados de petróleo. Logo, os países que dispõem de jazidas com volumes significativos assumem maior influência nos assuntos internacionais, em grande parte dos casos, atribuído principalmente, se não exclusivamente, a esse factor.

A este respeito Adriano Moreira salienta que:

> O problema do petróleo já é uma base suficientemente importante e significativa para obrigar a meditar sobre a aparente novidade do acontecimento, com países ainda há pouco nascidos para a cena mundial a imporem as suas condições a tudo quanto resta das soberanias ocidentais.[260]

A emergência do petróleo como matéria-prima indispensável introduziu uma considerável mudança no poder relativo das nações com liderança política. A ex-União Soviética tinha-se tornado mais poderosa desde que passou a ser autossuficiente nessa matéria. Em contrapartida, o Japão ficou consideravelmente mais fraco quando atingiu o esgotamento das suas jazidas de petróleo.[261] O Próximo Oriente, para além da sua posição geográfica de ponte entre três continentes, tornou-se estrategicamente importante, devido às consideráveis jazidas de petróleo localizadas na Península Arábica.[262] Cumpre citar um comentário de Adriano Moreira acerca desta matéria quando refere que "O poder dá vantagens que passam em geral bem sem necessidade de que os outros as reconheçam legítimas".[263]

O controlo desta estratégica matéria-prima tem sido, tradicionalmente, um factor importante para o equilíbrio de poder, no sentido em que, quem tiver capacidade para a associar às outras matérias-primas, acrescenta enorme potencial aos seus próprios recursos, privando proporcionalmente a sua concorrência.[264] Seria por esta razão em mente, que a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e, esporadicamente, a França, se aventuraram a ir para o Próximo Oriente, no que se veio a chamar de "diplomacia do petróleo", ou seja, na implementação de esferas de influência que permitissem livre acesso aos depósitos de petróleo das regiões privilegiadas, quando este ainda não era uma das mais importantes matérias-primas com que se passou a

---

[260] Op. cit. p. 58.
[261] Hans J. Morgenthau. *Politics among Nations.* 6th ed. New York, 1978. p. 133.
[262] *International Energy Outlook, 2010. World Oil Reserves. Figure 35. "World proved oil reserves by geographjc region as of January 1, 2010 (billion barrels)".*U. S. Energy Information Administration. Office of Integrated Analysis and Forecasting. U.S. Department of Energy. DOE/EIA-0484 (2010).
[263] Op. cit. p. 56.
[264] Pela teoria do jogo de soma-zero.

medir o poder das nações. [265] Passou a constituir um factor essencial, cuja efectiva detenção ameaçou perverter, completamente, os modelos que durante séculos pautaram a política internacional. O embargo à exportação de petróleo bruto, imposto pelos países produtores no Inverno de 1973-74, associado ao drástico aumento dos preços, clarificou certos aspectos da política mundial, que podemos compreender do ponto de vista teórico, pois foi de tal modo bem sucedido, que se permitiu alterar, rápida e profundamente, as relações de poder, ao impor as novas regras no tabuleiro do jogo do sistema energético mundial.

Um cartel que comporta, por definição, a especial tendência para se autodestruir, exige, para se manter, a existência de um grande produtor que disponha de excesso de capacidade de tal modo grande, que lhe permita impor disciplina e que possa influenciar, consequentemente, os preços mundiais por actuação no aumento ou na redução do fornecimento agregado. Em 1973, o eixo deslocou-se das empresas petroleiras, mormente dos Estados Unidos, para os países do Médio Oriente, focalizado no Reino da Arábia Saudita. Subsequentemente, os sauditas passaram a dominar o mercado mundial da energia por mais de uma década: aumentando ou reduzindo a produção, mantiveram o cartel e influenciaram os preços mundiais de forma inapelável, chamando a si natural vantagem e, pelo menos, para mais alguns dos melhor colocados produtores.

A substituição de quase todos os outros produtos é, mais ou menos, facilmente realizável e a procura mundial de muitos produtos tem diminuído devido, sobretudo, às enormes reduções de quantidade de matérias requeridas pelos novos produtos manufacturados. Salvo excepção de uns poucos metais, os Estados Unidos, ou um dos seus aliados, podem produzir os produtos em falta. Porém, muito importante, não existiria outro produtor que, como a Arábia Saudita, pudesse controlar, individualmente, o fornecimento e, por essa razão, o respectivo preço. Finalmente, se bem que os cartéis possam beneficiar certos países menos desenvolvidos (como aconteceu com o petróleo), só o conseguem fazer à custa de muitos outros, igualmente menos desenvolvidos, Por muitas e variadas razões, não surge um cartel que possa proporcionar um método promissor de colmatar as perdas sofridas pelo conjunto dos países menos desenvolvidos.

Não será demais referir que tem persistido o relacionamento funcional, entre os poderes político, militar e económico. Mas também não será demais esclarecer que o poder nacional

[265] "Oil diplomacy". Conferência de Daniel Yergin, na qualidade de *Chairman* da *Cambridge Energy Reserach Associates*, proferida na *House Committee on International Relations*, em 20 de Junho de 2002.

tem sido, ao longo da história, função das forças armadas e, mais particularmente nos últimos tempos, do poder económico. Tomando como exemplo, a expansão da Europa naquilo que, mais tarde, se tornou nas áreas coloniais do hemisfério ocidental, a África e a Ásia, foi principalmente devida à diferença tecnológica entre as potências coloniais e as nações colonizadas. Doutra forma, a conquista da Índia pela Grã-Bretanha (muito inferior em quantidade de mão-de-obra e em muitos outros aspectos característicos de poder nacional) foi grandemente tornado possível pela disponibilidade de alta tecnologia que, consubstanciada em poder militar, se tornava irresistível aos adversários.[266]

Parece pertinente salientar que, o poder económico na asserção de Russel, ao contrário do poder militar, não será primário, mas derivado. Dentro de um Estado, depende da lei; em negociações internacionais só em questões menores é que depende da lei, mas quando estão envolvidas grandes questões depende da guerra ou da ameaça de guerra. À parte o poder económico do trabalho, todo o outro poder económico, na sua análise final, consiste em ser capaz de decidir, através do uso de força armada se necessário, a ocupar uma dada terra e a tirar de lá ou a pôr lá coisas. [267]

Esta asserção é evidente nalguns casos. O petróleo da Pérsia Meridional pertenceu à Anglo-Persian Oil Company [268] porque o governo britânico decidiu que mais ninguém teria acesso a ele e foi, até à transferência da posse das jazidas petrolíferas das empresas privadas para os Estados detentores dos recursos, suficientemente forte para impor a sua vontade. [269] Se a Grã-Bretanha tivesse sido, entretanto, derrotada numa guerra frontal, esses recursos provavelmente teriam rapidamente mudado de mãos.

O facto de a força não ser habitualmente usada não significa que não seja permanentemente exibida, e o primeiro juízo de relação que o Poder tem de fazer, em vista da sociedade global que domina, traduz-se numa estratégia do Poder, que define os limites dentro dos quais é possível exercer esse argumento final com eficácia. A circunstância de o Poder exercer uma

---

[266] Ibidem. p. 134.
[267] Bertrand Russel. *Power: a New Social Analysis* 1938. p. 81.
[268] A APOC foi fundada em 1908, após a descoberta, no Irão, do grande campo petrolífero de Masied Soleiman. Tornou-se na maior empresa petrolífera do Médio Oriente. Foi redenominada Anglo-Iranian Oil Company (AIOC) em 1935 e tornou-se na British Petroleum Company (BP) em 1954, uma das antecedentes da actual BP.
[269] Esta afirmação constitui a base da questão que constitui a presente tese.

função imediatamente mostra que o Poder não é uma coisa, é uma relação, porque não há Poder senão na medida em que os outros são dominados ou influenciados.[270]

[270] Adriano Moreira. *Ciência Política.* Op. cit. p. 110.

I.4.3 - De como a ONU proporcionou o suporte jurídico para a transferência do poder

A ordem económica criada no fim da Segunda Guerra Mundial foi construída sob princípios de tratamento igual e não discriminatório de todos os países, em matérias de comércio e relações internacionais.[271] Aqui, também, a experiência tem mostrado, como argumentado por Raul Prebisch, quando afirma que:

> O princípio de país mais favorecido pode ser válido nas relações comerciais entre iguais, porém, já não é um conceito aceitável ou adequado em comércio entre países com excessiva desigualdade em poder económico".[272]

A este propósito Camilleri salienta que é necessário reconhecer que a teoria da soberania é um produto particular das condições sociais e económicas. [273]

O princípio de soberania permanente sobre recursos naturais, garante primário do poder económico, foi reclamado com o objectivo de permitir a revogação ou a alteração dos termos das concessões detidas por empresas estrangeiras, às quais tinham sido assegurados os mais amplos direitos de extracção de petróleo ou minerais, em territórios dos Estados adjudicantes.[274] Estas concessões foram consideradas "não equitativas", por serem marcadamente mais vantajosas para o concessionário estrangeiro do que para o Estado adjudicante, ou terem sido concedidas em resultado de coação ou abuso de influência.

Este princípio despontou no início dos anos cinquenta, no decurso do processo de descolonização e os novos Estados independentes sentiram-se no direito de reavaliar e alterar os acordos legais "não equitativos" sob forma de concessões, herdados do período colonial

---

[271] W. Arthur Lewis. *The Evolution of the International Economic Order.* 1978. p. 27.
[272] Cf. *Preferential Treatment: A New Standard for International Economic Relations.* 1977.
[273] *The End of Sovereignty? The Politics of a Shrinking and Fragmenting World.* 1992. p. 12.
[274] A Kuwait Oil Company (KOC), detida a 50 por cento entre a Anglo-Iranian Oil Company (agora British Petroleum) e a americana Gulf Oil Company, obtiveram, em 1934, concessões para exploração no Kuwait, por um período de 74 anos, tendo a extracção comercial começado em 1938. As reservas petrolíferas do Kuwait atingiam os 96,5 milhões de barris (1993), cerca de 9,6 por cento do total mundial declarado.
Na mesma região, a Standard Oil Company of California (SOCAL, mais tarde Chevron) assegurou em 1933, os direitos de exploração na Arábia Saudita, mais propriamente na sua província oriental de Hasa, e direitos preferenciais para outras áreas. Em 1936, convidou a Caltex, a formar uma empresa conjunta. Em 1948, a Caltex alargou o consórcio a mais quatro empresas americanas, com a seguinte repartição accionista: SOCAL 30 por cento, Texaco 30 por cento, Standard Oil Company of New Jersey (mais tarde Esso e depois Exxon) 30 por cento, e Mobil Oil 10 por cento. A empresa passou a chamar-se Arabian American Oil Company (ARAMCO). As reservas da Arábia Saudita atingem os 262,2 biliões de barris (1993), correspondentes a cerca de 26 por cento do total mundial.

durante o qual os investidores estrangeiros, maioritariamente empresas multinacionais com as suas sedes no país metropolitano, estiveram a explorar os seus recursos naturais.[275]

Se bem que a soberania permanente sobre recursos naturais, seja actualmente reconhecida como princípio fundamental do direito internacional, a precisa definição do seu alcance e implicações permanece uma tarefa jurídica de grande importância, não só porque se trata de um princípio que está passando por sucessivas adaptações, mas também porque continua a ser uma fonte embrionária donde emanam regras para salvaguarda dos interesses dos países em desenvolvimento, sobretudo no tocante à utilização dos seus recursos naturais.

Uma Nação, mesmo de reduzida dimensão económica e territorial, que disponha de invulgar abundância de recursos naturais, pode vir a desfrutar de alto rendimento nacional, independentemente do seu estádio de desenvolvimento, apesar de não o poder manter indefinidamente. Bons exemplos podem ser os do Kuwait ou da Arábia Saudita, que têm conseguido atingir altos rendimentos *per capita* há décadas, graças à abundância do petróleo. Eventualmente, porém, a exagerada dependência de um país vulnerável, dos seus recursos naturais, pode conduzir, a médio ou longo prazo, a situações de muito difícil solução, como são as relacionadas com o esgotamento dos recursos, encaminhamento dos mercados clientes para outras origens ou, até mesmo, ao aparecimento de tecnologias que possam reduzir ou eliminar a necessidade desses recursos. Muitos dos mais pobres países do mundo são fortemente dependentes dessas exportações para as suas provisões em divisas estrangeiras. Cerca de 25 por cento do comércio mundial, diz respeito à importação e à exportação de produtos primários, porém, a exportação de recursos naturais envolve, grande parte das vezes, custos ambientais ou até mesmo sociais que não estão reflectidos no sistema da contabilidade nacional.[276] Como afirmou Michael Porter: "A abundância de recursos naturais também cria problemas mais difíceis de resolver.[277]

Nesta linha de reflexão, o projecto do Pacto dos Direitos Humanos já continha matéria em que se afirmava:

> O direito dos povos à autodeterminação também deve incluir permanente soberania sobre a sua riqueza e recursos naturais. Um povo não poderá, em nenhum caso, ser

[275] Henry Kissinger argumentou que *"para que uma negociação tenha sucesso, deve desafiar os que negam que um acordo reflecte, geralmente, concessões recíprocas, mais do que satisfações unilaterais."* in *Diplomacy.* 1994. p. 740.
[276] Kevin Watkins. *The Oxfam Poverty Report.* 1995. p. 118.
[277] *The Competitive Advantage of Nations.* Londres, 1990. p. 564.

desprovido dos seus próprios meios de subsistência com base em direitos que possam ser reclamados por outros Estados."[278]

Porém, o texto proposto pela Comissão dos Direitos Humanos foi modificado e incluído nos seguintes termos que, aparentemente, permitiram atingir os objectivos pretendidos:

> Os povos podem, para os seus próprios fins, dispor livremente das suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que surjam da cooperação económica internacional baseada no princípio do mútuo benefício e no direito internacional. Um povo, não pode, em nenhum caso, ser desprovido dos seus próprios meios de subsistência".[279]

O princípio da soberania permanente sobre recursos naturais tem sido enunciado e reafirmado num conjunto de Resoluções da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Podem-se constatar dois períodos de intensa actividade nesta matéria: um primeiro, de dez anos, que vai de 1952 até 1962, e um segundo, na mesma direcção e complementar do primeiro, que começa em 1966 e termina em 1974.

O primeiro período compreende a Resolução 626 [280] que introduz o conceito da autodeterminação económica reconhecendo que o direito dos povos à utilização e à exploração das suas riquezas e dos seus recursos naturais é inerente à sua soberania; a 1314 [281] que institui a Comissão para a Soberania Permanente dos Recursos Naturais; a 1514 [282] em que se afirma expressamente que todos os povos têm o direito à livre determinação e a 1515 [283] que recomenda que o direito de soberania dos Estados em dispor das suas riquezas e recursos naturais deve ser respeitado, culminando na 1803 [284] que, considerando o direito inalienável dos Estados em dispor livremente das suas riquezas e recursos naturais de acordo com os interesses nacionais e no respeito pela sua independência económica, declara o direito dos povos e das nações à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais, exercida no interesse do desenvolvimento nacional e no bem-estar do seu povo.[285] Nesta

---

[278] Proposto pela Comissão dos Direitos Humanos em Janeiro de 1955. Para. 3, do Art. 1.
[279] Ver Kamal Hossain. *Legal Aspects of the New International Economic Order.* 1980.
[280] De 21 de Dezembro de 1952.
[281] De 12 de Dezembro de 1958.
[282] De 14 de Dezembro de 1960
[283] De 15 de Dezembro de 1960.
[284] De 14 de Dezembro de 1962. Aprovada com 87 votos a favor, 2 contra (França e África do Sul) e 12 abstenções (URSS e maioria de países leste-europeus).
[285] Ian Brownlie. *Basic Documents in International Law.* 1983. pp 230-234.

Resolução requer-se ao Secretário-geral a continuação do estudo dos vários aspectos relativos à soberania permanente dos recursos naturais. [286]

Segue-se, então, um segundo período de disposições que comporta as Resoluções 2158 [287] e 3037 [288], logo continuadas com a 3082 [289] onde se reafirma a convicção da necessidade urgente do estabelecimento ou da implementação de normas de aplicação universal para o desenvolvimento das relações económicas internacionais numa base justa e equitativa. Surgem, em conclusão as Resoluções 3201 e 3202 [290] que proclamam a Declaração e o Programa de Acção da Nova Ordem Económica Internacional, culminando na Resolução 3281 que, por fim, institui a Carta dos Deveres e Direitos Económicos dos Estados: "Os Estados detêm e devem exercer livremente total soberania permanente, compreendendo posse, utilização e capacidade de dispor de toda a sua riqueza, recursos naturais e actividades económicas." [291]

A Resolução que institui a Carta tomou em consideração a Resolução 45 [292] da UNCTAD [293] e sublinha, nas suas disposições finais que "Nenhum Estado poderá utilizar ou encorajar a utilização de medidas económicas, políticas ou de qualquer outra ordem, para coagir outro Estado com o objectivo de obter dele a sua subordinação no exercício dos seus direitos de soberania." [294],

Para os países em desenvolvimento, a Declaração do Princípio da Soberania Permanente, como passou a ser conhecida, foi muito importante, atendendo a que serviu de suporte à reclamação da alteração dos acordos legais "não equitativos", à luz dos quais os investidores estrangeiros tinham podido dispor de direitos de exploração de recursos naturais encontrados dentro dos seus territórios. A alteração, passou a poder ser efectuada, pelo exercício do direito de nacionalizar, isto é, adquirir os direitos detidos pelo investidor estrangeiro, ou pelo direito de alterar certos termos dos acordos ou denunciar um acordo estabelecido com o investidor estrangeiro. Porém, expressa que a compensação devida será regulada "sob a lei doméstica do

[286] Resolução 1803. Parte III.
[287] De 28 de Novembro de 1966.
[288] De 19 de Novembro de 1972.
[289] De 6 de Dezembro de 1973.
[290] De 1 de Maio de 1974.
[291] De 12 de Dezembro de 1974. Cap. II, Art. 2.1.
[292] De 18 de Maio de 1972.
[293] Esta Resolução da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) contém a decisão de instalar o Grupo de Trabalho de representantes governamentais que preparassem a Carta de Deveres e Direitos Económicos dos Estados. A Resolução 3037, da Assembleia Geral da ONU, decidiu que o Grupo de Trabalho fosse composto por 40 Estados-Membros.
[294] Cap. IV, Art. 32.

Estado que nacionaliza e por seus tribunais", o que pode corresponder a uma expropriação sem indemnização.

A Declaração contém as linhas mestras de onde os países em desenvolvimento partiram para estabelecer as novas disposições legais de exploração dos seus recursos naturais, proporcionando manifesta melhoria em relação à antiga estrutura das concessões tradicionais. Sob estas, o Estado não tinha passado de um mero colector de taxas e impostos, ao receber um considerado modesto e predeterminado pagamento, enquanto o detentor da concessão dos minérios e de outros recursos naturais, guardava para si o controlo das operações, sob a capa de investidor estrangeiro; deste modo, todas as decisões sensíveis, desde as relacionadas com a localização, extensão e desenvolvimento da exploração, até às políticas relacionadas com a produção, preços e comercialização, teriam que ser determinadas pelo concessionário. As novas estruturas, não só proporcionaram maiores receitas, como também possibilitaram aos Estados a propriedade dos seus próprios recursos e mecanismos associados, há tanto ambicionados, tanto para o desenvolvimento das capacidades nacionais, como para lhe permitir assegurar um efectivo controlo das operações.

Entretanto, para os países desenvolvidos e empresas multinacionais dedicadas à exploração de recursos naturais, os novos desenvolvimentos foram vistos como limitadores da sua liberdade de acção e uma ameaça à persistência dos acordos contratuais estabelecidos, já que continham opção para outro tipo de acordos, nos quais os governos adjudicantes iriam procurar maximizar os proventos financeiros, mais do que controlar as operações, invocando a importância da manutenção da estabilidade das relações contratuais e, em caso de nacionalização, o pagamento, à parte afectada, de compensação imediata, adequada e efectiva.[295]

O princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais, tal como foi consignado na Resolução, abarca as orientações básicas para a celebração dos novos tipos de acordos de

---

[295] A Sexta Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental do Código de Conduta das Nações Unidas, ECOSOC 1979, Comissão do Conselho Económico e Social para as Sociedades Transnacionais, realizada entre 8 a 19 de Janeiro de 1979, esclarece no Art. 52 do Parágrafo "Nationalization and Compensation", que "*No exercício da sua soberania e actuando no interesse público, os Estados têm o direito de nacionalizar propriedades no seu território. O tratamento justo e equitativo das corporações internacionais por parte dos países onde operam, inclui pagamento da justa compensação em caso de nacionalização ou outra forma de tomada da propriedade. Tal acção será realizada por processos contidos na Lei, de acordo com o direito nacional, regulamentos e práticas administrativas, sem discriminação entre empresas em situações comparáveis e com total respeito pelas obrigações internacionais e compromissos contratuais livremente subscritos pelos Estados.*" in *Legal Problems of Codes of Conduct for Multinational Entreprises.* Vol. I. Editado por Norbert Horn. London, 1980. p. 502.

concessão de explorações de recursos naturais. No Parágrafo 6 encontra-se previsto que se a cooperação internacional para o desenvolvimento dos recursos naturais em países em desenvolvimento, revestir a forma de investimento de capitais directos estrangeiros, públicos ou privados, deve ser tal que permita o futuro desenvolvimento nacional independente, baseado no respeito pela permanente soberania dos seus recursos naturais. [296]

A controvérsia voltou à cena de forma ainda mais aguda, quando o súbito e desmedido aumento dos preços do petróleo foi anunciado pelos exportadores em fins de 1973 e a consequente instalação do estado de espírito de confronto, manifestado imediatamente, como foi o caso do encontro em Washington dos maiores consumidores de petróleo, logo em Março de 1974, e motivo para convocação urgente da Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em matérias-primas e desenvolvimento. O principal objectivo desta Sessão Especial, realizada em Abril de 1974 foi, evidentemente, o de debater as razões de queixa colectiva dos países em desenvolvimento e apresentar a importância das suas próprias reclamações. Outro objectivo foi o de esbater a tensão e pôr fim às mútuas recriminações, tendo em vista a introdução de uma nova e mais equilibrada fórmula de futura cooperação económica internacional, que fosse aceite pela generalidade dos vários actores da comunidade internacional.[297]

O mais importante aspecto do debate global foi a questão da soberania do Estado sobre os seus próprios recursos naturais, o que pareceria suficientemente lógico. Apesar de tudo, era o petróleo, recurso natural estratégico, que estimulava em primeiro lugar a grande controvérsia e a Declaração do Estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional e o seu Programa de Acção. [298] Ambas as Resoluções afirmaram, inequivocamente, o importante papel desempenhado pela gestão dos recursos naturais e a forma como podem ser desenvolvidos e implementados para benefício dos países produtores, salvaguardando os interesses da comunidade mundial considerada na sua globalidade.

Não nos podemos esquecer que a batalha pela autodeterminação económica e pela soberania permanente sobre os recursos naturais já tinha sido travada, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, simultaneamente em duas frentes distintas: por acções concretas políticas e económicas, tomadas individual ou colectivamente por países em desenvolvimento, e pelo

[296] Resolução 1803, de 14 de Dezembro de 1962, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.
[297] Kamal Hossain. Op. cit. p. 208.
[298] Resoluções 3201 e 3202 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 1 de Maio de 1974.

aperfeiçoamento teórico dos princípios e conceitos legais subjacentes ao sistema da Organização das Nações Unidas.

Sem pretender ir mais longe do que foi atribuído pelas Resoluções da Organização das Nações Unidas em matéria de soberania permanente sobre os recursos naturais, há pelo menos que reparar na situação de "causa e efeito" em importantes acontecimentos posteriores ocorridos em países em desenvolvimento, como é o caso dos grandes exportadores de petróleo, não se podendo negar que essas Resoluções não tenham sido para eles uma óptima fonte de inspiração, autoconfiança e apoio moral.

I.5 – Síntese conclusiva da Parte I

Após análise das diversas correntes de pensamento expressas pelos académicos estudiosos destas matérias teremos de concluir que enumerar "atributos nacionais" e relativa "legitimidade" não se afigura tarefa fácil, parecendo-nos tanto mais complexa se nos atendermos aos temas relacionados com a soberania dos recursos naturais de suporte e de garantia da segurança e da soberania nacionais, válida para todos os tempos e modelos políticos. Tanto ou mais difícil quanto tentar definir ou explicar os termos amplamente utilizados na presente tese, como sejam o "electricidade" ou o "formação do petróleo". Não cairemos nessa tentação até porque os iremos utilizar num vasto âmbito de atributos do poder. Poderemos, no entanto, considerar que nos encontramos perante uma situação geopolítica, tendo em atenção que se trata de matéria que liga a acção governativa a factores geográficos visíveis, como o dos recursos naturais e o das origens energéticas.

De entre as dificuldades inerentes à panóplia dos interesses nacionais, claramente dependentes do modelo político vigente no Estado, verificamos a constituída pela sua variação de país para país e com o decorrer dos tempos, pelo que se poderá incluir a protecção de certos direitos legais, como autodeterminação, inviolabilidade diplomática, expatriação e liberdade de trânsito internacional. Podendo, igualmente, considerar desempenhos particulares internacionais da nação, como seja o envolvimento em decisões à escala internacional, as relações diplomáticas e negociação de tratados ou as relações comerciais necessárias à manutenção da existência económica da nação.

Tem sido igualmente manifestado que o conceito de interesse nacional é demasiado vasto, demasiado geral, demasiado vago e demasiado inclusivo para poder ser elaborado. Os diferentes fins do Estado, como a conservação, a justiça ou o bem-estar, todos compreendidos no bem comum, são categorias abstractas que só ganham sentido em face de cada modelo político concreto, situado no espaço e no tempo.

Quanto à intensidade dos interesses, admite-se poderem variar no tempo e na oportunidade, pelo que se considera com prioridade a sobrevivência e os interesses vitais que constituam prováveis danos sérios à segurança ou ao bem-estar da nação e que impliquem severas medidas, incluindo probabilidade de acções militares a serem rapidamente tomadas. Esta gradação considera a dimensão "tempo", com os interesses de sobrevivência a pedirem

imediata atenção, os interesses vitais a necessitar de planeamento urgente, os interesses maiores a requerer estudos sérios e os interesses periféricos a sugerir vigilância atenta.

Fica, portanto, suspensa a identificação permanente de interesses nacionais, quando à decisão de quais são vitais e de quais não são. A precedência lógica entre os vários interesses que os estadistas poderão afirmar é muitas vezes confundida pela pressão dos acontecimentos. O interesse nacional, definido como poder, apesar de ser uma categoria objectiva universalmente válida, não garante que o conceito seja conservado de uma vez por todas.

Já o que pode ser visto como uma ameaça à segurança nacional, a curto prazo, como os embargos ou a inflação dos preços do petróleo, pode-se converter em alavanca que estimule a implementação de políticas de desenvolvimento tecnológico mais racionais e conduza a uma maior eficiência dos recursos energéticos disponíveis. Com vantagens e também com inconvenientes. Por um lado, com a privatização, a liberalização e a macroestabilidade que podem criar um clima que atraia o investimento, nomeadamente o estrangeiro, as empresas investidoras estrangeiras podem trazer consigo a competência técnica e o acesso aos mercados externos, criando novas oportunidades de emprego. Porém, por outro lado, quando as empresas estrangeiras chegam a um país, muitas vezes reduzem os concorrentes locais, destruindo as ambições dos pequenos empresários que esperavam desenvolver um sector de actividade nacional.

Neste domínio, as práticas relevantes da guerra económica abarcam um vasto leque de sectores da área económica. No caso de um embargo poderão consistir na recusa de venda ao país agredido de produtos que lhe são indispensáveis, como energia, matérias-primas industriais, produtos alimentares, materiais de certos níveis tecnológicos. Podem assumir o aspecto de um cartel ofensivo destinado a aumentar, artificialmente, os preços dos seus produtos ou a atingir objectivos políticos de vária ordem. Qualquer que seja a forma de que se revista, a utilização de tais instrumentos, além de fragilizar a situação económica dos países visados, também altera simultaneamente a capacidade de formular uma política de poder e a sua estabilidade e coesão internas.

Numa situação deste tipo não é a força que estará na base do êxito das políticas energéticas adoptadas mas sim a função desempenhada pelos fornecedores de petróleo no mundo interdependente a que a situação de carência conduziu. Poderemos encontrar um poder funcional que permita desafiar e que por vezes seja capaz de vencer as potências, desde que

articule a acção com os interesses vitais dos intervenientes. Poder-se-ia, então, atingir a definição de poder funcional como a capacidade de conseguir submeter uma grande potência, usando apenas uma função mundial limitada a um único recurso.

Sublinhe-se que a aptidão dos actores internacionais para o exercício do poder ou para influenciar novos acontecimentos ou transacções pode depender dos recursos e de outros activos que possam trazer à liça. Tem vindo a ser aceite, sem contestação, que de entre todos os actores internacionais serão os Estados soberanos que se mantêm no centro da acção. Esses activos podem ser utilizados pelos governantes para a protecção ou a promoção dos interesses nacionais dos seus países. Alguns são tangíveis, sujeitos a medida e quantificação, como os recursos naturais. Outros serão intangíveis, como a qualidade de liderança ou a coesão nacional.

De entre os activos tangíveis, ou estáveis, sobressai actualmente o petróleo - produto estratégico e origem energética - na sua qualidade de arma diplomática e de instrumento de poder dos Estados em cujo território se encontre jazente. Um dos factores estáveis que exerce particular influência no poder de uma nação em relação a outras é o dos recursos naturais. Países que possuem jazidas consideráveis de petróleo adquiriram influência em assuntos internacionais, em muitos casos principalmente atribuída, se não exclusivamente, à soberania exercida sobre elas.

Logo, o poder nacional poderá repousar em factores económicos e envolve a inclusão de matérias-primas. Se estas forem essenciais para a prossecução da guerra ou para o funcionamento geral do sistema económico, se se encontrarem localizados em territórios inacessíveis em tempo de conflito, o poder nacional encontrar-se-á substancialmente limitado.

A emergência do petróleo como matéria-prima indispensável introduziu uma considerável mudança no poder relativo das grandes potências. A ex-União Soviética tornou-se mais poderosa quando retomou a sua autossuficiência nessa matéria. Em contrapartida, o Japão, cinquenta anos antes, tinha ficado consideravelmente mais fraco quando atingiu o esgotamento das suas jazidas de petróleo. Tão fraco que acabou por ser arrastado para uma guerra de resultados devastadores para si próprio.

Com o decurso do desenvolvimento económico mundial o problema do petróleo tornou-se uma base suficientemente importante e significativa para obrigar a meditar sobre a aparente

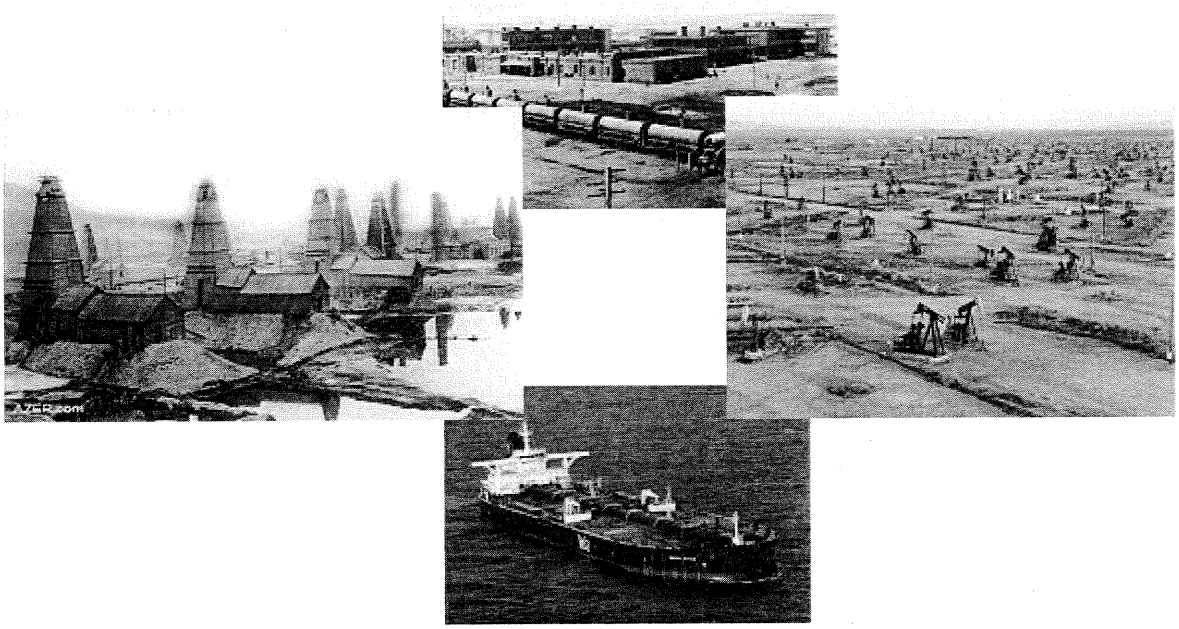
novidade do acontecimento, com países ainda há pouco nascidos para a cena mundial a imporem as suas condições a tudo quanto resta das soberanias ocidentais.

Teremos oportunidade de apresentar na Parte II como o domínio do sector petrolífero foi exercido pelas empresas industriais com forte apoio financeiro a operar no sector e deixaremos para a Parte III como esse domínio foi transferido para as mãos dos Estados que passaram a exercer a sua soberania sobre os recursos petrolíferos localizados nos seus territórios.

Parte II

Os recursos petrolíferos na agenda política

Primeiro momento: O sector petrolífero é dominado por cartel de empresas concessionárias



II.0 – Introdução à Parte II

Pretendemos compreender e delimitar um primeiro momento que terá ocorrido no sector da exploração petrolífera quando as empresas a operar no mercado, maioritariamente integradas no Grupo Rockefeller, tomaram o domínio do mercado, mormente a seguir ao desencadeamento das acções que culminaram na Revolução Bolchevique de 1917, até à alteração conseguida em consequência da aplicação de força radicada em embargos impostos por países produtores integrados na OPEP, abastecedores do mercado, suportados na Resolução da ONU que declarou soberania permanente sobre os recursos naturais aos povos em que os recursos se encontrassem localizados.

Quando interpretamos o desenvolvimento do sector petrolífero que permitiu que um pequeno conjunto de grandes empresas, finalmente organizado em cartel, passasse a dominar o mercado, constatamos que uma das características mais importantes do período pós-II Grande Guerra Mundial terá sido o papel continuadamente crescente que as matérias-primas começaram a desempenhar na economia internacional. A sua disponibilidade tinha tido, desde sempre, um papel determinante ao longo da história. Recordemo-nos que a Revolução Industrial foi, de facto, um produto do carvão e do ferro, em que países como a Grã-Bretanha e a Alemanha, que dispunham de grandes quantidades de jazidas destas matérias-primas, tornaram-se grandes economias industriais em que aquelas passaram a representar o fulcro da prosperidade económica. Contudo, durante o último quartel do século XIX, arrancou uma segunda fase da Revolução Industrial quando o aço substituiu, rapidamente, o ferro como material básico da construção desse tempo, enquanto, sob o comando da electricidade e do desenvolvimento económico, o carvão terminou o seu estatuto de combustível único e as máquinas passaram a depender da água, do gás natural e do petróleo, até ao surgimento, já em pleno século XX, do urânio e de algumas outras fontes energéticas rapidamente renováveis e menos poluentes que os hidrocarbonetos.

Já no decurso do século XX o petróleo bruto tornou-se uma das mais importantes origens energéticas. O seu sucesso representou uma fonte altamente eficiente de energia relativamente barata e as máquinas movidas a carvão foram consideradas obsoletas e substituídas por outras movidas a derivados do petróleo. A refinação de grandes quantidades de petróleo cedo revelou a existência de subprodutos resultantes da sua destilação, nomeadamente os plásticos

que começaram imediatamente a substituir o aço e o vidro em muitas aplicações. O plástico não era apenas mais barato mas por vezes ainda mais durável e resistente que o próprio aço.

Contudo, se bem que, no que se referia à oferta de aço e de carvão, a Europa fosse largamente autossuficiente, já o mesmo não se poderia dizer em relação ao petróleo, posto que apenas a Grã-Bretanha e a Rússia dispunham de importantes bolsas petrolíferas nos seus territórios que suprissem as suas necessidades. Nenhum outro país europeu dispunha desta estratégica matéria-prima.

Com o desenvolvimento da sua aplicação e consequente aumento continuado do consumo, o mundo tornou-se fortemente dependente da importação de petróleo do Médio Oriente, da América Latina e de África. Nas décadas do ressurgimento económico do pós-1945, o fulcro industrial e doméstico foi, de forma crescente, formado por petróleo e por produtos petrolíferos. A Europa começou a deslocar-se, económica e geograficamente, em direcção ao petróleo.

Desde esse período e até ao fim da década de 1960, a estabilidade política vigente nos países produtores e os preços constantes do produto constituíram suficientes pré-requisitos para a construção de uma prosperidade económica sustentada. Estas condições do mercado petrolífero permitiram que o preço do barril de petróleo se mantivesse estabilizado nos 1,71 USD entre 1950 e 1971 e mostraram que seria essencial que assim continuassem.[299] A transição da economia do carvão para a economia do petróleo passou praticamente desapercebida até à data em que o mundo económico, político e financeiro se deparou com uma crise petrolífera provocada pelos países exportadores de petróleo em 1973 e, apenas nessa altura, se deu conta da revolução energética ocorrida após 1945.

Até à data da profunda alteração registada no sector petrolífero mundial quando o seu domínio passou para os mais importantes países exportadores, igualmente organizados em cartel, como pretendemos demonstrar neste Capítulo, as empresas petrolíferas foram conseguindo dominar o mercado mundial e extrair, para os seus países de origem, o poder inerente radicado nesse factor relevante. De salientar o temor da escassez que ocorreu durante a última guerra europeia quando foram detectadas áreas de conflito, específicas e particulares, sobre recursos como o petróleo, com a Alemanha e a Itália particularmente vulneráveis neste

[299] Ver Gráfico 3.

campo. Os seus adversários, a Grã-Bretanha e a França, detinham grande influência no Médio Oriente, mas havia nestes o latente receio que a expansão alemã pudesse vir a prejudicar os seus privilegiados abastecimentos daquela região. Foi também durante este período que mais se notou o apoio das empresas petrolíferas americanas do Grupo *Standard Oil* e da holandesa *Royal Dutch* e de como, após fim de guerra, pretenderam continuar a obter vantagens do poder testemunhado durante as contendas.

Poderemos mostrar, igualmente, até quando se pôde manter este domínio do mercado e o poder político inerente que permitiu que empresas petrolíferas privadas tivessem podido influenciar o sistema político mundial.

II.1 – O predomínio do petróleo como produto energético

A ideia de revolução tecnológica ajuda a definir e a explicar um dos mais importantes fenómenos da vida moderna, sendo um dado adquirido que se viveu no séc. XX um processo de profundas e continuadas modificações, completamente diferentes da mudança cíclica das estações ou do processo natural de envelhecimento. Mais exactamente, uma mudança nas condições de vida que evoluiu para um processo de permanente transmutação, o que torna extraordinariamente difícil perceber como foi em tempos idos – a maior parte da passada experiência da humanidade – quando as mudanças ainda não eram endémicas. O processo de mudança tem sido levado a cabo por inovações nas fontes de energia, em técnicas de manufactura e nos meios de transporte e comunicação – em sentido lato, pela tecnologia. Para ser mais redutor, o processo de mudança tecnológica tem-se desenvolvido com o correr do tempo, desde que os primeiros humanos lutaram para dominar o meio ambiente que os rodeava e foi adquirido, aumentado passo a passo, ao longo de milénios. Porém, nos três últimos séculos (o que não é significativo em termos de humanidade), foi acelerado de maneira tão espectacular e as consequentes mudanças nas condições sociais e humanas tão profundamente atingidas, que este processo mereceu ser intitulado de revolução tecnológica.

Não se pode dizer que a industrialização e a mecanização tenham diminuído a variedade e individualização dos ofícios: acabou com muitas actividades manuais mas, em contrapartida, aumentou a quantidade de especializados necessários em muitas novas tarefas. Por outro lado, também era requerida grande quantidade de trabalhadores não especializados, quanto mais não fosse para encarregados de máquinas, tarefa considerada demasiado monótona e desmotivante.

Transformações desta dimensão afectaram as ideias e as perspectivas e conduziram a que muita gente começasse a pensar que se poderiam criar máquinas que pudessem fazer quase tudo, sobrando, portanto, bastante tempo para reflectir. O universo parecia muito menos misterioso e menos ingovernável.

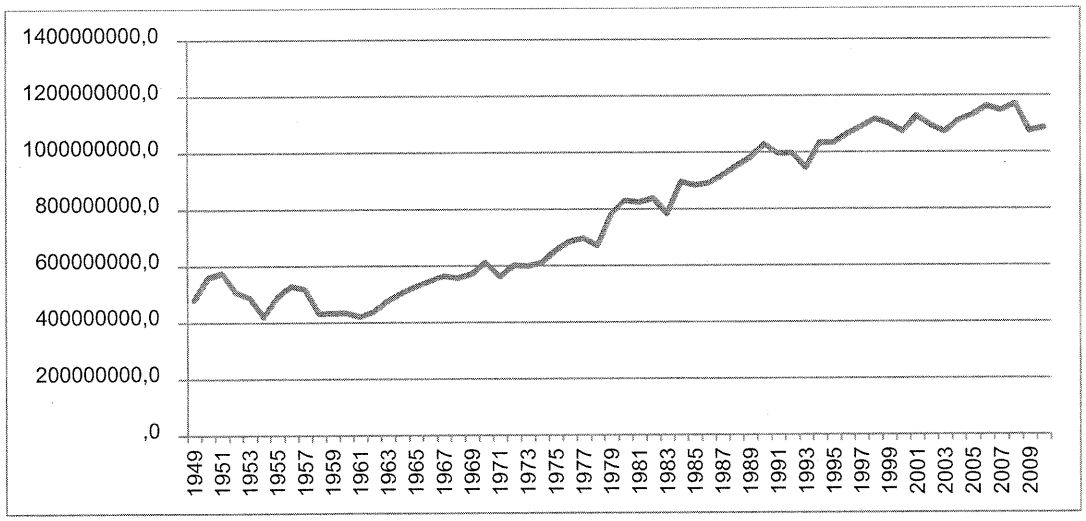
O progresso técnico provava que a civilização europeia estava a ir no caminho certo e na direcção correcta. Poucos foram os que o não pensaram, e disseram-no alto e repetidamente. Contudo, grande parte da população, mesmo antes da Primeira Grande Guerra Mundial, ficou convencida do que os seus olhos viam: tarefas que tinham sido antes enormemente laboriosas

passaram a ser feitas muito mais facilmente. Produtos a que só alguns acediam passaram a ser lugar-comum. Fora do mundo desenvolvido industrialmente os benefícios sociais da tecnologia apareceram sob forma de caminhos-de-ferro impelidos para a África e para a Ásia, levando consigo outros benefícios. Fosse como fosse, a liderança da civilização mundial tinha encontrado máquinas que lhe garantiam e ofereciam uma boa parte do indispensável progresso e a responsabilidade da enorme transformação do panorama mundial.

Porém, os caminhos-de-ferro e os barcos a vapor não poderiam criar novas entidades industriais como a Alemanha, a Rússia ou os Estados Unidos da América, sem o aparecimento das inevitáveis rivalidades e antagonismos, a crescente disputa entre nações pelo controlo das regiões onde se localizavam as matérias-primas e os mercados mundiais, além de novo e importante estímulo para a tomada de colónias e de esferas de influência.

Gráfico 5: Evolução da produção mundial de carvão (anos 1949 a 2010)

(Valores em *short tons*)



Fonte: EIA, *U. S. Energy Information Administration*

Máquinas novas exigiam mais potência. As melhorias introduzidas durante o séc. XVIII na máquina a vapor, tornaram possível que a maior parte das necessidades energéticas do séc. XIX fosse suprida pelo vapor e como a maior parte dos caminhos-de-ferro utilizava caldeiras a vapor, também passaram a exigir mais carvão. Recorde-se que, pouco mais de um século antes, a combustão a lenha era a principal fonte de energia. Como a revolução mecânica

alterou a natureza dos transportes, trabalho e lazer, o carvão começou a substituir a madeira e com a descoberta de que a energia eléctrica também podia ser gerada, a procura de carvão, nomeadamente para alimentar os geradores eléctricos, aumentou de novo, até chegarmos à utilização massiva de petróleo, como poderemos ver nos próximos subcapítulos.[300]

O petróleo tornou-se na mais importante matéria-prima à escala mundial, quer em termos económicos quer em termos políticos e, muito provavelmente, manter-se-á uma origem-chave energética ao longo de mais este século.[301]

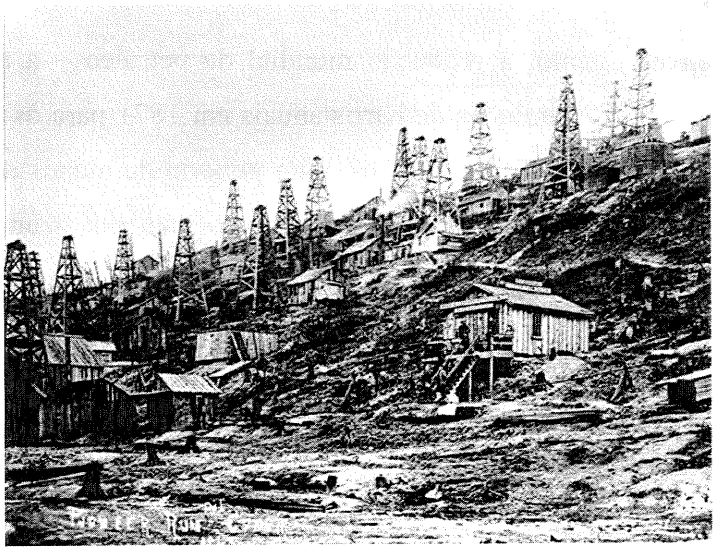
[300] Ver Gráficos 5 e 27.
[301] Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power.* 2011. p. 64 e EIA, U. S. Energy Information Administration. *Energy Outlook 2011.*

II.1.1 - A redobrada importância da energia no tecido económico

No início do séc. XX, o carvão tinha-se tornado a fonte de energia dominante à escala mundial: de cerca de 800 milhões de toneladas anuais consumidas em 1900, passou-se para mais de 1300 em 1913,[302] em vésperas da Primeira Grande Guerra Mundial, tornando-se responsável por 75 por cento do consumo global de energia.

Noutra vertente, óleos vegetais e animais foram, durante muito tempo, usados para iluminação, até que a refinação do petróleo abriu o caminho ao uso dos óleos minerais, primeiramente para iluminação e, de seguida, como combustível.[303]

Figura 1: Titusville, Pennsylvania, Campo petrolífero. 1860s

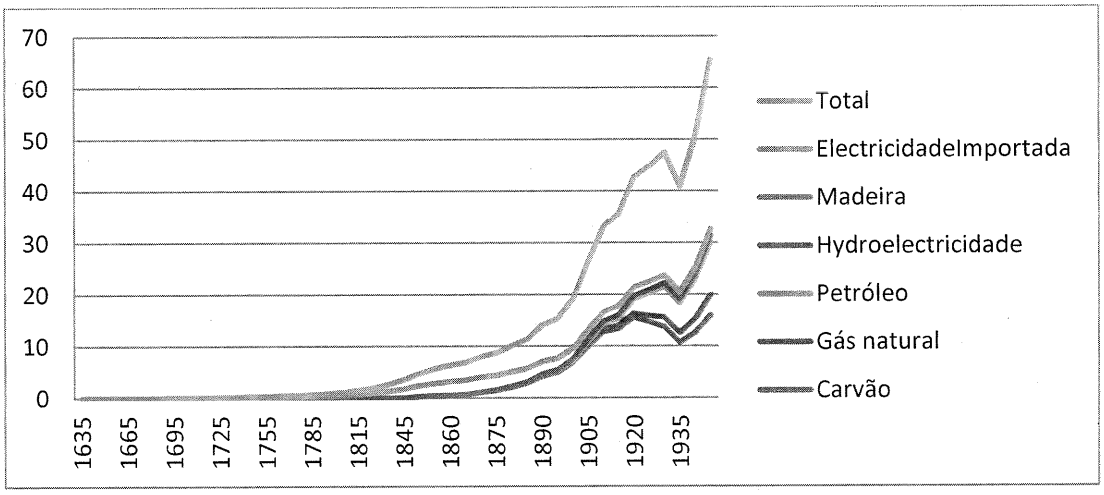


Fonte: *Chemistry Explained.*

Petróleo e gasolina tornaram possíveis os motores de combustão interna, nos quais a energia do combustível não é utilizada para converter água em vapor que impulsiona um pistão, mas sim, é a explosão do combustível dentro de um cilindro que o impulsiona. Este torna-se o tronco de onde fluem não só os transportes motorizados mas também pequenos e portáteis motores para todas as espécies de trabalho, motores a *diesel* para barcos e centrais eléctricas, além de, tentativamente, motores suficientemente poderosos e fiáveis para serem usados em aeronaves.

[302] Nove décimos das quais eram originárias da Europa e dos Estados Unidos.
[303] O petróleo começou a ser comercialmente obtido na Pensilvânia em 1859.

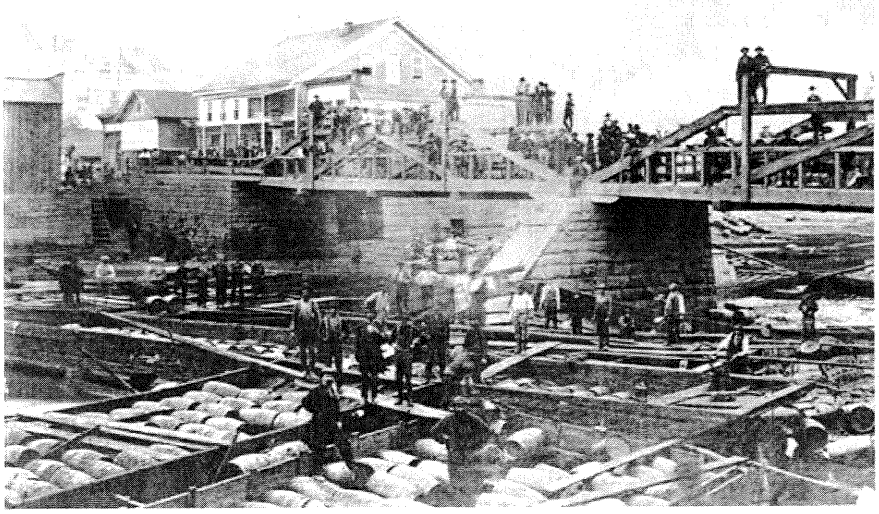
Gráfico 6: Energia primária
Evolução do consumo nos EUA, por origem (anos 1635 a 1945)
(Valores em quadriliões de btu)



Fonte: EIA, *Energy Information Administration*

Com este desenvolvimento, a produção mundial de petróleo – a maior parte nos Estados Unidos – saltou dos 5,75 milhões de barris/anuais em 1871 para os 407,5 milhões em 1914, correspondendo a cerca de 70 vezes mais, num período de menos de 50 anos. Esta situação exigiu não somente a abertura de novos poços mas também a uma poderosa indústria de refinação e o correspondente desenvolvimento da logística dos transportes para entrega do petróleo onde era requerido.

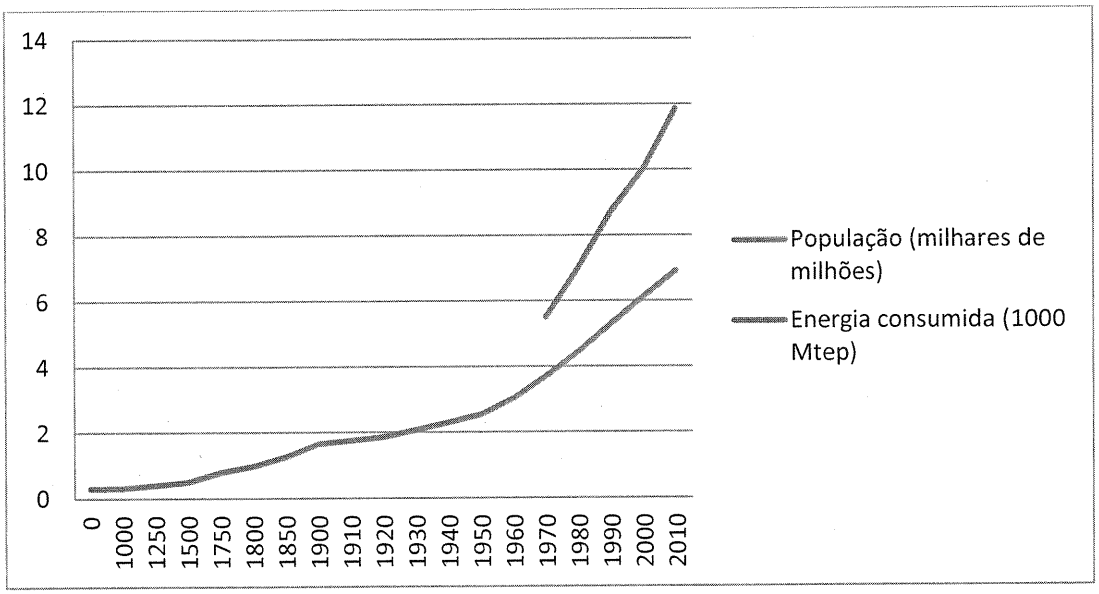
Figura 2: Transporte de barris de petróleo em Pond Freshet, Oil City, 1864



Fonte: *Pennsylvania Historical & Museum Commission.* Drake Well Museum Collection, Titusville, PA

Apesar do rápido crescimento do uso da energia em geral e do petróleo em particular até ao início da Primeira Grande Guerra Mundial este é, primordialmente, um fenómeno do pós-Segunda Guerra Mundial. Quando a população mundial atingiu por volta do ano de 1950 os 2,5 biliões, o consumo mundial de energia era de 2,5 biliões de toneladas de energia equivalente em carvão. A população aumentou rapidamente durante o quarto de século seguinte, mas a utilização da energia aumentou duas vezes mais rapidamente.[304] Em 1979, ao tempo do segundo choque petrolífero,[305] os 4,4 biliões de população mundial estava a consumir 8,7 biliões de toneladas de energia equivalente a carvão.

Gráfico 7: Evolução da população mundial e da energia consumida (anos 0 a 2010)



Fontes: UN *World Population Prospects* e EIA, *U.S. Energy Information Administration*

Este aumento esteve intimamente ligado ao nível de crescimento económico que o mundo conseguiu. De 1950 até 1973, a economia mundial expandiu-se à taxa de crescimento médio anual de 4 por cento, com a média do aumento da produção de petróleo a atingir os 7 por cento durante esse mesmo período. Em termos de base *per capita*, o volume de petróleo disponibilizado aumentou de uma média de 1,5 barris por habitante, para mais de 5,3.

---

[304] Ver Gráfico 7.

[305] Com a Revolução no Irão (13.Janeiro.1979), Muhammad Riza Shah Pahlavi, um dos maiores aliados do Ocidente, foi deposto e substituído pelo *leader* Ayatallah Khumayni. A consequente quebra de produção do petróleo iraniano levou a OPEP a duplicar os preços de venda do seu petróleo (14 dólares para 28 dólares/ barril), provocando o segundo choque do petróleo.

O rápido aumento de população, não propriamente explosão demográfica, mas caminhando nesse sentido, exigiu que o petróleo se tornasse na principal fonte mundial de energia comercial.

Começa-se, normalmente, por analisar o aumento populacional, mas grande parte dos analistas dão maior significado ao consumo de energia, que denominam de "recurso-mestre", dado que, dispondo de suficiente energia, todos os outros recursos podem ser extraídos ou obtidos por outros meios, quer por processamento, substituição por outros equivalentes ou mesmo por reciclagem. Aumentar a produção de alimentos ou despoluir o ar e a água, exige o consumo de grande quantidade de energia. O desenvolvimento económico e o aumento do bem-estar nacional estão intimamente ligados à utilização da energia; consequentemente, os países pobres requererão mais energia para atingir os estádios de desenvolvimento desejáveis do que os países considerados desenvolvidos ou industrializados já dispõem.

Os novos desenvolvimentos tecnológicos, particularmente a nível dos motores de combustão, forçaram a mudança do carvão para o petróleo e, em menor medida, para o gás natural. Os Estados Unidos, nessa época bem providos de recursos petrolíferos, lideraram o desenvolvimento das tecnologias do sector petroleiro, sobretudo as ligadas à indústria automotora e petroquímica, Daí que, o petróleo que contava para menos de um terço da produção mundial de energia em 1950, apenas quinze anos depois, já era responsável por cinquenta por cento, com o restante ainda garantido pelo carvão, tendo adquirido renovada importância na segunda metade do século XX, como matéria-prima para a produção de sintéticos, plásticos e medicamentos.

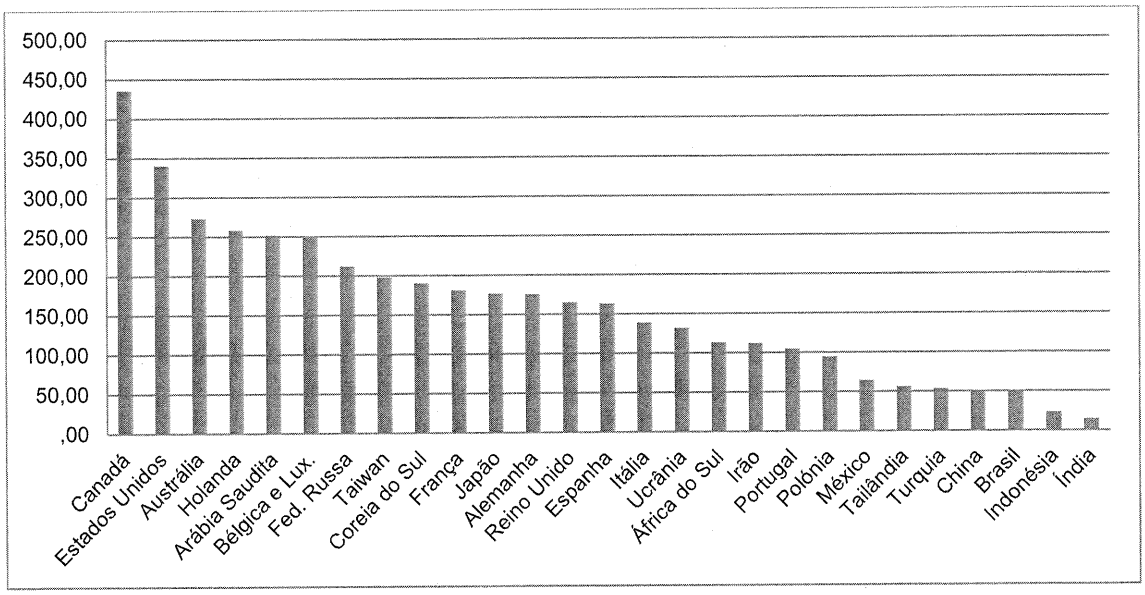
Por toda a parte, as razões de mudança para o petróleo foram as mesmas. A energia derivada do petróleo (e também do gás natural) era mais "limpa" e mais barata que a do carvão, sendo que os iniciais baixos preços do carvão foram gradualmente aumentando em consequência da obrigatoriedade do cumprimento das exigências laborais por salários mais altos, medidas de protecção do meio ambiente e custos mais elevados das normas de segurança.

O improcedente aumento de população verificado nos finais do séc. XX, assim como a crescente afluência de uma boa parte do mundo, resultou numa procura inusitada de mais recursos. Para um aumento da população mundial de 46 por cento, registada nos últimos 25 anos, o correspondente aumento da produção total de energia primária apenas atingiu os 45

por cento. Esta resposta energética não satisfez as expectativas de melhoria das condições de vida e do esperado desenvolvimento económico à escala global.

As tensões exercidas sobre os mercados energéticos, em particular sobre o mercado do petróleo, as esperadas consequências das alterações climáticas e a questão do aparente esgotamento dos recursos em energias de origem fóssil, chamam a atenção para os problemas ligados ao aumento do consumo de energia. Os países em vias de desenvolvimento económico são muitas vezes apontados como responsáveis pelo desmesurado aumento. Porém, a média do consumo por habitante nesses países é cerca de cinco vezes menos elevado que a registada nos países industrializados.[306]

Gráfico 8: Energia consumida *per capita* (ano 2005)
Países seleccionados
(Valores em MBtu)



Fonte: EIA, *U. S. Energy Information Administration*

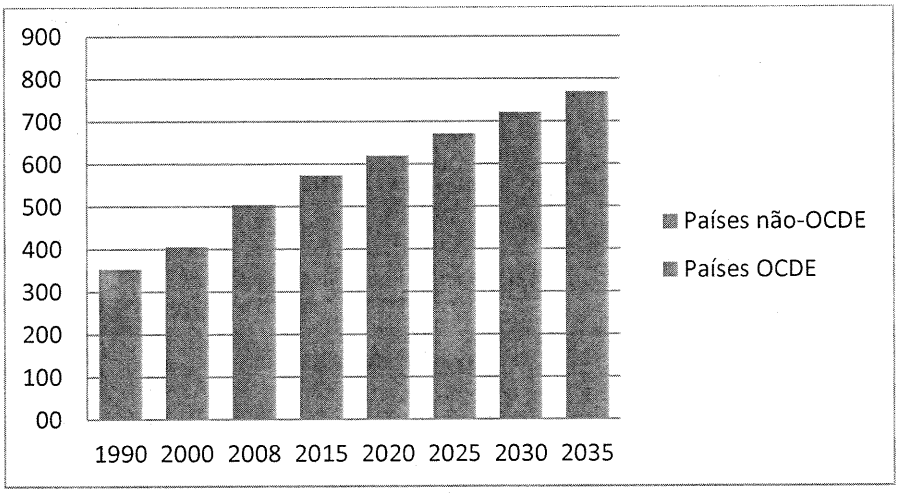
Tem sido repetidamente evidenciado que a energia está no âmago de todas as actividades. As consequências da incapacidade de acesso à energia são dramáticas e a situação parece continuar a ser problemática em numerosos países em desenvolvimento económico. Os projectos que visam melhorar o acesso à energia chocam na maioria dos casos com constrangimentos de ordem financeira ou de dificuldade de implementação técnica.

[306] Ver Gráfico 8.

O acesso à energia tornou-se uma necessidade imperiosa para os países em desenvolvimento mas também um desafio para os países industrializados.

Gráfico 9: Consumo mundial de energia – Realizado e previsível (1990 a 2035)

(Valores em quadriliões de Btu)

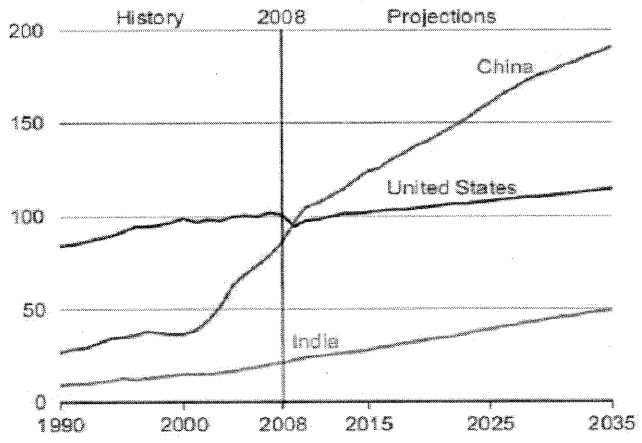


Fonte: EIA. Energy Information Administration. *International Energy Outlook 2011.* p. 1

Porém, as projecções das agências analistas espacializadas no sector do petróleo não apresentam grandes melhorias para um próximo futuro, partindo da previsão de um forte e continuado aumento da procura mundial de energia.[307]

Gráfico 10: Energia consumida nos Estados Unidos, China e Índia Realizado e previsível (1990 a 2035)

(Valores em quadriliões de Btu)

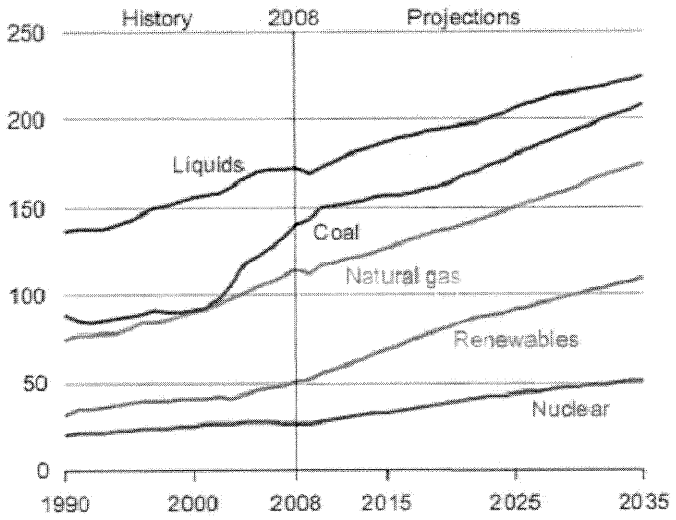


Fonte: EIA. *International Energy Outlook 2011.* p. 10

[307] Ver Gráfico 9.

Espera-se que o consumo total mundial passe dos 406 quadriliões de Btu[308] atingidos no ano 2000, para os 770 a consumir em 2035, correspondendo a um aumento da ordem dos 100 por cento em apenas 35 anos, com forte responsabilidade atribuída às chamadas economias emergentes, nomeadamente à China e à Índia.[309]

Gráfico 11: Consumo mundial de energia, por combustível
Realizado e previsível (1990 a 2035)
(Valores em quadriliões de Btu)



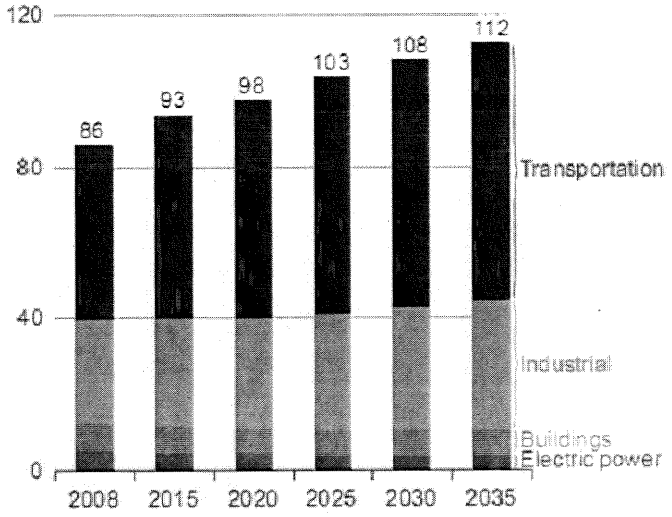
Fonte: EIA. *International Energy Outlook 2011.* p. 2

Segundo a mesma fonte, os combustíveis fósseis continuarão a fornecer grande parte do aumento de energia previsto, mantendo-se o petróleo como origem dominante, se bem que possa registar inicialmente um ligeiro declínio. Neste pressuposto, o consumo de petróleo bruto deverá passar dos 175 quadriliões de Btu atingidos em 2008, para os 225 a atingir em 2035.[310]

[308] *British Thermal Unit* equivalente de 1,054 a 1,060 kJ ou 252 a 253 calorias.
[309] Ver Gráfico 10.
[310] Ver Gráfico 11.

Gráfico 12: Consumo mundial de petróleo, por sectores de actividade económica Realizado e previsível (anos 2008 a 2035)

(Valores em milhões de barris/dia)



Fonte: EIA. *International Energy Outlook 2011.* p. 29

Prospectiva-se para os sectores dos transportes e da indústria o maior aumento a verificar na procura. O sector dos transportes, para o qual ainda não se preveem suficientes produtos concorrenciais, deverá chamar a si cerca de 60 por cento do aumento total previsto, restando para a indústria, praticamente todo o remanescente aumento esperado no consumo.[311]

[311] Ver Gráfico 12.

II.1.2 – O petróleo impõe-se como a mais importante origem energética

Com o advento das descobertas de petróleo bruto na Pensilvânia e em Bakú em meados do séc. XIX, o principal óbice ao seu uso era o preço que atingia valores de mercado de quatro a doze vezes mais que o do carvão então comercializado na Inglaterra.[312]

Porém, o preço dos produtos petrolíferos caiu rapidamente logo que se encontraram novas origens de abastecimento ao mesmo tempo que a indústria ia aperfeiçoando as técnicas da refinação e os métodos da distribuição, para voltar a subir quando o mercado passou a exigir mais quantidade de produto para satisfazer as novas aplicações, nomeadamente para os transportes marítimos, a partir dos finais do séc. XIX.[313]

No que se refere ao desenvolvimento da utilização, constata-se que os mais antigos engenhos experimentados comercialmente na indústria petroleira foram, certamente, os usados na Rússia na década de 1870 para a queima de resíduos de *ostatki* da destilação do petróleo bruto de Bakú, destinado à produção de querosene e óleo de iluminação.[314] Praticamente, toda a energia-vapor produzida na Rússia, por volta da década de 1910, quer a utilizada em fábricas quer a utilizada em navegação fluvial ou marítima, provinha dessa origem.[315]

O aço chegou com a invenção de Bessemer do conversor, em 1856, e o petróleo com a abertura dos poços nos campos da Pensilvânia, em 1859, a que se seguiram os russos do Mar Cáspio. Até essa altura tinham sido usadas todas as espécies de óleos animais e vegetais. O azeite podia lubrificar uma maquinaria mais delicada, enquanto o óleo de baleia podia servir para uma mais pesada e as chumaceiras dos eixos das carruagens dos caminhos-de-ferro podiam usar óleo da palma. Com o petróleo e seus derivados poderiam ser substancialmente reduzidos os efeitos do atrito com a consequente permissão da introdução de mais altas velocidades. O aço e o petróleo abriram virtualmente um novo capítulo para a engenharia e pavimentaram o caminho para a produção em massa.[316]

No Ocidente, porém, apesar da difusão e da experimentação bem-sucedida de motores alimentados com refinados de petróleo, este não começou a ser plenamente aproveitado senão

---

[312] David S. Landes. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present.* 1969. p. 281.
[313] Ver Gráfico 16.
[314] O Azerbaijão tinha sido incorporado no Império Russo, em 1813, após as duas guerras perso-russas.
[315] David S. Landes. Op. cit. Idem.
[316] Herbert Heaton. *Economic History of Europe.* 1993. p. 494.

após a abertura dos campos petrolíferos de Bornéu em 1898 e do Texas[317] em 1901 que apresentaram petróleo com composição química especialmente adequada para servir de combustível, rapidamente aproveitado pela *Hamburg-American Line*[318], em 1902, que o adoptou nas suas novas linhas marítimas mercantes em lugar de carvão, pelo que foi seguida por todas as outras grandes marinhas mercantes. Ao mesmo tempo, as marinhas das grandes potências europeias começaram o processo de conversão: a Itália instalou o seu primeiro queimador de petróleo no início de 1890; a Grã-Bretanha começou em 1903 com navios operando em águas próximas das procedências do petróleo – particularmente no Extremo Oriente – para em só uma década ter conseguido construir toda uma rede mundial de armazenamento que lhe permitia a utilização de combustíveis líquidos a consumir em toda a frota.[319]

Por outro lado, os motores a gás também tinham capacidade para competir com sucesso com as máquinas a vapor, em muitas das pequenas e médias tarefas, nas últimas décadas do séc. XIX, pela propagada disponibilidade do gás obtido do carvão, com a vantagem de não precisar de queimadores para a produção de gás exigido pelas máquinas a vapor. Não havia, contudo, possibilidade real de competir com o vapor nas locomotivas, dada a natureza fixa do fornecimento por gás. Esta situação só poderia ser ultrapassada, como realmente foi, com a introdução da alternativa apresentada pelos combustíveis líquidos nos motores de combustão interna: petróleo e derivados de petróleo.

O betume natural e outros óleos de origem animal ou vegetal já tinham sido longamente explorados pelas suas propriedades adequadas à iluminação, porém o desenvolvimento dos motores de combustão interna abriu um vastíssimo novo mercado que, associados à gigantesca indústria virada para a refinação dos produtos petrolíferos ofereceram disponibilidades fundamentais à industrialização do séc. XX.

Podemos concluir que as mais importantes mudanças foram operadas na área da prospecção, exploração e utilização do petróleo. O processo começou nas zonas do Médio Oriente administradas pela Rússia, onde o primeiro furo para extracção teve lugar na Península

---

[317] Poço de Spindletop.

[318] Formada em 1847, foi a primeira linha transatlântica com navios movidos a vapor. Navegava de Hamburgo para New York, via Southampton. in *The Ships List*.

[319] Winston Churchill, enquanto Primeiro Lord do Almirantado da *Royal Navy*, tomou a decisão de reconverter os motores dos navios da frota britânica, de carvão para petróleo (1912), para, em 1913, declarar perante a Câmara dos Comuns: *"A nossa política a longo prazo é que o Almirantado se torne possuidor e possuidor independente dos seus próprios aprovisionamentos em petróleo"*. "Naval innovation: from coal to oil". Erik J. Dahl, Joint Force Quarterly, Winter 2000-01.

Apsheron, tão cedo quanto 1842. O desenvolvimento da indústria petroleira no Azerbaijão russo foi contemporâneo do americano na Pensilvânia.[320] A primeira refinaria russa foi construída em Bakú, na margem ocidental do Mar Cáspio, em 1863, e o oleoduto dos campos petrolíferos de Apsheron para Bakú em 1877-78.[321] Em vésperas da Revolução russa (1917), os campos petrolíferos de Bakú forneciam 95 por cento de todo o petróleo consumido na Rússia.

Mais para o Sul, nas ainda tranquilas terras independentes iranianas e otomanas, os negociantes europeus e americanos fizeram as primeiras tentativas de obtenção de concessões de exploração. No princípio do séc. XX, o Shah da Pérsia, Muzzafir al-Din, outorgou a primeira grande concessão ao empresário britânico William Knox D'Arcy por sessenta anos, incluindo os direitos para extracção de petróleo em todo o país, numa extensão superior a 1.200.000 quilómetros quadrados. [322] Em compensação, o Governo iraniano receberia 16 por cento dos resultados da empresa. [323]

A 26 de Maio de 1908, jorrou o primeiro petróleo em Masjid-Soleiman, abrindo a era do petróleo no Golfo.[324] A segunda descoberta importante só voltou a acontecer em Kirkuk, no nordeste do Iraque em 1927, depois no Bahrein em 1932, em Burgan, Kuwait, em 1938, em Abqaiq, Arábia Saudita, em 1939, em Duhkan, Qatar, em 1939, em Zubair, sul do Iraque, em 1949 e em Safaniyah, ao largo da costa da Arábia Saudita, em 1951.

---

[320] A qualidade do petróleo da Pensilvânia parecia inultrapassável. Refere-se a este respeito que "*Les membres du Cartel (français) se servant du Parlement firent classer comme brute toute huile contenant 90 % de produits de raffinage: du pétrole de cette qualité est tout à fait exceptionnel, à l'époque on n'en trouvait guère qu'en Pensylvanie*". H. Gregory Thomas. *Le Régime du Pétrole en France.* 1934. p. 38.

[321] O desenvolvimento dos campos petrolíferos de Bakú foi um dos mais importantes investimentos do Barão Lionel de Rothschild (1808-79), membro da Câmara dos Comuns inglesa, filho de Nathan Mayer Rothschild (1777-1836) e neto de Mayer Amschel Rothschild (1743-1812), judeu-alemão, fundador desta grande família de banqueiros internacionais que dominou a finança europeia durante todo o séc. XIX. Viviam, nesta data (1897), cerca de 12.000 judeus em Bakú. Martin Gilbert. *The Dent Atlas of Jewish History.* 1969. p. 74.

[322] A concessão excluiu a exploração em cinco províncias do Norte que se encontravam sob influência russa.

[323] Em 28 de Maio de 1901. Cf. *Australian Dictionary of Biography.*

[324] Sopé dos Montes Zagros, na margem iraniana, Apesar das operações de furação terem sido iniciadas em 1901 apenas na manhã desta data, numa última tentativa de busca de sucesso, foi conseguido atingir uma quantidade considerada comercialmente explorável. John Lodwick. *Gulbenkian. An Interpretation of Calouste Sarkis Gulbenkian.* 1968. p. 19.

II.2 – Luta pelo domínio das regiões petrolíferas

Uma das mais importantes alterações operadas no séc. XIX foi a descoberta, exploração e utilização do petróleo. Os óleos combustíveis não só aumentaram a versatilidade e comodidade dos motores de combustão interna, como também a sua mobilidade, atendendo a que o fornecimento de gasolina ou gasóleo pode ser facilmente transportado em tanques para energização dos motores. As razões da mudança para o petróleo foram as mesmas em toda a parte: a energia obtida da combustão do petróleo era mais limpa e mais barata do que a do carvão. O resultado foi uma extraordinária expansão da produção deste fundamental locomotor, que veio afectar profundamente a moderna civilização tecnológica, a consequente procura permanente de novas fontes de combustíveis líquidos e a crescente disputa pela sua obtenção ou detenção. À luz das suas mais importantes e variadíssimas aplicações, o petróleo adquiriu o maior significado geopolítico. Se bem que as jazidas petrolíferas estejam disseminadas um pouco por todo o mundo, o principal da sua produção fluiu de uma relativamente pequena área geográfica.

Por ironia do destino, a Europa, embora suficientemente dotada de carvão detém as mais pequenas reservas de petróleo de todas as grandes massas terrestres, contrariamente aos Estados Unidos da América ou à Federação Russa que, cumulativamente dispõem de enormes reservas detectadas de carvão e de petróleo, não podendo deixar de ser sublinhado que os países do Médio Oriente, circundantes do Golfo Pérsico, são, colectivamente, a mais importante origem de abastecimento de petróleo bruto convencional dos mercados mundiais.

II.2.1 - Primeiras tentativas de domínio global do mercado petrolífero.

Foi pouco tempo antes da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial que Knox d'Arcy transferiu a concessão que tinha obtido do Shah da Pérsia para o Tesouro britânico. O Acordo, que contou com a participação do Almirantado britânico, deu origem à *Anglo-Persian Oil Company*[325] cujo capital passou a pertencer, desde essa data, maioritariamente ao Estado britânico, convertendo-o no maior accionista da empresa detentora da concessão.[326] Deste modo, as suas vastíssimas reservas de petróleo foram postas à disposição da Grã-Bretanha e a preservação do controlo britânico sobre o petróleo iraniano veio a tornar-se pólo crucial da política britânica no Médio Oriente.[327] Esta foi a primeira de uma série de acordos similares, através dos quais, empresas concessionárias, a maioria britânicas, francesas, holandesas e americanas, exploraram o petróleo do Médio Oriente a coberto de acordos de "*royalty*" com governos do Médio Oriente.

Os germânicos, na sua pretensão de acesso e domínio marítimo, cedo pretenderam entrar na corrida ao petróleo. A Federação Alemã não tinha ficado indiferente posto que, desde 1897 que Guilherme II com o Almirante von Senden, chefe do gabinete imperial da marinha alemã e com o Almirante Alfred von Tirpitz, novo secretário de Estado da marinha alemã, entenderam dotar o *Reich* de uma frota de alto-mar capaz de derrotar a britânica *Home Fleet*.[328] O *Reichstag* tinha votado, em Março de 1898, a primeira lei naval que previu a construção de 16 navios de linha em vinte anos e, em 1900, elevou este número para 60 unidades; as leis de 1906 e de 1908 aceleraram a realização destes programas e permitiram à Alemanha replicar ao lançamento ao mar dos cruzadores desenvolvidos pelos britânicos.

---

[325] Formada inicialmente com um capital de £3.000.000 em Abril de 1909, com d'Arcy como um dos directores e Lord Strathcona como Presidente da empresa. Mais tarde denominada *Anglo-Iranian Oil Company*, AIOC e actualmente BP. *in* John Lodwick. *Gulbenkian. An Interpretation of Calouste Sarkis Gulbenkian.* 1968. Op. cit. p. 19.

[326] O Acordo ocorreu em plena Primeira Grande Guerra Mundial, com início pouco depois do Conselho (Cabinet) de Ministros britânico, reunido em 18 de Fevereiro de 1914, ter tomado a decisão de comprar a *Anglo-Persian Oil Company*, assegurando, com esta medida, o controle dos fornecimentos de que carecia. A decisão tornou-se efectiva em 20 de Maio de 1914.

[327] As reservas comprovadas de petróleo convencional iraniano são consideradas as segundas maiores do mundo, a seguir às da Arábia Saudita, atingindo uma quantidade extraível de cerca de 137 milhares de milhões de barris.

[328] Parecia indubitável que o programa naval alemão tinha sido lançado e continuado com a Grã-Bretanha em mente. Tirpitz advogava a "*risk theory*" que se apresentava como essencial para tornar a marinha alemã tão poderosa que impossibilitasse um ataque britânico ou que se pudesse opor às políticas alemãs à força sem risco de perca da sua supremacia naval global. De acordo com o Almirante Tirpitz, não seria indispensável atingir uma paridade naval absoluta com os britânicos; bastaria que a marinha alemã pudesse aumentar até um valor correspondente a dois terços do total britânico. *in* Theo Van Wijk (ed.). *Europe 1848-1980.* p. 194.

A construção britânica batia, entretanto, todos os tipos de navios existentes, pela sua rapidez, blindagem e calibre do seu armamento. Construídos por iniciativa do Primeiro Lorde do Mar, Sir John Fisher, relançaram a corrida ao armamento com a Alemanha que, por efeito perverso, tinham posto em risco o princípio mantido pelo Almirantado britânico desde 1889, o *Two-Power Standard*, segundo o qual a frota britânica devia pelo menos igualar a tonelagem das duas frotas mais poderosas a seguir a ela: por cada quilha alemã lançada ao mar, a Inglaterra deveria replicar com, pelo menos, uma e meia.[329] Winston Churchill, Primeiro Lorde do Almirantado britânico, em discurso pronunciado em Glasgow, a 9 de Fevereiro de 1912, exprimiu claramente a inquietação dos britânicos:

> A nossa marinha é para nós uma necessidade; para a Alemanha, a marinha alemã tem mais um carácter de luxo. O nosso poder naval assegura a própria existência da Grã-Bretanha. Ele é a nossa existência; para a Alemanha, ele é uma expansão.[330]

Pouco depois, em Abril desse mesmo ano, tomou a decisão de mandar reconverter os motores dos navios da frota britânica, de carvão para petróleo.[331]

A corrida aos couraçados estava a converter o petróleo num produto estratégico. Neste contexto a convenção assinada com a *Anglo-Persian Oil Company* tinha garantido à marinha inglesa aprovisionamentos seguros a valores apropriados.

O preço do barril quintuplicou entre os anos 1915 e 1920. Em 1915 encontrava-se a um valor médio de 0,64 dólares, para atingir os 3,07 em 1920. Estabilizou a partir desta data, porém num patamar de preços bem superiores aos praticados até então.[332]

---

[329] Passado este conturbado período em que se estavam a comparar forças em presença pudemos dar-nos conta do seu desfecho em termos de resultados obtidos e de consequências sofridas. Enquanto os britânicos continuaram na sua senda marítima, os derrotados alemães viram os seus recursos repartidos entre as potências vencedoras. Encontramos no Protocolo de Procedimentos da Conferência de Berlim realizada, nove semanas após a rendição alemã, em Potsdam de 17 de Julho a 2 de Agosto de 1945 (*Potsdam Conference*) que tratou da imposição das compensações à Alemanha, algumas passagens que se referem ao desmembramento da marinha alemã na Parte IV: *Disposal of the German Navy and Merchant Marine.* No parágrafo A: "*The following principles for the distribution of the German Navy were Agreed: 1. The total strength of the German surface navy excluding ships sunk and those taken over from Allied nations, but including ships under construction or repair, shall be divided equally among the Union of Soviet Socialist Republics, United Kingdom and United States of America.*". No parágrafo B: "*The following principles for the distribution of the German merchant marine were agreed: 1. The German merchant marine, surrendered to the three powers and wherever located, shall be divided equally among the Union of Soviet Socialist Republics, United Kingdom and United States of America.*".
In Herbert Feis. *Between War and Peace. The Potsdam Conference.* 1960. p. 346-7.

[330] Paul M. Kennedy. *The Rise of the Anglo-German Antagonism. 1860-1914.* "Colonies, Navies, and the Balance of Power". 1980. p. 410.

[331] Ibidem, "Flowering the antagonism". p. 279.

II.2.2 - Disputa pelo domínio do petróleo do Médio Oriente

Os acontecimentos ocorridos no Médio Oriente evidenciaram como lugares que até então pareciam longínquos e exóticos poderiam, quase de um dia para outro, liderar crises de rapidez e dimensões inauditas. Não seria de esperar que uma região tão fantasiada, ou mais precisamente as suas areias, pudesse vir a conter uma tão acesa atenção política mundial. Deve-se recordar que o Golfo Pérsico acomoda momentos históricos de milhares de anos até aos movimentos que influenciaram a civilização ocidental. O complexo, muitas vezes agressivo e tantas vezes azedo relacionamento entre as suas várias culturas e facções religiosas atravessaram os séculos até moldarem os tempos recentes. Contudo, o seu estratégico significado passou a centrar-se em dois factores estratégicos: a sua localização e o seu petróleo.

Quer o poder militar quer o poder económico passaram a encontrar-se extremamente dependentes do petróleo.[333] Este facto básico converteu o Golfo Pérsico no centro da tempestade política nas últimas décadas do séc. XX. A ex-União Soviética ganharia poder relativo se virasse em sua direcção os fluxos de petróleo do Médio Oriente e beneficiaria duplamente se os pudesse retirar simultaneamente ao Ocidente. Para o conseguir não seria necessário actuar sobre os Estados do Golfo como o fez no Afeganistão; bastar-lhe-ia algumas pressões externas ou convulsões sociais internas para negar os recursos desses Estados ao Ocidente.

Saliente-se que desde o início da era industrial do petróleo, pelos finais do séc. XIX, que o sultão da Turquia pretendeu reservar para si próprio o rol de jazidas petrolíferas das povoações de Mossoul e de Bagdade. A Companhia dos Caminhos de Ferro da Anatólia, controlada à época pelo Deutsche Bank, obteve do Governo otomano, com a concessão do caminho-de-ferro de Bagdade, em 1903, a das jazidas petrolíferas situadas numa faixa de terra que se estendia por dez quilómetros de cada lado da via-férrea e com ela a opção de dois anos para a prospecção naquelas duas regiões. Ao fim de vários anos de inactividade, o *trust Royal Dutch* por um lado e a *Anglo-Persian,* herdeira dos direitos de d'Arcy, por outro, procuraram obter concessões e vantagens para exploração nessas regiões. Pouco tempo antes da deflagração da Guerra, os concorrentes aproximaram-se e decidiram juntar-se para evitar que

---

[332] Ver Gráfico 3.

[333] O poder económico poderá constituir uma das mais importantes ferramentas das políticas de poder, porém as respostas políticas dependerão, muitas vezes, do contexto de cada mercado e das suas assimetrias de vulnerabilidade. Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power.* 2011. p. 80.

o Governo do Sultão negociasse separadamente com cada um deles, seguindo uma tendência natural e desenvolvesse uma política da qual só ele beneficiaria. A fusão das empresas desenrolou-se em várias fases até que, em 28 de Junho de 1914, o Ministro das Finanças turco confirmou à *Turkish Petroleum*[334] a concessão dos petróleos da Mesopotâmia, reservando entretanto, para a Turquia uma parte a fixar oportunamente.[335]

A situação vivida no Iraque[336] não foi muito diferente, já que o controlo total mantido por empresas ocidentais sobre a produção, comercialização e política de preços do petróleo do Médio Oriente, foi uma constante recordação da persistente dependência em relação ao Ocidente e uma constante irritação para os nacionalistas árabes. No Iraque, cada regime que governou após a Revolução de 1958 tentou obter o controlo da IPC, *Iraq Petroleum Company*, de propriedade estrangeira. A IPC era um consórcio de várias empresas ocidentais, onde a Grã-Bretanha detinha a maior quota, dominou completamente toda a fileira da indústria petroleira iraquiana no período do pós-Segunda Grande Guerra Mundial e mostrou pequena abertura para renunciar ao conseguido domínio.[337]

Esta situação privilegiada da Grã-Bretanha no Iraque, oriunda do Mandato sobre o novo Estado, outorgado pela Sociedade das Nações, suscitou uma viva polémica com os Estados Unidos da América, que defendiam o princípio da "porta aberta", ou seja: nos países sob Mandato, os nacionais de todos os Estados deveriam estar sujeitos ao mesmo tratamento, devendo ser proibido qualquer monopólio resultante de concessões. No entanto, no Acordo, o que imperou foi o princípio da partilha e do entendimento entre empresas e não o princípio da "porta aberta".[338] O Acordo fixou a participação americana na *Turkish Petroleum*[339] pelo qual um grupo de empresas reunidas no seio da *Near East Development Corporation* obteve 23,75

---

[334] A empresa teve como accionistas: o *Deutsche Bank*, a *Anglo-Saxon* (filial da *Royal Dutch*) e o Banco Nacional da Turquia. Edgar-Faure. *Le Pétrole dans la Paix et dans la Guèrre.* 1939. p. 114.

[335] Ibidem. p. 115.

[336] O moderno Estado do Iraque foi criado em 1920, como parte do acordo de paz que se seguiu à Primeira Grande Guerra Mundial, quando os Aliados dividiram as províncias árabes do acabado Império Otomano. Após o Mandato britânico que se seguiu, foi admitido na Liga das Nações, como Estado independente, em 1932.

[337] A primeira concessão iraquiana, de 1923, tinha sido adjudicada mediante pagamento de uma renda anual de, somente, 5 libras esterlinas por quilómetro quadrado. O Acordo de 24 de Março de 1931 instaura um pagamento de 4 xelins por tonelada produzida, que representava, nessa data, menos de 10 por cento do valor do petróleo extraído. A Lei No. 80, de Dezembro de 1961, reduziu a superfície da concessão da Irak Petroleum (IPC). Em 1964, é criada a companhia nacional Irak National Oil Company, que recebeu, em 1967, autorização para explorar as áreas retomadas à IPC, associando, em 1968, a sociedade francesa ERAP à exploração de vários campos (3) e, em 1969, introduz a ex-União Soviética na zona de Rumeila.

[338] Celebrado em 31 de Julho de 1928, dito da "Linha Vermelha" (*Working Agreement of Red Line*),

[339] Mais tarde IPC, *Irak Petroleum Company*.. Em 1946, os americanos informam os seus parceiros da IPC da sua vontade em denunciar o Acordo sobre a "Linha Vermelha", com o argumento de que, segundo a legislação americana, violava as Leis *anti-trust*.

por cento do capital da IPC.[340] Foi, então, traçada uma "linha vermelha" virtual ao longo das antigas fronteiras do Império Otomano.[341] Pelo Acordo, as empresas-membros da IPC comprometem-se a entregar a esta, os recursos petrolíferos descobertos ou a descobrir na zona determinada pela "linha" e que teriam podido ser objecto de uma concessão individual, assegurando, deste modo, igual benefício a todos os membros da IPC de todas as novas descobertas alcançadas dentro do perímetro "otomano".[342]

Até que, ao chegar ao ano de 1972, o regime Ba'th[343] desagradado com a posição obstinada e inflexível da IPC, proclamou a nacionalização da companhia. Este foi um acontecimento da maior importância política e económica. Por um lado, era notoriamente a mais popular medida política que o regime tinha tomado e contribuiu, decisivamente, para a sua aceitação imediata. Por outro, na perspectiva económica, a nacionalização da IPC trouxe benefícios ao Iraque como não poderiam ter sido sequer anteriormente imagináveis.[344] O Governo obteve o controlo dos recursos petrolíferos do Iraque justamente em vésperas da momentosa revolução dos preços que acompanhou a Guerra Israelo-Árabe de 1973.[345]

Após algumas tentativas de domínio do sector este estrou numa fase de disputa e de desenvolvimento, enquanto os poços se iam abrindo, até que o Médio Oriente se tornou na maior região produtora de petróleo bruto convencional à escala mundial.

A propósito, relembrando um pouco da história da presença económica e das dificuldades sentidas pela Grã-Bretanha na região, parece oportuno citar o que o seu antigo Ministro das Finanças, Harold Macmillan, escreveu:

> A Grã-Bretanha teve um grande poder no Médio Oriente. No Iraque, como na Líbia, mantivemos forças consideráveis e dispusemos de importantes bases aéreas. A nossa influência foi da máxima importância na Transjordânia. No Egipto, pelo Tratado de 1936, controlámos a Zona do Canal. O Sudão esteve sob nossa autoridade. Os

---

[340] O conjunto de empresas incluía a *Standard Oil de New Jersey* (mais tarde denominada Exxon), a *Standard Oil de New York*, a *Gulf Corporation*, a *Atlantica Refining* e a *Pan American Petroleum and Import*, reunidas no seio da *Near East Development Corporation*,

[341] Incluiu a actual Turquia, o Iraque, a Síria e a Península Arábica, com excepção do Kuwait

[342] Este Acordo é assinado em vésperas da enorme crise económica mundial e a seguir a uma importante descida dos preços do petróleo, coincidindo, temporalmente, com outro, o de Achnacarry, 17 de Setembro de 1928, pelo qual a Standard Oil de New Jersey (depois Exxon), a Royal Dutch-Shell e a Anglo-Persian, consolidam as posições adquiridas e fixam os preços, referenciando-os aos do Golfo do México.

[343] O Partido Socialista Ba'th é um partido político pan-árabe.

[344] As receitas do petróleo renderam ao Iraque USD26.000 milhões, em 1980, contra os USD476 milhões obtidos em 1968, nada menos de que 55 vezes, em 12 anos.

[345] Em 1973, a Irak Petroleum foi nacionalizada, com excepção das partes detidas pela British Petroleum, cuja vez chegou em 1975.

> Americanos, não mostraram nenhum ciúme pela nossa força e prestígio demonstrados na área. Pelo contrário, estão prontos a deixar que a Bretanha olhe por esta parte do mundo.[346]

Para, mais adiante, salientar:

> Em Março de 1951, o Primeiro-ministro do Irão foi assassinado e em Maio o novo Governo anunciou a nacionalização da *Anglo-Iranian Oil Company* - que assegurava cerca de 25 por cento do petróleo britânico - e a apreensão de Abadan, a maior refinaria do mundo. Em Julho, o Rei Abdullah da Jordânia foi assassinado e, um ano mais tarde, o Rei Farouk do Egipto foi derrubado, implicando as maiores consequências para o futuro do Canal do Suez. Se a agitação no Médio Oriente fosse prova da origem da persistente dificuldade e permanente perigo, durante este período os nossos problemas foram relativamente menos bicudos no Médio Oriente.[347]

Porém, teremos que recordar que a disputa pelo domínio do petróleo do Médio Oriente não foi pacífica nem facilmente resolvida, dado que teve que acomodar os novos actores que, entretanto, entraram na arena internacional.

Desde a aproximação da Guerra de 1939, que os britânicos tinham pretendido suprimir toda a proeminência árabe e, no decurso desse processo, também impuseram um limite ao número de judeus que seriam autorizados a ir, no futuro, para a Palestina. As relações dos britânicos com os Estados Árabes eram cada vez mais importantes, já que, entretanto, tinha surgido um novo interesse: o fluir do petróleo do Iraque, entregue, por oleoduto, através da Transjordânia e da Palestina, no porto de Haifa, no Mediterrâneo, actualmente parte do Estado de Israel.

Quando na década de 1930, o espectro da guerra já apresentava sinais de grande probabilidade, todos os poderes da época estavam cientes desse risco e do continuado aumento das despesas com armamento, por um lado, e do desenvolvimento de medidas diplomáticas para evitar o conflito, por outro. O recurso à desacreditada política de desanuviamento por parte da Grã-Bretanha e da França foi um elaborado exercício para evitar a confrontação bélica. Se bem que não se possa afirmar que a guerra tivesse tido, pura e simplesmente, causas económicas, subsiste a dúvida: se o instável ambiente económico internacional e a rivalidade económica dos anos 30, não teriam sido decisivos para o esperado

---

[346] *Tides oif Fortune. 1945-1955.* 1969. p. 140.
[347] Ibidem. p. 150.

conflito. A redobrada necessidade de importação de matérias-primas estratégicas reduziu a facilidade de importação de bens de consumo, sendo que os respectivos encargos tinham que ser pagos, quer pelo recurso a aumentos de tributação, quer a empréstimos externos, ora, compreensivelmente, de custos muito mais elevados.

O desanuviamento foi, deste modo, uma política perfeitamente compreensível, se bem que desacreditada pela história. Nos anos 30, a Grã-Bretanha e a França não podiam negociar a partir de uma posição de força, apesar de, mais tarde, se ter tornado evidente que ambos tinham sobrestimado o poderio militar germânico, sendo evidente que, antes de 1939, houve, na Europa, um crescente e real receio de confrontação e do poderio militar germânico. Até que ponto houve uma causa económica é discutível, mas não há dúvida que houve factores económicos por detrás da expansão alemã e, em última análise, a opção de guerra.

Com o colapso da já fragilizada economia internacional dos anos 30, todas as nações europeias se deparavam com dificuldades económicas e com uma absoluta e desesperada necessidade de segurar mercados e fontes de abastecimento de produtos vitais.

Por um lado havia um racional interesse mútuo no comércio internacional, por outro havia uma vontade global política de o reduzir ao mínimo. Nenhuma nação conseguia ser completamente autossuficiente: a Grã-Bretanha precisava de importar produtos alimentares e matérias-primas em grande quantidade, o mesmo acontecendo com a França que na altura era um importador líquido de produtos alimentares e, o que complicava ainda mais a questão, também dependente da importação de energia; a Alemanha e a Itália, por seu turno e apesar dos seus esforços, também continuavam marginalmente dependentes da importação de alimentos. Produtos estratégicos como minério de ferro de alta qualidade, bauxite, cobre e tungsténio, além de petróleo, fertilizantes minerais e um grande número de outros ingredientes indispensáveis a uma moderna economia em desenvolvimento, eram importados de fora da Europa.

No período inter-Guerras, a Grã-Bretanha e a França, "controlavam" entre si, quase uma terça parte da economia mundial. Domínios imperiais e aliados tornaram-se cada vez mais importantes, como parceiros comerciais, na década de 1930.

Foram detectadas áreas de conflito, específicas e particulares, sobre recursos como o petróleo. A Alemanha e a Itália eram particularmente vulneráveis nesta matéria. Como a Grã-Bretanha e a França detinham grande influência no Médio Oriente, havia, nestes, o latente receio que a

expansão alemã pudesse vir a prejudicar os seus privilegiados abastecimentos daquela região.[348]

Porém, para a Alemanha, comercializar com a Europa[349] era essencial para o aprovisionamento de produtos alimentares, matérias-primas e petróleo[350], coincidente com o renascimento do conceito *Mitteleurope*, manifestado, desta vez, pelas aspirações imperialistas de Adolf Hitler.

Como seria de esperar, estalou a crise. O Governo britânico não foi o único a restringir a entrada de judeus que fugiam ao programa de extermínio alemão. Porém, para aqueles, o principal objectivo seria o de governar a Palestina, para onde a maior parte queria ir e para onde outros gostariam que eles fossem. A violência árabe juntou-se ao terrorismo zionista. A pressão americana aumentou, posto que os votos dos judeus eram muito importantes para os políticos americanos. A vitória ainda fez piorar a situação: os russos tomaram a causa dos judeus, vendo por aí uma via de provocação de maiores dificuldades ao seu oponente e, por extensão, a obtenção de maior influência na região.

Os britânicos levaram esta situação para a recém-formada Organização das Nações Unidas que concordou com o plano de partição.[351] Os árabes não aceitaram a decisão e redobraram de violência. Por fim, os britânicos anunciaram que iriam sair da Palestina, como, de facto, vieram a cumprir, dado que no dia seguinte à proclamação do novo Estado de Israel[352] os britânicos começaram a sair. Quase ao mesmo tempo, o Egipto e os seus vizinhos árabes atacaram, clamando que estavam a proteger os árabes palestinianos. Israel sobreviveu e ganhou.[353] Porém a vitória deixou o Estado israelita rodeado de inimigos derrotados, sequiosos de vingança, a que se veio juntar – de que, entretanto, fizeram a adequada propaganda – o êxodo de 700 000 árabes palestinianos que saíram de Israel por não admitirem passar a viver sob jurisdição judaica.[354]

---

[348] A França e a Grã-Bretanha partilharam entre si, no Médio Oriente, em regime de mandato, os antigos territórios otomanos. Franco Nogueira. *As crises e os homens.* 1971. p. 258.
[349] Especialmente nos Balcãs e na União Soviética.
[350] Roménia e União Soviética.
[351] Estados Unidos da América e União Soviética votaram a favor da partição.
[352] 14 de Maio de 1948.
[353] Primeira Guerra Israelo-Árabe, 15.Maio.1948 a Jan.1949, Guerra da Independência.
[354] Um dos objectivos perseguidos durante a Guerra Fria pelo Oeste foi pretender manter os soviéticos fora do Médio Oriente, enquanto o Egipto adoptou uma política de não-alinhado. O Egipto e Israel temiam-se mutuamente e o fluxo de armamento francês para Israel levou Nasser a virar-se para os soviéticos porque não conseguia obter o armamento pretendido nem de Londres nem de Washington. Ken Smith. *North of the Limpopo. Africa since 1800.* 1993. p. 397.

Nos anos seguintes, três grandes acontecimentos alteraram, radicalmente, a posição árabe, excepto no que se referia à hostilidade a Israel. Primeiro, o recrudescimento da Guerra-fria: à Rússia, que desde há algum tempo vinha tateando a região, juntaram-se os Estados Unidos da América. O segundo foi o extraordinário aumento do consumo de petróleo pelos países mais industrializados, exigindo correspondente produção, maioritariamente dos campos petrolíferos recentemente descobertos no Golfo Pérsico, Arábia Saudita e Líbia. O terceiro grande acontecimento foi o mais complexo, já que se relacionou com a convulsão política que se seguiu à retirada do domínio colonial do mundo islâmico e à sua substituição por monarcas tradicionalistas islâmicos com regimes radicais e revolucionários.

Devemos salientar que ainda mal tinham terminado as hostilidades decorrentes da II Grande Guerra Mundial quando os soviéticos lançaram o seu primeiro avanço em direcção ao Golfo Pérsico abrindo nova frente de preocupação a adicionar às com que a Europa já se encontrava a debater. Após a sua ocupação do norte do Irão durante a Guerra, recusaram liminarmente recolher as suas tropas e constituíram as ditas autónomas Repúblicas do Azerbaijão e do Curdistão - que ficariam sob o seu controle - e solicitaram a criação de uma empresa partilhada que explorasse as reservas petrolíferas do norte do Irão, na qual a União Soviética detivesse 51 por cento do capital social.

A ameaça seguinte dos soviéticos ao Golfo Pérsico, considerado "*o centro das aspirações da União Soviética*"[355] foi dirigida ao Mediterrâneo oriental - a Grécia e a Turquia – onde a Bretanha estava a reduzir os seus compromissos externos.

O Presidente Truman respondeu a estas ameaças com o apelo de ajuda aos dois países em causa, apresentado em sessão conjunta do Congresso dos Estados Unidos.[356] Tinha acabado de nascer a Doutrina Truman.

O poder americano procurou, desta forma, restringir o poder soviético no Mediterrâneo oriental. Pouco mais tarde, em meados do ano 1948, formaram a 6ª *Task Force* e passaram a utilizar bases na Líbia, Turquia e Arábia Saudita, dando início ao estabelecimento da sua presença militar no Médio Oriente.

---

[355] Miron Rezun. *The Soviet Union and Iran. Soviet Policy in Iran from the Beginnings of the Pahlavi Dinasty until the Soviet Invasion in 1941.* 1981. p. 347.
[356] Realizada em 12 de Março de 1947.

Durante os desesperados e decisivos anos que se seguiram ao fim da Guerra o petróleo tornou-se "*the link between the Truman Doctrine for the Middle East and the Marshall Plan for Europe*"[357]. O petróleo era crucial para a luta desencadeada na Europa de reconstrução das suas indústrias e contava-se com ele a partir de fornecimentos do Médio Oriente. O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, James V. Forrestal,[358] teria enviado, nessa oportunidade, um *memorandum* ao Presidente Truman em que declarava que "*Without Middle East oil the European Recovery Program has a very slim chance of success.*".[359]

A reorientação da política energética europeia de origem no seu próprio carvão para o petróleo importado alterou profundamente a estrutura geopolítica mundial. O Médio Oriente que tinha constituído uma encruzilhada em que a Europa se encontrava com a Ásia e com a África, estava a encontrar aí o suporte indispensável para a modernização da sua indústria. O Golfo Pérsico encontrava-se no cerne da questão e as rotas marítimas à sua volta revestiam-se de especial preocupação.

Mais do que nunca, a questão de quem controlava o quê no Golfo Pérsico e no Médio Oriente seria a chave de quem controlaria o quê no mundo.

A Grã-Bretanha parecia que já teria previsto que esta hipótese poderia vir a acontecer. No início da década de 1950 teria tentado convencer a Administração norte-americana de que os problemas do Golfo seriam "*highly strategic and political, not just economic.*".[360] Nesse tempo os britânicos seriam aparentemente mais vulneráveis que os americanos, pelo que precisariam de ver os problemas com mais acuidade. Contudo, teriam mais experiência nessas matérias, sobretudo no que se referia ao Golfo, e mais preparação para interpretar a situação com mais clareza.

Enquanto a maioria dos Estados não apresentaram grande receio em relação aos pequenos reinos árabes do Golfo até à aplicação do primeiro embargo bem planeado e bem sucedido, imposto em 1973, os britânicos já prestavam grande atenção aos minuciosos detalhes dos seus negócios durante mais de 150 anos. Recorde-se que o primeiro passo dos britânicos em direcção ao Golfo data do início dos anos 1800, com o objectivo de prevenir actos de pirataria

---

[357] Carl Solberg. *How and Why the United States Got involved in the Middle East,* "The tyranny of oil". American Heritage Magazine. Vol. 28. Issue 1. Dez. 1976.
[358] James Vincent Forrestal (1892 – 1949) foi o primeiro Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América. Esteve em funções desde 17 de Setembro de 1947 até 28 de Março de 1949, tendo falecido pouco tempo depois.
[359] David S. Painter. *The Cold War, an International History.* "Oil, resources, and the Cold War, 1995-1962". 2010. p. 495,
[360] Anthony Sampson. *The Seven Sisters. The Great Oil Companies and the World They Shaped.* 1975. p. 98.

tentativa de bloqueio do seu comércio com o Oriente. Desde esse tempo até ao início da década de 1970, o poder militar britânico manteve a ordem, providenciou protecção e mediou disputas entre os vários reinos árabes localizados ao longo das costas do Golfo. Apesar de terem mantido a sua presença no Golfo até 1971, tinham começado a retirar-se, faseadamente, após o fim da II Grande Guerra Mundial da sua responsabilidade a leste do Suez, o que gerou um conjunto de vácuos de poder prontamente preenchidos por nacionalistas antibritânicos.

II.2.3 – Os Estados Unidos da América entram na corrida ao petróleo do Médio Oriente

Durante o tempo em que decorreu a Segunda Grande Guerra Mundial e mesmo no período que se lhe seguiu a Grã-Bretanha foi vítima de um sentimento de autoavaliação que incitou os inimigos e amoleceu o seu próprio povo. Ressurgiram verdadeiras dificuldades para um país de limitada mão-de-obra defender um tão vasto e vulnerável império: como "primeira nação industrializada" acompanhar o ritmo das necessidades de inovação e como *leader* comercial mundial adaptar-se à passagem do estado de absoluta supremacia para o de relativa superioridade. A anterior era de industrialização tinha-lhe legado uma profusão de estaleiros navais com armazéns de ferro em minas extintas. Vontade para construção de indústrias pesadas da "era heróica" não poderia ser facilmente reencontrável, nem improvisadas práticas de trabalho da era experimental, revistas. Fraqueza em campos-chave de relativamente tardio desenvolvimento, como engenharia eléctrica e química, foi só lenta e imperfeitamente debelada. Petróleo – a fonte de energia cada vez mais importante – estava a ser fornecida de origens, a curto e médio prazo, perigosamente expostas.

Do outro lado do Atlântico registava-se que o principal interesse dos Estados Unidos da América no Próximo Oriente estava virado para a Cintura Nórdica, consubstanciado na Doutrina Truman (1947) pela qual assumiram substituir os britânicos na sua missão de garantes da ajuda económica à Grécia e à Turquia.[361] Apesar dos insistentes apelos da Turquia e do Irão não mostraram pressa em desenvolver as suas posições. O pedido do Irão de inclusão nos preceitos da Doutrina Truman foi recusado e a esperança do Shah em obter ajuda militar maciça teve que voltar a ser relançada em 1949. Já a Turquia foi bem melhor sucedida: a ajuda prestada na Guerra da Coreia foi reconhecida e fundamental para que viesse a conseguir ser admitida como membro da NATO, em simultâneo com a Grécia.[362]

Foi só a partir dessa data que os Estados Unidos da América começaram a mostrar um maior interesse no alargamento do conceito de contenção à Cintura Nórdica. Desde então, a sua influência progrediu rapidamente. Porém, os seus interesses continuavam adormecidos: o seu propósito, mais do que tirar alguma vantagem especial para si próprios, era, prioritariamente, negar à União Soviética uma posição importante na região. Os interesses dos Estados Unidos

[361] O Presidente Harry Truman apresentou ao Congresso dos Estados Unidos da América, em 12 de Março de 1947, a sua doutrina, segundo a qual "*the policy of the United States to support free people who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures.*" e solicitou, para tanto, 400 milhões de dólares para ajuda militar e económica à Grécia e à Turquia. . Michael Beschloss. *Our Documents: 100 Milestone Documents from the National Archives*. 2006. pp. 194–99.

[362] Formalizada em 18 de Fevereiro de 1952.

no Sul do Médio Oriente, mais propriamente na região árabe, foram, lentamente mas de forma constante, criando forma. O velho interesse mantinha-se no petróleo. Já em 1919, o receio de esgotamento das suas próprias reservas localizadas em solo nacional, associado à preocupação de que as potências europeias pudessem vir a monopolizar o petróleo do Próximo Oriente, levaram-nos a insistir na abertura de uma via de entrada e em conseguir uma quota para si próprios. Tinham obtido, no decurso da década de 30, concessões na Arábia, garantindo os seus interesses pela participação no petróleo iraquiano, apesar da mais importante das suas concessões petrolíferas se situarem na Arábia Saudita, onde começaram a operar.[363]. O Governo dos Estados Unidos da América ainda estava muito relutante em admitir que os seus interesses nacionais se envolvessem na Arábia Saudita, preferindo que os assuntos políticos da região continuassem nas mãos dos britânicos.

Porém, em 1943, em resposta à insistência dos vários grupos de pressão que alertavam para a potencial ameaça russa e britânica, para o elevado valor do petróleo saudita e para a importância do rei saudita Abd al-Aziz ibn Saud no mundo árabe e muçulmano, o Presidente Franklin D. Roosevelt, já no seu 4º Mandato, declarou formalmente que a Arábia Saudita era de vital importância para a segurança dos Estados Unidos, pelo que seria necessário qualificar ibn Saud como receptor de ajuda e integrá-lo no programa de defesa conhecido por "*Lend-Lease*".

Os Estados Unidos da América tornaram-se no maior apoiante da Arábia Saudita ao mesmo tempo que esta assumia um papel central dos interesses norte-americanos no mundo árabe. A Declaração de Roosevelt foi a fórmula, não a convicção: o petróleo saudita era mais importante para a ARAMCO do que para os Estados Unidos que, em 1948, apenas importaram cerca de 10 por cento do petróleo consumido e, desse, menos de 1 por cento era trazido da Arábia Saudita.[364] Finalmente acabaram por assinar, em 1951, um Acordo de defesa mútua, recusando, no entanto, o estabelecimento de um Tratado de Aliança.[365]

---

[363] A operação foi iniciada com a *Arabian American Oil Company* (ARAMCO), formada, em 1948, a partir do alargamento do consórcio CALTEX-SOCAL, formado pelas petrolíferas Chevron, Texaco, Exxon e Mobil Oil.
[364] Ver Gráfico 4.
[365] Acordo formalmente assinado em 16 de Junho de 1951. *U. S. Department of State. Office of the Historian. Doc. 172.*

II.2.4 - A contestação do domínio britânico do petróleo iraniano

Em finais da década de 1940, redobraram as dificuldades, já que a exaltada campanha do leader nacionalista iraniano Muhammad Mosaddiq contra a persistente interferência estrangeira e o seu solene aviso acerca do perigo do abandono da democracia para retorno à ditadura imperial, atraiu um apoio alargado.[366]. Em 1949, vários partidos políticos e grupos interessados juntaram-se sob a sua liderança a elementos das classes tradicional e média moderna, unidos na oposição à influência estrangeira e ao aumento de poderes da monarquia. A diversidade dessa Frente Nacional que continha, desde *ulama*[367] que clamavam por uma maior atenção à *shariah*[368], até a profissionais educados no Ocidente que pressionavam por novas medidas de secularização, tornara difícil a Mosaddiq satisfazer os pedidos de uma facção da coligação sem ofender a outra. Porém, em questões de soberania nacional, os membros do movimento estavam plenamente de acordo.

O evidente acontecimento que empurrou Mosaddiq e a Frente Nacional para o protagonismo político, teria sido o facto de a indústria petroleira iraniana se encontrar sob domínio britânico, por via do controlo exercido na AIOC. Em finais da década de 1940, a AIOC tinha instalado uma tão esmagadora presença por todo o país que se tinha tornado praticamente um Estado dentro de outro Estado. A AIOC não só construiu a sua própria cidade em Abadan – local onde operava a maior refinaria de petróleo do mundo – e as suas próprias estradas e aeroporto, como também detinha os seus próprios serviços municipalizados, chegando ao cúmulo de negociar acordos de segurança com as regiões vizinhas. Os postos de direcção e serviços administrativos estavam nas mãos de estrangeiros, cabendo aos iranianos, apenas as funções de empregados e de operários assalariados. Apesar da AIOC ser uma empresa privada o Governo britânico detinha a maioria do seu capital social; logo, era vista pelos iranianos como mais uma manifestação da influência britânica no país.

O persistente domínio britânico na principal região produtora de petróleo e o avanço da sua influência para o Sul tornaram-se motivo de descontentamento para com o Shah Reza Pahlavi que os tentou contrariar cultivando laços diplomáticos e comerciais com a Alemanha.

---

[366] Muhammad Mosaddiq era um grande proprietário rural, educado na Europa, representante típico da classe política iraniana afastada do poder pelo Shah Reza Pahlavi. Regressou ao proscénio depois de 1941, preconizando veementemente a nacionalização da *Anglo-Iranian Oil Company*, AIOC. Para formação e desenvolvimento da AIOC ver subcapítulo II.2.1 – Primeiras tentativas de domínio global do mercado petrolífero.

[367] Plural de *alim*. Muçulmanos com conhecimentos de religião, geralmente os que completaram o seu curso numa *madrasa* (Universidade de formação religiosa islâmica).

[368] Lei islâmica.

Durante o final dos anos 30, no período que mediou entre as Grandes Guerras Mundiais, a Alemanha tornou-se no seu maior parceiro comercial e os técnicos e agentes alemães desenvolveram grande actividade por todo o país. Logo que eclodiu a Segunda Grande Guerra Mundial, o Irão apressou-se a declarar a sua neutralidade, mas as alegadas simpatias pró-germânicas do Shah Reza Pahlavi conduziram a que, quer soviéticos, quer britânicos, olhassem para o Irão com fortes suspeições. Com as incursões germânicas na Rússia, em Junho de 1941, o Irão tornou-se, mais uma vez, num pião a rodar no meio das hostilidades entre potências estrangeiras e no antagonismo germano-britânico: potência continental *vs* potência marítima.

Para que se pudesse manter um corredor aberto aos fornecimentos à União Soviética, os britânicos e os soviéticos invadiram o Irão, logo em Agosto. A adulada armada iraniana rapidamente sucumbiu e o Governo rendeu-se no dia seguinte ao da invasão. Numa desesperada tentativa de manutenção da dinastia Pahlavi, o Shah Reza Pahlavi abdicou a favor do seu filho Muhammad Reza Pahlavi,[369] entregou o Irão à supervisão britânica e passou a residir na África do Sul, onde, aliás, viria a falecer em 1944.

O Irão entrou na Segunda Grande Guerra Mundial, exactamente como tinha entrado na Primeira: ocupado e partilhado entre grandes potências.

Após a tentativa de assassinato a que foi sujeito em Fevereiro de 1949, o novo Imperador do Irão, Muhammad Reza Shah Pahlavi, impôs a Lei Marcial. Pouco tempo depois, assinou um acordo suplementar entre a AIOC e o Governo do Irão[370] elevando os direitos pagos pelas companhias concessionárias de 4 para 6 xelins.[371] O aumento de cerca de cinquenta por cento nas receitas trouxe grande conforto às finanças iranianas. Neste entretanto, os Estados Unidos da América deslocaram uma pequena força naval para o Médio Oriente e estacionaram-na em Jufair, na ilha de Bahrein.[372]

O Governo iraniano estava profundamente desagradado com os termos da concessão que o Imperador Reza Shah tinha assinado com a AIOC em 1933 e ainda mais com as revisões negociadas em 1949. Em 1950, as revisões foram submetidas ao *Majlis*[373] onde enfrentaram a

---

[369] Concretizada em 16 de Setembro de 1941.
[370] Entrado em vigor em Julho de 1949.
[371] J. Caleia Rodrigues. *A Geopolítica do Petróleo*. 2000. p. 89. nr 175.
[372] Frota composta por um antigo navio de assalto e dois *destroyers*, herança das forças do Comando do Golfo Pérsico.
[373] Parlamento iraniano.

oposição determinada de Mosaddiq e dos delegados da Frente Nacional. Apontando a AIOC como um braço do Governo britânico. Mosaddiq pediu a anulação da concessão e a nacionalização da indústria iraniana do petróleo. No decurso dos meses seguintes, Mosaddiq e os seus aliados organizaram demonstrações e encontros, com o objectivo de captar a opinião pública para a sua causa. Um dos membros *ulama* da Frente Nacional comparou o problema do petróleo com a própria essência da existência do Irão, apelando aos "muçulmanos sinceros e cidadãos patrióticos, ao combate aos inimigos do Islão e do Irão, juntando-se à luta pela nacionalização". Em 1951, no meio da onda do entusiasmo popular gerado pela campanha da Frente Popular, o *Majlis* deu dois importantes passos: aprovou a legislação relativa à nacionalização da indústria petroleira e convidou Mosaddiq a assumir o cargo de Primeiro-Ministro. Aceite o convite, Mosaddiq sucede ao General Ali Razmara, entretanto assassinado.[374] Apenas três dias após a tomada de posse deste novo Primeiro-Ministro, o Shah promulga a Lei da Nacionalização da AIOC que, até essa data, representava vinte e cinco por cento do abastecimento de petróleo à Grã-Bretanha.[375] Se bem que Mosaddiq fosse chamado a assumir o cargo, devido à sua posição em relação à nacionalização do petróleo, o seu tumultuoso período no Gabinete (Abril.1951-Agosto.1953) foi devotado a muito mais do que à disputa entre o Governo do Irão e a AIOC: foi devotado à luta pelo futuro político do Irão.[376]

A promulgação da Lei da Nacionalização do petróleo iraniano teve imediatas consequências: a AIOC apelou ao boicote global do petróleo.

Perante esta nova situação. o Governo britânico tornou-se, rapidamente, parte activa da crise por endosso do boicote. Reforçou as suas forças navais no Golfo Pérsico e impôs sanções económicas ao Irão. Quando os Estados Unidos se lhe juntaram ao bloqueio, em 1952, o Irão ficou praticamente impedido de vender petróleo no mercado internacional e o país mergulhou numa crise financeira sem precedentes, devida à perda quase total das receitas oriundas do petróleo. Apesar das dificuldades económicas e financeiras criadas pelo boicote, Mosaddiq recusou comprometer a nacionalização e, em Outubro de 1952, a confrontação do Governo do

[374] O General Ali Razmara foi assassinado em 7 de Março de 1951. Muhammad Mosaddiq tomou posse em 28 de Abril do mesmo ano.
[375] Harold MacMillan. *Tides of Fortune.* 1969. p. 150.
[376] Recorde-se que estes acontecimentos são contemporâneos de dois outros não menos importantes: o tenente-coronel Gamal Abdel Nasser tomou o controlo do Governo do Egipto em 22 de Julho.1952 e fez sair o Rei Farouk para o exílio e o Rei Abdullah do Reino Hashemita da Jordânia foi assassinado em Jerusalém em 20 de Julho de 1951, depois de secretamente ter iniciado uma tentativa de acordo de paz com Israel.

Irão com a AIOC e com a Grã-Bretanha produziu não só uma crise interna mas também internacional.

Durante o período em que governou o Irão como Primeiro-ministro, Mosaddiq mobilizou a sociedade iraniana para a recuperação da soberania nacional e implementação de uma alternativa à autocracia Imperial. A sua queda política marcou o triunfo das forças às quais se tinha oposto. O Golpe de 1953 trouxe o retorno da monarquia e a intensificação da interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos do Irão. O Shah voltou ao poder em 19 de Agosto de 1953 e Mussadiq, acusado de traição, foi julgado e condenado a prisão.

A disputa pelo petróleo que tinha proporcionado a Mosaddiq a sua plataforma de apoio político foi rapidamente resolvida com um Acordo que atribuiu ao Irão cinquenta por cento dos resultados financeiros do petróleo, muito melhor do que qualquer dos acordos assinados anteriormente.

Surgiu então, passado pouco mais de um ano, uma solução para o conflito iraniano, graças às pressões exercidas pelos Estados Unidos, simultaneamente sobre Londres e sobre Teerão: a SNIP[377] continuou proprietária das instalações petrolíferas, ficando a comercialização entregue a um consórcio internacional, no qual 40 por cento couberam à ex-AIOC (tornada *British Petroleum*), 40 por cento a companhias americanas, 14 por cento à Shell e 6 por cento à *Compagnie Française des Pétroles*. [378] A formação da SNIP conferiu ao Governo iraniano um maior e melhor controlo da actividade económica do país.

Parece oportuno citar o que Harold Macmillan comentou, a propósito da solução encontrada para o conflito:

> Depois da mudança de Governo nos Estados Unidos, no início de 1953, quando se tornou claro que a nova Administração republicana[379] não estava preparada para segurar a economia iraniana, o prestígio de Mosaddiq começou a desvanecer-se. Apesar da sua tenaz atracção pelo poder, só foi capaz de afastar temporariamente o Shah para o exílio; em Agosto de 1953, as forças armadas prenderam-no e, antes do fim do mês, os seus

[377] Sociedade Nacional Iraniana de Petróleo, saída da nacionalização da AIOC.
[378] Outubro de 1954.
[379] Sob a presidência do General Dwight David Eisenhower (20 de Janeiro de 1953 a 20 de Janeiro de 1961).

sucessores negociaram um acordo salvaguardando os interesses britânicos comprometidos no petróleo, no qual os americanos estiveram envolvidos de perto.[380]

Com a solução implementada, o petróleo iraniano pôde recuperar rapidamente o seu lugar no mercado internacional e proporcionou ainda maiores receitas ao Estado. O Shah também aceitou aumentar o relacionamento com as potências Ocidentais. As relações diplomáticas com a Grã-Bretanha foram restabelecidas em 1954, quando o Shah proclamou o seu empenho na aliança com o Ocidente e no programa de desenvolvimento económico de modelo Ocidental. Tal lealdade diplomática e emulação económica poderiam, era a sua esperança, resultar em substanciais injecções de ajuda dos Estados Unidos. O Shah não saiu desapontado nessa matéria: entre 1953 e 1963, os Estados Unidos disponibilizaram 500 milhões de dólares ao Irão a título de ajuda militar.

[380] Op. cit. p. 350.

II.3 - As crises políticas concorrem para a reestruturação do sector

O betume natural e outros óleos de origem animal ou vegetal foram longamente explorados pelas suas propriedades adequadas à iluminação, porém o desenvolvimento dos motores de combustão interna abriu um vastíssimo novo mercado que, associado à gigantesca indústria virada para a refinação dos produtos petrolíferos ofereceu disponibilidades fundamentais à industrialização do séc. XX.

Podemos concluir que as mais importantes mudanças foram operadas na área da prospecção, exploração e utilização do petróleo. Recordemos que o processo começou nas zonas do Próximo Oriente administradas pela Rússia, onde o primeiro furo para extracção teve lugar na Península Apsheron, tão cedo como 1842. O desenvolvimento da indústria petroleira no Azerbaijão russo foi contemporâneo do americano na Pennsylvania. A primeira refinaria russa foi construída em Bakú, na margem ocidental do Mar Cáspio, em 1863, e o oleoduto dos campos petrolíferos de Apsheron para Bakú em 1877-78.[381] Em vésperas da Revolução russa, os campos petrolíferos de Bakú forneciam 95 por cento de todo o petróleo russo.

A Rússia conhecia a existência de petróleo no seu território desde os tempos em que Marco Polo relatou testemunhos sobre a existência de nascentes perto de Baku, onde surgia petróleo que ardia facilmente e que também era utilizado para a eliminação da sarna nos camelos. [382]

Em Baku deu-se início, no século XIX, a uma primitiva indústria de petróleo e, em 1829, já se contabilizavam 82 poços em produção.

O Azerbaijão dispunha, em 1873, de 20 refinarias que tratavam do petróleo nesta data extraído por maquinaria que substituiu a antiga técnica de escavação de poços à mão. O desenvolvimento desta promissora indústria foi confiado, numa primeira fase, aos três irmãos suecos Nobel. Melhoraram, rapidamente, o processo de refinação, de tal modo que, em Outubro de 1876, enviaram para São Petersburgo o seu primeiro abastecimento de óleo de

---

[381] O desenvolvimento dos campos petrolíferos de Bakú foi um dos mais importantes investimentos do Barão Lionel de Rothschild (1808-79), membro da Câmara dos Comuns inglesa, filho de Nathan Mayer Rothschild (1777-1836) e neto de Mayer Amschel Rothschild (1743-1812), judeu-alemão, fundador desta grande família de banqueiros internacionais que dominou a finança europeia durante todo o séc. XIX.

[382] *"Near the Georgian border there is a spring from which gushes a stream of oil, in such abundance that a hundred ships may load there at once. This oil is not good to eat; but it is good for burning and as a salve for men and camels affected with itch or scab. Men come from a long distance to fetch this oil, and in all the neighbourhood no other oil is burnt but this."* in *The Travels of Marco Polo.* Citado em "Azerbaijan's energy riches and "The Contract of the Century"". Occasional Paper No. 3. Caspian Information Centre. Set. 2011.

iluminação. As melhorias que implementaram ao nível da eficiência, da inovação e da tecnologia, fizeram com que a Rússia conseguisse ultrapassar os Estados Unidos como primeiro exportador de petróleo, mesmo que temporariamente.

Figura 3: Baku, Azerbaijão. Campo petrolífero. 1829



Fonte: SOCAR Oil Fields #9. 2006

Nos Estados Unidos era John Rockefeller que estava a comandar o mercado ao ter dado início, em 1866, à exportação de petróleo para Nova Iorque, a partir das duas refinarias que, entretanto, tinha instalado quando optimizou os seus processos de produção. Após ter resolvido as dificuldades internas referentes aos transportes e à súbita queda do preço do barril,[383] concebeu uma empresa que servisse de enquadramento à miríade de produtores e refinadores que pululavam um pouco por todas as regiões petrolíferas, nomeadamente Cleveland, Pittsburgh, Titusville por um lado e as costeiras Nova Iorque, Baltimore e Filadélfia por outro. Concretizou o projecto com a formação da *Standard Oil* (Ohio).[384] Nesta

[383] Ver Gráfico 3.

[384] A empresa petrolífera *Standard Oil* fundada por John D. Rockefeller em 1870 foi forçada a desmantelar-se, em 1890, por força do *Sherman Antitrust Act* do Congresso dos Estados Unidos e legalmente renascida como uma empresa *holding*, a *Standard Oil Company of New Jersey* que passou a deter acções de 41 outras empresas que, por sua vez, controlavam muitas outras do sector petrolífero. O Grupo reformulou os seus métodos e,

data já estava a controlar 10 por cento da refinação americana e rapidamente atingiu os 25 por cento, após a compra das petrolíferas de 22 dos seus 26 mais directos concorrentes. Em 1875 controlava 90 por cento e em 1880 atingia os 95 por cento do mercado americano. A guerra do petróleo tinha terminado em 1879 no mercado interno dos Estados Unidos e iria dar-se início a uma nova estratégia, agora à escala mundial.

Neste entretanto estava a colocar-se um sério problema à *Standard Oil*. A sua produção estava direccionada para a iluminação. Os elevados investimentos que fizera ao nível da refinação, da produção, da construção de oleodutos e das centrais de armazenamento estavam a ser postos em causa pela electricidade. A solução estaria no desenvolvimento e massificação dos veículos automóveis.

Encontramo-nos, então, na década de 1870, perante os dois dominadores do mercado petrolífero desenvolvido nas duas fortes origens petrolíferas, Estados Unidos da América e Império Russo, que pretenderam, simultaneamente, uma significativa e rápida penetração nos mercados orientais que lhes mantivessem o nível de crescimento e de rendibilidade pretendida.

Enquanto os Nobel controlavam o mercado russo, os Rothschild procuravam encontrar novos mercados. Se a Europa era difícil, uma vez que havia forte competição com a Standard Oil, a única saída seria avançar para Este, para a Ásia e Extremo Oriente e entrar em concorrência directa com a Standard Oil em todo o mundo.

---

noventa e poucos anos mais tarde, procedeu à fusão das duas maiores empresas saídas do desmantelamento da Standard Oil: a Exxon (antiga Standard Oil Company of New Jersey) e a Mobil (antiga Standard Oil Company of New York). Cf. J. Caleia Rodrigues. *A Geopolítica do Petróleo*. 2000.

II.3.1 – A crise de 1917 proporciona o domínio do mercado ao Grupo Standard Oil.

No final do século XIX ocorreram vários acontecimentos que vieram perturbar o mercado petrolífero e as estratégias traçadas pelos grandes operadores e dominadores do mercado. Em primeiro lugar as Guerras dos *Boers*, na África do Sul, que fizeram subir o preço do petróleo.[385] Logo de seguida surgiu um período de fome generalizada na Rússia acompanhada por uma forte depressão económica que fez com que os produtores de petróleo aumentassem descontroladamente a extracção e os preços baixaram consequentemente.[386]

Na China eclodiu a Guerra dos Boxers provocando fortes perturbações na economia e afectação na saúde financeira da Shell, quando, em 1907, o mercado mundial já estava a ser dominado por esta e pela Standard Oil.

A Revolução bolchevique terá colocado nas mãos da Standard Oil o domínio do sector produtivo ao paralisar a extracção de petróleo na sua mais importante origem localizada em Baku, Azerbaijão, ao tempo integrado no Império Russo.[387]

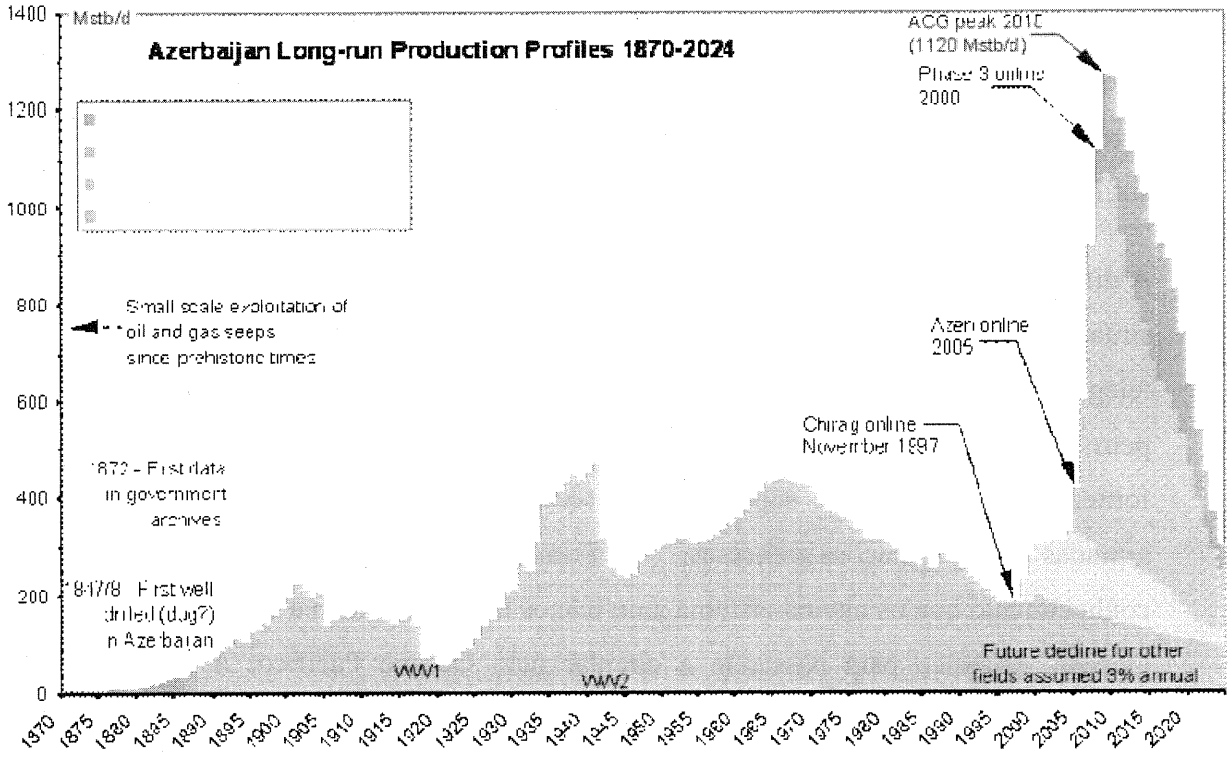
---

[385] As guerras que decorreram entre 1880-1881 e 1899-1902 desencadeadas pelo Império britânico contra os colonos holandeses instalados nas duas repúblicas *boers*: Orange Free State e Transvaal Republic. Cf. Michael Barthorp. *The Anglo-Boer Wars 1815-1902.* 1987. Para análise dos preços ver Gráfico 3.

[386] O crescimento agrícola não tinha conseguido acompanhar a evolução demográfica, originando, em 1891, a grande fome, seguida de vários anos de dificuldades na produção agrícola. Para análise dos preços ver Gráfico 3.

[387] Foi neste conturbado período que foi atribuído ao empresário John D. Rockefeller a actuação que viria a beneficiar o Grupo Standard Oil. Aparentemente conectada ao interesse nacional americano, mas condenável do ponto de vista da ética empresarial já vigente na altura. Segundo testemunho do Congresso dos Estados Unidos de Outubro de 1919, o apoio financeiro de Rockefeller a Lenine e a Trotsky suportou a tentativa de revolução bolchevique de 1905. (*U. S. Senate, Congressional Record. Outubro de 1919, pp. 6430, 6664-66 e 7353-54. In La verdadeira historia del Club Bilderberg. Daniel Estulin. 2005. p. 161).* Quando esta tentativa falhou, os banqueiros reagiram. Vladimir Ilitch Lenin teria ido para a Suíça até 1907 e Trotsky teria ido para os Estados Unidos, onde teria ficado a viver numa propriedade e a expensas da Standard Oil em Bayonne, New Jersey. O Presidente da empresa de inversões da família Rockefeller, Jacob Schiff, também fundador da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, teria afirmado que, sem a sua influência financeira a revolução russa nunca teria tido êxito. Segundo os citados documentos do Congresso, a empresa começou a financiar Trotsky, na Primavera do ano 1917, com o propósito de conseguir uma vitória da Revolução Socialista na Rússia. (Os documentos terão sido encontrados no Departamento de Estado dos EUA sob a referência 861.00/5339. O mais importante parece ser datado de 13 de Novembro de 1918). Note-se que vários líderes bolcheviques tinham sido formados em Baku, incluindo o futuro presidente da Rússia, Mikhail Kalinin e o futuro marechal Klementi Voroshilov. O mais célebre de todos foi um dos principais agitadores, Josef Djugashvili, mais tarde conhecido por José Estaline. A sua função teria sido a de criar forte instabilidade social para afastar os industriais do petróleo e a organização das greves que afectaram de maneira muito substancial os interesses dos Rothschild. As greves espalharam-se por todo o território russo e o petróleo deixou de jorrar. Quem se aproveitou da situação foi a Standard Oil da família Rockefeller que, para tanto, tinha envidado tão importantes esforços.

Gráfico 13: Azerbaijão – Produção petrolífera



Cerca de dois terços dos poços existentes em Baku foram destruídos durante este período revolucionário e os restantes tornados praticamente inoperativos, deixando a indústria petrolífera russa numa situação calamitosa. A redução da produção de petróleo em Baku foi extraordinária entre 1905 e 1920.[388] Em consequência, a quota de produção russa à escala mundial, desceu de 31 para 9 por cento. A sua importância como região petrolífera iria entrar em suspensão. Ter-se-ia que esperar por mais algumas décadas para voltar a ver ressurgir a relevância de tão importante região petrolífera.[389]

As unidades petroleiras encontravam-se dizimadas pelos efeitos da Guerra, particularmente as mais ameaçadas pela guerra submarina, nesta data nos seus primórdios de utilização o que fez deflagrar, em 1917, uma crise de enormes consequências para os países europeus que se encontraram envolvidos, directa ou indirectamente, no conflito. Os transportes estavam a ser insuficientemente assegurados. A rotação dos navios estava a tomar um tempo demasiado

[388] Ver Gráfico 13.
[389] A exploração de petróleo em Azerbaijão é considerada a mais antiga do mundo. Foram descobertos 4 mil milhões de barris de petróleo bruto desde 1870. AIOC, *Present Developments*.
As reservas comprovadas, localizadas na bacia do sul do Mar Cáspio, atingem actualmente os 7 mil milhões de barris de petróleo bruto. BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012.*

longo, facto que levou muitos armadores americanos a preferirem transitar as suas unidades por zonas mais seguras do Pacífico.

A entrada dos Estados Unidos da América na Guerra, com a inevitável requisição da frota, agravou a já por si débil disponibilidade. Nestas condições, apenas os Estados tinham suficiente autoridade para obter os meios necessários.[390]

A dificuldade de abastecimento de petróleo por parte dos países europeus estava a atingir uma situação muito difícil de continuar a ser gerida, o que levou Clemenceau a enviar um telegrama histórico ao Presidente Wilson onde pedia a disponibilidade das empresas petrolíferas americanas, nesta data já sob apertado controle do Grupo *Standard Oil*, para um fornecimento permanente suplementar a receber através de navios-cisterna, necessário às armadas e às populações francesas.[391] O Primeiro-Ministro francês tinha acabado de tomar conhecimento que os navios-cisterna americanos tinham alterado a sua rota normal através do Oceano Atlântico para passarem a circular pelo Oceano Pacífico. A rotação dos navios tomava muito tempo pelo que muitos armadores americanos preferiram fazê-los transitar numa zona mais segura como era, nesse tempo, o Oceano Pacífico.

As dificuldades sentidas pelo Governo francês localizavam-se sobremaneira nos transportes do petróleo que se manifestavam muito importantes em tempo de paz e que se estavam a mostrar de capital importância naquele tempo de guerra.

Contaram, até certa altura, com o contributo da frota dos Estados Unidos da América que, apesar dos riscos que corria, assegurou o abastecimento aos aliados europeus.[392] Contudo, produziam-se preocupantes atrasos e insuficiências de abastecimento que se estavam a tornar cada vez mais sensíveis à medida que as necessidades aumentavam com a crescente motorização das forças armadas.

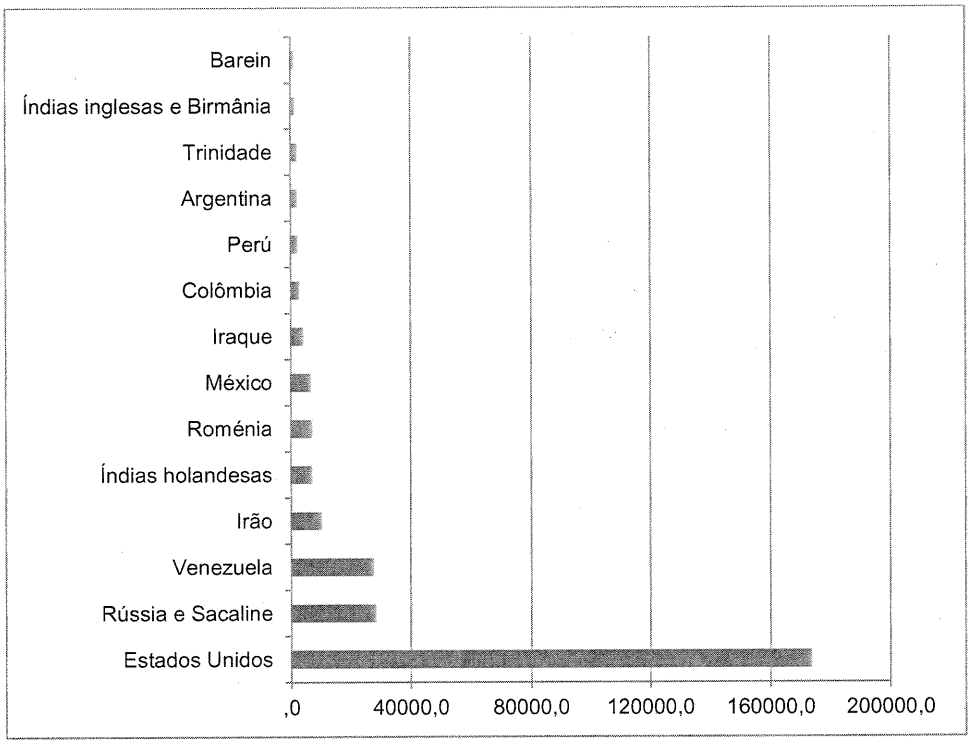
---

[390] Os Estados Unidos da América declararam guerra à Alemanha em 6 de Abril de 1917 e a China entrou na guerra ao lado dos aliados em 14 de Agosto seguinte. A Revolução na Rússia e a abdicação do czar em Março de 1917 interromperam o esforço de guerra dos aliados e, em consequência da subsequente revolução bolchevique de Novembro, a Rússia estabeleceu a paz logo em Dezembro de 1917. Op. cit. *Europe 1848-1980.* p. 211.

[391] Georges Benjamin Clemenceau (1841-1929) foi Primeiro-Ministro de França entre 1906 e 1909 e novamente entre 1917 e 1920, desta feita sob a presidência de Raymond Poincaré. Foi um dos grandes arquitectos do Tratado de Versailles e defensor do pagamento de pesadas indemnizações a impor aos alemães pelos danos provocados durante a Primeira Grande Guerra Mundial.

[392] Recorde-se que o primeiro navio torpedeado navegava sob pavilhão dos Estados Unidos da América e chegou a França com um compartimento rebentado.

Gráfico 14: Petróleo bruto convencional – Produção por países (ano 1937)
(Valores em milhares de barris/ano)



Fonte: Relatório anual da *Royal Dutch*

A questão do petróleo desempenhou um papel muito importante na fase final do conflito europeu. Os impérios centrais estavam muito atentos ao desenvolvimento das acções que decorriam na frente oriental que poderia evoluir para um bloqueio dos seus principais fornecedores de petróleo, como era o caso da Roménia, à data o sexto maior produtor mundial.[393] Foi admitido que esta penúria de combustíveis poderia atingir gravemente as forças aéreas envolvidas no conflito. A mobilidade das armadas combatentes, devido à obrigatoriedade de deslocação por camião, desequilibraria as forças em presença reduzidas à fórmula mais rígida das vias férreas. Surgiram, então, imagens eloquentes que ilustraram esta época histórica: o duelo entre o camião e o rail, que teria levado Lord Curzon a dizer que "Os aliados flutuaram para a vitória sobre uma onda de petróleo".[394]

[393] Ver Gráfico 14.
[394] George Nathaniel Curzon (1859-1925), Secretário de Estado do Governo britânico entre 1919 e 1924.

II.3.2 - Os transportes marítimos sofrem nova crise em 1938.

Deveremos ter em consideração que o aumento do mercado mundial de recursos naturais é um fenómeno relativamente recente. Durante um grande período da história da humanidade o transporte de matérias-primas para as colocar a grandes distâncias acarretava custos muito elevados, o que obrigava a ligar intimamente a produção económica às localizações-chave dos recursos naturais, quer se tratasse de madeira, carvão ou minério de ferro. O factor mais significativo para a alteração teriam sido as revoluções operadas na tecnologia dos transportes, a primeira das quais teria ocorrido entre os séc. XVI e XVIII com uma série de melhoramentos introduzidos no desenho e na eficiência registada nos transportes marítimos. Apesar dos custos se terem mantido relativamente elevados para a maioria das matérias a transportar através dos oceanos, o transporte marítimo foi, gradualmente, ligando as regiões costeiras da América do Norte e do Sul, da África e da Ásia com a Europa, criando pela primeira vez um grosseiro espectro de economia mundial.

Uma segunda revolução teria ocorrido a meados do séc. XIX com a introdução da máquina a vapor, quer para transportes terrestres quer para marítimos, que permitiu alterar profundamente o sector dos transportes de mercadorias de baixo valor e permitir entregá-las em mercados localizados a grandes distâncias.

Como os caminhos-de-ferro substituíram os transportes equestres e os navios metálicos tomaram o lugar dos construídos em madeira, uma grande variedade de produtos primários tornaram-se rapidamente acessíveis do ponto de vista económico aos países a caminho de industrialização. Estes, por seu lado, expandiram os incentivos para o comércio externo, exploração e investimento.

Contudo, se as necessidades normais de um país são importantes durante o tempo de paz, ainda se tornam mais cruciais e vulneráveis em tempo de guerra ou mesmo em períodos em que persistam grandes tensões políticas que pressuponham hipóteses de confrontação.

As estimativas são muito difíceis de elaborar e correm o risco de ser apenas conjecturais. Segundo alguns não haverá razão para que os consumos em tempo de guerra sejam superiores aos que ocorrem em tempo de paz. Mas temos o dever de duvidar. Na eventualidade de um conflito, o problema não residirá no aumento das necessidades mas sim de não as poder

satisfazer por causa das dificuldades de abastecimento e de transporte.[395] Numa situação destas, os equipamentos de transporte e os industriais ficarão, em primeira instância, devotados à defesa nacional e, deste modo, o sobre-consumo resultante das necessidades das forças armadas terá que ser compensado pelo subconsumo das indústrias privadas e dos utilizadores civis. Logo, repara-se que, no decurso da Primeira Grande Guerra Mundial, o consumo de combustíveis apenas aumentou de forma muito reduzida, da ordem dos 6 a 8 por cento máximos.

Será evidente que, em caso de guerra, as dificuldades postas pela questão do petróleo podem emanar, prioritariamente, de uma oferta mais contraída e das contingências do transporte que de uma excessiva procura.

Tem sido considerado por um lado, que o mesmo material poderá exigir um consumo muito mais importante em tempo de guerra quando afectado a serviços públicos ou, pelo menos, compreendido num sistema de coordenação orientado para necessidades militares, sobretudo se estivar sujeito a condições diferentes do habitual, horas de trabalho ou desgaste inevitável. Por outro lado, a motorização não podia deixar de desempenhar um papel cada vez mais importante, enquanto necessária para assegurar a rapidez das deslocações.

As convulsões internacionais ocorridas no ano 1938 e a restrição do comércio externo das nações votadas ao ostracismo causaram uma significativa redução do volume das trocas, como se pode constatar pela leitura das estatísticas do Canal do Suez. Enquanto o trânsito global não tinha ultrapassado as 25.500 milhões de toneladas durante o ano 1936, aumentou para as 32.500 em 1937, para voltar às 29.200 em 1938. A preocupação residia no facto desta redução ser superior à registada no conjunto do volume das trocas mundiais. Correspondeu ao desvio das cargas para o percurso através do Cabo da Boa Esperança dos navios de bandeira inglesa que passaram a adoptar, de forma quase sistemática, esta rota considerada mais

---

[395] Têm sido manifestadas as dificuldades encontradas por Portugal durante a Segunda Grande Guerra Mundial na obtenção de *navicerts* que permitissem o embarque e o transporte das mais diversas mercadorias para os portos portugueses, nomeadamente a aquisição ou afretamento de petroleiros e navios que trouxessem os produtos de que Portugal carecia. À realização destes desígnios opunham-se geralmente as autoridades britânicas por colidirem com a sua firme determinação de manter o estrito bloqueio económico à Alemanha. As autorizações eram de extrema austeridade por temerem que algumas mercadorias entradas em Portugal pudessem vir a aproveitar aos alemães. *Dez anos de política externa (1936-1948).* 1991. p. 5.
Por *navicert* deve-se entender o sistema implementado pela Grã-Bretanha em 1915, continuado durante a Segunda Grande Guerra Mundial, como medida que permitisse reduzir a severidade do bloqueio iniciado em 1915 utilizado para interceptar o transporte marítimo de produtos destinados ao território inimigo *via* países neutros adjacentes. *TheAmerican Journal of International Law.* Vol. 38. No. 1. Jan. 1914. p. 115.

segura, a utilizar, em caso de hostilidades a ocorrer no Mediterrâneo, para os transportes das Índias e do Extremo Oriente.

Contudo, registou-se que a maioria das marinhas mercantes europeias secundárias, para as quais o tráfego estrangeiro e o comércio de *tramping* constituía uma actividade florescente, não foi afectada pela crise de 1938.[396]

No que se refere à frota mercante europeia em serviço nessa oportunidade em que se registaram grandes constrangimentos destacam-se duas das maiores com actuações consideradas prioritárias à escala europeia: a holandesa e a norueguesa.

A holandesa não tinha sido suficientemente recompensada das perdas sofridas no Extremo Oriente após cinco anos de concorrência nipónica. Uma parte substancial do seu comércio colonial parecia ter sido reencaminhado para a Ásia de forma continuada. Contudo, a frota comercial japonesa, ocupada com os transportes do Japão para o continente, por ordem do seu governo de então, abandonou, pelo menos temporariamente, os mares do Sul. Dado que a marinha mercante japonesa deixou de participar nos abastecimentos à China, foram os *tramps* europeus que passaram a beneficiar com as acções militares a ocorrer no Extremo Oriente. A consequência destas alterações concorreu para que a frota holandesa passasse de uma quota, à escala mundial, de 2 por cento do total para 4,2 por cento. Repara-se que, apesar da crise mundial e dos consequentes danos sofridos e das perturbações introduzidas no seu mercado colonial, a marinha holandesa realizou importantes progressos. Também se pode reflectir que foram minorados pela qualidade do seu equipamento. Apesar da crise ter feito parar a maior parte dos estaleiros holandeses, a marinha mercante holandesa ainda dispunha de uma frota considerada muito jovem.[397]

Também a marinha mercante norueguesa, especializada no *tramping*, se conseguiu manter, no período em apreço, uma das mais activas da Europa. Esta actividade traduziu-se num aumento e num rejuvenescimento sistemático da sua frota, quer na que se dedicava ao transporte de mercadorias como no que se refere a tanqueiros petroleiros, o que lhe permitiu atingir uma quota de 7 por cento da frota total mundial e conferir-lhe a posição de quarta maior à escala mundial. Os seus estaleiros que tanto trabalhavam para os armadores noruegueses como para

---

[396] Designa-se por *tramping* o transporte marítimo que não é realizado entre portos de forma regular. As cargas são transportadas de onde e para onde os carregadores pretenderem.

[397] "La marine marchande hollandaise pendant les quarante dernières années." *Journal de la marine marchande*. Octobre. 1938.

satisfazer encomendas de quaisquer outros estrangeiros, dedicavam-se, durante esse final de década de 1930, sobretudo à construção de tanqueiros petroleiros de média tonelagem.

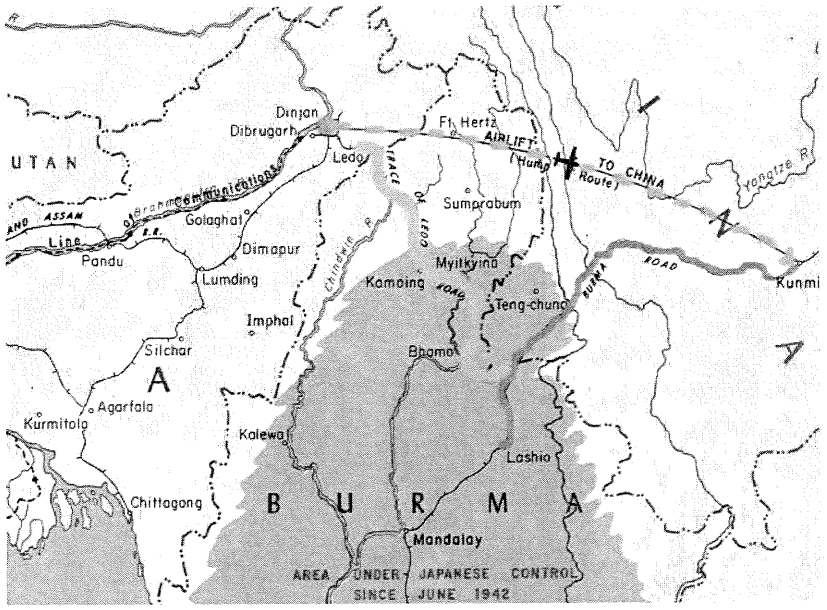
Saliente-se que a marinha mercante norueguesa que tinha perdido durante a Primeira Grande Guerra Mundial cerca de 40 por cento da sua frota, voltou a encontrar-se rapidamente num dos primeiros lugares do comércio marítimo mundial, apesar das dificuldades sentidas neste período entre guerras.[398]

[398] "La marine marchande norvégienne en 1937". *Bulletin de la Société d'Information Économique.* Mars 1938.

II.3.3- O bloqueio ao Japão de Julho de 1941 alastra Guerra

O Japão aproveitou-se das dificuldades com que a Grã-Bretanha e a França se estavam a debater nas frentes da guerra europeia e da busca de alternativas de origens de petróleo que lhes satisfizesse as necessidades acrescidas, para ocupar a Indochina e conseguir o fecho da *Burma Road*, pela qual passavam os abastecimentos para a China.[399] Na realidade, o Japão veio a completar a ocupação militar da Indochina em Julho de 1941.

Figura 4: *Burma Road*



Fontes: Mapa: Alleyne Ireland. *The Province of Burma.* New York. 1907. p.
Traçado das vias: *US Government West Point Atlas*

Nada, na história japonesa, explica adequadamente a imitação, apesar de terem sido apontadas imensas razões que justifiquem o impulso para o imperialismo oriundo do interior do Japão.

[399] A Burma Road era considerada uma das rotas estratégicas que desempenharam um papel importante na Segunda Grande Guerra Mundial. Originalmente era utilizada uma estrada antiga que ligava a cidade chinesa Kunming a Mandalay em Burma, mas foi reconstruída durante a década de 1930 como rota alternativa de abastecimento à China de forma a contornar o bloqueio naval japonês. Quando rebentou a Guerra no Pacífico, os japoneses não perderam tempo e invadiram Burma e cortaram o fluxo de abastecimentos a Rangoon. Esta acção deixou a China sem portos marítimos abertos nem ligações terrestres que lhes permitissem ligação às potências ocidentais. Só lhes restavam pequenas ligações à Rússia mas estes não pareciam muito disponíveis para apoio à China. Apesar do lançamento da construção de grandes unidades aéreas pelos Estados Unidos para transporte de abastecimento aéreo à China, este nunca se mostrou suficiente. Burma corresponde actualmente à República da União de Myanmar (ou Birmânia).

Era dado adquirido que o país dispunha dos recursos naturais indispensáveis para arrancar com a industrialização, mas não para a continuar indefinidamente. O espaço asiático apresentava, entre outros atractivos, suficiente ferro e carvão, que poderiam vir a substituir, em situação de emergência, a redução dos normais abastecimentos. O petróleo teria sido o objectivo da fatídica decisão de invadir a Indochina e, em consequência, provocou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra Mundial. O imperialismo teria sido a via para escapar à pobreza e à vulnerabilidade: à pobreza do interior japonês e à vulnerabilidade a embargos impostos por inimigos.

Os Estados Unidos da América encararam esta extensão do poder do Eixo no Sudeste Asiático como intolerável e impuseram enorme pressão económica sobre o Japão - para quem, comércio e abastecimentos dependiam completamente das comunicações marítimas – abrindo um conflito que conduziu ambos os países à guerra.

Os Japoneses começaram a desenvolver, em Julho de 1941, uma política mais agressiva no sudeste asiático e deslocaram-se para a Indochina francesa com o objectivo de, por um lado flanquear os nacionalistas chineses comandados por Chiang Lai-shek e, por outro, com os olhos postos nos valiosos recursos minerais do sudeste asiático. Esta evidente e iminente ameaça à Malaia britânica, às Índias holandesas orientais e às Filipinas, estas sob controlo americano, foi contra-atacada por britânicos, holandeses e americanos através de um embargo ao comércio com o Japão a produtos tão importantes como petróleo, borracha ou estanho e um bloqueio aos indispensáveis transportes marítimos. Estas medidas foram acompanhadas pelo fecho do Canal do Panamá aos navios japoneses.

A drástica aplicação destas sanções trouxe ao de cima a profunda crise política interna japonesa. Os conservadores ficaram chocados e os *leaders* moderados ficaram magoados. O prestígio interno das Forças Armadas japonesas, na sua qualidade de factor constituinte da formação da política japonesa, ficou inexoravelmente debilitado. Com o bloqueio de todos os fornecimentos de petróleo, dos quais a Marinha e, na realidade, todo o poderio militar do Japão, dependia, a Marinha japonesa ficou, então, forçada a viver das suas reduzidas reservas que, à data da eclosão da Guerra do Pacífico, já tinha consumido um quarto dos disponíveis para dezoito meses.[400] Para além do mais, nutria-se nos Estados Unidos uma enorme simpatia pela China, pelo que, muito rapidamente, os cidadãos americanos ficaram proibidos de fornecer produtos de importância estratégica – acima de tudo, o petróleo – ao Japão. A frota

[400] Cf. Winston Churchill. *The Second World War.* 1948.

americana no Pacífico rumou da base californiana para Pearl Arbor, no Hawaii. As opiniões em Tóquio dividiram-se, declaradamente, quanto ao que fazer.

Neste período estavam a decorrer encontros entre os Governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América para fortalecimento da democracia, como o que decorreu entre o Presidente Roosevelt e Winston Churchill a bordo do cruzador americano *Augusta*, ao largo de *Newfoundland*, para o estabelecimento da Carta do Atlântico, em Agosto de 1941.[401]

Também decorreram negociações, durante vários meses, entre os governos americanos e japoneses, mas o gabinete japonês de guerra, parcialmente liderado pelo Ministro da Guerra General Tojo[402], obteve suporte para uma política drástica de absoluta confrontação e, finalmente, no Outono de 1941, o Governo Japonês decidiu ir para a guerra contra os Estados Unidos. Em consequência, em 7 de Dezembro, mais de metade da armada americana no Pacífico foi posta fora de acção por um súbito e inesperado ataque aéreo na sua grande base naval de *Pearl Harbor*. No dia seguinte, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a Holanda, declararam guerra ao Japão.[403]

---

[401] Na Carta foi declarado que, durante e após a Guerra, as liberdades humanas básicas seriam respeitadas e que nenhum território poderia mudar de mãos, depois da Guerra, sem o consentimento dos seus habitantes.

[402] Hideki Tojo (1884-1848), militar e estadista que arrastou o Japão para a Guerra no Pacífico na sequência de Pearl Harbor, foi um dos produtos da renovação do exército nipónico.

[403] Dado que a União Soviética tinha assinado um tratado com o Japão, que se manteve em força até 1945, não se encontrava envolvida na guerra na Ásia. Noutra frente, Hitler e Mussolini declararam guerra aos Estados Unidos imediatamente após o ataque japonês.

II.3.4 - A crise do Suez e a tentativa de imposição de embargo petrolífero

O encerramento do Canal do Suez durante os anos de 1956 e 1957 desempenhou um decisivo papel no lançamento da revolução tecnológica que ocorreu nos transportes na década de 1950 consubstanciada no impressionante aumento da dimensão média dos navios mercantes. Perante os elevados custos a suportar com os transportes de petróleo, carvão, minério de ferro e outras matérias-primas a grandes distâncias, a indústria naval civil decidiu investir em grandes e especializados navios mercantes, bem como nas instalações portuárias necessárias à manobra dessas novas unidades.[404]

Na abordagem geopolítica da questão levantada pelos constrangimentos impostos à circulação pelo Canal do Suez devemos ter em atenção que a Guerra na Europa foi apenas uma parte de uma outra mais vasta travada no Médio Oriente, na África do Norte e no Extremo Oriente e, consequentemente, os assuntos europeus e os não-europeus encontraram-se intimamente interligados. Primeiramente, a Guerra acelerou a vontade dos povos sob os impérios europeus de obter a sua própria independência pelo que as maiores potências europeias viram-se profundamente envolvidas nos problemas colocados pelos nacionalismos a ocorrer na Ásia e em África. Em segundo lugar, a chamada "guerra fria" encetada entre o bloco soviético e os Estados Unidos da América com os seus aliados desenrolou-se não só na própria Europa mas também na Ásia e no Médio Oriente. Este segundo conjunto de forças concentrou-se na contenção da expansão comunista à escala mundial, enquanto os soviéticos se prontificaram em ajudar e assessorar os *leaders* nacionalistas dos Estados emergentes dessas regiões. Em terceiro e último lugar, as nações europeias tinham importantes interesses económicos noutras regiões do mundo e, onde o seu controle directo fosse questionado, lutavam por mantê-las na sua esfera de influência económica e política.

O rebentamento da guerra tinha tornado o Canal do Suez ainda mais importante para os britânicos que, entretanto, haviam descoberto novos interesses: o fluxo de petróleo do Iraque, transportado por oleoduto através da Transjordânia e da Palestina para o Porto de Haifa, no Mediterrâneo. A Guerra alargou a crise. O Governo britânico não foi o único a restringir a

[404] Enquanto os navios petroleiros estavam dimensionados, em média, para as 16.000 dwt (*deadweight tonnes*) no início da década de 1950, passaram a estar aptos para as 100.000 dwt à volta da década de 1990, com os super-petroleiros a exceder as 500.000 dwt e uma capacidade de transporte de cerca de 3 milhões de barris de petróleo. Foram introduzidos idênticos avanços tecnológicos nos grandes navios graneleiros que passaram de uma capacidade de transporte médio de 20.000 dwt registada na década de 1960 para cerca de 45.000 nos inícios da de 1990.

entrada de judeus em fuga do programa de extermínio germânico, mas era o governante da Palestina por mandato.[405]

Encontrava-se nestas últimas circunstâncias a Grã-Bretanha que pretendeu proteger e manter os seus próprios interesses no Médio Oriente. Esta tinha-o considerado sob uma das suas esferas de influência e quando, em 1945, um forte conjunto de neo-independentes Estados árabes formaram a Liga Árabe, os britânicos pretenderam manter a sua influência apesar das atitudes neo-nacionalistas árabes.[406] Encontraram muitas barreiras ao seu bom e corrente relacionamento com o mundo árabe, a maior das quais residia na situação da Palestina, ainda não resolvida a contento das populações.[407]

O sucesso da saída britânica das colónias foi considerável. Contudo, deixou abertas muitas questões. Ao abandonar certas regiões pôde realojar as suas bases de forma mais consentânea com os seus interesses.[408] Neste caso, mais Canal do Suez que Palestina e mais petróleo árabe que Índia. O Governo britânico pretendeu fazer o seu melhor na cooperação com os dirigentes árabes não só pelo receio da influência russa nas regiões mas também, e sobretudo, pela sua crucial importância para as comunicações britânicas e abastecimento de petróleo.[409] Nesta fase, não deveria haver intenção de entregar o resto do dependente império que, em termos económicos, era mais importante para os britânicos do que nunca antes tinha acontecido.[410]

---

[405] O esboço do Mandato foi formalmente confirmado pelo Conselho da liga das Nações em 24 de Julho de 1922 e sofreu um aditamento via Memorandum Transjordano em 16 de Setembro seguinte. Entrou em vigor em 29 de Setembro do ano seguinte após ratificação pelo Tratado de Lausana e terminou à meia-noite do dia 14 de Maio de 1948. David Bem-Gurion, Presidente Executivo da Organização Mundial Zionista e Presidente da Agência Judia para a Palestina, tinha declarado, no dia anterior, o estabelecimento de um Estado em Eretz-Israel, a passar a ser denominado como Estado de Israel. Howard M. Sachar. *A History of Israel.* 1996. p. 309.

[406] A Liga Árabe foi constituída pelo Egipto, Transjordânia, Líbano, Arábia Saudita, Iraque, Iémen e Síria.

[407] A Grã-Bretanha que deteve o seu controle sob mandato recebido da Liga das Nações em 29 de Setembro de 1923 entregou a resolução da situação à Organização das Nações Unidas em 1947. A área correspondente à Palestina até 1948 encontrou-se dividida em três partes: uma parte integrou o Estado de Israel; as duas outras (a Faixa de Gaza e a Cisjordânia), de maioria árabe-palestiniana, foi desejado integrar um estado palestiniano-árabe a ser criado de acordo com a lei internacional, bem como as determinações da Organização das Nações Unidas e da anterior potência colonial da zona, a Grã-Bretanha. Todavia, em 1967, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia foram ocupadas militarmente por Israel, após a Guerra dos Seis Dias.

[408] A crise do Suez terá proporcionado um grande impulso à descolonização da Africa. Tornou-se mais evidente na *Gold Coast* imediatamente após a crise quando se começou a perceber uma nova atitude tomada pelos franceses em relação à África a sul do Saara e à Argélia em 1958.
A negativa imagem que a crise também trouxe aos britânicos tornou imperativo que estes mostrassem uma outra face às críticas que estavam a surgir um pouco por todo o mundo. Também se lhes apresentou uma oportunidade na *Gold Coast.* A data para a independência das suas colónias na região estava marcada antes de ter ocorrido o pico da crise do Suez e logo em 6 de Março de 1957 tornou-se independente a antiga colónia *West African*, depois denominada Ghana. Ken Smith. Op. cit. p. 398.

[409] J. M. Roberts. *History of the World.* 1976. p. 849.

[410] Paul Kennedy. *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000.* 1988. p. 474.

Outra situação de conflito entre a Grã-Bretanha e o mundo árabe estava principalmente localizado no seu controle sobre o Canal do Suez. O Tratado anglo-egípcio de 1936 tinha conferido à Grã-Bretanha a manutenção de tropas na Zona do Suez, enquanto a gestão do Canal foi conferida a uma empresa em que o Governo britânico se encontrava como principal accionista.[411] Os egípcios ressentiram-se com esta situação e fustigaram os britânicos com acções de guerrilha na zona do Canal. Além desta situação pontual, também pretendiam a incorporação do Sudão enquanto os britânicos continuavam a tentar encaminhá-lo para uma completa independência.[412] A violência recomeçou em Julho contra a governação do Rei Farouk deposto após golpe militar.[413] O General Neguib encabeçou a revolução mas foi o Coronel Gamal Abdel Nasser que assumiu o poder.

As correntes nacionalistas estavam-se espalhando a outras partes do mundo dito subdesenvolvido durante este ano de 1953. A revolução do Egipto pareceu ser o prelúdio de uma forma mais militante e revolucionária de nacionalismo que estava a varrer as nações árabes. Até em África, a Norte e a Sul do Sahara, os *leaders* nacionalistas foram emergindo determinados a estabelecer a independência política dos seus países e a terminar com os considerados privilégios das minorias europeias.[414]

As relações entre os Estados europeus e as novas nações asiáticas e africanas foram mais complexas devido aos poderes comunistas estarem interessados no aumento da sua influência política e num mais estreito contacto com esses novos Estados, atitude imediatamente alargada aos do Médio Oriente.

Porém, a reorientação ocorrida na política egípcia ofereceu nova alternativa aos britânicos de reabertura de relações com o Egipto, não sendo, contudo suficiente, posto que Gamal Abdel Nasser lhes solicitou a saída da Zona do Canal, apesar de lhes conceder o direito de regressar

---

[411] O Tratado anglo-egípcio de 1936, assinado em Londres em 26 de Agosto de 1936, outorgou ao Egipto um pouco mais de independência na esfera dos assuntos internos e de negócios estrangeiros. Por força do Tratado foram eliminadas as missões de conselheiros britânicos adidos ao Governo egípcio e garantido o apoio à entrada do Egipto na Liga das Nações. Também foi incluído o fim da ocupação do Egipto por tropas britânicas. Contudo, a Grã-Bretanha garantiu o direito de manter, em tempo de paz, uma força de cerca de 10.000 tropas na Zona do Canal do Suez, sob o pretexto que "na hipótese de guerra, ou ameaça imediata de Guerra, ou na emergência de uma situação internacional" o Egipto seria obrigado a franquear à Grã-Bretanha todos os portos, aeroportos e meios de comunicação. Este Tratado foi denunciado, em 15 de Outubro de 1951, pelo Parlamento egípcio. A Grã-Bretanha aceitou a sua abolição em 1954.

[412] Os Governos da Grã-Bretanha e do Egipto assinaram, em 1954, um Tratado de garantia da independência sudanesa. Em 1 de Janeiro de 1956, as suas bandeiras aceitaram a nova bandeira sudanesa.

[413] O Rei Farouk al-Awwal (1920-1965) foi o 10º Rei da Dinastia Mohamed Ali e penúltimo Rei do Egipto e do Sudão. Foi destronado em 1952 pela Revolução egípcia e forçado a abdicar a favor do seu filho Ahmed Fuad e a exilar-se em Itália onde veio a falecer..

[414] J. M. Roberts. *A Concise History of the World.* 1995. p. 535.

em caso de guerra. As relações amistosas duraram pouco tempo, mas os britânicos aceitaram evacuar a Zona, em 1954, após negociações.

Os soviéticos pretenderam flanquear o Pacto de Bagdad com a oferta de apoio económico e militar ao Egipto, aceite por Abdel Nasser em Setembro de 1955,[415] o que conduziu à interrupção das ofertas ocidentais de ajuda à construção da Barragem de Assuão com as quais Gamal Abdel Nasser esperava arrancar com a transformação económica do seu país.[416]

A resposta a esta pressão ocidental foi dramática: o Presidente Abdel Nasser anunciou a nacionalização do Canal do Suez, em 26 de Julho de 1956, com a promessa que os accionistas, principalmente o Governo britânico e os investidores privados franceses, seriam indemnizados. Os britânicos não aceitaram a situação e os franceses reagiram de maneira igualmente forte.[417] Passados pouco mais de três meses, as forças armadas israelitas lançaram um ataque de surpresa à Península de Sinai.[418] Após intensas discussões e negociações no seio da Organização das Nações Unidas, a Grã-Bretanha e a França apelaram a um cessar-fogo em 6 de Novembro. Foi então criada uma força de emergência da ONU para patrulha da fronteira israelo-egípcia e de reparação das danificações que o canal tinha sofrido durante a Guerra.

O envolvimento dos Estados Unidos no Próximo Oriente árabe só começou a manifestar-se após este período. Até essa data, muito embora se mantivesse o seu residual descontentamento em relação ao colonialismo britânico, tinham-se inclinado a ver a região sob responsabilidade britânica e aceite um papel subalterno nos vários esquemas de defesa regional delineados pelos britânicos. A região tinha sido considerada, em 1948, mais crítica do que de vital

---

[415] O Egipto contratualizou o primeiro empréstimo da União Soviética, em 1957, para assistência económica, seguido de um outro, em 1958, para apoio à construção da Barragem de Assuão. Iniciou, em 1957, o seu plano industrial quinquenal com especial ênfase em empresas estatais.
A Political Economy of the Middle East. Alan Richards e John Haterbury. 1998. p. 183.

[416] O Pacto de Bagdad entrou em vigor formalmente em 1955 e foi considerado um acordo exemplar de Guerra Fria ao reflectir a prioridade da Administração Eisenhower de contenção à União Soviética através de acordos de segurança colectiva. Foi assinado pela Turquia, Iraque, Irão, Paquistão e Grã-Bretanha e estabeleceu a sua Sede em Bagdad.
Os interesses dos agricultores americanos de algodão também foram afectados pela crise do Suez. Em 1956, ano de eleições presidenciais, tinham requerido ao Governo que suspendesse a ajuda que tinha prometido ao Egipto em 1955 destinada a melhorias a introduzir na Barragem de Assuão. Esta ajuda fazia parte do projecto hidroeléctrico que os Estados Unidos tinham assumido apoiar em conjunto com os britânicos e com o Banco Mundial. A grande capacidade da barragem também permitiria ao Egipto triplicar a sua produção de algodão e os agricultores americanos argumentaram que os contribuintes estariam a ser usados para financiar uma concorrência directa egípcia. Ken Smith. Op. cit. p. 397.

[417] O Primeiro-Ministro britânico, Anthony Eden, induziu os Governos franceses e israelitas a ocupar a Zona do Canal do Suez, em Outubro de 1956, após a declaração egípcia que essa via marítima crucial tinha sido nacionalizada. Kenneth O. Morgan (ed.). *The Oxford Illustrated History of Britain.* 1984. p. 574.

[418] Segunda Guerra Israelo-Árabe: 29 de Outubro a 5 de Novembro de 1956.

importância e, a apresentação da Declaração tripartida de Armamento e Fronteiras, em 1950, foi recebida sem entusiasmo ou qualquer outro sentimento de forte adesão.[419]

O Canal também se revestia da maior importância para os europeus, quer para o comércio que lhes garantia a subsistência quer para o transporte de cerca de setenta por cento do petróleo que adquiriam no Médio Oriente e duvidavam que as operações estivessem seguras nas voláteis mãos de Gamal Abdel Nasser. Neste ambiente de desconforto Israel não esperou muito para ultrapassar as fronteiras egípcias e a França e a Bretanha movimentaram-se imediatamente com forças armadas aéreas, marítimas e terrestres para se apoderar do Canal. Dado que os Estados Unidos da América estavam a condenar a União Soviética pela repressão da revolução húngara, esta situação não surgiu na melhor das alturas, tanto mais que se encontravam em campanha para eleição presidencial e a palavra de ordem do candidato Eisenhower era "paz e prosperidade".[420] Com o movimento anticolonial a ganhar força e sob a ameaça da intervenção soviética, os Estados Unidos em vez de apoiarem as acções dos seus tradicionais aliados tomaram a decisão de lhes exercer pressão no sentido do levantamento da atitude tomada.

Para além da perda do domínio do Canal, a humilhação da derrota sofrida teve o devastador efeito na vontade de britânicos e franceses virem a desempenhar um papel mais activo não só no Médio Oriente mas também noutras regiões do mundo em latente perturbação. A atitude dos Estados Unidos em vez de atrair a amizade de Gamal Abdel Nasser, só conseguiu ganhar o seu desrespeito e estimular a sua hostilidade a Israel, a outros Estados árabes e aos próprios Estados Unidos. O Presidente Eisenhower haveria que confessar mais tarde que quando os Estados Unidos restringiram o seu apoio à Bretanha, a França e a Israel, quando estes estavam a tentar proteger os seus interesses no Suez, cometeram um lamentável erro.

A descoberta de novos campos petrolíferos conseguida em finais desta década de 1950 fizeram parecer que a continuidade do abastecimento de petróleo ao mercado voltava a estar segura.[421] Assim, a oferta tornou-se tão intensa que a Exxon, em 1960, reduziu os seus preços

---

[419] A Declaração Tripartida de 1950, também conhecida como Acordo tripartido de 1950, foi uma declaração emitida conjuntamente pelos Governos dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e da França, em 25 de Maio de 1950, onde ficou celebrada a garantia do *status quo* territorial determinado pelo acordo de armistício árabe-israelita. Pretendeu garantir as fronteiras entre os estados do Médio Oriente. *Jewish Virtual Library*. "Tripartite Declaration (May 25, 1950)".

[420] Dwight David Eisenhower (1890-1969) foi o 34º Presidente dos Estados Unidos da América de 1953 até 1961.

[421] As principais e mais importantes descobertas de novos campos petrolíferos realizadas durante este período foram as seguintes:

em 14 cêntimos por barril. O valor poderia parecer diminuto mas estava-se a negociar na ordem de muitos milhões de barris diariamente. Do outro lado, os países produtores estavam desesperados. Muitos deles tinham-se mostrado pouco interessados na OPEP, mas nesta altura foi aí que se acolheram para tentar inverter a situação. A organização, que tinha desempenhado um papel relativamente insignificante nos seus primeiros anos de vida, decidiu-se por um papel mais interventivo e, no decurso da Guerra dos Seis Dias, [422] os seus Estados-membros declararam o seu primeiro embargo contra o Ocidente.[423] Esta decisão não teve o esperado sucesso porque os produtores não-árabes liderados pelo Irão e pela Venezuela abasteceram suficientemente o mercado, o que levou os que tentaram o embargo a aceitar que a sua decisão tinha provocado mais danos a eles próprios do que aos visados.

No entanto, as alterações iam ocorrendo e o equilíbrio iria ser alterado mais cedo do que seria de esperar.[424]

A produção combinada do Irão, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita excedeu, em 1967. a dos Estados Unidos da América pela primeira vez. A produção americana atingiu o seu pico em 1970, a chegar aos 11,3 milhões de barris diários, para imediatamente começar a reduzir-se de

---

Arábia Saudita: Campo de Ghawar; descoberto em 1948; reservas comprovadas: 75-83 biliões de barris
Arábia Saudita: Campo de Safaniya-Khafji; descoberto em 1951; reservas comprovadas: 30 biliões de barris
Iraque: Campo de Rumalia; descoberto em 1953; reservas comprovadas: 17 biliões de barris
Irão: Campo de Ahwaz; descoberto em 1958; reservas comprovadas: 10 biliões de barris
A publicação das reservas comprovadas tem vindo a ser sistematicamente actualizada pelos concessionários das explorações.

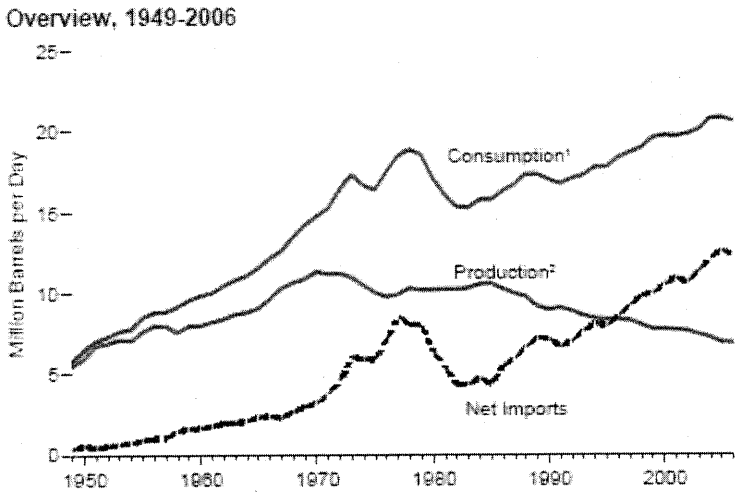
[422] Terceira Guerra Israelo-Árabe: Guerra dos Seis Dias. 5 a 10 de Junho de 1967.
Por tensões causadas pela disputa da água e por incidentes na fronteira que conduziram a numerosos conflitos militares, os governantes israelitas decidiram um ataque "pré-avançado" contra o Egipto, Síria e Iraque. As forças jordanas envolveram-se no conflito, com o bombardeamento da parte de Jerusalém controlada pelos israelitas. J. Caleia Rodrigues. *A Geopolítica do Petróleo.* 2000. p. 224.

[423] No encontro convocado de emergência para Baghdad, pelos países árabes exportadores de petróleo bruto, decidiram cortar o fornecimento de petróleo bruto aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à então República Federal da Alemanha, excluindo desse embargo a França que, entretanto, tinha condenado a acção israelita na Guerra dos Seis Dias. Op. cit. p. 225.

[424] Foi durante este período que Ian Smith declarou unilateralmente a independência da Rodésia do Reino Unido, formalmente em 11 de Novembro de 1965. Em retaliação o Governo britânico declarou um embargo petrolífero contra a Rodésia em 17 de Dezembro seguinte. O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas acordou, em 10 e Abril de 1966, que o Reino Unido poderia utilizar a força na prevenção de que petróleo pudesse chegar à Rodésia, via Beira, Moçambique. Nesta oportunidade, o Governo português afirmou continuar a observar estrita neutralidade no conflito que opôs Londres a Salisbúria. Logo, não permitir interferência ao livre trânsito dentro dos limites da soberania portuguesa. Portanto, quaisquer mercadorias que chegassem aos portos de Moçambique com destino à Rodésia, incluindo o petróleo, seria disponibilizado serviço e transporte, tanto para importação como para exportação de mercadorias rodesianas. Jorge Jardim. *Sanctions Double-cross. Oil to Rhodesia.* 1979. p. 30 e 32.

forma continuada até chegar à preocupante situação de apenas suprir um terço das suas necessidades internas a meio da década de 2000. [425]

Gráfico 15: Petróleo bruto convencional
Estados Unidos da América
Produção, consumo e importação (anos 1949 a 2006)



Fonte: EIA, *Energy Information Administration*

Ao mesmo tempo que a Europa ocidental e o Japão aumentavam rapidamente as suas importações de petróleo, os Estados Unidos aumentavam o consumo. O mercado da oferta passou-se para mercado da procura e os vendedores adquiriram mais perícia a aplicar aos seus negócios.

Estavam a começar a ser criadas as condições necessárias e suficientes para que os Estados-membros da OPEP tomassem o domínio do mercado como teremos oportunidade de analisar em próximo capítulo.

[425] Ver Gráfico 15.

II.4 – O poder assumido pelo cartel dominador do mercado petrolífero

As exigências técnicas e financeiras dos sectores da indústria petrolífera desencorajaram a iniciativa de indivíduos isolados ou até mesmo de empresas de média dimensão durante os primórdios da industrialização do petróleo. Estas empresas poderiam encontrar espaço de actuação nas extremidades da fileira, quer na prospecção quer nalgumas possibilidades de produção. Se bem que recorressem a intermediários, seria na distribuição que encontrariam maiores dificuldades. Porém, entre os dois extremos, a produção, a refinação, o grande comércio e o transporte dos hidrocarbonetos exigiam dispor de recursos financeiros não só importantes mas sobremaneira pacientes e corajosos, logo, apoiados em organizações complexas. Parecia ser muito difícil encontrar lugar no sector petrolífero se não se dispusesse de uma potência financeira excepcional ou, pelo menos, que se pudesse acolher à sombra de alguma encontrada disponível para lhes apoiar o projecto. Assim sendo, não seria de admirar que a indústria petrolífera fosse encaminhada, mais que qualquer outra, para a formação de *trust companies* que, não tendo nenhuma relação, nem directa nem indirecta, com o petróleo, entrariam em força no sector pela via financeira e ficariam aptas à tomada do controle do sector, então organizadas em cartel, como, aliás, viria a acontecer mais tarde.

II.4.1 – As trust companies *criam condições para monopolização do mercado*

A ideia de uma potência que ultrapasse organismos correntemente considerados importantes conduz imediatamente à noção de Estado: se os Estados não pertencem, por definição, ao domínio da economia, pelo menos não lhe são alheios. Um Estado, por mais pequeno que seja, comporta facilidades tão particulares que lhe permitem o desempenho de *trust*, visto que o poder político de que dispõe sobre a população e sobre os seus próprios recursos pode compensar a deficiência de meios financeiros, comerciais ou industriais. Logo, os Estados podem ser tentados a usar o seu poder para se tornar *trusts* quando se apercebam que o poder dos *trusts* o aproxima singularmente dos Estados.[426]

O receio de atitudes que envolvam ameaças à independência nacional é susceptível de os conduzir a enfrentar os *trusts* no seu próprio terreno ou, pelo menos, a confrontá-los em pé de igualdade.

Mesmo que os Estados não intentem constituir *trusts* não lhes será possível desinteressar-se da questão do petróleo pelo que, ser-lhes-á indispensável dispor, pelo menos, de uma política do petróleo. Desde logo, porque o petróleo é considerado um produto preciso não somente às necessidades privadas gerais do país, mas também aos serviços públicos. Tem como limite a sua expressão mais imperativa como seja a defesa nacional. Mas, sobretudo, porque o mercado de uma matéria tão indispensável se encontra controlada por poderosos organismos com os quais poderá ter de tratar para o abastecimento do país. Deste modo, um Estado será obrigado a tomar, em relação ao petróleo, uma atitude que certamente não adoptará em relação a qualquer outra matéria tão indispensável como esta, quando o abastecimento poderá ser assegurado por múltiplas origens privadas, dispersas entre inúmeros países.

Se estas considerações podem ser válidas para países dependentes de origens externas de petróleo, também poderão ser igualmente válidas para países exportadores e abastecedores do mercado mundial. Estes não sofrerão da inquietação radicada em eventuais faltas de abastecimento mas serão obrigados a ter em conta a entrada de poderosos *trusts* estrangeiros que pretenderão instalar-se no seu território e dominar as origens da produção.

Poderemos encontrar outras interferências entre estas potências de direito público, que são os Estados, e estas potências privadas, os *trusts*, posto que seria difícil a um organismo tão

[426] Ver subcapítulo "I.3.2. – Oligopólio, cartel e domínio".

desenvolvido como um *trust*, mesmo que formado por interesses privados, de se acantonar numa actividade puramente comercial. Será naturalmente solicitado a ultrapassar o seu desempenho e a imiscuir-se em questões políticas quanto mais não seja para se assegurar que a regulamentação emanada das autoridades públicas possa continuar a proteger as suas actividades. Poderíamos concluir que se o Estado deve ter uma política do petróleo, os comandantes do petróleo deverão ter uma política dentro do próprio Estado.

Pelo contrário, os agregados privados, como serão os *trusts*, não podem repousar unicamente na capacidade de uma única ou mesmo de algumas personalidades, tendo em atenção que existirão inúmeras participações, algumas modestíssimas, que se infiltrarão no seu âmago. Contudo, estas personalidades físicas ou morais que participam nos *trusts* na qualidade de accionistas têm nacionalidade, são oriundos de um determinado país e, como tal, têm aspirações políticas, estão submetidos a influências de toda a ordem inclusivamente do seu próprio país e podem ser tentadas a fazer prevalecer, graças à sua presença no interior do *trust*, as preocupações orientadas por um interesse nacional.[427] Mas também poderiam actuar na sua qualidade de oriundos de um determinado país para conseguir autorizações dessa nação sua protectora, de medidas ou de intervenções conducentes à favorização dos interesses do *trust*. Logo, do interior do *trust* poderão apelar ao Estado e do interior do Estado poderão apelar ao *trust*.

Devemos ressalvar que não existirá apenas um Estado, um único *trust* ou apenas um só *trust* estatal, mas diversos exemplares de cada espécie com interesses alternativamente solidários e hostis, umas vezes solidários acerca de um ponto e hostis acerca de outros. Os accionistas de um *trust* não pertencem todos a uma mesma nação e os nacionais de uma nação poderão ter interesses em vários *trusts*. Estes poderão ser compenetrados pelo poder político e o poder político poderá ser, igualmente, compenetrado pelas empresas. Daqui poderemos inferir que não existe nenhuma estanquicidade entre o que é público e o que é privado, o que é comercial e o que é político. De um domínio a outro poderão desenvolver-se várias acções, reacções e interferências, cuja intervenção resistirá à análise e cujos resultados serão, muitas vezes, imprevisíveis.

Estes fenómenos não serão estritamente referentes ao petróleo. Contudo, nenhum outro grande mercado ou indústria-chave apresenta ao estudo uma rede tão especialmente

[427] Constata-se, pela leitura dos Relatórios anuais das empresas que, quer o capital da *Royal Dutch* quer o da *Standard Oil*, se encontravam dispersos pelos quatro cantos do mundo. Quarenta por cento do capital da *Royal Dutch* seriam franceses.

desenhada. A singularidade da questão do petróleo é real, devida não apenas à importância da matéria-prima na sua qualidade de cumpridora das necessidades, mas às suas intrínsecas condições históricas e técnicas, que não encontram par em qualquer outra.

No que respeita à matéria em estudo deveremos assinalar a existência dos mais antigos *trusts* que dominaram o mercado petrolífero durante largas dezenas de anos e que a dada altura se juntaram a outros para se constituíram em cartel: a *Standard Oil*, a *Royal Dutch-Shell* e a *Anglo-Iranian*. Se bem que nem sempre seja fácil determinar, com suficiente certeza, os laços existentes entre as várias empresas petrolíferas e de classificar as filiais de cada grupo, devemos ressaltar que o termo *trust* também servirá para designar numerosos e diferentes negócios, como sejam as suas filiais ou mesmo concorrentes de menor importância.

Começaremos por analisar, de seguida, a menor das três citadas, a *Anglo-Iranian*, para depois chegar à mais poderosa, a *Standard Oil*, passando pela *Royal Dutch-Shell* que veio a desempenhar uma missão de equilíbrio no cartel que se tornou conhecido por "*seven sisters*".[428]

[428] As oito maiores petrolíferas mundiais - as chamadas *seven sisters* mais a estatal francesa *Compagnie Française de Pétrol,* (CFP) - controlaram, até 1953, cerca de 95 por cento das reservas não-Estados Unidos da América e não-comunistas, 90 por cento da produção,75 por cento da capacidade de refinação e 74 por cento das vendas do produto. Alan Richards e John Haterbury. Op. cit. p. 57.

II.4.2 – Do desenvolvimento das trust companies *até à formação do cartel*

Como na maioria dos grandes *trusts,* encontramos na origem da confortável situação em que se encontrou a petrolífera *Royal Dutch* um empreendedor providencial: Sir Henry Deterding. Parece que a história do sector petrolífero justifica a teoria em que se afirma que os grandes feitos assentam em grandes homens.[429]

A primeira formação da holandesa *Royal Dutch* foi a *Societé Royale Néerlandaise* criada para a exploração de recursos petrolíferos localizados nas Índias Holandesas.[430] O início da laboração da empresa não foi considerado brilhante até que um novo aumento de capital lhe permitiu explorar muito vantajosamente as concessões que lhe tinham sido adjudicadas, localizadas nas *Sunda Islands*, e iniciar a actividade refinadora.[431] Com a consolidação financeira desenvolveu a rede de estações de armazenamento e adquiriu os seus próprios navios-cisternas.[432]

Nesta fase de grande desenvolvimento e expansão da *Royal Dutch* registou-se grande preocupação na *Standard Oil* que, ao ver goradas as suas acções clássicas de controlo da sua concorrente através da compra de acções que lhe garantissem o domínio, enveredou pelo simples processo de guerra de preços e entrou a fornecer o mercado em baixa. Perante esta situação, a *Royal Dutch* tomou a decisão de se associar à britânica *Shell Transport and Trading*, esta por sua vez, proprietária de jazidas petrolíferas no Bornéu e de uma considerável frota de navios-cisterna.[433] A aliança, primeiramente realizada sob a forma de um simples *working agreement* deu nascimento, em Junho de 1903, à *Asiatic Petroleum* em que a *Royal Dutch* detinha 60 por cento e a *Shell* 40 por cento. Pouco mais tarde foram associadas mais duas empresas: uma holandesa, a *Bataasfche Petroleum Maatschappij* para desenvolver a produção e outra, a britânica *Anglo Saxon Petroleum* para o transporte. Após esta reestruturação, operada com o objectivo de concorrer globalmente contra a *Standard Oil*,

---

[429] Thomas Carlyle. *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History.* 1840.

[430] Fundada em 16 de Junho de 1890, por Jean Baptiste August Kessler, com o capital de 1.300.000 florins com o banco *Nederlandsche Handel Maatschapij* de Amesterdão, onde à data Deterding trabalhava como simples empregado.

[431] O fundador Kessler contratou Deterding, em 1896. Este, após a morte de Kessler, assumiu a direcção da Royal Dutch em Março de 1900.

[432] A rede contou com estações de armazenamento em Shangai, Hong-Kong, Calcutá, Madras, Bombaim e Banguecoque.

[433] A *Royal Dutch Company* uniu-se à *British* e à *Shell Transport and Trading Company,* em 1907, para os trabalhos a realizar nos poços petrolíferos das Índias Holandesas. Cada uma delas já eram empresas internacionais *holding*, nomeadamente a primeira que controlava centenas de subsidiárias em todas as partes do mundo. Também estabeleceram relações de amizade com pequenos rivais que estavam a operar na Pérsia e em Burma. Herbert Heaton. Op. cit. p. 619.

o Grupo *Royal Dutch* passou a apresentar uma enorme capacidade operacional, quer na prospecção quer na produção, e foi capaz de aumentar, de forma muito significativa, as suas actividades no estrangeiro, inclusivamente nos Estados Unidos da América, sob estreita vigilância da sua concorrente *Standard Oil*, à qual acabava de encetar luta sobre domínio do mercado chinês,[434] até à Rússia onde, em 1914, já controlava as cinco mais importantes petrolíferas da bacia de Grosny, representando 50 por cento da produção total das jazidas.

As empresas americanas foram, durante a Primeira Grande Guerra Mundial, os principais fornecedores do mercado francês, da ordem dos 85 por cento para a *Standard Oil* e dos restantes 15 por cento para a *Royal Dutch*. Após o fim das hostilidades o Governo francês decidiu implementar uma profunda alteração e as aquisições, a cargo do Governo, inverteram completamente a direcção anterior: *Royal Dutch* com 85 por cento e *Standard Oil* com os restantes 15 por cento. A explicação clássica e oficial desta alteração de atitude residiu no facto da *Standard Oil*, a partir do fim das hostilidades, ter estimado que seria tempo de passar de um conceito sentimental para um conceito mais comercial dos interesses em jogo e teria cortado, bruscamente, os créditos ao Governo francês numa época que estava a exigir grande esforço de reconstrução nacional.[435]

Se bem que se pudesse encontrar, num primeiro momento, um vasto lote de empresas petrolíferas independentes[436] e semi-independentes[437], seria a *Anglo-Iranian*, oficialmente enfeudada ao Governo britânico, constituindo uma forma intermediária entre um *trust* privado e um organismo do Estado, que se iria impor como o terceiro grande *trust* de maior concorrência às duas *supermajors*: *Standard Oil* e *Royal Dutch*.

A *Anglo-Iranian* teve como empresa ancestral a *First Exploitation*, fundada pelo explorador de jazidas petrolíferas William Knox d'Arcy. Constituída em 1903 com o apoio de capitais britânicos, consegue a primeira furação de sucesso em 1909, [438] obtém uma concessão do Governo persa para 60 anos sobre um território de 500.000 milhas^2 e passa para o controlo da

---

[434] O mercado chinês, apesar do magro desenvolvimento, apresentava-se importante devido à sua elevada dimensão territorial e populacional. Foi muito comentado a oferta gratuita de 500.000 candeeiros aos chineses pela *Standard Oil* com o objectivo declarado do aumento de consumo de querosene.

[435] Edgar-Faure. Op. cit. p. 78.

[436] O grupo das petrolíferas independentes, formado maioritariamente por petrolíferas dos Estados Unidos da América, compreendia empresas tão importantes como a *Gulf Oil Corporation*, a *Texas Corporation,* a *CitiesServices*, a *Continental Oil*, a *Philips Petroleum*, a *Pure Oil*, a *Union Oil*, a *Barnsdall*, a *Richfield,* a *Skelly Oil*, a *Amérade*, a *Mid Continerntal* ou a *Simms.*

[437] Neste grupo de petrolíferas semi-independentes poderiam ser encontradas a *Sinclair Consolidated* e a *Tidewater Association*, menos colossais que a Standard Oil ou a Royal Dutch, mas nem por isso de merecer interesse no mercado.

[438] Na jazida Maidan I Naphtum.

Anglo-Persian Oil, cujo capital se encontrava em mãos de Lord Strathcona,[439] Alto-comissário britânico no Canadá, e a *Burmah Oil* de exploração em Burma.[440] No seu discurso de inauguração terá posto em evidência o carácter nacional que pretendia imprimir à empresa quando teria afirmado que "*A Anglo-Persian deve servir a Grã-Bretanha como a Standard Oil serve os Estados Unidos*".

Mais tarde, já em 1914, e graças a Lord Fisher[441] e a Lord Churchill,[442] concluiu-se um Acordo com o Governo britânico com o propósito de aumentar o capital necessário para a ampliação da exploração e de entregar uma parte do controle ao estado acionista. Baseada neste Acordo a Grã-Bretanha iria receber, imediatamente, o benefício desta conseguida iniciativa e dispor dos desejados recursos petrolíferos indispensáveis para a sua acção na decorrente guerra europeia.

A *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC)[443] passou a dispor de enormes reservas petrolíferas na Pérsia, sobre um território de 1.295.000 km², no Iraque, na Argentina, entre outras de menor monta, um pouco por todo o mundo. Contava também com uma razoável capacidade de refinação e de uma considerável frota de navios tanqueiros.

Porém, o mais importante *trust* à escala mundial revelou-se ser incontestavelmente a *Standard Oil Cy of New Jersey*, fundada em 1867 por John Davidson Rockefeller, apenas oito anos após a abertura do primeiro poço realizada por Drake que teve o privilégio de marcar o início da era industrial do petróleo nos Estados Unidos da América.[444]

Começou por ser um cartel de pequenos refinadores que pretendiam limitar os efeitos da concorrência que forçava a baixar os preços. O seu fundador percebeu, desde o princípio, que era na questão do transporte que se encontrava o ponto sensível desta nova indústria. Então, por intermédio de uma filial, a *South Improvement*, arranjou forma de negociar tarifas preferenciais, proibitivas de toda e qualquer concorrência, com a companhia dos caminhos-de-ferro, com o intuito de reduzir os produtores à sua expressão mais simples. Estes

---

[439] Donald Alexander Smith, Primeiro Barão de Strathcona e Mount Royal (1820-1914)
[440] Burma tornou-se independente, em 4 de Janeiro de 1948, do Império britânico. Um golpe militar tomou o controle do Governo burmanês, em 1989, e mudou, oficialmente, o nome do país de República Socialista da União de Burma para União de Mianmar. O país foi admitido na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) em 23 de Junho de 1997.
[441] John Arbuthnot Fisher, Primeiro Barão Fisher de Kilverstone. Almirante da Armada britânica, (1841-1920).
[442] Winston Leonard Spencer Churchill. Primeiro Lorde do Almirantado britânico durante a Primeira Grande Guerra Mundial. (1874-1965).
[443] Actualmente BP.
[444] Edwin Laurentine Drake, também conhecido por Coronel Drake. (1819-1880).

defenderam-se como puderam e conseguiram, em 1872, a ordenação judicial da dissolução da *South Improvement.* Esta acção constituiu, apenas, o início das lutas épicas que a *Standard* teve que suportar, nomeadamente no campo judicial, durante todo o percurso do seu prodigioso desenvolvimento.

A dissolução da sua transportadora não a desencorajou e logo decidiu a construção de novas fábricas, aumentou novamente o capital social e criou uma nova filial para os transportes, a *National Transit,* que arrancou com o projecto de construção de um oleoduto. Conseguiria, desta forma, assegurar o controlo do mercado ao privar de meios de transporte aos produtores que se passaram a contentar em vender-lhe as suas produções. O oleoduto, que permitia transportes até às margens do Atlântico, entrou em serviço em 1881 e passou a controlar uma concorrência de 95 por cento do transporte e da distribuição do petróleo dos Estados Unidos da América. Em 2 de Janeiro de 1882, as trinta e nove empresas participantes da *Standard* transformaram o seu cartel num *trust* propriamente dito, depositário da maioria das acções de todas as empresas e gerido por um comité de nove elementos.[445]

Regista-se a continuação de ofensivas dirigidas contra o *trust* por concorrentes que se esforçavam por reduzir a sua absorção ou desaparecimento e que se lamentavam, eventualmente com alguma razão, dos abusos cometidos pela *Standard.* Conseguiram uma nova decisão judicial, emitida em 1892 pela Corte Suprema de Ohio, que pronunciou, desta vez de forma radical, a própria dissolução do *trust*, argumentando que a sua organização era contrária "*à lei, ao princípio da concorrência e do comércio livre e à própria essência de uma sociedade limitada*".[446]

Neste entretanto, vinte e oito Estados tinham promulgado diversas legislações gerais contra os *trusts* e o Congresso Federal tinha proclamado a nulidade de tais empresas. Contudo, a *Standard Oil* contornou facilmente estas sentenças que, aliás, tinha parecido aceitar de bom grado, com a substituição do antigo sistema do *trust* que agrupava as suas trinta e nove empresas por um outro que consistiu na criação de vinte empresas distintas e autónomas em que nenhum acordo especial as ligava entre si, mas das quais uma, a *Standard Oil Cy of New*

[445] Nomes bem conhecidos da história do petróleo como os de J. e N. Rockefeller, O. H. Payne, J. A. Rostwick, H. M. Hager, W. S. Warden, Chas. Pratt, B. Bruyster e J. Archbold.

[446] A evolução do sector poderá permitir-nos tirar uma sugestiva lição da história da *Standard*, dado que todas as medidas de ordem legal e jurídica tomadas com o objectivo de abater os *trusts* revelaram-se inteiramente ineficazes. A sua desagregação só parece possível devida a causas internas e não a pressões externas.

Jersey[447], detinha o controlo sobre todas as outras, como simples proprietária de acções. O seu capital social fixado em 100 milhões de dólares compreendia 90 milhões de acções ordinárias sem direito a voto e 10 milhões de acções preferenciais, com as quais os portadores asseguravam a direcção dos negócios, inclusivamente através de sucessivos aumentos de capital.

O poder da *Standard* não cessava de aumentar com esta nova metamorfose, não tanto em relação ao próprio mercado do petróleo de que já detinha o comando, mas em consequência da importância constantemente aumentada desse mesmo mercado, já que o petróleo, aquando da fundação do primeiro cartel, só era utilizado para iluminação e agora encontrava-se em urgente adaptação às novas e mais exigentes necessidades.

Como seria de esperar, a cólera dos seus inimigos não diminuía. Encontraram a entidade ideal para a defesa dos seus interesses na pessoa do Presidente democrata Théodore Roosevelt.[448] Foi introduzido outro processo judiciário contra a *Standard* acusada da violação do decreto *Sherman* contra os *trusts* ocorrido durante um julgamento de dissolução do Tribunal de *Saint-Louis* em 1909. Quando o Presidente Roosevelt foi substituído pelo republicano da facção reformadora William H. Taft,[449] a luta contra a *Standard* apresentava-se como um episódio de uma reacção geral contra a audácia de certos *trusts* e de uma política de saneamento nacional. Então, em 1911, a dissolução foi confirmada pela Corte Suprema dos Estados Unidos da América, pouco antes da eleição presidencial do democrata Wilson.[450]

Após esta última tentativa de destruição a *Standard* parece que renasceu das próprias cinzas. Desta vez com o estabelecimento de trinta e quatro novas empresas que substituíram as anteriores vinte. As novas foram instaladas em diferentes Estados sob o nome de *Standard Oil Cy* seguido da indicação do Estado em que estavam registadas e sob modelos idênticos, mesmo que com personalidades jurídicas distintas. A proeminência continuou nas mãos da *Standard Oil Cy of New Jersey* e as acções correntes asseguradas por um *Board of Directors.*

---

[447] Assim denominada pelo nome do Estado em que estava instalada e onde não existia nenhuma legislação anti-*trust.*

[448] Theodore Roosevelt, Jr. (1858-1919) foi o 26º Presidente dos Estados Unidos da América durante o mandato 1901 a 1909.

[449] William Howard Taft (1857-1930) foi o 27º Presidente dos Estados Unidos da América durante o mandato 1909 a 1913.

[450] Thomas Woodrow Wilson (1856-1924) foi o 28º Presidente dos Estados Unidos da América durante o mandato 1913 a 1921.

A situação mudou radicalmente quando o Presidente Wilson necessitou do concurso da *Standard* para o abastecimento dos Aliados durante a Guerra na Europa, o que lhe granjeou inusitado prestígio e permitiu a consolidação do *trust* no mercado nacional e internacional, encorajado com a esperada chegada de novo Presidente, desta feita do Partido Republicano, que sempre lhe tinha sido favorável.[451]

Recorde-se a este propósito que o *Cartel des Dix* francês[452] contentava-se, à data do período pré-Primeira Grande Guerra Mundial, em importar produtos realmente refinados e revendê-los, contando, para tanto, com um único fornecedor: a *Standard Oil*. Tinha sido firmado um acordo entre os importadores organizados em cartel e a *Standard Oil*, segundo o qual, pela garantia de exclusividade dos fornecimentos, a *Standard Oil* comprometia-se não só a não suscitar concorrência mas, igualmente, a afastar os eventuais concorrentes.[453]

Após a reorganização do Grupo *Standard* apresentou-se difícil descriminar com um mínimo de certeza a natureza exacta e o grau de solidariedade que passou a existir entre as várias empresas do Grupo. Seria por esta razão que, mais tarde, surgiu mais de uma empresa no cartel dominador do sector petrolífero. Continuaram associadas, sob a liderança *Standard Oil Cy of New Jersey*, mas com laços que pareciam fragilizados em certas matérias e, pelo menos em assuntos correntes ou até em conflitos gerais, o espírito de concorrência dividia-as e opunha-as não raramente. A articulação da estrutura nunca mais foi a que tinha sido inspirada por Rockefeller que, a dada altura foi substituído por Walter Teagle[454] à frente do *Board of Directors* e, não raras vezes, a poderosa *Standard Cy of New York* encontrou-se em conflito aberto com a *Standard Oil Cy of New Jersey*.

Devemos salientar que, enquanto será difícil definir em traços gerais o Grupo *Standard Oil* em relação à sua eterna rival *Royal Dutch*, poder-se-á pelo menos garantir que o seu sistema estava radicado na preponderância da questão dos transportes. Se o departamento de produção era considerado importante,[455] os de refinação[456] e de transporte ultrapassavam-no em

---

[451] William Gamaliel Harding (1865-1923) foi o 29º Presidente dos Estados Unidos da América durante o mandato 1921 a 1923.

[452] O Cartel francês era constituído por dez empresas francesas, que estabeleciam semanalmente os preços, eram as seguintes: *Fenaille et Despaux, Desmarais Frères*, os filhos de *A. Deutsch*, a *Compagnie Industrielle des Pétroles*, a *Raffinerie du Midi*, a *Société Lille-Bonnières-Colombes*, a *G. Lesieur et Fils*, a *Compagnie Générale des Pétroles* e a *Raffinerie de Pétrole du Nord*. Op. cit. Edgar-Faure. p. 62.

[453] Ibidem.. p. 64.

[454] Walter Clark Teagle (1878-1962) era neto de Maurice B. Clark, antigo *partner* de John D. Rockefeller na *Standard Oil*. Desempenhou as funções de Presidente da empresa de 1917 a 1937 e como *chairman* de 1937 a 1942. A *Standard Oil* adquiriu a refinaria da família Teagle em 1901 e confiou a direcção a Walter Clark Teagle.

[455] Cerca de um terço da produção total do total dos Estados Unidos da América.

desenvolvimento. A empresa controlava mais de metade da refinação elaborada nos Estados Unidos da América e dispunha de uma frota de mais de 2 milhões de toneladas de frete em bruto.

[456] A produção de refinados atingia apenas 40 por cento da capacidade de refinação instalada.

II.4.3 - O cartel "seven sisters" toma o domínio do sector petrolífero

O sistema internacional do petróleo foi controlado por um cartel durante a maior parte do séc. XX, justamente até à grande viragem ocorrida com o primeiro choque petrolífero de 1973. O cartel foi constituído, até esta data, por um grupo empresas petrolíferas internacionais, conhecida por "seven sisters": cinco dos Estados Unidos da América, três das quais do *trust Standard Oil* [457], uma britânica, a *Anglo-Iranian Oil Company* [458] e uma anglo-holandesa, a *Royal Dutch-Shell*[459] que tivemos oportunidade de recordar, em anterior subcapítulo, os termos da sua formação até que atingiram tal posição de domínio do mercado que lhes permitiu a formação do cartel.

Estas sete empresas, além de terem assumido o controlo das estruturas internas por via da integração vertical, ou seja, pelo controlo total dos fornecimentos, transporte, refinação e operações de promoção e comercialização, também dominavam a tecnologia da exploração e refinação.

Parece importante recordar como foi possível o aparecimento e a manutenção de tal cartel. Para tanto, devemos recuar até ao fim do séc. XIX, altura em que as petrolíferas que então existiam, começaram a deslocar-se para fora das suas próprias fronteiras, conseguindo obter idêntico controlo sobre os fornecimentos estrangeiros, em termos extremamente favoráveis. Após a Primeira Grande Guerra Mundial, as sete formaram *joint ventures* para a exploração de campos petrolíferos localizados no estrangeiro, até que, ao atingir a década de 20, concordaram em dividir fontes de abastecimento através de acordos explícitos, o que lhes permitiu repartir mercados, fixar os preços internacionais e discriminar operadores externos ao cartel.

O domínio político do Norte sobre as regiões produtoras de petróleo, como sejam o Médio Oriente, a Indonésia ou a América Latina, facilitou as actividades das petrolíferas. Os diferentes governos proporcionavam favorável ambiente político e militar e suportavam activamente as empresas petrolíferas detidas pelos naturais dos seus respectivos países.

---

[457] *Standard Oil of New Jersey* (agora parte da ExxonMobil); *Standard Oil of California* (agora parte da ChevronTexaco); Gulf (agora parte da ChevronTexaco); Mobil (agora ExxonMobil); Texaco (agora ChevronTexaco).

[458] Mais tarde British Petroleum e por último BP.

[459] Como tivemos oportunidade de analisar em anterior subcapítulo, o percurso e o desenvolvimento conseguido por estas empresas petrolíferas permitiram-lhes atingir uma dimensão tal que lhes asseguraram o domínio do sector.

Negociando com as petrolíferas, os países menos desenvolvidos encontravam-se irremediavelmente confrontados com o cartel petroleiro suportado por poderosos governos setentrionais, bem como com a incerteza do eventual sucesso da exploração e do aparecimento de fontes de fornecimento alternativas, entretanto disponíveis. Não surpreende que as "*seven sisters*" tenham conseguido acordos que lhes permitiram o controlo sobre a produção e comercialização de grande parte do petróleo mundial em troca do pagamento de pequenas *royalties* aos governos dos países de acolhimento.

Em finais dos anos 20 e seguindo pelos anos da grande depressão da década de 30, os preços desorganizaram-se apesar dos esforços das "*seven sisters*" em tentar estabilizar os mercados. Por esse tempo, os Estados Unidos da América eram o maior produtor mundial e exportavam uma boa parte da produção, inclusivamente para a Europa. Os esforços a nível governamental (incluindo não só o Governo Federal dos Estados Unidos, mas também e mais significativamente, o Estado do Texas, na sua qualidade de maior produtor) sucederam onde as "*seven sisters*" não tinham conseguido regularizar a produção de modo a criar um preço base estável. Como resultado, a *Texas Railroad Commission* emergiu, nessa altura, como a única força política importante na indústria petroleira internacional.

As alterações a introduzir no ao sistema começaram a surgir na década seguinte à Segunda Grande Guerra Mundial. Nos anos 50, as relativamente baratas importações de petróleo tornaram-no na principal fonte de energia das economias desenvolvidas. A Europa Ocidental e o Japão tornaram-se significativos importadores, dada a escassez de petróleo nos seus respectivos territórios.

Ao entrar na década de 60 o consumo de petróleo nos Estados Unidos já ultrapassava a produção própria e, desde logo, também se tornaram importadores líquidos.[460]

Nos países de acolhimento das petrolíferas, o ímpeto do nacionalismo, associado com o notório sucesso das explorações petrolíferas, levaram-nos à insatisfação com os termos dos acordos de concessão e, ainda mais, com as políticas agressivas entretanto manifestamente exibidas.

Durante esse período, os governos de acolhimento saíram-se relativamente bem da exigência da revisão dos acordos de concessão que tinham sido negociados antes da Guerra.

[460] Ver Gráfico 15.

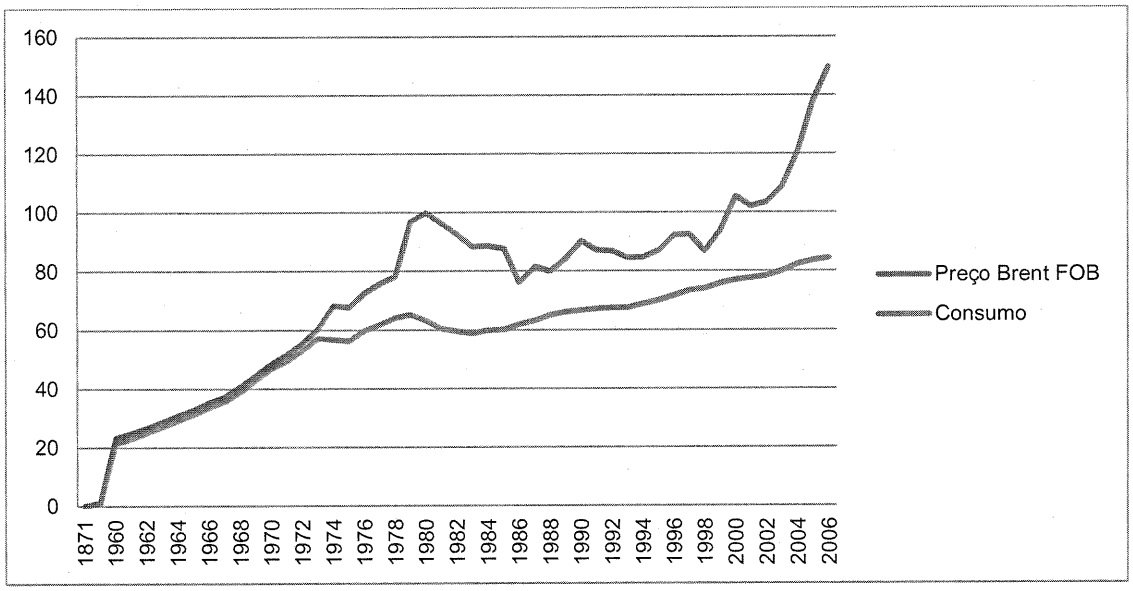
Conseguiram redefinir a base negocial do pagamento das *royalties* e criaram um imposto sobre o rendimento das operações nos seus países, estabelecendo, igualmente, o que, ao tempo, foi considerado um princípio revolucionário: as novas *royalties* e impostos associados poderiam admitir uma divisão dos rendimentos a cinquenta-cinquenta, entre as empresas exploradoras e os respectivos Governos dos países de acolhimento. Em consequência, as receitas alcançadas por estes, aumentaram de tal modo que, só para ilustrar, de passagem, a dimensão da diferença conseguida, resultante desse aumento, basta recordar que o pagamento, por barril, à Arábia Saudita, aumentou dos 0,17 dólares praticados em 1946, para 0,80 dólares em 1956. Este extraordinário aumento de receitas, de quase 500 por cento, não impediu que as "*seven sisters*" continuassem a dominar o sector, através do controlo que exerciam sobre quase todas as reservas mundiais petrolíferas, excluindo as dos Estados de economia planificada. Dominavam todos os parâmetros, desde a produção a nível da extracção, passando pela refinação e transporte, até à comercialização e distribuição, o que lhes permitia continuar a impor a sua política de preços de mercado e um domínio completo do sector.

As "*seven sisters*" mantiveram o controlo, nomeadamente, pela prevenção de quaisquer incursões de eventuais concorrentes externos ao cartel. Este impedia a entrada de outras empresas em operações a montante, ou seja, na cadeia de exploração e produção, por impedimento ao acesso a acordos de concessão e pelo longo tempo requerido para prospecção e desenvolvimento de territórios ainda não reclamados. Os externos ao cartel, também eram dissuadidos de competir em operações a jusante, ou seja, na cadeia de refinação, transporte e comercialização. Não dispondo dos seus próprios fornecimentos de petróleo bruto, os refinadores independentes teriam que recorrer às empresas do cartel, que seriam, simultaneamente, fornecedores e concorrentes. Para além do controlo exibido, as empresas do cartel desviavam os resultados operacionais, deliberadamente, dos menos competitivos e mais tributados níveis a jusante, inflacionando os preços do petróleo bruto em comparação com o produto final. Os pequenos rendimentos captáveis em operações a jusante desencorajavam, consequentemente, a entrada de novos interessados.

O manejo do preço do petróleo foi facilitado pela enorme inflexibilidade da procura. Como não se encontravam, facilmente, substitutos prontamente disponíveis e seria muito difícil actuar na redução do consumo, qualquer aumento nos preços não influiria, grandemente, na

procura a curto prazo.[461] Logo, se as empresas conseguissem manter um preço mais alto, não iriam perder volumes de vendas e os resultantes maiores rendimentos.

Gráfico 16: Petróleo bruto convencional
Evolução dos preços *vs* consumos (anos 1871 a 2006)
(Valores em milhões de barris/dia e USD/barril)



Fonte: EIA, *Energy Information Administration*

Estavam criadas as condições necessárias e suficientes para que as "*seven sisters*" controlassem o mercado durante os anos 50 e 60, apesar de irem gradualmente perdendo quotas de mercado a favor dos externos ao cartel, [462] sobretudo por terem conseguido manter os concorrentes fora do circuito e por terem organizado um conjunto de empreendimentos realizados em cooperação: produção conjunta e acordos para refinação, ordens de compra a longo prazo e acordos de fornecimento, propriedade conjunta de oleodutos e, mesmo nalguns casos, comercialização conjunta fora dos Estados Unidos da América.

Naturalmente que também se abstiveram de entrar em preços concorrenciais. A gestão dos preços era elaborada, pelo cartel, de tal forma que pudesse manter o seu produto economicamente atractivo, mas a nível suficientemente baixo que desencorajasse a tentativa de criação de fontes competitivas de energia alternativa, tipo nuclear ou outra. De notar, que

[461] Ver Gráfico 16.
[462] Ver Quadro 2: "*Seven sisters*" – Quotas do Mercado mundial"

os governantes dos países desenvolvidos nunca se opuseram a este desenho de formação de preços.

Quadro 2: "*Seven sisters*" - Quotas do mercado mundial (%)

As "*Seven sisters*"	1950	1957	1969
Quatro maiores: Standard Oil of New Jersey British Petroleum Royal Dutch Shell Gulf	82,6	69,5	55,8
"*Seven sisters*": As quatro maiores, mais: Standard Oil of California Texaco Mobil	98,3	89	76,1
Todas as outras petroleiras	1,7	11	23,9

Fonte: *The World Petroleum Market*

Os europeus acrescentaram uma taxa sobre os produtos petrolíferos com o objectivo de proteger a indústria doméstica do carvão, atendendo a que, se colocassem o preço do petróleo mais baixo, poderia concorrer para um aumento do seu consumo à custa das poderosas empresas e dos mineiros do sector do carvão. No entanto, nos Estados Unidos, o preço interno do seu petróleo foi sendo suportado pela indústria petroleira doméstica que, para sobreviver, precisou de protecção contra os mais baixos preços praticados internacionalmente e, efectivamente, conseguiu obter a protecção requerida.

Finalmente, o domínio das "*seven sisters*" recuou, pela primeira vez, por intervenção política. Um extremo exemplo ocorreu no início dos anos 50 quando o Governo do Irão pretendeu um novo acordo com a *Anglo-Iranian Oil Company*, AIOC, predecessora da BP, e nacionalizou as acções da empresa no Irão O Governo britânico envolveu-se activamente nas negociações, impôs um boicote económico ao Irão e ameaçou com intervenção militar. Após insucedidas tentativas de mediação entre a Grã-Bretanha e o Irão, os Estados Unidos actuaram junto dos partidos da oposição e do Shah, com o objectivo de derrubar o Governo. Alcançado o intento, foi rapidamente conseguido negociar uma nova concessão, a partir da qual, empresas dos

Estados Unidos passaram a participar na comercialização da Sociedade Nacional Iraniana dos Petróleos, após nacionalização da AIOC.[463]

Porém, como a OPEP iria por sua vez mais tarde descobrir, é difícil manter um cartel de produtores por muito tempo. Com o decorrer do tempo, as alterações operadas na indústria petroleira internacional, os Estados produtores e os países desenvolvidos consumidores minaram o domínio das "*seven sisters*", além de que, a entrada de novos protagonistas contribuiu decisivamente para enfraquecer a estrutura oligárquica da indústria petroleira internacional. A concorrência aumentou, tanto a montante, já que novos protagonistas conseguiram obter concessões de exploração e produção, como a jusante, dado que foram construídas mais refinarias, o que fez aumentar a concorrência no mercado dos produtos refinados.

Os obstinados "independentes" americanos acabaram por adquirir, em 1948, os direitos de concessão e de exploração na zona neutra entre o Kuwait e a Arábia Saudita e fundaram a *American Independent Oil Company* (Aminoil).

No início da década de 1950, as "*seven sisters*" controlavam quase 100 por cento do mercado, sem considerar a América do Norte e os países do bloco comunista e em 1969 encontravam-se com apenas 76,1 por cento.[464] A meados da década, as empresas externas ao cartel, anteriormente inactivas internacionalmente, obtiveram e desenvolveram com sucesso, concessões, não só em regiões existentes, como também em novas produtoras, como foi o caso das da Argélia, da Líbia e da Nigéria.

Como os novos produtores conseguiram, enfim, sair da sombra, as "*seven sisters*" deixaram de poder restringir fornecimentos e manter preços ao nível anterior, até que, em finais dos anos 50, como seria de esperar, a produção atingiu volumes muito maiores do que o consumo. A oferta superava, largamente, a procura, desestabilizando o sistema. As quotas de importação aplicadas ao petróleo estrangeiro, ostensivamente impostas pelos Estados Unidos da América, em 1958, por invocação de razões de segurança nacional, agravaram ainda mais a

[463] A inter-relação entre as petrolíferas do cartel tinha-se alongado por longo tempo – mais de vinte anos – em contratos de fornecimento em que a forma de *joint ventures* teria constituído o mecanismo mais proeminente. O pico de actuação parece ter sido atingido em 1953 quando o cartel se opôs à nacionalização decidida por Muhammad Mosaddiq das instalações da BP iraniana através da simples recusa de refinar ou de comercializar o petróleo iraniano. Quando foi deposto e o Shah Pahlavi foi reconduzido, foi estabelecida uma outra *joint venture* na qual as maiores petrolíferas se encontravam representadas. Alan Richards e John Haterbury. Op. cit. p. 57.

[464] Ver Quadro 2: ""*Seven sisters*" - Quotas do mercado mundial".

situação, mas tiveram que precaver o mercado americano dos baixos preços do petróleo estrangeiro, por forma a garantir a continuidade da produção interna e garantir um limite mínimo de autossuficiência nacional, requerida pela segurança política. Realmente, a imposição das quotas de importação ajudou os produtores americanos que não poderiam ter sobrevivido sem essa protecção, além de que retiraram o mercado americano ao fluxo dos novos fornecimentos produzidos no exterior. Como resultado, durante os dois anos seguintes, 1959 e 1960, as petrolíferas internacionais baixaram os preços tabelados, o que teve, desde logo, efeito catalisador no ataque dos Governos dos países detentores dos recursos às petrolíferas até atingirem num curto espaço de tempo o domínio do sector. Começava a avistar-se uma brecha no apertado controlo até então existente, protagonizado pelo cartel "*seven sisters*", por onde poderiam vir a entrar os novos futuros dominadores do mercado, desta feita de cariz estatal, apoiados no movimento mundial de autodeterminação, fortemente incitado pela Organização das Nações Unidas, como pretendemos demonstrar na Parte III, a seguir apresentada.

II.5 – Síntese conclusiva da Parte II

Quando a disponibilidade de acesso a origens energéticas suficientes para a satisfação do desenvolvimento económico e da segurança das nações se tornou imperativa, surgiu um novo factor do poder e a vontade de dominar o sector que o estava a proporcionar.

As duas grandes guerras mundiais, se mais consequências não tiveram, pelo menos contribuíram para a criação de oligopólios que, com o decurso do tempo, se organizaram em cartel e, mesmo enquanto essas guerras estavam a decorrer, já foram impondo o seu poder ao favorecer parte dos beligerantes em desfavor de outros.

A instabilidade política vivida no princípio do séc. XIX no Império Russo proporcionou as condições para que um grupo financeiro apoiasse fortemente a actividade petrolífera nos Estados Unidos da América e, com o desenvolvimento da sua actividade petrolífera, conseguisse dominar o sector à escala mundial, a que se lhe juntaram, a breve trecho, outras petrolíferas europeias de idêntico gabarito.

O avanço do grupo para o Médio Oriente a coberto da repartição do derrotado império turco, permitiu o acesso a novos e muito importantes recursos que robusteceram sobremaneira as petrolíferas dominantes. Existiam os recursos financeiros necessários aos novos projectos e o conhecimento tecnológico suficiente para actuar nas jazidas localizadas em *onshore* a baixa profundidade identificadas nessas regiões.

O domínio exercido por este cartel durou até ao surgimento de um outro, ainda mais poderoso, saído dos embargos que culminaram com o de 1973. Os objectivos políticos pretendidos atingir pelo embargo não foram totalmente alcançados mas o cartel dos países exportadores tornou-se mais coeso, liderado pelo maior produtor e detentor das maiores reservas, e relegou, de forma definitiva, para um plano menor o anterior cartel constituído pelas empresas petrolíferas.

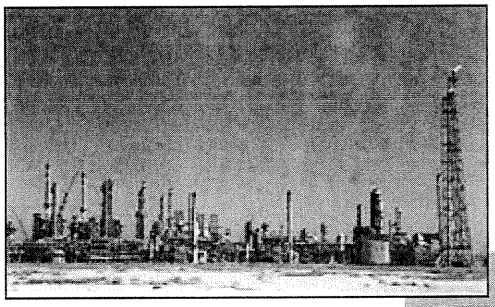
Estas continuaram a actuar no sector petrolífero mas apenas como concessionárias. Poderiam determinar toda a cadeia de extracção, refinação, transporte ou distribuição. Mas nunca mais poderiam imperar sobre a origem, sobre os recursos, sem ter que recorrer à obtenção de concessões atribuídas pelos Estados em que se encontravam localizadas.

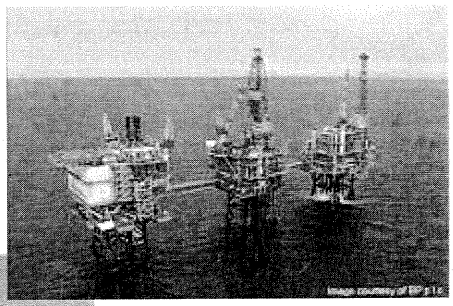
O embargo petrolífero de 1973, imposto pelos Estados árabes exportadores de petróleo, pôs fim ao domínio exercido pelo cartel de empresas petrolíferas e, ao que poderemos denominar, em termos históricos, a um primeiro momento de domínio do sector petrolífero.

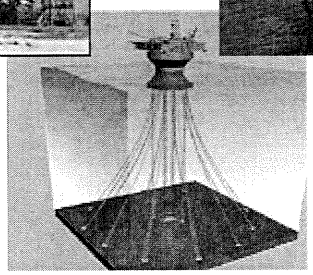
Parte III

Alteração do domínio dos recursos petrolíferos

Segundo momento: O mercado é dominado por cartel de países exportadores







III.0 – Introdução à Parte III

Como teremos oportunidade de analisar mais adiante, a maioria dos países do Médio Oriente constituem o mais importante espaço onde se encontram localizadas as maiores reservas de petróleo bruto convencional até agora explorado, nomeadamente a Arábia Saudita, o Kuwait, os Emiratos Árabes Unidos e o Qatar, a que poderemos acrescentar o Irão e o Iraque.[465]

A crescente importância da utilização do petróleo trouxe, em poucas décadas, riquezas rapidamente acumuladas àqueles países desérticos. Os seus governantes supuseram poder obter logo após o acesso à independência politica, no início da década de 1950, e a muito curto prazo, o maior activo disponível à escala mundial, ao mesmo tempo que os maiores produtores de petróleo corriam a instalar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com o objectivo de controlar as suas exportação de tal forma que, ao mesmo tempo que lhes aumentassem os proveitos, lhes permitissem ir conservando o nível das suas reservas.[466] Entre os finais da década de 1950 e o início da de 1970 juntaram-se-lhes dois Estados africanos detentores de importantes reservas petrolíferas: a Líbia e a Nigéria.

A descoberta de ricos campos petrolíferos no primeiro transformou este pouco falado país num gigante económico quase do dia para a noite. De uma produção de menos de um milhão de toneladas anuais registadas em 1961, chegou aos cento e trinta milhões em 1968, o que lhe passou a garantir receitas superiores aos três mil milhões de dólares anuais.

Não menos notável terá sido o desenvolvimento da Nigéria como país exportador de petróleo. Após ter sido sujeita a uma guerra civil que a paralisou entre 1967 e 1970, desenvolveu-se muito rapidamente em resultado da descoberta de novas reservas, de tal monta que lhe permitiram ultrapassar a Líbia e tornar-se no mais importante fornecedor africano logo em 1974.

---

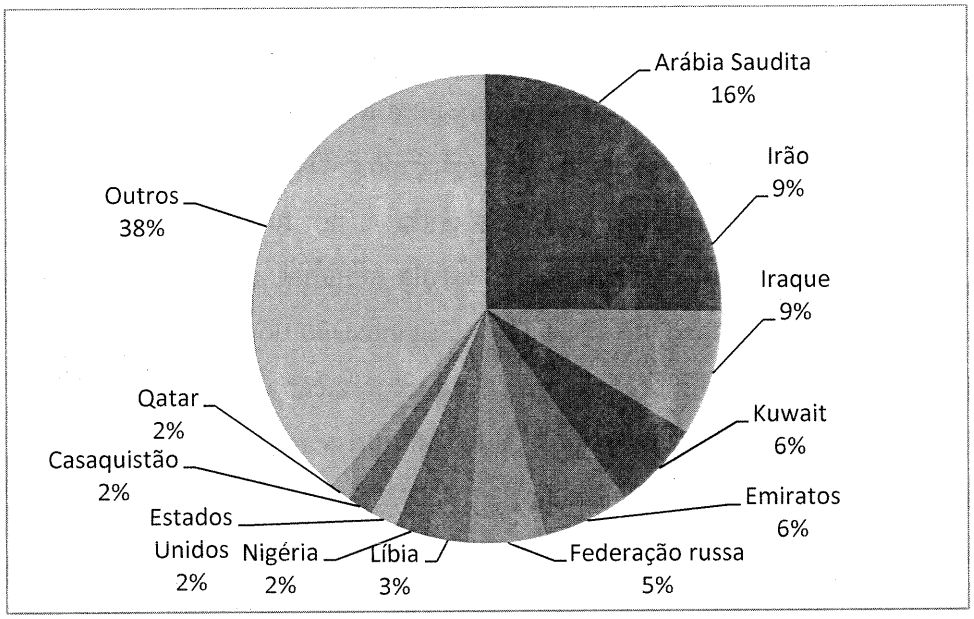
[465] Estamo-nos referr às reservas de petróleo bruto convencional. Recentemente os ora chamados petróleos "desconvencionalizados" passaram a ser também incluídos nas estatísticas, a par dos ditos convencionais, nomeadamente as grandes reservas localizadas na Venezuela, no Canadá e nos Estados Unidos da América, que incluem betumes, areias e xistos betuminosos.

[466] Foi por esta data (1950) que o cartel "*Seven Sisters*", que detinha uma quota de quase 100 por cento do mercado mundial, começou a perder mercado, de tal modo que, pouco depois (1957), já só contava com 89 por cento. Ver Quadro 2: "*Seven Sisters*. Quota do mercado mundial (%)".

As novas descobertas de petróleo nas regiões do Norte de Angola adicionou este terceiro produtor ao continente africano. Porém, a instabilidade interna não lhe permitiu começar a competir com aqueles dois países senão muito mais tarde.

Quadro 3: Petróleo bruto convencional

Maiores reservas mundiais (fim ano 2011)



Nota: Não considera petróleos não-convencionais (USA, Canadá e Venezuela)

Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012.*

Apesar da evidência dos sinais de recessão económica na Europa ocidental sentida por volta do ano 1968, a crise da Líbia infringiu-lhe o primeiro sério golpe na prosperidade geral em que tinha vivido após finais da II Grande Guerra Mundial: o Rei Muhammad Idris foi derrubado em Setembro de 1969 por um grupo de jovens oficiais num golpe sem derramamento de sangue. O *leader* do grupo, Coronel Mu'ammar Gaddafi, tomou, então, as rédeas do poder, afastou o seu predecessor que tinha seguido uma política pró-ocidental e tornou-se num firme apoiante dos interesses da União Soviética. Também se arrogou defensor da Organização da Libertação da Palestina, entretanto estabelecida em 1964, com o objectivo final da obtenção da autodeterminação para o povo palestiniano às custas do Estado de Israel. Neste período as políticas em relação ao Médio Oriente mostravam-se caracterizadas por um modelo bipolar em que apenas ainda se encontrava excluído o Irão: Israel e Estados Unidos da América *vs* Egipto e União Soviética.

Após a deflagração da Guerra dos Seis Dias[467] em que Israel, com forte apoio ocidental, derrotou uma aliança de Estados árabes liderados pelo Egipto, a situação política no Médio Oriente tornou-se tensa. A perda do Egipto do estratégico Deserto do Negev, o fecho do canal do Suez, a perda da Síria dos Montes Golã e a conquista israelita da margem esquerda do Rio Jordão que incluiu a vetusta cidade de Jerusalém, resultou em novo e mais aguerrido ressentimento árabe em relação a Israel. O alinhamento da Líbia com os Estados árabes radicais em 1969, após tomada de poder pelo Coronel Gaddafi, levou a OPAEP[468] a duplicar o preço do petróleo no mercado logo em 1972.

Passado um ano, já em pleno 1973, os Estados árabes avançaram contra Israel num ataque de surpresa no importante dia judeu da expiação.[469] Para além das análises e conclusões tiradas desta confrontação e do que esta guerra precipitou, sobressai a vulnerabilidade económica e militar da Europa ocidental, a revelar-se, pela primeira vez, desde o fim da II Grande Guerra: o Egipto e a Síria apresentaram durante a guerra do Yom Kippur, no campo de batalha, mais tanques e aviões de combate que o conjunto existente nos países da NATO.

A Guerra do Yom Kippur teve consequências imediatas para os interesses mundiais e muito particularmente para os dos europeus ocidentais, porque após este quarto conflito israelo-árabe os países produtores de petróleo que entretanto já tinham visto assegurada a legitimoidade da soberania sobre esses recursos, tomaram a decisão de quadruplicar, de um dia para outro, os preços do petróleo transacionado no mercado, apenas um ano depois da duplicação do preço decidido pela OPAEP.

Esta acção terá marcado o fim da era do domínio das empresas petrolíferas, ao passá-lo para as mãos dos Estados em que se encontravam as bolsas petrolíferas exploráveis sob concessão.

Em menos de dois anos, os países dependentes da importação de petróleo tiveram que enfrentar um aumento de mais de seis vezes o preço do petróleo que tinham que adquirir.

Apesar da maioria dos observadores internacionais ter criticado asperamente este abuso de aumento de preço do petróleo entregue ao mercado pelos maiores exportadores, até o ter inclusivemente apelidado de chantagem, a acção reflectia um profundo descontentamento

[467] Terceira Guerra israelo-árabe, ocorrida entre 5 e 10 de Junho de 1967: Guerra dos Seis Dias.
[468] Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo, criada em 9 de Janeiro de 1968, em Beirute, por três Estados Árabes: Kuwait, Líbia e Arábia Saudita. Os dez Estados-membros da OPAEP são: Argélia, Arábia Saudita, Bahrain, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Iraque, Kuwait, Líbia, Qatar e Síria. Considera-se constituída por Estados-membros da OPEP apenas árabes.
[469] Quarta Guerra israelo-árabe, ocorrida entre 6 e 24 de Outubro de 1973: Guerra do Yom Kippur,

manifestado contra os prósperos e industrializados países ocidentais. Devemos salientar que, desde os finais da II Grande Guerra Mundial, o índice de preços dos produtos exportados pelos países industrializados foram sofrendo um aumento sucessivo e constante, enquanto o preço do petróleo, considerado matéria-prima estratégica e indispensável, tinha permanecido relativamente constante.[470]

A estratégia tinha provocado um saldo comercial largamente favorável ao Ocidente e uma estagnação económica nos países produtores de petróleo, onde, na maioria dos casos, o petróleo era o único activo transacionável, com a agravante que o petróleo seria um produto exauscível e as suas bolsas petrolíferas poderiam vir a extinguir-se muito rapidamente.[471] A OPEP com a sua decisão de imposição de embargos e de subida extraordinária de preços de entrega de produto ao mercado pretendeu tomar não só uma maior quota da prosperidade ocidental como também atingir o poder funcional que este estratégico produto garante conferir.

Para que se concretizasse a tomada do domínio do mercado petrolífero pela OPEP bastou-lhe um pequeno impulso consubstanciado nas propostas apresentadas pela UNCTAD e nas Resoluções da ONU dirigidas à defesa da autodeterminação dos povos e à legitimidade da sua soberania sobre os recursos naturais jazentes nos seus territórios.[472]

O petróleo que tinha sido considerado apenas uma matéria-prima estratégica passou a ser utilizado como arma diplomática e, muito rapidamente, a assumir igualmente o papel de produto financeiro. Estava a caminhar a passos largos para se tornar igualmente num factor de poder. Os exportadores de petróleo chegaram cedo à conclusão que seria mais rentável investir as suas receitas, obtidas com os novos preços, nos países industrializados. Imediatamente começaram a fluir petrodólares para a Europa, aplicados na aquisição de propriedades e quotas em negócios industriais e financeiros algures no Ocidente.

A economia europeia viu-se a braços com uma inflação e uma recessão improcedentes apenas um ano passado em cima do primeiro enorme aumento dos preços do petróleo. Mais que tudo, a crise do petróleo tornou evidente a dependência europeia de matérias-primas e a necessidade urgente da implementação de uma nova política energética. Estava a decorrer a década de

---

[470] Ver Gráfico 3.
[471] Poderemos encontrar na Parte IV uma outra visão da exaustibilidade das reservas mundiais.
[472] Ver subcapítulo "I.4.3 – De como a ONU proporcionou o suporte jurídico para a transferência do poder".

1970. A questão ainda se encontrava em aberto e a continuar a ser debatida na década de 2000.[473]

O declínio económico que se seguiu ao aumento de preços do petróleo difere essencialmente das anteriores depressões registadas à escala mundial. Enquanto as de 1880 e de 1929 estavam relacionadas com mecanismos comerciais, apesar de ligados artificialmente, o declínio que se verificou no início da década de 1970 esteve relacionado com uma sobreprocura de matérias-primas e na dúvida da sua futura disponibilidade. Em contraste com as anteriores depressões, este declínio deve ser visto como um sintoma dos limites colocados ao crescimento económico estabelecido.

Deve-se ter em conta que, antes de 1973, os cientistas salientaram que as reservas petrolíferas mundiais não eram inexaustíveis. Muitos países começaram, consequentemente, a procurar fontes energéticas alternativas antes do eclodir da hipotética crise, com a intenção de reduzir a dependência do petróleo importado, sobretudo os europeus ocidentais. Porém, quando a crise estalou, nenhuma das hipóteses em busca estava suficientemente madura que permitisse uma reorientação credível, pelo que grande parte teve que enfrentar uma opção de esperança: pagar mais ou entrar num colapso económico total.[474] Não parecia haver outra alternativa que não fosse aceitar o aumento dos preços se se quisesse manter as infraestruturas dos países em funcionamento. Muitos Estados introduziram medidas de economia de energia de origem petrolífera, como foi a imposição de redução dos limites de velocidade das viaturas automóveis, para acomodar esses aumentos nos seus orçamentos e manter os custos de importação tão baixos quanto possível ou aceitável.

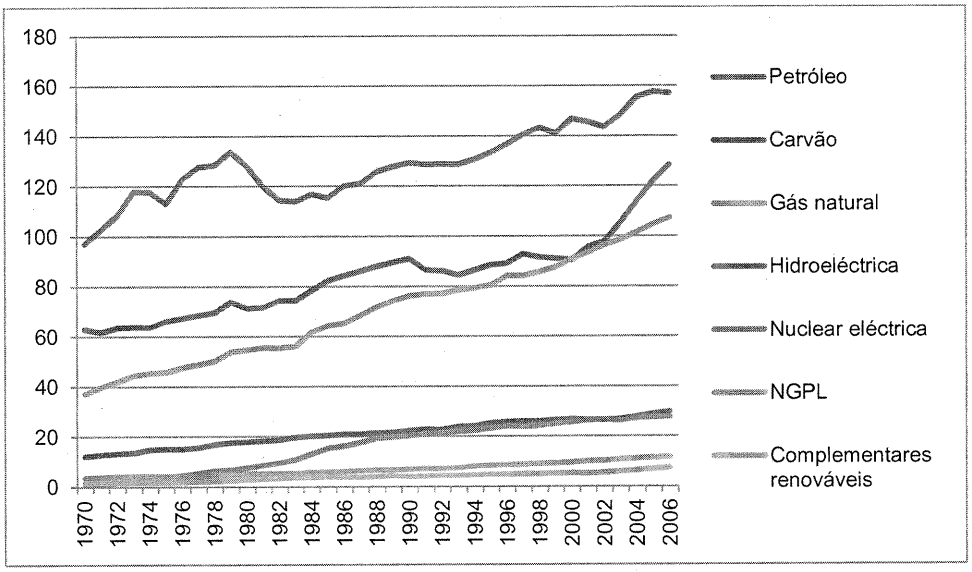
Em resultado da reacção à crise imposta durante a primeira fase da recessão económica vivida nos anos de 1974 a 1976, a Europa e todos os outros países ocidentais importaram menos petróleo. Logo, em consequência do enfraquecimento da balança comercial e dos esforços introduzidos nos orçamentos de Estado, muitos países reduziram o seu consumo energético, o que conduziu a uma redução à escala mundial.[475]

Consequentemente, a nova arma aplicada contra os países ocidentais pelos países produtores de petróleo tornou-se rapidamente numa arma de dois gumes e os Estados-membros da OPEP entenderam que a sua prosperidade dependia de um Ocidente economicamente estável.

---

[473] Ver Anexo II. Estudos. "A questão energética europeia. A dependência energética da União Europeia".
[474] Cf. J. Caleia Rodrigues. "Petróleo. Mais longe, Mais fundo, Mais caro". *Crise 2008*. 2009.
[475] Ver Gráfico 17.

Gráfico 17: Energia primária - Evolução da produção por origens (anos 1970 a 2006)
(Valores em quadriliões de btu)



Fonte: EIA, *U. S. Energy Informations Administration*

Como tivemos oportunidade de analisar e de apresentar na Parte II, após a utilização do petróleo como arma diplomática e da tomada do domínio do mercado, o desconfortável cartel OPEP começou a dar sinais de quebra.[476] Enquanto se entendia que a maioria dos Estados árabes tinha uma posição clara contra Israel, os ultraconservadores, com os sauditas à cabeça, estavam igualmente preocupados com as posições líbias antiocidentais. Se atendermos a que a Arábia Saudita representa cerca de 30 por cento da produção da OPEP compreendemos porque cedo assumiu que o enfraquecimento da economia ocidental, especialmente da dos Estados Unidos da América, era contrário à sua própria economia e encetou uma campanha interna na OPEP de oposição a novos aumentos dos preços do petróleo a entregar ao mercado.[477]

O segundo choque petrolífero, consequente da revolução iraniana de 1979-80 que depôs o Shah Riza Pahlavi, provocou nova crise com os preços do petróleo a duplicar, o que além de não impedir ao conjunto de Estados-membros da OPEP continuar a dominar o mercado

[476] Ver subcapítulo "I.3.2 – Oligopólio, cartel e domínio".
[477] Os Estados Unidos da América têm sido responsáveis pelo consumo de cerca de vinte e cinco por cento do petróleo disponível no mercado mundial. Cf. "A reorientação da política energética dos Estados Unidos da América" e "Novas opções de redução da dependência dos EUA" cuja cópia do estudo original se encontra inserida no Anexo IV.

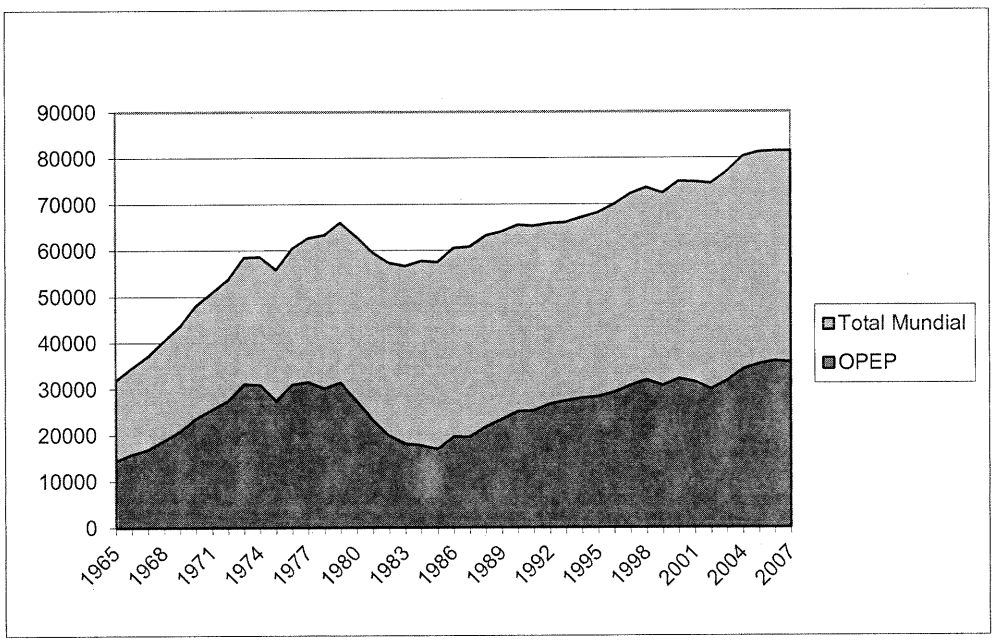
petrolífero, ainda o reforçou, como teremos oportunidade de analisar nos subcapítulos que se seguem.

Restará perceber até quando os Estados detentores dos recursos petrolíferos manterão esse domínio ou se, inexoravelmente, o cederão a outros entes ou às novas exigências tecnológicas que sejam chamadas a operar nas novas localizações e tipos de hidrocarbonetos, cuja temática pretendemos salientar na Parte IV e deixar pistas para futura investigação.

III.1 – A continuidade do domínio dos recursos petrolíferos foi posta em causa

A emergência do petróleo como matéria-prima estratégica introduziu uma considerável mudança no poder relativo das nações com liderança política. A ex-União Soviética tinha-se tornado mais poderosa quando passou a autossuficiente nessa matéria. Em contrapartida, o Japão ficou consideravelmente mais fraco quando atingiu o esgotamento das suas jazidas de petróleo. O Próximo Oriente, para além da sua posição geográfica de ponte entre três continentes, tornou-se estrategicamente importante, devido às consideráveis jazidas de petróleo localizadas na Península Arábica.

Gráfico 18: Petróleo bruto convencional
Evolução da produção mundial e da OPEP (anos 1965 a 2007)
(Valores em milhares de barris/dia)



Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2009.*

O domínio desta estratégica matéria-prima tem constituído um factor importante no contexto do equilíbrio de poder, posto que, quem tiver capacidade para o associar a outras acrescenta enorme potencial aos seus próprios recursos, privando proporcionalmente a sua concorrência. Seria com este objectivo em mira que a Grã-Bretanha, a França e, mais tarde, os Estados Unidos da América se dispuseram a avançar para o Médio Oriente, no que se veio a chamar

de "diplomacia do petróleo", ou seja, na implementação de esferas de influência que lhes permitissem livre e continuado acesso aos depósitos de petróleo de regiões privilegiadas, quando este ainda não era uma das mais importantes matérias-primas com que se passou a medir o poder das nações. Passou a constituir um factor essencial, cuja efectiva detenção ameaçou perverter, completamente, os modelos que durante séculos pautaram a política internacional.

O sector esteve sujeito ao domínio mantido por um cartel de empresas petrolíferas que contavam com forte suporte financeiro e substancial apoio dos Estados em que se encontravam sediadas. Esse domínio foi posto em causa, como veremos de seguida, quando foram encontrados meios que permitiram alterar radicalmente as concessões de que essas empresas beneficiavam e os recursos passaram a ser controlados pelos Estados em que se encontram.

III.1.1 - O domínio da produção petrolífera torna-se factor do poder

Contrariamente aos efeitos provocados pela crise do Suez de 1956, o embargo à exportação de petróleo bruto imposto pelos países produtores associados em cartel, no Inverno de 1973-74, conjuntamente com um drástico aumento dos preços de comercialização, clarificou certos aspectos da política mundial. Poderemos compreendê-lo do ponto de vista teórico, pois foi de tal modo aplicado que se permitiu alterar, rápida e profundamente, as relações de poder, ao impor as novas regras na arena do sistema energético mundial.

O sector produtivo petrolífero manteve-se sob apertado domínio de um cartel constituído por empresas concessionárias ou proprietárias dos recursos, até se tornar rapidamente instável a partir dos finais da II Grande Guerra Mundial. Até este conturbado período, esse pequeno conjunto de empresas estava organizado em cartel que tinha emergido, originariamente, com o intuito de proteger e garantir as receitas da indústria petrolífera ao ter sido confrontado com as grandes dificuldades económicas decorrentes da crise sofrida na década de 1930 e que, desde então, passou a controlar o abastecimento e o preço do petróleo entregue ao mercado.

Deve-se reconhecer que essas empresas petrolíferas, as "*seven sisters*" como eram então conhecidas, organizadas em cartel, desenvolveram efectivamente as suas actividades produtivas em todo o mundo onde se poderia explorar o petróleo com os meios técnicos entretanto disponíveis, a coberto da protecção oferecida pela presença política e muitas vezes militar, quer dos Estados Unidos da América quer da Grã-Bretanha, onde se encontravam estabelecidos a sua base e o seu centro de decisão.

A instabilidade começou a surgir neste aparentemente estável sistema quando a Administração dos Estados Unidos da América tomou as primeiras medidas contra os monopólios através das leis *anti-trust* que tanto prejudicaram os interesses nacionais como os estrangeiros a operar no seu território.[478] Esta acção surgiu ainda mais penalizadora para as empresas do cartel liderado pela *Standard Oil* do Grupo Rockefeller porque coincidiu com o Plano Marshall, em curso nessa oportunidade, que impedia que as empresas petrolíferas americanas aplicassem impostos sobre a venda de produtos petrolíferos aos Estados europeus acabados de sair da Guerra.[479]

---

[478] Ver subcapítulo "II.4.2 – Do desenvolvimento das *trust companies* até à formação do cartel"
[479] Cf. Edgar-Faure. *Le Pétrole dans la Paix et dans la Guerre* 1939.

Como teremos oportunidade de ver de seguida, decorria uma onda de nacionalismo no seio de Estados detentores de grandes recursos petrolíferos que, ao constatarem o importante aumento do consumo de petróleo exigível pelos países industrializados para recuperação das suas economias no período pós-Guerra, rapidamente entenderam que a exploração dos campos petrolíferos localizados nos seus territórios também constituía poder económica e político. Estava-se a exigir uma forte tomada de posição internacional que veio a culminar com a Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que levou o título de "Soberania permanente sobre os recursos naturais".[480] Logo começaram a empreender movimentos que conduzissem ao aumento dos seus proveitos resultantes das operações das concessões adjudicadas às empresas industriais petrolíferas. Foi a tomada de poder, neste caso de um poder funcional, por parte dos Estados grandes produtores e exportadores de petróleo que, a dada altura, constituíram um novo cartel, a OPEP, que substituiu esse outro constituído pelas "*seven sisters*" e avançaram para um segundo momento de controlo do sector.[481]

Em consonância com o desenvolvimento em curso na ONU tendente à alteração da repartição de poder no sector petrolífero verificou-se o início de uma reavaliação, por parte dos Estados produtores, da sua real situação em termos de domínio do sector e da estratégia a seguir, a exigir muito mais que poder político.

A necessidade de acção em tempo oportuno beneficiou, ainda durante a década de 1960, de um acontecimento que veio a marcar o arranque do processo: a deposição do Rei Idriss da Líbia e do estabelecimento do governo revolucionário, em 1969, pelo então Coronel e depois "líder fraternal e chefe da revolução" Muammar al-Gaddafi que liderou a mais importante acção política assumida individualmente, até então, por um país produtor e significativo exportador de petróleo.

A política entabulada pela Líbia foi prontamente referenciada por vários outros países produtores que se apressaram a seguir idêntico caminho e estabeleceram novos acordos com as empresas petrolíferas que lhes rendessem aumento de receitas. Os abastecedores individuais do mercado petrolífero tinham estado sempre constrangidos pelo receio de que as empresas petrolíferas lhes cortassem a produção e os investimentos em curso e desviassem a

---

[480] Ver Anexo I.

[481] Neste contexto Joseph S. Nye denominou-o de *soft power* e Adriano Moreira de poder funcional. *The Future of Power*, p. 81 e *Ciência Política*. p. 352.

sua actividade para outras localizações disponíveis. A resposta a este receio parece ter constituído uma das razões da fundação da OPEP.[482]

O subsequente sucesso da OPEP ao conseguir obter o consenso dos seus Estados-membros para encetar uma acção colectiva, marcou o início de uma muito significativa alteração no equilíbrio de poder entre os diferentes grupos de interesses no sector petrolífero.[483] A OPEP tornou-se nesta data numa espécie de sindicato de países produtores de petróleo, tendente para um novo, diferente e ainda mais poderoso cartel. Estavam criadas as condições necessárias e suficientes para a ocorrência de um segundo momento em que o domínio do sector produtivo e agregado poder político, diplomático e financeiro, passasse das mãos das empresas petrolíferas para os Estados detentores dos recursos com suficiente capacidade de exploração e colocação dessa estratégica matéria no mercado mundial.

O sucesso da formação dessa importante organização política e económica dos países produtores de petróleo teria influência mesmo fora da indústria petrolífera, posto que se tratou da primeira experiência do género entre produtores de mercadorias primárias disponibilizadas nos mercados internacionais. Constituiu modelo para produtores de outras mercadorias, como aconteceu com a bauxite ou com o cobre. Contudo, como não se tratava de bens essenciais ou estratégicos para as economias das nações industrializadas, como o petróleo, só viria a acontecer em pequena escala e localizado num reduzido número de países em vias de desenvolvimento económico.

As consequências das alterações ocorridas em finais da década de 1960 e início da de 1970 também incidiram noutra igualmente significativa na organização da indústria petrolífera internacional: o desenvolvimento do restabelecimento de um acordo internacional entre as petrolíferas responsáveis pela maioria do petróleo a circular no mercado mundial. O seu objectivo consistia em proteger os seus proveitos perante uma situação em que esperavam ter de vir a pagar mais elevadas taxas aos países produtores e fazê-las reflectir nos consumidores.

Contudo, a principal barreira a transpor encontrava-se nas restrições legais vigentes nos próprios Estados Unidos da América, constituídas por efectivas leis *anti-trust*, desenvolvidas, na sua maioria, para evitar a propensão das empresas petrolíferas de actuar colectivamente.

---

[482] Para informação referente à formação da OPEP ver "*OPEC Statute*", aprovado na Conferência de Caracas em Janeiro de 1961 (Res. II.6). Para dados estatísticos ver "*OPEC. Annual Statistical Bulletin*".

[483] Decidido na cimeira da OPEP realizada em Caracas em 9 de Dezembro de 1970, onde os Estados-membros decidiram exigir 55 por cento como taxa mínima e que os pedidos de compra fossem estabelecidos tendo em consideração as diferentes taxas de câmbio.

Registou-se uma forte movimentação das empresas petrolíferas junto da Administração dos Estados Unidos da América, logo após as acções desencadeadas pela Líbia e pela OPEP, no sentido de fazer sentir o eventual perigo de uma crise petrolífera à escala mundial e da necessidade, para a ultrapassar, de urgente acção concertada nas suas negociações com os governos dos países produtores. As empresas conseguiram o direito, logo no início de 1971, de actuar em conjunto, sem qualquer interferência legal e tornarem-se capazes de negociar conjuntamente os acordos com os países produtores. Pensaram, assim, criar a aparência de fazer frente à OPEP e conseguir colocar ao mínimo as taxas exigidas e a adiar a nacionalização dos seus campos petrolíferos e dos activos que detinham por um período tão largo quanto possível, tendo consciência que a sua sobrevivência como empresas petrolíferas poderia estar dependente do sucesso da sua cooperação com os países em que se encontravam localizados os recursos. Estes, por seu turno, aceitaram inicialmente a ideia de que necessitariam de cooperar com as empresas petrolíferas internacionais por forma a manter a produção e para que as consequentes receitas continuassem a fluir. Passados os primeiros passos a OPEP e as empresas entraram em rota de colisão sob um aparentemente inesperado mas positivo encorajamento dos Estados Unidos da América que desejavam, a todo o custo, o estabelecimento de uma nova estabilidade colectiva no sistema petrolífero mundial que servisse de base a um renovado esforço de encontro de solução política para o conflito do Médio Oriente, argumentando, para tanto, que os enormes proveitos a obter e um maior grau de confiança económica a instalar nas nações árabes petrolíferas poderia tornar-lhes mais fácil aceitar um compromisso na sua disputa com Israel e, com isso, trazer uma maior estabilidade política a toda a região.

A estratégia dependeria não só da vontade e da habilidade dos países produtores em trabalhar em conjunto com as petrolíferas mas também na continuidade de aceitação do princípio de que estas pudessem desempenhar um papel essencial na indústria petrolífera à escala mundial, não só no sector a jusante, circunscrito ao transporte, refinação e comercialização, mas igualmente na tomada de decisões referentes às quantidades a produzir e ao desenvolvimento da capacidade produtiva a instalar nos diferentes países. A previsão apresentada então pelas petrolíferas, de aumento anual médio mundial do consumo, situava-se à volta dos 8 por cento.[484]

[484] EIA, *U.S. Energy Information Administration. Annual Energy Review.*

Esta estratégia delineada para o reordenamento do sector produtivo petrolífero mundial poderia ter representado uma alteração suficientemente significativa se os países produtores precisassem de cooperar com as empresas petrolíferas multinacionais. Porém, já tinham tomado consciência que podiam assumir o controlo absoluto das matérias relativas ao nível dos preços e da produção exigida pelo mercado. Estava-se, portanto, perante a ocorrência de um segundo momento na evolução do sector petrolífero, visto que o domínio do mercado até então nas empresas petrolíferas estava a passar para os Estados detentores das reservas.

Durante o início da década de 1970 começou o movimento efectivo das nações petrolíferas em direcção ao controlo dos fornecimentos, superiormente apoiado e até mesmo encorajado pela já citada Resolução da ONU "Soberania permanente sobre os recursos naturais". As acções desencadeadas revestiram várias formas como aconteceu na Líbia e na Argélia com a expropriação dos activos das empresas petrolíferas, as decisões unilaterais de fixação das taxas de captação no Kuwait ou a oposição às expansões de produção de outros concorrentes como verificado na Arábia Saudita.

Logo, em meados do ano 1973 poder-se-ia antever claramente o desenvolvimento de uma eventual crise de abastecimento de petróleo baseada na expectativa que o controlo exercido pelos países produtores sobre a produção e decisões de desenvolvimento poderia tornar-se norma sob a decisão unilateral tomada pelos países exportadores que estavam a substituir os anteriores acordos entre as empresas petrolíferas e os Estados detentores dos recursos.

A nova deflagração de guerra entre Israel e os Estados Árabes e a declaração destes em utilizar o petróleo como uma arma económica e política no conflito providenciou a última motivação para a acentuação e aceleração do processo.[485]

Entretanto, no que se referia aos interesses dos Estados árabes, não havia dúvidas de que estavam a iniciar os seus recursos petrolíferos como um novo factor de poder funcional e a sua imediata utilização como arma diplomática na sua luta contra o Estado de Israel. Esta nova atitude demonstrada pelos países produtores de petróleo reunidos na OPEP estava bem reflectida nas decisões de fornecimento do seu petróleo e do preço por eles estabelecido, incluindo a adesão à decisão pelos cinco países-membros não árabes.

[485] Quarta Guerra Israelo-Árabe: Guerra do Yom Kippur. 6 a 24 de Outubro de 1973.

Encontraram-se, particularmente, em muito difícil situação, no início deste momento, duas das mais industrializadas regiões do mundo, a Europa ocidental e o Japão, que ainda não tinham conseguido libertar-se duma dependência exagerada de fontes energéticas externas, nomeadamente do petróleo da OPEP, para o desenvolvimento continuado dos seus tecidos económicos e que, até esta data, tinham falhado na tomada de efectivas medidas de salvaguarda das restrições que acabaram por lhes serem impostas na década de 1970.[486] Na outra grande economia industrial desenvolvida, os Estados Unidos da América, a situação apresentava diferentes contornos de consequências gravosas, estas aqui muito mais moderadas, porque, à época, além de ainda serem autossuficientes até se encontravam na confortável situação de importantes exportadores.[487]

Por ironia do destino, a OPEP acabou por prestar um grande favor ao sector financeiro internacional quando, ao provocar os bloqueios e os aumentos de preços inerentes ao grande choque petrolífero de 1973, consubstanciou a advertência que o mundo só deveria dispor de uma quantidade finita de petróleo. Pelo menos na qualidade e facilidade de extracção conseguidas até então.[488] A intenção não teria sido essa, mas não se pode deixar de reparar no facto das grandes empresas petroleiras estarem a atravessar, nessa época, enormes dificuldades financeiras. Algumas delas mesmo à beira da rotura, dado que tinham investido fortemente em projectos que se estavam a revelar verdadeiros desastres financeiros. Para estas, a salvação chegou com o choque de 1973 que, ao proporcionar uma substancial subida dos preços, tornou esses projectos, racional e comercialmente viáveis. Foi nessa oportunidade que britânicos e noruegueses avançaram com os seus projectos de oportunidade e arrancaram com a extracção em grande escala no Mar do Norte. Com início de extracção em 1974 e 1975, respectivamente, os britânicos quase atingiram os 3 milhões de barris diários à chegada da década de 2000 e os noruegueses os 3,5 milhões.[489]

O petróleo e os seus derivados mantiveram-se básicos em sectores tão importantes como o dos transportes, aquecimento e geração de energia eléctrica. Sem esquecer os subprodutos obtidos na refinação destinados à indústria química, como produção de plásticos, fibras

---

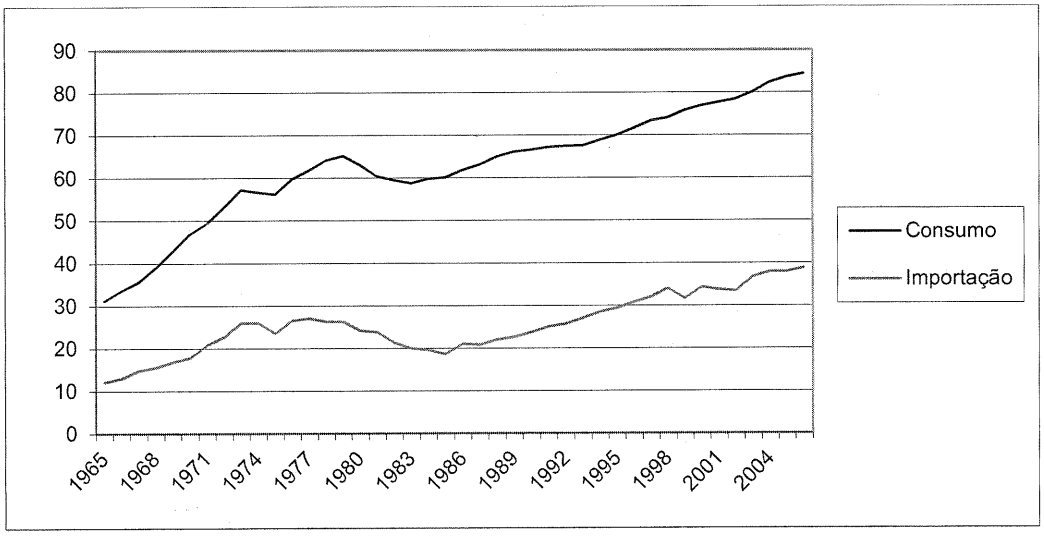
[486] Ver no Anexo II os estudos "A questão energética europeia. A dependência energética da União Europeia" e o " Pretensão da alteração do equilíbrio de poder pelo uso da arma-petróleo. A estratégia desenvolvida pelos produtores de petróleo do Médio Oriente".
[487] Ver no Anexo IV as análises "A reorientação da política energética dos Estados Unidos da América. Causas e consequências" e a "Novas opções de redução da dependência dos EUA".
[488] Ver no Anexo IV a análise "O sector energético e o petróleo" elaborada pelo autor.
[489] Ibidem.

sintéticas ou fertilizantes.[490] Se bem que tenha sido exercido grande esforço na sua redução como gerador de energia eléctrica, com opções de investimento em energias de outras origens foi no sector dos transportes que a situação se apresentou preocupante e continua a presentar.

O consumo de petróleo, após se ter reduzido a seguir ao embargo e consequente choque petrolífero de 1973 e dos efeitos provocados pela revolução iraniana na produção em 1979, voltou à via do aumento, de tal forma que passou de um consumo mundial médio diário de 54 milhões de barris registado em 1975 para os 87 atingido no ano 2010. Correspondeu a um aumento superior a 60 por cento em apenas 37 anos.[491]

Os valores registados relativos ao comércio mundial revelam que os países dependentes passaram dos 19 milhões de barris importados diariamente em 1985 para os 40 milhões atingidos em 2010.[492] Este extraordinário aumento, que correspondeu a uma duplicação dos valores importados durante o pequeno espaço de tempo de 25 anos, ficou a dever-se a uma taxa de aumento verificada em países de economias emergentes que tem vindo a ser considerada de consistente continuidade.

Gráfico 19: Petróleo bruto convencional
Evolução do petróleo consumido e importado total mundial (anos 1965 a 2010)
(Valores em milhões de barris/dia)



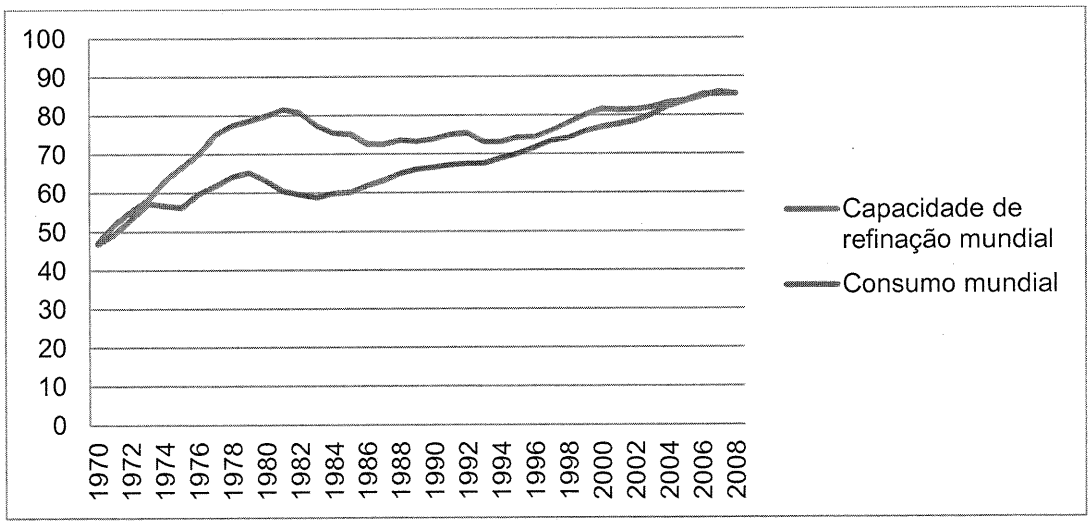
Fonte: EIA, *U. S. Energy Information Administration*

[490] José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* 2010. Op. cit. p. 102.
[491] Ver Gráfico 19.
[492] Ibidem.

Este aumento do consumo mundial, mais rápido que o previsto, exigiu um idêntico crescimento do lado da produção. Tanto mais que as capacidades de produção não utilizadas, que servia como que de válvula de segurança ao equilíbrio entre a oferta e a procura, foram-se rapidamente esbatendo até que a produção atingiu um patamar muito próximo da capacidade instalada e criou nos importadores um receio de penúria generalizada. Esta saturação das capacidades produtivas foi também agravada por estrangulamentos ainda mais acentuados no sector da refinação, já que a instalação de novas unidades de refinação estava muito condicionada por imposições de ordem ambiental.[493]

Estão incluídos, nesta situação, os dos mais importantes países exportadores, como os da Rússia ou da Arábia Saudita. A aparente e anunciada taxa de declínio do grande campo petrolífero saudita *Ghawar Field*, em actividade há mais de 60 anos, mostrou-se preocupante. Daqui se têm extraído em média, diariamente, 5 milhões de barris de petróleo bruto convencional, dos seus cerca de 3.400 poços em actividade.[494]

Gráfico 20: Evolução da capacidade de refinação e consumo (anos 1970 a 2008)
(Valores em milhões de barris/dia)



Fonte: Agência Internacional de Energia

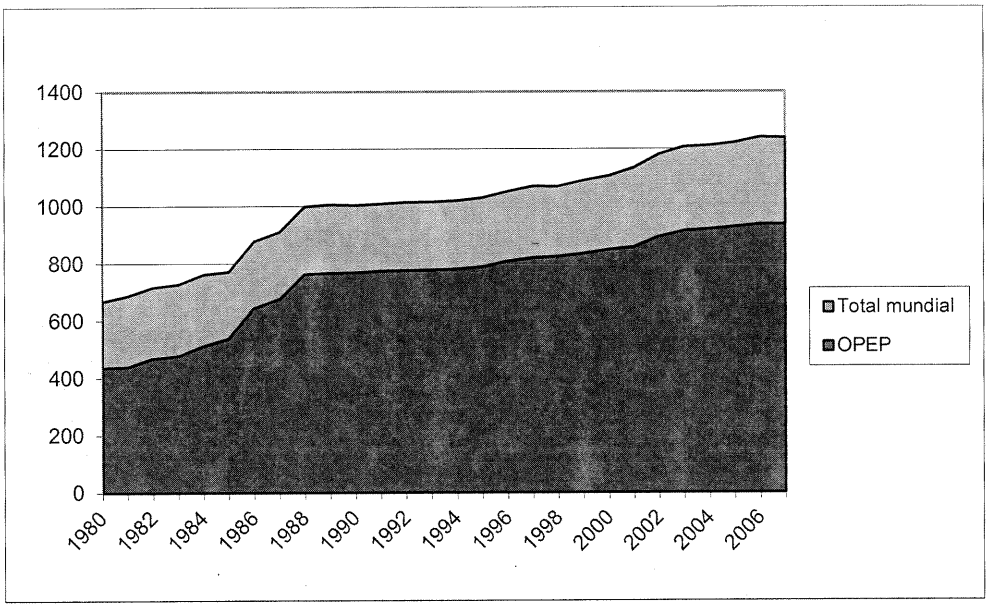
[493] Ver Gráfico 20.
[494] Ver no Anexo II – Estudos: "Energia – Petróleo. Oportunidades de investimento"

Exceptuando o período compreendido entre os anos 1989 e 2000, em que se registou preocupante estabilização, as reservas mundiais de petróleo bruto convencional, ditas comprovadas, foram declaradas a uma taxa de aumento próxima da do consumo. A declaração de reservas retomou uma vertente compensatória a partir desse período.[495]

No entanto, apesar de alguma retoma, o aumento de novas descobertas não correspondeu ao aumento da procura, o que levou a considerar a hipótese da eventual existência de períodos de carência de abastecimento a curto prazo.

De salientar que se registaram significativas reduções, em 2007, em países que anunciavam, regularmente, aumentos comprovados das suas reservas, como o México, a Noruega ou a Síria. A compensação foi conseguida à custa das descobertas registadas no Irão, na Federação Russa, no Cazaquistão e no Brasil:

Gráfico 21: Petróleo bruto convencional
Evolução das reservas comprovadas – Total mundial e OPEP (anos 1980 a 2007)
(Valores em milhares de milhões de barris)



Fonte: BP *Statistical Review of World Energy. June 2008*

Outra situação constrangedora do mercado foi a manutenção da tendência de redução de entrega de petróleo ao mercado iniciada em 2005 pela Arábia Saudita, acompanhada significativamente pela Noruega e pela Nigéria. Apenas a Federação Russa continuou a

[495] Ver Gráfico 21.

aumentar o volume das suas exportações, chegando a ultrapassar a Arábia Saudita e a colocar-se, desde 2006, na qualidade de maior exportador mundial.

Mesmo que se aceitem as estimativas mais optimistas avançadas pela Agência Internacional da Energia[496] que considera um mais débil aumento situado à volta dos 1,6 por cento anuais, o consumo iria aumentar cerca de 32 a 37 milhões de barris diários até chegar aos 115 ou 120 milhões já em 2030. Para ter consciência do que comportará a amplitude de tal aumento, basta ver que nos 25 anos anteriores o aumento foi de 19,5 milhões, ou seja, quase metade do previsto para os próximos vinte e cinco.

O receio de dificuldade de aprovisionamento baseado em importações não será o mesmo em todos os países ditos industrializados. Os Estados Unidos podem socorrer-se de reservas baseadas na plataforma continental marítima e dos seus abundantes xistos betuminosos a requerer apenas investimento e tecnologias adequadas, além da confiança nos seus fornecedores habituais localizados no Canadá, no México ou até mesmo na Venezuela para minimizar a sua vulnerabilidade. Serão os países da Europa Ocidental, a China, a Índia, o Japão e outros países asiáticos que terão que suprir as suas necessidades a partir de países terceiros, nomeadamente dos do Médio Oriente.

[496] *World Energy Outlook*. 2007 e 2008.

III.1.2 - Status quo ante

Ao longo da já longa história da indústria petrolífera mundial podem encontrar-se várias ocasiões em que a entrega de petróleo foi embargada pelos abastecedores por muitas e variadas razões.

Em 1956, o Presidente Jamal Abd al-Nasir, em resposta ao ataque anglo-franco-israelita, mandou bloquear o canal do Suez. Esta acção impossibilitou a passagem por esse estratégico ponto e eliminou uma importante via de abastecimento de petróleo ao Ocidente. Nessa mesma data, os engenheiros sírios, a trabalhar no Iraque, fizeram explodir estações de bombagem da *Iraq Petroleum Company*, também por instruções de al-Nasir, reduzindo consequentemente ainda mais os abastecimentos de petróleo. Os sauditas acompanharam o movimento e impuseram embargo à França e à Grã-Bretanha enquanto as instalações de produção do Kuwait estavam a ser sabotadas. Os Estados Unidos da América ainda agregaram mais alguma pressão sobre si próprios, mesmo que indirectamente, ao esperar que os países europeus ocidentais se decidissem a deixar o Egipto antes que montassem uma operação de abastecimento de emergência que ficou conhecida como *Oil Lift*.[497] Entretanto, através de uma operação de entendimento conjunta lançada pelos governos e pelas petrolíferas, a Europa ocidental recomeçou a ser abastecida pelo que na Primavera de 1957 a crise já se encontrava ultrapassada não se tendo registado grandes danos nos países visados.[498]

Pouco mais de dez anos mais tarde, durante a Guerra dos Seis Dias, em pleno Junho de 1967, quando o Egipto fechou o Estreito de Tiran e solicitou à UNEF[499] que saísse do seu território, os Estados árabes voltaram a embargar o seu petróleo aos países que apoiaram a causa israelita.[500] O Canal do Suez foi novamente encerrado, mas desta vez por muito mais tempo e a situação em que se encontraram os países importadores de petróleo foi muito mais difícil de suportar que em 1957, não só porque as exportações árabes foram reduzidas em mais de sessenta por cento, mas também porque a produção nigeriana foi igualmente reduzida em cerca de 500.000 barris diários devido à guerra civil que entretanto rebentou nessa

---

[497] Anthony Sampson. *The Seven Sisters.* 1975. p. 137-8.

[498] Para matéria relacionada com os pontos de estrangulamento (*chokepoints*) de transporte marítimo de petróleo bruto à escala mundial ver o estudo inserido no Anexo II: " As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos".

[499] Esta primeira *United Nations Emergency Force* foi estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 1001 (ES-I) de 7 de Novembro de 1956, para assegurar o final da Crise do Suez de 1956.

[500] Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e, por extensão, a República Federal Alemã.

oportunidade.[501] Nunca um embargo teve tão curta duração tendo sido atribuído o falhanço desta arma-petróleo árabe à ultrapassagem da situação pela emergência de outras origens de abastecimento.

As políticas que promovem estruturas de mercado aberto e diversificação de origens de abastecimento tornam-se, grande parte das vezes, mais efectivas na negação de poder económico aos fornecedores dos produtos que esforços mercantilistas de bloqueio dos abastecimentos através do uso do direito de propriedade.[502]

Uma vez mais, as petrolíferas ocidentais conseguiram manobrar com sucesso a diversificação dos fluxos petrolíferos dos países não-árabes para os países visados pelo embargo, e o petróleo destinado aos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Alemanha ocidental foi obtido noutras origens entretanto disponibilizadas. Os efeitos finais deste embargo de petróleo árabe foi relativamente curto: os Estados Unidos da América aumentaram a sua própria produção e conseguiram importar os montantes adicionais do Irão, da Indonésia e da Venezuela. Israel, por seu turno, também conseguiu contornar a dificuldade a partir de importações do México, da Noruega e, facto interessante a fazer pensar em acontecimentos futuros, também do próprio Irão.

A Guerra dos Seis Dias terminou com uma derrota humilhante para os Estados fronteiriços: Egipto, Síria e Jordânia. Os anos que se seguiram foram marcados por uma guerra de atrito entre aqueles antigos beligerantes e a ideia da imposição de embargos foi considerada ineficaz do ponto de vista político pelo que, na Conferência de Khartoum,[503] o colectivo de representantes dos Estados presentes seleccionou uma estratégia positiva focada num incremento da produção petrolífera que permitisse ganhos de compensação, parte dos quais a entregar pelos influentes Estados do Golfo aos Estados árabes beligerantes sob a forma de donativos anuais.

A situação em que se enredaram os Estados árabes e Israel só foi quebrada quando o sucessor de Jamal Abd al-Nasir, o novo presidente egípcio Anwar Sadat, decidiu planear em conjunto com o Presidente sírio Hafez al-Assad um novo e coordenado ataque de surpresa a Israel. Ambos teriam pensado que poderiam ganhar tal batalha, contando para tal com o importante

---

[501] Guerra Nigero-biafriana. 6 de Julho de 1967 a 15 de Janeiro de 1970.
[502] Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power*. 2011. p. 80.
[503] Realizada de 29 de Agosto a 1 de Setembro de 1967, reuniu os oito Chefes de Estado árabes do Egipto, Arábia Saudita, Sudão, Jordânia, Líbano, Kuwait, Iraque mais os do Iémen, Marrocos, Líbia, Tunísia e Argélia.

elemento surpresa e a superior quantidade de tropas armadas e equipadas. Foram tidas em consideração as várias e significativas indicações de inteligência levadas a cabo pelos egípcios tendentes a uma preparação para um confronto a curto prazo e repetidas manobras e exercícios militares. Por várias razões, Israel e muito provavelmente os seus aliados, os Estados Unidos da América, tomaram a decisão de ignorar ou de menosprezar estes sinais indicativos das reais intenções árabes de encetar uma guerra contra Israel. Os objectivos a atingir por ambos os beligerantes desafiadores seria a retoma dos territórios perdidos em 1967, mas as suas tácticas denunciavam objectivos diferentes e não estariam tão bem coordenadas como seria de esperar.

Quando, finalmente, irrompeu a guerra do Yom Kippur[504] a defesa israelita foi completamente apanhada de surpresa.[505] Apesar da data ter sido escolhida de forma aparentemente furtuita, poder-se-ia constatar mais tarde que até deu a Israel alguma vantagem, mesmo que pequena, em termos de activação da mobilização das suas forças militares e militarizadas porque, em virtude da religiosidade da data, os elementos que compunham essas forças ou se encontravam a rezar nas sinagogas ou em suas casas com as famílias e, portanto, foi relativamente fácil e rápido o contacto para a sua integração nas respectivas unidades. O único óbice foi a imediata disponibilidade de equipamento e armamento pessoal, posteriormente resolvido com a imposição de permanente agregação.[506]

Um dos mais bem guardados segredos do período imediatamente anterior aos ataques de Outubro teria sido o acordo estabelecido entre o Presidente Sadat do Egipto e o Rei saudita Faisal relativo à utilização da arma-petróleo em conjunção com o planeado ataque de surpresa. Este acordo foi posteriormente publicitado como tendo sido realizado durante um encontro não anunciado entre os dois responsáveis em Rihyad.[507] Contudo, não parecia gostar que se misturasse petróleo com política e que, se tal acontecesse, poderia ser perigoso para os interesses árabes.[508] A verdadeira razão poderia residir na situação conjuntural da Arábia Saudita estar a assumir o papel de maior exportador mundial de petróleo, o que tornava Faisal

---

[504] A quarta guerra israelo-árabe, decorrida entre 6 e 24 de Outubro de 1973, assim denominada por ter sido deflagrada no dia mais santo do calendário judaico, o dia da reflexão e do arrependimento.
[505] Esta Guerra tem sido denominada pelos árabes por Guerra do Ramadão por ter coincidido com o mês de jejum islâmico.
[506] Tivemos oportunidade de ver, quando nos encontrávamos mais tarde em missão em Israel, que, quando regressavam temporariamente a casa, traziam consigo o armamento pessoal, servindo de curiosidade a bizarria de ver jovens bem tisnados do sol apanhado nas frentes de defesa, de ambos os sexos, a refrescar-se nos cafés e esplanadas, fardados e com as armas apoiadas nas mesas.
[507] Realizado em 23 de Agosto de 1973 segundo Daniel Yergin. *The Prize.* 1991. p. 597.
[508] Ibidem. p. 594.

extremamente vulnerável a pressões exercidas pelos seus colegas árabes e um embargo constituir muito provavelmente idêntico perigo. Também não poderia afastar-se do consenso árabe em redobrado desenvolvimento que sugeria que uma força militar apoiada por um embargo poderia ser a única forma de mostrar à Administração Nixon a posição árabe em relação a Israel. Para além de que lhe pretendiam demonstrar que, a longo prazo, os seus interesses nessa região geopolítica chave passavam pelos árabes e não pelos israelitas.

Devemos relembrar que os Estados Unidos da América passaram de fornecedor marginal do mercado mundial para se tornarem um importante importador líquido.[509] A preencher este vazio momentâneo surgiu a Arábia Saudita que se alcandorou ao estatuto de fornecedor marginal ou estabilizador do mercado mundial. Uma das melhores formas de entender o impacto que o embargo de 1973 provocou nos Estados Unidos da América e nos Estados consumidores energéticos posicionados na sua mesma linha será a de admitir o conceito de produtor estabilizador, correspondente a um país que disponha de uma considerável capacidade produtiva residual. A Arábia Saudita encontrava-se nesta situação de pleno direito posto que a sua indústria petrolífera dispunha de uma tal capacidade instalada que lhe permitiria aumentar a sua capacidade de exportação, num muito curto espaço de tempo, em mais de um milhão de barris diários.[510] A existência desta capacidade produtiva extra conferiu aos sauditas uma influência muito significativa e até mesmo desproporcionada de actuar sobre os preços a praticar no mercado livre mundial.

Tendo em consideração que o petróleo é uma matéria consumível e de muito lenta reposição, exige-se a sistemática procura de novas bolsas e de novas localizações, fazendo o possível por encontrar qualidades suficientemente adequadas às refinarias disponíveis, tanto em densidade do produto como em composição livre de elevada acidez e de resíduos poluentes.[511] A constante pressão exercida sobre a capacidade de extracção permitiu que em finais de 1972 e início de 1973 três desenvolvimentos convergissem para produzir a incontestada maior crise

---

[509] Ver Gráfico 15.

[510] Não cabe na presente tese a análise das razões desta fartura. Mas não podemos deixar de reflectir acerca desta extraordinária capacidade, aparentemente inesgotável, de uma bacia petrolífera em exploração há mais de 70 anos, o campo de Ghawar, com mais de 250 quilómetros de comprimento por 30 quilómetros de largura, que lhe tem permitido a extracção de mais de 5 milhões de barris diários de mais de 3.400 poços em actividade, e ainda dispor de uma disponibilidade para uma extraprodução de pelo menos um milhão de barris diários. Esta situação tem levado os petrocientistas a repensar a origem dos hidrocarbonetos entre a comum que a considera exclusivamente biótica e a recente que também a admite abiótica. Idêntica reflexão em relação à bacia azeri do Mar Cáspio, em exploração há mais de 120 anos, a produzir actualmente mais de 250.000 barris diários.

[511] Note-se que são tidas em atenção as tecnologias a empregar na extracção, as diferentes qualidades obtidas, a logística do transporte até às instalações de refinação ou de sintetização e a configuração das refinarias de adaptação às qualidades disponíveis.

da história do petróleo à escala mundial. Primeiro foi a pretensão dos produtores em participar na propriedade das concessões atribuídas às empresas petrolíferas.[512] Depois foram os sinais de escassez de petróleo e de produtos refinados devida ao persistente e imprevisível aumento do consumo. E, por fim, a tensão entre árabes e israelitas parecia estar a caminho de uma renovação do conflito.[513]

Rapidamente sucederam-se três ocasiões em Outubro de 1973 em que os Estados-membros da OPEP, ou mais propriamente os seis ministros do núcleo de produtores de petróleo do Golfo Arábico, reunidos no Kuwait, tomaram importantes decisões que, aplicadas conjuntamente, transformaram completamente o sector petrolífero. A primeira correspondeu a um aumento inicial do preço oficial do petróleo de cerca de setenta por cento.[514] De seguida decidiram unilateralmente novo preço[515] para, finalmente, fixarem uma progressiva redução da sua produção.[516] Então, após a aprovação do pacote de ajuda militar a Israel, anunciado pelo Presidente Nixon, a Arábia Saudita e a Líbia responderam com a imposição de um embargo total, considerado, nessa ocasião, como acto de guerra económica.[517] Os restantes Estados petrolíferos seguiram-lhes as pegadas nos dias seguintes e vários outros Estados foram incluídos na lista do embargo que considerava inicialmente os Estados Unidos da América, a Holanda e Portugal, como a Rodésia e a África do Sul.[518] Nesta altura os Estados importadores foram categorizados, de acordo com a sua posição em relação a Israel, em "amigos" ou "preferidos", "neutros" e "hostis". Os Estados Unidos da América, o mais significativo alvo do embargo árabe, foram categorizados na lista dos "hostis".

Foi apenas após a crise do petróleo de 1973 que ocorreu a maior alteração no regime internacional que regia informalmente os mercados petrolíferos e que introduziu uma verdadeira reorientação do poder e da riqueza de países economicamente ricos para alguns

---

[512] Para discussão da evolução da tendência da soberania sobre os recursos naturais, ver na Parte I os subcapítulos I. I.1 - A segurança nacional e a guerra económica e o I.11 - De como a ONU proporcionou o suporte jurídico para a transferência de poder.

[513] Ver subcapítulo III,2,3 - Primeira deflagração da "arma-petróleo.

[514] O valor oficial do petróleo bruto da qualidade de referência *Arabian Light Marker* foi aumentado dos 3,01 dólares por barril vigente em 4 de Outubro de 1973 para 5,12 a partir do dia 16 seguinte.

[515] O preço alterado em 17 de Outubro de 1973 tinha sido previamente negociado conjuntamente entre as empresas petrolíferas internacionais e os governos dos Estados árabes hospedeiros.

[516] A alteração transmitida em 18 de Outubro de 1973 correspondeu a uma base mensal de, pelo menos, cinco por cento, a aplicar às exportações destinadas aos Estados Unidos e à Holanda.

[517] Ver subcapítulo I.1.1 - A segurança nacional e a guerra económica.

[518] "*When the United States sought to airlift emergency assistance to Israel during the three weeks of the War, it could not find a single country in Europe that would let the American supply planes land and refuel there. (In the end, Portugal agreed to allow the planes to refuel in the Azores Islands.)*". Benjamin Netanyahu. *A Place Among the Nations. Israel and the World.* 1993. p. 259.

outros até então relativamente débeis. Os países produtores e grandes exportadores de petróleo começaram a impor uma taxa de produção o que provocou um forte efeito nos preços de mercado, em vez dos preços que estavam a ser determinados somente pelas regras de mercado dos países industrializados.

Uma das justificações frequentemente apontada seria a de que os grandes produtores associaram-se e formaram a OPEP logo em 1960, apesar das dramáticas alterações apenas terem ocorrido com sucesso na década seguinte, mais exactamente em 1973. Em 1960, metade dos países que formaram a OPEP eram colónias europeias e, em 1973, já todos tinham acedido à independência. A acompanhar o crescendo de nacionalismos registou-se um significativo aumento dos custos a suportar com intervenções militares, muito mais caras se dirigidas a povos descolonizados.[519]

A relativa simetria do poder económico também mudou nos mercados petrolíferos. Durante as duas guerras que se desenrolaram no Médio Oriente, em 1956 e 1967, os países árabes tentaram impor embargos aos fornecimentos de petróleo, mas os seus esforços foram rápida e facilmente desfeiteados porque, nesse tempo, os Estados Unidos da América encontravam-se a produzir o suficiente para suprir a Europa ocidental em caso de qualquer falha que lhe pudesse surgir.[520] Quando a produção americana atingiu o seu pico de produção, em 1971, e de seguida começaram a ter de importar petróleo para compensar o défice interno, o poder de equilibrar o mercado passou para outras origens, mais bem apetrechadas, como foram as da Arábia Saudita e do Irão.[521] Os Estados Unidos da América já não constituíam o último reduto fornecedor com quem se podia contar em caso de falha de abastecimento.

Foi justamente nesta oportunidade que as "*seven sisters*" começaram, gradual e continuadamente, a perder o domínio do mercado mundial.[522] Uma das razões que tem sido apontada reside na obsolescência das negociações com os países detentores das reservas, sobretudo após a legitimidade, conferida pela Resolução da Organização das Nações Unidas, da soberania permanente sobre os recursos naturais atribuída às nações em que se encontrem localizadas.

---

[519] Quando os britânicos e os americanos intervieram no Irão, em 1953, os custos a suportar com as acções militares a desenvolver eram considerados baixos. Porém, se quisessem tentar manter o Shah no poder, aquando da Revolução Iraniana em 1979, os custos poderiam atingir montantes verdadeiramente proibitivos.

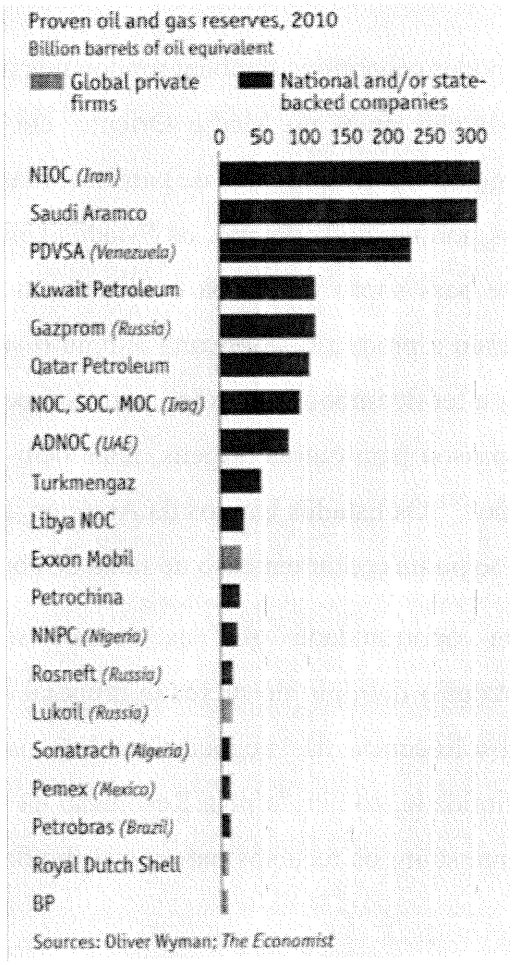
[520] Respectivamente a Campanha do Sinai, a Segunda Guerra israelo-árabe, de 29 de Outubro a 5 de Novembro de 1956 e a Guerra dos Seis Dias, a Terceira Guerra israelo-árabe, de 5 a 10 de Junho de 1967.

[521] Ver Gráfico 15.

[522] Ver subcapítulo "II.4.3 – O cartel "*seven sisters*" toma o domínio do sector petrolífero".

Com o correr do tempo o poder das petrolíferas transnacionais em estruturar o mercado, particularmente no que se refere a matérias-primas, foi-se reduzindo em termos de prepotência no relacionamento com os países hospedeiros. Também se foram juntando às "*seven sisters*" outras menos preponderantes quando novas empresas transnacionais conseguiram entrar no mercado petrolífero que, apesar de menores em dimensão, eram suficientemente grandes para negociar os seus próprios projectos. Esta concorrência mostrou-se suficiente para reduzir o poder das maiores petrolíferas e avançar com a reestruturação do mercado.[523]

Quadro 4: Maiores petrolíferas (ano 2010)
(Em valor das suas reservas comprovadas)



[523] No início da década de 2010 as seis maiores petrolíferas privadas apenas controlavam cinco por cento das reservas mundiais de petróleo, enquanto as estatizadas controlavam todo o restante. Ver Quadro 4: "Maiores petrolíferas (ano 2010). (Em valor das suas reservas comprovadas)"

A nova situação também constituiu um incremento, apesar de aparentemente modesto, à afirmação da OPEP como cartel dominante. A organização tinha capacidade potencial para forçar uma disciplina de preços que fosse favorável aos seus Estados-membros desde a data em que foi fundada, 1960, até ao início da década de 1970. Mas foi apenas após o estrangulamento da produção petrolífera que se registou o aumento do seu papel de coordenador do poder negociador dos produtores.

A Guerra do Yom Kippur proporcionou um impulso incomensurável à OPEP, um sinal de que poderia usar o seu poder, até então em estado potencial.[524] Os Estados árabes aproveitaram-no e restringiram o acesso ao petróleo, desde 20 de Outubro de 1973 até 18 de Março de 1974, por razões políticas, aos Estados que se encontravam a apoiar a política dos Estados Unidos da América para o Médio-Oriente e criaram uma situação através da qual a OPEP se pôde tornar efectiva.

[524] Quarta Guerra Israelo-Árabe: Guerra do Yom Kippur. Ocorrida entre 6 e 24 de Outubro de 1973.

III.1.3 – A excessiva dependência do petróleo do Médio Oriente

A estabilidade dos preços do petróleo no mercado mundial tinha sido impressionante durante muito tempo. Só esporadicamente, durante as duas Grandes Guerras mundiais, se tinham produzido pequenos incrementos nos preços, que grosso modo se tinham mantido estáveis.[525] Como os preços dos outros produtos e das mercadorias manufacturadas iam aumentando, o petróleo tornou-se relativamente mais barato.[526] Por consequência, foi de bom-senso económico, a sua utilização em larga escala. Como resultado, o ano de ponta do consumo mundial de petróleo, desde que o primeiro poço foi aberto a meados do séc. XIX, tinha ocorrido em 1979: mais de 60 milhões de barris diários. O aumento de consumo nunca tinha sido interrompido até à reacção ao primeiro choque petrolífero provocado pela OPEP em 1973.[527]

Em meados da década de 1970, em resultado desta acção da OPEP, a União Europeia debateu-se com sérios problemas, provocados pela utilização da "arma-petróleo por parte dos exportadores árabes e por uma recessão prolongada. A Europa dependia do Médio Oriente em cerca de 60 por cento do petróleo que consumia e, quando os árabes baixaram a produção e visaram a Holanda como alvo a atingir por completo embargo, a Comunidade Económica Europeia sentiu a aplicação de pressões centrípetas muito significativas. Cada Estado-membro defendia-se como podia, de forma a conseguir soluções separadas com os fornecedores árabes, constatando-se, nesse crucial momento, que a Comunidade não foi capaz de dar passos efectivos, pelo menos formalmente, para ajudar a Holanda a ultrapassar essa difícil situação.

A recessão europeia exacerbou vários problemas latentes que, associados à crise energética, prejudicaram seriamente os planos que a Comunidade tinha gizado para a formação da União Monetária, baseada na moeda única para todos os membros em 1980. Estes problemas assumiram tal nível de gravidade que chegou a parecer possível que a Comunidade pudesse encarar a sua total dissolução.

Do outro lado do Atlântico e na sua qualidade de maior consumidor e de maior importador de petróleo do mundo, os Estados Unidos da América deveriam ser especialmente sensíveis à

---

[525] Ver Gráfico 3.
[526] O aumento da taxa da inflação no conjunto dos países ocidentais, desde 1968, exasperava os exportadores de petróleo, conscientes de estarem a ser pagos em "papel sem valor". O petróleo estava mais barato em Setembro de 1973 do que em 1962.
[527] Ver Gráfico 18.

vulnerabilidade provocada pela crescente dependência da importação de petróleo. Importavam cerca de 46,6 por cento das suas necessidades em petróleo em 1973, data do primeiro embargo imposto pelos países da OPEP e tiveram que reduzir o volume das importações para 37,2 por cento a partir dessa data.[528] Curiosamente, porém, enquanto até essa mesma data, importavam 5,3 por cento dos países árabes membros da OPEP, passaram a importar 11,6 por cento a partir daí.

A crescente dependência das importações de petróleo do politicamente volátil Médio Oriente foi motivo de especial preocupação dos Estados Unidos, por várias e diferentes razões. De imediato porque uma maior dependência do petróleo de origem estrangeira, aumentava o potencial impacte de forçadas reduções de importação de petróleo na economia dos Estados Unidos. De seguida, a importação de petróleo contribui para os défices da sua balança de pagamentos e, como as importações de petróleo têm tendência para aumentar, teriam que ser obtidas mais receitas provenientes das exportações para compensar o petróleo importado, em vez de serem aplicadas no consumo doméstico. Recorde-se que, em 1990, o valor da importação de petróleo atingiu os 65 mil milhões de dólares, mais de metade do défice total da sua Balança de Pagamentos. Por outro lado, a ameaça de potenciais perturbações económicas e sociais que eventualmente acompanhem aumentos de importações de petróleo ou disrupções nos preços, podem constranger os *policy-makers* dos Estados Unidos em negócios estrangeiros, segurança nacional e assuntos militares, se o abastecimento de petróleo for afectado. Sem esquecer que a pronta disponibilidade de petróleo importado barato, apresenta-se como poderoso desincentivo ao investimento em programas de rentabilização da utilização do petróleo, quer seja em eficiência, fontes de energia alternativa ou no desenvolvimento dos recursos petrolíferos domésticos, aparentemente mais dispendiosos.[529]

Ao invés do Japão e de muitos países europeus ocidentais, altamente dependentes das importações de petróleo e onde este é fortemente tributado, os preços do petróleo nos Estados Unidos são relativamente baixos e não reflectem, integralmente, grande parte dos custos externos. Entre os mais importantes destes parâmetros, podemos citar, como exemplo, o dano ambiental provocado pela produção, pelos depósitos e por emissões de poluentes resultantes da refinação e da combustão, além dos custos da manutenção e encargos assumidos com as

---

[528] Ver Gráfico 15.

[529] Na Parte IV deixamos pistas para uma reflexão acerca das vias alternativas disponíveis para obtenção de hidrocarbonetos no território soberano dos Estados Unidos da América.

forças de cobertura militar à protecção e transporte dos fornecimentos.[530] Os custos de defesa, em particular, têm sido suportados, desproporcionadamente, pelos Estados Unidos, relativamente aos países europeus ou ao Japão.

À luz destas considerações, não surpreende que os Estados Unidos tivessem estabelecido uma estreita ligação entre o petróleo e a segurança nacional, o que se tornou em facto global, dentro do contexto de mercado global economicamente dependente.

Os Estados Unidos produzem a maior parte dos minerais utilizados na sua própria indústria mas, mesmo assim, dependem de fornecimentos estrangeiros para suprir uma boa parte ou o total das suas necessidades, em mais de 20 dos 80 por cento dos minerais estratégicos e críticos (não-combustíveis), incluindo reservas de defesa nacional.[531] Muitos destes minerais estão localizados em países do Terceiro mundo e é também daí que importam grandes quantidades de petróleo.

Apesar de alguns esforços para suster a onda, os Estados Unidos tornaram-se cada vez mais dependentes do petróleo do Terceiro Mundo, sobretudo após a década de 1970. Até esse período não abandonaram Israel, não atacaram algum país do Médio Oriente, ou (tanto quanto se sabe) desestabilizaram ou organizaram o derrube de algum Governo do Médio Oriente. De facto, da experiência dos anos 1970 pode-nos ser permitido concluir que a dependência acrescida dos Estados Unidos de recursos do Terceiro Mundo para matérias-primas não fortalecerá as tendências neoimperialistas de antigo formato, e o que é mais, pode incitar ao aumento dos esforços de negociação e à manutenção da relativamente estável economia do actual modelo.

Porém, é indubitável, que a Guerra do Golfo, em 1990-91, fez sobressair uma particular e significativa controvérsia contemporânea. Esta Guerra pode ser razoavelmente interpretada

---

[530] A 23 de Dezembro de 1971, os Estados Unidos assinaram, com o Bahrein, um Acordo relativo à utilização da Base de Jufair (onde tinham estacionado, desde 1949, uma esquadra com valor militar simbólico), cujas instalações partilhavam, até então, com a Grã-Bretanha, no qual se contemplava que (1) o pessoal americano autorizado a permanecer em terra não podia exceder as 250 pessoas e (2) a esquadra americana disporia do seu próprio centro de telecomunicações e do Aeroporto Internacional de Manama para as suas necessidades logísticas. Este Acordo foi denunciado pelo Bahrein após a Guerra de Outubro de 1973 (Guerra do Yom Kippur) e a presença da esquadra americana terminou em 30 de Junho de 1977. De seguida, em 25 de Agosto de 1977, o Presidente Carter (alterando a estratégia *nixoniana* da acção indirecta), ordenou a criação de várias unidades ligeiras para eventuais intervenções de comandos no Terceiro Mundo, para, em Abril de 1979, O General Rogers anunciar a existência de um Plano visando a formação de uma "força unilateral" de 100.000 homens, nesta mesma perspectiva.

[531] Cf. Larry J. Bradfish, *United States Strategic Mineral Policy.* 1987.

como imperialista, provocada com o objectivo de garantir os abastecimentos de petróleo. Mas será difícil argumentar que foi realmente por causa do "petróleo barato" ou travada no interesse das companhias petroleiras, ao mesmo tempo e *per se*. As companhias petroleiras não têm interesse em petróleo barato. De facto, se atentarmos na hipótese, por mero exercício académico, de Saddam Husayn ter conseguido estabelecer controlo sobre uma grande percentagem das reservas mundiais de petróleo e tivesse tido, igualmente, sucesso no aumento significativo dos preços, muitas das companhias petroleiras poderiam ter saído beneficiadas.

Mas, voltando à situação da produção e dos preços, da oferta e da procura, já no segundo trimestre de 1990 e de acordo com estimativas da *International Energy Agency,* a produção mundial excedeu a procura em mais de 2,8 milhões de barris diários. Visto de outro ângulo, houve um maciço aumento dos *stocks*, quer nos detidos pelos Estados Unidos e outros países mais industrializados, quer nos detidos por companhias privadas, considerado muito elevado, durante esse lapso de tempo.[532] Pelas inflexíveis leis do mercado, logo em Junho desse mesmo ano de 1990, os preços voltaram aos níveis baixos de 1988.[533]

Esta situação pareceu a Londres e a Washington como que uma demonstração de força para influenciar o encontro da OPEP, a correr em Genebra[534], onde o Iraque pedia o estabelecimento de um novo preço, a situar-se entre os 18 e os 25 dólares por barril. O Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros britânico, Douglas Hurd, sugeriu uma bitola amaciadora, à boa maneira diplomática: "*Nós deploraríamos qualquer ameaça ou uso da força*". Martin Fitzwater, porta-voz do Presidente Bush, intrometeu-se insinuando que "*todas as disputas podem ser conduzidas por meios pacíficos*". Não foram precisos avisos enfáticos para que se tornasse claro para Saddam Hussayn que o Ocidente não iria tolerar qualquer agressão contra o Kuwait. Porém, nem o conhecimento desse pensar, nem a oferta, no encontro da OPEP, de um novo preço a rondar os 21 dólares por barril, foi suficiente para o satisfazer. A última hipótese de acordo cessou, com o Iraque a abandonar o diálogo com o Kuwait em 1 de Agosto.[535]

No dia seguinte, 2 de Agosto, a invasão do Kuwait pelo Iraque despoletou nova crise no sector petrolífero. Por Outubro desse mesmo ano de 1990, os preços do petróleo bruto passaram dos cerca de 18 dólares em que estavam, para valores entre os 35 e os 40 dólares por

---

[532] *Oil and Gas Journal.* pp. 41-43; *Petroleum Economist,* May 1989. p. 143.
[533] *Petroleum Economist.* Abril, 1990. pp. 130-131.
[534] Realizada em 26 de Julho de 1990.
[535] John Dockie. *Inside the Foreign Office.* Londres, 1992. p. 183.

barril, de facto, muito acima do que tinha sido proposto ao Iraque, na reunião de Genebra, apenas três meses antes. Os cortes nos fornecimentos do petróleo de origem iraquiano e kuwaitiano, por via da guerra, retiraram, praticamente, 4 milhões de barris diários do mercado mundial, além de que o consequente aumento dos preços ainda foi mais agravado pelas compras especulativas que, de acordo com as estimativas da época, acrescentaram mais 2 milhões de barris diários à procura.[536]

Em resposta à explosiva subida dos preços para cerca do dobro, a Arábia Saudita, os Emiratos Árabes Unidos e a Venezuela, entre outros, anunciaram que iriam aumentar as produções para o máximo da sua capacidade instalada. A motivação teve origem económica: eliminar défices de orçamento, equilibrar balanças de pagamento e, simultaneamente, amortecer a escalada dos preços, que alguns produtores temiam poder vir a fazer repetir o cenário dos anos 1980: súbita expansão seguida de implacável colapso.[537]

A agravante do problema está, desde logo, ligada, por um lado, ao incremento e à estabilização dos fluxos de capital e ajuda ao Terceiro Mundo, e, por outro, acautelar a reemergência do tipo de problemas relacionados com a divida externa, como aconteceu nos anos 1980, tendentes ao aparecimento de nova série de dificuldades nas amortizações e renegociação de escalonamentos. Permitir que os excedentes financeiros da OPEP fossem reciclados para os países em desenvolvimento, através do sistema bancário, acabaria por se tornar num maior desastre, agravado pela consequente subida das taxas de juro, sendo elas próprias uma consequência dos efeitos inflacionários da alta dos preços do petróleo.[538] Logo, os excedentes da balança de pagamentos dos países da OPEP tornaram-se no maior factor da economia mundial e o aumento das taxas de juro avultou os problemas da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Estava-se perante a expectativa de saída desta confrontação, quando os Estados Unidos e a força multinacional da coligação dos seus aliados lançaram o ataque aéreo sobre o Iraque.[539] Hussayn compreendeu por experiência vivida, que não poderia anular o peso dos poços

---

[536] *The New York Times.* 12.Agosto.1990.
[537] Eliyahu Kanovsky. *Why the Oil Crisis Won't Last.* 1991. p. 88.
[538] Jonathan Michie. *Managing the Global Economy.* 1995. p. 293.
[539] A Resolução 678 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 29 de Novembro de 1990, autorizou o uso de *"todos os meios necessários"* para libertar o Kuwait e restaurar a paz na região. Seguidamente, o Congresso dos Estados Unidos autorizou o Presidente George Bush, em 12 de Janeiro de 1991, a usar a força militar contra o Iraque. Por fim, em 16 de Janeiro, concretizou-se a deflagração da esperada Guerra do Golfo, após esgotadas todas as hipóteses de acordo. Em 17 de Fevereiro, o Presidente Bush anunciou que a missão de libertação do Kuwait estava terminada.

petrolíferos sauditas e o preço internacional do petróleo caiu 10 dólares num só dia, a maior queda de preços jamais registada de uma só vez.

De qualquer forma, conquanto o petróleo seja a mais importante excepção à regra, os Estados Unidos da América e todo o mundo industrializado tornaram-se dramaticamente, nos anos recentes, menos dependentes das matérias-primas do Terceiro Mundo. Por volta de 1986, os preços das matérias-primas atingiram os mais baixos preços da história comparativamente aos preços dos serviços e produtos manufacturados. A principal razão parece clara, já que a produção de produtos alimentares, matérias-primas e petróleo bruto aumentaram rapidamente nos anos 1980, para além de que parece razoavelmente seguro dizer que géneros alimentícios e matérias-primas estão em permanente sobreabastecimento. Este foi trazido de um certo desajustamento das economias industriais e do desenvolvimento industrial dos fornecedores de matérias-primas. A produção industrial afastou-se, definitivamente, de produções que envolvam produtos e processos de material-intensivo. Mesmo que a confiança nos produtos primários dos países em desenvolvimento tivesse constituído um factor importante na formação das políticas neoimperialistas desde a Segunda Grande Guerra Mundial (e o acidente com os produtores de petróleo nos anos 1970, lança, pelo menos, alguma dúvida nesta noção), essa confiança tem aparentemente decrescido substancialmente, levando a inferir que o seu impacte na política externa dos Estados Unidos da América e de outros países industrializados poderá decrescer concomitantemente.

III.2 – Os recursos petrolíferos tornam-se arma diplomática

Quando foi chegada a década de 1970 a dependência do petróleo assumiu tal dimensão que tornou possível ser utilizado como recurso a que os Estados em que as reservas se encontravam localizadas pudessem recorrer para atingir objectivos políticos.

Os Estados Unidos da América estavam a passar de produtores excedentários e grandes exportadores a importadores líquidos e o Japão, a Europa Ocidental e outros grandes consumidores não dispunham do seu próprio petróleo em quantidade suficiente, ou tinham-no a extremamente elevados custos de extracção.

Encontravam-se, portanto, disponíveis as condições que lhes permitiram encetar uma escalada de acções que culminaram em imposições de embargos que lhes possibilitaram a sua utilização como arma diplomática.

As superpotências foram obrigadas a rever o marco dos seus interesses vitais quando descobriram que a violência sistémica da organização mundial podia entrar em disfunção pelo uso de poderes funcionais que ficaram nas mãos das pequenas potências do chamado Terceiro Mundo, designadamente, posição geográfica, infraestruturas de apoio e, sobretudo, certos minerais raros e a arma petróleo.[540]

O controlo do petróleo do Médio Oriente tinha passado das empresas multinacionais para os Estados hospedeiros e para os seus Chefes de Estado e, subitamente, uma restrita parte de *leaders* árabes tornou-se chave da sobrevivência Ocidental.[541]

[540] Adriano Moreira. *Estudos da conjuntura internacional.* Op. cit. p. 27.
[541] Richard Nixon. *The Real War.* 1980. p. 81.

III.2.1 - Primeiro embargo de sucesso e consequente choque petrolífero

As Forças Armadas egípcias enxamearam o Canal do Suez,[542] em Outubro de 1973. Em poucos dias de luta, egípcios e sírios do Norte, inverteram o *status* de várias décadas e pretenderam provar que os adversários podiam bem com Israel em guerra aberta. Nas críticas semanas que se seguiram, o petróleo foi usado pela primeira vez como arma política pelas potências árabes. Mesmo que estes acontecimentos fossem só o culminar de um longo e paciente processo de negociações e reconstrução que se foi desenvolvendo a partir da estrondosa derrota árabe, em Junho de 1967, na Guerra dos Seis Dias.

O Presidente egípcio Anwar al-Sadat convocou uma reunião do Conselho de Segurança Nacional do Egipto em 2 de Outubro de 1973. Nesse encontro que decorreu em pleno Ramadão, o Presidente explicou detalhadamente que poderia vir a ser necessário, em futuro próximo, quebrar o cessar-fogo, tendo-lhe sido imediatamente perguntado que espécie de guerra esperava que resultasse, a que respondeu que pensava que poderia ser uma batalha limitada. Alguns dos presentes tentaram que definisse com um pouco mais de precisão o que quereria dizer por "batalha limitada", perguntando igualmente se também pensava que o petróleo se poderia tornar em arma, nessa batalha que se previa estar a aproximar. A resposta foi que, não pensava poder fazer, antecipadamente, qualquer espécie de pedidos aos Estados Árabes produtores de petróleo, mas que, uma vez a batalha começada, qualquer pedido egípcio poderia vir a encontrar uma resposta muito rápida.[543]

Após o falhanço do Conselho de Segurança das Nações Unidas reunido a pedido do Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a atenção começou a dirigir-se para a questão do transporte aéreo das armas para os beligerantes. Os israelitas tinham organizado uma ponte aérea desde o primeiro momento da Guerra, desviando o máximo que podiam de aviões civis para os Estados Unidos, onde estavam autorizados a aterrar, expressamente sancionado pelo Presidente Nixon, para carregar armamento e munições. Logo que egípcios e sírios tomaram conhecimento da ponte aérea israelita aumentaram a pressão sobre a Rússia com o objectivo

---

[542] O Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou o Canal do Suez, em 26 de Julho de 1956, após os Estados Unidos e a Grã-Bretanha o terem humilhado com a revogação do empréstimo do Banco Mundial destinado à construção da Barragem do Alto Aswan. Em 24 de Outubro ficou concluído o acordo secreto entre a Grã-Bretanha, a França e Israel, para a invasão do Egipto. Em 29-30 de Outubro, as tropas israelitas invadiram o Sinai dando início à Segunda Guerra Israelo-Árabe (29.Outubro a 5.Novembro.1956), dita Campanha do Sinai. Israel capturou uma grande parte do Sinai e as Forças franco-britânicas capturaram Port Said.

[543] "Sadat Rides the Storm". Mohamed Heikal. *The Road to Ramadan.* 1975. p. 114.

de também organizar uma equivalente ponte aérea a seu favor. Uma vez concedida e iniciada a ponte aérea russa, os americanos apressaram a sua própria para Israel, passando a fazer uso aberto da sua Força Aérea para esse propósito. Abriu-se, então, um conflito entre o Departamento de Estado e o Pentágono, por algum receio de que, se os Estados Unidos enviassem, rapidamente, para Israel, todo o armamento que os israelitas iam pedindo (e os pedidos de Israel eram, sobretudo, armamento antitanque e mísseis) com carácter de máxima urgência, poderiam gerar uma reacção adversa do lado árabe e, porque não, a implementação da cada vez mais temida "arma-petróleo".[544]

Os árabes reagiram mesmo, como seria de esperar. Em plena Guerra do Yom Kippur[545] os Ministros do Petróleo dos países OPAEP reuniram-se no Kuwait em 16 de Outubro. No dia seguinte, num gesto de boa vontade e simpatia para com o Egipto e a Síria, em reacção à decisão do Presidente Nixon de enviar armas para Israel, em grande escala e por via aérea, os Estados árabes membros da OPEP[546] decidiram que:

> Todos os Estados árabes exportadores de petróleo devem reduzir, imediatamente, a produção em não menos de 5 por cento em relação à produção de Setembro e aplicar a mesma taxa de redução todos os meses, até que as Forças israelitas tenham saído, completamente, de todos os territórios ocupados durante a Guerra [Israelo-Árabe] de [Junho] 1967 e os legítimos direitos do povo palestino estejam restaurados. [547]

A OPAEP que tinha dividido os países consumidores entre as três categorias de amigos, neutros e hostis à causa árabe, também confirmou o exorbitante aumento de preço, anteriormente declarado pela OPEP. A Arábia Saudita decidiu uma redução de 25 por cento da sua produção que na altura rondava os 8 milhões de barris diários. O Iraque ignorou, pura e simplesmente, a decisão da OPAEP. Dois dias depois, a Arábia Saudita suspendeu, por tempo indefinido, todos os embarques de petróleo para os Estados Unidos. Esta dramática redução do abastecimento internacional de petróleo provocou uma persistente escalada dos preços e obrigou a comunidade mundial a reavaliar os seus anteriores conceitos acerca do sector petrolífero.

---

[544] Mohamed Heikal. *The Road to Ramadan.* 1975. p. 245.
[545] Quarta Israelo-Árabe ocorrida entre 6 e 24 de Outubro de 1973.
[546] A OPEP, Organismo formado em 1960, inclui os seguintes Estados membros: Argélia, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos (UAE), Equador, Gabão, Indonésia, Iraque, Irão, Kuwait, Nigéria, Qatar, Líbia e Venezuela.
[547] "*Communiqué, Conference of Arab Oil Minister, Kuwait, October 17, 1973.* The University of California Berkeley. The Cabinet of Richard Milhous Nixon. 18 de Janeiro de 2012. "ucbmunc 2012".

Logo após a crise de 1973 e durante a chamada década da OPEP, os países ocidentais industrializados ansiaram por reduzir a sua dependência dos fornecedores externos de petróleo bruto. Perante a gravidade da situação, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon propôs, em Fevereiro de 1974 *"restabelecer a capacidade [dos Estados Unidos] de autossuficiência até 1980"* e apelou para *"um modelo de comércio mundial de petróleo, aceitável"*, bem como novas medidas de conservação e o recurso a fontes de energia alternativas, que permitissem a redução da procura de petróleo.[548]

Só uma crise como a dos anos 70, liderada pela OPEP e da sua inteira e exclusiva responsabilidade, poderia obrigar os agentes internacionais a desviar a orientação das suas políticas energéticas do petróleo para outros recursos, eventualmente disponíveis.

A opção do recurso a fontes alternativas de energia contribuiu, de facto, para reduzir a dependência em relação ao petróleo da OPEP. O carvão, por exemplo, tornou-se, de novo, na maior fonte energética dos Estados Unidos. Do mesmo modo, o Japão aumentou as suas importações de carvão para dar resposta ao aumento da procura de energia eléctrica e das exigências do sector industrial. Também a China passou a actuar fortemente no carvão, como fonte primária de combustíveis fósseis. Por outro lado, a energia nuclear tornou-se alternativa; a França aumentou a sua geração de energia eléctrica à custa da energia nuclear, tendo mais do que decuplicado a produção entre 1973 e 1986 com o objectivo de reduzir a sua dependência do petróleo importado, e o Japão, com idêntico objectivo, tornou-se rapidamente, no quarto maior produtor mundial de energia nuclear. O Governo alemão, por seu turno, encorajou a mudança do petróleo para o gás natural, contando, para tanto, com os recursos oferecidos pela Rússia.

A Guerra de Outubro de 1973 mudou radicalmente a face da indústria petroleira e pôs nas mãos das nações produtoras de petróleo um nível de poder que, anteriormente, teria sido impensável que alguma vez viesse a ser possível. Uma das esperadas consequências da Guerra, foi a utilização da chamada "arma-petróleo" pela primeira vez pelos árabes, acção que já vinha desde longa data a ser pedida por muitos dos povos do mundo árabe e que o mundo ocidental estava potencialmente temendo. Porém, a primeira aplicação acabou por provocar pouco dano aos que se suponha que iria prejudicar ou beneficiar os que se supunha que iria beneficiar.

---

[548] *32-Annual Budget Message to the Congress, Fiscal Year 1975*. John Woolley e Gerhard Peters. *The American Presidency Project*. 1974.

Devemos tomar em consideração as grandes alterações verificadas entre 1967 e 1973 no mercado mundial do petróleo. Em 1967, o mercado estava cheio de petróleo barato, a produção mantinha-se controlada por um pequeno número de grandes petrolíferas e os Estados Unidos produziam muito mais do que o conjunto do Médio Oriente. Por volta de 1970 começaram a notar-se, aqui e ali, os primeiros sinais de escassez de petróleo, a produção dos Estados Unidos entrou rapidamente em declínio e as estimativas das reservas começaram a aumentar a um ritmo menor do que a produção. Tomou-se, de repente, consciência de que o petróleo era um produto esgotável e, não menos importante, que cerca de metade das reservas detectadas se encontravam no Médio Oriente.

Contrariamente ao que aconteceu durante o embargo de 1967, este de 1973 prejudicou fortemente os Estados Unidos porque, por um lado, foi aplicado durante o Outono e Inverno, quando a procura de combustível para aquecimento aumenta e, por outro, porque os Estados Unidos se tinham tornado mais dependentes do petróleo árabe. Os analistas afirmaram que a OPAEP foi a grande responsável por uma redução anual no Produto Interno Bruto dos Estados Unidos, na ordem dos 10 a 20 mil milhões de dólares.

A determinação dos membros da OPAEP, especialmente da Arábia Saudita, começou a enfraquecer, pouco depois. Dado que a Grã-Bretanha não tinha sido incluída no embargo, o Primeiro-ministro britânico, Edward Heath, ciente do declarado irredutível anticomunismo manifestado pelo Monarca saudita, Faisal ibn Abdul Aziz, argumentou publicamente em fins de Dezembro que, qualquer pressão prolongada no petróleo fortaleceria o comunismo, por enfraquecimento do Ocidente. O Presidente Sadat, trabalhando em conjunção de esforços com o Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, não deixou passar muito tempo para convencer Faisal a acabar com o embargo. A vontade de Faisal e Sadat prevaleceu sobre os outros membros da OPAEP, em terminar o embargo (que já durava há cinco meses) em 18 de Março de 1974 "como um gesto de boa vontade árabe" para com o Ocidente, apesar dos israelitas ainda não terem saído de nenhum dos territórios árabes ocupados e de que os direitos do povo palestino ainda não tivessem sido restaurados, como exigido.[549]

Parece importante citar o que o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, escreveu a este propósito:

---

[549] Jareer Elass e Amy Myers Jaffe. *The History of U. S. Relations with OPEC: Lessons to Policymakers.*Energyforum. James A: Baker III Institute for Public Policy. Rice University. 2010. p.34.

> Tornou-se embaraçantemente óbvio que os países consumidores se tinham tornado tão dependentes da OPEP – e que os Governos dos seus países-membros tinham assumido uma tal autoritária posição – que, a curto prazo, o Ocidente estaria virtualmente incapacitado de reagir perante qualquer exigência que esses Governos decidissem impor. O controlo do petróleo do Médio Oriente tinha passado das companhias multinacionais para os países hospedeiros e respectivos governantes, com uma limitada parte de dirigentes árabes a tornarem-se, subitamente, na chave da sobrevivência do Ocidente. Nem as petrolíferas, nem os Governos ocidentais, nunca mais poderiam ditar termos aos países da OPEP. O melhor que as nações ocidentais poderiam fazer, era tentar persuadir as nações produtoras, de que os seus interesses a longo prazo estavam amarrados aos do Ocidente e que, se as suas acções arruinassem as economias ocidentais, ou destruíssem o dólar, ou mesmo enfraquecessem o Ocidente de forma que não pudesse mais proteger os seus interesses como os seus próprios, então essas acções poderiam ser, no fim de contas, autodestrutivas.[550]

O factor petróleo tinha-se apresentado no passado recente, como o maior incentivo para o intenso esforço produzido em Washington para tentar encontrar uma saída pacífica para o conflito Israelo-Árabe.

Esses esforços tinham sido largamente representados pela chamada *shuttle diplomacy* do Secretário de Estado Henry Kissinger, como o próprio a denominou.[551] Em Janeiro de 1974, Kissinger negociou um acordo de cessação de hostilidades entre o Egipto e Israel e, em Setembro de 1975, conseguiu persuadir as duas partes a assinar um documento, que se tornou conhecido por Sinai II, que proporcionava a saída das forças armadas israelitas do Sinai Ocidental.[552] Nesta última fase das negociações, a OPEP esteve submetida a enormes pressões, nomeadamente durante o Natal de 1975, quando um heterogéneo grupo de seis elementos germano-pelestinos, liderado por Illich Ramirez Sanchez, de passaporte venezuelano, referido na imprensa como "Carlos *the Jackal*", e pela alemã Gabrielle Krocher-Tiedemann, entraram na Sede da OPEP, em Viena, retendo, como reféns, os onze Ministros árabes responsáveis pela pasta do petróleo, com a exigência de mais firme determinação na aniquilação de Israel.[553]

---

[550] *The Real War.* "4. The Oil Jugular". 1980. p. 71.
[551] *The White House Years.* 1988. p. 558.
[552] Acordo diplomático assinado, em Genebra, entre o Egipto e Israel em 4 de Setembro de 1975.
[553] Claire Sterling. *The Terror Network. The Secret War of International Terrorism.* 1981. p. 3.

Henry Kissinger fez, a este propósito, pertinentes declarações que transcrevemos:

> Em 1973-74, o Irão foi o único país produtor de petróleo do Médio Oriente que não se quis juntar ao embargo contra nós; continuou a vender o seu petróleo aos Estados Unidos, a Israel e aos nossos outros aliados. O Irão manteve a sua produção no máximo da capacidade (o que ajudou a estabilizar os preços) e nunca usou o petróleo como arma política. O Shah foi a fonte de ajuda e encorajamento às forças moderadoras no Médio Oriente, África e Ásia; usou, unicamente, o seu poder militar para garantir a segurança do Golfo Pérsico e para desencorajar aventuras de radicais; suportou firmemente o processo de paz que culminou no Tratado Israelo-Egípcio; foi um defensor do Presidente Sadat contra as forças radicais da região. Depois de ter apoiado, inicialmente, a alta de preços em 1973, usou de toda a sua influência para manter os preços, de tal modo que os preços reais desceram no período de 1973 para 1978 [devido à inflação reflectida].[554]

Os *peacemaking* dos Estados Unidos estavam apoiados na ajuda económica, já que o especial relacionamento entre os Estados Unidos e Israel foi reconfirmado durante as sessões de negociação e ficou reflectido num aumento da ajuda militar americana que passava do montante médio anual de 400 milhões de dólares recebidos durante o período de 1971-1973, para 1,5 mil milhões de dólares para o período de 1974-1975, correspondente a um acréscimo de 42 por cento para o orçamento de defesa israelita. Nesta negociação, o Egipto também saiu recompensado pela boa vontade manifestada em relação às propostas apresentadas por Kissinger: os Estados Unidos contribuíram para a reconstrução do Canal do Suez, que pôde, enfim, ser reaberto em 1975, além de terem aumentado o pacote de assistência económica que passou dos 8,5 milhões de dólares válido em 1974, para 750 milhões de dólares a vigorar a partir de 1976.[555]

Ostensivamente, o embargo constituiu como que uma retaliação ao substancial reabastecimento militar, quer público quer governamental, dos Estados Unidos da América a Israel. O imbatível Estado judeu entendeu, muito rapidamente, que o reabastecimento da sua máquina militar correspondia a uma situação verdadeiramente crítica. Recorde-se que Israel tinha perdido, nos três primeiros dias de Guerra, sessenta aeronaves e um par de centenas de blindados. Exceptuando a Holanda, Portugal e a República Federal Alemã,[556] todos os outros membros da NATO proibiram a passagem dos voos dos Estados Unidos da América e da

[554] Washington Post, 29 de Novembro de 1979.
[555] Cf. Sinai II Agreement: *Interim Agreement between Israel and Egypt. September 4, 1975.*
[556] Até ao dia 22 de Outubro, quando também alteraram a sua posição inicial.

utilização de bases para vigilância e reabastecimento de Israel. A esse propósito a Grã-Bretanha negou aos Estados Unidos da América o direito ao uso das suas bases, quer no Reino Unido quer em Chipre, forçando-os a pedir a Portugal a garantia dos direitos de reabastecimento nas suas ilhas dos Açores. A concordância manifestada por Portugal habilitou a frota aérea dos Estados Unidos da América a contornar a negação britânica.

Devemos salientar que a acção avançada pelos Estados Unidos da América poderia ser encarada como constituindo uma compensação ao abastecimento massivo de armamento da União Soviética aos egípcios e aos sírios. Os primeiros não puderam permitir que uma vitória árabe, com armamento dos segundos, alterasse o equilíbrio de poder na região, claramente contrário aos seus próprios interesses.

III.2.2 - Lançamento da "arma-petróleo"

Finalmente, os países ocidentais consumidores de petróleo dependentes de importação continuada tornaram-se vulneráveis à ameaça de interrupção ou de redução de fornecimento. Como o petróleo se tinha tornado a principal fonte de energia e os fornecimentos dos Estados Unidos da América diminuíram, as economias de mercado desenvolvidas foram-se tornando cada vez mais dependentes do petróleo importado, especialmente oriundo do Médio Oriente e do Norte de África.

Em 1972, o petróleo era a fonte de quase 60 por cento da energia total consumida na Europa Ocidental, 73 por cento no Japão e 43 por cento nos Estados Unidos, a maior parte importado. Nesse mesmo ano, 80 por cento do petróleo importado pela Europa Ocidental e pelo Japão, proveio do Médio Oriente e do Norte de África, sendo que esta mesma região foi responsável por 15 por cento do petróleo importado pelos Estados Unidos. Esta vulnerabilidade na área económica foi-se acentuando à medida que ia declinando a influência política nas regiões produtoras e a ausência de individual ou conjunta política energética que contrariasse qualquer hipótese de manipulação do fornecimento.

Como Henry Kissinger, referiu em entrevista:

> Antes desta nossa conversa (3 de Fevereiro) falámos dos perigos dos anos 80, só em termos de relações Este-Oeste. Uma análise séria poderia mostrar que o problema Este-Oeste é normalmente complicado pelo processo histórico em muitas regiões do mundo, incluindo o Golfo e a Arábia Saudita, que são, de alguma forma, independentes do conflito Este-Oeste. Na Arábia Saudita e no Golfo, encontrámo-nos frente a dois distintos problemas. Um deles é a percepção, cada vez maior, do irrelevante potencial do poder Americano perante o grande perigo que esses países apresentam. Eles estão preocupados e receosos dos Estados Unidos; por várias razões aceitarão alterações geopolíticas adversas, desde que se possam estruturar de forma a poder resolver eventuais convulsões internas. O segundo problema é a transformação social alimentada pelos tremendos recursos que o petróleo disponibilizou. Estes dois factores, evidentemente, estão interligados e influenciam-se um ao outro.[557]

[557] *The Economist*, 10 de Fevereiro de 1979.

Para que se possa entender em que medida a extensão do embargo de petróleo e o aumento dos preços de 1973, mudaram a economia mundial e catapultaram a Arábia Saudita para o topo do poder financeiro global, devem-se reanalisar os acordos firmados antes de 1973, entre os Sauditas e as petrolíferas estrangeiras, A primeira concessão petrolífera do Reino foi adjudicada por Ibn Saud, em Novembro de 1933, à *Standard Oil Company of California* que fundou a *Californian Arabian Standard Oil Company*[558] e garantiu o direito de extrair e transportar toda a quantidade que fosse encontrada na sua concessão em troca da construção de uma refinaria e do pagamento de *royalties* no valor de quatro *welins* de ouro por cada tonelada de petróleo bruto. Pode-se inferir que os termos desta concessão foram favoráveis à ARAMCO. Foi descoberto petróleo na província oriental de Dharan, em 1938. Porém, a verdadeira produção comercial só começou a ser significativa e de relevante importância no decurso e logo após a II Grande Guerra Mundial. Durante os anos 50, os acordos da concessão foram modificados para que tanto a Arábia Saudita como muitos outros produtores do Médio Oriente passassem a receber 50 por cento dos resultados operacionais das empresas estrangeiras. Saliente-se que, por esse tempo e sob as condições vigentes nos contratos de concessão, os países em que se encontravam os recursos tinham muito pouco a interferir quer na fixação dos preços quer nas quantidades a extrair. Sob este quadro de actuação a ARAMCO emergiu como uma gigantesca empresa multinacional que controlava não só a exploração do petróleo saudita, como também a sua refinação, comercialização e estabelecimento dos preços de venda.

Como a procura exigia mais produto, os produtores localizados no Médio Oriente acompanharam a evolução do mercado com cada vez maiores entregas. Isto foi especialmente notado no Japão e na Europa Ocidental, áreas que não dispunham do seu próprio petróleo em quantidade suficiente, ou tinham-no a extremamente elevados custos de extracção[559]. Em resultado desta confiança no petróleo a baixo custo, a Arábia Saudita forneceu 21,6 por cento do petróleo requerido pela Europa em 1972, e 13 por cento da produção mundial total em 1973. Até os Estados Unidos da América, o maior produtor e o maior consumidor mundiais, se tornaram dependentes das importações do petróleo saudita, que atingiram os 8,1 por cento de todo o petróleo que importaram nessa data.

---

[558] Mais tarde reorganizada como *Arabian-American Oil Company* e depois ARAMCO, quando da entrada da Texas Co. que se associou com metade do capital.

[559] Encontravam-se nesta situação as reservas localizadas no Mar do Norte. Só muito mais tarde, já com os valores de mercado colocados muito mais altos, se deu aso à sua exploração.

Nestas circunstâncias de crescente dependência da Europa Ocidental, do Japão e dos Estados Unidos do petróleo do Médio Oriente, a gradual reestruturação da indústria começou a tomar forma.

Dinamizado pelos pedidos do Shah do Irão, os preços começaram a subir nos finais da década de 60, e alguns dos países produtores atingiram controlo parcial na definição dos preços e nos níveis de produção. Apesar destas alterações, o mundo não estava preparado para a decisão dos produtores árabes em abrir a sua "arma- petróleo" como um instrumento de diplomacia. Em plena Guerra israelo-árabe de Outubro de 1973, os Estados Unidos envolveram-se numa vasta ponte aérea de equipamentos militares para Israel e o Presidente Richard Nixon pediu ao Congresso americano que aprovasse um orçamento de 2,2 mil milhões de dólares de ajuda militar a Israel. A Arábia Saudita respondeu a esta acção, declarando um embargo a todos os embarques de petróleo para os Estados Unidos, Holanda[560], Portugal[561] e outros aliados que directamente estavam ajudando Israel. Cumulativamente, os sauditas e outros produtores de petróleo, anunciaram que iriam cortar parte da produção e reduzir os montantes disponíveis destinados a países consumidores.

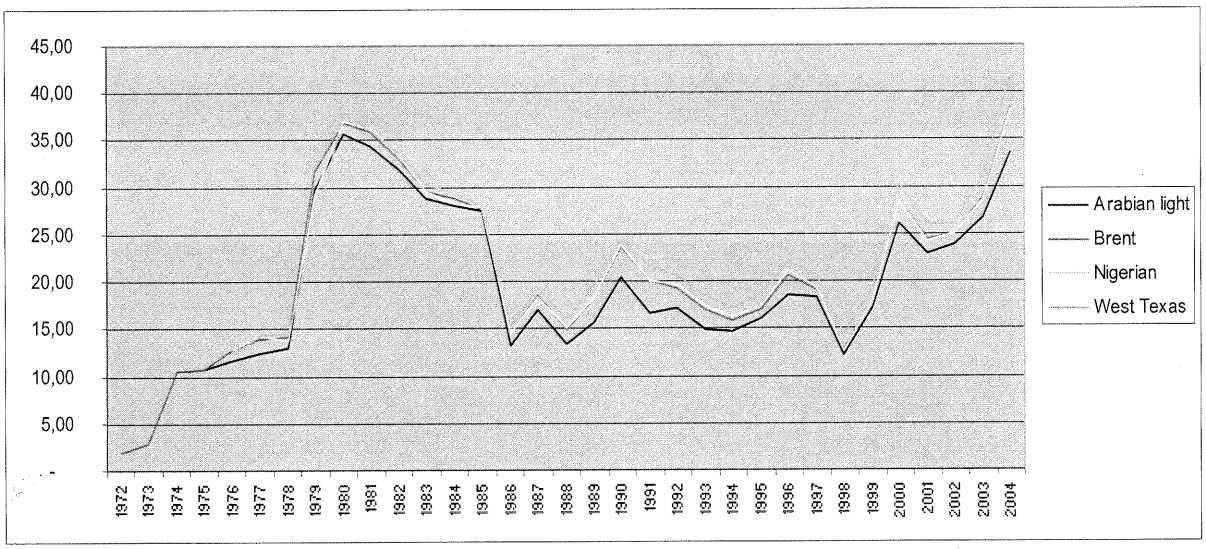
Estes anúncios lançaram o pânico e a confusão nos Estados industriais. Começou uma escalada de procura de petróleo não-Árabe e os preços reflectiram a conjuntura em alta. Em Novembro de 1973, a alavanca política da "arma-petróleo" tornou-se visível na Comunidade Económica Europeia e no Japão, que se apressaram a publicar declarações afirmando os direitos dos palestinos e a urgente saída de Israel dos territórios ocupados em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias. Nos meses que se seguiram, os previamente subavaliados preços, começaram a atingir o seu verdadeiro valor de mercado. A OPEP impôs o preço de 11,65 dólares por barril, a valer a partir de 1 de Janeiro de 1974, quando cerca de um ano antes estava a apenas 2,74 dólares.[562]

O efeito de tão extraordinário aumento dos preços nas receitas dos sauditas foi verdadeiramente espantoso. No ano anterior ao do aumento, o Reino tinha recebido 6,4 mil milhões de dólares de receitas do petróleo; no ano fiscal de 1974-75, as receitas dos sauditas já atingiam 27,7 mil milhões de dólares, nada menos do que 430 por cento de aumento, para

[560] Este país foi um dos principais visados, dada a importância de Amesterdão como porto de descarga e centro de distribuição de petróleo para parte da Europa.
[561] Pela cedência da Base Aérea dos Açores, por onde passaria a ponte aérea de abastecimento de equipamento militar.
[562] Ver Gráfico 22.

logo chegarem aos 102 mil milhões de dólares, em 1981, quando os preços atingiram o pico de 34 dólares por barril. O Reino ficou mergulhado em recursos financeiros.

Gráfico 22: Petróleo bruto convencional
Evolução dos preços *spot* (1972-2004)
(Valores em USD/barril)



Fonte: *BP Statistical Review of World Energy, June 2005*

O embargo de 1973 pôs em acção uma série de outros muito importantes desenvolvimentos na indústria petroleira, sobretudo a crescente participação dos países da OPEP na propriedade do sistema operacional produtivo e o envolvimento em actividades a jusante, como a refinação, a distribuição e a comercialização. Entretanto, as gigantescas petrolíferas estrangeiras não se afastaram. A tecnologia, o conhecimento e os serviços, dos quais os produtores dependiam, continuavam retidos por acordos de *leaseback* e *joint-ventures* com petrolíferas locais nacionais. Assim sendo, a ARAMCO continuou a manter-se como proeminente factor na vida nacional da Arábia Saudita, tendo atingido reservas comprovadas de 261 biliões de barris de petróleo bruto convencional, uma produção média diária de 8,6 milhões de barris e uma capacidade de refinação diária de 2,1 milhões de barris no ano 2004.

À guisa de comentário final, pode-se sublinhar que a exportação de petróleo bruto convencional da Arábia Saudita atingiu, em 2004, um montante que se aproximou dos 2.200

milhões de barris. A um valor médio *spot* de 42 dólares por barril, o valor total das exportações deveria ter atingido, nesse ano, a bonita soma de 92,4 mil milhões de dólares.

III.2.3 - Primeira deflagração da "arma-petróleo"

Os países árabes exportadores de petróleo impuseram embargos aos Estados ocidentais que ajudaram directamente Israel na guerra contra os seus adversários árabes, primeiro em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias e de novo e com redobrado ímpeto em 1973 durante a Guerra do Yom Kippur.

A extensão e rapidez da resposta israelita contra as bases aéreas do Egipto, Síria e Jordânia, em Junho de 1967, levou o Cairo e Amman a acusar Washington e Londres de envolvimento directo no conflito israelo-árabe. Recorde-se que, pela primeira vez, os países árabes exportadores de petróleo, reunidos de emergência em Bagdad, decidiram cortar o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e República Federal Alemã, além da pretensão de formar, com carácter de urgência, o que viria a ser a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), tornada efectiva em Janeiro de 1968. A França que, entretanto, tinha condenado a acção israelita, não foi incluída no embargo, suspenso, condicionalmente, em fim de Agosto de 1967.[563]

No entanto, o encontro de uma solução de saída para o conflito, quer pela sua complexidade, quer pela diversidade de interesses e objectivos em presença, não se poderia circunscrever à simples bipolarização negocial. Se por um lado o mundo industrializado e na via da globalização exigia segurança e garantia de continuidade de abastecimento dos indispensáveis recursos energéticos (leia-se petróleo), por outro, Israel dependia de outro recurso não menos importante e indispensável ao seu desenvolvimento e, porque não, à sua própria sobrevivência: água.

Passemos então em revista, muito rapidamente, posto que se afasta do tema central desta tese, apesar de omnipresente na raiz da discórdia entre os dois pólos em confronto: a irredutibilidade da posição israelita.

A Guerra dos Seis Dias mudou completamente a face das relações internacionais no Médio Oriente, elevando a disputa israelo-árabe do que era essencialmente uma querela regional, para um estádio que passou a envolver as Grandes Potências. Nesta conjuntura, a disputa tornou-se muito mais difícil de contornar.

---

[563] Na Quarta Cimeira da Liga Árabe, reunida em Khartoun (28.Agosto-1.Setembro.1967) foram reafirmados os direitos dos palestinianos ao seu próprio país e declarados os três "nãos": Não negociação com Israel, Não ao Tratado com Israel, Não reconhecimento do Estado de Israel. Só vieram a aceitar, de forma implícita, a existência de Israel, como Estado, quando a Liga iniciou o Plano de Fez em Setembro de 1982.

Para tanto basta relembrar os diferendos que estiveram na origem do confronto. Primeiro, o problema das fronteiras e dos refugiados palestinianos, persistente desde a fundação do Estado de Israel em 1948. Logo de seguida a corrida armamentista que se instalou no Próximo Oriente: em 1950, Israel e os principais Estados árabes despenderam entre 4 e 6 por cento do seu Produto Interno Bruto em armamento, para, em 1966, consumir mais de 12 por cento, transformando o Próximo Oriente na região mais fortemente armada à escala mundial. O terceiro pode ser encontrado nas consequências da Guerra do Suez, quando o que Israel ganhou se tornou fonte de ressentimento para os egípcios. Por último, o mais persistente problema: a importância, para Israel, da bacia hidrográfica do Jordão. Enquanto as nascentes dos rios não estivessem completamente controladas, todos os seus planos de irrigação se encontrariam comprometidos.

Mais tarde, já em 1973, um conjunto de países árabes impuseram novo embargo aos fornecimentos de petróleo aos Estados Unidos e aliados, com a intenção de influenciar a política seguida em relação a Israel. As consequências políticas e económicas desta acção foram imediatas e muito acentuadas nos Estados visados. Pouco tempo depois, os membros do Médio Oriente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tiveram sucesso ao persuadir a Organização que explorasse a sua posição estratégica como cartel e aumentasse drasticamente o preço das suas exportações de petróleo. De facto, entre meados de Outubro de 1973 e 1 de Janeiro de 1974, o preço do petróleo bruto aumentou de 2,55 dólares por barril para 11,65, por decisão e imposição da OPEP.

A deposição do Shah Pahlavi, no Irão, no início de 1979, parcialmente provocada pelos acontecimentos ocorridos na indústria petroleira iraniana, fez duplicar, em poucos meses, os preços que passaram dos 14 dólares para os 28 por barril. A seguir a esta crise e a uma persistente desvalorização do dólar norte-americano em relação a outras moedas, o cartel da OPEP aumentou, novamente e de forma muito significativa, os preços do petróleo.[564] A guerra entre o Irão e o Iraque, logo a seguir ao Setembro de 1980, atirou com os preços para os 41 dólares por barril, no mercado *spot*, para virem a estabilizar nos 34 dólares no início dos anos 80.[565]

O sucesso da OPEP ao quadruplicar o preço do petróleo foi possível devido sobretudo a um peculiar conjunto de circunstâncias favoráveis. A oferta e a procura estavam a aumentar,

[564] A crise política ocorrida no Irão fez reduzir as suas exportações de petróleo e provocou uma situação na qual o preço no mercado *spot* passou a exceder substancialmente o preço fixado pelo cartel.
[565] Ver Gráfico 22.

quando a Quarta Guerra Israelo-Árabe (1973) levou os árabes a impor o embargo ao Ocidente, ao mesmo tempo que o Shah do Irão, Reza Pahlavi, querendo tirar vantagem da situação, aumentou drasticamente o preço da sua quota de exportação de petróleo. Durante os meses seguintes ao rebentamento da Guerra, a procura de petróleo e de outras mercadorias tinha aumentado desmesuradamente, enquanto a aceleração da inflação tinha reduzido o valor real do preço do petróleo. Pelo lado da oferta, já não havia mais lugar a excedentes disponíveis com que o Ocidente pudesse compensar a escassez induzida pelos árabes. De facto, pode-se argumentar que a crise energética sentida nesse período começou muito mais cedo, quando os Estados Unidos decidiram atingir o máximo da produção dos seus próprios recursos, perdendo a capacidade de reserva estratégica e cedendo, a partir dessa data e a favor da OPEP, o efectivo controlo do mercado petrolífero mundial.

No conceito da política externa do conflito Israelo-Árabe, a utilização da "arma-petróleo" obrigou os governantes dos países da Europa Ocidental e do Japão, a olhar mais favoravelmente para a causa árabe e forçou os *policymakers* dos Estados Unidos da América a admitir a sua crescente e preocupante dependência das importações de petróleo.

III.3 - A OPEP toma o domínio dos recursos petrolíferos

As alterações políticas ocorridas nos Estados detentores de importantes recursos petrolíferos também enfraqueceram o poder do cartel formado pelas empresas privadas petrolíferas que dominavam o mercado.

Somando-se ao aumento de especializados e à alteração de atitude das elites, a emergência de novos concorrentes foi fundamental para o incremento do poder negocial dos governantes dos países de acolhimento. Na negociação com as petrolíferas, os países produtores obtiveram maiores ganhos e provisões contra a renúncia de áreas ainda inexploradas. Assim, os governantes de países produtores, sobretudo grandes produtores como a Arábia Saudita ou a Líbia, à medida que iam aumentando os seus rendimentos, iam, consequentemente, acumulando significativos montantes em divisas estrangeiras. Estas reservas financeiras fortaleceram a capacidade dos produtores, habilitando-os a absorver eventuais perdas de curto prazo resultantes de decisões de imposição de embargos, reduções de produção para provocação de aumento de preços ou, até mesmo, à obtenção de benefícios de outra ordem.

Simultaneamente, os governantes dos países hospedeiros iniciaram formas de cooperação entre eles. Extremamente desagradados com os cortes que os preços sofreram durante os anos de 1959 e 1960, que lhes tinham reduzido tão significativamente as suas receitas, representantes de um grupo de cinco países de entre os maiores exportadores mundiais – Arábia Saudita, Irão, Iraque, Kuwait e Venezuela – encontraram-se, em 1960, para discutir as reacções desencadeadas pelas petrolíferas.

Nesse encontro-cimeira, os cinco decidiram fundar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com o objectivo de proteger os preços de comercialização do seu produto e as receitas dos seus Estados. O impulso à formação da Organização, como aconteceu em 1968 com a formação da OPAEP[566], foi a vontade, por parte dos Estados-membros em afirmar o seu controlo sobre o considerado mais valioso dos recursos naturais. Para os Estados do Médio Oriente esta situação correspondia à sua própria independência política.

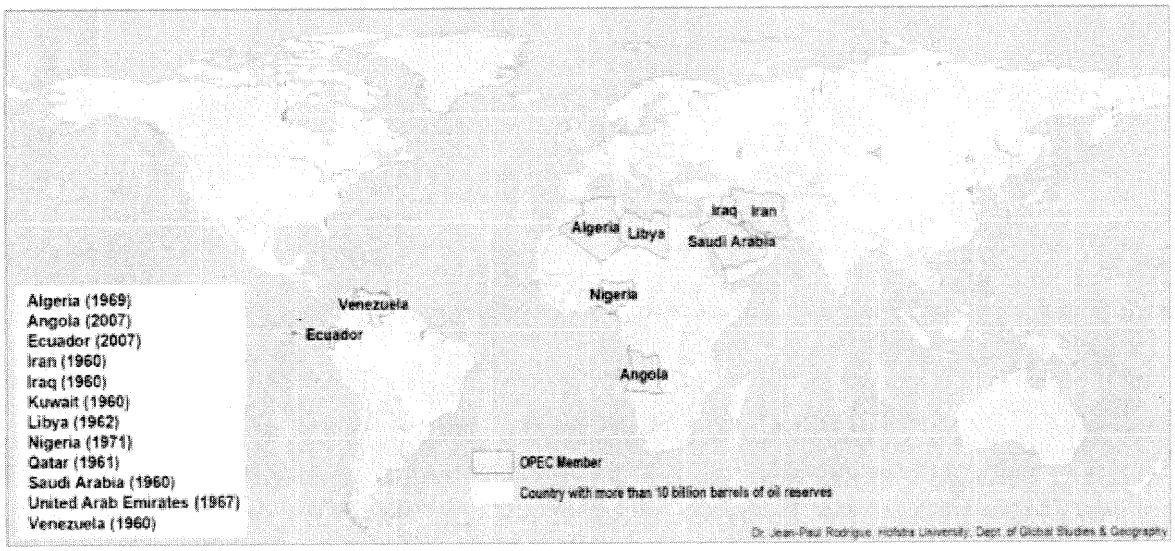
[566] A Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), composta exclusivamente por países árabes, foi criada em 1968, no Kuwait, após a derrota sofrida na Guerra Israelo-Árabe de 1967.

A partir da quadruplicação dos preços do petróleo ocorrida em 1973, os países produtores passaram a conseguir uma mais forte posição negocial, além de que as concessões autorizadas desde essa data, passaram a gerir-se, na maioria dos casos, pelas leis vigentes nos países que autorizavam as concessões, já que, antes de 1973, pelo seu maior poder negocial, as petrolíferas eram relutantes em aceitar esse pedido, que passou a exigência. Por outro lado, o Estado que autorizava a concessão sentia-se humilhado pelo facto da concessão ficar sujeita às leis do outro país. A resposta óbvia, quer para o Estado receptor, quer para a empresa petroleira, foi concordar que a concessão se regesse pelas leis internacionais ou pelos princípios gerais do direito.

III.3.1 – A OPEP consolida a liderança do mercado

A OPEP foi fundada durante a era do Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser cujo principal objectivo seria o de acabar com os constrangimentos do neocolonialismo do pós-Guerra que tinha permitido condições às potências Ocidentais para poder continuar a manobrar os assuntos económicos e diplomáticos no mundo árabe. O objectivo imediato da OPEP foi o de utilizar o poder negocial colectivo dos Estados-membros para forçar as petrolíferas ocidentais a aceitar o aumento dos seus preços para o petróleo bruto. Porém, dado que os mercados se encontravam saturados, a OPEP viu o seu sucesso muito limitado nos esforços dirigidos à mudança de atitude e de políticas das petrolíferas.

Figura 5: OPEP - Países constituintes da Organização

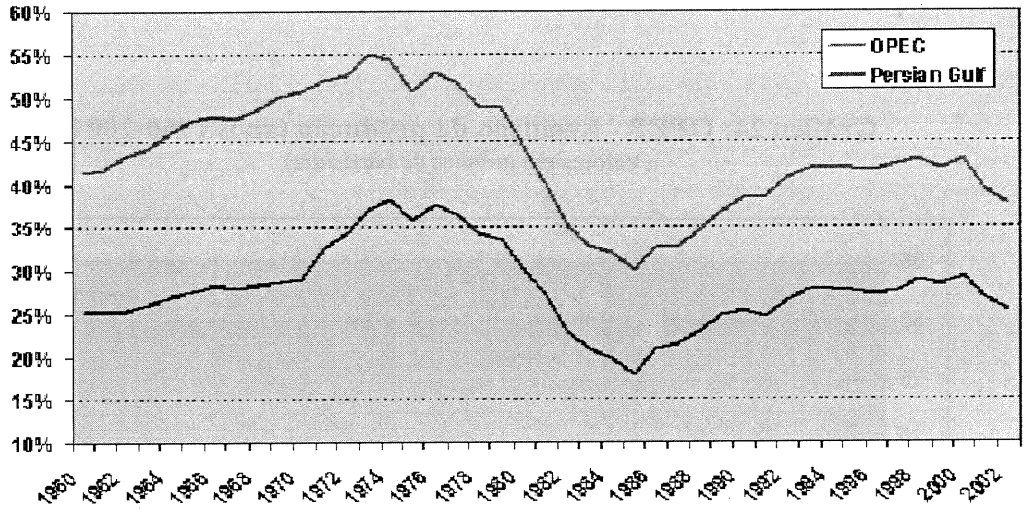


Fonte: *World Oil Production*

Na primeira década da sua existência, a OPEP aumentou de cinco para treze membros, responsáveis, à data, por uma importante quota das exportações mundiais de petróleo bruto, mas com pouco sucesso a nível de Organização, já que a sua influência dependia, integralmente, da capacidade dos seus membros em cooperar para reduzir a produção e, consequentemente, atingir o aumento dos preços.[567]

[567] Ver Gráfico 23.

Gráfico 23: Petróleo bruto convencional
Quota da OPEP e do Golfo Pérsico na produção mundial (anos 1960-2002)



Fonte: *World Oil Production*

Se bem que tentado, nunca foi conseguido o tão almejado acordo para os diferentes esquemas apresentados à discussão, que permitissem a redução da produção, nem, individualmente, conseguiram atingir o aumento de rendimentos.

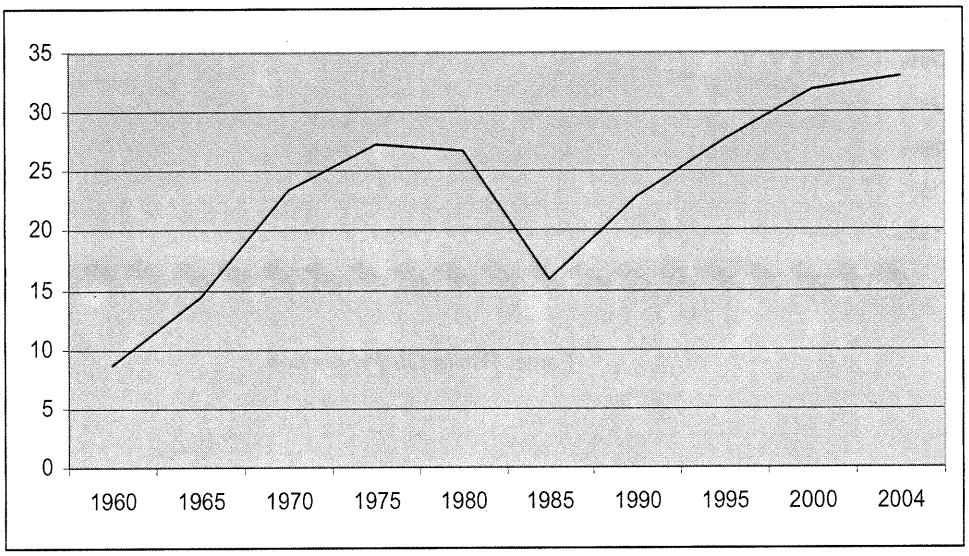
Porém, os preços tabelados nunca mais foram reduzidos e os Estados produtores foram ganhando, gradualmente, experiência em cooperação. Só ao atingir a década de 70 é que a OPEP se conseguiu tornar num verdadeiro instrumento ao serviço dos países produtores, quando novas condições se apresentaram propícias.

A OPEP, desde a sua fundação em 1960, encontrou-se, frequentemente, perante diferentes situações, umas de sucesso, outras de retrocesso. Pela decisão da imposição de preços muito mais altos (década de 70), os produtores da OPEP tinham comprometido, descontroladamente, volumes significativos da produção futura. Anteriormente a 1973, a procura mundial tinha aumentado cerca de 7,5 por cento ao ano e a produção dos países que vieram a constituir a OPEP tinha aumentado a uma taxa próxima de 10 por cento ao ano, nas duas décadas anteriores.[568] Os países OPEP elaboraram estratégias para aumentar significativamente a capacidade e a produção durante os anos 70, mas a decisão de

[568] Ver Gráfico 24.

quadruplicar os preços em 1973-74, comprometeram o aumento da procura e afastaram a necessidade de ampliação da capacidade.[569]

Gráfico 24: OPEP - Evolução da produção (anos 1960-2004)
(Valores em milhões de barris/dia)



Fonte: *The World Bank: Review and Outlook for the Oil Market*

Os preços atingidos com o primeiro choque petrolífero (1973) foram absorvidos pelo mercado com relativa facilidade, não apresentando disrupções ou recessão. Porém, em 1979, deu-se conta que só estava ligeiramente acima dos níveis de 1973 e, como a procura tinha aumentado em apenas cerca de 4 por cento ao ano, ficou próxima dos aumentos de fornecimento projectados.

Os preços consequentes do segundo choque petrolífero (1979-80) foram muito mais difíceis de gerir do que os do primeiro: os fornecimentos da OPEP iriam ficar-se quase pela metade, logo à chegada do ano de 1985. Os exportadores OPEP, e não só os OPEP, pensaram que a oferta e a procura eram mais flexíveis. Tinham-se enganado redondamente. A juntar ao impacto do segundo choque de preços, muitas das adaptações induzidas pelo primeiro ainda não tinham sido completamente assimiladas, quando os preços foram outra vez agravados em 1979.

[569] Ver Gráficos 23.

Como a estatística já teve oportunidade de registar, os níveis de preços foram longe demais para que a OPEP os pudesse controlar. Contudo, ao tempo, muitos observadores e participantes no mercado pensaram que não só os preços poderiam ser mantidos mas também poderiam atingir valores espantosos *ad vitam aeternam*.

A procura mundial que tinha aumentado, em média, menos de 1 por cento ao ano, desde o primeiro choque (1973), baixou, ainda mais substancialmente, após o de 1979. Grande parte das perdas de mercado tornou-se permanente, supondo-se que a situação não se poderia inverter apenas com a prática de preços mais baixos.[570]

Quadro 5: OPEP - Reservas comprovadas e produção (ano 2011)

	Res. Comp. Biliões de barris	Produção Milhões de barris/dia
Golfo		
Arábia Saudita	265,4	11,2
Irão	151,2	4,3
Iraque	143,1	2,8
Emiratos A. U.	107,8	3,3
Kuwait	101,5	2,9
Qatar	24,7	1,7
Total Golfo	**793,7**	**26,2**
Não-Golfo		
Venezuela*	296,5	2,7
Líbia	47,1	0,5
Nigéria	37,2	2,5
Angola	13,5	1,7
Argélia	12,2	1,7
Equador	6,2	0,5
Total Não-Golfo	**412,7**	**9,6**
Total OPEP	**1206,4**	**35,8**

*Os valores de reservas comprovadas da Venezuela incluem os petróleos "desconvencionalizados"
Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012*

A alta dos preços do petróleo bruto também provocou o aparecimento de maior quantidade de concorrentes alternativos, quer em relação aos combustíveis, quer em relação aos não-combustíveis. Mesmo que se pense que, em certa medida, a perda de parte de produção da

[570] Ver Gráficos 18 e 19.

OPEP poderia ser desejada seria diferido para um tão longínquo futuro que o valor actual seria praticamente zero.

Não nos devemos esquecer que a OPEP comporta um conjunto de países com enormes diferenças não só em recursos petrolíferos mas igualmente em população, produto *per capita*, balança de transacções correntes, dívida externa, cultura e de que no Golfo ocorreram duas importantes guerras entre Estados-membros da OPEP, em tempos muito recentes, para além de conflitos de interesses baseados nos preços pretendidos. Apesar de todos os países aspirarem a maiores receitas, os que dispõem de reservas mais limitadas, pretendem-nas imediatamente, enquanto os que detêm grandes reservas, mesmo pretendendo captar maiores receitas, têm interesse em preservar o mercado a longo prazo, ou seja, manter e se possível expandir a sua quota de mercado. Os países com muita população e dificuldades orçamentais têm a tendência para favorecer preços mais altos, mesmo à custa de actuais e futuras quantidades. Os conflitos de objectivos tornaram quase impossível ao cartel maximizar receitas a longo prazo, mesmo que o caminho a seguir fosse possível de prospectivar. Portanto, a OPEP não poderia actuar como se constituísse um monopólio homogéneo para atingir receitas maximizadas.

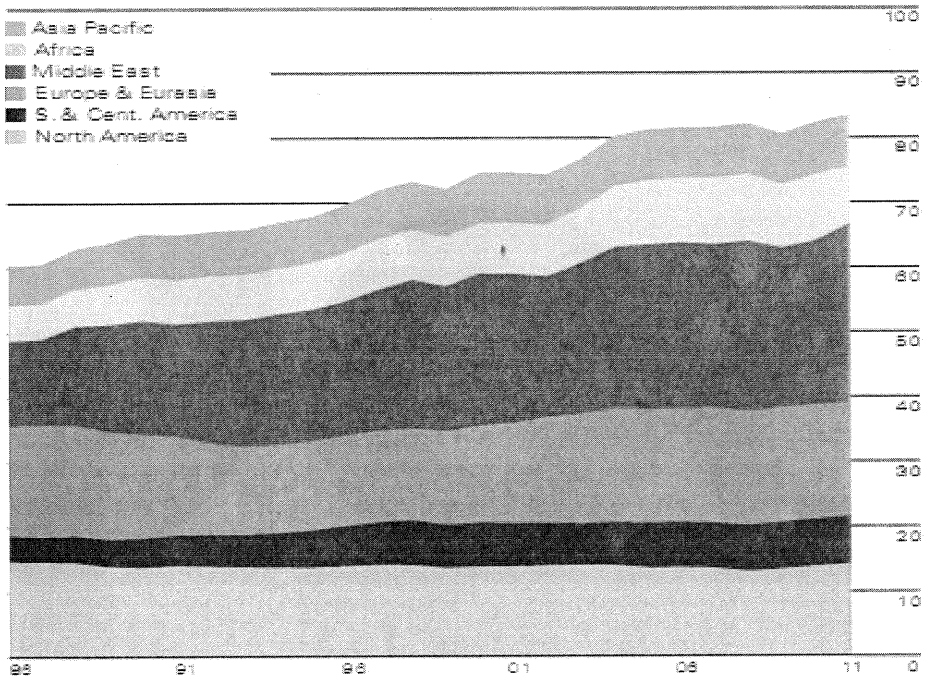
A OPEP já tem sido retratada como contendo vários subgrupos, mais ou menos classificados, como, por um lado, os maximizadores de receitas e, por outro, os maximizadores de produção, com um núcleo duro, a segurar o cartel. No passado, o núcleo duro, apelidado de "baixos absorvedores", por oposição aos que pretendiam expandir a produção, incluía a Arábia Saudita, Kuwait, Emiratos, Qatar e Líbia, agrupados em atenção às suas comuns características de detentores de grandes reservas, pequenas populações e topografia de deserto.

O núcleo duro será, cada vez mais e à medida que o tempo for passando, constituído pelos detentores de maiores reservas, incluindo a Arábia Saudita, Irão, Iraque, Kuwait e Emiratos Árabes Unidos, que detêm entre si, mais de 46 por cento das reservas confirmadas do conjunto de países da OPEP.[571] Os outros seis países da OPEP repartem entre si relativamente pequenas reservas e parece terem pouca probabilidade de um aumento significativo de exportações, devido, além de mais, a numerosos factores económicos e políticos. Porém, os Estados-membros africanos apresentam potencial para um aumento significativo da sua capacidade produtiva, já que estão colocados em regiões geologicamente ricas em petróleo.

[571] Ver Quadro 5: "OPEP - Reservas comprovadas e produção (ano 2011)".

À primeira vista, os cinco países da OPEP mais ricos em reservas, parecem menos coesos em áreas como a económica, política ou social, do que o grupo alternativo. Porém, detêm em conjunto cerca de 67 por cento das reservas mundiais, grandes provisões de reserva para produção e quase todos, exceptuando o Irão, com relativamente baixa população. Perante as imensas reservas deste núcleo duro do cartel, infere-se que podem aspirar a um formidável poder sobre o mercado petroleiro, posto que só com um ligeiro excesso de capacidade poderiam engendrar uma enorme baixa de preços. Contudo, em alternativa, também podem restringir a produção em qualquer altura e colocar os preços consideravelmente altos, como em anteriores actuações ensaiadas em 1973-74, 1979-80 e, em menor grau, em 1990.

Gráfico 25: Petróleo bruto convencional
Evolução da produção por regiões (anos 1986 a 2011)
(Valores em milhões de barris/dia)

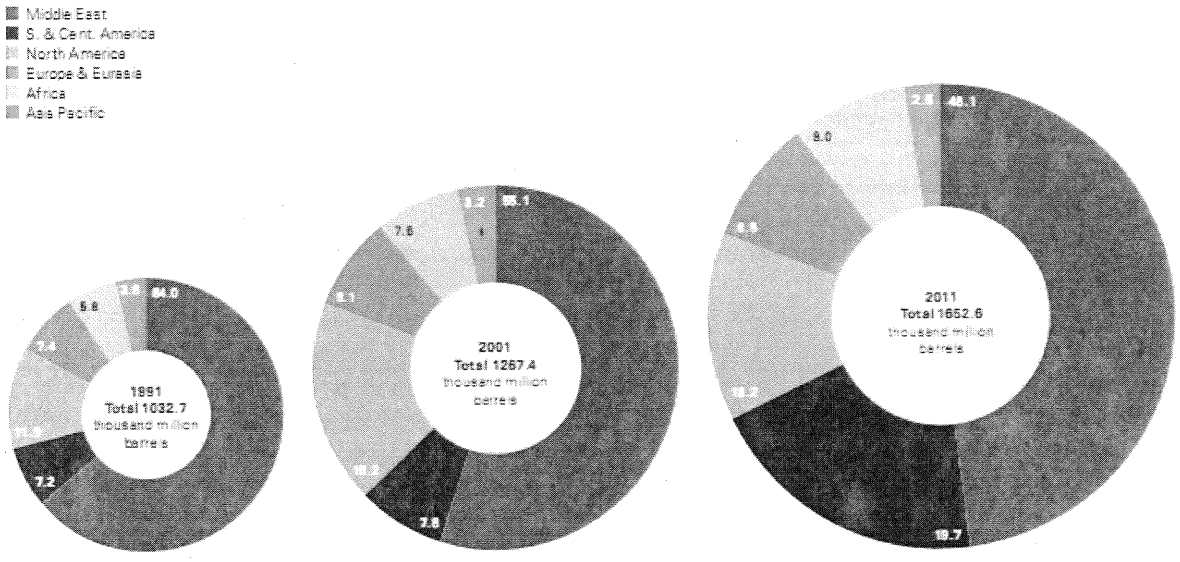


Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012*

Na actualidade o actor dominante na OPEP é a Arábia Saudita e muitos observadores sentem que o futuro dos desenvolvimentos nos preços do petróleo convencional dependerão de como o Governo da Arábia Saudita irá jogar as suas "cartas petrolíferas". Só a Arábia Saudita tem suficiente capacidade disponível e legitimado poder para exercer autoridade na Organização.

Foi o produtor estabilizador do cartel por mais de três anos, tendo abandonado essa actuação em 1985, quando declarou que não iria mais defender unilateralmente os preços do petróleo bruto. Desde o colapso dos preços, a quota da produção saudita na OPEP subiu de cerca de 15 por cento para próximo de 33 por cento, a meados dos anos 1985, apesar do ganho ter sido obtido à custa do embargo imposto pela Organização das Nações Unidas às exportações iraquianas. A Arábia Saudita também dispunha de cerca de 2 milhões de barris diários de extra capacidade e apresentava-se como único país com suficiente extra capacidade de produção.[572] Atendendo à sua potencial capacidade excedentária e à sua dominante posição no grupo pôde exercer considerável influência nas políticas de produção decididas na OPEP.

Figura 6: Petróleo bruto convencional
Evolução das reservas comprovadas por regiões (anos 1991, 2001 e 2011)
(Valores em % do total mundial)



Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012*

O poder na OPEP foi alternadamente exercido ao longo do tempo, dependendo, entre outros factores, dos relativos níveis de produção. Os cinco maiores membros tinham todos idênticos níveis de produção em 1970: Arábia Saudita, Irão, Venezuela, Líbia e Kuwait. Nesta data todos detinham considerável influência nas decisões a tomar pela OPEP, relativas aos preços.

[572] EIA, *U. S. Energy Information Administration. International Energy Outlook.* 2011.

Nos anos seguintes, os sauditas impuseram-se como produtor dominante, tendo vindo a atingir em 1980 uma quota de 37 por cento. Este país foi, claramente, o jogador-chave durante os anos 80, sustendo os preços como produtor estabilizador em 1985 e, ao aumentar a quota do mercado, contribuiu decisivamente para o colapso dos preços quando a antiga política falhou.

Enquanto se ia tornando no produtor dominante que passou a ser, uma variedade de desenvolvimentos imprevistos iam alterando o equilíbrio do poder. Esperava-se que os países constituintes da OPEP continuassem a dispor de significativa influência sobre o nível de preços no futuro previsível. A Organização podia mudar a estrutura de membros ou mesmo dissolver-se e mais tarde voltar a associar-se, mas havia um grande incentivo económico para manter o grupo (ou algo semelhante), única forma de poder segurar as receitas a um nível suficientemente alto. O objectivo primordial da Organização seria a maximização da riqueza, que só poderia ser atingida através da restrição da produção para que os preços se mantivessem bem acima dos custos de produção concorrenciais, pelo menos o tempo suficientemente longo para que se pudessem adaptar os factores de produção. Porem, a via do preço óptimo é difícil de atingir e, grande parte das vezes, os ganhos de curto prazo ultrapassam as considerações de longo prazo.

III.3.2 – As devastadoras consequências dos choques petrolíferos

Recordemos que o primeiro choque petrolífero em consequência do embargo ocorreu em 1973-1974, quando, no decurso da Guerra do Yom Kippur[573] os preços do petróleo quadruplicaram por acção colectiva e coordenada dos mais importantes produtores do Médio Oriente.

O segundo choque, aconteceu em 1979-1980 em consequência da Revolução no Irão, igualmente pela mão dos países exportadores.

A invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas, em 2 de Agosto de 1990, precipitou o terceiro choque. Desta vez, houve uma rápida reacção política e, logo no dia seguinte, o Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América reuniu na Casa Branca, tendo o Presidente George Bush dado o seu acordo às propostas dos assessores de segurança nacional. Os participantes discutiram as sanções económicas possíveis de aplicar e as hipóteses postas à disposição da Administração, desde que se actuasse em estreita colaboração com os aliados e sob a égide das Nações Unidas, tendentes à implementação de uma barreira que cercasse e isolasse Saddam. Discutiram, igualmente, um relatório da CIA, em que se argumentava que a invasão tinha criado uma ameaça à normal ordem mundial e que o impacto, a longo prazo, na economia mundial poderia ser devastador. Saddam estava decidido em converter o Iraque em superpotência árabe, a par dos Estados Unidos, da ex-União Soviética e do Japão, já que o controlo de 20 por cento da produção mundial de petróleo lhe proporcionaria suficiente alavanca. O Presidente Bush deu instruções à CIA para começar a planear uma operação encoberta que pudesse desestabilizar o regime e derrubar Saddam.[574]

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas reuniu cerca de três meses depois para votar a autorização ao uso da força que libertasse o território do Kuwait das forças armadas de ocupação iraquianas. A votação aprovou uma Resolução que dava a mais abrangente autorização para a guerra. A Resolução passou com 12 votos a favor, a abstenção da China, e o Iémen e Cuba contra. [575]

Se pretendermos analisar, com um pouco mais de detalhe, o desenvolvimento do movimento gerado à volta das diferentes actuações dos protagonistas envolvidos, reparamos, apesar do

---

[573] 6 a 24 de Outubro de 1973.
[574] Bob Woodward. *The Commanders*. 1991. p. 237.
[575] Resolução 678. 2963ª reunião. 29 de Novembro de 1990.

domínio exercido pelas empresas multinacionais na economia mundial parecer assegurado nos anos 60, que o embargo ao petróleo imposto pela OPEP entre 16 de Outubro de 1973 e 18 de Março de 1974 e o subsequente maciço aumento dos preços, demonstrou cabalmente que os Estados-nação não tinham perdido completamente a sua capacidade de contra-atacar. Dentro de um curto espaço de tempo, as gigantescas petrolíferas – até então a quinta-essência das empresas multinacionais – tinham assistido à nacionalização de muitas das suas subsidiárias e tinham-se tornado subservientes em relação a Estados anteriormente considerados servis e sem qualquer espécie de autoridade.

A história mundial estava a registar uma nova redistribuição de riqueza e de poder, num curtíssimo espaço de tempo.

Nos Estados Unidos da América a estreita identificação de interesses entre o empresarial e o nacional começou a desvanecer-se após a crise da energia dos anos 70. As organizações laborais e alguns críticos académicos já tinham vindo a manifestar a sua preocupação acerca das implicações do investimento estrangeiro no emprego interno, na distribuição do rendimento nacional e na posição competitiva da economia americana. A crítica generalizou-se por ocasião da Guerra israelo-árabe de Outubro de 1973, quando as petrolíferas dos Estados Unidos se deram conta que estavam, apesar de indirecta e inconscientemente, ajudando o embargo árabe aos países ocidentais. Subsequentemente, o relativo declínio da indústria americana e o aparecimento de maciços défices na balança comercial, aumento do desemprego e as crónicas dificuldades da balança de pagamentos, ajudaram a instalar a ideia de que as multinacionais exportavam postos de trabalho dos Estados Unidos e reduziam as exportações de produtos norte-americanos. Alguns críticos chegaram a argumentar que as multinacionais deveriam ser forçadas a investir na economia americana e a limitar a transferência de tecnologia para economias concorrentes.[576]

A tendência para desemprego de longa duração verificado desde a II Grande Guerra Mundial em todos os países do G7 apresentou um desenvolvimento notável por volta dos anos 70.[577] O aumento do desemprego tinha sido ainda maior nos maiores países da Comunidade Europeia, com a República Federal Alemã a experimentar um aumento de quase oito vezes.[578] Dos mais

[576] Robert Gilpin. *The Political Economy of International Relations.* 1987. p. 231.
[577] O G7 é constituído pelos sete países mais industrializados – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão – que se encontram anualmente para discutir a agenda económica global.
[578] Deve-se salientar que estava a partir de uma taxa muito baixa.

importantes países europeus, só a Itália sofreu, proporcionalmente, um relativamente pequeno aumento de desemprego, porém compreensível, já que foi considerado a partir de taxas muito altas, atingidas durante os anos 60. Quer o Canadá, quer os Estados Unidos, ambos com níveis de desemprego relativamente altos nos anos 60, sofreram agravamentos das taxas de desemprego muito substanciais, da ordem dos 50 a 130 por cento respectivamente.

Lodge escreveu a este propósito, que:

> O ano de 1969 marcou o primeiro défice comercial dos Estados Unidos com o Japão e, para mais, a Nação também recuou em relação à Alemanha. Como a inflação saltou, também o desemprego. No princípio dos anos 70, a estagnação tornou-se um novo fenómeno. A máquina industrial Grande América, fonte de poder económico e político sem precedentes, começou a abrandar. Governo e consumidores estavam, quer um, quer outros, gastando muito e investindo pouco. A competitividade americana, especialmente vis-a-vis o Japão e seus vizinhos da Ásia Oriental, estava a corroer-se. Em 1973, o exorbitante aumento do preço do petróleo, ditado pela OPEP exacerbou as dificuldades. Em vez de enfrentar a realidade de que a energia estava cada vez mais cara, o Governo pensou amainar a tempestade. O controlo exercido sobre os preços do petróleo adiou o requerido ajustamento na indústria automóvel e no conjunto da economia.[579]

Seria difícil encontrar quadro mais negro do que este, que retratava, de forma tão crua, as consequências de uma espécie de crise, até essa data perfeitamente desconhecida, como foi este novo formato de pressão política e tomada de poder, encontrado por um cartel de produtores, no caso vertente associados na OPEP.

A experiência vivida pelo Japão foi excepcional, dado que aí o nível de desemprego era muito baixo nos anos 60; partindo duma taxa tão baixa, o aumento atingiu os 120 por cento. A disrupção económica sofrida durante os anos 70, motivada pelos choques dos preços do petróleo, em conjunto com as medidas deflacionárias tomadas pelos Governos do G7 em reacção ao aumento dos preços, poderia levar a pensar que essa seria a fonte da deterioração da actuação económica dos países constituintes do Grupo. A OCDE estimou que 20 por cento das perdas de receitas dos países que integram a sua Organização tinha sido devido aos efeitos

[579] George C. Lodge. *Ideology and National Competitiveness : An Analysis of Nine Countries*. 1987. p. 116.

do aumento de preço do petróleo nos termos de comércio e 80 por cento devido à deflação concertada nas economias ocidentais.

As economias ocidentais, não só tinham absorvido aumentos similares nos preços das matérias-primas ao tempo de Guerra da Coreia, sem ter atravessado similar abrandamento, mas também a tendência dos novos altos níveis de desemprego não tinham sido tão notoriamente afectados pelo colapso dos preços do petróleo e de outros produtos em 1986.

Os dramáticos 400 por cento de aumento do preço do petróleo durante a Guerra Israelo-árabe de 1973 e o embargo às exportações, impostos pela OPEP ao conjunto de países considerados pró-Israel, evidenciaram os potenciais efeitos da provocada escassez, na mesma altura em que se começava a manifestar especial preocupação acerca da sobejamente propalada escassez de recursos energéticos. A longo prazo, a capacidade da OPEP em manter o preço do petróleo (que voltou a subir em finais da década de 70) seria reduzida pela diminuição da procura Ocidental e pelas tensões crescentes no seio da própria Organização – especialmente os criados pelo conflito entre o Irão e o Iraque. A degradação dos preços do petróleo de cerca de 36 dólares por barril em 1980, só muito mais tarde conseguiu, e só parcialmente, ser invertida para cerca de 20 dólares em 1990.[580] Contudo, o impacto das políticas seguidas pela OPEP sobre as economias ocidentais foi e continuou a manter-se profundo, constituindo uma ameaça que, de acordo com os analistas, poderá conter três dimensões: o repto aos fornecimentos de petróleo ao Ocidente ameaçou a sobrevivência das suas economias e, consequentemente, atingiu a legitimidade dos seus governos; o rápido aumento dos preços do petróleo induziu níveis de inflação que, devido à ligação do petróleo à taxa de inflação criada pela resposta política ao choque nos países do ocidente, se tornaram cada vez mais acentuados, e, por último, os imensos excedentes financeiros obtidos pela OPEP, em resultado das suas vendas de petróleo, ameaçaram agravar a recessão mundial e destroçar o sistema monetário.

Partindo destas premissas, torna-se claro que a crise energética apresentou todos os ingredientes necessários e mais do que suficientes, para colocar este acontecimento no topo da agenda mundial. A raiz da sua urgência situa-se no facto de que, pelas razões apontadas, a efectiva sobrevivência do sistema económico Ocidental, foi posto em causa. Para mais e devido ao facto de que, em termos geoestratégicos, afectou sobremaneira os Estados

[580] Ver Gráfico 3.

industrialmente mais desenvolvidos, a crise energética tocou igualmente, directa ou indirectamente, a maioria dos Estados do sistema internacional, ampliando, consequentemente, a dimensão do problema. Finalmente, o impacto das políticas seguidas pela OPEP, teve idêntica dimensão e surgiu nitidamente visível como ocorrência a nível nacional, devido à forma como afectou directamente o público motorizado e como esteve na génese de fortíssimas pressões políticas domésticas.

Muitas das condições favoráveis de fornecimento no pós-Guerra, mudaram drasticamente durante os anos 80, pelo menos proporcionalmente ao avanço relativo das economias. Não só essas economias deixaram de dispor de mão-de-obra barata, mas também, nalguns casos, foram forçados a importar "trabalhadores convidados" ou a recorrer à estratégia do investimento directo estrangeiro em economias de salários baixos. A escassez de capital fez subir as taxas de juro reais, logo depressionando as taxas de crescimento.

Vendo as coisas pelo lado das vantagens, pelo menos para os países importadores, o mundo, em meados dos anos 80, teve uma superabundância de petróleo e de outros produtos devido, em parte, às medidas de conservação e à redução da quantidade de material constituinte dos bens manufacturados. Este saldo de capacidade, particularmente de petróleo, foi igualmente, consequência das políticas restritivas de crescimento seguidas por muitos Governos, mais do que um simples retorno à situação de fornecimento que tinha provocado a recessão global vivida em 1973; muitos Governos tinham optado por níveis mais altos de desemprego e por baixas taxas de crescimento económico para atingir a redução da taxa de inflação e dos custos energéticos. Porém, com a continuada industrialização dos países economicamente menos desenvolvidos, a procura mundial de petróleo pôde, mais uma vez, exceder a oferta, por volta dos anos 90.

O mais problemático aspecto das condições de fornecimento tinha sido a mudança dos factores tecnológicos. Apesar das novas e importantes oportunidades tecnológicas existentes na computorização, na biotecnologia e noutros campos avançados da ciência e da tecnologia, era altamente duvidoso que se pudesse obter uma réplica das taxas globais de crescimento económico atingidas, sem precedentes, no pós-II Grande Guerra Mundial. Esta invulgar situação criou grandes expectativas no crescente nível de vida e nos tão difundidos programas de bem-estar em tantas economias que lhes tornaram os ajustamentos ainda mais difíceis.

Petróleo e política – ou, mais exactamente, "produtos petrolíferos e política", já que o gás também está fortemente envolvido – goza do enorme potencial de tornar a acção dos outros produtos muito mais difícil. Yergin enfatizou que o petróleo é um produto "*intimamente interligado com estratégias nacionais, políticas globais e poder*" e segue, para escrever mais adiante, que:

> Hoje, o petróleo é o único produto de que se encontram, regularmente, factos e controvérsias, não só nas páginas de negócios, mas também, na primeira página.[581]

Porém, os problemas políticos, as pressões e as prioridades mudam com o passar do tempo.

As políticas relativas ao petróleo nos anos 90 são muito diferentes das dos anos 60 e ainda mais das dos anos 70. Passada que foi a excitação desses períodos, toma-se consciência de que os anos 80 constituíram a década da transição; suspeição e constrangimento entre "política e petróleo" abriram caminho a uma maior percepção da interdependência.

Mais qualquer coisa aconteceu nos anos 80. Se foi causa ou consequência, não parece muito importante; o que é facto é que os Governos passaram a entender que as petrolíferas representaram uma ameaça ao interesse público, muito menor do que, de forma generalizada, se supunha anteriormente. E parece salutar que se possa chegar a esta conclusão, mesmo que para a indústria não sejam as melhores notícias. Os riscos que a comunidade enfrenta são tão grandes como antes, só que agora sabemos que teremos que assumir alguns riscos anteriormente arcados pelos Governos.

Consequências de outra ordem ocorreram nesse mesmo ano de 1973, quando o sistema de Bretton Woods começou a encaminhar-se para a sua própria extinção, tendo sido, inclusivamente, tomada em Março, a decisão de permitir a flutuação das taxas de câmbio.

Eis que, pouco depois, a quadruplicação dos custos da energia mundial, causado pela revolução da OPEP, imprimiu novo fôlego ao sistema. Este novo impacto nas balanças de pagamento internacionais e nos mercados financeiros, compaginaram, mais uma vez, os poderes económicos dominantes com a tarefa de realinhar as suas divisas. Em contraste com o Acordo Smithsoniano, em que os realinhamentos das divisas tinham sido forçados pelos Estados Unidos da América a renegociações multilaterais, desta vez o grande protagonista foi a República Federal Alemã ao recusar continuar a suportar o dólar. Com efeito, os Estados

[581] Cf. Daniel Yergin. *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power.* 1991.

Unidos e os seus parceiros económicos decidiram abandonar o sistema do pós-Guerra de taxas de câmbio fixas a favor de outro de taxas flutuantes. A recusa de tão importante aliado em aceitar a liderança americana conduziu ao abandono da componente-chave do sistema de Bretton Woods que tinha sido verdadeiramente, até então, uma extensão do sistema doméstico financeiro dos Estados Unidos da América ao resto do mundo e à intenção de construir um brilhante governo financeiro mundial, comprometido por circunstâncias muito especiais do princípio do período do pós-Guerra.[582] Primeiramente, o início dos anos 70 deparou-se com a progressiva desintegração e a eventual ruptura do sistema de Bretton Woods: seria de esperar a persistência da turbulência no mercado de divisas e da instabilidade cambial, até que a flutuação se generalizasse e que os mercados estabelecessem e aprendessem as novas regras do jogo. Segundo, e não menos importante, a situação inflacionária que se seguiu aos aumentos do preço do petróleo nos anos 70, tinha desestabilizado os parâmetros de influência do sistema internacional monetário e financeiro.[583]

O *de facto* fim das taxas de câmbio fixas e a instauração do sistema de Bretton Woods tornou-se *de jure* em 1976, num encontro dos mais importantes membros do FMI, realizado em Kingston, na Jamaica. Na chamada Conferência da Jamaica foi, então, decidido formalizar a flutuação das taxas de câmbio, reduzir o papel desempenhado pelas reservas em ouro, actualizar as quotas no FMI, especialmente as dos países constituintes da OPEP, aumentar o Fundo destinado aos países menos desenvolvidos e que a paridade da divisa se torne responsabilidade do próprio país.[584]

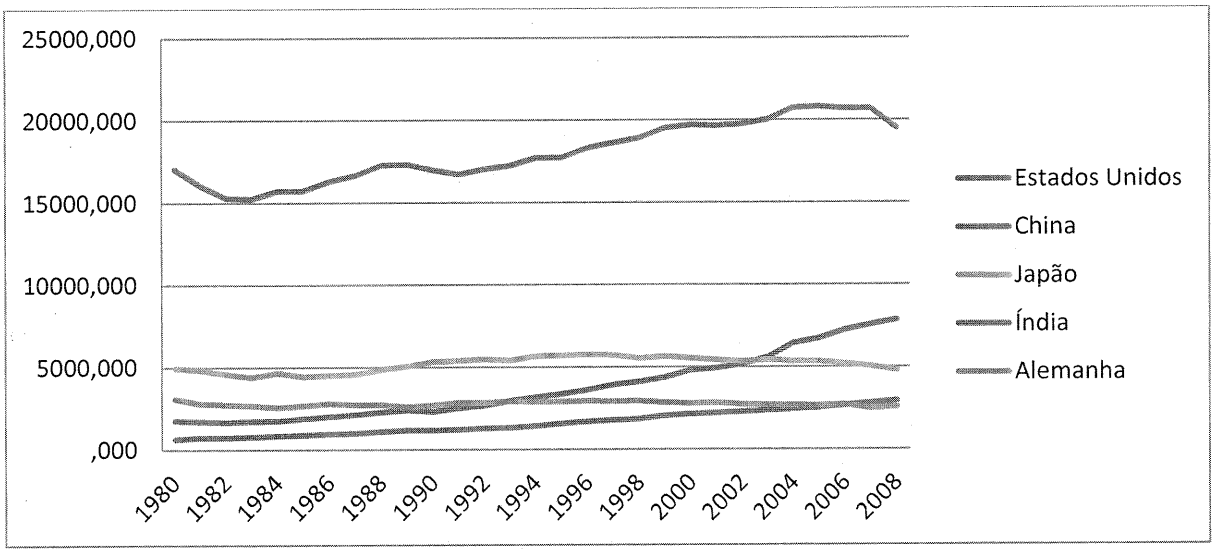
A autonomia doméstica acabou por vencer as regras internacionais; as nações libertaram-se das exigências do sistema de taxas fixas de forma a poder perseguir um ou outro objectivo nacional, como seja: a expansão das exportações, o estímulo de actividades económicas ou a prevenção da ocorrência de pressões inflacionárias.

Vejamos, entretanto, como se pode actuar na equação, mas do lado dos fornecimentos. As importações de petróleo aumentaram, nos Estados Unidos, de tal maneira rapidamente, que, em 1977, atingiram mais de 40 por cento do consumo total mundial, obrigando, logo no início da década de 1970, a enorme discussão acerca da necessidade de importações maciças de gás natural liquefeito. Por outro lado, os maiores exportadores de petróleo, muitos dos quais, países do Médio Oriente, quase todos com as economias relativamente respaldadas na enorme

[582] Jonathan Michie e John Grieve Smith. *Managing the Global Economy*. 1995. p. 305.
[583] Ibidem, p. 55.
[584] Acordos de Jamaica. Realizado em Kingston, de 7 a 8 de Janeiro de 1976.

confiança depositada na indústria petroleira, tornaram-se crescentemente conscientes de que as suas reservas eram finitas e que, nalguns casos, parecia estarem mesmo a aproximar-se do esgotamento, a manterem-se as taxas de extracção correntes. Porém, o aumento da dependência dos países industrializados fortemente consumidores, em relação aos produtores-exportadores da OPEP, parecia irreversível. As exportações, apesar de continuarem a entrar nos mesmos destinos, já não saiam todas das mesmas origens.

Gráfico 26: Petróleo bruto convencional
Evolução dos consumos dos maiores consumidores/importadores (anos 1980 a 2008)
(Valores em milhares de barris/dia)



Fonte: EIA, *Energy Information Administration - World Petroleum Consumption*

Poderemos concluir que a imposição árabe do embargo ao fornecimento de petróleo aos países visados pela OPEP causou várias reacções, umas previsíveis outras não.

Ocorreu uma onda de pânico entre os importadores de petróleo em relação à volatilidade do mercado *spot*, sobretudo japoneses e europeus, além das petrolíferas internacionais baseadas nos Estados Unidos da América. Este estado de ansiedade criou as condições para uma generalizada alta de preços, a uma eventual recessão à escala global e a uma aflitiva dívida massiva em sede dos países menos desenvolvidos que, pura e simplesmente, se encontravam financeiramente incapazes de suportar o tremendo aumento introduzido no custo das suas importações causado pelo contínuo agravamento de preço do petróleo. Saliente-se que as duas

mais importantes recessões acontecidas no período pós-guerra estiveram associadas a disrupções do mercado mundial do petróleo.[585] A escalada dos preços de 1973 foi efectiva, ainda que a produção da OPEP pouco tenha sido alterada no decurso do ano seguinte, sobretudo porque a ameaça de redução de fornecimento aumentaria os receios de escassez que, por sua vez, poderia provocar um acentuado açambarcamento preventivo dos utilizadores.

Este primeiro grande aumento de preços da OPEP terá sido o grande propulsionador da profunda recessão sofrida em 1974-75, depressionando as economias industriais, muito especialmente a dos Estados Unidos da América, por duas principais vias. A primeira estaria relacionada com a desalavancagem do poder de compra dos consumidores, sobretudo devido à súbita imposição de pesadas taxas a incidir nos produtos petrolíferos. Depois porque, ao acrescentar a uma já alta taxa de inflação dos preços dos produtos alimentares e à remoção do controlo geral dos preços que tinha sido imposto em 1971, forçou a uma ainda maior contenção da política monetária.[586] Deve-se ter em conta que estava a acontecer uma invulgar corrida dos consumidores europeus ocidentais e japoneses ao encontro dos exportadores de petróleo para conseguir concluir acordos bilaterais especiais para petróleo árabe, associada a uma enérgica tentativa dos governantes em dissociar as suas políticas externas relacionadas com a posição assumida pelos Estados Unidos da América entre Israel e o Médio Oriente.

[585] O primeiro choque petrolífero, 1974-75, associado à Guerra do Yom Kippur e o segundo choque petrolífero, 1979-80, associado à revolução iraniana.
[586] Cf. George L. Perry. *The War on Terrorism, the World Oil Market and the U. S. Economy.* 2001.

III.3.3 - As Petro-finanças apoiam objectivos políticos

A OPAEP desenvolveu um conjunto de conferências entre países árabes no pós-Terceira Guerra Israelo-Árabe[587] com o objectivo de determinar uma política de actuação futura, tendo entretanto começado a emergir uma nova filosofia para a utilização do petróleo como via para atingir fins políticos específicos. Breve, a nova política envolvia a deliberada intenção de utilizar as receitas provenientes da exploração e exportação do petróleo para prover uma base financeira suficiente que desse suporte à estratégia delineada. [588] O objectivo desta nova escalada política era extraordinariamente evidente e claro. Em 1970, o Médio Oriente (incluindo a Líbia e a Argélia, mas excluindo o Irão) exportou cerca de 5 mil milhões de barris de petróleo e arrecadou cerca de 5 mil milhões de dólares em receitas líquidas. O modesto pagamento mensal de aproximadamente 5 milhões de dólares, feito pelos dois dos maiores países árabes produtores, a Arábia Saudita e o Kuwait, ao Egipto, durante o período em que o Canal do Suez esteve encerrado, e à Jordânia por período indefinido, em ajuda para suporte dos encargos com os refugiados palestinos e a perda do West Bank a favor de Israel, foi a primeira pequena mostra das possibilidades de que dispunham quando se decidiram a usar as receitas do petróleo para fins políticos.

O antigo Ministro egípcio, Mohamed Heikal, [589] argumentou que nenhum problema na região do Médio Oriente que envolvesse guerra ou paz poderia ser resolvido sem a activa participação das duas superpotências (ao tempo da Guerra Fria), mas não haveria necessidade de bipolarizar o conflito Israelo-Árabe entre a União Soviética e os Estados Unidos. Acrescentou que os egípcios aceitavam que os interesses dos Estados Unidos e de Israel estivessem estreitamente ligados, mas iriam sempre esforçar-se ao máximo para que não se tornassem completamente identificados um com o outro, explicitando que:

> Devemos trabalhar no sentido de preservar uma distância entre os interesses e as políticas dos dois Estados e, nessa diferença, poderemos encontrar espaço de manobra e exercer pressão sobre Israel. Os activos com os quais poderemos contar para atingir esses fins, incluem a nossa disponibilidade para empreender uma guerra limitada, as

[587] A chamada Guerra dos Seis Dias que decorreu entre 5 e 10 de Junho de 1967.
[588] Emergente não só do aumento das exportações totais mas também do aumento das receitas unitárias por cada barril de petróleo exportado, de fácil entendimento, já que tinha aumentado de cerca de 30 cêntimos em 1946 para cerca de 1 dólar em 1970.
[589] Ministro da Informação e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto no início da década de 1970. Deixou o Governo em Fevereiro de 1974 por alegadas diferenças de opinião com a política do Presidente Anwar El Sadat.

> nossas estreitas relações com a União Soviética (assumindo que estão, sempre, devidamente informados acerca das nossas intenções), a arma-petróleo e a solidariedade dos outros países árabes.

Para mais adiante, afirmar:

> Seria de esperar que os países [árabes] produtores de petróleo pudessem cooperar, exercendo pressão nos americanos, mas se essas esperanças não se realizassem, seria necessário pensar noutros meios de exercer pressão. [590]

Até que, chegado o ano de 1973, o Egipto tornou-se objecto do ridículo no mundo árabe. Tinham clamado por ser os guias e protectores do povo árabe, mas não tinham conseguido guiar o seu próprio povo, além de se mostrarem incapazes de proteger o seu próprio território. Heikal teve oportunidade de enfatizar que:

> Nós pedimos aos outros para usar a sua arma-petróleo, mas não demos sequer sinal do uso das nossas próprias armas.[591]

Com os enormes recursos financeiros disponíveis, parece que tinha chegado a oportunidade para que as receitas do petróleo pudessem, por elas próprias, ser usadas pelo grupo de Estados árabes, para atingir objectivos políticos dirigidos, primordialmente, à obtenção de dois resultados. Primeiro, poderia haver um fluxo de petróleo da área não afectada por crise política, dado que os países produtores dão cada vez mais importância à garantia de continuidade das receitas do que à utilização do petróleo como arma política. Segundo, em resultado das vantagens económicas e políticas que o petróleo podia proporcionar, poderiam construir um Médio Oriente árabe com maior coesão interna e com um maior potencial geopolítico entre os grandes blocos mundiais ao chegar à última fracção do século XX.

Em relação simbiótica com a banca credora, os países menos desenvolvidos devedores e os avançados países exportadores, trabalharam arduamente durante os anos 70. O mercado aplaudia o sucesso da reciclagem dos *petrodólares*, quando surgiu a segunda crise do petróleo em 1979, a recessão do fim da Administração Carter e a ainda maior recessão dos primeiros

---

[590] Mohamed Heikal. Op. cit. p. 115.

[591] Referia-se, evidentemente, à Quarta Guerra Israelo-Árabe ou do Yom Kippur, como ficou conhecida, quando o Egipto e a Síria, ao concluírem que não conseguiam reaver os territórios do Sinai e dos Montes Golan, perdidos a favor de Israel durante a Guerra dos Seis Dias, decidiram atacar Israel de surpresa (6.Outubro.1973). O insucesso foi causa próxima do embargo imposto pelos países árabes da OPAEP aos Estados Unidos e aliados apoiantes de Israel. Op. cit. p. 205.

anos da Administração Reagan. A "revolução" da política económica conduzida por Reagan seguiu estes perturbantes acontecimentos e, tanto a economia mundial como o papel dos Estados Unidos da América, foram drasticamente transformados.

O descomunal défice do seu orçamento acompanhado da restritiva política monetária teve um profundo impacto nos países devedores menos desenvolvidos. Tinham forçado o aumento das taxas de juro para financiar um défice orçamental sem precedentes que pressionou o capital mundial, além de que o aumento das taxas de juro e encargos de serviço da dívida induziram uma recessão mundial que fez decrescer as receitas dos devedores resultantes das suas exportações. Os devedores encontraram-se, de repente, apanhados entre os pagamentos dos juros acrescidos devido ao *crawling out* causado pelo défice do orçamento americano e a descida dos preços das suas exportações devido à recessão global. Tinha acabado de se instalar a crise da dívida externa mundial.

Os funcionários americanos já tinham desempenhado importantes papéis-chave de actuação sobre os mercados financeiros mundiais, sobretudo em duas ocasiões. A primeira em 1971, quando Nixon fechou a "janela do ouro" que terminou com a possibilidade de resgatar dólares por ouro. Para os não-americanos significava que teriam que manter os seus dólares algures em depósito ou convertê-los noutra divisa. O segundo acontecimento chegou oito anos mais tarde, em 1979, quando Paul Volcker,[592], tentou combater a inflação por corte na moeda circulante. Usou, neste caso particular, uma ferramenta clássica, impondo altas taxas de juro à banca comercial com o objectivo de recuperar moeda. Desde que o dólar tinha servido de reserva em moeda, à escala mundial, que o *Federal Reserve System* (Fed) tinha, sem intenção especial, pelo menos aparentemente, aumentado as taxas de juro e ambos, juros e taxas de câmbio, começaram a flutuar fortemente. A compra, venda e empréstimo de produtos financeiros tornaram-se, por toda a parte, negociáveis por eles próprios, sendo que, a maior parte deles tinha muito pouco ou mesmo nada a ver com investimento para fins produtivos ou para comércio. Apesar disso, as taxas de juro tornaram-se mais voláteis e "jogar em vários tabuleiros" tornou-se quase uma necessidade para a maior parte dos negócios transnacionais. A Banca internacional viu que podia "raspar" algumas receitas em comissões, emolumentos e juros pela "reciclagem" de dezenas de biliões de *petrodólares* na passagem dos cofres do Kuwait ou da Arábia Saudita para os Governos dos diferentes países e dos seus associados em negócios nos países pobres.

[592] À data Presidente do Banco de Reserva Federal dos Estados Unidos da América.

Por fim, a associação dos maciços excedentes financeiros da OPEP, a impaciência dos Bancos privados internacionais (frequentemente com a cumplicidade dos seus governos) em "reciclar" esses excedentes e a multiplicidade de economias da Europa Oriental e do Terceiro Mundo, ávidas de capital, manifestou-se perigosa aliança.

Esta curiosa aliança de banqueiros ansiosos por receitas provenientes dos excedentes acumulados pela OPEP, com os Governos dos países menos desenvolvidos e da Europa Oriental procurando suportes financeiros ilimitados, dirigidos ao financiamento de programas para rápido desenvolvimento económico de orientação estatal, conduziu o mundo ocidental para a beira do desastre financeiro. Apesar do enredo ser complicado e as conclusões ainda não completamente reveladas, uma coisa parece clara, é que o problema da dívida pública introduziu uma nova e instável situação no sistema financeiro internacional saído do pós-Guerra.

A viragem dos Estados Unidos da América para uma política monetária mais restritiva em 1979, a expansão da recessão a nível global e os esforços postos ao serviço da conservação da energia nas economias mais avançadas, colaboraram activamente para a ocorrência do terceiro choque petrolífero e uma enorme redução nas receitas de alguns exportadores, como foi o caso da Argélia, da Nigéria ou do México. Qualquer destes países entrou com força na dívida pública para financiar projectos de desenvolvimento, subsidiar importações de bens alimentares indispensáveis e distribuir programas de bem-estar. Com a queda das receitas do petróleo, encontraram-se numa preocupante situação de incapacidade de amortização da sua própria dívida.

A recessão global, o aumento das taxas de juro reais, devido à queda da taxa de inflação e o declínio dos termos de comércio para as exportações das economias devedoras, introduziram o problema da dívida global e uma severa ameaça à integridade do sistema financeiro internacional. O mercado foi incapaz de gerir a escalada da crise. Em 1982, só para citar um exemplo, a dívida da economia mexicana estava colocada cerca dos 86 biliões de dólares e, mesmo pecando por defeito, o optimismo deu lugar a um profundo pessimismo.[593] Seriam exigíveis acções imediatas cuja explanação não cabe, obviamente, no campo da presente tese, já que o nosso objectivo se relaciona com a implicação de causas do problema relacionadas com o agravamento dos preços do petróleo e correlativa pressão política e não com as hipóteses de solução.

[593] Institute of Latin American Studies. "The Debt Crisis in Latin America". p. 69

III.3.4 – A "arma-petróleo" virou-se contra o atacante

As restrições à utilização dos combustíveis destinados aos transportes rodoviários constituíram os mais visíveis e os mais persuasivos símbolos do embargo árabe e minaram, muito severamente, a confiança que se poderia e deveria depositar nos seus fornecedores. Esta quebra de confiança dos consumidores, mais do que qualquer outro factor, mostrou à evidência que a "arma-petróleo" arremessada pelos árabes estava a manifestar-se uma arma de dois gumes e a virar-se rapidamente contra o seu próprio utilizador. A arma poderia ter sido combatida através da tomada dos campos petrolíferos pela força, mas esta hipótese foi prontamente abandonada pelos poderes industriais por difícil de implementar e de imprevisível desfecho. A rejeição da tomada militar desses campos petrolíferos foi crucial para que os exportadores árabes de petróleo, militarmente frágeis, se permitissem aumentar os preços e impor um embargo com absoluta impunidade.[594] Os Estados Unidos da América seriam os principais visados pelo conjunto de acções desencadeadas pelos árabes porque se apresentavam como os únicos capazes de persuadir Israel a alterar as suas políticas, enquanto a tentativa das suas imposições aos europeus incluídos no embargo poderia pretender que estes usassem da sua potencial ou eventual influência sobre os Estados Unidos da América no mesmo sentido.

Os sauditas tentaram ligar, por chantagem política e de forma clara e explícita, as suas exportações de petróleo à política dos Estados Unidos da América e dos países alinhados nessa orientação em relação ao Médio Oriente e, com isso, mais não conseguiram fazer do que instilar sérias dúvidas nos seus maiores clientes consumidores acerca da confiança que poderiam depositar nos seus fornecedores. Os importadores dependiam da Arábia Saudita para a estabilidade do mercado petrolífero mundial. Os sauditas dificilmente ignorariam desde quando começaram a desempenhar esse seu papel mas parecia difícil encontrá-los a desempenhar de forma simpática a defesa dos seus essenciais e próprios interesses. O seu papel estaria ligado à superpotência global de forma assaz difícil de conceber, nessa oportunidade desempenhado pelos Estados Unidos da América. Logo, como os sauditas traíram severamente a confiança dos consumidores com as acções que desenvolveram na década de 1970, tiveram que consumir a maior parte dos trinta anos seguintes, pelo menos até 1991, data em que voltaram a ocupar o lugar de maior produtor mundial de petróleo, a tentar restaurar a sua reputação de fornecedor de confiança. Durante esse período a Arábia Saudita

[594] R. Licklider. *Political Power and the Arab Oil Weapon. The Experience of Five Industrialized Nations.* 1988. p. 15.

viu escoar-se para os produtores não-OPEP grande quota de mercado e teve que tomar várias medidas de contensão desse desenvolvimento negativo incluindo o abandono temporário da sua função de produtor estabilizador para se focar prioritariamente na recuperação da sua perdida quota de mercado, mesmo à custa do sistema de ajustamento dos preços de entrega do produto ao mercado.

A estratégia operacional, frequentemente designada por táctica, teria sido exemplarmente cumprida. O que teria falhado foi a análise da situação ou estudo dos contrários aquando da elaboração da estratégia intencional.

O Reino necessitava das receitas provenientes do petróleo, de forma ainda mais premente que anteriormente, para manutenção da sua estabilidade interna. Tinha que considerar o rápido aumento da população jovem que clamava por novas e melhores oportunidades de emprego e de todos os benefícios inerentes a um moderno bem-estar à escala nacional. Na sua característica qualidade de Estado-chave do Golfo não quis ficar separado do consenso em crescendo manifestado durante a Guerra do Yom Kippur que até parecia ver este exercício de poder económico primário como a única forma de expressar a sua frustração em face da perceptível tendência pró-israelita da política externa americana. No entanto, os sauditas tinham realizado a importância do seu relacionamento com o Ocidente, especialmente com os Estados Unidos da América, e interiorizado o conhecimento da relativa alavancagem que estes poderiam exercer, numa situação em que desafiassem os seus interesses.[595]

Por fim, os sauditas encontraram uma forma de salvar a face desses seus dilemas em relação aos americanos fazendo constar a saída do embargo para uma situação de desligamento das forças entre Israel e a Síria. Esta situação assumida pelos sauditas correspondia a um veto a Hafez al-Assad da Síria quando o embargo fosse levantado.

No entendimento conseguido entre os sauditas, sírios e egípcios, no início de Fevereiro de 1974, foi ressaltado que o embargo tinha ultrapassado o fim para o qual tinha sido criado e poderia estar, entretanto, a trabalhar contra os interesses árabes. O Rei Faisal concordou em terminar o embargo desde que fosse encarado como um esforço construtivo, promovido pelos Estados Unidos da América, para uma desactivação do problema israelo-sírio. Logo, em 28 de Março seguinte, os Ministros árabes do petróleo concordaram em levantar o embargo. A Síria

[595] Se os sauditas provocassem demasiados danos à economia dos Estados Unidos da América também poderiam ferir os seus próprios interesses económicos. Joseph S. Nye, Jr. *The Future of Power.* Op. cit. p. 67.

e a Líbia discordaram, mas as partes envolvidas apenas levantaram ligeiras dúvidas acerca da solução diplomática que, finalmente, tinha sido encontrada.

Os sauditas tentaram arduamente, desde a data em que o embargo foi levantado, restabelecer o seu estreito relacionamento com os Estados Unidos da América, oferecendo, inclusivamente, a utilização do seu território como base de operações contra o Iraque durante a Guerra do Golfo. Esforçaram-se, igualmente, em manter a sua posição de fornecedor de petróleo, pelo menos dentro do privilegiado lote dos cinco maiores.

Mas os danos provocados na confiança exigível nessa arena em que se desenrolam tão importantes factores de poder abalaram os actores internacionais a tal profundidade que levantaram sérias dúvidas quanto ao restabelecimento possível de atingir a curto prazo.

III.4 – Síntese conclusiva da Parte III

O Ocidente foi submetido a uma dramática e extremamente dolorosa lição no início do Outono de 1973 com o nascimento das novas realidades surgidas na era do petróleo. Agastados com os revezes a que estavam a ser sujeitos na renovada luta israelo-árabe, os Estados árabes do Médio Oriente abastecedores de petróleo ao mercado mundial declararam um embargo selectivo aos Estados consumidores importadores dessa estratégica matéria-prima, incluindo nesse grupo os Estados Unidos da América.

Organizados em cartel na OPEP, cientes do seu poder funcional, decidiram reduzir sistematicamente a produção e aumentar drástica e imediatamente o preço do petróleo a entregar ao mercado por razões políticas.

A estrutura económica mundial ficou completamente pervertida de um dia para o outro. Foi deduzido de forma extremamente clara que as economias da Europa ocidental e do Japão poderiam ser quase tão completamente devastadas pelo corte do abastecimento de petróleo como por um ataque nuclear.

Tornou-se embaraçadamente óbvio que os Estados consumidores dependentes de importações se tinham tornado tão dependentes da OPEP que, em curto prazo, pelo menos os ocidentais, estavam virtualmente indefesos em face de quaisquer que fossem as exigências que esses Estados-membros da OPEP lhes impusessem. Estes assumiram uma clara e inequívoca posição de comando das decisões a implementar no mercado do petróleo.

O domínio do petróleo do Médio Oriente e de uma forma geral das principais origens petrolíferas, tinha passado das empresas multinacionais, lideradas por um reduzido cartel que tinha dominado o sector durante quase uma centena de anos, para os Estados hospedeiros detentores das reservas petrolíferas localizadas nos seus territórios, estes também associados em cartel, e, consequentemente, assumido a chave da sobrevivência económica do Ocidente. Nunca mais ninguém poderia ditar termos aos países da OPEP. Nem as empresas petrolíferas nem os Governos ocidentais. O máximo que os Estados ocidentais poderiam fazer seria tentar persuadir os Estados produtores que os seus interesses estavam ligados aos seus e que, se a longo prazo, provocassem danos às suas economias ou destruíssem as suas moedas, mormente ao dólar, ou até mesmo se enfraquecessem o Ocidente, este não poderia continuar a proteger

os seus interesses, nem de uns nem de outros, pelo que essas acções poderiam, em último caso, ser auto-destruidoras.

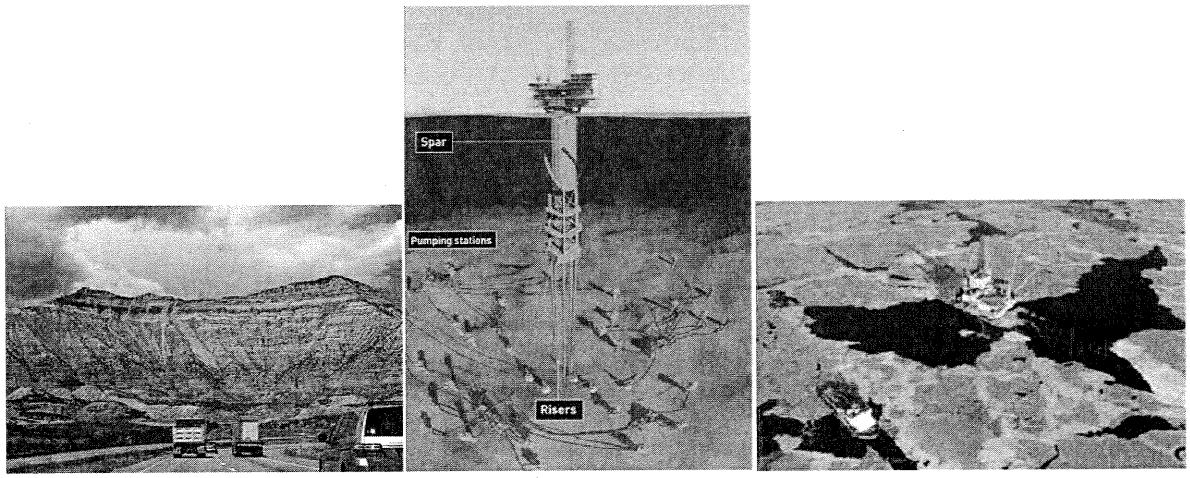
Alguns leaders das Estados-membros da OPEP viram a lógica deste argumento e apresentaram-se disponíveis para refrear os seus colegas mais aguerridos e levá-los a evitar medidas mais drásticas. Contudo, os países dependentes das importações descobriram a sua debilidade: o petróleo ao ser tão barato de produzir e tão versátil a utilizar tinha tão intensa e tão rapidamente substituído outras origens energéticas que as economias industriais se tinham tornado dependentes dele e a partir daquela data, os abastecimentos de petróleo nunca mais estariam seguros.

Devemos ter em atenção que, mesmo quando os recursos são escassos dentro das fronteiras políticas dos países petro-dependentes, a sua ausência ou escassez não serão sinónimo de baixo poder económico. Dependerá, essencialmente, da vulnerabilidade do país e, em última hipótese, na capacidade da disponibilidade de substitutos e onde poderá encontrar origens diversificadas de abastecimento. A habilidade dos produtores e grandes exportadores de petróleo em ter formado o cartel OPEP foi tomada como precursora para outras mercadorias. O poder foi encarado, nesse momento, como ter sido passado para as mãos dos produtores de recursos naturais. Mas, logo na década seguinte, os preços em vez de continuar a aumentar, caíram. Teria falhado redondamente a análise da vulnerabilidade dos petro-dependentes e da sua capacidade de encontrar produtos diversificados e localizações de abastecimento alternativas. Além de que o conhecimento e o desenvolvimento tecnológico aumentam inexoravelmente permitindo captação dos mesmos ou de outros produtos até então inacessíveis como tentaremos analisar de seguida e deixar pistas para uma investigação mais aprofundada destas alternativas.

Parte IV

Visão prospectiva e cenários

Será possível a ocorrência de um terceiro momento em que o domínio do mercado volte a mudar de configuração?



IV.0 – Introdução à Parte IV

Quando as jazidas petrolíferas em exploração começaram a apresentar sinais de extinção, quer de forma aparentemente definitiva quer de recuperação mais lenta do que a taxa de extracção, a preocupação da continuidade de abastecimento ao mercado e da captação das inerentes receitas levou os Estados detentores dos recursos petrolíferos e as empresas exploradoras a procurar novas origens que substituíssem as anteriores e que satisfizessem o constante e implacável aumento da procura.

Numa situação com este perfil o domínio da produção poderá passar para as empresas que detêm os novos instrumentos tecnológicos que lhes permitam a extracção em jazidas localizadas em águas ultraprofundas, actualmente consideradas pelos técnicos do sector a partir dos 7.000 metros, ou a partir da exploração dos petróleos ora conhecidos como "desconvencionalizados".

Aceitando o princípio que o poder se desloca de Estado para Estado, com o decurso dos tempos ou com os modelos políticos e considerando que o poder de individuais ou de grupos sobre outros individuais ou grupos poderá estar exclusivamente baseado nos seus intrínsecos recursos, ou seja, na força física, conhecimentos específicos ou puras técnicas manipulativas, poder-se-á imaginar poder sem recursos extrínsecos.

Pelo que pretendemos demonstrar na presente tese e pelos argumentos apontados parece que o cartel constituído por países exportadores de petróleo também se poderá desfazer a curto prazo, tal como aconteceu com o anterior cartel constituído por empresas concessionárias, por variadíssimas razões, de entre as quais poderemos salientar três sumárias: a sua especial tendência para se autodestruir, a sistemática redução da própria soberania desses países e a capacidade de exploração de jazidas petrolíferas localizadas fora do domínio do cartel disponibilizada pela utilização dos novos recursos tecnológicos acessíveis a quem os alcance.

A tendência para a autodestruição dos cartéis já foi amplamente estudada e apresentada em capítulo próprio da presente tese. Quanto ao que se refere ao apagamento das soberanias e à crise que se vem manifestando de forma crescente devemos recordar Sousa Lara quando afirmou que:

> O Estado soberano estaria em mutação por incapacidade de satisfazer sozinho os fins de segurança, de justiça e de bem-estar, sobretudo desde o fim do *laissez-faire,* ou seja da lógica keynesiana decorrente da política do *new deal* que sucedeu à crise de 1929.

Para mais adiante salientar que:

> Entramos no século XXI com o Estado soberano em crise.[596]

A soberania sobre os recursos naturais foi legitimada mas o seu acesso e desenvolvimento encontra-se inapelavelmente dependente do conhecimento tecnológico que os permita tornar economicamente viáveis e da oportunidade da sua aplicação.

Também Camilleri se pergunta até que ponto as alterações tecnológicas poderão afectar a disponibilidade das comunidades nacionais e Estados nacionais em impor a sua soberania na arena internacional e sobre o seu próprio destino.[597] Portanto, continua Camilleri:

> Será requerida mais do que uma capacidade para que o Estado exerça soberania. Este deve ter a capacidade de actuar efectivamente em relação aos objectivos que se determinou a si próprio atingir dentro do seu próprio domínio. Não será suficiente ser forte. Deverá também dispor de suficiente autonomia para ser capaz de conceber um lote de diferentes e possíveis objectivos que queira implementar.[598]

Os recursos que eram úteis em determinado ano poderão ser afastados por outros no ano seguinte se for introduzida uma nova tecnologia que os traga ao mercado mais favoravelmente. No caso da soberania tecnológica, a sua dependência em sectores industriais-chave enfraquece a capacidade da actuação do Estado. A procura de soberania tecnológica pode-se encontrar centrada, em princípio, em numerosos objectivos. Contudo, a motivação dominante poderá estar focada na vontade de se manter à frente de uma interminável corrida em direcção ao domínio tecnológico que lhe acarretará poder económico, sobrevivência e, se possível, acréscimo de força.[599]

Logo, poderemos admitir a ocorrência de um terceiro momento baseado no poder de empresas detentoras de conhecimentos técnicos e científicos que lhes permitam construir mecanismos de exploração de jazidas petrolíferas até então inatingíveis.

---

[596] *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência.* 2002. p. 103.
[597] *The End of Sovereignty?. The Politics of a Shrinking and Fragmenting World.* 1992. p. 104.
[598] Ibidem. p. 105.
[599] Ibidem. p. 134.

Com a participação das novas descobertas tecnológicas, o hemisfério ocidental poderá regressar ao estatuto que dispunha até à II Grande Guerra Mundial quando gozava de uma auto-suficiência petrolífera teórica e, desde logo, os Estados Unidos da América também poderiam reduzir de forma muito significativa a sua necessidade de importação de petróleo e aumentar, concomitantemente a sua segurança energética. Contudo, esta hipoteticamente possível auto-suficiência não os iria isolar do resto do mercado petrolífero global nem reduzir a crítica importância do Médio Oriente da sua política externa. Simultaneamente, países como o Canadá, a Venezuela ou o Brasil poderiam tomar a decisão de exportar o seu petróleo para mercados diferentes dos ocidentais por razões comerciais, ou outras de cariz político, tornando, com essa atitude, a noção da auto-suficiência do hemisfério ocidental praticamente irrelevante.

Também poderá ser correcto admitir que, a médio prazo, o crescente desempenho dos petróleos não-convencionais ou "desconvencionalizados" poderá converter o hemisfério ocidental em novo centro de gravidade da exploração e da produção petrolífera.

Contudo, deveremos ter em conta que a revolução constituída pelo domínio dos petróleos não-convencionais nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental não poderá obscurecer o facto que, segundo as previsões das agências internacionais, para além do ano 2020 mais de cinquenta por cento do fornecimento global de petróleo continuará a vir do arco geográfico alargado da Federação Russa ao Golfo Pérsico.[600] Qualquer acontecimento de relevante importância que envolva este arco geográfico será crítico para a estabilidade do mercado mundial do petróleo no seu todo.

---

[600] Teremos que renovar a nossa dúvida quanto à falibilidade destas previsões. Exemplo bem elucidativo da dificuldade de previsão dos consumos que obrigam à adaptação das produções a entregar ao mercado poderá ser a apresentada num estudo do Banco Mundial, elaborado em 1995, em que se projectava um pedido de petróleo à OPEP de 29 milhões de barris diários no ano 2000 e de 37 milhões ao chegar ao ano 2010. Ora, na realidade, a OPEP produziu 31 milhões de barris diários em média no ano 2000 e 34 no ano 2010. Muito mais em 2000 e muito menos em 2010. Salientemos que se trataram de previsões de apenas 5 e 15 anos.
Shane S. Streifel. *Review and Outlook for the World Oil Market.* World Bank Discussion Papers. 1995. p. 108 e BP *Statistical Review of World Energy, June 2011.*

IV.1 – Ameaças à continuidade de abastecimento de petróleo bruto

A dependência externa manifestada em países que se encontram exageradamente dependentes de produtos estratégicos detidos por países dominantes poderá colocá-los numa situação de fragilidade política incompatível com a preservação da identidade político-económica definida pelo regime vigente no país. No caso de se verificar em grandes potências, como em grandes corporações, terão que ter sempre em consideração as reacções dos opositores.

Em termos de interesse nacional teremos que tomar em consideração as actuais potências, nas vertentes política e económica, quer as anteriores grandes potências que se mantêm na cena activa internacional quer os protopólos emergentes: a Federação Russa que poderá desempenhar o papel de potência dominante energética; a China no sector manufactureiro; a Índia no sector informático e o Brasil como celeiro mundial. Teremos que tentar entender o papel que virão a desempenhar os Estados Unidos da América e os Estados da Europa Ocidental, estes integrados ou não numa União em construção.

Neste sentido, dentro do âmbito da presente investigação, deveremos balizar o nosso estudo na esfera delimitadora do sector energético, muito especialmente no domínio do sector petrolífero.

Contudo, do painel das quatro citadas potências ditas emergentes poderemos descobrir duas energéticas dominantes: a Federação Russa, que poderá ser considerada dominante do sector petrolífero estabilizado e o Brasil que, se conseguir ultrapassar as dificuldades financeiras e técnicas inerentes ao processo extractivo, poderá vir a ser também uma importante potência energética. As duas outras potências emergentes são dependentes da importação de produtos energéticos, sobremaneira petrodependentes: a China e a Índia, em constante e muito considerável aumento do consumo de hidrocarbonetos importados.

Perante esta situação, o interesse nacional dos dominadores do sector petrolífero chocam com os interesses dos petrodependentes: por um lado os hidrocarbonetos e os cereais e por outro as manufacturas e as tecnologias de comunicação e de informação.

Desta sensível questão decorre uma outra não menos importante: a delimitação das esferas de influência com vista à definição dos recursos minerais e energéticos. O mar pode constituir uma das últimas fronteiras. A um *onshore* intensamente explorado em termos de petróleo bruto convencional resta passar para o *offshore* ainda com muitas disponibilidades a atingir. É nesta área que se poderão desenrolar intensas disputas, nomeadamente no Oceano Glacial Árctico, no Mar Cáspio ou no Mar da China. O mar constitui uma das últimas fronteiras a delimitar politicamente. Os Estados Unidos defendem que as águas deverão manter-se internacionais. Será do seu interesse nacional. Para Portugal, delimitar e alargar a sua ZEE poderá constituir uma excelente oportunidade de desenvolvimento económico e do maior interesse nacional.

Contudo, as relações de promiscuidade entre os hidrocarbonetos e a política foram, são e continuarão a ser indiscutíveis, mas devem ser diferenciadas. Como tivemos oportunidade de enunciar na Parte I podem ser um elemento de poder na política interna e de potência na política externa dos Estados em matéria internacional. O seu relacionamento futuro poderá depender, em larga escala, da evolução das políticas globais.

Recordemos, como tratado na Parte II, que até meados da década de 1960 o petróleo constituiu um elemento chave duma reivindicação política e nacional no que se referia à prospecção e à extracção, para além da partilha dos benefícios que gerava e na consequente tomada de poder por parte dos produtores.

A partir da Guerra dos Seis Dias,[601] os Estados árabes e a OPEP ainda quiseram tornar o petróleo uma arma política, mas com um objectivo diferente: fazê-lo pesar no conflito israelo-árabe. Acabou por dar no embargo decidido pelos Estados árabes às suas exportações de petróleo destinadas a referenciados Estados ocidentais. Volvidos alguns anos, ao tempo da Guerra do Yom Kippur,[602] a OPEP decidiu, unilateralmente, multiplicar por quatro o preço de

---

[601] Terceira Guerra israelo-árabe, ocorrida de 5 a 10 de Junho de 1967. Por tensões causadas pela disputa da água e por incidentes fronteiriços que conduziram a numerosos conflitos militares, os governantes israelitas decidiram um ataque "pré-avançado" contra o Egipto, Síria e Iraque. As forças armadas jordanas envolveram-se no conflito com o bombardeamento à parte de Jerusalém sob controlo israelita. Israel, com forte apoio ocidental, desfeiteou a aliança dos Estados árabes sob liderança egípcia, conquistando a estratégica península do Sinai ao Egipto e a reabertura do Canal do Suez à sua navegação, o West Bank e a parte oriental de Jerusalém à Jordânia e os Montes Golã à Síria. *in* J. Caleia Rodrigues. *A Geopolítica do Petróleo*. 2000. p. 224.

[602] Quarta Guerra israelo-árabe desenrolada entre 6 e 24 de Outubro de 1973. Os governantes sírios e egípcios chegaram à conclusão de que não iriam conseguir retomar os seus territórios perdidos dos Montes Golã e da península do Sinais, respectivamente, só pela via diplomática de tal modo suficiente que levasse Israel a regressar às fronteiras de 1967. Logo, os dois Estados decidiram atacar de surpresa simultaneamente nas duas frentes, deflagrando novo conflito que veio a ser conhecido como Guerra do Yom Kippur, porque teve o seu início no Dia da Expiação, celebração considerada das mais respeitadas e importantes do calendário judaico.

entrega do petróleo ao mercado mundial, não somente para pesar no conflito israelo-árabe, mas também com a vaga ambição de reequilibrar as relações Norte/Sul.[603]

Noutra vertente, constatámos que, após a Guerra do Golfo, numa espécie de inversão de situações, a ONU, pretensamente instigada pelos Estados ocidentais, tomou a decisão de impor um embargo à aquisição de petróleo iraquiano, na esperança de conseguir, por via política, uma reversão da atitude de Saddam Hussein que não estava a ser atingida pela via belicista.

A experiência mostrou que em quaisquer das situações – na exportação ou na importação – o petróleo nunca conseguiu constituir uma eficaz e duradoura arma política.[604]

Veja-se como o embargo de 1987 não atingiu os efeitos esperados porque, por um lado o consumidor já se encontrava preparado para resistir à restrição das importações e por outro os exportadores não se encontravam em medida de conseguir controlar o destino final das suas vendas.[605] Ressalta a existência, à época, de uma capacidade excedentária de produção que permitia aos importadores a possibilidade de facilmente encontrar outras origens de fornecimentos.

A conjuntura era muito diferente em 1973. Mas mesmo assim a eficácia da arma-petróleo esfumou-se rapidamente, não tendo conseguido modificar nada de essencial, nomeadamente na situação geopolítica que se vivia no Médio Oriente. Conseguiu, isso sim, no plano económico, corrigir os danos motivados pelos preços do petróleo causadores dos altos níveis de inflação sentida à escala mundial durante as décadas precedentes. Mas os consumidores importadores implementaram, muito rapidamente, vigorosas políticas económicas tendentes à economia de energia e de diversificação das suas origens de fornecimentos, até que a alta temporária dos preços do barril se traduzissem por um encarecimento dos produtos manufacturados que os países produtores teriam de importar de proveniências de países

---

Para além da crise petrolífera que esta Guerra precipitou, manifestou-se, pela primeira vez desde o fim da II Grande Guerra Mundial, a vulnerabilidade económica e militar da Europa ocidental. *in* J. Caleia Rodrigues. *A Geopolítica do Petróleo.* 2000. p. 228.

[603] Ibidem, p. 21.

[604] Ver Parte I, Cap. I.5 "Oligopólio, cartel e poder".

[605] O embargo foi imposto à África do Sul em 20 de Novembro de 1987 pela Assembleia Geral da ONU. Constou de um embargo internacional voluntário como elemento de pressão ao Governo sul-africano numa tentativa de o forçar a terminar com as alegadas políticas racistas de *apartheid*. *A Geopolítica do Petróleo.* Op. cit. p. 178.

consumidores importadores. Em última análise, seriam sobretudo os países em vias de desenvolvimento que mais sofreriam com as decisões da OPEP.

O exemplo das situações vividas no Iraque também mostram que, se o petróleo pode constituir uma componente primária de um embargo, também poderá não mudar nada, não só pelo facto de se tratar ou não deste produto estratégico, mas porque um embargo nunca se mostrou constituir um instrumento político eficaz.

Se não, recordemos que quando a ONU decidiu um embargo à aquisição de produtos iraquianos, muito especialmente o petróleo, resultaram consequências opostas às procuradas atingir. Esteve na origem de um terrível drama imposto à sua população, ao ponto de, sem renunciar ao princípio do embargo, ter instituído um programa de petróleo, em quantidades bem definidas, contra produtos alimentares. Politicamente, contrariamente aos cálculos dos que o haviam preconizado, a miséria saída do embargo não conduziu o povo iraquiano à sublevação contra o regime e a revertê-lo. Pelo contrário, incitou o Presidente iraquiano a reforçar a sua política de imposição de força para prevenir qualquer veleidade de revolta.

Mais genericamente, apesar dos exemplos precedentes contrários, a ideia de que o petróleo pode desempenhar uma arma dos fracos contra os fortes mantém-se firme, sobretudo perante as crescentes necessidades de disponibilidade de petróleo e da vulnerabilidade que daí resulta para as economias.

Em suma, não somente o Estado produtor não poderia ficar privado, durante muito tempo, dos seus rendimentos, mas também porque, correntemente, a estrutura do comércio internacional tornaria inoperantes, mais cedo ou mais tarde, quaisquer formas de embargo às exportações.

Tenhamos em consideração que o mercado do petróleo é um mercado mundial técnica e economicamente integrado e é transportado de longas distâncias para mercados consumidores que não poderão ser, na maioria dos casos, regionais privilegiados. Logo, a sua integração viu-se reforçada em períodos recentes com a multiplicação de *swaps*, de opções e de outros instrumentos financeiros que o tornou, para além de uma matéria-prima estratégica e depois de uma arma diplomática, num produto financeiro de grande maleabilidade- Então, o equilíbrio entre a oferta e a procura terá que ser mundial e o preço será igualmente mundial, emanado de mercados *spot* e de mercado a prazo. Os produtores serão nacionais, públicos ou não, e os compradores finais serão os *traders* ou os refinadores e não mais os Estados ou empresas nacionais.

IV.1.1 - Do aparente esgotamento das reservas petrolíferas

A escassez que se começou a registar na captação de recursos petrolíferos em jazidas localizadas a baixas profundidades *onshore* encaminhou as grandes potências para a procura de outras fontes disponíveis, numa primeira fase as localizadas no *offshore* mais acessível e mais tecnicamente disponível e, numa fase mais adiantada, em *offshore* profundo a exigir técnicas de exploração ainda não completamente dominadas e suficientemente divulgadas e no *onshore* em qualidades "desconvencionalizadas" a arcar com toda uma constelação de agressões ambientais e de tecnologia de difícil acesso.

Como foi determinado e transmitido *grosso modo* pelos cientistas geólogos e petrólogos, algumas das mais promissoras novas bolsas de petróleo leve convencional e de gás natural estarão localizadas em jazidas *offshore* no Oceano Glaciar Árctico, no Mar Cáspio e, mais recentemente publicitado, no Mar do Sul da China, cujas fronteiras marítimas constituem objecto de forte controvérsia quanto ao regime legal que rege a sua demarcação e a sua soberania.[606] Logo, a determinação destas fronteiras marítimas apresentam-se como factor de interesse nacional das grandes potências pretendentes dos produtos petrolíferos considerados estratégicos existentes nas suas plataformas continentais marítimas em reclamação.[607] A consecução desses interesses tem levado ao estabelecimento de relações internacionais e ao empreendimento de acções de política externa em que os actores têm realizado acções de comunicação e mensagens de força, apelando a formas de acção, tanto pacíficas como não pacíficas. As primeiras, as formas de acção pacíficas, têm sido caracterizadas por tentativas de acordo entre partes envolvidas no processo, negociadas directamente pelos representantes do poder político, por via diplomática ou por conciliação, esta última geralmente com recurso aos bons ofícios das Nações Unidas. As segundas, as formas de acção não pacíficas, têm correspondido a tentativas de coacção económica exercida com recurso à influência económica. [608]

Com o passar do tempo a situação tem-se agravado e as divergências entre as grandes potências têm-se exacerbado, como teremos oportunidade de ver tratado no desenvolvimento do presente trabalho. A defesa dos seus respectivos interesses e a busca de segurança energética, exercidas pelas grandes potências, tem-se manifestado de forma diferente e, naturalmente, em sentidos opostos.

---

[606] *Arctic Oil and Natural Gas Potential.* EIA, U.S. Energy Information Administration. 2009.
[607] Ver no Anexo II o estudo do autor: "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos".
[608] António Silva Ribeiro. *Teoria Geral da Estratégia.* "Formas de acção". 2009. pp. 208-223.

A Federação Russa, na sua qualidade de potência energética, tem dado mostras de pretender continuar a manter o domínio do mercado mundial. Precisa, para tanto, de encontrar novas localizações de petróleo e de gás natural, o que a leva a manter, a todo o custo, o controlo da tecnologia e dos recursos humanos, a par do domínio das regiões de localização das origens mais promissoras.

A China, quando passou a depender de recursos energéticos externos, enveredou por uma via de estabelecimento de acordos bilaterais com Estados exportadores cujo abastecimento e transporte se apresentassem suficientemente seguros, participando ou não na sua exploração, onde quer que se mostrem disponíveis. Esta actuação poderia ser complementada com a captação de mais recursos próprios a partir de novas localizações, nomeadamente as jazentes no Mar da China.[609]

Os Estados Unidos da América encontram-se em idêntica situação à da China. Ao passarem de dominadores do mercado para maiores importadores à escala mundial, também enveredaram pela via dos acordos de cooperação com uma forte componente de participação activa em projectos de exploração. Contam, no entanto, com o lançamento de explorações nas ricas jazidas de xistos betuminosos e nas novas autorizadas localizadas em *offshore* nas suas águas territoriais.

Ambas as potências dependentes – China e EUA – têm envidado os maiores esforços em projectos de I&D, quer na técnica de perfuração a grandes profundidades quer em técnicas de ensaios sísmicos para determinação, em tempo real, da capacidade das bolsas petrolíferas a explorar ou em exploração corrente.

Vários acontecimentos levam-nos a admitir que, perante a escassez de petróleo localizado em jazidas superficiais, o domínio da produção possa passar para as empresas que detenham os novos instrumentos tecnológicos que lhes permitam a extracção em jazidas de petróleos brutos convencionais localizadas a grandes profundidades, muito para além dos 7.000 metros ou em contentores de petróleos pesados e extra-pesados, como sejam os obtidos das areias e dos xistos betuminosos ou os da Faixa do Orenoco.

---

[609] Ver no Anexo IV a análise do autor "China a caminho de se tornar no maior consumidor mundial de energia".

IV.1.2 – Risco de nova crise

O risco de uma crise petrolífera causada por uma defecção temporária, voluntária ou não, de um ou de vários produtores continua presente. Contudo, parece que se poderá apenas manifestar em puro e simples aumento de preço. O governo iraniano compreendeu bem esta nova conjuntura quando, para pressionar os que lhe queriam contrariar o seu programa nuclear, solicitou à OPEP a imposição da redução da produção para uma consequente incidência na baixa do preço. Surge reforçada a reflexão de que os embargos selectivos já não são credíveis porque o exportador já não domina o destino final das suas vendas e o importador já se pode socorrer de variadíssimas origens. Quanto à alta de preços, além de não se poder eternizar, irá afectar todos os consumidores e originará um efeito de retorno a incidir sobre os produtores, com um elevado risco da provocação de uma inexorável divisão, como já terá ocorrido em passado relativamente recente.

Não será demais recordar que existe um mercado mundial do petróleo sem existir uma autoridade mundial para o sector. As organizações internacionais, incluindo a Agência Internacional de Energia (AIE), não se encontram vocacionadas para a tomada de decisões, pelo que, nenhum acordo internacional poderá, verdadeiramente, regular as relações entre produtores e consumidores.[610] Não se encontram, aliás, nem de um lado nem de outro, instâncias que sejam suficientemente representativas. No que respeita aos produtores, a própria OPEP já não pode pretender atingir uma posição dominante. Por um lado, já não dispõe de suficiente capacidade excedentária de produção que lhe permita controlar o mercado, e por outro, a Federação Russa, após o seu ressurgimento como grande produtor, não aceitaria integrar uma frente comum.[611] Do lado dos consumidores, uns (como os europeus) falam de abrandamento do consumo, outros (como os americanos) recusam-se à redução, enquanto os países em vias de desenvolvimento económico continuam a envidar todos os esforços na via da recuperação do atraso económico em que se encontram. Uns e outros, longe de tentar encontrar plataformas comuns de diálogo e de cooperação, encontram-se cada vez mais em posições concorrenciais.

---

[610] O receio de insegurança energética esteve presente na criação da Agência Internacional de Energia (AIE). Fundada em 1974 em resposta à crise consequente do embargo de 1973/74, desenvolveu inicialmente a missão de apoiar os Estados-membros, maioritariamente OCDE, a coordenar uma resposta colectiva a grandes disrupções de abastecimentos de petróleo através da constituição de uma reserva de emergência.

[611] Ver em Anexo II os estudos do autor "A questão energética como factor do interesse nacional. Obtenção de informação vital ao desenvolvimento de sector estratégico" e "Energia – Petróleo. Oportunidades de investimento" oportunamente desenvolvidos pelo autor e cujo teor se mantêm correntemente actualizado.

Ter-se-ia que admitir que o mercado do petróleo tinha deixado de ter uma dimensão regional para passar a ter atingido uma dimensão mundial. Com o fim da clivagem entre os Blocos do Leste e do Oeste, os progressos registados nas tecnologias de informação que reduziram as distâncias, a OPEP e a AIE encontraram um vasto terreno de entendimento apesar das divergências de pontos de vista sobre o funcionamento harmonioso do mercado internacional do petróleo, além de que alguns Estados exteriores à OCDE, nomeadamente a China, a Índia e a Rússia, adquiriram um peso importante no balanço energético mundial.[612]

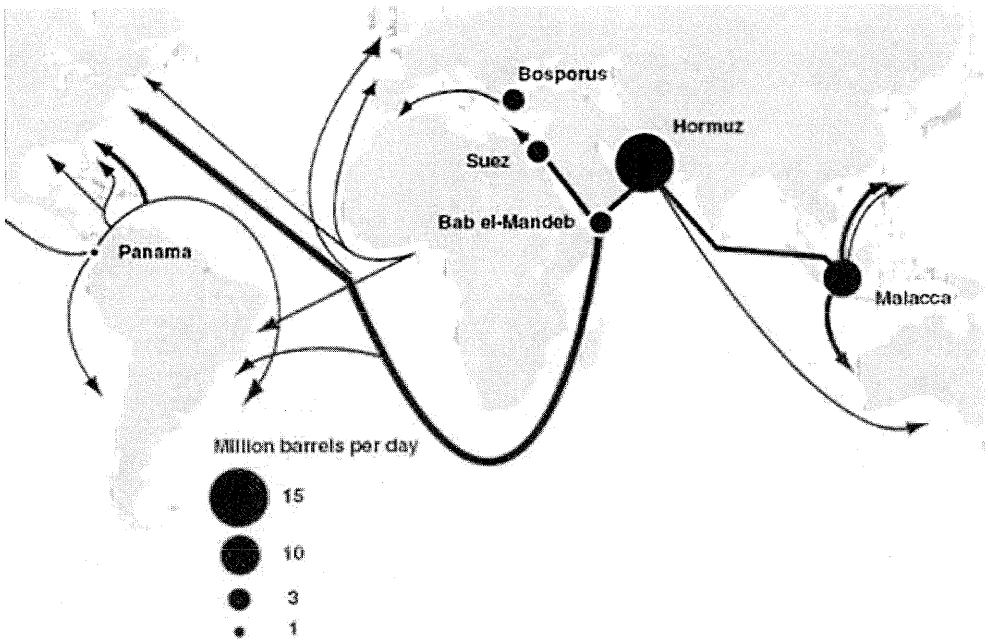
Mau grado as profundas alterações e a turbulência que abalaram os mercados da energia, as principais ameaças que se apresentam à segurança energética mantêm-se praticamente inalteradas, como poderemos ver de seguida.

[612] Ver no Anexo IV a análise do autor "China a caminho de se tornar no maior consumidor mundial de energia".

IV.1.3 -Os chokepoints como factor de insegurança energética

Continuam-se a considerar numa primeira linha de preocupações a fiabilidade dos aprovisionamentos energéticos a preços atingíveis e a ter que dar resposta ao aumento ininterrupto dos grandes consumidores. Estes, por seu turno, são cada vez mais tributários das importações de petróleo provenientes de fornecedores cada vez menos numerosos, localizados a maiores distâncias e de mais difícil acesso.

Figura 7: Densidade de trânsito de petróleo de circulação por *chokepoints* designados



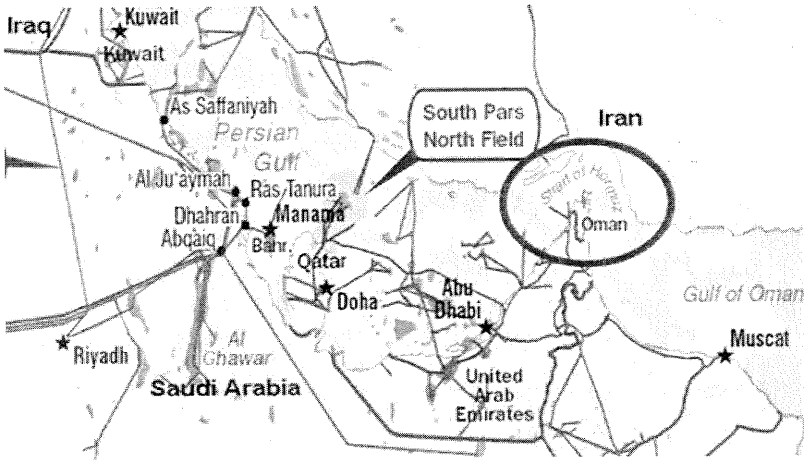
Fonte: EIA, *Energy Information Administration*[613]

Acresce a complexidade de transporte, não só pelas distâncias a percorrer como também pelos constrangimentos que os denominados *chokepoints* constituem para o transporte marítimo forçado a atravessar passagens inseguras.[614]

[613] "Maritime chokepoints critical to petroleum markets". 2 de Março de 2011.

[614] Têm sido consideradas críticas a s passagens pelos estreitos de Ormuz, Malaca, Bab el-Mandeb, Bósforo e pelos canais artificiais do Panamá e do Suez. Ver no Anexo II o estudo "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos. A determinação de fronteiras marítimas no Oceano Árctico, no Mar Cáspio e no Mar da China na agenda política das grandes potências "

Figura 8: Estreito de Ormuz e oleodutos circundantes



Fonte: EIA, *Energy Information Administration*

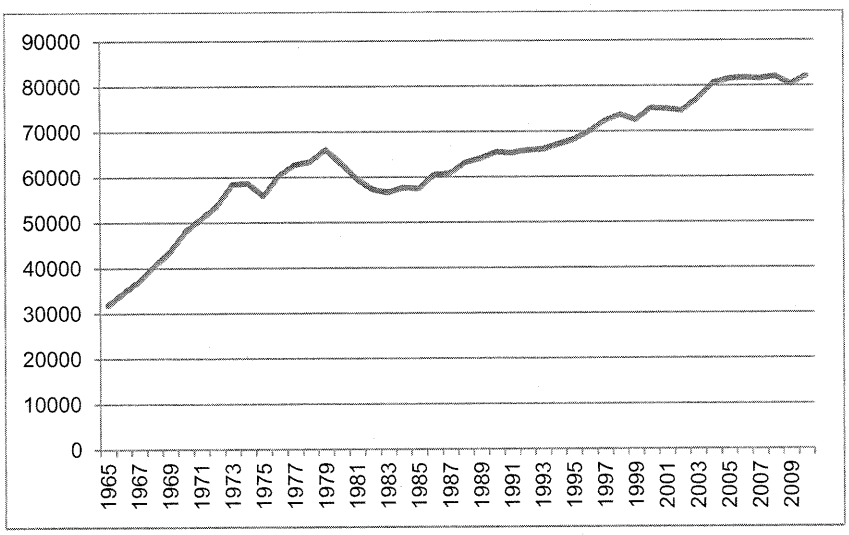
Tendo em atenção que o mercado energético mundial se encontra dependente de transportes seguros, a ocorrência de um bloqueio num *chokepoint* identificado, mesmo que temporariamente, pode provocar um aumento substancial da insegurança energética e dos custos, um risco acrescido à escala da segurança dos Estados importadores dependentes e tornar os navios petroleiros muito mais vulneráveis aos assaltos terroristas ou de pirataria, sem esquecer as consequências dos derramamentos de petróleo devidos aos acidentes que podem surgir na luta que envolve a defesa nesses assaltos.

Para sentirmos quão importante se afiguram estes *chokepoints* basta-nos ter presente que, em 2011, a produção total mundial de petróleo atingiu aproximadamente os 88 milhões de barris por dia e cerca de metade foi transportada por navios petroleiros que seguiram rotas marítimas fixadas.[615]

Podemos encontar traços desta manifesta fragilidade nos relatos das conversações realizadas em finais da II Grande Guerra, posto que foi referido que, durante a visita de Churchill a Moscovo, em Outubro de 1944, Estaline teria dito que gostaria que fosse introduzida uma modificação na Convenção de Montreux que regulava o trânsito à navegação ao atravessamento dos Estreitos do Bósforo e dos Dardanelos, de passagem do Mar Negro para o Mediterrâneo. Não quereria tolerar o facto da Turquia poder ter "uma mão na garganta da Rússia". A Convenção de Montreux, da qual não faziam parte os Estados Unidos da América, tinha sido assinada, em Julho de 1936, entre a Turquia, União Soviética, Reino Unido, França, Japão e os quatro Estados balcânicos. Sob a Convenção qualquer navio mercante, sob qualquer bandeira e qualquer qualidade de carga, gozava de liberdade de trânsito e navegação em tempo de paz. Retinha, porém, alguns condicionamentos aos navios sob bandeira turca. *In* Herbert Feis. *Between War and Peace. The Potsdam Conference.* 1960. p. 291 e 337.

[615] Ver Gráfico 27.

Gráfico 27: Petróleo bruto convencional
Evolução da produção mundial (anos 1965 a 2010)
(Valores em milhares de barris/dia)



Fonte: BP *Statistical Review of World Energy. June 2012*

Por volume de petróleo transitado, o Estreito de Ormuz de saída do Golfo Pérsico e o Estreito de Malaca de ligação dos Oceanos Índico e Pacífico são considerados os dois mais estratégicos *chokepoints* do circuito marítimo mundial. De entre os dois, o Estreito de Ormuz será o mais importante, dado que por aí passaram diariamente, em média, quase 17 milhões de barris por dia no ano de 2011.[616]

[616] EIA. *U. S. Energy Information Administration.* "World Oil Transit Chokepoints". 22 de Agosto de 2012.

IV.1.4 – Risco de disrupção de abastecimento

Apesar de ter sido repetidamente afirmado que as reservas energéticas mundiais serão mais que suficientes para fazer face à procura de energia nos próximos decénios, as previsões da oferta e da procura de energia a longo prazo poderão não ser tão animadoras.[617] Salienta-se que a repartição geográfica de origens de produção de energia evoluiu ao longo dos tempos sob os efeitos conjugados da geopolítica, dos custos, e da tecnologia entretanto disponível. Poderão ser encontradas disponibilidades crescentes em países não membros da OCDE, em particular no Médio Oriente, mas também na Federação Russa, na América Latina, nomeadamente na Venezuela e no Brasil, sem esquecer as esperadas da África ocidental. Isto no que se refere às jazidas de petróleo bruto convencional localizadas em *onshore* de baixa profundidade. Como poderemos ter oportunidade de ver mais adiante, poderão existir novas e mais abundantes disponibilidades de petróleo bruto convencional, a tender para o inesgotável, no *offshore* de grandes profundidades a exigir o exercício de novos conhecimentos tecnológicos, de petróleos pesados de difícil e onerosa extracção e sintetização e dos extremamente poluentes hidratos de carbono disseminados por imensas e distintas localizações geográficas.

Enquanto não se enveredar massivamente pelas novas disponibilidades, o desequilíbrio regional que se acentua entre a oferta e a procura desenvolverá uma fortíssima expansão das trocas internacionais, tanto em termos absolutos como em percentagem dos aprovisionamentos totais.[618]

Poder-se-á entender de bom grado o desenvolvimento das trocas desde e quando envolvam tanto os fornecedores como os consumidores em relações mutuamente vantajosas. Contudo, teremos que aceitar, mesmo assim, que o elevado risco de rutura séria dos aprovisionamentos possa aumentar. Note-se que as perturbações poderão surgir do facto de países produtores procurarem explorar a sua posição relativa no mercado para fazer aumentar os preços ou de se abster deliberadamente de fornecer aprovisionamentos por razões políticas ou ainda de causar um agravamento do risco de bloqueamento de poços de extracção, de oleodutos ou de rotas

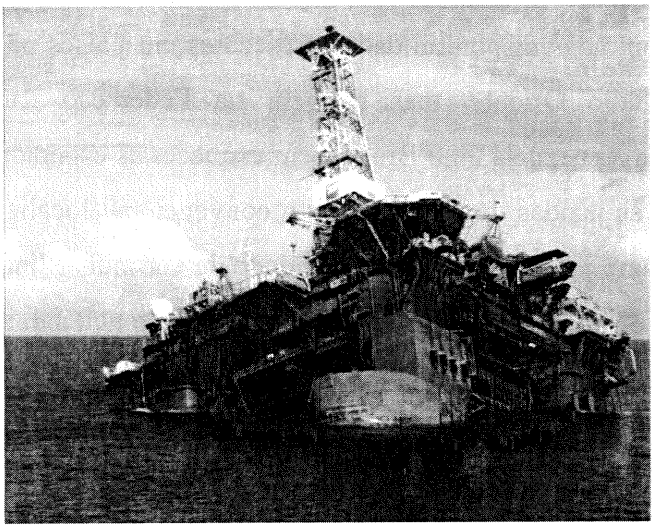
[617] Ver no Anexo IV a análise do autor "O sector energético e o petróleo. Evolução recente e prospectivas de evolução da questão energética internacional".

[618] A empresa maritima grega Moundreas tornou publico que, entre 2010 e 2011, os armadores gregos encomendaram 347 novos navios que incluem mais 48 petroleiros, além de mais 4 plataformas para extracção e processamento de petróleo *offshore*. De assinalar que a frota marítima mercante grega já dispõe de 4.714 navios e encontra-se a caminho, com estas novas aquisições, de constituir a maior frota de transporte comercial à escala mundial. Fonte: ekathimerini.com, 3 de Abril de 2012. (23:11).

marítimas em consequência de actos de terrorismo ou de pirataria, além de incontroláveis e imprevisíveis acidentes.[619]

Figura 9: Acidente na plataforma *offshore* P-36 da Petrobras

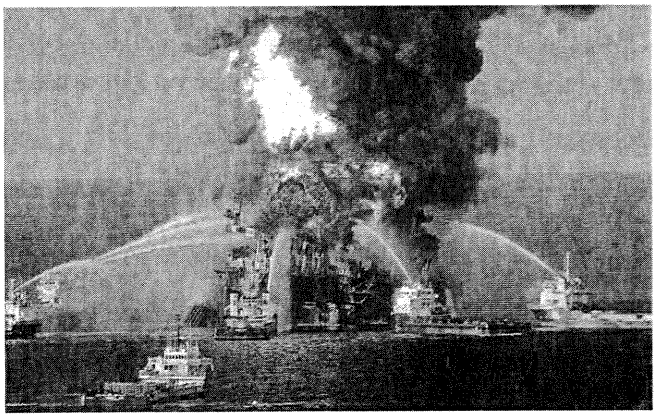
(15 de Março de 2001)



Fonte: Petrobras P.36 Accident Final Report

Fig. 10: Explosão na plataforma *Deepwater Horizon* em serviço no Golfo do México

(20 de Abril de 2010)



Fonte: The Telegraph

[619] Ver Figuras 9 e 10.

Um dos mais determinantes elementos da segurança de aprovisionamentos deverá ser a existência de capacidades de produção inexploradas que permitam enfrentar situações imprevistas. Os factos têm mostrado que uma súbita redução das disponibilidades de petróleo, mesmo que fraca, pode desencadear uma alta de preços se a capacidade inutilizada estiver limitada ou se os níveis de reservas forem insuficientes.[620] As empresas petrolíferas internacionais terão um importante papel a desempenhar ao aumentar a oferta mas será igualmente indispensável um esforço suplementar da parte dos países produtores que detêm as mais vastas e menos onerosas reservas mundiais.[621]

[620] Ver o desenvolvimento da matéria relativa a "reservas estratégicas" no Anexo II, no estudo do autor "A questão energética europeia. A dependência energética da UE", no Anexo III o artigo de opinião do autor "Combustíveis estratégicos. Petróleo: A excessiva dependência da União Europeia" publicado no Diário Económico em Dezembro de 2004 e no Anexo IV na análise do autor "Energia. Donde vem … para onde vai" no subcapítulo "5.a.vi - Reservas estratégicas".

[621] Esta matéria encontra-se desenvolvida no estudo do autor "Energia – Petróleo. Oportunidades de investimento" incluído no Anexo II.

IV.1.5 - Insuficiência de capacidade de refinação[622]

As dificuldades sentidas no sector petrolífero não se circunscrevem aos constrangimentos registados na disponibilidade de jazidas exploráveis ou na capacidade de extracção. Dado que as refinarias estão a ser utilizadas quase nos limites da sua capacidade, também parece alarmante constatar que a margem de reserva da capacidade de refinação é insuficiente. A capacidade de conversão afirma-se ainda mais necessária que a capacidade de destilação porque a procura orienta-se para produtos cada vez mais ligeiros (carburantes) enquanto a produção comporta uma proporção crescente de produtos pesados e sulfurados. Torna-se difícil construir novas refinarias em muitos países devido a regulamentações de protecção ambiental, de regras de ordenamento do território e de oposição pública.[623]

As condições da indústria de refinação foram muito favoráveis durante vários anos. Durante os dois anos que se seguiram ao conflito do Golfo Pérsico, os custos foram facilmente previsíveis, dado que os preços do *crude* se mantiveram relativamente estáveis. Logo, os preços caíram, baixando os custos do abastecimento e aumentando as margens. A procura aumentou dinamizada pela expansão económica, particularmente nos países em desenvolvimento.

O encerramento de refinarias devido às novas regras de controlo ambiental não foi compensado por outras adaptadas às novas exigências. Enquanto, no início da década de 1980 se dispunha de uma capacidade de refinação superior ao consumo em cerca de 25 por cento, atingiu valores muito próximos dos do consumo ao chegar a década de 2000.[624] Em apenas uma vintena de anos esgotou-se toda a margem de segurança que se dispunha no sector da refinação. Ou seja, o sector passou a dispor apenas de uma margem mínima de capacidade para acomodar mais aumentos de produto a entregar ao mercado. Encontra-se, portanto, a atravessar uma fase de transição, após ter sido sujeito a um longo período de redução da sua capacidade, obrigatoriamente ajustada aos novos níveis de procura do produto que se seguiu aos choques de preços que ocorreram na década de 80 e conduziram aos consequentes ajustamentos políticos e económicos. A indústria refinadora encontra-se perante a evidente

[622] Esta matéria encontra-se desenvolvida na análise do autor "Energia. Donde vem … para onde vai" transcrita para o Anexo IV.
[623] Ibidem. Ver no Anexo IV as análises do autor "Petróleo e energias alternativas" e "Energia. Donde vem … para onde vai" no subcapítulo "5.a.v – Refinação".
[624] Ver Gráfico 20.

necessidade de satisfazer as novas exigências do mercado, dos condicionamentos ambientais e de encontrar adequadas localizações para novas instalações.

Dado que a construção de capacidade adicional exige elevados custos financeiros, é crítico que os planos de expansão cumpram a capacidade requerida e o tempo em que decorram.

A localização de novas unidades também apresenta questões críticas, tendo em atenção que grande parte das localizações consideradas adequadas estão sujeitas a regulamentações ambientais muito severas que as tornam muito onerosas e exigem muito tempo para conseguir a desejada e requerida capacidade adicional.

A crescente preocupação posta nas questões ambientais conduziu a uma proliferação de novas regras e regulamentações que exercem uma elevadíssima pressão nas operações a jusante. Porém, o cumprimento das novas regras requer grandes investimentos. Acresce a necessidade de resposta à igualmente crescente procura de um conjunto muito diversificado de produtos refinados.

A procura manteve uma tendência altista, ajudando a suportar o aumento do nível de actividade económica. A procura aumentou, mas a capacidade de refinação viu-se reduzida e a exigir uma crescente necessidade de capacidade adicional de refinação. Porém, na maioria dos países industrializados, tornou-se muito difícil aumentar a capacidade de refinação devido às preocupações ambientais e regulamentações referentes a esta matéria que envolvem importantes desafios e riscos inerentes à instalação de novas unidades.

Note-se que o valor do *crude* tem um impacto muito significativo nas indústrias petroquímica e de refinação. A alta dos preços do produto pode conduzir a um ajustamento da procura que, por sua vez, produz impacto nas taxas de utilização da capacidade das petroquímicas e das refinarias, além de que, qualquer aumento dos custos da energia pode causar abrandamento do crescimento da economia e conduzir a uma diminuição da procura.

As refinarias foram submetidas, durante a década de 1990, a um prolongado período de ajustamento. A volatilidade dos preços do *crude* que flagelaram a actividade de novas perfurações e explorações, também provocaram importante impacto no sector a jusante da indústria do gás e do petróleo.

As mudanças verificadas nas refinarias não pareceram tão voláteis como as verificadas nos sectores da exploração e da produção. Porém, esses sectores a jusante também sentiram as

alterações do mercado. Não parece tão volátil porque qualquer alteração significativa ao nível da actividade das refinarias requer um período de tempo mais longo. Qualquer aumento ou redução de capacidade é muito oneroso, exigindo uma cuidadosa análise antes da introdução de um ajustamento significativo nas operações.

O aumento da capacidade de destilação requer um considerável tempo morto enquanto se executa o planeamento e a adequada construção das instalações de processamento adicional. Todos estes projectos exigem avultados investimentos que carecem de cuidadosa e detalhada análise económica. A decisão também exige um elevado grau de confiança e de certeza quanto às futuras perspectivas do mercado.

A quantidade de produtos refinados procurados pelo mercado também tem sofrido enormes alterações relativas, nomeadamente no sector das gasolinas com grandes variações de procura entre *jet fuel*, gasóleo e gasolinas.

Quando a procura foi aumentando da década de 1950 até à de 1970 o planeamento consistia, pura e simplesmente, no cuidadoso *timing* da criação de acréscimo de capacidade que respondesse às esperadas necessidades. Durante este período o nível de risco estava relacionado com o período do investimento. Apesar das consequências sentidas no sector da refinação não terem sido tão intensas como as que atingiram os sectores de exploração ou de produção, o sector foi submetido a uma verdadeira revolução no final da década de 1970 quando foram atingidos picos na procura, imediatamente seguidos de quedas. Porém, a média anual de capacidade de destilação diminuiu 17 por cento após ter atingido um pico em 1981, voltando a diminuir para uma capacidade de refinação de pouco mais de 3 milhões de barris/dia em 1986. A capacidade de refinação tinha diminuído com o objectivo de reduzir a diferença entre a capacidade e a procura, de forma a dinamizar a taxa de utilização, diminuir os custos unitários e aumentar a rentabilidade. Contudo, a tendência da procura de produtos petrolíferos inverteu-se, novamente, em 1984. O desvio aconteceu após os preços terem caído o suficiente para abrandar o esforço de conservação. A procura cresceu ligeiramente e estabilizou entre 1984 e 1989. Durante este último ano a procura atingiu os 17 milhões de barris/dia, correspondendo a um aumento de cerca de 13,7 por cento em relação aos valores registados em 1983. Perante este cenário, a capacidade de refinação iniciou novo ciclo altista. De facto, a capacidade de refinação aumentou ligeiramente em 1987 e 1988, em cerca de mais 456.000 barris/dia, em resposta ao aumento da procura. Por fim, em 1988, acabaram por se verificar melhores margens e rentabilidade no sector da refinação. No decurso deste mesmo

ano os preços do *crude* baixaram e a procura continuou a aumentar, beneficiando as taxas de utilização das refinarias, reduzindo os custos unitários do processamento e aumentando as margens operacionais.

IV.2 – Da exigência da procura

Não será apenas a probabilidade de uma perturbação a ocorrer nos abastecimentos que apresenta contornos de poder vir a aumentar perigosamente, mas também a amplitude das suas repercussões. O fenómeno poderá ser explicado, em grande parte, pelo aumento da rigidez da procura. Durante os choques petrolíferos registados na década de 1970 e início dos anos 1980 estavam a ser utilizadas grandes quantidades de petróleo na geração de energia eléctrica e em aplicações industriais. No decurso desses períodos poder-se-ia ter substituído uma boa parte por gás natural ou carvão, o que não parece actualmente possível porque o consumo de produtos petrolíferos concentra-se, cada vez mais, no sector dos transportes e os milhões de viaturas existentes e em construção não podem mudar de combustível de um dia para o outro em caso de crise de aprovisionamento.

O consumo global de petróleo aumentou em média 600.000 barris diários em 2011, correspondendo a 0,7 por cento em relação ao ano anterior, até atingir os 88 milhões de barris diários. No entanto devemos ter em consideração que o consumo total do conjunto de países da OCDE diminuiu 1,2 por cento, correspondente a 600.000 barris diários e ao quinto decréscimo ocorrido nos últimos seis anos, chegando a atingir o mais baixo consumo registado desde 1995. Fora da OCDE o consumo aumentou 2,8 por cento. Mesmo com os elevados preços de mercado o consumo aumentou, com a China a voltar a assumir a liderança do aumento. Apesar do seu aumento ter ficado abaixo da média dos últimos dez anos, ainda consumiu mais 505.000 barris diários que no ano anterior, correspondendo a um aumento de 5,5 por cento. [625]

De acordo com os estudos apresentados pela EIA, o consumo mundial de petróleo poderá atingir os 112,2 barris/dia ao chegar ao ano 2035, o que corresponderá a um aumento superior a 30 por cento em relação aos 86 milhões registados em 2008.[626] Apesar de ter reduzido em 2009 recuperou em 2010 e espera-se que continue a aumentar nos anos seguintes, especialmente devido ao aumento a verificar-se em países em vias de desenvolvimento económico não-OCDE

[625] BP *Energy Outlook 2030.*
[626] EIA, *U. S. Energy Information Administration IEO 2011.*

Será admissível que o consumo continue a aumentar a longo prazo, mesmo que os preços venham a atingir valores cada vez mais altos. Neste particular devemos ter em conta que mais de setenta e cinco por cento do aumento total do consumo será imputável aos países não-OCDE asiáticos, onde é previsível um forte aumento das suas economias, e nos do Médio Oriente onde o acesso ao petróleo oriundo dos seus recursos domésticos é relativamente barato e promove o aumento da procura.

Atendendo a que a procura sofreu alterações muito importantes quanto ao que pode ser imputável aos grandes consumidores, vejamos como poderá evoluir a médio prazo, quer em que regiões quer em que tipos de consumidores.[627]

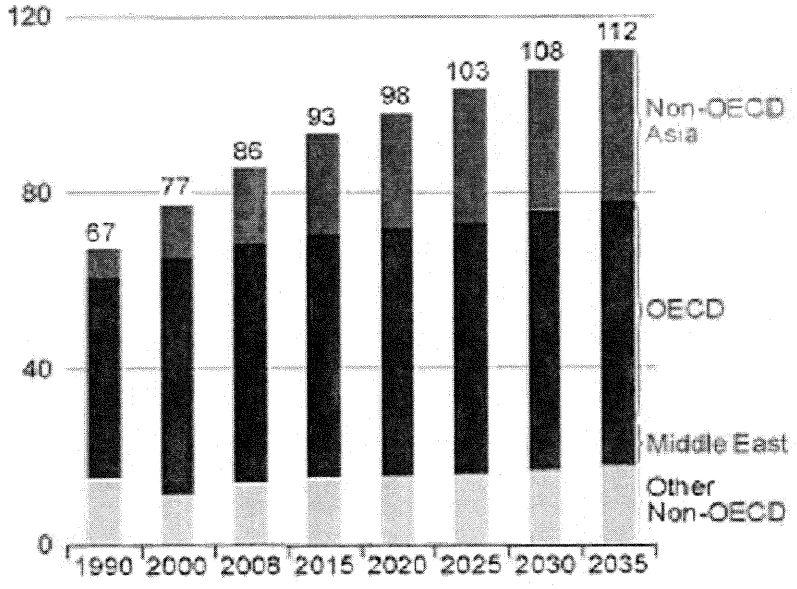
[627] Ver Gráfico 29.

IV.2.1 – Previsão da evolução do consumo por regiões

A importante expansão do consumo de produtos petrolíferos nos países não-OCDE poderá ser entendida como resultado de um forte crescimento económico, desenvolvimento da actividade industrial e rápida expansão da utilização dos transportes motorizados.

As agências especializadas têm publicado estudos e análises em que se pode ver que o consumo nas regiões da OCDE poderá aumentar mais lentamente até ao ano 2035 reflectindo o fraco crescimento ou mesmo declínio populacional nessas regiões, ao mesmo tempo que sofreu um relativamente baixo aumento económico comparativamente aos não-OCDE.[628] Acrescem as políticas e legislações governamentais que conduziram à redução do consumo de combustíveis. Note-se que no Japão e nos países europeus membros da OCDE o aumento do consumo foi reduzido a uma taxa anual próxima dos 0,4 por cento, correspondente a uma economia de 500.000 baris diários.

Gráfico 28: Consumo mundial de petróleo, por regiões
Realizado e previsível (1990-2035)
(Valores em milhões de barris/dia)



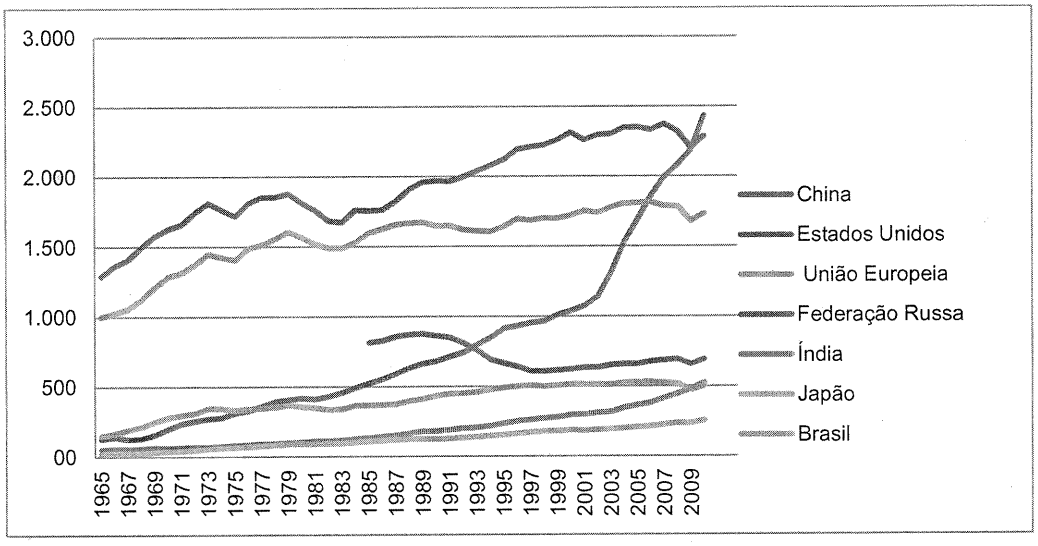
Fonte: EIA *Energy Outlook 2011*

Tendo em consideração as diferentes tendências de crescimento previsíveis para as regiões OCDE e não-OCDE será admissível que o consumo nas regiões não OCDE exceda o das

[628] Ver Gráfico 28.

regiões OCDE ao chegar ao ano 2025. As tendências poderão continuar a acentuar-se até que, ao atingir o ano 2035, a diferença possa chegar a apenas 23 por cento.

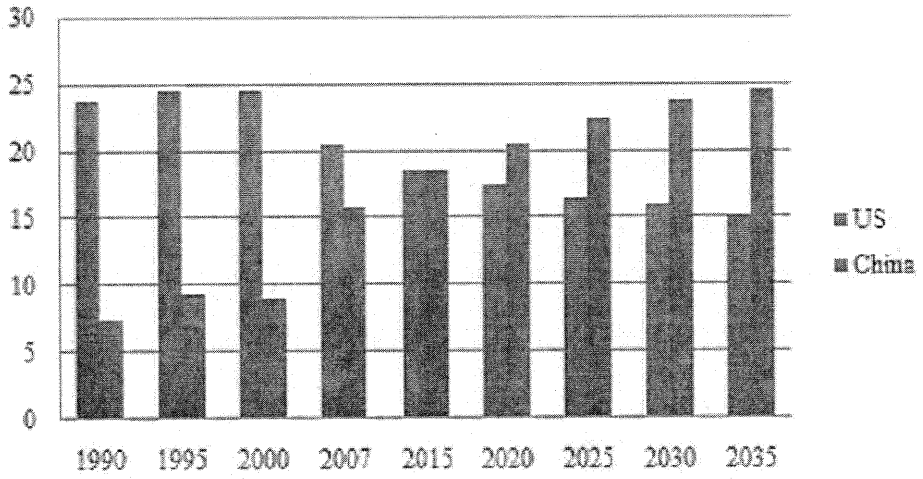
Gráfico 29: Energia primária consumida (1965 a 2010)
Países seleccionados
(Valores em Mtoe)



Fonte: BP, *Annual Report 2012*

Tem sido adiantado que os maiores aumentos recaiam na China e na Índia.[629] Apesar da previsão de um aumento de 3,5 por cento anuais para a China, esta ainda não deverá atingir o consumo dos Estados Unidos da América pelo menos até ao ano 2035.[630]

Gráfico 30: Quota de consumo energético USA/China
Realizado e previsível (1990 a 2035)
(% do total mundial)

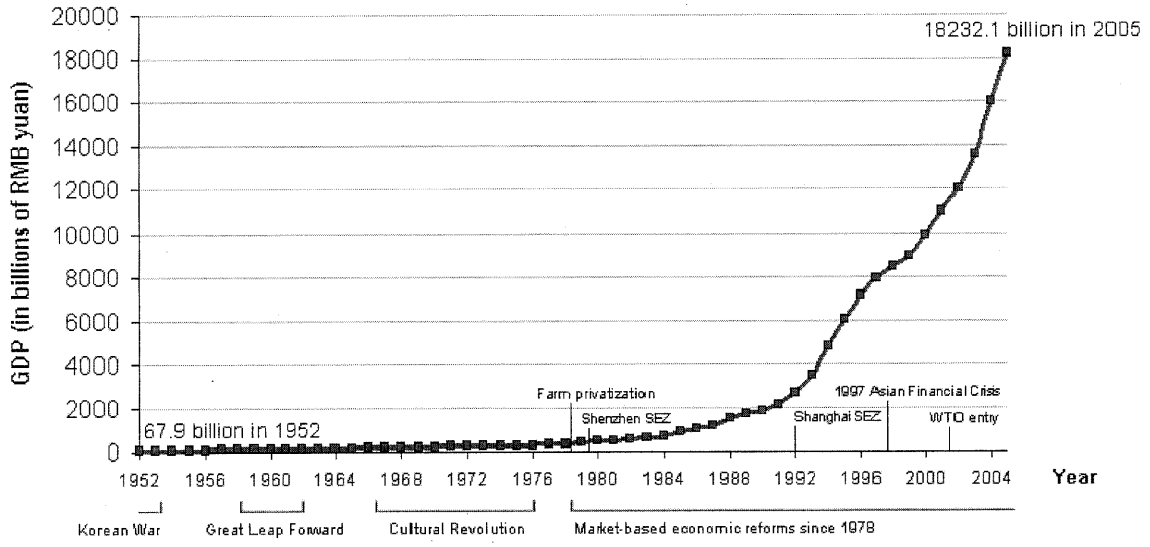


Fonte: EIA, *International Energy Outlook 2010.*

[629] Ver Gráfico 29.
[630] Ver Gráfico 30.

O que poderá surpreender é a rapidez com que está a atingir essa indiscutível e nova situação. O seu desenvolvimento económico sustentado e a melhoria dos níveis de bem-estar atribuídos à sua população a isso a conduziram.[631]

Gráfico 31: China - Evolução do PIB (1952 a 2005)



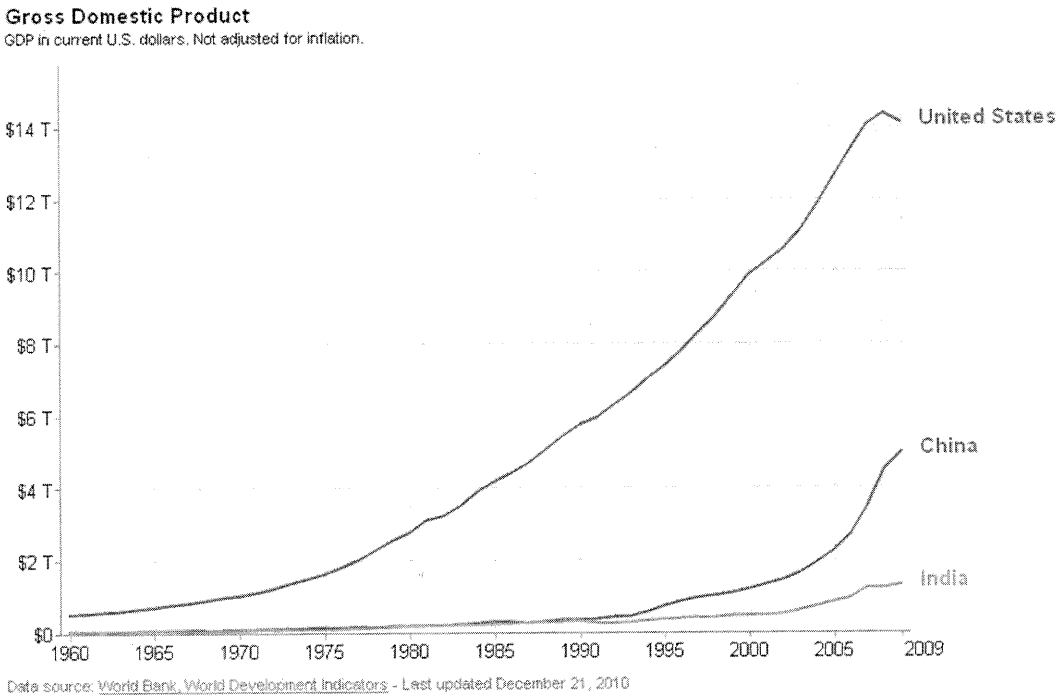
Fonte: World Resources Institute (Earth Trends) e Cara Community (August 22, 2006)

A reorientação política decidida no Terceiro Plenário do 11º Comité Central, realizado em finais de 1978, com a confirmação dos poderes atribuídos a Deng Xiaoping numa via de construção de uma economia de mercado socialista parece ter constituído o ponto de partida para esta nova situação registada no panorama do sector petrolífero mundial.

O início do acentuado desenvolvimento económico a partir da tomada da reorientação política foi acelerado entre os anos 1989 e 1991 com a implementação das Zonas Políticas Especiais (SPZs) e das Zonas de Desenvolvimento Económico (EDZs) que deram nascimento ao que posteriormente se veio a chamar de "um país dois sistemas".

[631] Ver Gráfico 31.

Gráfico 32: Evolução comparada do aumento do PIB (1960 a 2009)
Estados Unidos, China e Índia

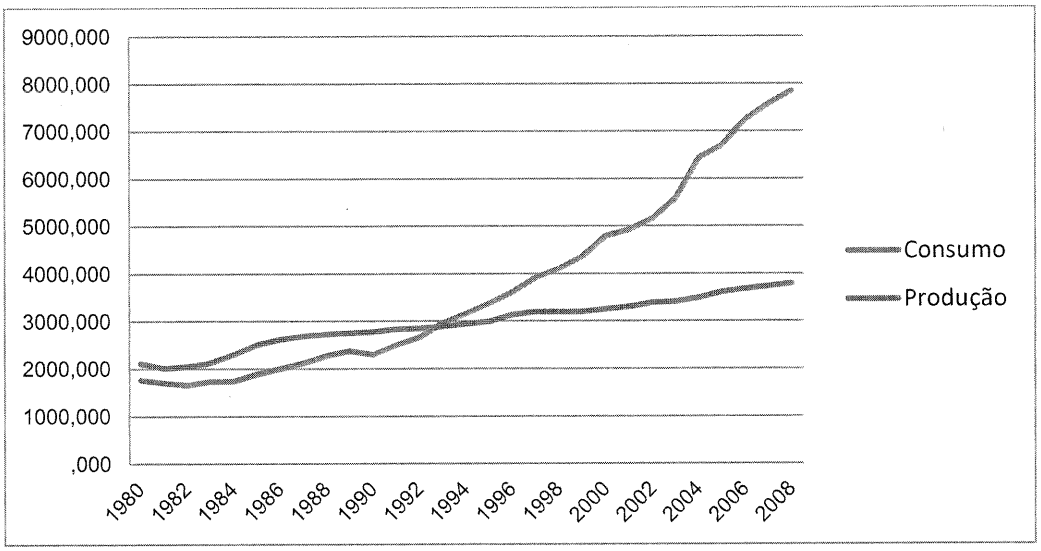


Deng Xiaoping realizou, logo nos princípios de 1992, uma ronda pelo sul do país com o declarado objectivo de dinamizar o investimento directo estrangeiro nas áreas costeiras e iniciar uma verdadeira onda de investimento estatal em Shanghai. Os resultados imediatos desse novo esforço de dinamização da economia surgiram evidentes no retorno obtido à escala nacional e claramente reflectidos na evolução do PIB *per capita*.[632]

A China que se manteve auto-suficiente, em termos de consumo de petróleo, até ao início da década de 1990, viu-se forçada a aumentar o nível das suas importações para abastecer o extraordinário desenvolvimento encetado por esse tempo.[633]

[632] Ver no Anexo IV, o estudo do autor "China a caminho de se tornar no maior consumidor mundial de energia." publicado no 2º trimestre de 2012.
[633] Ver Gráfico 33.
Parece oportuno recordar Ratzel que se equivocou redondamente quando afirmou que "Nenhum país na terra é como a China, na medida de satisfazer sozinha a totalidade das necessidades da sua população, sem nunca recorrer a produtos estrangeiros." *Politische Geographie* . 1897. p. 162.

Gráfico 33: China
Evolução do consumo e da produção de petróleo (anos 1980 a 2008)
(Valores em milhares de barris/dia)



Fonte: EIA, *U. S. Energy Information Administration*

Perante a expectativa de uma ainda maior dependência das importações de petróleo que a conduziria à iminente necessidade de diversificação das suas origens de abastecimento energético, as operadoras petrolíferas nacionais chinesas (NOCs) pretenderam introduzir os seus interesses em projectos de E&P ultramarinos. Neste sentido foram claramente beneficiárias da desaceleração económica mundial e dos baixos valores dos activos que souberam aproveitar nas suas operações de aquisições globais e no financiamento de projectos a realizar quer a montante quer a jusante do sector energético. Basta relembrar que, desde Outubro de 2008 até Dezembro de 2009, as maiores NOCs investiram perto de 17 biliões de dólares em aquisições directas de activos de petróleo e de gás natural pertencentes a outras empresas do mercado, além de também terem assegurado a concessão de empréstimos bilaterais para negócios, no valor de mais de 100 biliões de dólares, a vários países com projectos de desenvolvimento dependentes da obtenção de financiamento externo.

A China poderá continuar a utilizar as suas vastas reservas de divisas estrangeiras na alavancagem de investimentos. Em tempos de crise financeira internacional o Governo chinês desempenhou um papel muito activo ao facilitar negócios a favor das empresas petrolíferas chinesas que pretenderam assegurar, a médio e a longo prazos, fornecimentos de hidrocarbonetos ao sector energético chinês. Com este objectivo foram estabelecidos acordos,

profusamente publicitados, com 9 países exportadores: Angola, Bolívia, Brasil, Equador, Gana, Casaquistão, Rússia, Turquemenistão e Venezuela. Também a conclusão de 12 contratos de empréstimo para projectos a desenvolver nos sectores do petróleo e do gás natural, assinados entre os anos 2009 e 2012, reflectem o esforço exercido pelas NOCs dirigidos ao reforço da segurança energética chinesa.[634]

[634] Ver no Anexo IV, o estudo do autor "China a caminho de se tornar no maior consumidor mundial de energia." publicado no 2º trimestre de 2012.

IV.2.2 – Previsão da evolução do consumo por sector de actividade económica

O consumo de petróleo bruto poderá aumentar dos 85,7 milhões de barris diários registados no ano 2008 para os 97,6 a atingir em 2020 e para os 112,2 esperados para 2035.[635]. Tem-se em consideração que será a alteração do PIB mundial que comandará a procura com um aumento médio previsível de 3,6 por cento ao ano até 2020, reduzindo ligeiramente para os 3,2 por cento durante os seguintes 15 anos. Deverão ser as nações em desenvolvimento não-OCDE, especialmente as do Médio Oriente, que deverão experimentar um maior crescimento económico acompanhado por um forte aumento do consumo de petróleo nos sectores industriais e de transporte.

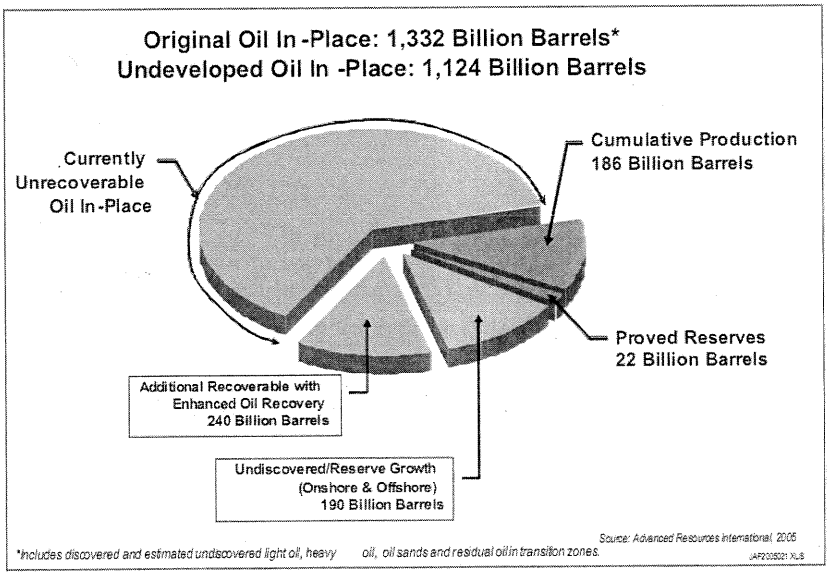
O aumento dos preços do petróleo aumentou a competitividade de outros combustíveis, levando muitos utilizadores, fora do sector dos transportes, a optar por fontes energéticas alternativas sempre que possível. Em consequência, a quota dos consumos referidos aos transportes aumentou, passando a contar por cerca de 80 por cento do total de petróleo consumido em todos os sectores. Será previsível que o sector dos transportes consuma 60 por cento do total da procura em 2035, superando largamente os 54 por cento registados no ano 2008.[636]

[635] Ver Gráfico 12.
[636] Ibidem.

IV.3 – Da evolução da produção e das novas tecnologias requeridas para a satisfazer

Os dados e análises que têm vindo a ser transmitidos pelas mais credíveis agências especializadas apresentam uma notável maioria na previsão quanto aos constrangimentos geopolíticos e outros do mesmo cariz a incidir no sector petrolífero que se deverão ir mantendo a médio e a longo prazo.[637] Encontram-se factores para os quais ainda não se vislumbram quaisquer sinais de estabilização em países que se encontram sob turbulência social e política que poderá continuar a afectar os fornecimentos de petróleo bruto convencional à escala mundial mesmo após 2025. Mesmo que diminuíssem substancialmente, o aumento da capacidade produtiva poderia ser adiada porque dependerá, em última análise, da dificuldade tecnológica e dos esquemas típicos de desenvolvimento dos projectos a implementar em países com manifesta adequada disponibilidade de recursos petrolíferos.

Quadro 6: Balanço petrolífero original



Fonte: *Advanced Resources International 2005*

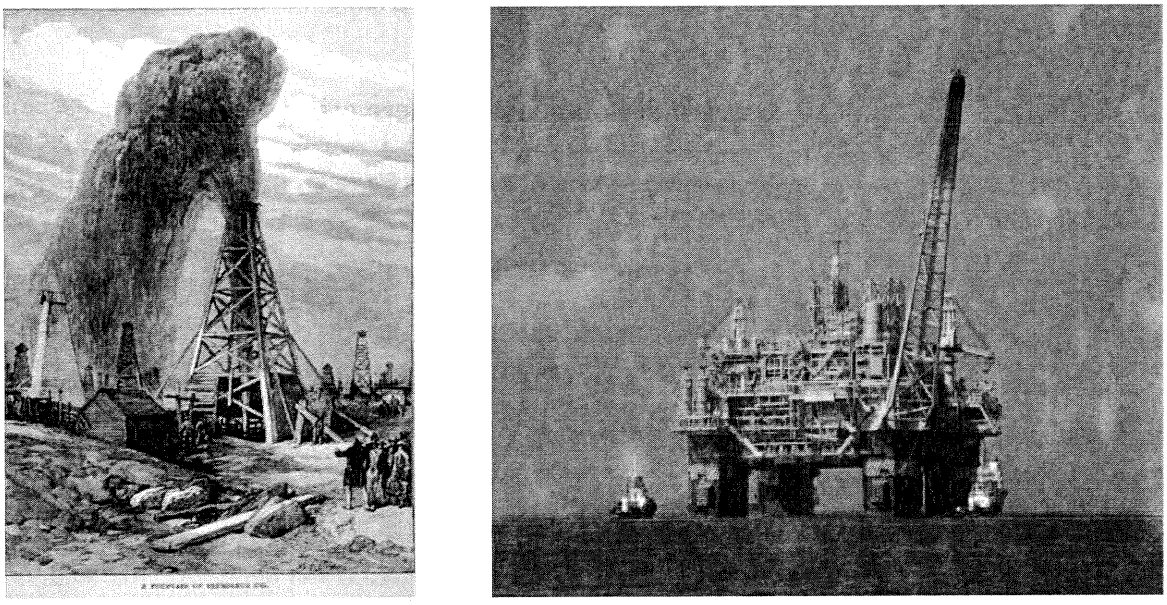
A *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) solicitou às empresas que transaccionaram nos mercados bolsistas que divulgassem as suas reservas comprovadas, após

[637] EIA, *U. S. Energy Information Administration* e IEA, *International Energy Agency.* Vários relatórios.

ter procedido a revisões em Dezembro de 2009 com o objectivo de apresentar aos investidores um mais completo panorama das reservas detidas pelas empresas petrolíferas, considerando as novas capacidades tecnológicas disponíveis e os novos métodos quantitativos de determinação de reservas.[638] As reservas comprovadas apenas incluíam quantidades de petróleo bruto existente em bolsas identificadas, pelo que só consideravam uma pequena parte dos recursos potencialmente existentes.[639]

Contudo, as reservas comprovadas não constituem uma apropriada medida de ajuizamento do total de recursos disponíveis a longo prazo. Se não veja-se que, apesar da continuada produção, historicamente as reservas totais mundiais não se reduziram, muito pelo contrário foram sempre aumentadas com a exploração, descoberta e substituição das que se foram esgotando.[640]

Figura 11: Um século de evolução tecnológica



Fontes: San Joaquin Valley Geology. *The History of the Oil Industry* e Divulgação Petrobras/ABr

[638] As reservas comprovadas são as quantidades de petróleo bruto que os engenheiros e os geólogos demonstraram existir, com razoável certeza, e que podem vir a ser extraídas de campos petrolíferos bem determinados, desde e quando disponham de adequadas condições técnicas e operacionais e se revelem economicamente extraíveis sob especificada relação custo-benefício. Reflectem a fracção de petróleo que pode ser extraída da bolsa. Society of Petroleum Engineers. *Glossary of Terms Used in Petroleum Reserves/Resources Definitions.* Ver Figura 11.

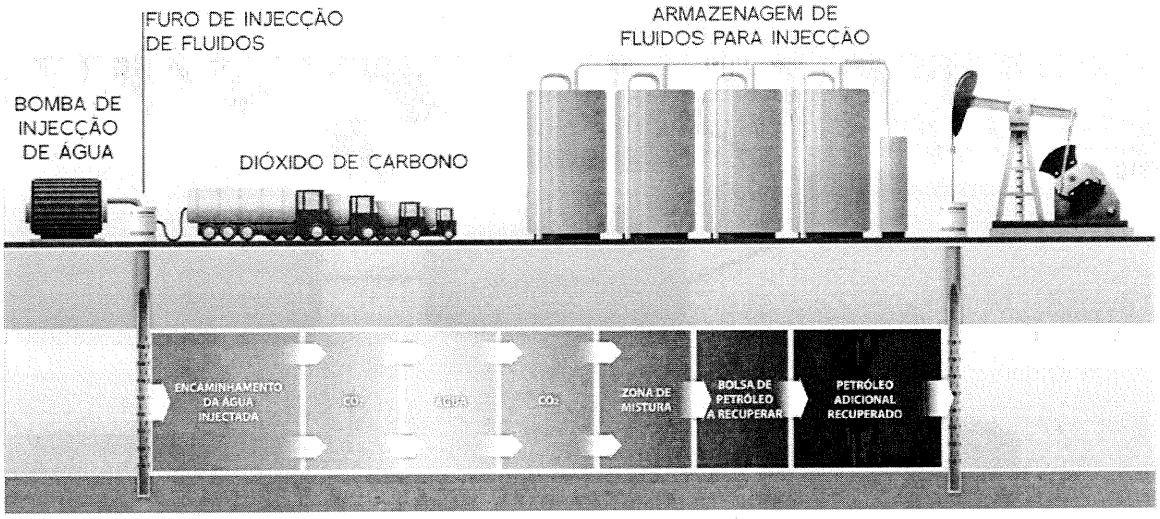
[639] Quadro 6: "Balanço petrolífero original".

[640] Ver Gráfico 21.

Prevê-se que os produtores concentrem os seus esforços numa mais eficiente exploração dos campos em actividade, contando com a utilização da mais avançada tecnologia nas novas explorações e com a recuperação terciária (EOR).[641]

Figura 12: Petróleo bruto convencional

Recuperação terciária (Enhanced oil recovery – EOR)



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* Op. cit. p. 65.

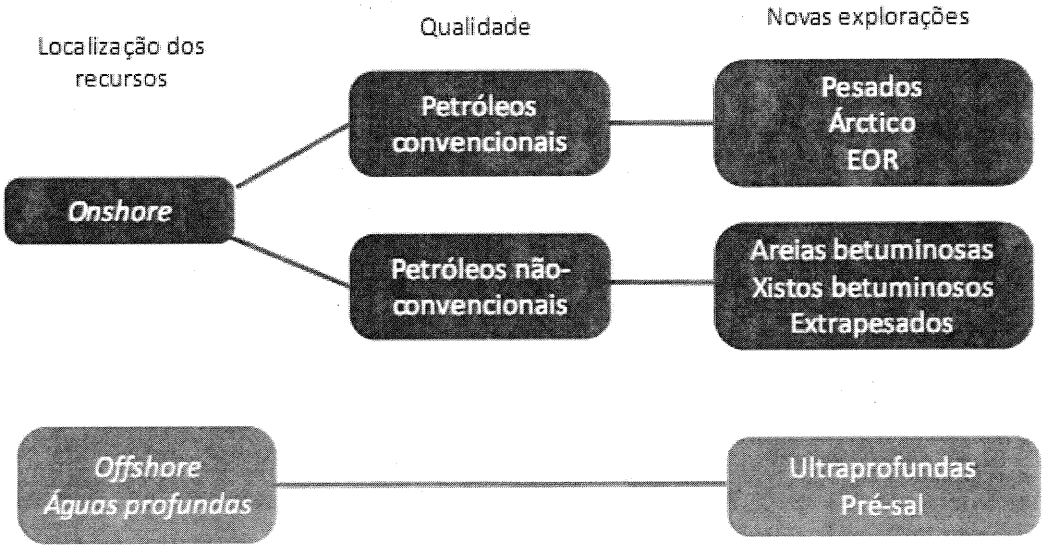
Estes esforços poderão permitir uma certa estabilização na produção dos não-OPEP apesar de, mesmo assim, não lhes permitir conseguir um grande aumento das quantidades a entregar ao mercado mundial.

Também poderão ser considerados nos Estados Unidos da América em resultado da aplicação das técnicas de EOR em quarenta e oito explorações *onshore* que se encontram em situação de poder ser beneficiadas com esses novos implementos tecnológicos. Dado que os recursos remanescentes *onshore* requerem técnicas de recuperação secundárias e terciárias mais onerosas, a taxa de crescimento da produção interna dependerá largamente das condições mundiais dos preços de mercado e dos avanços tecnológicos entretanto disponibilizados. Por

[641] O processo denominado recuperação terciária (*enhanced oil recovery, EOR,* ou *improved oil recovery*) poderá ser realizado através de qualquer um dos três tipos mais utilizados: com o recurso a um fluxo químico (alcalino ou micelar-polímero), ao deslocamento miscível (injecção de dióxido de carbono ou de hidrocarbono) ou a recuperação térmica (fluxo de vapor ou combustão *in-situ*). José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 62.

outro lado, se, no futuro, as emissões de dióxido de carbono forem capturadas e sequestradas, a disponibilidade desses fornecimentos gratuitos poderão compensar os custos adicionais das actividades de EOR que permitiriam uma produção *onshore* com menores custos de exploração.

Quadro 7: Novas explorações a exigir desenvolvimento tecnológico



© J. Caleia Rodrigues. 2012

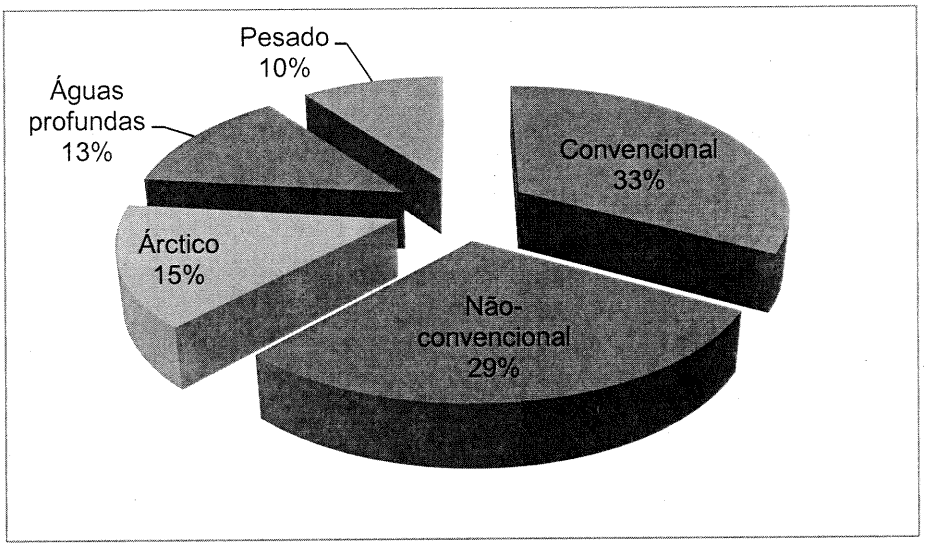
Quanto aos petróleos ditos "não-convencionais" ou "desconvencionalizados", nos quais se depositam as maiores espectativas, poderão vir a desempenhar um importante e crescente papel na satisfação da incessante procura até que atinjam a previsível quota de 12 por cento do consumo total mundial cerca do ano 2035. Esta quantidade deverá ser satisfeita pela OPEP na ordem dos 1,7 milhões de barris diários e por mais 11,4 milhões fornecidos por países não-OPEP. Admitindo as prospecções elaboradas pela EIA, poderemos ter, a médio prazo, uma relativa redução do domínio do mercado por parte da OPEP em favor de um crescendo dos produtores não-OPEP. [642]

Enquanto por parte da OPEP poderemos vir a contar com os betumes da Faixa Petrolífera do Orinoco venezuelano, pela parte dos não-OPEP poderemos contar com os xistos betuminosos dos Estados Unidos da América e das areias betuminosas canadianas, como teremos oportunidade de analisar, de seguida, com mais detalhe. Com qualquer das origens a exigir

[642] EIA, *U. S. Energy Information Administration*. Energy Outlook 2011

novas e muito desenvolvidas tecnologias ao mesmo tempo que dependerão dos preços de mercado do petróleo bruto que validarão a dispendiosa acção de extracção e sintetização.[643]

Quadro 8: Petróleo disponível *in situ*
(Total estimado: 3,9 triliões de bep)



Fonte: *Energy Intelligence – Research and Advisory*

Quer se trate de petróleos de origem biótica quer de origem abiótica, de petróleos leves ditos convencionais localizados em reservas a baixa profundidade ou a grandes profundidades já possíveis de atingir em *offshore*, quer se trate de petróleos classificados como não-convencionais, como sejam os betumes, as areias ou os xistos betuminosos, as disponibilidades são praticamente inesgotáveis após a descoberta das novas capacidades tecnológicas disponíveis em empresas que se apresentaram capazes de as atingir e desenvolver, como iremos ver de seguida com mais amplo detalhe.[644]

[643] Ver Quadro 8.
[644] José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 51.

IV.3.1 – Novas explorações de petróleos convencionais em projectos de continuidade

A OPEP tomou a decisão de pretender manter a sua quota de mercado e elaborou um programa de investimentos que permitisse aumentar a sua produção conjunta em petróleo convencional cuja produção ainda representa 42 por cento da total mundial.[645] Para reter esta quota necessita aumentar 11,3 milhões de barris diários até ao ano 2035, ou seja, 43 por cento do total mundial previsível consumir nessa data.[646]

Os produtores não-OPEP, que incluirão os que estão a actuar em projectos de alto custo ou em países que dispõem de atractivos regimes fiscais ou políticos, contarão para um acréscimo de 7,1 milhões de barris diários de petróleo convencional e de mais 8,2 milhões de petróleos não-convencionais.[647]

Saliente-se que, em finais de Janeiro de 2011, as reservas declaradas, ditas comprovadas, atingiam os 1.471 milhares de milhões de barris de petróleo, dos quais 51 por cento encontram-se localizadas no Médio Oriente.[648] Porém, 79 por cento do total de reservas estão concentradas em oito países, dos quais apenas o Canadá com as suas areias betuminosas e a Federação Russa não são membros da OPEP.

O maior aumento registado naquela data foi atribuído à Venezuela, quando os seus betuminosos extra-pesados da Bacia Petrolífera do Orinoco passaram a estar incluídos nas estatísticas mundiais de reservas comprovadas mundiais que até essa data não incluíam os chamados petróleos não-convencionais ou "desconvencionalizados".[649] Em consequência

---

[645] O petróleo convencional tem sido definido como uma mistura constituída maioritariamente por pentanos e hidrocarbonetos pesados recolhidos num poço furado numa formação geológica que atinge um reservatório subterrâneo, existente em estado líquido à pressão e temperatura atmosféricas. De uma forma que não ocorre com os betumes, o petróleo convencional flui através do poço sem necessidade de estímulo e através de um oleoduto sem necessidade de processamento agregado ou diluição. EIA, *Energy Information Administration*, Glossary. Ver Gráfico 18.

[646] Ver Gráfico 12.

[647] Os petróleos não-convencionais têm sido definidos como um termo que abarca os petróleos produzidos por meios que não cabem na produção dos convencionais. São os petróleos de gravidade API inferior a 22° e de viscosidade maior que 100 cP. Incluem-se neste grupo os petróleos pesados, os extra-pesados e os betumes, como as areias e os xistos betuminosos ou os betuminosos do Orinoco. Ou seja, são petróleos de formações geológicas que apresentam um muito baixo grau de porosidade e de permeabilidade, devido aos fluidos terem uma densidade aproximada ou mesmo maior que a água pelo que não podem ser produzidos, transportados e refinados por métodos convencionais. São muito viscosos (muito resistentes á fluição) à temperatura a que estão nas bolsas petrolíferas, de alta densidade (baixa gravidade API) e contêm significativas quantidades de azoto, oxigénio, compostos de enxofre e metais pesados contaminantes. O seu aspecto é o de resíduos da refinação do petróleo leve. José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 19.

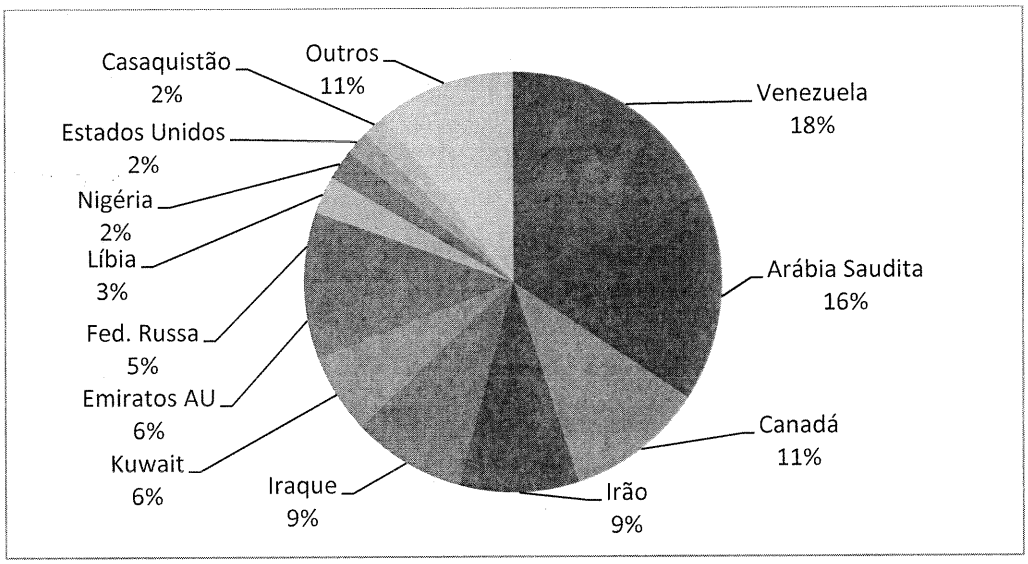
[648] Oil & Gas Journal.

[649] As estimativas apresentadas pelos países de reservas ditas comprovadas são normalmente desenvolvidas a partir dos dados transmitidos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) através de relatórios apresentados pelos respectivos governos e pelos relatórios geológicos internacionais. Estas estimativas nem

desta alteração de critério estatístico a Venezuela passou a ocupar o primeiro lugar no conjunto de países detentores de reservas petrolíferas.[650]

Menores, mas consideradas importantes, serão as referenciadas na Líbia, no Uganda e no Gana. Nomeadamente as da Líbia que foram aumentadas mais 2 mil milhões de barris. O Uganda que ainda não tinha declarado reservas petrolíferas apresentou, em 2010, a declaração de mil milhões de barris. Pelo seu lado, as descobertas conseguidas no Gana, no início da década de 2010, nos campos Jubilee, Tweneboa e Owo entre outros, passaram dos apenas 15 milhões de barris declarados em 2010 para os 660 milhões em 2011.

Quadro 9: Petróleo bruto
Reservas mundiais comprovadas, por origens (fim do ano 2011)
(% do total mundial)



Nota: Neste Quadro encontram-se incluídos os petróleos não-convencionais do Canadá e da Venezuela.
Cf. Quadro 3
Fonte: BP, *Statistical Review of World Energy, June 2012.*

Porém, estas novas entradas parece não conseguir compensar as reduções registadas na Europa ocidental, sobremaneira na Noruega, na Dinamarca (Gronelândia) e no Reino Unido (Mar do Norte).

---

sempre são actualizadas anualmente. As reservas comprovadas de petróleo bruto serão as quantidades que os dados geológicos e de engenharia indicam como possíveis ser extraídos em anos futuros de reservas identificadas, assumindo que existem condições de operação tecnológicas e economicamente admissíveis à data da declaração.

[650] Ver Quadro 9.

Novas explorações de petróleo convencional em Estados não membros da OPEP

Apesar da maturidade registada na maioria das bacias petrolíferas dos países produtores não-OPEP as suas produções de petróleo convencional têm aumentado e prevê-se que continuem a aumentar até ao ano 2035 de forma muito substancial.

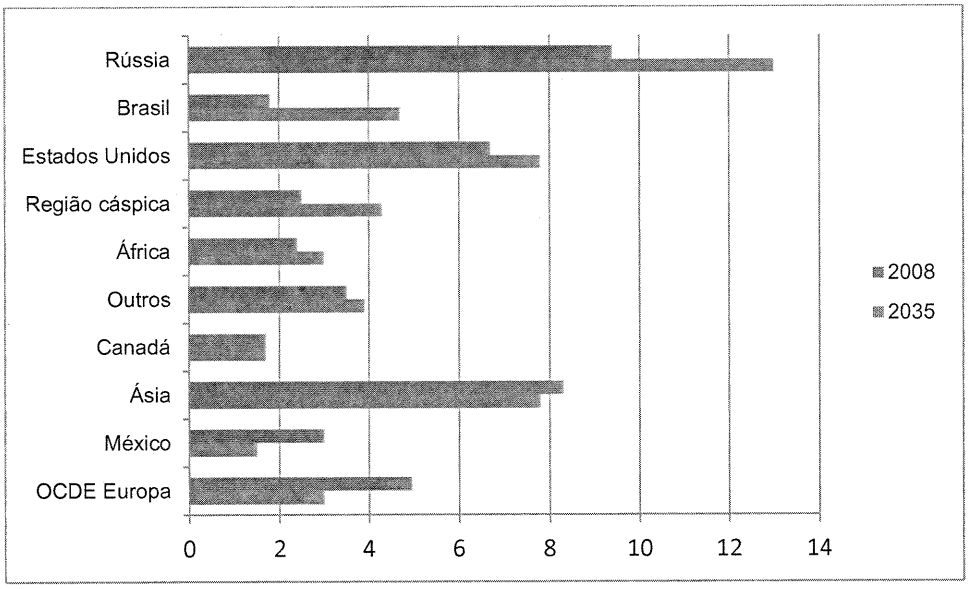
Este aumento resultará, principalmente, do aumento de produção conseguido em quatro países não-OPEP: Brasil, Rússia, Cazaquistão e Estados Unidos da América.[651]

A Federação Russa e o Cazaquistão apresentam-se como os outros grandes actores no aumento da produção fora do cartel OPEP. Contudo, teremos de ter em consideração que a Europa não-OCDE e a região eurásica são férteis em disputas territoriais, bloqueios ao transporte, alterações contratuais unilaterais e intervenção política.

Espera-se que, após um declínio da produção russa que poderá chegar aos 9 milhões de barris diários, possa retomar um lento aumento continuado até chegar aos 11,4 milhões em 2020 e aos 13,3 milhões em 2035, se os preços de mercado se mantiverem em adequado crescendo.

Gráfico 34: Evolução da produção de petróleo convencional em países não-OPEP Realizado e previsto (2008 e 2035)

Valores em milhões de barris/dia



Fonte: EIA. U. S. *Energy Information Administration. Energy Outlook 2011*

[651] Ver Gráfico 34.

O aumento da produção no Cazaquistão dependerá predominantemente dos recursos localizados nos campos petrolíferos de Kashagan e de Tengiz, bem como do investimento a introduzir no desenvolvimento dos meios de transporte da produção destes centros produtores para os mercados consumidores. Apesar dos potenciais recursos serem bem conhecidos e suficientes para suportar o aumento da produção, poderão ser prejudicados pela falta de rotas de transporte facilmente utilizáveis.[652] As exportações encontram-se limitadas a seis rotas, a saber: os oleodutos CPC e Atyrau-Samara, as vias ferroviárias que apenas podem transportar um máximo de 800.000 barris diários para a Rússia, um outro oleoduto que pode levar 200.000 barris diários para a China e duas vias marítimas que podem levar cerca de 100.000 barris diários para o Azerbaijão e para o Irão.[653]

Saliente-se que a potencial exportação do petróleo do Cazaquistão é fortemente afectada pela sua posição geográfica. O seu desenvolvimento não dependerá apenas da disponibilidade de recursos e de meios de produção mas, sobretudo, da construção de vias de exportação cuja tarefa exige cooperação regional que não foi fácil de atingir no passado. Tem vindo a ser apresentado um numeroso conjunto de projectos no passado recente, dos quais se poderá destacar a construção de um novo oleoduto que permitiria novas ligações à Federação Russa e à República Popular da China. O lançamento de novos projectos tem sido também prejudicado pela exigência de reabertura legal dos contratos estabelecidos com investidores privados estrangeiros que forçaram a renegociação dos retornos do investimento e trouxeram relutância às empresas no que se refere ao aumento dos seus investimentos no sector energético do país.

[652] Ver Quadro 1.
[653] EIA. *U. S. Energy Information Administration.* Energy Outlook 2011.

Novas explorações de petróleo convencional em Estados-membros da OPEP

A Arábia Saudita deverá manter-se o maior produtor da OPEP com um aumento da produção previsto a passar dos 10,7 milhões de barris diários atingidos em 2008 para os 15,4 a conseguir em 2035.

Espera-se que o maior aumento seja assignado ao Iraque com a sua produção a crescer à taxa de 3,7 por cento ao ano. A projecção assume que as incertezas políticas, legislativas, de investimento e de segurança se encontrem rapidamente resolvidas, para o que se contará com o poder e a disponibilidade de recursos da OPEP como factores de grande influência nos destinos e na capacidade de aumento da produção do Iraque.[654]

[654] EIA. *U. S. Energy Information Administration.* Energy Outlook 2011.

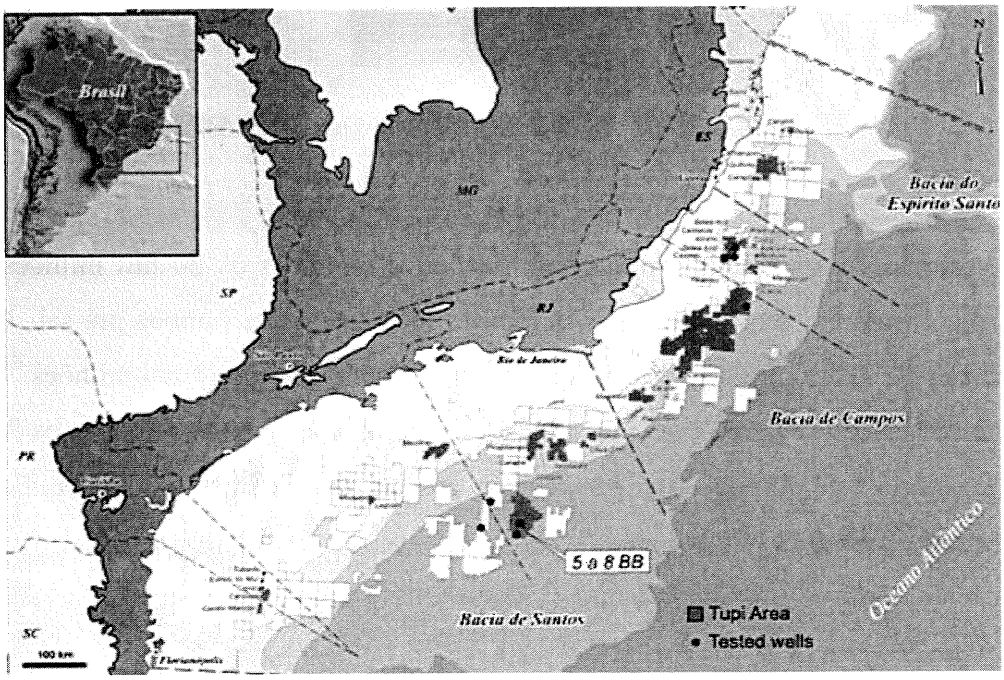
IV.3.2 - Novas explorações de petróleo convencional em offshore dependentes de condições tecnológicas adequadas

No que se refere a novas grandes explorações de petróleo dito convencional a exigir novos recursos tecnológicos deveremos concentrar-nos nos projectos do pré-sal brasileiro, nos Estados Unidos da América a desenvolver em bolsas *offshore* localizadas a grandes profundidades nas suas plataformas marítimas atlântica e do Golfo do México e nos dos recursos localizados no Oceano Glaciar Árctico a exigir legitimidade quanto à demarcação de fronteiras.

<u>As promissoras explorações</u>

Depositam-se grandes espectativas nas recentes descobertas brasileiras nas bacias de Campos e de Santos, incluindo o maciço Tupi e as relacionadas Guara e Iara, ambas a sugerir a presença de outros grandes campos na mesma formação. Poder-se-á admitir que o Brasil se torne num grande abastecedor do mercado mundial de petróleo bruto convencional após a descoberta do campo petrolífero Tupi localizado na Bacia de Campos, em 2007, através do consórcio liderado pela petrolífera brasileira Petrobras.

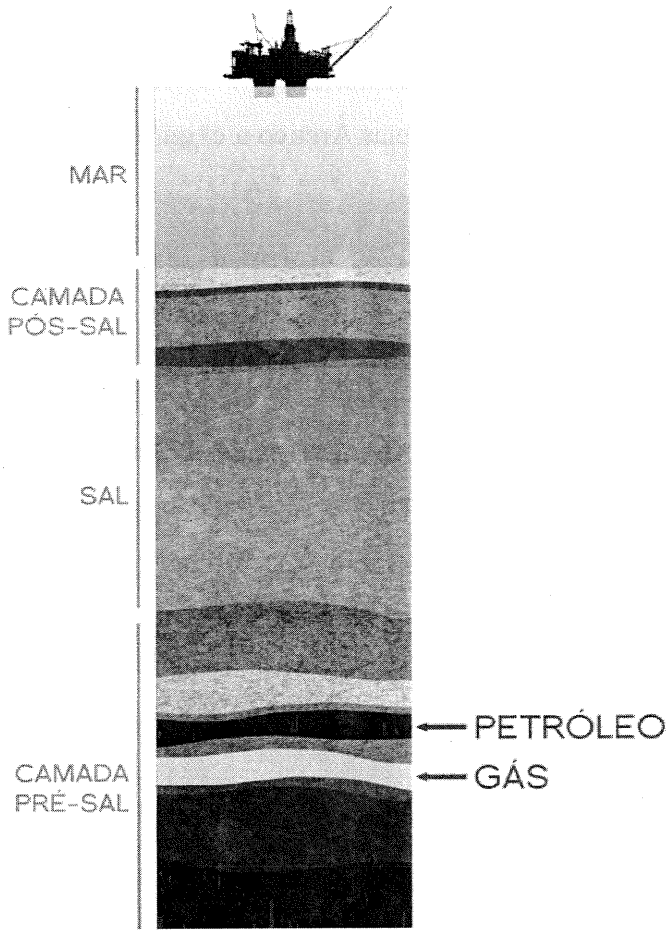
Figura 13: Localização dos campos petrolíferos brasileiros *offshore*



Fonte: OffshoreTechnology.com. Tupi Oil Field, Brasil

O campo petrolífero conhecido como um depósito pré-sal foi descoberto a 6.000 metros abaixo do nível do mar sob uma camada de 2.000 metros de sal.

Figura 14: Esquema da exploração do pré-sal brasileiro



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.*

As reservas comprovadas e prováveis brasileiras atingirão os 20 mil milhões de barris de petróleo bruto convencional não incluindo as localizadas em campos pré-sal. As estimativas para as reservas no pré-sal variam imenso, podendo chegar aos 50 mil milhões.[655] Ao incluir o desenvolvimento das reservas pré-sal a produção brasileira poderá rondar os 2,5 milhões de barris diários até ao ano 2015 para chegar aos 5,5 milhões em 2035 já com a componente agregada de petróleos do pré-sal.[656]

[655] "Brazil's oil boom. Filling up the future". The Economist. 5 de Novembro de 2011.
[656] "Future production estimates using Hubbert Curve". Dr Manouchehr Takin. Out. 2010. CGES, Centre for Global Energy Studies.

O financiamento do desenvolvimento deste projecto será evidentemente muito oneroso, tendo sido afirmado por analistas desta matéria que se poderá tratar do maior investimento do sector privado na história da humanidade. O plano de negócios da petrolífera brasileira incluiu investimentos a realizar entre 2010 e 2014 que atingiam os 224 milhares de milhões de dólares, a maioria dos quais destinados a actividades de exploração e de produção.[657]

Apesar da petrolífera brasileira ter vindo a proclamar as suas capacidades técnicas para desenvolver os projectos de exploração das bacias petrolíferas localizadas no pré-sal, subsiste a dúvida quanto à capacidade técnica de perfuração de camadas de sal que poderão atingir os dois mil metros e das anunciadas importantes dificuldades financeiras e de recursos humanos.[658]

O desenvolvimento dos depósitos em pré-sal representa uma tarefa gigantesca que comporta uma considerável incerteza tecnológica acerca de como as formações geológicas se irão comportar uma vez se inicie a exploração. Acresce que, como as reservas estão localizadas a mais de 150 milhas da costa brasileira, será difícil atingí-las, quer por pessoas quer por oleodutos de recolha e entrega. A petrolífera planeou a aquisição de 45 unidades flutuantes para armazenar e trasfegar a produção. Contudo, apenas existem 75 unidades como essas em todo o mundo. Além do maciço investimento em capital financeiro requererá adicional capital humano pelo que foi previsto o treino de 243.000 profissionais técnicos e o correlativo investimento de centenas de milhões de dólares em centros de investigação e desenvolvimento em universidades brasileiras.[659]

O segundo maior contribuidor de futuros aumentos de produção em países não-OPEP deverão ser os Estados Unidos da América, ao passar de uma produção de 7,8 milhões de barris diários conseguidos em 2008 para atingir os 9,9 milhões em 2035, a maior parte conseguida em bolsas localizadas nas águas super-profundas no Golfo do México.

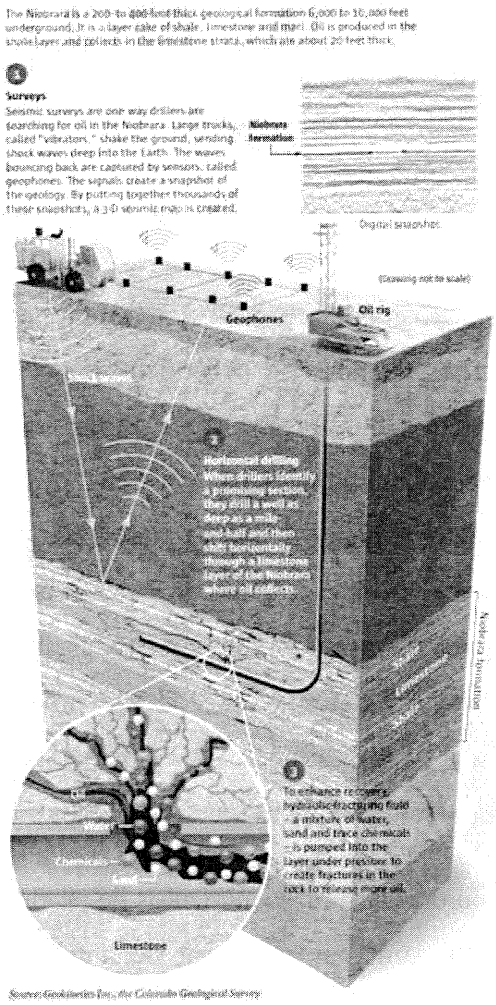
As modernas técnicas de furação direcional horizontal permitem, por mais desviadas que estejam as bacias petrolíferas, atingir suficiente profundidade. Dado que as rochas

---

[657] *Oil & Gas. A division of IQPC.* "The Santos Basin - An Offshore Klondike?". 6 de Julho de 2011.
[658] Ver Figura 14.
[659] EIA, *U. S. Energy Information Administration.* International Energy Outlook 2011.

reservatórios que contêm os hidrocarbonetos são geralmente horizontais ou sub-horizontais, estes avanços tecnológicos constituíram ferramentas de valor inultrapassável.[660]

Figura 15: Esquema de extracção horizontal



Fonte: "Unexpected Top Oil Field Found in Swan Energy's Backyard". Swan Energy, Inc.

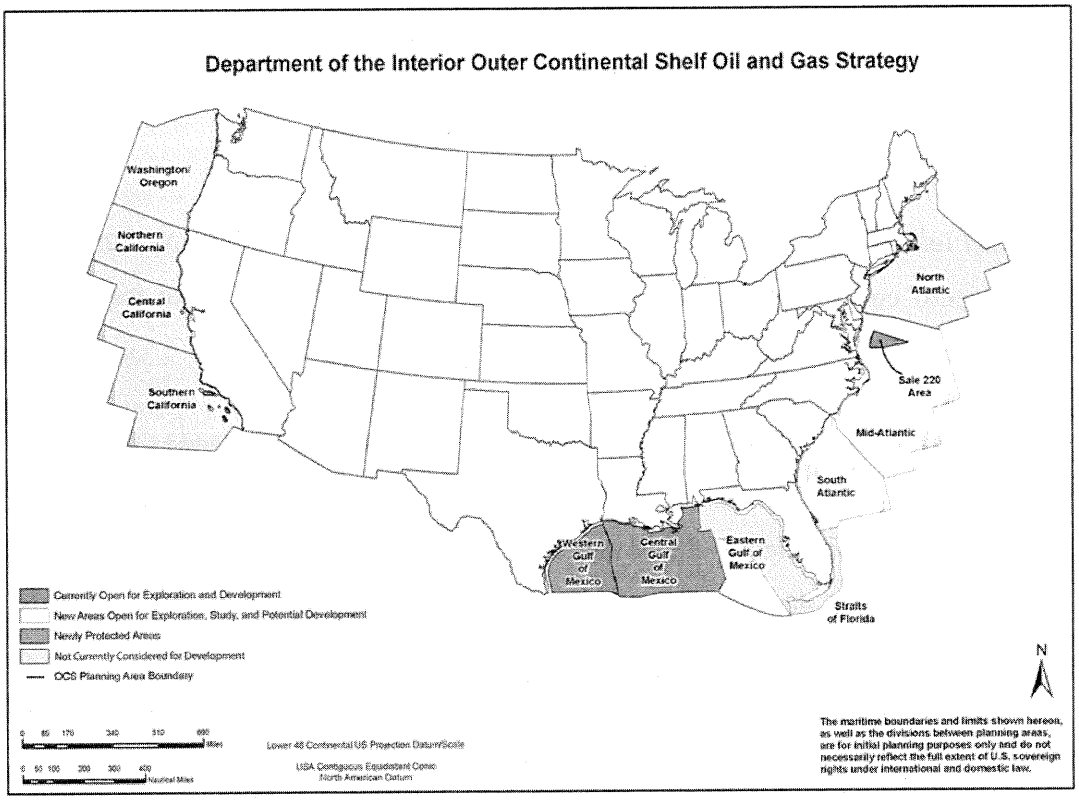
Os campos petrolíferos que iniciaram actividade em 2009, ou que se espera que comecem a produzir nos anos seguintes, estão todos localizados a profundidades superiores aos 2.000 metros no Golfo do México. A produção destes novos campos, associada ao aumento de produção dos que já iniciaram a sua actividade em 2007 e 2008 contribuirão decisivamente para o esperado aumento da produção dos Estados Unidos da América a curto prazo.

[660] Ver Figura 15.

O Departamento do Interior americano acompanhou, de perto, uma equilibrada nova estratégia, dita de base científica, para a exploração e desenvolvimento de recursos de petróleo e gás natural contidos na plataforma continental americana, que poderá aumentar muito significativamente a obtenção de novos recursos em regiões fronteiriças, como são as dos Oceanos Árctico e Atlântico, mantendo a garantia da protecção da Baía Bristol do Alasca.[661]

O aparecimento do termo "estratégia de base científica" acompanhou a decisão da realização de ensaios sísmicos nas costas atlânticas média e do sul que teve como principal objectivo a determinação da quantidade e localização de potenciais recursos de petróleo e de gás natural, para suporte do plano energético pretendido.

Fig 16: Novas áreas de concessão para exploração na plataforma continental nos EUA



[661] Ver as análises do autor incluídas no Anexo IV: "A reorientação da política energética dos Estados Unidos da América" e "Novas opções de redução da dependência dos EUA".

A *Gulf of Mexico Security Act* (*Public Law 109-432*), de 2006, tinha imposto a proibição de novas furações até 2022 em espaços do Golfo Oriental do México localizados dentro das 125 milhas da Florida, a leste da linha divisória conhecida como *Military Mission Line* e no Golfo Central do México, dentro das 100 milhas da Florida. A moratória que foi entretanto levantada permitirá aceder às costas do Estado de Virgínia, a novas localizações no Árctico, mais exactamente na Vertente Norte do Alasca e a cerca de dois terços dos recursos de petróleo e de gás natural disponíveis no Leste do Golfo do México, localizados a cerca de 125 milhas da Costa da Florida. [662]

Parece cedo para que se possa saber com razoável exactidão a quantidade de recursos jazentes nas novas áreas a explorar. Se se admitirem as estimativas governamentais poder-se-á aceder à extracção do suficiente que assegure 15 anos de fornecimento de petróleo e 23 anos de fornecimento de gás natural. As informações transmitidas pelo *Minerals Management Service* permitem tomar conhecimento que, só no Golfo do México, poderá existir qualquer coisa como 36 a 41,5 biliões de barris de petróleo extraível e 161 a 207 triliões de pés cúbicos de gás natural. Poderão ser obtidos mais 39 a 63 biliões de barris de petróleo e 168 a 294 triliões de pés cúbicos de gás natural em oito áreas localizadas nos Oceanos Árctico e Atlântico, sujeitas a licitação para concessão entre 2012 e 2017.[663]

O *Jack Field Project 2*, em que foram atingidos os 8.450 metros de profundidade, constituiu um projecto considerado bem sucedido. Este furo de extracção atravessa 2.100 metros de toalha de água e 6.350 metros nos terrenos do fundo do Golfo.[664]

O projecto exigiu a tecnologia de furação profunda a partir da iniciada no mais profundo furo de sondagem de que há conhecimento, o denominado Kola SG-3, realizado na península russa de Kola, a 10 quilómetros da povoação russa Zapolyarny, elaborado com o objectivo de estudar a estrutura geológica e a geodinâmica da crusta terrestre. Os trabalhos de furação foram iniciados em 1970. Nele se atingiram-se os 10.000 metros em Setembro de 1981 e os 12.261 em 1991 quando o projecto foi abandonado. A partir desta data passou a admitir-se que a tecnologia russa estava apta a conseguir profundidades ainda maiores.[665]

---

[662] A moratória de impedimento de exploração de novas perfurações foi posta em vigor pelo Presidente George H. W. Bush, em 1990, e prorrogada pelo Presidente William J. Clinton até 2012

[663] Ver no Anexo IV a análise do autor "Novas opções de redução da dependência energética dos Estados Unidos da América". p. 350.

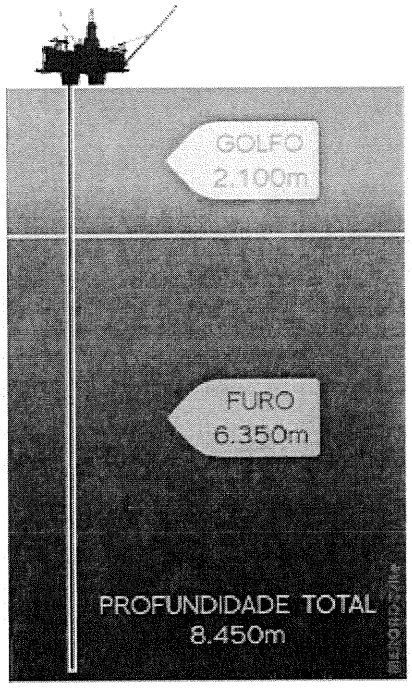
[664] Ver Figura 17.

[665] José Caleia Rodrigues. *88 perguntas (in)convenientes.* Op. cit. p. 58.

Também, neste projecto, começou a ser utilizada a técnica da sondagem horizontal que, quando realizada numa zona de produção horizontal, permite uma maior superfície na zona de produção que um furo vertical e atingir melhores taxas de produção. A utilização de furações horizontais e desviadas têm tornado possível atingir reservatórios, muitos quilómetros para lá da localização do furo, permitindo a extracção de petróleo situado em localizações de difícil instalação da aparelhagem de extracção.

Figura 17: Projecto Jack Field 2

Extracção em águas profundas no Golfo do México



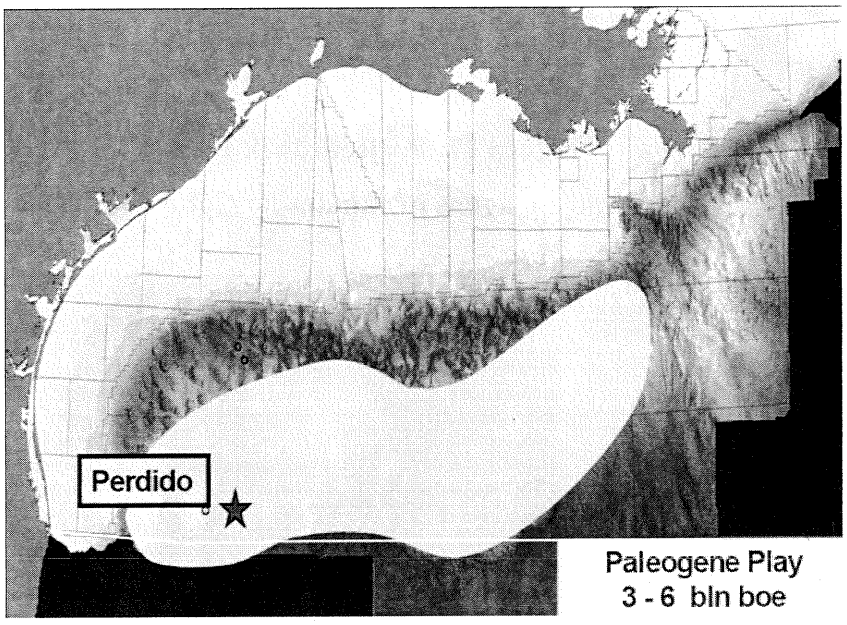
Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 56.

O *Jack Field Project 2* tem sido considerado a melhor prospecção conseguida pelos Estados Unidos no seu território nos últimos 40 anos, já que se admite a existência estimada entre 3 e 15 mil milhões de barris extraíveis de petróleo e de gás natural sujeitos a confirmação, numa região de 300 milhas quadradas. Se a hipótese optimista se concretizar os Estados Unidos da América verão as suas reservas aumentar em mais de 50 por cento.

As novas disponibilidades tecnológicas, ainda vedadas a grande parte dos operadores por limitações de acesso a construção, permitirão continuar a desenvolver esta nova linha produtora, como a instalada no Golfo do México. Foram precisos muitos anos de investigação

e grandes investimentos para se poder passar dos velhos balanceiros a operar nos furos de extracção *onshore* para estas novas explorações a utilizar tecnologia de ponta.[666]

Figura 18: Localização da exploração Jack Field 2 – Golfo do México
Paleogene reservoir



Fonte: *Green Car Congress. Energy Technologies*

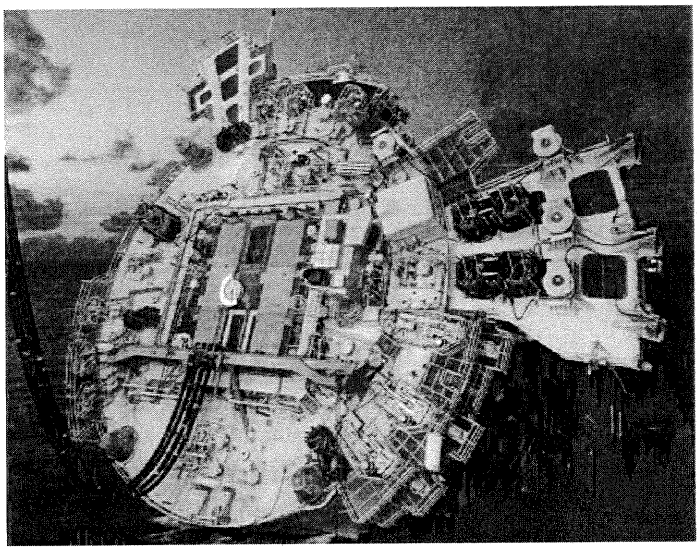
Inclui-se neste âmbito a plataforma petrolífera *Perdido* em actividade no Golfo do México, desde 31 de Março de 2010, com 55.000 toneladas de peso e capacidade para vencer os 2.450 metros de toalha de água e mais 4.200 metros sob o leito do Golfo. O custo total chegou aos 3 mil milhões de dólares neste projecto desenvolvido pela Shell e pelos seus parceiros no projecto, como Chevron, BP e Nexen, para conseguir uma produção limite de 130.000 barris diários de petróleo bruto, num campo petrolífero estimado em 3 a 6 mil milhões de barris. A Agência Internacional de Energia estimou, em 2005, que as formações rochosas em águas profundas e ultra-profundas de todo o campo contêm, pelo menos, 300 milhares de milhões de barris de petróleo extraível. Salientou, nessa data, que estes recursos seriam ainda superiores às reservas comprovadas da Arábia Saudita.[667]

---

[666] Ver Figura 18.

[667] Consideram-se águas profundas as superiores a 1.000 pés (ca. 330 metros) e águas ultra-profundas as superiores a 4.500 pés (ca. 1.500 metros).

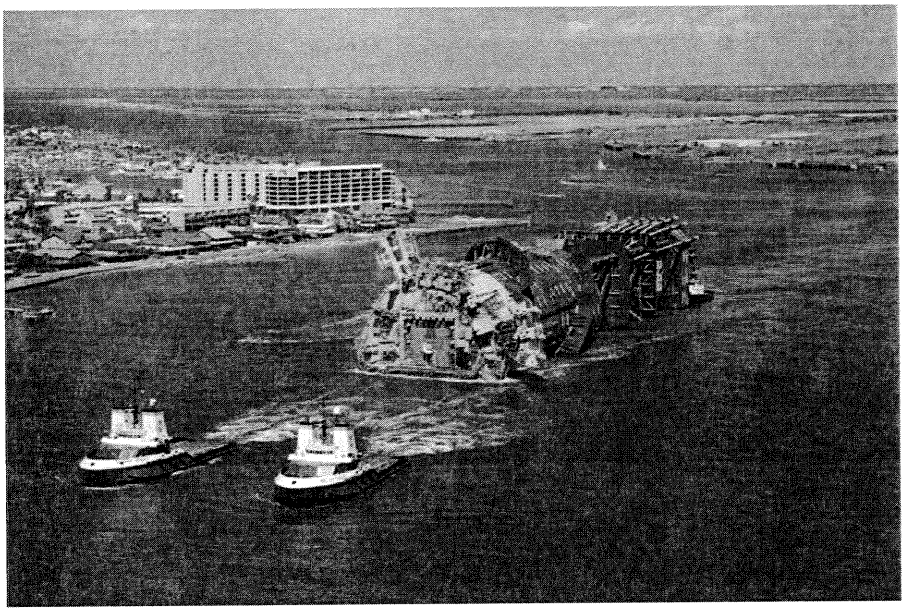
Figura 19: Unidade operacional da plataforma *Perdido*



Fonte: Shell

A unidade operacional foi construída nos estaleiros de Pori (Costa oeste da Finlândia) e transportada numa barcaça para Ingleside (Texas) onde foi acoplada à plataforma *offshore*, construída nesta localidade pela Kiewit (*head office* em Omaha, Nebrasca), antes de ser finalmente transportada para a sua localização final no Golfo do México.[668]

Figura 20: Transporte da unidade operacional da plataforma *Perdido*
Shell-operated Perdido Regional Development Spar



[668] Ver Figuras 19, 20 e 21. A unidade operacional foi construída pela empresa francesa Technip.

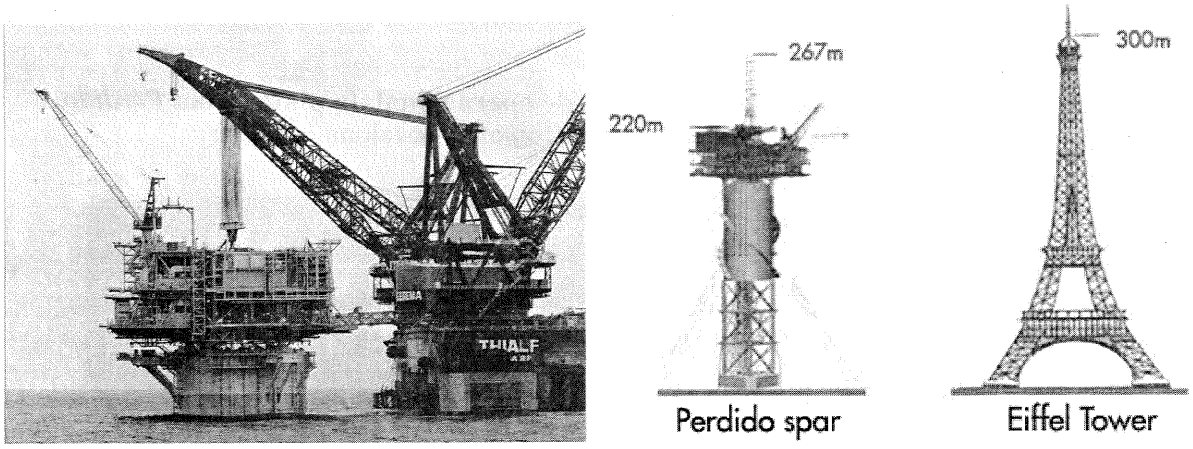
Figura 21: Chegada da unidade operacional à plataforma *Perdido*



Fonte: Shell

A unidade operacional completa mede 267 metros de altura total, tem um diâmetro de 36 metros e encontra-se ancorada através de nove cadeias ao fundo do Golfo e dispõe de tubos de ligação aos 22 poços em que opera.[669]

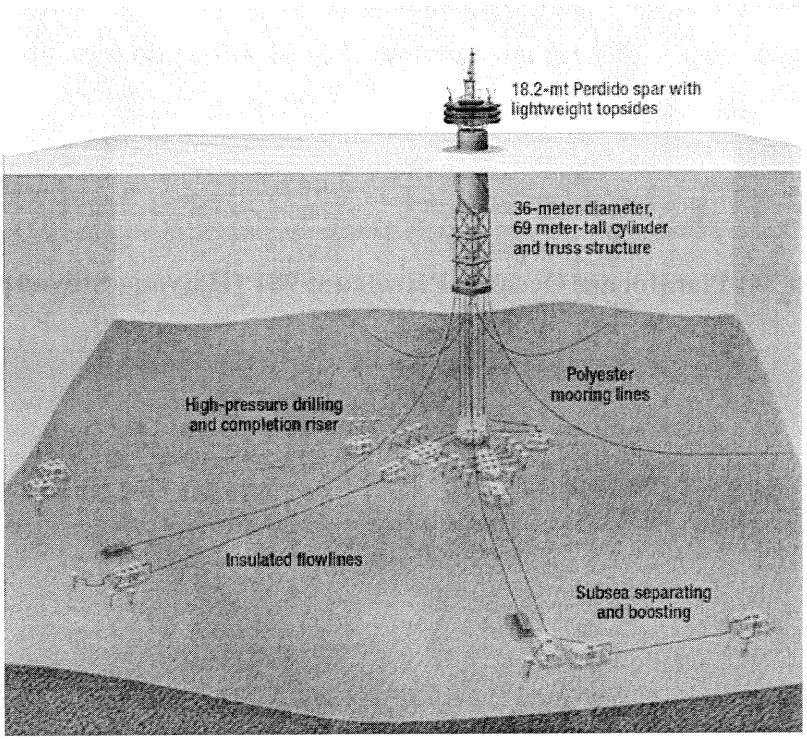
Figura 22: Plataforma *Perdido* completa e dimensão comparada



A unidade operacional foi construída para poder operar em três campos petrolíferos em simultaneidade: o Great White, o Tobago e o Silvertip. Foi projectada para extrair petróleo num raio de 48 quilómetros a partir da plataforma. O campo Tobago é o que se encontra a maior profundidade: 2.925 metros de lençol de água.

[669] Ver Figuras 22 e 23.

Figura 23: Esquema operacional da plataforma *Perdido*



Fonte: Shell

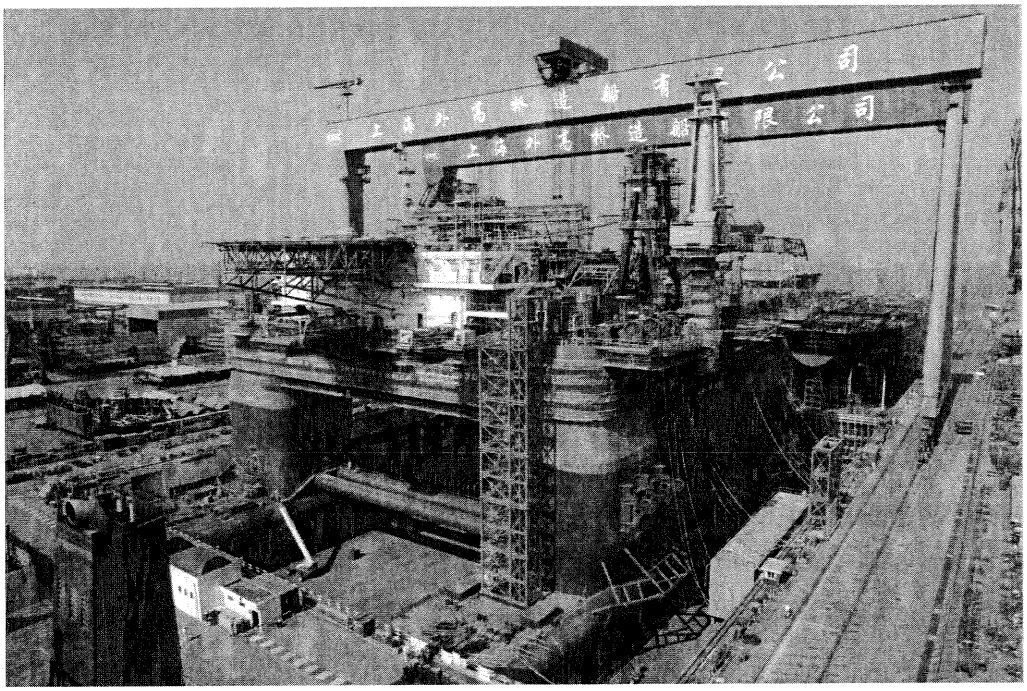
A plataforma de exploração de petróleo em *offshore* ultra-profundo tem sido considerada como um teste laboratorial e uma base tecnológica suficiente para o desenvolvimento de novos equipamentos de alta tecnologia desconhecidos até essa data. Porém, diferentemente do que poderá acontecer em laboratórios, as experiências falhadas deverão ser evitadas a todo o custo. Este projecto e o equipamento produzido e posto em serviço no Golfo do México parece oferecer um modelo para futuras explorações que permitam atingir mais campos petrolíferos localizados em águas ultra-profundas. O custo final da plataforma atingiu o montante de cerca de 2 mil millhões de libras.[670]

A China, na sua qualidade de pretenso futuro maior consumidor mundial de petróleo, não hesitou em envidar esforços para a obtenção de mais recursos próprios e lançou projectos que envolvem os mais desenvolvidos conhecimentos tecnológicos. Tem sido amplamente divulgado o primeiro grande caso de sucesso atingido pela *China National Oil Offshore Corporation* CNOOC) na extracção de petróleo de jazidas localizadas em águas profundas.. Trata-se da realização de uma exploração localizada a uma profundidade de 12.000 metros no Mar do Sul da China, numa área de reclamação territorial pelas Filipinas, a 320 quilómetros a

[670] "Oil drilling returns to Gulf of Mexico". John Moylan. BBC-News Business. 9 de Novembro de 2011.

sudeste de Hong Kong.[671] A plataforma semi-submersível, de 30.000 toneladas, conhecida como *Oceanic Petroleum 981* ou *Haiyang Shiyou-981*, foi construída pela *China State Shipbuilding Corp.*, CSSC, por um custo de 952 milhões de dólares. Foi inaugurada em Maio de 2011 em Shangai e entrou em serviço em 9 de Maio de 2012.[672]

Figura 24: Plataforma Oceanic Petroleum 981 (Haiyang Shiyou) em construção



Fonte: Pakistan Defense. *China's first deep-water rig to drill in South China Sea.*

A empresa chinesa afirma que existem reservas comprovadas de 7 a 8 mil milhões de barris de petróleo bruto no Mar do Sul da China, podendo atingir o montante de 170 a 220 milhões de reservas prováveis, todas localizadas em águas profundas. A CNOOC tem cooperado com a ConocoPhillips China Inc. em vários outros projectos petrolíferos.[673]

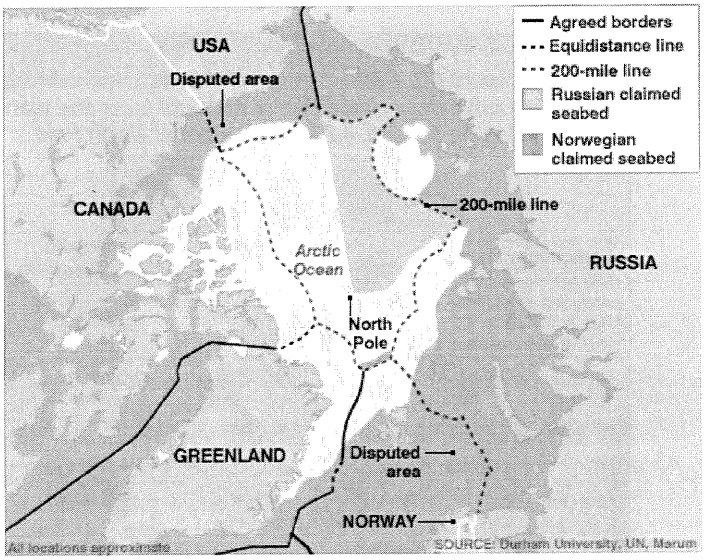
[671] Ver no Anexo II o estudo do autor: "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos".
[672] Ver Figura 24.
[673] "China Begins Deepwater Drilling In South China Sea". International Business Times. 7 de Março de 2012.

A corrida aos recursos petrolíferos do Árctico

Outra esperada situação difícil de ultrapassar, esta de elevado cariz geopolítico, prende-se com a "corrida ao Árctico", agravada com a decisão da clara e decidida participação dos Estados Unidos da América na exploração dos recursos petrolíferos localizados nessa região.

O aquecimento global e o desaparecimento correlativo da calote Árctica, a par de desenvolvimentos tecnológicos promissores e disponíveis, tornaram a perfuração dos leitos marinhos do Árctico num projecto cada vez mais realista. Acresce o facto de o degelo ter vindo a tornar cada vez mais transitável, embora, numa primeira fase só possível com barcos quebra-gelos especialmente construídos para circular nessas condições.

Figura 25: Proposta de partilha do Árctico



Fonte: Durham University. UN. Marum

Por um lado, a estimativa geralmente aceite, é a de que poderão jazer sob a calote árctica um quarto das reservas de petróleo e de gás natural disponíveis no planeta.

Por outro lado, os seis Estados em questão podem invocar direitos sobre o leito marítimo em causa, e isto, numa conjuntura na qual, nem o enquadramento legal nem a moldura institucional existente poderão fornecer as respostas definitivas e pacíficas que seria de

desejar.[674] Encontramo-nos perante uma situação política idêntica à que está a ocorrer no Mar Cáspio.[675] As tensões resultantes da partilha do Árctico já começaram há alguns anos. A Rússia foi o primeiro Estado a ensaiar formalmente, logo em 2001, uma tentativa de asserção de direitos sobre o leito marítimo do Árctico, ao registar, como seu, o extenso *Lomonosov Ridge*, uma cadeia de montanhas submarinas que estariam ligadas à Sibéria, como uma extensão da sua plataforma continental.

Mais tarde, já em 2007, o Governo russo enviou uma expedição ao Árctico com o intuito de invocar os seus direitos sobre grande parte das reservas de petróleo e de gás natural ali existentes. O presidente russo terá afirmado, na sequência desta missão, que "o leito marinho do Árctico pertence à Rússia".[676]

Figura 26: Reclamação de território árctico



Fonte: NXIDC.org.marum.de

[674] Os seis Estados envolvidos no estabelecimento das fronteiras marítimas do Oceano Glaciar Árctico são: Canadá, Dinamarca (via Gronelândia), Estados Unidos da América, Islândia, Noruega e Rússia. Ver Figuras 25 e 26.

[675] Cf. no Anexo II o estudo do autor "As fronteiras marítimas e o acesso aos recursos petrolíferos".

[676] "Russia Claims the North Pole". Yuri Zarakhovich. Time World. 12 de Julho de 2007.

Os Estados Unidos da América continuam a manter uma poderosa força militar no Alasca, onde se encontram permanentemente estacionados 26 mil soldados, apoiados por 3 esquadrilhas de 22 caças F15, assim como um número substancial de AWACS (Sistema Aéreo de Alerta e Controle - *Airborne Warning and Control System*,) constituído por aviões Boing E-3, de vigilância electrónica. Encontram-se presentes os quesitos mais que suficientes para a ocorrência de uma confrontação económica e diplomática ao mais alto nível.[677]

Pelo seu lado, a Federação Russa criou várias infraestruturas localizadas ao longo das vias de navegação no Árctico para utilização de estações temporárias da sua frota naval e de navios de vigilância.[678] Terá também prevista a deslocação de aeronaves de intercepção MiG-31 para a base Rogachyovo no Árctico, até ao fim do ano 2012.[679]

[677] Ver a análise do autor incluída no Anexo IV: "Energia. Donde vem ... para onde vai". p. 111.
[678] "Russia to Set Up Naval Infrastructure in Arctic". RIANOVOSTI. 6 de Agosto de 2012.
[679] "Russia to Base MiG-31 Interceptors in Arctic". RIANOVOSTI. 25 de Setembro de 2012.

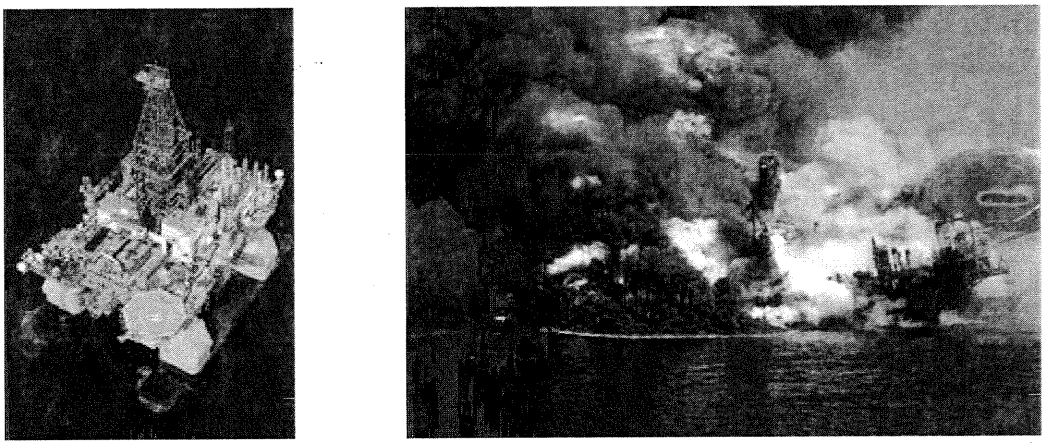
Acidentes em plataformas de alta tecnologia em *offshore*

Se bem que se pretendam evitar qualquer tipo de falhas em semelhantes explorações, também deveremos aceitar que o desenvolvimento das novas oportunidades não se teria alcançado sem que tivessem que ocorrer alguns incidentes de percurso. Quer baseados em causas ainda não completamente esclarecidas quer devido a factores naturais.

Terão cabimento os acontecidos em plataformas de alta tecnologia recente dos quais se poderão destacar a *Deepwater Horizon* a iniciar operações no Golfo do México e a P-36 estacionada no Campo Roncador da Bacia de Campos.[680]

As razões apresentadas para o acidente ocorrido com a plataforma *Deepwater Horizon* foram de carácter acidental. Estavam a decorrer trabalhos de cementação para posterior teste de integridade e abandono temporário para retoma de actividade mais tarde.[681]

Figura 27: Acidente na plataforma *Deepwater Horizon* em exploração no Golfo do México



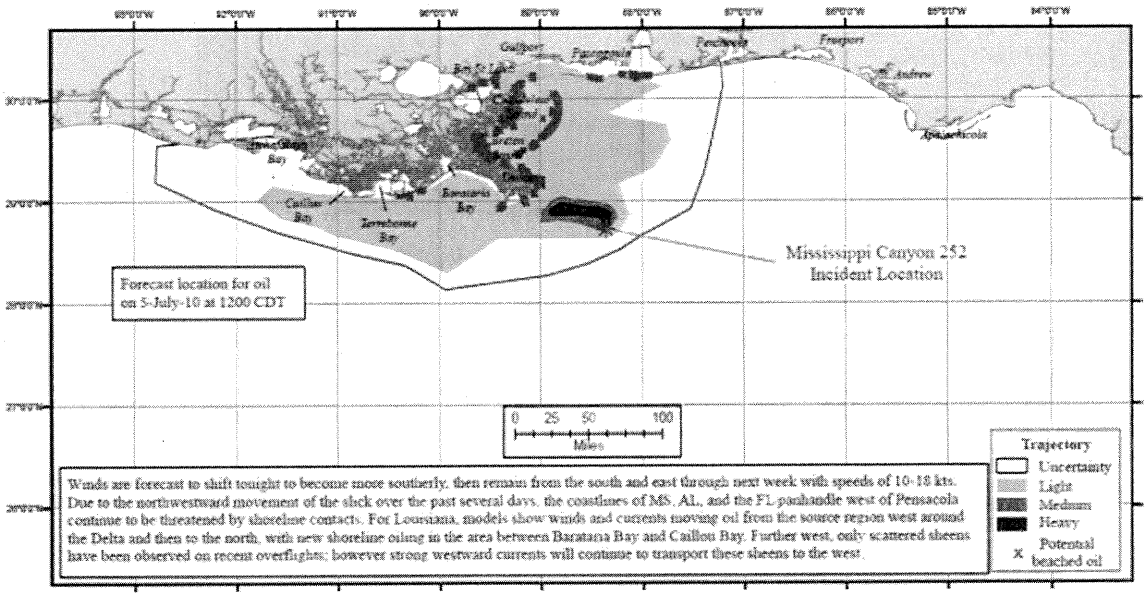
Fontes: Transocean e U.S. Coast Guard

[680] Ver Figuras 27 e 28.

[681] A plataforma foi construída pela empresa coreana Hyundai Heavy Industries, por um custo de 560 milhões de dólares. Eera propriedade da empresa Transocean Ltd, contratada pela BP na qualidade de principal responsável pelo desenvolvimento do ProjectoMacondo A empresa Transocean (com sede social e direcção em Vernier, Suíça, desde 19 de Dezembro de 2008) é tida como uma das maiores empresas de extracção de petróleo *offshore,* para o que conta com uma frota de 138 unidades de extracção ao serviço das maiores petrolíferas à escala mundial, das quais 27 a operar em águas ultra-profundas, 16 em águas profundas, manobradas por mais de 18.000 empregados.

Tinha 121 metros de comprimento por 78 de largura e podia operar em águas até 2.400 metros de profundidade. Completada em 2001, encontrava-se à data da explosão, estacionada no Bloco 252 do Mississippi Canyon.[682] Tinha conseguido o maior furo até essa data registado ao atingir os 10.683 metros de profundidade, dos quais 1.259 na toalha de água, no campo petrolífero Tiber, em Setembro de 2009.

Figura 28: Localização da plataforma *Deepwater Horizon* à data do acidente



Fonte: *National Weather Service Weather Forecast Office*

Um outro grande acidente ocorrido em plataformas de nova orientação tecnológica terá sido o do Brasil na plataforma Seillean (P-36).[683] Esta plataforma de exploração, considerada a maior semi-submersível à escala mundial, estava a actuar no campo petrolífero Roncador,[684] descoberto no ano 1996, e a produzir 84.000 barris diários à data do acidente.[685] Tinha sido projectada para uma extracção próxima dos 90.000 barris diários até ao fim desse ano e de 180.000 quando atingisse o ano 2004.

---

[682] A explosão e incêndio tiveram início às 9h45 do dia 20 de Abril de 2010 e ficou a arder por dois dias.
[683] O campo petrolífero Roncador está localizado a 130 km da costa Nordeste do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Liga a Nordeste com o campo Albacora e a Este com o campo Frade nas águas ultra-profundas da Bacia de Campos. Ver localização na Figura 28.
[684] Ver Figuras 29 e 30.
[685] Afundou-se em Março de 2001 após a ocorrência de três explosões.

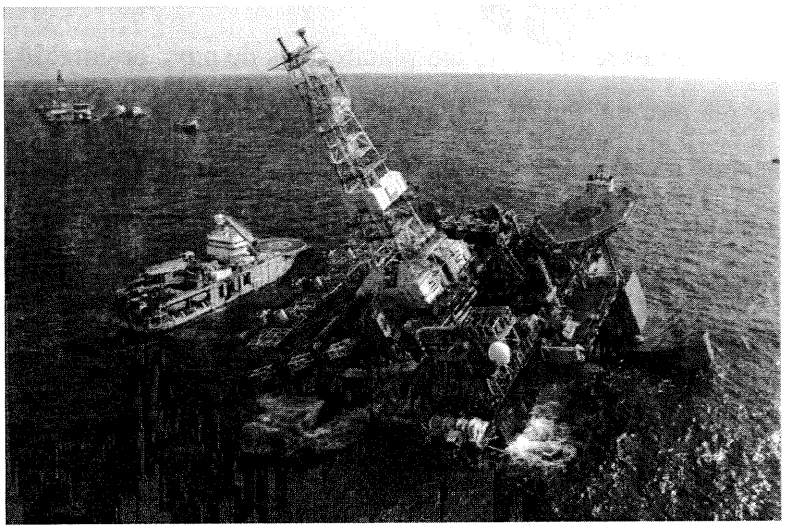
Figura 29: Localização do Campo Roncador



Fonte: *Petroleumworld.com*

A plataforma Seillean (P-36) esteve de início a operar no Mar do Norte no campo Donan e foi cedida à empresa brasileira Petrobras em Dezembro de 1998 através de um aluguer de apenas quatro anos. O custo da plataforma atingiu os 350 milhões de dólares, dispunha de uma capacidade de produção de 20.000 barris diários e de armazenamento de 306.000 barris de petróleo bruto convencional.

Figura 30: Acidente na plataforma P-36 estacionada no Campo Roncador (Bacia de Campos)

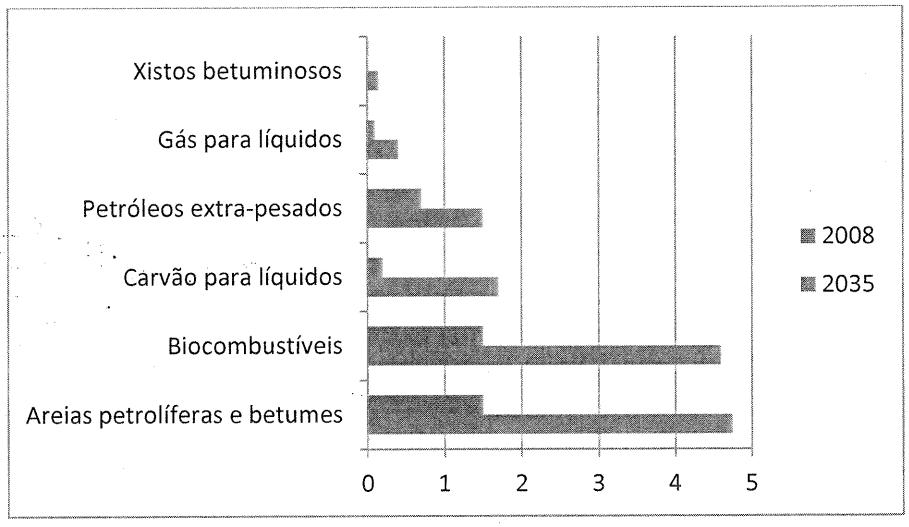


Fonte: R7, Rio de Janeiro

IV.3.3 - Novas explorações de petróleo não-convencional em onshore dependentes de avanços tecnológicos

A capacidade de produção a partir dos chamados petróleos não-convencionais ou "desconvencionalizados" é muito vasta e considerada praticamente inesgotável enquanto merecer aplicação industrial.[686] Encontra-se disponível um vasto leque de origens e de localizações, muito dependentes de recursos financeiros que suportem os elevadíssimos custos de exploração e de adequada tecnologia que permita o seu acesso, extracção e processamento até à sua entrega às refinarias que os possam receber.

Gráfico 35: Produção de petróleo não-convencional por origem
Realizado e previsível (2008 a 2035)
Valores em milhões de barris/dia



Fonte: EIA *Energy Outlook 2011*

Devemos começar por chamar a atenção para o facto da produção de petróleos não-convencionais exigir além da tecnologia também acrescidos recursos específicos muito onerosos: água e energia abundantes que garantam a injecção de vapor de água nas jazidas. São, geralmente *upgraded* para lhes reduzir os componentes carboníferos ou para lhes adicionar hidrogénio, antes de os entregar às refinarias convencionais.

[686] Ver Gráfico 35.

Encontram-se em desenvolvimento três grandes projectos à escala mundial: os xistos betuminosos dos Estados Unidos da América, as areias betuminosas do Canadá e os betuminosos extra-pesados da Venezuela. Todos incluídos no critério da produção do ora denominado petróleo "desconvencionalizado".

Os projectos dependem significativamente da abundância de água disponível, dado que a produção de um barril de betume ou de petróleo sintético também requer, além da enorme quantidade de energia, cerca de 10 barris de água para as operações de mineração superficial e de 3 barris para geração de vapor *in situ.* Apesar de grande parte da água utilizada poder ser reciclada, são requeridos mais de 20 por cento de reposição, o que significa que virão a ser utilizados, diariamente, mais de 10 milhões de m^3 de água, dos quais 2 milhões de m^3 serão irremediavelmente irrecuperáveis. Esta exigência do exorbitante gasto de água tem provocado especial preocupação acerca da conservação e sustentabilidade dos projectos, dado que, ao fim de um ano de normal laboração, terão sido consumidos mais de 700 milhões de m^3 de água limpa. Para obtenção de 5 milhões de barris diários de petróleo sintético. No que se refere ao consumo energético deve-se salientar que a quantidade de energia requerida para a produção de 1 barril de petróleo bruto sintético corresponde a 1/3 da energia contida num barril de betume, o que torna as operações de areias betuminosas numa enorme fonte emissora de gases com efeito de estufa.[687]

Mas vejamos, com um pouco mais de detalhe, as vantagens e inconvenientes de cada um deles. Vantagens em termos de garantia da continuidade de abastecimento. Inconvenientes radicados na gravidade das agressões ambientais provocadas pelas novas tecnologias de extracção e sintetização.

[687] José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* Op. cit. pp. 10-30.

Xistos betuminosos dos Estados Unidos da América

O termo "xisto betuminoso" refere-se às rochas sedimentares que contêm materiais sólidos betuminosos, denominados "querogéneos" que se podem tornar líquidos sucedâneos de petróleo quando a rocha é aquecida por processo químico ou pirólise.

No que se refere ao projecto em curso nos Estados Unidos da América deve-se salientar que existe grande preocupação relativamente às enormes quantidades de água requeridas para o processamento a realizar na sua árida região ocidental e das agressões ambientais resultantes das novas tecnologias utilizadas na extracção.

A obtenção de petróleos não-convencionais nos Estados Unidos da América tornou-se mais significativa a partir da data em que os preços do mercado aumentaram substancialmente e o desenvolvimento tecnológico permitiu avançar para uma produção comercial.

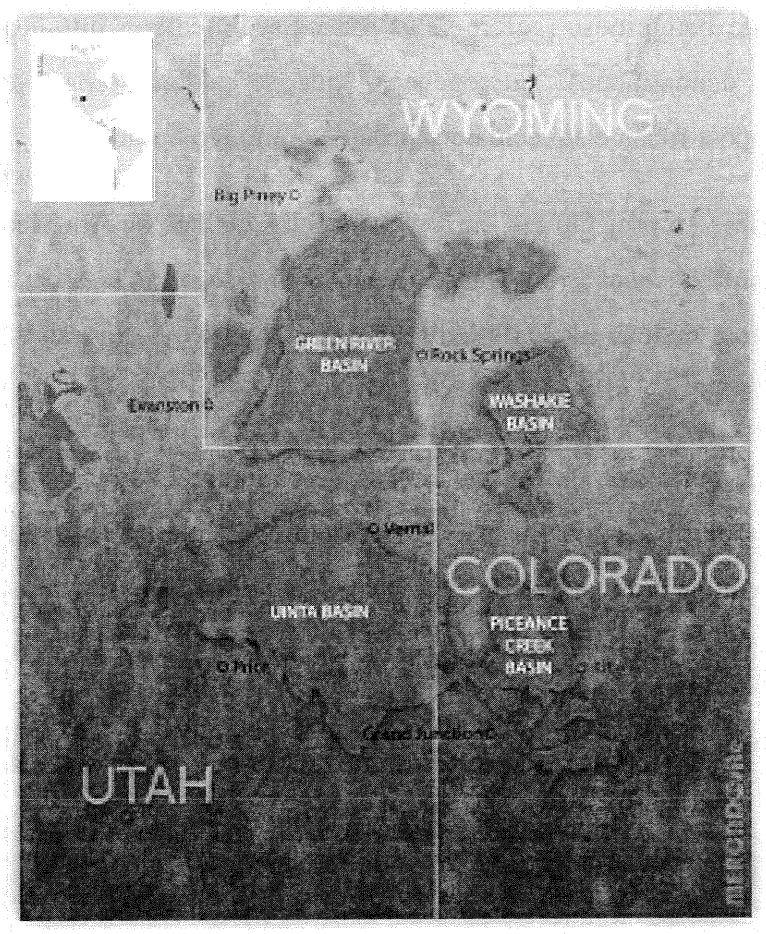
Figura 31: Xistos betuminosos em extracção a céu aberto



Fonte: treehugger. "*Dept of Interior Cancels Bush Administration Oil Shale Leasing Plans*"

É referenciada a existência de xistos betuminosos um pouco por toda a parte. Contudo, os maiores depósitos encontram-se localizados nos Estados Unidos, na *Green River Formation*, que cobre grandes áreas dos Estados do Colorado, do Utah e do Wyoming.

Figura 32: Localização da Green River Formation



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 26.

As estimativas destes recursos petrolíferos atingem valores que vão dos 1,2 aos 1,8 milhões de milhões de barris. Apesar de nem toda a quantidade poder ser aproveitada, mesmo assim tem sido afirmado que se pode extrair o equivalente a 800 mil milhões de barris, correspondente ao triplo das reservas comprovadas sauditas.

A extracção de petróleo dos xistos betuminosos é muito mais complexa que a de petróleo convencional de uma bolsa petrolífera e muito mais onerosa, dado que as suas matérias petrolíferas são sólidas, pelo que não podem ser bombeadas directamente do subsolo como acontece com o petróleo convencional. Logo, os xistos têm que ser primeiramente mineralizados e só posteriormente aquecidos a altas temperaturas, num processo denominado "*surface retorting*". O líquido resultante é separado e recolhido para processamento e sintetização. Existe a possibilidade de recurso a um processo alternativo, denominado "*in situ*

conversion process", em que o xisto é aquecido ainda no subsolo e bombeado para a superfície, já em estado líquido.

Quer a mineração, quer o processamento, ocasionam um variado leque de agressões ambientais, tais como aquecimento global e emissões de gás com efeitos de estufa, distúrbios na terra mineralizada e impactos na vida selvagem e na qualidade do ar e da água. Outro inconveniente apontado é o de não conter todo o leque de hidrocarbonetos usados na produção das modernas gasolinas, como o querosene, o *jet fuel* e o *diesel*, cuja procura tem vindo a aumentar muito rapidamente em todos os mercados consumidores.

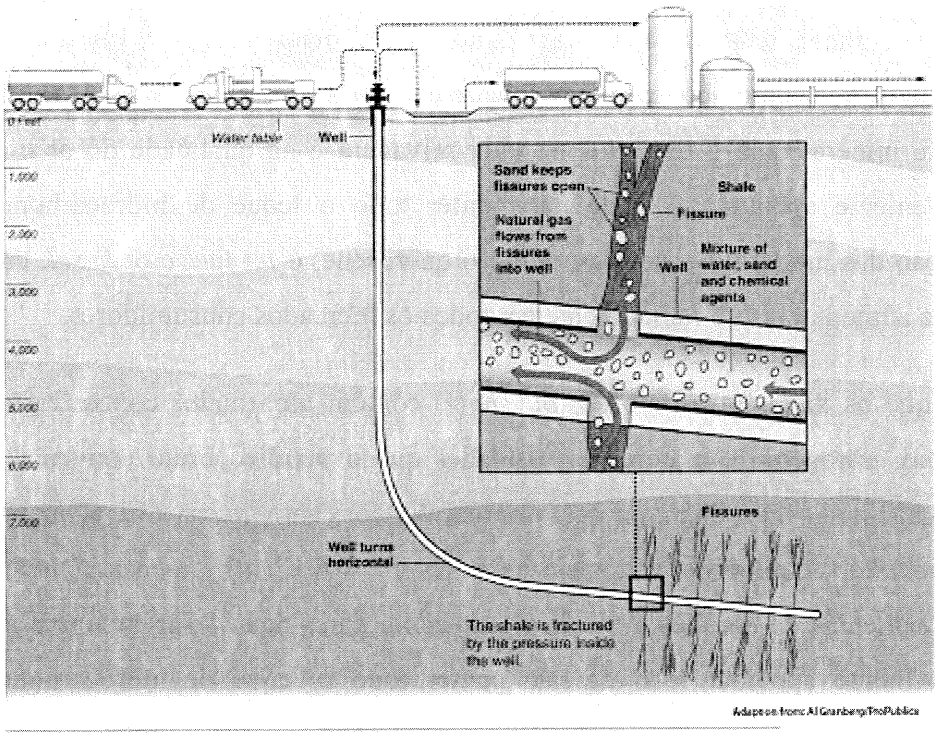
Dado que os xistos betuminosos (*oil shale*) contêm uma maior concentração de oleofinas, oxigénio, nitrogénio e maiores viscosidades que o petróleo bruto convencional, o petróleo obtido não o substitui directamente. Contém 9,5 por cento de enxofre, enquanto o *West Texas Intermediate* (petróleo de referência da Bolsa de Nova York) apenas contém 0,3 por cento. Daí a exigência de um elevado e caro *upgrading* antes de ser entregue para refinação. Outro inconveniente apontado é o de não conter todo o leque de hidrocarbonetos usados na produção das modernas gasolinas, como o querosene, o *jet fuel* e o *diesel*, cuja procura tem vindo a aumentar muito rapidamente em todos os mercados consumidores.

Os custos adicionais de processamento e *upgrading* explicam as razões pelas quais o desenvolvimento dos petróleos pesados ainda se encontrar tão limitado. Contudo, o aumento das taxas de recuperação de depósitos destas qualidades de petróleo representa o desafio mais importante que se nos apresenta a curto e médio prazos.[688]

---

[688] As discussões acerca da utilização de energia nuclear na extracção de petróleo de xistos betuminosos, decorridas no Colorado's Western Slope mereceram um largo coro de reacções dos representantes governamentais. Porém, admitiram que se deveria colocar em cima da mesa toda e qualquer hipótese que se relacionasse com o futuro da energia na América, acrescentando que a população receia a energia nuclear e os seus impactos na produção a partir dois xistos betuminosos, porque ainda estão focados nas menos eficientes e menos seguras tecnologias utilizadas nas décadas de 1970 e 1980. Colorado Energy News. 28 de Abril de 2009. "Nuclear Energy to Power Oil Shale Industry?"
Foi noticiada a eventual utilização na União Soviética, em 4 de Outubro de 1979, de uma bomba nuclear para abertura de uma vasta área de xistos betuminosos na Sibéria. *The Montreal Gazette.* 11.Dez.1980.
Esta tecnologia já tinha sido discutida no *2nd Symposium on Oil Shale, CSM*, realizado em 1965. "Nuclear weapons and oil shale. Fracturing Oil Shale with Nuclear Explosives for In-Situ Retorting".
Outra notícia da mesma época referiu que durante anos o desenvolvimento das potencialmente ricas terras do Utah (Colorado, USA) em xistos betuminosos tinha sido retardado devido aos métodos de extracção do petróleo serem muito caros para poderem ser considerados aproveitáveis. Tendo em consideração que o Colorado Plateau poderia conter uma quantidade estimada de 2,6 milhões de milhões de barris de petróleo provavelmente extraíveis, foi apresentada uma proposta que consistia na detonação de um engenho nuclear de 100 quilotoneladas a 750 metros de profundidade. *Deseret News.* Salt Lake City, Utah. "Try Nuclear Blast In Utah Oil Shale?". 7 de Julho de 1966.

Figura 33: Esquema-tipo de fractura hidráulica



Fonte: Leonardo Maugeri. *Oil: The Next Revolution.* p. 43.

O agregado processo da fractura hidráulica tem constituído um complemento tecnológico para o desenvolvimento dos recursos não-convencionais incrustados em formações rochosas. É utilizado com o objectivo de criar uma rede fracturante através da qual o petróleo possa migrar em direcção ao furo de captação. Este processo complementar é acompanhado de microssismos que podem ser gravados em captadores sensitivos e analisados por intermédio de métodos científicos adequados. O mapa obtido dos microssismos é utilizado para compreender e optimizar o desenvolvimento do campo petrolífero quanto aos recursos a colher e aos estádios tratados e a tratar.[689]

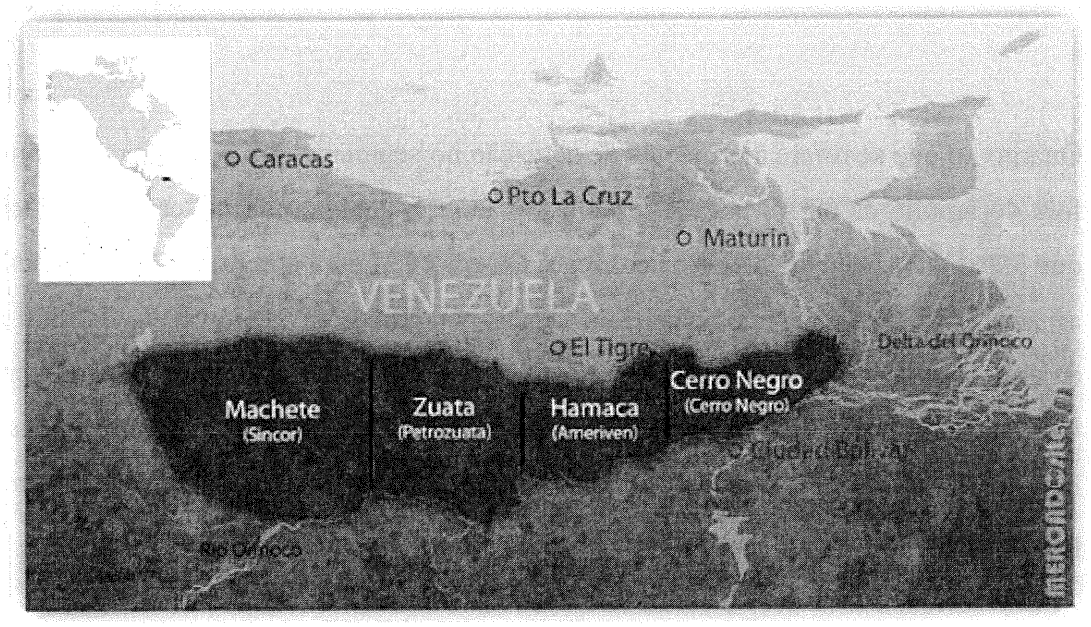
[689] *American Petroleum Institute.*

Betuminosos extra-pesados da Venezuela

Os petróleos extra-pesados venezuelanos encontram-se no único país OPEP a entrar nesta nova categoria de exploração petrolífera, cuja exploração decorre na Faixa Petrolífera do Orinoco. Estas reservas estão estimadas em cerca de 2,2 milhões de milhões de barris.

Neste particular, os pesados e extra-pesados venezuelanos beneficiam da localização na região do Rio Orinoco, onde foi construída, nos finais da década de 70, a mega-barragem e a Central Hidroeléctrica do Guri, com uma potência eléctrica instalada de 10.000 Megawatt (MW) que disponibiliza abundante energia para a sua extracção e processamento.

Figura 34: Localização da Faja Petrolífera del Orinoco



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 24.

A densidade destes petróleos extra-pesados é muito elevada, como também é elevado o teor de enxofre e de metais. Estão identificados 313 mil milhões de barris, para os quais já se dispõe de tecnologia adequada. O produto acabado, que pode ser explorado comercialmente e exportado emulsionado (*Orimulsion*), consiste numa mistura de, aproximadamente, 70% de betume natural e 30% de água, a que são agregados aditivos não enxofrantes, para estabilização da emulsão.

A EIA prevê um aumento da produção venezuelana dos 0,7 milhões de barris diários conseguidos em 2008 para os 1,4 milhões a atingir em 2035. Se bem que os recursos a suportar este projecto sejam abundantes, tem sido chamada a atenção para os elevadíssimos investimentos exigíveis até que se encontre produto pronto a entregar ao mercado e para o tempo de encontro de tais investimentos ser muito incerto. Foram orçamentados 56 mil milhões de dólares a investir entre 2005 e 2012, 70% dos quais a assumir pelo operador estatal.[690]

A capacidade da Venezuela em aumentar a sua produção de petróleos extra-pesados dependerá do nível de investimento estrangeiro e de especialistas na matéria que o atraia para as actividades de extracção e de *upgrading* dos projectos. Tem sido referida a participação de empresas chinesas e russas em dois projectos que aditarão, cada um deles, 0,4 milhões de barris diários à capacidade produtiva já instalada.

Quanto ao que se refere a projectos de actuação no segmento dos petróleos não-convencionais fora do âmbito da OPEP poderá ser considerado um aumento da sua capacidade total a partir dos 3,2 milhões de barris diários conseguidos em 2008 para atingir os 11,4 milhões ao chegar ao ano 2035. Neste caso, os países da OCDE contarão com 71 por cento do total não-OPEP ao atingir essa data, com um aumento de 2,3 milhões de barris diários produzidos nos Estados Unidos da América e de 3,3 milhões produzidos no Canadá. O grande óbice à sua utilização maciça funda-se nos elevados custos de extracção e do processamento que os converte em petróleo sintético.

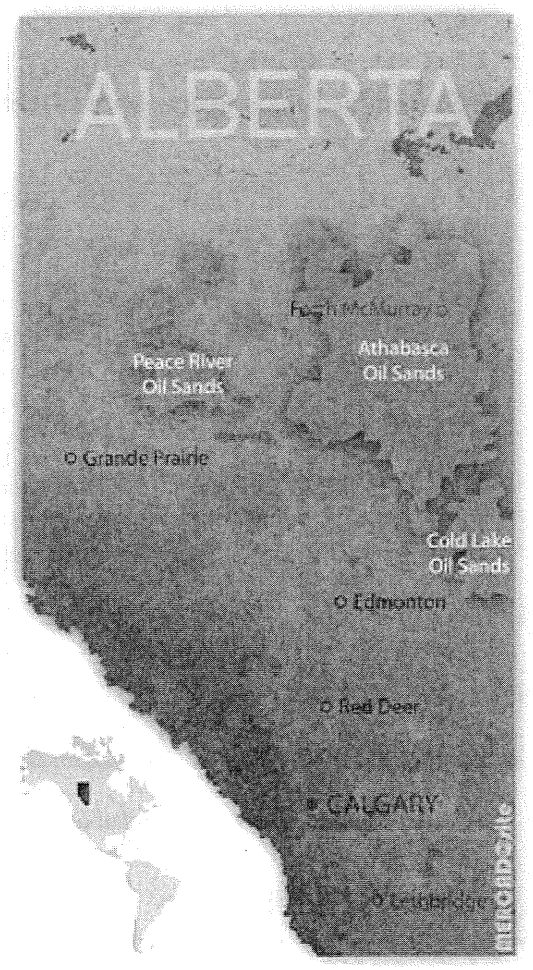
[690] "Oil Sowing Plan, 2005-2012". PDVSA, Petróleos de Venezuela, S.A.

Areias betuminosas do Canadá

É previsível que aconteça uma importante redução da produção de petróleo convencional canadiano amplamente compensada pelo aumento da produção de petróleo não-convencional a partir das suas areias betuminosas. Em consequência, a produção global canadiana poderá aumentar dos 3,4 milhões de barris diários obtidos em 2008 para os 6,6 milhões previstos para o ano 2035.[691]

As areias betuminosas (*oil sands*) do Canadá encontram-se localizadas no Athabasca (Província de Alberta). As reservas estimadas, nas melhores espectativas, atingem os 12 milhões de milhões de barris de petróleo bruto não-convencional, dos quais 175 mil milhões poderão ser processados com tecnologia actualmente disponível.[692]

Figura 35: Localização das reservas canadianas de areias betuminosas



Fonte: José Caleia Rodrigues. *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* p. 21.

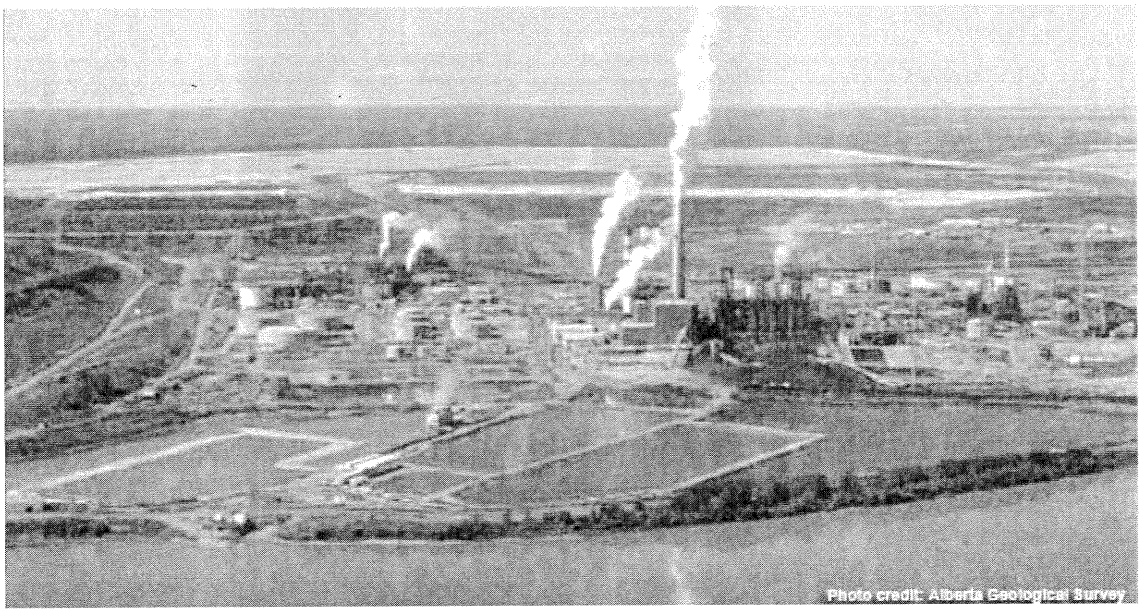
[691] EIA, *U. S. Energy Information Administration.* International Energy Outlook 2011.
[692] Athabasca Oil Corporation. "Athabasca Oil Corporation offers a rich portfolio of oil assets in Alberta."

A *Energy Alberta Corporation* lançou a construção de uma central nuclear de reactores gémeos, projectada para entrar em serviço em 2016, com custo estimado em 4,3 milhares de milhões de dólares, para abastecimento da energia eléctrica necessária ao sistema de extracção a céu aberto e consequente processamento das suas areias betuminosas.[693] O investimento anunciado, para aplicação neste projecto integrado, ultrapassa os 50.000 milhões de dólares.

A produção canadiana de petróleo sintético a partir desta qualidade atingiu 1 milhão de barris/dia em 2006, prevendo-se que possa vir a atingir os 3 milhões em 2020, com hipótese de chegar aos 5 milhões em 2030.

A quantidade de energia requerida para a produção de 1 barril de petróleo bruto sintético corresponde a 1/3 da energia contida num barril de betume, o que torna as operações de areias betuminosas numa enorme fonte emissora de gases com efeito de estufa.

Figura 36: Sintetização das areias betuminosas de Athabasca



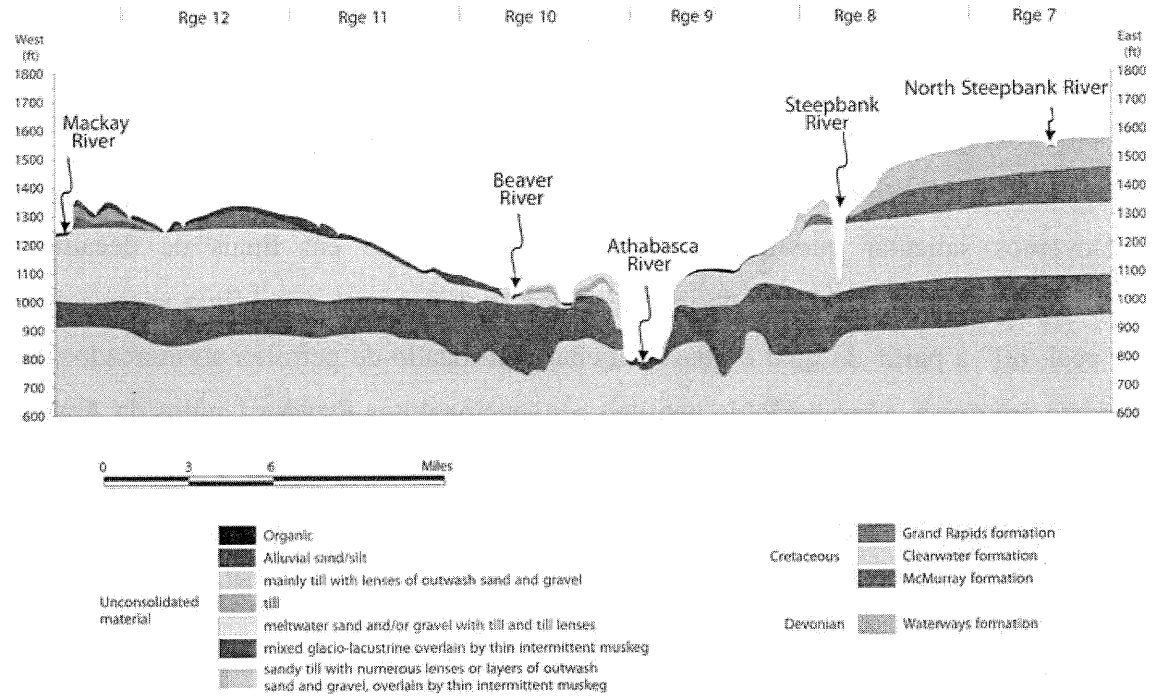
Fonte: *Alberta Geological Survey*

[693] Planet ARK. Story by David Ljunggren. Canadá, 5 de Março de 2007

O projecto depende muito particularmente da abundância de água disponível, dado que a produção de um barril de betume ou de petróleo sintético também requer, além da enorme quantidade de energia, cerca de 10 barris de água para as operações de mineração superficial e de 3 barris para geração de vapor *in situ.*

Apesar de grande parte da água utilizada poder ser reciclada, são requeridos mais de 20 por cento de reposição, o que significa que virão a ser utilizados, diariamente, mais de 10 milhões de m^3 de água, dos quais 2 milhões de m^3 serão diariamente consumidos.

Figura 37: Corte geológico Este-Oeste da região das areias betuminosas de Athabasca



Fonte: *Regional Aquatics Monotoring Program*. "Geologic features of the Athabasca oil sands".

Esta exigência do exorbitante gasto de água tem provocado especial preocupação acerca da conservação e sustentabilidade do projecto, dado que, ao fim de um ano de normal laboração, terão sido consumidos mais de 700 milhões de m^3 de água limpa. Para obtenção de 5 milhões de barris diários de petróleo sintético.

IV.4 – Síntese conclusiva da Parte IV

Poderemos concluir que as novas explorações disponíveis para desenvolvimento encontram-se dependentes de tecnologias de difícil obtenção ou em localizações de elevado risco político e de difícil acesso. Como tivemos oportunidade de publicar a seu tempo: mais longe, mais fundo, mais caro.[694]

Porém, as novas aplicações tecnológicas poderão desencadear novo domínio que outorgará outro poder funcional a quem as detiver.

O tempo veio a mostrar que o pânico criado pelos constantes gritos de alarme de uma eventual descontinuidade de abastecimento de petróleo aos povos dependentes da sua importação mais não fez do que abrir caminho à tomada do domínio do cartel OPEP que não perdeu tempo em utilizar o poder recebido para, além de controlar preços e quantidades a produzir, não hesitou em o orientar para atingir objectivos políticos na arena internacional. Devemos salientar que quando o alarme foi lançado em finais da década de 1950, nomeadamente pela difusão de uma tese que apontava para o próximo aparecimento de um "peak oil" a partir do qual o abastecimento continuado de petróleo ao mercado estaria a ser posto em causa, a produção do petróleo convencional nos Estados Unidos da América estava a atingir um limite a partir do qual teriam que ser tomadas decisões à escala nacional de reorientação da sua política energética que só veio a ser posta em prática 50 anos mais tarde com a reorientação da sua política energética.[695]

Efectivamente, o pico de produção de petróleo bruto convencional dos Estados Unidos da América foi atingido em 1970, para não mais voltar à antiga abundância, tendo chegado ao ano de 1995 na situação de se ver apenas a produzir metade do que consumia.[696] Contudo, a produção mundial não seguiu o mesmo rumo. Continuou a aumentar graças ao contributo recebido de noutras localizações, nomeadamente das do Médio Oriente.[697] Contudo, a desenfreada procura e o constante aumento de consumo conduziram ao esgotamento de

---

[694] José Caleia Rodrigues et al.. *Crise 2008*. 2009. p. 156.

[695] Recorde-se a existência de uma moratória originalmente posta em vigor pelo Presidente George H. W. Bush, em 1990, que não permitia novas explorações na plataforma continental dos Estados Unidos da América, posteriormente prorrogada pelo Presidente William J. Clinton até 2012 mas revogada pelo Presidente Barack Obama através do seu Plano Energético Obama apresentado em 19 de Março de 2009. José Caleia Rodrigues. Anexo IV. "A reorientação da política energética dos Estados Unidos da América". p. 305.

[696] Ver Gráfico 15.

[697] Ver Gráfico 18.

muitas bolsas petrolíferas e à redução de outras, para as quais se não estava a encontrar suficiente reposição.

Contudo, a produção e a descoberta de novos campos petrolíferos contendo novas qualidades de imensas quantidades apenas se encontrava à espera da utilização dos novos recursos tecnológicos que começavam a despontar.[698] Saliente-se que a descoberta de novos recursos petrolíferos exploráveis aumentou cerca de 2,5 vezes desde o ano 1980 até ao 2010.[699]

Ressalve-se que esta crescente abundância de recursos à escala mundial, de improcedente dimensão, correrá o risco de promover de tal modo a produção que se torne superior ao consumo, arrastando consigo uma superprodução e uma queda abrupta dos preços de mercado.[700] As previsões de consumo elaboradas pelas agências internacionais que se ocupam desta matéria indicam que ao atingir-se o final de mais um decénio poderão ter aumentado em cerca de 50 milhões de barris diários, um acréscimo equivalente a quase metade do consumo corrente que ronda os 93 milhões.[701]

Tem sido afirmado que o aumento de produção a vigorar nas próximas décadas poderá ocorrer um pouco por toda a parte, baseado no acesso aos petróleos "desconvencionalizados", a que nos referimos no anterior capítulo, nomeadamente os grandes depósitos de xistos betuminosos dos Estados Unidos da América, das areias betuminosas do Canadá ou dos petróleos extra-pesados da Venezuela. Sem deixar de ter igualmente em conta os promissores convencionais do pré-sal do Brasil ou os do Árctico, ambos localizados em águas muito profundas e de difícil acesso.

---

[698] Quando apontamos as diferentes qualidades de petróleo temos em atenção a sua formação:

- De origem biótica por surgimento em "*pequenos corpos de animais e plantas, enclausurados em sedimentos sob alta pressão e temperatura e transformam-se em petróleo após um período inimaginável*". Mikhail Lomonosov. "On the Layers of the Earth" *in* Basic Principles of Metallurgy, or Mining Science (1763). "Academician Lomonosov's Interest in Oil". Oil of Russia. Lukoil International Magazine. Nº 4. 2011.

ou

- De origem abiótica (não fóssil) por redução de carbonatos no manto terrestre superior através da sujeição de altas pressões (5 a 11 GPa) e elevadas temperaturas (500°C a 1.500°C) de magnetite (FeO), calcite (CaCO3) e água (H2O), como conseguido *in situ* por um grupo de cientistas investigadores, cujo estudo foi publicado pelo PNAS: "Generation of methane in the Earth's mantle: *in situ* high pressure-temperature measurements of carbonate reduction". Henry P. Scott et al.. PNAS, Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA. Vol. 101. Nº 39, 14023-14026. 12 de Agosto de 2004.

[699] Ver Gráfico 1.

[700] Os recursos petrolíferos remanescentes no globo atingem cerca de 7 a 8 triliões de barris, fora dos 8 ou 9 triliões de barris de *Original Oil in Place* (OOP) parte dos quais, cerca de 1 trilião de barris, já foi consumido pela humanidade. Com as tecnologias disponíveis e os preços aceites pelo mercado, apenas uma parte do OOP poderá ser extraído e classificado como reservas comprovadas. *U. S. Geological Survey World Petroleum assessment 2000 – Description and Results.* U. S. Department of the Interior.

[701] EIA. *U. S. Energy Information Administration. International Energy Outlook 2011.*

Poderíamos voltar a ter na história do produto um regresso ao domínio do sector por parte dos produtores ocidentais, desta feita radicado na sua capacidade de liderança tecnológica processual.

Esta via também terá que remover alguns obstáculos de renovada importância, a dificultar ou a atrasar o seu desenvolvimento, se se quiser vir a impor como solução e ultrapassagem da dificuldade de abastecimento a médio e a longo prazo. Devemos salientar os mais evidentes: um ainda insuficiente e inadequado sistema de transporte das ramas, a rede de refinarias impedida de se alargar por razões ambientais, a quantidade de gás natural associada à produção do petróleo e as dúvidas ambientais acerca da fractura hidráulica e da furação horizontal que lhe está tecnicamente associada.[702] Esta constituirá a chave tecnológica para extracção do petróleo dos xistos betuminosos e a principal dificuldade a ultrapassar, mas também será aquela que mais contribuirá para a contaminação da água e das terras adjacentes pela infiltração do gás natural nos lençóis freáticos, pelo envenenamento do subsolo com o intensivo uso de produtos químicos e a provocação artificial de pequenos tremores de terra.[703] Os dados transmitidos têm mostrado que apenas têm ocorrido uma pequeníssima percentagem destes acidentes que têm sido resolvidos através de práticas apropriadas e da implementação de regulamentações obrigatórias de defesa do ambiente.

Apesar de se poderem encontrar estas disponibilidades de recursos em muitos outros pontos do globo o seu desenvolvimento não poderá ser facilmente replicado, pelo menos a curto prazo, não por não existirem mas sim por que outros países não disporão de uma indústria com suficiente conhecimento tecnológico, de um mercado com suficiente dimensão que permita o arranque de tal processo e de uma estrutura financeira que proporcione os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

Devemos acrescentar a dependência de um conjunto de outros factores radicados noutras circunstâncias que se estendem para lá dos riscos intrínsecos de cada projecto e de cada país. Trata-se de uma eventual recessão à escala mundial, uma drástica retracção dos promissores

---

[702] Foram realizadas cerca de 2,5 milhões de fracturas hidráulicas em todo o mundo desde que a *Stanolind Oil* introduziu esta tecnologia em 1949. Supõe-se que cerca de 60 por cento dos furos realizados usam actualmente esta tecnologia. "Hydraulic Fracturing. An Enduring Technology." Carl T. Montgomery e Michael B. Smith, NSI Technologies. JPT, Dezembro de 2010.

[703] Após a realização de 64 operações de fracturas hidráulicas permitidas em França, o Presidente Nicolas Sarkosy afirmou que a França deve continuar a banir o processo de fractura até que esteja provado que o gás explorado dos xistos não danifique o ambiente ou "massacrem" o panorama e que os operadores petrolíferos devem limitar as suas operações aos recursos convencionais. BloombergBusinessWeek "France to Keep Fracking Ban to Protect Environment, Sarkozy Says". 4 de Outubro de 2011.

novos grandes consumidores com a China à cabeça ou a súbita resolução das tensões políticas que assolam alguns dos maiores potenciais produtores que provoquem um colapso nos preços do mercado.

Também poderá acontecer uma retoma súbita da economia mundial. Neste caso poderá ocorrer um desequilíbrio entre a oferta e a procura, sobretudo se coincidir com o acompanhamento de tensões geopolíticas. Este cenário, porém, já se encontraria minorado pelo desenvolvimento das produções conseguidas em novas produções oriundas das novas explorações.

Enquanto os *opinion-makers*, os *decision-makers*, os académicos e os mercados financeiros parece terem sido apanhados pela falácia do *peak oil* e pelo excessivo entusiasmo posto nas energias renováveis alternativas ao petróleo, os preços de mercado e os novos conhecimentos tecnológicos que permitirão extracções tão abundantes quanto se queiram de novas origens não-convencionais, suportaram um desenvolvimento que poderá alterar, de forma radical, a abordagem que tem sido feita na área da energia e da geopolítica, colocando o domínio dos recursos petrolíferos e o seu inerente poder nas mãos dos detentores dos recursos tecnológicos e dos recursos financeiros que os suportam. Logo, os detentores dos recursos petrolíferos que dispõem do poder de adjudicar concessões de explorações petrolíferas a seu livre arbítrio poderão vir a ficar reféns desse novo domínio e inerente poder que, no limite, até poderá discriminar quando e onde se irão realizar os empreendimentos.

Pelo que temos vindo a analisar, as dificuldades que atravessariam o sector petrolífero não estarão relacionadas com a exaustão dos recursos mas tão só com a taxa que reflecte a capacidade dos montantes actualmente disponíveis que pode vir a ser convertida em recursos potencialmente productíveis.

A tecnologia que permitiu conhecer novas e abundantes bolsas petrolíferas baseadas nos ensaios sísmicos tridimensionais, contribuindo decisivamente para o grande surto de aumento das reservas comprovadas que mais que duplicaram desde o ano 1980 até ao 2011, poderá permitir utilizar outras novas origens de petróleos ditos não-convencionais e operar consistentemente em recursos localizados fora do actual leque de países produtores.[704] Estas novas localizações poderão constituir um campo de aumento de actividade para empresas petrolíferas até então afastadas do sector e que disporão de oportunidade para cooperar com

[704] Ver Gráfico 32.

empresas estatais detentoras de suficientes recursos em expectativa de poder iniciar actividade.[705]

A esta nova tecnologia de detecção e inventariação seguiu-se o desenvolvimento de outras, aplicadas à exploração de petróleos ditos não-convencionais que revolucionou por completo a indústria petrolífera e ultrapassou, de forma definitiva, o pânico de uma eventual crise de carência no mercado mundial.[706] Torna-se claro que será nos novos desenvolvimentos tecnológicos que assentarão as grandes oportunidades de exploração, quer a montante quer a jusante da cadeia produtiva, pelo que se impõe o acesso aos recursos técnicos e aos equipamento de extracção e de sintetização dos produtos obtidos das novas origens petrolíferas. O seu domínio colocará um novo factor de poder nas mãos dos seus detentores.[707] Os Estados soberanos dos recursos terão que passar a aguardar pela capacidade técnica das empresas industriais que dominem a tecnologia requerida a quem poderão ser requisitados os seus serviços e a sua capacidade técnica.

[705] Op. cit. *Petróleo: 88 perguntas (in)convenientes.* p. 12.
[706] Ibidem. p. 54 e Gravuras 14 e 31.
[707] "*Driven by new technologies, nonstate actors take the lead in confronting global challenges*". Global Trends 2030: Alternative Worlds. A publication of the National Intelligence Council. Dezembro 2012. P. II.

Conclusões finais

Quando nos damos conta de quão importante é o poder funcional desempenhado pelo domínio dos recursos energéticos somos conduzidos ao seu relacionamento com o exercício da soberania e do seu envolvimento com a defesa da segurança e dos interesses vitais nacionais. Contudo, o critério mínimo de soberania será a simples personalidade internacional, e o "poder", em que a soberania se traduz, deixou de ser correspondente aos tradicionais índices de força, para se traduzir num poder funcional.

Tendo em consideração a sua intrínseca ambiguidade, o conceito de interesse nacional revela-se da maior importância em qualquer tentativa de o descrever, explicar, predizer ou prescrever no mais alargado âmbito internacional, dado que a justificação primária da acção de um Estado será o interesse nacional. Trata-se de saber quem deve decidir as prioridades de acção do Estado, quando e como devem ser implementadas, quem define quais são os seus inimigos e designa os seus amigos, e que papel deve o Governo desempenhar perante situações complexas que ponham em causa objectivos e valores nacionais.

Devemos ressalvar que alguns interesses são tangíveis, sujeitos a medida e quantificação, como os recursos naturais. Outros serão intangíveis, como a qualidade de liderança ou a coesão nacional. De entre os activos tangíveis, ou estáveis, sobressai actualmente o petróleo - produto estratégico e origem energética - na sua qualidade de arma diplomática e de instrumento de poder dos Estados em cujo território se encontre jazente. Um dos factores estáveis que exerce particular influência no poder de uma nação em relação a outras é o dos recursos naturais. Países que possuem jazidas consideráveis de petróleo adquiriram influência em assuntos internacionais, em muitos casos principalmente atribuída, se não exclusivamente, à soberania exercida sobre elas. Logo, o poder nacional poderá repousar em factores económicos e envolve a inclusão de matérias-primas. Se estas forem essenciais para a prossecução da guerra ou para o funcionamento geral do sistema económico, se se encontrarem localizados em territórios inacessíveis em tempo de conflito, o poder nacional encontrar-se-á substancialmente limitado.

Os recursos de poder, tal qual, imediatamente disponíveis e que permitem transmitir imediato poder potencial, como serão os de minas activas; os disponíveis apenas após activação; os

disponíveis apenas conversão; os disponíveis apenas após desenvolvimento, como será o caso dos petrolíferos que se sabe existirem mas esperam operações de extracção e os recursos hipotéticos que se presume existirem, como serão as reservas de petróleo ainda não comprovadas. De salientar que desta definição decorre a qualificação de "economicamente úteis". Poderemos inferir que o petróleo bruto ou o gás natural serão substâncias naturais que se encontram em grande parte da crusta terrestre mas de limitado valor directo ou intrínseco para consumo ou produção.

A tese cairá, todavia, no âmbito de uma questão geopolítica porque nos encontramos perante uma situação em que os Estados que impuseram restrições ao abastecimento de recursos energéticos a outros Estados, ou favoreceram uns em detrimento de outros, ligaram a sua acção a factores geográficos visíveis, como o dos recursos naturais e o da energia.

Contudo, ao definir "recurso" já introduzimos o conceito de "escassez", pelo que o que não é escasso não é recurso. A escassez quererá muito simplesmente dizer que a quantidade disponível é relativamente limitada à quantidade requerida. Portanto, qualquer recurso que apresente um valor positivo deve ser escasso: se a sua disponibilidade for relativamente ilimitada em relação à procura, então será gratuita, será livre.

Sob estes conceitos, os recursos naturais compartilham entre si um conjunto de características que incluem: exauribilidade, desigual repartição geográfica, externalidades de consequências negativas noutras áreas, domínio em economias nacionais e volatilidade de valores a pagar.

Logo, a característica que tem persistido como a mais importante de todas será a exauribilidade dos recursos naturais e a distinção normalmente exigível entre os renováveis e os ditos não-renováveis com base nas consequências que a utilização tem relativamente à quantidade de recurso natural disponível.

Esta matéria tornou-se superiormente pertinente com a macissa utilização dos derivados do petróleo enquanto motor do desenvolvimento económico e básico para os instrumentos militares de defesa.

O temor instalado nas populações radicado numa eventual carência ou interrupção de fornecimento de produtos petrolíferos considerados indispensáveis ao desenvolvimento das suas economias, aos seus transportes diários das mercadorias que as abastecem e que as levam às suas ocupações e lhes proporcionam um bem-estar geral, tem sido mantido ao longo de

quase toda a história que registou a evolução da utilização do petróleo, num primeiro estádio apenas como matéria-prima estratégica.

Poderá não ter razão de existir, dado que a dúvida não reside na existência finita dos recursos mas tão só na taxa em que os avultados recursos exigidos possam ser convertidos em reservas disponíveis para potenciais produções. As tecnologias em desenvolvimento que incorporaram novas reservas de petróleo dito não-convencional permitiram aumentá-las consideravelmente, a atingir uma taxa muito superior à do aumento do consumo. Esses novos conhecimentos tecnológicos, se bem que ainda não disponíveis de forma alargada, permitirão admitir que, ao ficar encapsulados num reduzido número de empresas, lhes conferirão um poder funcional que poderá ser admissível como descricionário e passar a dominar o sector produtor e a constituir um novo factor de poder.

Este domínio poderá substituir o anteriormente instalado constituído por Estados-membros da organização de exportadores quando o poder funcional já se encontrava assegurado pelo domínio da utilização dos recursos petrolíferos legitimado pelo direito internacional público, como este, por seu turno, já tinha substituído o do cartel de empresas petrolíferas.

A segurança nacional surgiu como objectivo nacional permanente de representação dos interesses vitais e condicionador existencial. Tendo este objectivo em mente poderemos admitir que o primeiro momento da implantação do petróleo como produto estratégico desde que o Grupo Rockefeller tomou o domínio do mercado até à aplicação de força por via dos embargos dos países produtores abastecedores do mercado, terá reflectido a defesa dos interesses nacionais vitais norte-americanos. Nesse primeiro momento as empresas dispunham de capacidade técnica, financeira e concessões a explorar e os países tinham poder funcional mas precisavam de legitimidade. O segundo momento surge quando os Estados passaram a dispor de legitimidade apoiada no direito internacional público trazido das Resoluções aprovadas em sede da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que garantia a soberania e posse dos recursos naturais aos povos e nações em que estivessem localizados.

Este segundo momento, em que o domínio dos recursos petrolíferos passou das empresas concessionárias para os Estados onde os recursos estavam localizados, faz-nos aceitar que se tratou da vontade de um reforço da soberania nacional dos países detentores das matérias petrolíferas e da legitimidade da sua adopção. Os factores de poder funcional passaram a ficar

colocados ao serviço da política externa durante este período e o petróleo foi ampla e superiormente usado como arma diplomática para atingir objectivos políticos.

A tais períodos que não poderemos denominar de eras históricas classificámos de momentos. Parecem-nos bem marcantes da evolução da utilização do petróleo como matéria-prima estratégica a que se seguiram outros atributos que lhe permitiram ser utilizada para outras funções que não a de combustível estratégico.

Mas até quando se poderia manter o cartel dominador do mercado constituído pelas grandes empresas petrolíferas ocidentais foi a questão que pairou no amargurado ambiente que se seguiu ao fim das grandes guerras mundiais. O domínio tinha sido claramente utilizado em benefício da *tríplice entente* e dos Estados Unidos da América em desfavor das potências centrais durante a primeira e a desequilibrar as forças em presença na segunda a favor dos aliados.

A resposta chegou-nos por mão dos Estados que, associados na OPEP, passaram a dispor dos argumentos e da legitimidade que lhes atribuíram o domínio e o utilizaram como forma de pressão no conflito israelo-árabe, numa tentativa de alteração da política seguida pelos Estados Unidos da América no Médio Oriente.

Saliente-se que autoridade legitimada não deve ser confundida com simples poder. A legitimidade confere poder mas não é poder. A autoridade legitimada e o poder estão relacionados mas não são o mesmo. O poder pode ajudar a estabelecer legitimidade.

Dado que as novas disponibilidades tecnológicas poderão vir a ser aplicadas em muitas bolsas petrolíferas existentes em países ainda não exportadores ou de qualidade e localizações diferentes, abrirão, consequentemente, um campo de actividade e de novas oportunidades a empresas industriais, impensável algumas décadas atrás. Nesta nova ordem de oportunidades poderão colaborar directamente com as empresas estatais detentoras dos recursos ou com as empresas privadas concessionárias. Ressalta, desta constatação, que a tecnologia constituirá a chave-mestra no desenvolvimento do sector petrolífero a médio e a longo prazos.

A combinação dos factores leva-nos a concluir que o receio de uma nova escalada de preços poderá estar definitivamente afastada, desde e quando os valores de entrega do produto ao mercado mundial atinjam, de forma continuada, montantes que cubram satisfatoriamente os

custos de exploração. As novas qualidades serão exploradas cada vez mais longe, a maiores profundidades e a exigir recursos mais onerosos.

Com a tendência que os cartéis têm apresentado para se autodestruir, por variadíssimas razões, algumas das quais têm vindo a ser por nós aqui apresentadas, poderemos estar em presença do surgimento de um novo cartel que originará o estabelecimento de um terceiro momento a marcar a história da indústria petrolífera.

Não só poderemos estar a entrar num período de consistente apagamento de um dos factores de poder da utilização do petróleo, o de produto financeiro, mas também o de arma diplomática que se poderá vir a encontrar em posição muito debilitada posto que dependerá tanto da soberania sobre os recursos como da capacidade tecnológica para os tornar produto consumível e num novo e ainda mais eficiente momento de domínio desse atributo do poder.

Bibliografia

Parte I

Albuquerque, Celso (1995a). Autodeterminação. *Estratégia. Legado político do Ocidente. O Homem e o Estado.* Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Albuquerque, Celso (1995b). Carta da ONU. *Estratégia. Legado político do Ocidente. O Homem e o Estado.* Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Almeida, Políbio F. A. Valente de (1990). *Do poder do pequeno estado. Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências.* Lisboa. ISCSP.

Amaral, Diogo Freitas do (1998). *História das Ideias Políticas.* 2 vls. I vol., Coimbra: Almedina. II vol., Lisboa: Pedro Ferreira.

Amstutz, Mark M. (1995). Foreign Policy: Defining and Pursuing National Interests. *International Conflict and Cooperation. An Introduction to World Politics.* Madison: Brown & Benchmark Publishers.

Ariza, Cor. Gustavo R. (2005). *Geopolítica y Geoestrategia. Liderazgo y Poder. Ensayos.* Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada.

Aron, Raymond (1966). *Peace and War. A Theory of International Relations.* 1973. Trad. Richard Howard. Malabar: Robert E. Krieger Publishing Company.

Azam, Ikram (1992). The Elements of National Power. *Geopolitics, Political Geogrephy and Pakistan.* Lahore: Progressive Publishers.

Balaam, David N. e Veseth, Michael (1996a). *Introduction to International Political Economy.* New Jersey: Prentice Hall.

Balaam, David N. e Veseth, Michael (1996b). *Readings in International Political Economy.* New Jersey: Prentice Hall.

Baldwin, David A. (1997). The concept of security. *Review of International Studies*. Nº 23.

Ball, Desmond (1984). Ch. 6. Modern Technology and Geopolitics. *On Geopolitics: Classical and Nuclear.* Zoppo, C e Zargbibe, C.. Netherland: Nijhoff.

Baylis, John e Smith, Steve (Eds.) (1997). *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations.* Oxford. Oxford University Press.

Beard, Charles A. (1934). *The Idea of National Interests. An Analytical Study in American Foreign Policy.* New York. Macmillan.

Becht, J. Edwin e Belzung, J. D. (1975) *World resource management. Key to civilization and social achievement.* New Jersey. Englewood Cliffs.

Beer, Francis A. (2001). *Meaning of War and Peace.* College Station: Texas. University Press.

Beer, Francis A. e Hariman, Robert (1996). *Post-Realism: The Rhetorical Turn in International Relations*. Eds. East Lansing. Michigan State University Press.

Berle, Adolf Augustus (1957). *Economic Power and the Free Society.* New York. Center for the Study of Democratic Institutions.

Billington, James H. (1960). *The Theory and Practice of International Relations.* "Pursuing the national interest". 6ª ed. Olson, W.. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Bondi-Simpson, P. Ebow (1990). *Legal Relationships Between Transnational Corporations and Host States.* New York: Quorum Books.

Boone, Bartholomees, Jr. (Ed.) (2012a). *Theory of War and Strategy.* Vol. I. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute. U. S. Army War College.

Boone, Bartholomees, Jr. (Ed.) (2012b). *National Security Policy and Strategy.* Vol. II. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute. U. S. Army War College.

Boyer, Robert e Drache, Daniel (Ed.) (1996). *States Against Markets. The limits of globalization.* London: Routledge.

Breuilly, John (1993).*Nationalism and the State.* Manchester: Manchester University Press.

Brown, David Stuart (2002). *Palmerston and the Politics of Foreign Policy. 1846-1855.* Manchester: Manchester University Press.

Brownlie, Ian (1992). *Principles of Public International Law.* 1ª ed. 1966. Oxford: Clarendon Press. 4th rep.

BusinessTravelNews (11.Nov. 2011) *Agents Protest Increases In IATA Fees*. New York.

Buzan, Barry (1991). *People, States and Fear. An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.* New York: Harvester Wheatsheaf.

Camilleri, Joseph A. e Falk, Jim (1992). *The End of Sovereignty?. The Politics of a Shrinking and Fragmenting World.* Vermont: Edward Elgar.

Chauprade, Aymeric (1999). *Introduction à l' analyse géopolitique.* Paris: Ellipses.

Chilcote, Ronald H. (1981). *Theories of Comparative Politics. The Search for a Paradigm Reconsidered.* Boulder: Westview Press.

Choucri, Nazli e North, Robert C. (1975). *Nations in Conflict. National Growth and International Violence.* San Francisco: W. H. Freeman and Co.

Clausewitz Carl von (1832) *On War.* New Jersey: Princeton University Press. 1989. Trad. Michael Howard e Peter Paret.

Claval, Paul (1996). Les fondements économiques de la puissance. *Géopolitique et géoestratégie La pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle.* Paris: Nathan.

Cline, Ray S. (1977). *World PowerAssessment, 1977: A Calculus Strategic Draft.* Boulder: Westview Press.

Clinton, David W. (1992). *Perspectives on World Politics.* London. Routledge.

Clinton, David W. (1994). *The Two Faces of National Interest.* Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Collins, John W. (1973). *Grand Strategy. Principles and Practices.* Annapolis: MD Naval Institute Press.

Commission on Global Governance (1995). *Our Global Neighbourhood.* The Report of the Commission on Global Governance. New York: Oxford University Press.

Conselho de Ministros (2003). *Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003.* Lisboa. Diário da República nº 16, Série I-B. 20.Jan.2003.

Couloumbis, Theodore A. (1978). *Introduction to International Relations.* New Jersey: Prentice-Hall.

Couloumbis, Theodore A. e Wolfe, James H. (1978). *Introduction to International Relations. Power and Justice.* New Jersey: Prentice-Hall.

Crabb, Cecil Van Meter (1968). *Nations in a Multipolar World.* New York: Harper & Row Publishers.

Crawford, Beverly (1994). *The New Security Dilemma Under International Economic Interdependence.* Millennium. Journal of International Studies.

Crozier, Brian (1969). *The Masters of Power.* London: Eyre & Spottiswoode.

Dahbour, Omar e Ishay, Micheline R. (Eds.) (1995). *The Nationalism Reader.* New Jersey: Humanities Press.

Dennis Wrong (1995). *Power: Its Forms, Bases and Uses.* New Jersey: Transaction Publishers.

Dickie, John (1992). *Inside the Foreign Office.* London: Chapmans.

Dorpalen, Andreas (1982). *Geopolitica en accion.* Buenos Aires: Editorial Pleamar.

Dougherty, James E.e Pfaltzgraff, Robert L. (1981). *Contending Theories of International Relations. A Comprehensive Survey.* New York.: HarperCollins.

Dunning, John H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy.* Harlow: Addison-Wesley.

Fontoura, Luis (2006). O poder na relação externa do Estado. A equação de Cline. Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa.

Fowler, Michael Ross e Bunck, Julie Marie (1995). *Law, Power, and the Sovereign State. The Evolution and Application of the Concept of Sovereignty.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

Frankel, Joseph (1979). *International Relations in a Changing World.* Oxford: Oxford University Press.

Friedman, Milton (1962). *Capitalism and Freedom.* London: The University of Chicago Press.

Galbraith, John Kenneth (1976). *Money. Whence it Came, Where it Went.* 1976. Trad. Manuel Arce Rincón. "Dinero, de dónde viene...adónde va". Mexico: Editorial Diana.

Galbraith, John Kenneth (1977). *The Age of Uncertainty.* London: BBC.

Galbraith, John Kenneth (1983). *The Anatomy of Power.* Trad. Hilário Torloni. "Anatomia do Poder". Lisboa: Difel. s.d.

Galbraith, John Kenneth (1987). *A History of Economics. The past as the present.* London: Pinguin Books.

Galbraith, John Kenneth (1994). *The World Economy Since the Wars. A personal view.* London: Mandarin.

Gallois, Pierre M. (1990) *Géopolitique. Les voies de la puissance.* Paris: Fondation des Études de Défense Nationale.

George, Alexander L. e Bar-Siman-Tov, Yaacov, (Eds.) (1991). *Avoiding war: problems of crisis management.* Boulder: Westview Press.

Gilpin, Robert (1981). *War and Change in World Politics.* Cambridge: Cambridge University Press.

Gilpin, Robert (1987). *The Political Economy of International Relations.* New Jersey: Princeton University Press.

Gilpin, Robert (2001). *Global Political Economy. Understanding the International Economic Order.* New Jersey: Princeton University Press.

Graça, Pedro Borges (coord.)(2011). *Estudos de Intelligence.* Lisboa: ISCSP.

Gray, Colin S. (1982). *Strategic Studies: A Critical Assessment.* Westport: Greenwood Press.

Gray, Colin S. (1988). Of National Interests. *The Geopolitics of Super Power.* Lexington: The University Press of Kentuky.

Gray, Colin S. (2007). *War, Peace, and International Relations. An Introduction to Strategic History.* Abingdon: Routledge.

Gray, Colin S. (2009). *Schools for Strategy: Teaching Strategy for 21st Century Conflict.* Strategic Studies Institute.

Guedes, Armando Marques (1978). *Ideologias e Sistemas políticos.* Lisboa: Instituto Altos Estudos Militares.

Hartmann, Frederick H. (1957). The Elements of National Power. *The Relations of Nations.* New York: MacMillan.

Hartman, F. (1985). "O factor económico". Trad. Luis Fontoura. in *The Relations of Nations.* New York: Macmillan.

Hasenclever, Andreas et al. (1997). *Theories of International Regimes.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hashmi, Sohail H. (Ed.) (1997). *State Sovereignty. Change and Persistence in International Relations.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

Herz, John H. (1951). *Political realism and political idealism.* Chicago: University of Chicago Press.

Hinsley, Francis Henry (1986). *Sovereignty.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hirst, Paul e Thompson, Grahame (1996). *Globalization in Question. The International Economy and the Possibilities of Governance.* Cambridge: Polity Press.

Holsti, Kalevi J. (1943). *International Politics: A Framework for Analysis.* Englewood Cliffs. Prentice-Hall.

Hobsbawm, Eric (2007). *Globalization, Democracy and Terrorism.* Trad. Miguel Romeira. Globalização, Democracia e Terrorismo. Lisboa: Editorial Presença. 2008.

Hocking, Brian e Smith, Michael (1990). *World Politics. An Introduction to International Relations.* New York: Harvester Wheatsheaf.

Hook, Steven W. (1995). *National Interest and Foreign Aid.* Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Hupé, Robert Strausz- (1942). *Geopolitics. The Struggle for Space and Power.* New York: G. P. Putnam´s Sons.

Huntington, Samuel P. (1996). *The Clash of Civilizations – Remaking of World Order.* Trad. Henrique Ribeiro. "O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial". Lisboa: Gradiva. 2001.

Institut International de Géopolitique *Géopolitique.* Vários estudos. Paris: Presse Universitaire de France.

Ireland, Alleyne (1907). *The Province of Burma. A Report Prepared on Behalf of the University of Chicago.* Colonian Administration in the Far East. Boston and New York: Houghton, Mifflin and Company. The University Press, Cambridge.

Isaac, Robert A. (1991). *Managing World Economic Change: International Political Economy.* New Jersey: Prentice Hall.

Jensen, Lloyd (1982). *Explaining Foreign Policy.* Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Jervis, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics.* Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Jervis, Robert (Jan. 1978). *Cooperation Under the Security Dilemma.* World Politics, Vol. 30. Nº 2. 167-214.

Kaplan, Morton A. (1957). *Systems and Processes in International Politics.* New York: Wiley.

Keck, Margaret E. e Sikking, Kathryn (1998). "Activists Beyond Borders: Advocacy Networks". *The Atlantic Monthly.* Vol. 273. Nº2. 44-76.

Kegley, Charles W. e Wittkopf, Eugene R. (1995). *World Politics. Trend and Transformation.* New York: St. Martin's Press.

Keohane, Robert (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* . New Jersey: Princeton University Press.

Keohane, Robert (1986). *Neorealism and Its Critics.* New York: Columbia University Press.

Khaldûn, Ibn (1377). *Al-Muqaddima.* Trad. Vincent Monteuil. *Discours sur l' Histoire Universelle.* Beyrouth: Unesco, Commission Internationale pour la Traduction des Chefs-d' Oeuvre. 1968.

Kissinger, Henry (1981). *For the Record. Selected Statements 1977-1980.* London: George Weidenfeld.

Kissinger, Henry (1994). *Diplomacy.* New York: Simon & Schuster.

Kissinger, Henry (1998). "Continuity and change in American foreign policy". *Society.* Vol. 35, Nr. 2. 184-192.

Kousoulas, D. G. (1985). *Power and Influence. An Introduction to International Relations.* Monterey: Brooks/Cole Publishing.

Krasner, Stephen D. (1983). *International Regimes.* London: Cornell University Press.

Krugman, Paul R. e Obstfeld, Maurice (2000). *International Economics. Theory and Policy.* 5th ed. New York: Addison-Wesley.

Landes, David S. (1998). *The Wealth and Poverty of Nations.* Trad. Lucínia Azambuja. "A riqueza e a pobreza das Nações". Lisboa: Gradiva.

Lara, António de Sousa (1991). *Ideologias e Política Externa Portuguesa.* Porto: Moderna Textos Universitários.

Lara, António de Sousa (1995). *Elementos de Ciência Política.* Lisboa: Pedro Ferreira. 4ª ed.

Lara, António de Sousa (1998). *Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia.* Lisboa: ISCSP (Pedro Ferreira).

Lara, António de Sousa (2002). *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência.* Lisboa: ISCSP.

Lara, António de Sousa (2004). *A Grande Mentira – Ensaio Sobre Ideologia e o Estado.* Lisboa: Hugin.

Lara, António de Sousa (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente.* Coimbra: Almedina.

Lara, António de Sousa (2009). *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias.* Lisboa: Dislivro.

Lara, António de Sousa (2011). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão.* Lisboa: ISCSP/UTL. 6ª ed.

Lara, António de Sousa (2011). *Subversão e Guerra Fria.* Lisboa: ISCSP.

Lipschutz, Ronnie D. (Ed.) (1998). *On Security*. New York: Columbia University Press.

Lloyd, Jensen (1982). Ch. 7. National Power capabilities. The Concept of Power. *Explaining Foreign Policy.* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Locke, John (1982). *Second Treatise of Government.* 1689. Arlington Heights, Illinois: Harlan Davidson.

Locke, John (1988). *Two Treatises of Government.* 1689. Cambridge: Cambridge University Press.

London, Kurt (1965). 1. The elements of National Power. *The Making of Foreign Policy. East and West.* Philadelphia: J. B. Lippincott.

Lorot, Pascal (1995). *Histoire de la Géopolitique.* Paris: Economica.

Lorot, Pascal e Thual, François (1997). *La Géopolitique.* Paris: Economica.

Luttwak, Edward N. (1998). From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. The National Interest. in *The Geopolitic Reader.* Tuathail, Gearóid O'. London: Routledge.

Lyons, Gene M. (1998). The United Nations, International Security and the National Interest. *Peacekeeping and Peacemaking: towards effective intervention in post-Cold War conflicts.* New York: Macmillan.

Macedo, Jorge Borges de (1987). *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força.* Lisboa: Edição da revista "Nação e Defesa".

Maltez, José Adelino (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política.* Lisboa: ISCSP.

Marshall, Alfred (1890). *Principles of Economics.* New York: Prometheus Books. 1997.

Marshall, Charles Burton (1954). *The Limits of Foreign Policy.* New York: Henry Holt and Company.

Matthews, E. (1989). *Global Data Bases on Distribution, Characteristics and Methane Emission of Natural Wetlands: Documentation of Archived Data Tape.* NASA TM-4153.

Mathews, Jessica Tuchman (1989). Redefining Security. *The Theory and Practice of International Relations.* Foreign Affairs 68, No. 2. 162-177.

Mattos, Carlos Meira (1977). *A Geopolítica e as Projeções do Poder.* Rio de Janeiro: Editora José Olímpio.

Mearsheimer, John (2001). *The Tragedy of Great Powers Politics.* New York: W. W. Norton.

Merritt, Richard L. (1989). *Power in World Politics.* Stoll, Richard e Ward, Michael. Boulder: Lynne Rienner.

Michie, Jonathan e Smith, John Grieve (1995). *Managing the Global Economy.* New York.: Oxford University Press.

Mill, John Stuart (1861). *Considerations on Representative Government.* New York: Prometheus Books. 1991.

Mills, C. Wright (1956). *The Power Elite.* Oxford: Oxford Press.

Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, baron de (1748). *De l'esprit des lois.* Trad. Anne M. Cohler. "The Spirit of Laws". Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

Moreira, Adriano (1960). *Ensaios.* Lisboa: CEPSJIV.

Moreira, Adriano (1963). *História das Teorias Políticas e Sociais.* Lisboa: AA do ASCSPU.

Moreira, Adriano (1963). *A autodeterminação e a guerra fria.* Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Moreira, Adriano (1964). *Ideologias Políticas. Introdução à História das Teorias Políticas.* Lisboa: ISCSPU.

Moreira, Adriano (1965). *Problemas de Estado.* Lisboa: AA do ISCSPU.

Moreira, Adriano (1968a). *Ideologias e Política Internacional.* Lisboa: AA do ISCSPU.

Moreira, Adriano (1968b). *Política Internacional.* Lisboa: ISCSPU.

Moreira, Adriano (1979). *Ciência Política.* Coimbra: Edições Almedina.

Moreira, Adriano (1989). *Relações entre as grandes potências.* Lisboa: ISCSP.

Moreira, Adriano (1999). *Estudos da conjuntura internacional.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Morgenthau, Hans (1948). *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace.* New York: McGraw-Hill. 6th ed. 1985.

Morris, Christopher W. (2005). *Um Ensaio Sobre o Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Landy.

Northedge, F. S. (1974). *Foreign Policies of the Powers.* New York: The Free Press.

Northedge, F. S. (1976). *The International Political System.* London: Faber.

Nye, Joseph e Keohane, Robert (1977). *Power and Independence. World Politics in Transition.* New York: Longman.

Nye, Joseph S. Jr. (1999). *Redefining the national interest.* Foreign Affairs 78.4. 22-25.

Nye, Joseph S. Jr. (2000). *Undersyanding International Conflicts. An Introduction to Theory and History.* New York: Longman.

Nye, Joseph S. Jr. (2011). *The Future of Power.* New York: PublicAffairs.

OECD (1996). *Abuse of dominance and monopolisation.* GD (96)131. Paris.

OECD (1999). *Oligopoly.* Policy Roundtables. Paris.

Ohmae, Kenichi (1996). *The End of the Nation State. The Rise of Regional Economies.* New York: Free Press Paperbacks.

O'Loughlin, John (Ed.) (1994). *Dictionary of Geopolitics.* Westport: Greenwood Press.

Organski, Abramo F. K. (1960). *World Politics.* 4ª ed. New York: Alfred A. Knopf.

Palmer, Norman D. e Perkins, Howard C. (1969). *International Relations. The World Community in Transition.* Boston: Hougton Mifflin.

Papp, Daniel S. (1997). *Contemporary International Relations Framework for Understanding.* Boston: Allyn and Bacon.

Perkins, Palmer (1969). *International Relations. The World Community in Transition.* Boston: Hougton Mifflin.

Plischke, Elmer (1988). *Foreign Relations. Analysis of Its Anatomy.* Wesport: Greenwood Press.

Raffestin, Claude (1980). *Pour une Géographie du Pouvoir.* Paris: Litec.

Randall, Alan (1987). *Resource Economics. An Economic Approach to Natural Resource ans Environment Policy.* New York: John Wiley & Son.

Randle, Robert F. (1987). *Issues in the History of International Relations.* London: Praeger.

Ratzel, Friedrich (1897). *Politische Geographie.* Trad. Pierre Rush. "Géographie Politique". Paris: Economica. 1988.

Ray, James Lee (1995). *Global Politics.* Boston: Houghton Mifflin Company.

Ribeiro, António Silva (2010). *Teoria Geral da Estratégia. O essencial ao processo estratégico.* Coimbra: Almedina.

Robbins, Lionel (1968). *The Economic Causes of War.* New York: Howard Fertig.

Rodrigues, José Caleia (2010). *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes.* Lisboa: bnomics.

Rodrigues, Teresa Ferreira et al. (2011). *Uma estratégia de segurança energética para o século XXI em Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/IDN.

Rosenau, James N. (1969). *International Politics and Foreign Policy. A Reader in Reserch and Theory.* New York: The Free Press.

Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto (Eds.) (1992). *Governance Without Government: Order and Change in Worls Politics.* Cambridge: Cambridge University Press.

Roskin, Michael G. (1994). *National Interest: From Abstraction to Strategy.* Carlisle: Strategic Studies Institute of the US Army College (SSI).

Rourke, John T. (1986). *International Politics on the World Stage.* Monterey. Brooks/Cole Publishing.

Rothgleb, John M. Jr. (1993). *Defining Power. Influence and Force in the Contemporary International System.* New York: Martin's Press.

Russel, Bertrand (1916). *Principles of Social Reconstruction.* Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. "Princípios de Reconstrução Social". São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1958.

Russel, Bertrand (1938). *Power: a New Social Analysis.* New York: W. W. Norton.

Russett, Bruce e Starr, Harvey (1981). *World Politics. The Menu for Choice.* New York. W. H. Freeman.

Salvatori, Dominick (1995). *International Economics.* New Jersey: Prentice-Hall.

San Francisco Chronicle 28 de Dezembro de 1991.

Santos, J. A. Loureiro dos (2003). *A Idade Imperial. Reflexões Sobre Estratégia III.* Mem Martins: Publicações Europa-América.

Sassen, Saskia (1996). *Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization.* New York: Columbia University Press.

Schleicher, Charles (1984). Elements of National Power. *Introduction to International Relations.* New York: Prentice-Hall.

Shils, Edward e Goldhamer, Herbert (1974). Cap. XIII. Poder e estatuto. *Center and Periphery.* Trad. José Hartuig de Freitas. Centro e Periferia. Lisboa.:Difel. 1992.

Schumpeter, Joseph A. (1954). *History of Economic Analysis.* London: Routledge. 1994.

Silva, Golbery do Couto e (1957). *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército.

Sjostedt, Gunnar (1979). "Power Base. The Long Roadfrom Definition to Measurement" in K. Goldmann e G. Sjostedt *"Power, Capabilties, Independence: Problems in the Study of International Influence.* London. Sage Publications.

Smith, Hedrick (1988). *The Power Game. How Washington Works.* London: Collins.

Smith, Ken e Nöthling, FJ (1993). *North of the Limpopo. Africa since 1800.* Pretoria: UNISA.

Sondermann, Fred A. (1960). The Theory of the National Interest. *The Theory and Practice of International Relations.* 8ª ed. Ed. Olson, W. Clinton. Englewood Cliffs. Prentice-Hall. 1991.

Sousa, António Rebelo de (2004). *Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação.* Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, António Rebelo de (2008). *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional.* Lisboa: ISCSP.

Spero, Joan Edelman (1977). *The Politics of International Economic Relations.* 4th ed. London: Unwin Hyman. 1990.

Spiegel, Steven L. et. al. (2009). *World Politics in a New Era.* 4ª ed., New York: Oxford University Press.

Sprout, Harold (1945). *Foundations of National Power.* New Jersey: Princeton University Press.

Spykman, Nicholas (April 25-27, 1933). *Methods of Approach to the Study of International Relations.* Reprinted from the Proceeding of the Fifth Conference of Teachers of International Law and Related Subjects. Washington, D. C.

Spykman, Nicholas (1938). *Geography and Foreign Policy (I + II).* The American Political Science Review. Vol. XXXII. N.1. 28-50.

Spykman, Nicholas (1942). *America's Startegy in World Politics. The United States and the Balance of Power.* USA: Anchon Books, reprinted 1970.

Spykman, Nicholas (1944). *The Geography of the Peace.* Hamden: Archon Books.

Stiglitz, Joseph E. (2002). *Globalization and its Discontents.* Trad. Maria Filomena Duarte. "Globalização, a grande desilusão". Lisboa: Terramar.

Stoessinger, John G. (2007). *Why Nations go to War.* 10th ed. Belmont: Thomson.

Strange, Susan (1975). What is Economic Power, and Who has it? *International Journal.* 30, 2. 207-224.

Strange, Susan (1991). 1. What About International Relations?. *The Theory and Practice of International Relations.* New Jersey: Prentice Hall.

Strange, Susan (1996). *The Retreat of the State. The Diffusion of Power in the World Economy.* Cambridge: Cambridge University Press.

Strange, Susan (1998). *Mad Money: When Markets Outgrow Governments.* Michigan: Michigan University.

Taylor, Peter (1994). Poder y política en la economia-mundo. *Geopolitica Política. Economia Mundo. Estado-Nación y Localidad.* Madrid: Trama Editorial.

Thual, François (1995). *Les Conflits Identitaires.* Paris: Ellipses.

Thual, François (1996). *Méthodes de la Géopolitique. Apprendre à déchiffrer l' actualité.* Paris: Ellipses.

Treverton, Gregory F. e Jones, Seth G. (2005). *Measuring National Power.* Santa Monica: National Security Research Division. Rand Corporation.

Tuathail, Gearóid O' (1996). Introduction: Geo-Power. *Critical Geopolitics. The Politics of Writing Global Space.* Minneapolis: University of Minnesota Press.

Vattel, Emmerich de (1758). *Le Droit des Gens ou Principes de la Loi Naturelle, Appliqués à la conduite & aux affaires des Nations & des Souverains.* Londres: Apud Liberos Tutior.

Vincent, Andrew (1987). *Theories of the State.* Oxford: Blackwell.

Viotti, Paul R. e Kauppi, Mark V. (1993). *International Relations Theory.* New York: Macmillan.

Vives, Jaime Vicens (1950). *Tratado General de Geopolitica. El factor geografico y el processo historico.* Barcelona: Editorial Vicens-Vives.

Vives, Jaime Vicens (1979). *La Politica Internacional como Política de Poder.* Madrid: Labor Universitária.

Waltz, Kenneth (1954). *Man, the State and War. A Theoretical Analysis.* New York: Columbia University Press.

Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics.* Trad. Maria Luisa Felgueiras Gayo. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva. 2002.

Waters, Malcolm (1995). *Globalization.* London: Routledge.

Weber, Max (1922). *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology.* Trad. ed. Guenther Roth e Claus Wittich. London: University of California Press. 1978.

Weber, Max (1925). *Basic Concepts in Sociology.* Trad. H. P. Secher. New York: A Citadel Press Book. 1993.

Wolff, Chrêtien (1736). *Logique, ou Réflexions sur les Forces de L'Entendement Humain, et Sur Leur Legitime Usage, dans La Connoissance de la Verité.* Tradução do original alemão, t.d.. Berlin: A. Haude. 1736.

World Petroleum Council (2009). *Petroleum Resources Management System.*

Wright, Quincy (1935). *The Causes of War and the Conditions of Peace.* London: Longmans, Green and Co..

Wight, Martin (1994). Theory of national interest. *International Theory. The Three Traditions.* Lancaster. Lancaster University Press.

Young, Ralph et al. ed. (1993). *Introducing government. A reader.* Manchester: Manchester University Press.

Zorgbibe, Charles (1986). *Géopolitique contemporaine. Les Zones d'affrontement.* Paris: Que sais-je?. PUF.

Partes II e III

Adelman, M. A. (1973). *The World Petroleum Market*, Baltimore: John Hopkins University Press.

Adelman, M. A. (1991). Oil Fallacies. *Foreign Policy*.

Adelman, M. A. (1992). Oil Resource Wealth of the Middle East. Energy Studies Review, Vol. 4, No. 1.

Adelman, M. A. (1993). *Economics of Petroleum Supply*. Cambridge: The MIT Press.

Adelman, M. A. (1995). *The Genie Out of the Bottle: World Oil Since 1970*. Cambridge: The MIT Press.

Albright, Madeleine (2006). *The Mighty and the Almighty*. 2006. Trad. Mónica Bello. "Os poderosos e o todo-poderoso. Reflexões sobre a América, Deus e a Política Internacional". Miraflores: Difel.

American Petroleum Institute (1994). *Basic Petroleum Data Book*. Washington: API.

Anderson, R. (1984). *Fundamentals of the Petroleum Industry*. Norman: University of Oklahoma Press.

Antunes, José Freire (2000). *Portugal na Guerra do petróleo. Os Açores e as vitórias de Israel. 1973*. Carnaxide: edeline.

Arab Petroleum Research Centre *Arab Oil and Gas*. Paris, various issues.

Ashworth, William (1952). *A Short History of the International Economy, 1850-1950*. London: Longmans, Green and Co..

Auty, R. e Mikesell, R. (1998). *Sustainable Development in Mineral Economies*. Oxford: Clarendon Press.

Ayoub, Antoine (1994). Oil: Economics and Political. *Energy Studies Review*. Vol. 6. Issue 1. Article 2. Hamilton, Ontario, Canada.

Azzam, Henry T. (1988). *The Gulf Economies in Transition*. New York: St. Martin Press.

Balance, Edgar O′ (1989). *Terrorisme in the 1980s*. London: Arms and Armour.

Barthorp, Michael (1987). *The Anglo-Boer wars. 1815-1902*. London: Blandford Press.

Beck, Robert J. (1995). *Oil Industry Outlook: 1996-2000, Projection to 2004*. Oil and Gas Journal. Oklahoma: PennWell Publishing Company.

Belgrave, Robert (1987). *Energy Security to 2000*. Aldershot: Gower Publishing.

Besschloss, Michael (2006). *Our Documents: 100 Milestone Documents from The National Archives*. New York: Oxford University Press.

Blair, J. M. (1976). *The Control of Oil*, London: MacMillan.

Boyle, G. (2004). *Renewable Energy. Power for a Sustainable Future.* Oxford: Oxford University Press.

Boyle, G., Everett, B. e Ramage, J. (2004). *Energy Systems and Sustainability. Power for a Sustainable Future.* Oxford: Oxford University Press.

Bower, Joseph L. (1985). *Benevolent Cartels?* Boston: Harvard Business Schook,

Bradfish, Larry J. (1987). *United States Strategic Mineral Policy.* 21 Loy. L. A. L. Rev. 107.

Bromley, Simon (1991). *American Hegemony and World Oil.* University Park, Penn: Penn. State University Press.

Brown, Cave Anthony (1999). *Oil, God, and Gold. The Story of Aramco and the Saudi Kings.* Boston: Houghton Mifflin Company.

Buchanan, R. A. (1992). *The Power of Machine: The Impact of Technology from 1700 to the Present Day.* London: Penguin Books.

Cambridge Energy (1993). *Energy Investment to Meet Asia's Economic Growth.* Cambridge: Research Associations MA.

Cameron, Rondo (1997). *A Concise Economic History of the World. From Paleolithic Times to the Present.* New York: Oxford University Press.

Campbell, C. (1991). *The Golden Century of Oil 1950-2050.* Kluwer: Dordrecht.

Campbell, C. (1993). The Depletion of the world's oil. *Petrole et technique.* No.383. 5-12.

Campbell, C. (1994). The imminent end of cheap oil-based energy. SunWorld. 18/4. 17-19.

Campbell, C. (1996). *The Twenty-First Century: The World's Endowment of Conventional Oil and its Depletion.* UK: Energy Exploration and Exploitation.

Campbell, C. (1997). *The Coming Oil Crisis.* Brentwood, UK: Multi-Science Publishing and Petro-consultants.

Campbell, C. e Laherrère, J. (1998). *The End of Cheap Oil.* Scientific American, 278(3): 78.

Carlyle, Thomas (1840). *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University. 2001.

Carré, François (1990). Os recursos energéticos e minerais dos oceanos. *Os Oceanos.* Lisboa: Pub. Europa-América.

Carus-Wilson, E. M. (1954). *Essays in Economic History.* London: Edward Arnold.

Chalmin, Philippe (1999). *Géopolitique de resources naturelles: prospective 2020.* Paris: Dunod/Ifri.

Churchill, Winston S. (1933). *The Great War.* 3 vols. London: Georg Newnes Limited.

Churchill, Winston S. (1948). *The Second World War.* 6 vols. London: Cassell & Co.

Cleveland, William L. (1994). *A History of the Modern Middle East.* Boulder: WestviewPress.

Colliard, Claude-Albert (1990). *La déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789, ses origines-sa pérennité: colloque.* Paris: La documentation française.

Collier, Basil (1968). *A Short History of the Second World War.* London: Readers Union-Collins.

Craig, J.; Vaughan, D. e Skinner, B. (1996). *Resources of the Earth. Origin, Use and Environmental Impact.* 2nd ed., New Jersey: Prentice Hall.

Crocker, Chester et al. (Ed.) (1996). *Managing Global Chaos. Sources and Responses to International Conflict.* Washington: United States Institute of Peace Press.

Davidson, J. (2002). *Exploring Earth: An Introduction to Physical Geology.* New Jersey: Prentice-Hall, 2nd ed..

Dahl, Eric J. (2000-01). Naval innovation: from coal to oil. *Joint Force Quarterly.* Washington: National Defense University Press.

Dyke, K. (1997). *Fundamentals of Petroleum.* Austin: University of Texas Press.

Economides, M. e Oligney, R. (2000). *The Color of Oil.* Katy: Round Oak Publishing Company.

Edgar-Faure (1939). *Le Pétrole dans la Paix et dans la Guerre.* Paris: Éditions de la Nouvelle Revue Critique.

Eiras, Ruben et al. (2011). *Segurança nacional e estratégias energéticas de Portugal e de Espanha.* IDN Cadernos. Lisboa: IDN-CESEDEN.

Elass, Jareer e Jaffe, Amy Myers. (2010). *The History of U. S. Relations with OPEC: Lessons to Policymakers.* Houston: James A: Baker III Institute for Public Policy. Rice University.

Enoc, Arthur Guy (1951). *This War Business.* London: The Bodley Head.

Falola, T. e Genova, A. (2005). *The Politics of the Global Oil Industry.* Praeger: London.

Feis, Herbert (1960). *Between War and Peace. The Potsdam Conference.* London: Oxford University Press.

Fernández-Armesto, Felipe (1995). *Millenium. A History of Our Last Thousand Years.* London: Black Swan.

Flamhaft, Ziva (1996). *Israel on the Road to Peace. Accepting the Unacceptable.* Boulder: WestviewPress.

Fried, Edward R. (1994). *Oil Security: Retrospect and Prospect.* Washington: Brookings PhillipTrezise Institution.

Fursenko, A. A. (1990). *The Battle for Oil. The Economics and Politics of International Corporate Conflict over Petroleum, 1860-1930.* Trad. Gregory L-Freeze. London: Jai Press.

Gelb, A. (1988).*Oil Windfalls: Blessing or Curse?* Oxford: Oxford University Press.

Gewertz, Ken (2005). *When oil became black gold.* Harvard University Gazette. Harvard News Office.

Gilbert, Martin (1969). *The Dent Atlas of Jewish History.* London: J M Dent Ltd.

Gill, Stephen e Law, David (1988). *The Global Political Economy. Perspectives, Problems, and Policies.* New York: Harvester Wheatsheaf.

Gomes, J. e Alves, F. (2007). *O Universo da Indústria Petrolífera. Da Pesquisa à Refinação.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Greenstein, Ran (1995). *Genealogies of Conflict.* London: Wesleyan University Press.

Hartwick e Olewiller (1998). *The Economics of Natural Resource Use.* 2ª ed. Boston: Addison-Wesley.

Heaton, Herbert (1963). *Economic History of Europe.* London: Harper & Row.

Heikal, Mohamed (1975). *The Road to Ramadan.* London: Collins.

Herzog, Chaim (1982). *The Arab-Israeli Wars. War and Peace in the Middle East.* New York: Vintage Books.

Hobsbawm, Eric (1994). *Age of Extremes. The Short Twentieth Century. 1914-1991.* London: Michael Joseph.

Horton, Robert (1992). *Oil and Politics in the 1990's. in the World Today*, vol. 48, Nr. 6. Royal Institute of International Affairs.

Hunter, S.T. (1986). *The Gulf Economic Crisis and its Social and Political Consequences.* Middle East Journal, vol. 40, No. 4.

Hyne, N. (2001). *Non-technical Guide to Petroleum Geology, Exploration, Drilling and Production.* Tulsa: PennWell Corporation.

IEA (1994). *World Energy Outlook.* International Energy Agency. Paris: OECD Publications.

Ilan, Amitzur (1996). *The Origin of the Arab-Israeli Arms Race. Arms, Embargo, Military Power and Decision in the 1948 Palestine War.* New York: New York University Press.

Jardim, Jorge (1979). *Sanctions Double-Cross: Oil to Rhodesia.* Bulawayo: Books of Rhodesia

Jansen, P. (1938). *Sea Transport of Petroleum.* South Shilds: T. L. Ainsly.

Jensen, W. (1968). *The Importance of Energy in the First and Second World Wars*. Historical Journal, 11. 538-554.

Jevons, William S. (1866). Ch. VII. Of the Economy of Fuel, Ch. VIII. Of Supposed Substitute for Coal. *The Coal Question. An Inquiry Concerning the Progress of the Nation and the Probable Exhaustion of Our Coal-Mines.* London: Macmillan.

Jones, Clifton T. (1990). OPEC Behaviour Under Falling Prices: Implications for Cartel Stability. *The Energy Journal.* Vol. 11, No. 3-

Jones, Gareth e Hollier, Graham (1997). *Resources, society and environmental management.* Londres: Paul Chapman Publishing.

Kanovsky, Eliyahu (1985). *The Rise and Fall of Arab Oil Power.* Middle East Review, Vol, XVIII, No. 1.

Kanovsky, Eliyahu (1991). *Why the Oil Crisis Won't Last.* Orbis, A Journal of World Affairs, Vol. 35. Nr 1.

Karsh, Efraim (1994). *Peace in the Middle East. The Challenge for Israel.* Essex: Frank Cass & Co.

Kelly, W. e Tsureo, K. (1977). *Crude Oil Production in the Russian Empire, 1818-1919.* Journal of European Economic History, 6. 307-338.

Kennedy, Paul (1980). *The Rise of the Anglo-German Antagonism. 1860-1914.* London: The Ashfield Press.

Kennedy, Paul (1988). *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000.* London: FontanaPress.

Kennedy, Paul (1993). *Preparing for the Twenty-First Century.* London: HarperCollins.

Klare, M. (2001). *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict.* New York: Metropolitan Books.

Knowles, L.C.A. (1933). *The Industrial and Commercial Revolutions in Great Britain during the Nineteenth Century*. London: George Routledge & Sons.

Krugman, Paul R. e Obstfeld, M. (2000). *International Economics. Theory and Policy.* New York: Addison Wesley.

Kubursi, A.A. (1984). *Oil, Industrialisation and Development in the Arab Gulf States*, London: Croom Helm.

Landes, David S. (1969). *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present.* Cambridge: Cambridge University Press.

Laurent, Éric (2007). *La face cachée du pétrole.* Paris. 2006. Trad. Paulo Osório de Castro. A face Oculta do Petróleo. Lisboa: Temas e Debates.

Leaver, R. (1990). *International Oil and International Regimes: Mirages in a Desert.* Australian Journal of International Affairs, Vol. 44, No. 2.

Leite, Rogerio de Cerqueira (1990). *Pro-alcool. A única alternativa para o Futuro.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Leeb, S. (2004). *The Oil Factor.* New York: Warner Business Books.

Levy, W.J. (1989). Oil: An Agenda for the 80's. *Foreign Affairs.* vol 52, no. 4.

Lewis, Bernard (1995). *The Middle East: 2000 years of History from the Rise of Christianity to the Present Day.* London: Weidenfeld & Nicolson.

Licklider, R. (1988). *Political Power and the Arab Oil Weapon. The Experience of Five Industrialized Nations.* Los Angeles: University of California Press.

Lipson, E. (1937). *The Economic History of England.* 3 vols. London: Adam and Charles Black.

Lodge, George C. e Vogel, Ezra F. (1987). *Ideology and National Competitiveness : An Analysis of Nine Countries.* Boston: Harvard Business School.

Lodwick, John (1958). *Gulbenkian An Interpretation of Calouste Sarkis Gulbenkian.* London: Heinemann.

Longrigg, S. (1968). *Oil in the Middle East: Its Discovery and Development.* London: Oxford University Press.

Liever, Robert J. (1992). Oil and Power After the Gulf War. *International Security.* Nª 17, Cambridge: Centre for Science and International Affairs.

Macmillan, Harold (1969). *Tides oif Fortune. 1945-1955.* London: MacMillan.

Mandel, R. (1988). *Conflict over World's Resources. Background, Trends, Cases Studies and Considerations for the Future.* New York: Greenwood Press.

Maswood S. J. (1990). *Oil and American Hegemony.* Australian Journal of International Affairs, 44.

Mathias, Peter (1969). *The First Industrial Nation. The Economic History of Britain 1700-1914.* London: Methuen & Co.

Maugeri, Leonardo (2006). *The Age of Oil: The Mythology, History, and Future of the World's Most Controversial Resource.* London: Praeger.

Mazrui, Ali A. (1989). *The Political Culture of War and Nuclear Proliferation: A Third World Perspective.* in Hugh C Dyer, *The Study of International Relations: The State of the Art.* London: The MacMillan Press.

Mikdashi, Zuhayr (1972). *The Community of Oil Exporting Countries: A Study in Government Co-operation.* Ithaca, New York: Cornwell University Press,

MNE (1991). *Dez anos de Política Externa (1936-1948). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial.* Vol. XIV. "A Guerra Económica". Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Moreira, Adriano (1957). *Portugal e o artigo 73 da Carta das Nações Unidas.* Lisboa: Gabinete de Estudos Ultramarinos.

Moreira, Adriano et al. (1995). *Estratégia. Vol. VIII: Legado Político do Ocidente (O Homem e o Estado).* Lisboa: IPCE.

Morgan, Kenneth O. (Ed.) (1984). *The Oxford Illustrated History of Britain.* New York: Oxford University Press.

Munting, Roger e Holderness, B.A. (1991). *Crisis, Recovery and War. An Economic History of Continental Europe, 1918-1945.* New York: Philip Allan.

National Petroleum Council (1993). *US Petroleum Refining: A Report to the US Secretary of Energy*. Washington.

Netanyahu, Benjamin (1993). *A Place Among the Nations. Israel and the World.* New York: Bantam Books.

Nixon, Richard (1980). *The Real War.* London: Sidgwick & Jackson.

Nogueira, Franco (1971). *As crises e os homens.* 2ª ed. 2000. Porto: Livraria Civilização Editora.

Odell, Peter R. (1970). *Oil and World Power: A Geographical Interpretation.* Harmondsworth: Penguin Books.

Odell, Peter R. (1979). *Oil and World Politics*. New York: Penguin Books.

Odell, Peter R. (1983). *The Future of Oil: World Resources and Use.* London: Koran Page.

Odell, Peter R. (2004). *Why Carbon Fuels Will Dominate The 21st Century's Global Energy Economy.* Essex: Multi-Science Publishing.

Odell, P. e Rosing, K. (1983). *The Future of Oil: World Oil Resources and Use.* London: Kogan Page.

Oil & Gas Journal (1996). *Databook.* Oklahoma USA: PennWell Books.

O'Neil, Bard E. (1977). *Petroleum and Security*: *The Limitations of Power in the Persian Gulf.* Washington: National Defense University.

Owen, E. (1975). *Trek of the Oil Finders: A History of Exploration for Oil. American.* Tulsa: Association of Petroleum Geologists.

Pachachi, Adnan (1991). *Iraq's Voice at the United Nations 1959-69. A Personal Record.* London: Quartet Books.

Page, R. C. (1971). *Petroleum tankship safety.* London: The Maritime Press.

Painter, David S. (2010). *The Cold War, an International History.* Cambridge: Cambridge University Press.

Pannikar, K.M. (1991). *For a Few Barrels of Oil: Politics and Diplomacy in the Gulf.* New Dehli: Patriot Publishers.

Parker, Richard B. (Ed.) (1996). *The Six-Day War. A Retrospective.* Gainesville: University Press of Florida.

Parra, F. (2004). *Oil Politics: A Modern History of Oil.* London: I. B. Tauris.

Perpillou, Aimé (1939). Le commerce maritime et les marines marchandes en 1938. *Annales de Géographie.* T. 48. Nº 274. 426-427.

Perry, George L. (2001). *The War on Terrorism, the World Oil Market and the U. S. Economy.* Analysis Paper #7. Washington D. C.: The Brookings Institution.

Peterson, Erik R. (1988). *The Gulf Co-operation Council: Search for Unity in a Dynamic Region.* Boulder: Westview Press.

Petroleum Economist. Various Issues. London: The Petroleum Economist.

Plaust, J. e Blaustein, A. (1977). *The Arab Oil Weapon.* New York: Oceana Publications.

Pollack, G. (1974). The Economic Consequences of the Energy Crisis. *Foreign Affairs*, 52. 461.

Porter, Michael E. (1990). *The Competitive Advantage of Nations.* London: Macmillan.

Raffestin, Claude (1980). Ch. 1. Qu'est-ce que les resources?. *Pour une géographie du pouvoir.* Paris: Librairies techniques.

Randall, Alan (1987). *Resources Economics. An Economic Approach to Natural Resource and Environmental Policy.* New York: John Wiley & Son.

Ray, James Lee (1995). *Global Politics.* New Jersey: Houghton Mifflin.

Renwick, James (1830). *Treatise of the Steam Engine.* New York: G & C. & H. Carvill.

Rezun, Miron (1981). *The Soviet Union and Iran. Soviet Policy in Iran from the Beginnings of the Pahlavi Dinasty until the Soviet Invasion in 1941.* Geneve: Institut Universitaire de Hautes Études Internationales.

Richards, Alan e Haterbury, John (1998). *A Political Economy of the Middle East.* Boulder: Westview Press..

Roberts, J. M. (1976). *History of the World.* Oxford: Helicon.

Roberts, J. M. (1995). *A Concise History of the World.* New York: Oxford University Press.

Roberts, P. (2004). *The End of Oil.* New York: Houghton Mifflin Company.

Rocha, Isabel (1996). *A Política Energética na Comunidade Europeia.* Porto: Porto Editora.

Rodrigues, J. Caleia (2000). *A Geopolítica do Petróleo. Anatomia dos Conflitos. Diplomacias, Seguranças, Soberanias*. Lisboa: Atelier de Livros.

Rodrigues, J. Caleia (2005). *Marketing Estratégico Internacional*. Lisboa: CCILE.

Rodrigues, J. Caleia (2006). *Petróleo. Qual Crise?*. Lisboa: Booknomics.

Rodrigues, J. Caleia (2010). *Petróleo. 88 perguntas (in)convenientes. As Reservas e a Produção. O Consumo e o Transporte. O Mercado e os Preços*. Lisboa: Bnomics.

Rodrigues, J. Caleia et al. (2009). Petróleo. Mais longe, Mais fundo, Mais caro. *Crise 2008*. Lisboa: Bnomics.

Rodrigues, J. Caleia et al. (2010). Energia! A quanto obrigas!. *Portugal. E agora que fazer?* Lisboa: Bnomics.

Rogner, H.-H. (2000). *Energy Resources. In World Energy Assessment: Energy and the Challenge of Sustainability*. J. Goldemberg (ed.), New York: UNDOP.

Russel, Jeremy (1983). *Geopolitics of National Gas*. Cambridge: Harper & Row.

Rybezynski T.M. (1976). *The Economies of the Oil Crisis*. London: MacMillan.

SaeR. Várias edições. *Relatório. Sobre a situação económica e dos negócios.*. Lisboa.

SaeR. Várias edições. *Geopolítica & Prospectiva. Relatório sobre os fundamentos da decisão estratégica em Portugal*. Lisboa.

Sachar, Howard M. (1996). *A History of Israel. From the Rise of Zionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf.

Safran, Nadar (1988). *Saudi Arabia: The Ceaseless Quest for Security*. Ithaca, New York: Cornwell University Press.

Sampson, Anthony (1975). *The Seven Sisters: The Great Oil Companies and the World they Shaped*. New York: Viking Press.

Sandrick, John A. (1987). *The Gulf Co-operation Council: Moderation and Stability in a Interdependent World*. Boulder: Westview Press.

Schipper and Meyers (1992). *Energy Efficiency and Human Activity: Past Trends, Future Prospects*. Cambridge: Cambridge University Press.

Scott, H.; Russell, J.; Mao, H.; Hershbach, D.; Fried, L.; Howard, W. e Bastean, S. (2004). *Generation of Methane in the Earth's Mantle: In Situ High Pressure-Temperature Measurements of Carbonate Reduction*. PNAS, vol. 101, nº39.

Sébille-Lopez, Philippe (2006). *Géopolitiques du Pétrole*. Paris. Trad. Luis Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

Shah, S. (2004). *The Story of Oil*. New York: Seven Stories Press.

Shwadran, B. (1986). *Middle East Oil Crises Since 1973*. Boulder: Westview Press.

Silva, Julio Dolce da (1990). Gasolina ou Alcool. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, Nr. 749.

Skeet, I. (1988). *OPEC: Twenty-five Years of Prices and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Smil, V. (1994). *Energy in World History*. Boulder: Westview Press.

Smil, V. (2003). *Energy at the Crossroads*. Cambridge: The MIT Press.

Society of Petroleum Engineers (2005). "Mapping" Subcommittee Final Report – December 2005. *Comparison of Selected Reserves and Resource Classifications and Associated Definitions*.

Spero, Joan Edelman (1977). *The Politics of International Economic Relations*. London: Unwin Hyman.

Stanislaw, Joseph (1993). *Ecotaxes and the Oil prices: A New Battle?* Cambridge: Cambridge Energy Research Associates.

Sterling, Claire (1981). *The Terror Network. The Secret War of International Terrorism*. London: Weidenfeld and Nicolson.

Stocking, G. (1970). *Middle East Oil: A Study in Political and Economic Controversy*. Knoxville: Vanderbilt University Press.

Stoneley, R. (1995). *An Introduction to Petroleum Exploration for Non-Geologists*. Oxford: Oxford University Press.

Stork, J. (1975). *Middle East Oil and the Energy Crisis*. New York: Monthly Review Press.

Streifel, Shane S. (1995). *Review and Outlook for the World Oil Market*. Washington: The World Bank.

Tanzer, M. (1969). *The Political Economy of International Oil and the Undeveloped Countries*. Boston: Beacon Press.

Tertzakian, P. (2007). *A Thousand Barrels a Second*. New York: McGraw-Hill Books.

Thomas, H. Gregory (1934). *Le Régime du Pétrole en France*. Paris: L'Office National des Combustibles Liquides.

Tissot, B. e Welte, D. (1984). *Petroleum Formation and Occurrence*. Berlin: Springer-Verlag.

Todaro, Michael P. (1997). *Economic Development*. New York: Addison-Wesley.

Toffler, Alvin (1990). *Power Shift. Knowledge, Wealth, and Violence at the Edge of the 21st Century*. New York: Bantam Books.

Toffler, Alvin e Heidi (1993). *War and Anti-War. Survival at the Dawn of the 21th Century*. London: Little, Brown and Company.

Tolf, R. (1976). *The Russian Rockefellers: The Saga of the Nobel Family and the Russian Oil Industry.* Stanford: Hoover Institution Press.

Tugwell, Franklin (1975). *The Politics of Oil in Venezuela.* Stanford: Stanford University Press.

Ullman, Richard H. (1983). Redefining Security. *International Security.* Vol. 1. MIT Press. 144.

Velho, José Lopes (2010). *Petróleo. Dádiva e Maldição. 150 Anos de História.* Lisboa: Bnomics.

Warters, Robert S. e Blake, D. H. (1992). *The Politics of Global Economic Relations.* New Jersey: Prentice_Hall.

Wheatcroft, Geoffrey (1996). *The Controversy of Zion. Jewish Nationalism, the Jewish State, and the Unresolved Dilemma.* New York: Addison-Wesley Publishing Co..

Wijk, Theo Van (Ed.) (1985). *Europe 1848-1980.* Pretoria: Academica.

Williams, Michael (1991). End of an Era. *Petroleum Economist.*

Woodward, Bob (1991). *The Commanders.* New York: Simon & Schuster.

Wunder, S. (2003). *Oil Wealth and the Fate of the Forest.* London: Routledge.

Yapp, M. E. (1991). *The Near East since the First World War.* New York: Longman.

Yergin, Daniel (1991). *The Prize: the Epic Quest for Oil, Money and Power.* London: Simon & Schuster.

Yergin, Daniel (2011). *The Quest: Energy, Security and the Remaking of the Modern World.* London: Penguin Press.

York, Valerie (1986). *European Interests and Gulf Oil.* Hampshire: Aldershot Publishing.

Youngquist, Walter (1990). *Mineral Resources and the Destinies of Nations.* Portland: National Book Company.

Zorgbibe, Charles (1991). *Géopolitique et histoire du Golfe.* Paris: Que sais-je?. PUF.

Zysman, John (1983). *Governments, Markets and Growth.* New York: Cornwell University Press.

Parte IV

Bastos, Fernando Loureiro (2005). *A internacionalização dos recursos naturais marinhos.* Lisboa: aafdl.

Correia, Armando José Dias (2010). *O mar no século XXI. Contributo para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais.* Aveiro: Fedrave.

Fallows, James (1995). *Looking at the Sun. The Rise of the New East Asian Economic and Political System.* New York: Vintage Books.

Favennec, Jean-Pierre(2007). *Géopolitique de l'énergie. Bésoins, Ressources, échanges mondiaux.* Paris: Technip.

Frolov, Vladimir (2007). "The Coming Conflict in the Arctic. Russia and US to Square Off Over Arctic Energy Reserves". *Global Research.* Global Research Centre for Research on Globalization. Russia Profile.

Gold, Thomas (1993). *The Origin of Methane (and Oil) in the Crust of the Earth.* Washington: USGS, United States Geological Survey.

Guedes, Armando Marques (2009). *A Guerra dos Cinco Dias. A Invasão da Geórgia pela Federação Russa.* Lisboa: IESM, Instituto de Estudos Superiores Militares.

Kanasewich, E. R. et al. (1978). *Plate tectonics and the location of oil fields.* Canadá.

Maugeri, Leonardo (2006). "Two Cheers for Expensive Oil". *Foreign Affairs.* March-April. Vol. 2. Nº 85. p.149-161.

Maugeri, Leonardo (2009). "Squeezing More Oil Out of the Ground". *Scientific American.* April 1. p. 56-63.

Maugeri, Leonardo (2012). *Oil: The Next Revolution. The Unprecedented Upsurge of Oil Production Capacity and What It Means for the World.* Harvard Kennedy School: Belfer Center.

National Intelligence Council (2012). *Global Trends 2030: Alternative Worlds.* USA: Office of the Direction of National Intelligence.

Scott, Henry P. et al. (2004). Generation of methane in the Earth's mantle: *In situ* high pressure-temperature measurements of carbonate reduction. PNAS. Vol. 101. No. 39.

Walsh, Bryan (9.04.2012). The Future of Oil. *Time.* 20-27.

Empresas petrolíferas editoras de estudos e análises (31 empresas listadas). Cf. Anexo I.

Entidades internacionais editoras de estudos e análises (23 entidades listadas). Cf. Anexo I.